

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO  
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

MARCELA LANGA LACERDA BRAGANÇA

**Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos  
variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de  
variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do  
presente**

Florianópolis  
2017



MARCELA LANGA LACERDA BRAGANÇA

**Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos  
variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de  
variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do  
presente**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, área de concentração Teoria e Análise Linguística, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Linguística.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Edair Maria Görski

Florianópolis  
2017

**Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.**

Bragança, Marcela Langa Lacerda

Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos Variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente / Marcela Langa Lacerda Bragança ; orientador, Edair Maria Görski, 2017.  
696 p.

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2017.

Inclui referências.

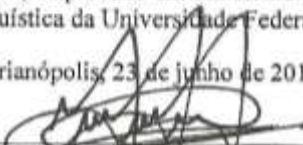
1. Linguística. 2. Abordagem transdisciplinar. 3. Sociofuncionalismo enunciativo-discursivo. 4. Estilo. 5. Variação/Mudança na expressão do Futuro do presente.. I. Görski, Edair Maria . II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Marcela Langa Lacerda Bragança


**Uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos  
variacionista, funcionalista e dialógico para o tratamento de  
variação/mudança: reflexões a partir da expressão do futuro do presente**


Esta Tese foi julgada adequada para obtenção do Título de  
"Doutora em Linguística", e aprovada em sua forma final pelo Programa de  
Pós-graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina.

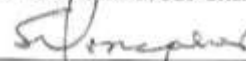
Florianópolis, 23 de junho de 2017,


  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Marco Antônio Martins  
Coordenador do Curso


**Banca Examinadora:**


  
\_\_\_\_\_  
Presidente: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Edair Maria Görski  
Universidade Federal de Santa Catarina

PI   
\_\_\_\_\_  
Membro externo: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maria Alice Tavares  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

  
\_\_\_\_\_  
Membro externo: Prof. Dr. Sebastião Carlos Leite Gonçalves  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"

  
\_\_\_\_\_  
Membro externo: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Regina Martins Valle  
PNPD-Capes/Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Membro interno: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Cristine Gorski Severo  
Universidade Federal de Santa Catarina

  
\_\_\_\_\_  
Membro interno: Prof. Dr. Rodrigo Acosta Pereira  
Universidade Federal de Santa Catarina



À Eda,  
por motivos sem-fim.





## AGRADECIMENTOS

Esta tese resulta de uma longa jornada na qual muitos estiveram comigo. A esses, agradeço:

Às lindas flores do meu jardim, a começar pela mais bela e aromática, o meu amor, e na ordem em que nasceram para mim: margarida, maurinho, nana, guto, cadio e nenel, pelo amor, pelo apoio, por serem a minha força, mas, acima de tudo, simplesmente por existirem;

Ao Vinícios, pela vida até aqui compartilhada;

À inesquecível Eda, pelo acolhimento, pela generosidade, pelas explicações, reexplicações, pela direção segura, pela dedicação inarrável, por me pôr a pensar, por não desistir de mim, por ser, enfim, o melhor de mim nesta pesquisa – na esperança de seguir seus honrosos passos;

Aos colegas *mais chegados que irmãos* Carlos Borges, por ter sido, em muitos dias, a alegria que me faltava, e Carla Valle, pela acolhida em sua casa, em sua vida, em seu coração;

Aos colegas do Varsul e de disciplinas por me inspirarem. Em especial, aos colegas Salete, Maíra, Anderson, Camila, Vanessa, Alejandra, Charlene, Fernanda, Leandro, Ivelã, Cris, Éderson e Ana Kaciara, com os quais partilhei, em diferentes momentos, as (des)esperanças da vida;

Aos homens-da-lei-e-do-bem deste país Fabrício, Nicola e Rogini, pelos conselhos e consolos;

A todos os estudantes que já passaram por mim, por me ensinarem, a cada dia, a ver a vida (e a língua) de forma renovada;

Aos amigos da fé, pelas orações;

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Linguística da UFSC, por contribuírem para a minha formação com palestras, debates e reflexões. Especialmente, aos professores Adair Bonini, Cristine Gorski Severo, Fábio Luiz Lopes da Silva, Heronides Maurílio de Melo Moura, Isabel de Oliveira e Silva Monguilhott, Izete Lehmkuhl Coelho, Leandra de Oliveira, Marcos Antônio Baltar, Marco Antônio Martins, Mary Elizabeth Cerutti-Rizzatti, Rosangela Hammes, com os quais cursei disciplinas;

Aos professores Leandra de Oliveira, Cristine Gorski Severo e Rodrigo Acosta Pereira, pelas contribuições e direções no Exame de Qualificação e também depois dele – em minhas memórias, exemplos de solidariedade e comprometimento;

Aos membros da Banca constituída para exame deste trabalho – Maria Alice Tavares, Sebastião Carlos Leite Gonçalves, Carla Regina Martins Valle, Cristine Gorski Severo, Rodrigo Acosta Pereira e Leandra de Oliveira –, por aceitarem ler e contribuir com as revisões necessárias para seu desenvolvimento;

À CAPES, pelo suporte financeiro;

À Universidade Federal da Fronteira Sul, pelo afastamento concedido para a formação;

À linda *Floripa*.

O ETERNO está comigo, na figura daqueles que me ajudam (Salmos 118:7).

Ao ETERNO, pela vida.

“Pelo que vivenciei e compreendi [...], devo responder com a minha vida para que todo o vivenciado e compreendido nela não permaneçam inativos”  
(BAKHTIN, 2011 [1919], p. xxxiii-xxxiv).

“Melhor é o fim posterior dum assunto do que o seu princípio”.  
(ECLESIASTES 7: 8).



## RESUMO

A literatura dos campos variacionista e funcionalista, particularmente o de vertente norte-americana, tem se voltado, em suas tendências atuais, para compreensão, dentre outros aspectos e respectivamente, (i) da variação estilística, compreendida de diferentes modos a depender da fase variacionista que se toma como referência para investigação desse tipo de variação, e (ii) das condições de produção e de recepção dos usos efetivos da língua. Com isso, esses dois campos, ora implícita ora explicitamente, aproximam-se de questões relacionadas ao estudo de gêneros textuais/discursivos. No que diz respeito a fenômenos em variação/mudança no Português do Brasil, a literatura sobre a expressão do futuro do presente indicia pontos ainda não investigados e que também evocam, em alguma medida, tópicos de abordagens de análise de gênero. Frente a esse duplo cenário, nesta tese apresentamos uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para constituição de uma abordagem transdisciplinar para tratamento de fenômenos em variação/mudança, com o objetivo de promover uma nova chave de leitura, suficientemente ampla para acomodar preceitos dos três campos teóricos mencionados, especialmente para exame da expressão do futuro do presente e de fenômenos similares. A pesquisa baseia-se na literatura sobre (i) esse fenômeno, visto sob uma ótica funcionalista; (ii) o campo funcionalista que orienta a literatura sobre esse fenômeno; (iii) o campo variacionista, considerando mais detidamente aspectos históricos do surgimento e do desenvolvimento desse campo, que enseja, em termos prototípicos, três diferentes fases epistemológicas; e (iv) o campo bakhtiniano, com menção a alguns de seus principais aspectos filosóficos, teóricos e metodológicos. A partir da revisão dessa literatura e de problematização de alguns de seus tópicos, tecemos um diálogo entre os campos, levando-se em conta pontos passíveis de serem conjugados, apesar das especificidades com que são abordados em cada campo. O diálogo promovido orienta-se, então, pelos seguintes tópicos de discussão: (i) concepção sobre o fazer científico; (ii) concepção sobre sujeito e cognição; (iii) concepção sobre língua; (iv) concepção sobre a relação entre língua, indivíduo e sociedade; (v) explicações sobre a mudança linguística. Da articulação entre os campos em tela, por essas via, propomos uma nova abordagem, designada nesta tese de *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*. Dentre os aspectos que caracterizam essa abordagem, destacam-se: (i) inscrição dos usos linguísticos no âmbito das práticas sociais, com reconhecimento de que

eles constituem uma prática estilística e distintiva; (ii) concepção de que a ideologia é o centro das práticas de uso da língua; (iii) circunscrição do estudo da língua aos gêneros do discurso; (iv) eleição do estilo dos gêneros como objeto de estudo; (v) exame das formas/funções de fenômenos em variação/mudança sob a perspectiva de que elas integram o estilo dos gêneros; (vi) visão de que a mudança linguística percorre um caminho de experimentação de gêneros e de estilos; (vii) *design* metodológico multidimensional e multinível (do tipo *top down*). Sob esse novo olhar, indicamos o modo como algumas facetas sobre a expressão do futuro do presente ainda podem ser examinadas, bem como vislumbramos a possibilidade (i) de potencialização do estudo de fenômenos em variação/mudança, quando esses são tomados em relação a dinâmicas sociais particulares, por meio da eleição dos gêneros do discurso como *locus* de análise da variação linguística (/estilística), considerando ser nesse âmbito que se dá a relação entre formas, funções e significado social da variação, e (ii) de produção de respostas para o papel do significado das práticas sociais para os usos efetivos da língua e, reversamente, o papel desses para a constituição daquele.

**Palavras-chave:** Abordagem transdisciplinar. Sociofuncionalismo enunciativo-discursivo. Estilo. Variação/Mudança. Futuro do presente.

## ABSTRACT

The literature of variation and functionalism, particularly in North America, has been currently trending towards understanding: (i) stylistic variation, understood differently depending on the variationist phase taken as reference to investigate this variation type, and (ii) conditions of production and reception of actual language use. Thus, these two fields approach issues related to the study of textual/discursive genres - sometimes implicitly, at other times explicitly. Regarding variation or change phenomena in Brazilian Portuguese, the literature on the expression of simple future tense shows paths not yet investigated that also evoke topics of genre analysis approaches to some extent. Facing this double-phenomena scenario, we propose in this dissertation a theoretical-methodological reasoning between the variationist functionalist, and dialogical fields to compose a transdisciplinary approach to deal with variation and change phenomena. Such proposal intends to promote a new reading key that is broad enough to include precepts of the three theoretical fields, especially to examine the expression of simple future tense and similar phenomena. The research is based on literature about (i) this grammatical phenomenon from a functionalist standpoint; (ii) the functionalist field that guides literature on this phenomenon; (iii) variation field in which we need closer consideration on historical aspects of emergence and development, which entails three different epistemological phases, in prototypical terms; and (iv) the Bakhtinian field, regarding some of its main philosophical, theoretical, and methodological aspects. We weave dialogue between the fields from the review of this literature and the problematization of some of its topics, considering points that can be combined despite the specifics with which they are approached in each field. The following concepts of discussion guided this dialogue: (i) scientific doing; (ii) subject and cognition; (iii) language; (iv) the relationship between language, individuals, and society; (V) explanations on linguistic change. From the articulation between the fields, we thus propose a new approach designed in this thesis of *Enunciative-discursive sociofunctionalism*. Among the aspects that characterize this approach, the following stand out: (i) linguistic uses entries within the scope of social practices, with the knowledge that they constitute a stylistic and distinctive practice; (ii) the concept that ideology is at the center of language use practices; (iii) circumscription of language study to discourse genres; (iv) election of genre styles as an object of study; (v) a revision of forms/functions of variation/change

phenomena from a perspective that integrates genre styles; (vi) view that linguistic change follows a path of experimentation of genres and styles; (vii) multidimensional and multilevel methodological *design (top down style)*. In view of this new perspective, we indicate how some facets of the expression of simple future tense can still be examined, as well as glimpse the possibility (i) of potentializing the study of variation/change phenomena, when these are taken into account with particular social dynamics, through the choice of discourse genres as *locus* of linguistic variation (/stylistic) analysis, considering that the relationship between forms, functions, and social meaning of variation is set in this context, and (ii) of production of definitions for the role of social practices meaning for the actual uses of language and, reversely, their role in the constitution of the language.

**Keywords:** Transdisciplinary Approach. Enunciative-Discursive Sociofunctionalism. Style. Variation/Change. Simple future tense.



## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Diagrama representacional do escopo da futuridade e de suas relações com habitualidade e imperativo/comando.....	47
<b>Figura 2:</b> Especificação do (macro)domínio funcional TAM a partir de T (tempo) até chegar ao (sub)domínio funcional do futuro do presente e suas (sub)funções.....	54
<b>Figura 3:</b> Proposta da representação gramatical de tempo nas línguas humanas .....	59
<b>Figura 4:</b> Diagrama representacional do conceito de presente estendido.....	60
<b>Figura 5:</b> Diagrama da representação temporal que se ancora no momento de fala.....	62
<b>Figura 6:</b> Diagrama representacional do tempo futuro anterior ou perfeito .....	64
<b>Figura 7:</b> Representação da trajetória de mudança de formas que codificam, inicialmente, <i>desejo</i> e <i>movimento para</i> e passam a codificar futuro.....	74
<b>Figura 8:</b> De Whitney a Labov .....	203
<b>Figura 9:</b> Esquematisação da relação entre contexto e estilo .....	252
<b>Figura 10:</b> Representação da árvore de decisão .....	258
<b>Figura 11:</b> Derivação da variação intrafalante da variação interfalante por meio da avaliação.....	269
<b>Figura 12:</b> Campo Indexical de (ING) (baseado em Campbell-Kibler 2007a, 2007b. Em negrito = significados para a variante de velar; em cinza = significados para a variante apical variante.....	294
<b>Figura 13:</b> Representação do padrão de mudança ilustrado pela curva em S .....	341
<b>Figura 14:</b> Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso.....	465
<b>Figura 15:</b> Relação entre esferas culturais, gêneros do discurso, forma e função linguísticas.....	550
<b>Figura 16:</b> Rota de gramaticalização da modalidade, nos termos de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994).....	644



## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1:</b> Definição de futuro do presente, tendo em vista a relação entre os elementos envolvidos na expressão temporal .....	66
<b>Quadro 2:</b> Notação para as variantes de futuro mais prototípicas...	84
<b>Quadro 3:</b> Especificação da definição de futuro do presente .....	132
<b>Quadro 4:</b> Correlação entre questões sobre a expressão do futuro do presente ainda não investigadas e campos teóricos que podem produzir conhecimento sobre cada uma delas .....	139
<b>Quadro 5:</b> Representação do conceito de língua/gramática, no âmbito dos estudos funcionalistas, assumido na pesquisa.....	159
<b>Quadro 6:</b> Visão geral das principais características das três ondas dos estudos variacionistas.....	244
<b>Quadro 7:</b> Tipos de contexto na entrevista sociolinguística segundo o método de “isolamento de estilos contextuais” .....	253
<b>Quadro 8:</b> <i>Continuum</i> de níveis estilísticos no eixo de formalidade na entrevista sociolinguística.....	254
<b>Quadro 9:</b> Descrição dos critérios contextuais de cada eixo estilístico que compõe a estrutura organizacional “árvore de decisão” .....	257
<b>Quadro 10:</b> Padrão de mudança, baseado em padrão de frequência, segundo Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996).....	342
<b>Quadro 11:</b> Conjunto de aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais para explicação da variação e da mudança linguística (continua) .....	344
<b>Quadro 12:</b> Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas (continua).....	362
<b>Quadro 13:</b> Ilustração dos tipos de esferas ideológicas e da direção dos efeitos de mudanças sociais nas formas típicas de interação e de uso da língua .....	406
<b>Quadro 14:</b> Relação entre gêneros e ideologia.....	450
<b>Quadro 15:</b> Diretrizes metodológicas, segundo os Escritos do Círculo de Bakhtin .....	472
<b>Quadro 16:</b> Representação dos diferentes tipos de história que constituem o ser humano concreto e identificação do	

tipo de história que interessa a cada um dos campos em tela .....	495
<b>Quadro 17:</b> Tipologia de aspecto proposta por Castilho (2002).....	628
<b>Quadro 18:</b> Cline de gramaticalidade das funções de ir+infinitivo .	647
<b>Quadro 19:</b> Síntese dos aspectos metodológicos que caracterizam o sociofuncionalismo <i>enunciativo-discursivo</i> (continua).....	649
<b>Quadro 20:</b> Especificação das questões gerais e específicas da tese	651

## LISTADE TABELAS

<b>Tabela 1:</b> Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas .....	86
<b>Tabela 2:</b> Distribuição das formas de futuro em textos da modalidade escrita nos séculos XX e XXI (continua) .....	105
<b>Tabela 3:</b> Comparação entre resultados de pesquisas que analisaram entrevistas sociolinguísticas para investigar a variação na expressão do FP (continua).....	117



## LISTA DE ABREVIATURAS

DF – Domínio Funcional

EC – Escritos do Círculo

FP – Futuro do Presente

FS – Futuro Sintético

FUNC/GRA – Funcionalismo/Gramaticalização

IR/FS – Futuro perifrástico com *ir* no futuro + infinitivo

IR/PRE – Futuro perifrástico com *ir* no presente + infinitivo

P – Presente do indicativo

PB – Português do Brasil

PH – Perífrase com *haver de*

TAM – Tempo, Aspecto e Modalidade

TOV – Terceira Onda Variacionista

WLH – Weinreich, Labov e Herzog





## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA.....	29
<b>PARTE I: A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO FUTURO DO PRESENTE.....</b>	<b>39</b>
CAPÍTULO 1: CIRCUNSCREVENDO O FENÔMENO E O ESTADO DA ARTE .....	43
<b>1.1 O (Macro)Domínio funcional TAM e a Expressão do Futuro do Presente .....</b>	<b>44</b>
1.1.1 O (Macro)Domínio Funcional TAM.....	45
1.1.2 A complexidade da expressão gramatical de tempo e de tempo futuro: a questão da ancoragem .....	55
1.1.3 As trilhas do futuro.....	72
<b>1.2 Mapeamento de Pesquisas Brasileiras.....</b>	<b>82</b>
1.2.1 Investigações diacrônicas em amostras escritas dos séculos XIII ao XXI .....	84
1.2.2 Investigações sincrônicas em amostras escritas do século XX e XXI .....	105
1.2.3 Investigações em entrevistas sociolinguísticas.....	115
1.2.4 Investigações em amostras diversas de fala .....	126
<b>1.3 Retomando e Avançando .....</b>	<b>131</b>
<b>PARTE II: OS CAMPOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS .....</b>	<b>141</b>
CAPÍTULO 2: O FUNCIONALISMO NORTE-AMERICANO E A ABORDAGEM DA GRAMATICALIZAÇÃO ..	145
<b>2.1 Concepção de Língua e de Gramática .....</b>	<b>150</b>
<b>2.2 A Gramaticalização numa perspectiva funcionalista .....</b>	<b>155</b>
2.2.1 Concepção de Gramaticalização – e outras implicações sobre a concepção de Língua e de Gramática .....	155
2.2.2 Motivações e mecanismos para a gramaticalização .....	159
2.2.3 Direção e caracterização do processo de mudança.....	168
2.2.4 O papel da frequência.....	175
<b>2.3 Orientação metodológica – e (algumas) tendências atuais da pesquisa funcionalista no Brasil .....</b>	<b>177</b>
<b>2.4 Retomando e avançando .....</b>	<b>184</b>

CAPÍTULO 3: A SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA: DE UMA PERSPECTIVA ESTRUTURAL A UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA .....	189
<b>3.1 A Gênese da Sociolinguística Variacionista .....</b>	<b>202</b>
<b>3.2 Constituição de um programa de pesquisa e desdobramentos...</b>	<b>210</b>
3.2.1 Língua, variação e mudança: as primeiras delimitações .....	210
3.2.2 Problematizações sobre o conceito de variável.....	219
3.2.3 Os problemas empíricos para uma teoria de variação e mudança: reposicionando o problema da avaliação .....	225
3.2.3.1 Os problemas da restrição, do encaixamento, da transição e da implementação .....	226
3.2.3.2 O problema da avaliação: da primeira especificação à reconfiguração.....	231
3.2.4 O locus de investigação e a tensão entre indivíduo e sociedade nas três ondas variacionistas .....	238
<b>3.3 A Questão da Variação Estilística .....</b>	<b>247</b>
3.3.1 A abordagem Attention to speech.....	251
3.3.2 Críticas à proposta laboviana .....	258
3.3.3 Novos pressupostos para o estudo da variação estilística: perspectivas multidimensionais.....	265
3.3.3.1 A abordagem Audience Design .....	266
3.3.3.2 As abordagens Speaker Design.....	275
3.3.3.2.1 Visão antropológica de estilo e a conexão entre discurso, gênero discursivo, forma e função.....	280
3.3.3.2.2 Estilização como ato de identidade, de produção de significado social e de prática discursiva .....	292
3.3.3.2.3 Um estudo de terceira onda.....	308
<b>3.4 Orientação metodológica.....</b>	<b>315</b>
3.4.1 O objeto de estudo do campo: da variável sociolinguística ao estilo .....	318
3.4.2 Os dados.....	326
3.4.2.1 A amostra .....	327
3.4.2.2 Tipos de dados, fontes e procedimentos de coleta .....	330
3.4.3 A análise.....	339
3.4.3.1 A orientação quantitativa .....	340
3.4.3.2 A orientação qualitativa e quantitativa.....	346
3.4.3.2 A orientação qualitativa .....	348
<b>3.5 Retomando e avançando.....</b>	<b>351</b>

CAPÍTULO 4: OS ESCRITOS DO CÍRCULO DE BAKHTIN: O MATIZ DIALÓGICO PARA A ANÁLISE DA LÍNGUA(GEM) .....	369
4.1 <b>O primeiro projeto intelectual: a filosofia de Bakhtin</b> .....	373
4.1.1 A filosofia bakhtiniana .....	374
4.1.2 A concepção dialógica de linguagem.....	378
4.1.3 A questão do discurso .....	385
4.2 <b>O segundo projeto intelectual: a teoria das manifestações da superestrutura</b> .....	388
4.2.1 As diferentes realidades do signo linguístico .....	389
4.2.2 A relação entre signo e consciência e entre sujeito e sociedade .....	396
4.2.3 As esferas de atividade humana e a questão da mudança social.....	400
4.2.4 Da infraestrutura à superestrutura – e a questão da mudança linguística .....	408
4.3 <b>Enunciado: a real e concreta unidade da comunicação discursiva</b> .....	412
4.3.1 A dimensão social da enunciação.....	413
4.3.2 Peculiaridades do enunciado .....	426
4.3.3 Sentido e significação.....	430
4.4 <b>Os gêneros do discurso: formas típicas de enunciado</b> .....	435
4.4.1 A constituição sócio-histórica dos gêneros do discurso .....	435
4.4.2 As dimensões constitutivas dos gêneros do discurso: conteúdo temático, estilo verbal e composição .....	440
4.4.3 Gêneros primários, secundários e a questão do plurilinguismo	449
4.5 <b>Diretrizes metodológicas</b> .....	458
4.6 <b>Retomando e avançando</b> .....	465
 <b>PARTE III: TECENDO DIÁLOGOS</b> .....	 475
 CAPÍTULO 5: O CAMPO VARIACIONISTA, O CAMPO FUNCIONALISTA E O CAMPO BAKHTINIANO: TECENDO DIÁLOGOS .....	  479
5.1 <b>O fazer científico, o sujeito, a cognição, a linguagem e a sociedade: fazendo concessões</b> .....	482
5.1.1 Sobre o fazer científico .....	483
5.1.2 Concepção sobre sujeito e sobre cognição .....	486
5.1.3 Concepção sobre língua(gem).....	496
5.1.3.1 Os EC e a TOV.....	497

5.1.3.2 Os EC e o FUNC/GRA .....	510
5.1.4 A relação entre indivíduo e sociedade, língua e cognição .....	518
5.1.5 Explicação da mudança linguística .....	525
<b>5.2 A relação entre estilo e gêneros do discurso .....</b>	<b>537</b>
5.2.1 Conceção e tratamento de objetos estéticos no campo bakhtiniano.....	538
5.2.2 A visão estética de linguagem para tratamento da variação/mudança.....	541
5.2.3 Tendências atuais de estudo da Variação Estilística no Brasil.	550
5.2.3.1 Variação Estilísticaentre pesquisadores brasileiros.....	551
5.2.3.2 Novos caminhos da Linguística – A terceira onda de estudos variacionistas .....	570
<b>5.3 Por um sociofuncionalismo enunciativo-discursivo .....</b>	<b>576</b>
5.3.1 Uma interface já praticada: o sociofuncionalismo .....	577
5.3.2 Em busca de uma nova interface: o sociofuncionalismo enunciativo-discursivo .....	585
5.3.2.1 Concepções gerais.....	585
5.3.2.2 Conceção de mudança linguística .....	589
5.3.2.3 Especificação do objeto de estudo .....	591
5.3.2.4 Aspectos metodológicos .....	593
5.3.2.4.1 Etapa 1: Exame da organização socioeconômica da sociedade em que se localiza a prática de uso da língua em foco .....	598
5.3.2.4.2 Etapa 2: Exame do intercâmbio comunicativo social .....	599
5.3.2.4.3 Etapa 3: Exame da interação verbal .....	601
5.3.2.4.4 Etapa 4:Exame das enunciações.....	602
5.3.2.4.5 Etapa 5: Exame das formas gramaticais.....	613
5.3.2.5 Reflexões sobre TAM .....	622
5.3.2.6 Sintetizando o design metodológico .....	648
<b>5.4 Retomando e avançando.....</b>	<b>650</b>
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	 <b>659</b>
 <b>REFERÊNCIAS.....</b>	 <b>665</b>

## INTRODUÇÃO

---

### CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

---

Desde o curso de graduação em Letras, pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), inscrevo-me em projetos e programas de pesquisa vinculados ao campo da Sociolinguística Variacionista, o principal eixo de minha formação acadêmica. A busca pela relação entre língua e sociedade, bem como a visão de que a língua é um fenômeno constitutivamente variável são marcas tão comuns do meu trabalho, do meu pensamento que nem mais imagino como se possa fazer e ver de modo diferente. O fato é que essa tradição de pesquisa me conduziu ao estudo de um fenômeno variável particular: *a expressão do futuro do presente*<sup>1</sup>, a que me dedico desde a dissertação de mestrado (BRAGANÇA, 2008), desenvolvida no Programa de Mestrado em Estudos Linguísticos da UFES.

Atualmente, há tantos estudos sobre esse fenômeno no Português do Brasil (doravante, PB) (BALEEIRO, 1988; A. SANTOS, 1997; SILVA, 1997; J. SANTOS, 2000; GIBBON, 2000; NUNES, 2003; OLIVEIRA, 2006; BRAGANÇA, 2008; MALVAR E POPLACK, 2008; FONSECA, 2010a; SILVA, 2010; STRONGENSKI, 2010; TESCH, 2011; GIBBON, 2014; VIEIRA, 2014; dentre outros) – orientados principalmente (i) *pelo campo variacionista*, evocando uma perspectiva laboviana (LABOV, 1978; 1982; 1994; 2001a; 2001b; 2003; 2006 [1966]; 2008 [1972]; 2010; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; GUY, 2000; 2001); e (ii) *pelo campo funcionalista*, no âmbito do qual se inscreve a abordagem da gramaticalização<sup>2</sup> (HOPPER, 1991; 1998; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991a; 1991b; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; GIVÓN, 1995; 2001; 2002; 2005; 2012 [1979]; TRAUOGOTT, 2001; 2010; 2012; 2014;

---

<sup>1</sup> Nesta tese, uso *itálico* (i) para chamar a atenção do leitor quanto ao uso de termos, de conceitos, de pontos de argumentação, e (ii) para retomar citações diretas já apresentadas, mas fazendo minhas as palavras dos autores. Citações diretas são mantidas entre aspas. Uso **negrito** para conferir ainda mais destaque a alguns termos.

<sup>2</sup> Destaque-se que há pesquisas de linha formalista que também abordam a gramaticalização – cf., por exemplo, Vitral e Ramos (2006). Neste texto, a referência é a trabalhos que abordam a gramaticalização a partir da linha funcionalista.

HEINE, 2002; HEINE; KUTEVA, 2002; 2007; BYBEE, 2003; 2010; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; TRAUGOTT; DASHER, 2005) –, que parece nem se ter mais o que acrescentar sobre a expressão do futuro do presente no PB, especialmente numa tese, gênero acadêmico que requer um enfoque original.

Contudo, ao revisar sistematicamente e problematizar um conjunto de dissertações e de teses sobre esse fenômeno, identifiquei alguns pontos ainda não tratados. Todos eles evocam tópicos de discussão do âmbito dos campos mencionados (variacionista e funcionalista), mas também tópicos típicos de abordagens (i) de análise de gênero textual, mais voltadas para a descrição da materialidade textual, ou (ii) de análise de gêneros do discurso, mais voltadas para o “estudo das situações de produção dos enunciados ou textos em seus aspectos sócio-históricos”<sup>3</sup> (ROJO, 2005, p. 185), alternadamente, com foco, particularmente, no modo como os gêneros (e aspectos atinentes a eles) podem condicionar os processos de variação/mudança envolvidos na expressão do futuro do presente. Tais constatações me motivaram a aprofundar a investigação do fenômeno em pauta, porém focando a atenção, basicamente, em questões de natureza epistemológica e teórica (e também metodológica), consideradas, entre outras, como demanda prioritária no âmbito dos estudos linguísticos no século XXI.

Especificamente no que diz respeito à expressão do futuro do presente, destaque-se que se trata de um fenômeno complexo, por vários motivos, a começar por sua própria nomeação – *futuro do presente* designa concomitantemente: (i) *forma verbal*, evocando a noção de *categoria verbal* gramaticalmente codificada na língua para expressar *tempo*; e (ii) *função de referência temporal*, também relacionada a valores aspectuais e modais interconectados; nesse último caso, o futuro do presente pode ser visto como um *domínio funcional* que recobre as funções de *tempo, aspecto e modalidade* – TAM (GIVÓN, 2001) – e cuja compreensão exige tratamento de um complexo quadro de

---

<sup>3</sup> Cf. em Acosta-Pereira e Rodrigues (2009) especificação de perspectivas teórico-metodológicas de estudo dos gêneros do discurso/textuais. Dentre as indicadas pelos autores, localizamos, no conjunto de dissertações e teses revisadas nesta tese, inclinação ora para a *perspectiva sociocognitiva* (para análise de gêneros textuais), que toma como referência autores como Koch e Marcuschi, ora para a *perspectiva dialógica da linguagem* (para análise de gêneros do discurso), que toma como referência os Escritos do Círculo de Bakhtin.

processos de variação e mudança (FLEISCHMAN, 1982; HOPPER, 1991; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HEINE; 1994; GIVÓN, 2002; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; BYBEE, 2003; LEHMANN, 2011).

A complexidade desse fenômeno (assim como de toda referência temporal) também se revela em sua definição como expressão do tempo cronológico das situações (i) em relação ao momento de fala (quer direta, quer indiretamente) e/ou (ii) em relação a outras situações dadas no contexto (seja linguístico ou situacional) – podendo, pois, se mostrar como de natureza dêitica ou anafórica –, estando essa relação ainda sob o escopo do modo como os falantes concebem/percebem as situações a que se reportam. (REICHENBACH, 1947; FLEISCHMAN, 1982; COMRIE, 1985; GIVÓN, 2001; CORÔA, 2005).

Uma vez caracterizado o fenômeno em pauta (visto a partir de uma ótica funcionalista), retornando aos campos teórico-metodológicos que tradicionalmente orientam os estudos sobre esse fenômeno, encontram-se: (i) *o campo variacionista* subdividido em três fases/ondas que indiciam, cada uma delas, diferentes modos de se compreender a variação linguística (partindo-se de uma perspectiva estrutural em direção a uma perspectiva discursiva que toma a língua como manifestação de identidade (no sentido de que ela envia uma mensagem, de que se dirige à sociedade) e como recurso estilístico, *da ordem do discurso* (/do conteúdo ideológico)); e (ii) *o campo funcionalista*, em suas tendências atuais, voltando-se também para o estudo do texto e de suas condições de produção, bem como para análises qualitativas e holísticas, particularmente para compreensão do contexto pragmático e sociocultural dos usos linguísticos. A literatura desses campos também indicia, portanto, em diferentes medidas e em diferentes pontos, tópicos relativos a abordagens de gêneros.

Considerando que (i) a conjugação dos resultados da revisão de literatura (a) do fenômeno em tela e (b) dos campos teóricos mencionados converge, de algum modo, com uma abordagem de análise de gêneros de base histórico-cultural e que toma o aspecto ideológico como o centro da prática de linguagem; e que (ii) as experiências que vivenciei no exercício da docência me fizeram compreender que “[a] língua, no seu uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 116), assumi a premissa de que o *campo dialógico* dos estudos linguísticos

pode entrar em diálogo com o campo variacionista e o funcionalista, resultando numa contribuição significativa para o estudo de fenômenos em variação e mudança.<sup>4</sup>

Esta tese, portanto, (i) dando continuidade aos estudos sobre a expressão do futuro do presente iniciados desde o mestrado; (ii) considerando a revisão de literatura sobre esse fenômeno e sobre os campos teórico-metodológicos mencionados; e (iii) dando vazão a motivações pessoais, *apresenta uma proposta de articulação teórico-metodológica entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico para constituição de uma abordagem transdisciplinar<sup>5</sup> no tratamento de fenômenos em variação/mudança*. O que se busca, com isso, é a proposição de uma *nova chave de leitura* para fenômenos dessa natureza: uma suficientemente ampla para acomodar preceitos dos três

---

<sup>4</sup> Ressalte-se que outras abordagens de análise de gêneros do discurso – como (i) a *sociossemiótica* (EGGINS, 1994; HALLIDAY & HASAN, 1989; HALLIDAY 1978; 1994; THOMPSON, 1996; FAIRCLOUGH, 1989; 1992; 1995; WODAK, 2001), (ii) a *interacionista-sociodiscursiva* (SCHNEUWLY; DOLZ 2004; BRONCKART 1997; 1999), (iii) a *semiodiscursiva* (CHARAUDEAU, 2004; 2006; MAINGUENEAU, 2001; 2004), e ainda as vertentes de análise do discurso (iv) Anglosaxã, cuja base central é Fairclough (1989; 1992; 1995), e (v) Francesa, cuja base central é Foucault (2000), Orlandi (2007) e Pêcheux (1988) – poderiam ter sido constituídas para o desenvolvimento desta tese, uma vez que elas também compreendem a ideologia como matriz para a constituição da língua – cf. explanação sobre essas abordagens e sobre as referências mencionadas em Acosta-Pereira e Rodrigues (2005). Elegeu-se, contudo, o campo dialógico porque ele está implícita ou explicitamente indiciado tanto no campo funcionalista (cf. Capítulo 2) quanto no variacionista (cf. Capítulo 3), estando marcadamente presente em estudos mais recentes de pesquisadores brasileiros sobre variação estilística (cf. 5.2.3.1).

<sup>5</sup>A abordagem proposta, mais do que estabelecer interação entre diferentes campos linguísticos a partir de conceitos organizados em torno de *aspectos compartilhados* (concepção que evoca a noção de interdisciplinaridade), projeta uma *nova prática de pesquisa*, ampla o suficiente para acomodar também *diferentes*, e até divergentes, interesses, com cooperação de todos os campos acionados (concepção que evoca a noção de *transdisciplinaridade*). Contudo, neste texto objetiva-se tecer um diálogo que leva em conta pontos passíveis de serem conjugados, apesar das especificidades com que são abordados em cada campo, ficando para trabalhos futuros a especificação de dissensos, de pontos nefrálgicos entre os campos.



campos acionados, sem que haja nisso postura eclética – que desconsidere fronteiras epistemológicas.

Vale ressaltar que já há na literatura uma interface promovida entre os campos variacionista e funcionalista, a que se denomina *sociofuncionalismo* (TAVARES, 2003; GÖRSKI *et al.*, 2003; POPLACK, 2011; TAVARES; GÖRSKI, 2012; TAVARES, 2013; VALLE, 2014; TAVARES; GÖRSKI, 2015; GÖRSKI; TAVARES, 2017; dentre outros). Como essa interface tem se mostrado produtiva para o estudo de fenômenos em processo de variação/mudança que envolvem gramaticalização, tal como é o caso da expressão do futuro do presente, identificam-se nela aspectos teóricos e categorias de análise, redirecionando-os para incorporar a perspectiva de estudos de terceira onda variacionista – e acomodando ainda a isso uma perspectiva dialógica de linguagem. Nesta tese delinea-se, portanto, uma nova prática de pesquisa que, por conta dos campos agenciados, denominou-se *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*.

### **Advertências ao leitor**

Para chegar à exposição dessa proposta transdisciplinar, considerando que os leitores desta tese podem ser de diferentes campos da linguística, optou-se por, *antes, fornecer uma base de conhecimento sobre cada um dos campos agenciados*. Essa opção orienta-se pela consciência de que o percurso do conhecimento pressupõe uma distinção entre (i) o que é tradição ou *erudição mínima*, ou seja, um saber caracterizado por ser um conhecimento produzido por outros e que nós de algum modo adquirimos, constituindo uma espécie de arquivo do conhecimento científico (GUIMARÃES; ORLANDI, 2006); e (ii) o que é inovação ou incorporação de novos elementos à tradição. Na tentativa de não “misturar alhos com bugalhos”, busquei, então, apresentar inicialmente, em diferentes capítulos, cada um dos campos agenciados, para só em seguida tecer diálogo entre eles.

*A potencialidade* disso é viabilizar ao leitor um caminho mais seguro para exame do que se propõe, facultando-se a ele, inclusive, a tarefa de identificar novos pontos de convergência (e também de divergência) entre os campos agenciados. Nesse sentido, decidi-se também usar abundantemente, nesta tese, *citação direta*, tomando-a tanto como um *recurso de legitimação* para a constituição da abordagem proposta, quanto um recurso para checagem do modo como os conceitos são apresentados em cada campo, o que facilita a avaliação quanto à interpretação que fiz deles – admitindo que, inegavelmente, ao trazê-los

para cá, os conceitos já se encontram enquadrados em minha linha argumentativa.

A *fragilidade* das decisões acima, contudo, está no próprio volume de informações que se apresenta, não apenas porque demandou o rastreamento de muitos conceitos, no resgate da *erudição mínima* de cada campo, mas também porque o uso de citações diretas de textos em línguas estrangeiras exigiu o registro delas, no original, em nota de rodapé. Tem-se, assim, pelo menos uma *justificativa para a extensão do texto que ora se apresenta*.

Ademais, adverte-se de que há um conjunto de termos partilhados entre os campos que evocam, em cada um deles, diferentes acepções (às quais o leitor deverá estar atento), tais como *discurso* e *contexto*, conforme ilustrado a seguir.

O termo *discurso*, por exemplo, evoca nos três campos, de modo geral, a noção de *língua em uso*. A diferença, contudo, está no modo como cada campo concebe o uso ou fatores a ele correlacionados: (i) *no campo funcionalista*, o termo *discurso* evoca aspectos tanto textuais quanto pragmáticos do uso; (ii) *no campo dialógico*, o termo evoca, além de questões textuais, relacionadas à materialidade linguística, a noção de *ponto de vista*, de *perspectiva* que se assume na interação, referindo-se, pois, ao uso ideológico da língua; (iii) já *no campo variacionista*, o termo é agenciado com as duas acepções anteriores (funcionalista e dialógica) a depender da fase/onda para a qual se volta a atenção.

O termo *contexto*, nos três campos, faz referência a um amplo quadro de ambientes implicados na interação social, desde o ambiente histórico e sociocultural, passando pelo pragmático e pelo textual, até chegar, de um ponto de vista mais estrito, ao ambiente linguístico (semântico, morfossintático, fonológico). A diferença, contudo, está em como cada campo se orienta para o exame de cada um desses tipos de contexto, o que já decorre do modo como cada um compreende o fenômeno da interação social e os fatores que a impactam. Assim, se os campos variacionista e funcionalista, ao longo de seu desenvolvimento histórico, voltam-secada vez mais para os ambientes contextuais mais amplos, esses sempre estiveram em primeiro plano no campo dialógico.

### **Especificações da pesquisa: questões e objetivos**

Considerando que há *duas frentes de trabalho* envolvidas no desenvolvimento desta tese – uma relacionada ao fenômeno em variação/mudança que se toma como objeto de reflexão; e outra

relacionada ao trabalho de articulação entre os campos teóricos para proposição de uma abordagem integrada – as **questões gerais de pesquisa** desta tese são:

- (1) Por quais vias se pode tecer articulação entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico, para constituição de uma abordagem transdisciplinar?
- (2) Quais os efeitos teórico-metodológicos de se pôr os três campos em diálogo e, sob o escopo desses efeitos, como o fenômeno em variação/mudança da expressão do futuro do presente (e fenômenos de similar natureza) pode(m) ser analisado(s)?

Frente a essas questões, são **objetivos gerais** desta tese, estando os três primeiros relacionados à primeira questão de pesquisa, e os dois últimos, à segunda questão de pesquisa:

- (1) Apresentar o fenômeno em variação/mudança a partir do qual se reflete teórico-metodologicamente, a expressão do futuro do presente, especificando os elementos que o complexificam e revisando estudos brasileiros sobre ele;
- (2) Revisitar os três campos teóricos que propomos que sejam agenciados e articulados para tratamento da variação/mudança;
- (3) Explicitar pontos de convergência (direta ou indireta) entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico;
- (4) Propor uma abordagem transdisciplinar para tratamento da variação/mudança, tendo em vista reflexões sobre a expressão do futuro do presente;
- (5) Contribuir com as discussões epistemológicas sobre variação/mudança, no contexto em que esse tema passa a ser visto como um meio de se compreender a vida social.

São **objetivos específicos** desta tese:

- 1) Indicar componentes que envolvem a expressão do futuro do presente, com foco nas funções semântico-pragmáticas *Tempo, Aspecto e Modalidade* (TAM);
- 2) Mapear e problematizar pesquisas brasileiras sobre esse fenômeno;
- 3) Identificar os principais pontos epistemológicos e teórico-metodológicos que caracterizam: (i) o funcionalismo norte-americano e a abordagem da gramaticalização, (ii) a sociolinguística variacionista, considerando as diferentes fases que a constituem, e (iii) a perspectiva dialógica – obtendo-se, assim, diretrizes para a articulação entre os campos;
- 4) Tecer pontos de diálogo entre os campos, para promoção de uma nova *chave de leitura* para exame de fenômenos em variação/mudança, especificando, em especial, a relação que se estabelece entre gêneros do discurso, estilo, formas e funções;
- 5) Acomodar os principais aspectos metodológicos dos três campos em um novo *design* metodológico;
- 6) Frente à articulação proposta, apontar diretrizes para tratamento de pontos ainda não considerados na literatura sobre a expressão do futuro do presente.

Salienta-se que foram apresentados aqui questões e objetivos da *tese*. Além disso, outras questões e objetivos mais detalhados podem emergir no âmbito de cada uma das *partes* que a constitui.

### **Organização da tese**

Após contextualização da pesquisa, informa-se que esta tese se organiza em torno de três diferentes *partes* e do seguinte modo.

A *primeira parte*, constituída de apenas um capítulo (*Capítulo I*), destina-se à exposição do fenômeno da expressão do futuro do presente, considerando os elementos que a complexificam e um

conjunto de pesquisas brasileiras sobre essa expressão no PB – circunscrevendo o fenômeno e o estado da arte, portanto.

A *segunda parte* constitui-se em torno de três capítulos (*Capítulo 2, 3 e 4*), destinados à apresentação de cada um dos campos agenciados: o variacionista, o funcionalista e o dialógico, considerando as diretrizes (epistemológicas, teóricas e metodológicas) de cada um deles.

A *terceira parte*, constituída de apenas um capítulo (*Capítulo 5*), promove um diálogo entre os campos e apresenta a proposta de uma nova abordagem para tratamento de fenômenos em variação e mudança, frente a reflexões sobre a expressão do futuro do presente: o sociofuncionalismo enunciativo-discursivo. Nesse capítulo também são apresentadas as respostas a que se chegou para as questões da pesquisa.

Encerrando a tese, tecem-se ainda algumas *considerações finais*, fazendo um balanço geral da pesquisa.



## **PARTE I**

### **A EXPRESSÃO VARIÁVEL DO FUTURO DO PRESENTE**





Esta parte da tese contempla o primeiro *objetivo geral de pesquisa*, qual seja: “apresentar o fenômeno em variação/mudança a partir do qual se reflete teórico-metodologicamente, a expressão do futuro do presente, especificando os elementos que o complexificam e revisando estudos brasileiros sobre ele”.

Constituída por apenas um capítulo (Capítulo 1), esta parte orienta-se pelas seguintes questões:

- (1) Quais aspectos (semântico-pragmáticos) estão envolvidos na expressão gramatical do futuro do presente, motivando nela variação?
- (2) De que modo o processo de mudança está implicado na expressão variável desse fenômeno?
- (3) No âmbito das pesquisas brasileiras sobre o PB, como esse fenômeno variável tem sido investigado e quais são os principais resultados dessas pesquisas?
- (4) Considerando a complexidade que envolve a expressão do futuro do presente e o conjunto de conhecimento produzido sobre ela, no PB, sob que ângulo ainda se pode olhar para esse fenômeno e, assim, amplificar o conhecimento sobre ele?

Tais questões estão atreladas aos dois primeiros *objetivos específicos* da tese, rerepresentados abaixo:

- (i) Indicar os elementos que envolvem a expressão do futuro do presente, com foco nas funções semântico-pragmáticas *Tempo, Aspecto e Modalidade (TAM)* – a partir do que se procura responder as questões (1) e (2), acima mencionadas;
- (ii) Mapear e problematizar pesquisas brasileiras sobre esse fenômeno – a partir do que se procura responder as questões (3) e (4), acima mencionadas.

Ao final, o conjunto de questões aqui tratadas justifica a configuração da Parte II deste texto, dando continuidade ao desenvolvimento da pesquisa.



## CAPÍTULO 1

### CIRCUNSCREVENDO O FENÔMENO E O ESTADO DA ARTE

“A multiplicidade das significações é o índice que faz de uma palavra uma palavra”  
(BAKHTIN, 2014 [1929], p. 135; grifos do autor).

“[...] encontramos morfemas de futuro indicando, junto com seu significado de futuro, um ou mais dos seguintes significados: desejo, intenção, obrigação, necessidade, iminência, habitualidade, verdade geral, comportamento característico, comando, solicitação polida, suposição”  
(BYBBE; PAGLIUCA, 1987, p. 109).

### INTRODUÇÃO

Adotando-se uma visão funcionalista (cf. Capítulo 2) para exposição do fenômeno em variação/mudança em tela nesta tese, a saber, *a expressão do futuro do presente*, considera-se que a complexidade desse fenômeno é motivada pelos seguintes aspectos:

- 1) o termo *futuro do presente* designa, concomitantemente, conforme se indicou na Introdução desta tese:
  - a. *forma verbal*, evocando a noção de *categoria verbal* gramaticalmente codificada na língua para expressar *tempo* (estando a isso associados valores modais e aspectuais);
  - b. *função de referência temporal*, evocando a noção de *domínio funcional*, também correlacionado a valores aspectuais e modais interconectados;
- 2) a expressão do *futuro do presente*, tal como toda expressão de referência temporal, envolve diferentes *elementos*, ao codificar o tempo cronológico das situações a que faz referência em relação ao tempo de fala e/ou em relação a outras situações dadas no contexto; com isso, mostra uma natureza dêitica e/ou anafórica.

Este capítulo (i) especifica cada um desses aspectos, além de indicar por que, na expressão desse tempo, processos de mudança e de variação estão implicados; e (ii) retoma pesquisas brasileiras já realizadas sobre a variação/mudança (no domínio funcional) do futuro do presente, com vistas à obtenção de (a) um panorama quanto à organização das formas e das funções que elas desempenham nesse domínio, no PB, e de (b) um diagnóstico dos procedimentos que têm sido adotados na investigação desse fenômeno.

Para levar a cabo esse intento, o capítulo está organizado em duas diferentes seções (1.1 e 1.2), que tratam, respectivamente, de cada um desses tópicos, com vistas a descrever o *estado da arte* sobre o fenômeno em questão.

## 1.1 O (MACRO)DOMÍNIO FUNCIONAL TAM E A EXPRESSÃO DO FUTURO DO PRESENTE

Nesta seção, discorre-se sobre a noção de futuridade e, mais especificamente, de futuro do presente, evidenciando a complexidade que constitui tal noção, a qual envolve (e também é envolvida por) valores temporais, aspectuais e modais (TAM), em diferentes graus. Para a definição do fenômeno tomado como objeto, aciona-se o conceito de domínio funcional (DF), que, neste caso, abriga a relação dinâmica entre formas e (sub)funções na expressão do futuro do presente, ajustando-se, desse modo, o foco de discussão desta tese para *mudança e variação no domínio funcional de futuro do presente*<sup>6</sup> (cf. 1.1.1)

Como, no âmbito de TAM, *tempo* é o valor prototipicamente acionado na definição de futuro, reserva-se uma subseção para tratar de tempo e, mais especificamente, de tempo futuro, além de se considerar também a constituição da representação temporal nas línguas (cf. 1.1.2). Esta seção ainda resgata orientações conceituais acerca da constituição de formas de expressão do futuro em diversas línguas, bem como os processos de gramaticalização de duas das principais formas verbais que

---

<sup>6</sup> Cabe já adiantar que, ao fazer referência ao termo *futuro do presente*, temos em mente o duplo significado anteriormente mencionado: o termo remete tanto ao *domínio funcional* como à *forma verbal* gramaticalizada que codifica esse domínio (e que, por vezes, também atua em outros domínios interligados). Ou seja, pode remeter à *função* e também à *forma* de codificação de tal função. Esses aspectos conceituais são aprofundados adiante (cf. 1.1.1).

codificam esse domínio no PB: a forma sintética e a forma perifrástica *ir* + infinitivo (cf. 1.1.3). Seguem-se as discussões.

### 1.1.1 O (Macro)Domínio Funcional TAM

O conceito de domínio funcional emerge no contexto dos estudos tipológicos associados a uma *perspectiva funcionalista de gramática* (cf. Capítulo 2). Segundo Givón (2001), esses estudos foram fortalecidos na década de 1960, com os trabalhos pioneiros de Greenberg<sup>7</sup>, que observou que diferentes línguas apresentavam diferentes tipos estruturais passíveis de serem agrupados como membros do que Givón chama de *metatipos* mais gerais – não de estruturas, mas de funções (GIVÓN, 2001, p. 20). Em outros termos, a partir de evidências empíricas, o que se depreende é que, nas diferentes línguas, diferentes recursos gramaticais codificavam as mesmas funções que, por isso, são compreendidas, nos estudos funcionalistas, como funções universais ou tendências gerais de uso da língua.

É a esses metatipos de uso da língua que se designa *domínio funcional*,

[...] caracterizado como uma área coberta por (macro)funções/significações gramaticais que se projetam, via codificação, em mecanismos linguísticos que se articulam de forma mais, ou menos recorrente e regularizada em diferentes níveis (GÖRSKI; TAVARES, 2017: p. 49).<sup>8</sup>

Aplicando esse conceito intralinguisticamente, tem-se como tarefa identificar “os principais meios estruturais pelos quais diferentes recursos codificam um mesmo domínio funcional” (GIVÓN, 2001, p.

<sup>7</sup> O linguista norte-americano Joseph Harold Greenberg é considerado pioneiro nos estudos de universais sintáticos, estudos que compararam usos empíricos de diferentes línguas, chegando à conclusão de que certas características gramaticais numa língua implicam certas outras características (Cf. FLEISCHMAN, 1982, p. 3-5).

<sup>8</sup> Alguns domínios funcionais codificados por diversas línguas são *TAM* (*tempo, aspecto e modalidade*), *negação*, *referencialidade*, *irrealis*, *topicalidade*, *definitude*, *concordância*, *atos de fala*, entre outros (HOPPER, 1991; GIVÓN, 2001).

23), assumindo-se que diferentes formas de um domínio codificam *a mesma* ou *similar função* (HOPPER, 1991). *Trata-se, portanto, de um conceito no âmbito dos estudos funcionalistas para a investigação da correlação entre formas e funções.*

Porém, como domínios funcionais caracterizam-se (i) por serem complexos e multidimensionais, (ii) por distribuírem-se num contínuo, (iii) por apresentarem dimensões subjacentes, além de (iv) poderem ter algumas porções mais codificadas que outras (GIVÓN, 2001, p. 25-26), a identificação das fronteiras de um domínio, bem como a identificação das formas que o codificam, não é tarefa banal. O primeiro aspecto a se considerar é que, como domínios funcionais se configuram em termos de *escopo funcional gradiente*, eles podem ser vistos como um fenômeno superordenado: macrofunção/macrodomínio > funções/domínios > subfunções/subdomínios (GÖRSKI *et al.* 2003; GIBBON, 2014; GÖRSKI; TAVARES, 2017).

Assim, é possível falar em “(sub)funções de um domínio funcional”, no sentido de que diferentes valores semântico-pragmáticos podem ser abrigados no interior de um domínio, *a depender do foco da lente do observador*, que define a abrangência e os limites do domínio que quer investigar. *TAM, por exemplo, é um domínio funcional complexo (macrofunção) ou um macrodomínio em que as categorias de tempo, aspecto e modalidade atuam articuladamente.* Cada uma dessas categorias pode ser considerada, no entanto, um domínio funcional específico, como o domínio funcional de tempo, o domínio funcional de aspecto e o domínio funcional de modalidade, embora todas elas compartilhem, em alguma medida, traços umas das outras.

*O domínio funcional de tempo*, que mais diretamente interessa a esta tese, recobre os subdomínios ou subfunções de anterioridade, simultaneidade e posterioridade; a posterioridade recobre a futuridade (cf. 1.1.2), que envolve tanto o domínio do futuro do presente quanto o do futuro do subjuntivo. Gibbon (2014) considera ainda que o domínio funcional da futuridade, por exemplo, abrange (i) o domínio funcional do futuro do presente, (ii) contextos de habitualidade e (iii) atos de fala diretivos ou de comando.

Como todos esses (sub)domínios estão sob o escopo de TAM, todos eles codificam, concomitantemente, *tempo, aspecto e modalidade*, embora cada (sub)domínio possa marcar, mais proeminentemente, uma dessas (sub)funções: a expressão do futuro do presente, por exemplo, aciona, prototipicamente, em sua definição, a (sub)função *tempo*, embora também abarque as (sub)funções *aspecto* e *modalidade*. Assim, nas palavras de Gibbon,

[e]nquanto no *domínio funcional do futuro* [do presente] *estão imbricadas as noções de tempo, modalidade e aspecto*, na habitualidade reconhecemos as noções de aspecto e, em menor grau, de tempo (futuro); e no comando, as noções de modalidade e também em menor grau, de tempo (futuro). Em outras palavras, *a macrofunção de expressar uma situação projetada a partir do momento de fala é basicamente realizada pelo domínio funcional do futuro*, sendo perifericamente compartilhada pelos domínios da habitualidade e do comando. (GIBBON, 2014, p. 21; grifos nossos).

A seguir, retoma-se a representação do domínio funcional da futuridade, conforme Gibbon (2014):

**Figura 1:** Diagrama representacional do escopo da futuridade e de suas relações com habitualidade e imperativo/comando



Fonte: Gibbon (2014, p. 61)

Destaca-se que o diagrama proposto pela autora faz ver que diferentes (sub)domínios funcionais, além de correlacionados, podem se referir ao mesmo conjunto de (sub)funções: a questão, no entanto, é que cada (sub)domínio pode assegurar com mais proeminência uma dada função. Assim é que, embora tanto o domínio da habitualidade quanto o domínio de comando compartilhem com o domínio do futuro a função temporal, é nesse último que essa função é mais proeminente.

O ponto que interessa a esta tese, considerando esse escopo conceitual, é que *a relação entre diferentes domínios funcionais* (que podem se sobrepor ou se interligar parcialmente), *bem como a complexidade de cada domínio, justifica o fato de várias formas serem acionadas para dar conta da codificação das (sub)funções de um domínio, ao mesmo tempo em que uma forma pode codificar (sub)funções de diferentes domínios.* A construção *ir + infinitivo*, por exemplo, pode atualizar, em cada contexto de uso, diferentes (sub)funções (tempo-aspecto-modalidade) de um mesmo domínio e até de diferentes domínios, como se ilustra a seguir.

Considere-se, inicialmente, o primeiro conjunto de dados:

(1)

- a) Marido da ministra das Finanças **vai ser** julgado por cinco crimes.<sup>9</sup>
- b) Recriada Comissão Especial que **analisará** revogação do Estatuto do Desarmamento.<sup>10</sup>
- c) Campo Grande **recebe** nesta semana duas etapas do projeto “SED vai às Escolas”.<sup>11</sup>

Nesses dados, ilustra-se o fato de que uma língua pode codificar *o mesmo domínio funcional por mais de um meio estrutural* (GIVÓN, 2001): construção perifrástica, forma verbal de futuro sintético e forma verbal de presente do indicativo, respectivamente, codificam, nesses dados, o domínio funcional do futuro do presente. Hopper (1991) explica que

[e]ssa diversidade formal acontece porque quando uma forma ou um conjunto de formas emerge em um domínio funcional, não substitui de imediato o conjunto de formas funcionalmente equivalente já existente imediatamente (*e talvez nunca*), mas os dois conjuntos de formas coexistem. Eles podem

---

<sup>9</sup> Disponível em: <<http://observador.pt/2015/07/16/marido-da-ministra-das-financas-vai-julgado-cinco-crimes>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

<sup>10</sup> Disponível em: <<http://www.jornalnortesul.com/ci/noticias/noticia/463>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

<sup>11</sup> Disponível em: <<http://jornaldiadia.com.br/campo-grande-recebe-nesta-semana-duas-etapas-do-projeto-sed-vai-as-escolas>>. Acesso em: 18 ago. 2015.



ser especializados para determinados itens lexicais ou construções, ou registos sociolinguísticos; eles podem ter significados ligeiramente diferentes, ou, simplesmente, podem ser reconhecidos como alternativas "*estilísticas*". (HOPPER, 1991, p. 23; grifos do autor).<sup>12</sup>

Por essa afirmação de Hopper, já se indica por que ocorre variação na expressão do (domínio funcional) do futuro do presente, bem como se depreende que, para o estudo da variação no âmbito de um domínio funcional, (i) itens lexicais ou construções típicas, (ii) registro sociolinguístico/estilístico e (iii) significado (social e linguístico) da variação são aspectos que devem ser investigados.

Observe-se agora o segundo conjunto de dados:

(2)

- a) Polícia Federal **vai investigar** explosão de bomba no Instituto Lula, diz Cardozo.<sup>13</sup>
- b) Sempre que **vou falar** sobre a questão dos jornais na sala de aula, começo contando um pouco da minha história porque é ela que explica o porquê de eu ter me tornado uma jornalista e também, anos depois, ter me especializado na área da educação.<sup>14</sup>
- c) Com o tema "**Vamos cuidar** do Brasil?", o governo pretende formular novas propostas para o Sisnama, Sistema Nacional do Meio Ambiente, e quer a participação da sociedade.<sup>15</sup>

<sup>12</sup> "This formal diversity comes about because when a form or set of forms emerges in a functional domain, it does not immediately (and may never) replace an already existing set of functionally equivalent forms, but rather the two sets of forms co-exist. They may be specialized for particular lexical items, particular classes of constructions, or sociolinguistic registers; they may have slightly different meanings, or simply be recognized as "stylistic" alternatives".

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/07/31/policia-federal-vai-investigar-explosao-de-bomba-no-instituto-lula-diz-cardozo>>.

Acesso em: 18 ago. 2015.

<sup>14</sup> Disponível em: <<http://alb.com.br/arquivo-morto/anais-jornal/jornal1/MesasRedondas/Januaria.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/jornalhoje/0,,MUL1142002-16022,00-CONFERENCIA+DO+MEIO+AMBIENTE.html>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Com esse segundo conjunto de dados, ilustra-se o fato de que *uma mesma estratégia estrutural pode codificar mais de um domínio ou função* (LEHMANN, 2011): a construção perifrástica, nos três dados apresentados, codifica, respectivamente: (i) o domínio funcional do futuro do presente, (ii) contexto de habitualidade e (iii) contexto de atos de fala diretivo, nos termos de Gibbon (2014).

Caracterizando ainda a complexidade do domínio funcional do futuro do presente, há o fato de que uma das características comuns à categorização gramatical das formas de futuro é justamente a instabilidade da relação entre formas e funções, tendo em vista que a “característicaquaseuniversal das formas de futuro é a sua propensão para a mudança semântica”<sup>16</sup> (FLEISCHMAN, 1982, p. 23).

A consequência disso é uma constante dinamicidade entre formas e funções, no âmbito desse domínio funcional, em particular, mas também na língua, em geral, de modo que, segundo a perspectiva funcionalista, mudança e variação são movimentos constantes na língua.

Disso se conclui que as categorias linguísticas não podem ser vistas como *discretas*, mas como distribuídas num *continuum*, no âmbito do qual, entre uma categoria e outra, no processo de mudança, pode haver ocorrências ambíguas ou com traços sobrepostos. Sob essa ótica, opera-se, então, com o conceito de *distribuição categorial escalar*, segundo o qual os membros de uma categoria, num modelo gradiente de organização, podem ser mais, ou menos, prototípicos a depender de um conjunto de fatores – cf. Givón (2001, p. 32).

Nesse contexto, Gibbon (2014) e Görski e Tavares (2017) vêm chamando atenção para usos que podem ser duplamente interpretados como futuro ou como habitual. A título de exemplificação, observe-se o excerto a seguir:

- (3) Entenda o processo de impeachment  
O presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), **decide acolher** uma das denúncias por crime de responsabilidade da presidente da República [...] Após a decisão do presidente da Câmara, é instalada uma comissão especial para analisar o pedido, com deputados de todos os partidos, em número

---

<sup>16</sup> “[...] a quasi-universal characteristic of future forms is their propensity toward semantic change”.

proporcional ao tamanho da bancada de cada legenda. [...] Instalada a comissão, a presidente da República **tem**, depois de notificada, prazo de dez sessões para se manifestar [...] Após a manifestação da defesa, a comissão **tem** prazo de cinco sessões para votar o relatório final, com parecer a favor ou contra a abertura do processo.<sup>17</sup>

Em (3), as formas verbais destacadas podem indicar (i) tanto uma *situação habitual/ritual* (no sentido de que, *para todo processo de impeachment*, esse é o procedimento – acolhe-se uma denúncia; instala-se uma comissão especial; confere-se ao presidente da República prazo de dez sessões para se manifestar; confere-se, em seguida, um prazo de cinco sessões para votação do relatório final) e, nesse caso, a codificação das formas em destaque seria referente ao domínio funcional da habitualidade; (ii) quanto uma *sequência de situações futuras previstas para esse impeachment em particular* (o presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), *decide/decidirá/vai decidir* acolher uma das denúncias; *é/será/vai ser* instalada uma comissão especial para analisar o pedido; a presidente da República *tem/terá/vai ter* prazo de dez sessões para se manifestar; a comissão *tem/terá/vai ter* prazo de cinco sessões para votar o relatório final) e, nesse caso, a codificação seria referente ao domínio funcional do futuro do presente: “[t]rata-se, pois, de um uso que se situa nos limites interconectados de dois domínios funcionais, ilustrando um caso de *continuum* categorial” (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 60).

A partir dessa compreensão, assume-se, portanto, que, *intra lingüisticamente*, há um constante movimento de acomodação entre formas e funções, de modo que uma categoria pode passar a deslizar para outra, por meio de um processo lento e gradual de mudança.

A consequência teórica de assim se compreender as categorias lingüísticas, tendo em vista a complexidade que envolve a codificação de um domínio funcional, é “*relativizar a noção de ‘categoria’ em relação ao discurso*”<sup>18</sup> e, portanto, ver a adesão de uma forma a uma categoria como sendo algo não determinado com antecedência, mas

---

<sup>17</sup> Disponível em: <http://especiais.g1.globo.com/politica/2015/entenda-o-processo-de-impeachment/>. Acesso em 03 de abr. de 2017.

<sup>18</sup> Discurso, no âmbito do funcionalismo, refere-se à *língua em uso* (cf. Capítulo 2), podendo evocar aspectos tanto textuais quanto pragmáticos (cf. Capítulo 3).

secundário *dependente do uso da forma no discurso [...]*” (HOPPER, 1991, p. 30; grifos nossos).<sup>19</sup>

No excerto precedente, em (3), o conhecimento pragmático sobre o processo de *impeachment*, considerando-o do ponto de vista jurídico, por exemplo, poderia desfazer a ambiguidade – uma vez que se saberia se o que está descrito se refere ao procedimento *de todo impeachment* (o que poria em primeiro plano a leitura de habitualidade das formas em destaque) ou se se refere ao procedimento adotado *apenas para esse impeachment* (o que poria em primeiro plano a leitura da temporalidade das situações, projetadas numa sequenciação temporal).

Num caso e outro, as formas verbais em destaque dirigem a própria organização textual, uma vez que, caso a sequenciação fosse desfeita, haveria, no texto, incoerência pragmática (porque não se pode instalar uma comissão especial para analisar pedido de *impeachment*, antes de o presidente da Câmara decidir se acolhe (ou não) uma denúncia contra o presidente da República), quer a leitura seja de habitualidade quer seja de temporalidade. Disso se depreende que *há motivações discursivas para a emergência de formas e de funções* (bem como de correlações entre elas) na expressão do futuro do presente (especificamente), tal como a necessidade de se garantir certas noções aspectuais e/ou modais, além de temporais.

Dessa última consideração, destaque-se, por fim, que no âmbito do domínio funcional do futuro do presente, por exemplo, cada uma das funções (tempo-aspecto-modalidade) se especifica ainda em outras subfunções. Assim, para citar alguns exemplos, a função *tempo* recobre as subfunções *futuro determinado* ou *não determinado*<sup>20</sup>; a função *aspecto* recobre, por exemplo, as (sub)funções *perfectivo semelfactivo*, *imperfectivo iterativo*, *imperfectivo inceptivo semelfactivo* etc.; e a função *modalidade*, as (sub)funções *modalidade orientada para o agente*, *modalidade orientada para o falante*, *modalidade epistêmica*, havendo ainda, *casos ambíguos* (i) no interior de uma (sub)função (há

---

<sup>19</sup> “The theoretical consequence of seeing categories in this way is to relativize the notion of “category” to discourse, and hence to see membership in a category as being, not determined in advance for a form, but secondary to the deployment of the form in discourse [...]”.

<sup>20</sup> Essas subfunções aparecem também na literatura com os termos *futuro próximo* ou *distante*, evocando outras acepções (cf. 1.2).

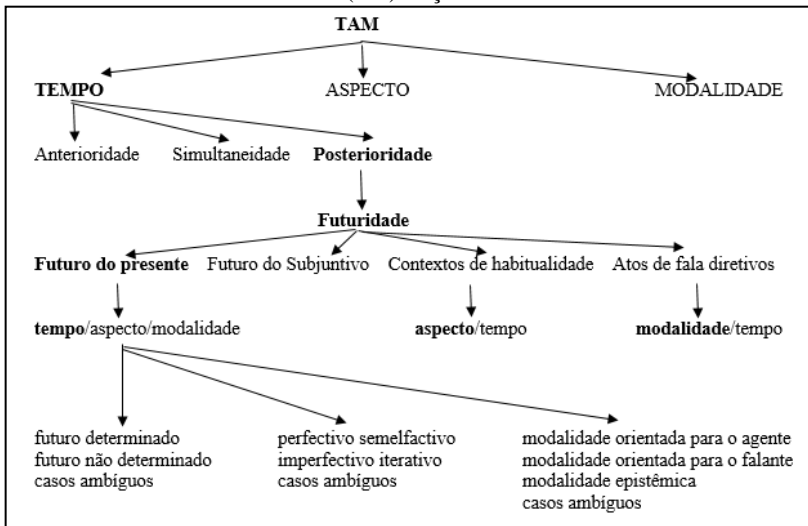
caso ambíguos entre modalidade orientada para o agente e modalidade orientada para o falante) ou mesmo (ii) entre funções (como nos casos em que há ambiguidade entre aspecto e modalidade, por exemplo, o que reflete justamente o processo (gradual) de mudança funcional das formas, no âmbito do domínio do futuro do presente (cf. 1.1.3). O ponto a ser destacado aqui é que, para garantir a expressão de cada uma dessas funções e subfunções, estabelece-se uma complexa relação entre essas e as formas do domínio.

Uma representação das noções apresentadas nesta subseção sobre o (macro)domínio funcional *TAM*, considerando apenas a (macro)função *T* (tempo), que define mais diretamente o domínio funcional do futuro do presente, até chegar às (sub)funções que esse domínio codifica, pode ser assim exposta<sup>21</sup>:

---

<sup>21</sup> Destaque-se, no diagrama, que a futuridade pode ainda recobrir outros (sub)domínios funcionais, como o do presente do subjuntivo, em contextos de projeção futura da situação – tal como no seguinte dado: “Espero que você traga o material amanhã”. Nesta tese, o diagrama apresentado cumpre apenas o papel de sintetizar as discussões da subseção, e não de apresentar todos os (sub)domínios e (sub)funções sob o escopo de TAM.

**Figura 2:** Especificação do (macro)domínio funcional TAM a partir de T (tempo) até chegar ao (sub)domínio funcional do futuro do presente e suas (sub)funções



Fonte: Elaboração própria

Dessas discussões, destaca-se, então, a visão de que a noção de *mesmo domínio funcional* não é absoluta, mas relativa:

um grande domínio [como no caso de TAM] frequentemente se subdivide em subdomínios que se interconectam e interagem [como ocorre com os subdomínios *futuro do presente*, *contextos de habitualidade* e *atos de fala diretivos*, por exemplo]. Nesse sentido, o domínio funcional pode ser visto como superordenado, recobrando áreas funcionais gerais [como *Tempo*, *Posterioridade* e *Futuridade*] ou mais restritas [como *futuro do presente*, *contextos de habitualidade* e *atos de fala diretivos*], a depender do ajuste de foco da lente do analista (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 46).

E, porque os domínios funcionais são multidimensionais, escalares e se distribuem num *continuum*, ou seja, não são discretos, ao passo que a estrutura sintática é discreta, a própria estrutura linguística, enquanto unidade de codificação funcional, precisa ser reconhecida como flexível – o que explica, assim, tanto o fato de uma forma codificar

funções de diferentes domínios quanto o fato de diferentes formas serem agenciadas para codificar os diferentes matizes funcionais (como *futuro determinado/não determinado*; *aspecto perfectivo semefalctivo/imperfectivo iterativo*; *modalidade orientada para o agente/ para o falante*) de um domínio.

Descrita, em termos de TAM, a complexidade funcional que envolve a expressão do futuro do presente, especifica-se, a seguir, um fator adicional que confere complexidade a esse domínio funcional: sua constituição temporal.

### **1.1.2 A complexidade da expressão gramatical de tempo e de tempo futuro: a questão da ancoragem**

Esta subseção destina-se à apresentação e discussão dos elementos implicados na expressão gramatical de tempo, tomando como ponto de partida uma compreensão lógico-formal da questão, de acordo com as proposições de Reichenbach (1947)<sup>22</sup> e de Corôa (2005), até chegar a uma perspectiva funcionalista, tendo em mira principalmente as concepções de Fleischman (1982), de Comrie (1985) e de Givón (2001). Antes, porém, tecem-se algumas considerações gerais à guisa de introdução do tópico em pauta.

Uma das experiências mais ricas que temos no mundo é a experiência temporal. Por meio dela, de maneira geral, contamos nossos dias, organizamos nosso cotidiano, lembramos do que foi e já não é, reclamamos de e/ou apreciamos o ponto em que estamos, e vivemos na expectativa do que pode vir a ser. Tudo isso se relaciona ao modo como percebemos o tempo no fluxo de nossa existência e, uma vez que essa percepção se refere a uma noção conceptual, todas as línguas do mundo codificam, linguisticamente, essa experiência (COMRIE, 1985).

Contudo, há que se distinguir *tempo* enquanto experiência (percepção) no mundo e *tempo* enquanto categoria da língua. No inglês, essa especificação está garantida lexicalmente: *time*, para o primeiro caso; e *tense* para o segundo. Como não dispomos desse recurso distintivo no PB, buscamos utilizar, ao longo desta discussão,

---

<sup>22</sup> Reichenbach adverte que não devemos nos surpreender se alguns aspectos da língua em uso não se encaixarem no esquema lógico-simbólico proposto por ele, uma vez que a linguagem matemática pode ser coordenada à linguagem real apenas no sentido de uma aproximação.

expressões como *tempo verbal*, *tempo gramatical* e *categoria de tempo* para a expressão gramatical; e *tempo* para a experiência temporal que temos no mundo.

No português, “[a] categoria linguística TEMPO [...] está gramaticalizada nos tempos verbais” (MATEUS *et al.*, 1989, p.76; grifo dos autores), embora, nas línguas naturais, a categoria verbal não codifique apenas tempo, mas, concomitantemente, funções variadas, tais como valência, voz, aspecto, modo/modalidade e concordância. Qualquer investigação quanto à categoria de tempo, portanto, lida com essa multiplicidade funcional.

A depender do contexto, expressões e itens lexicais também funcionam como localizadores temporais das situações, ampliando grandemente as possibilidades de os sujeitos<sup>23</sup> reportarem tempo na língua (COMRIE, 1985, p. 9).

Para além do tempo gramatical e do tempo enquanto experiência no mundo, há mais um tipo de tempo que precisa ser considerado: o tempo que independe de nossa existência ou percepção e também independe da própria língua: o tempo cronológico. Em Corôa (2005) encontra-se a seguinte distinção entre esses três diferentes tipos de tempo:

O primeiro – *tempo cronológico* – é caracterizado por um ponto em contínua deslocação em direção ao futuro, de duração constante, uniforme e irreversível. O segundo – *psicológico* – não tem duração constante e uniforme porque existe em função do mundo interno do indivíduo: pode parar, retroceder, acelerar-se, etc. O terceiro – *gramatical* – é aquele caracterizado em português por um radical acrescido dos morfemas típicos (CORÔA, 2005, p. 24; grifos nossos).

Se, nos estudos linguísticos, é comum a compreensão de *tempo cronológico* enquanto dimensão linear, tal como se verifica no excerto

---

<sup>23</sup> Nesta tese, a princípio, não se faz distinção entre os termos sujeito, indivíduo, falante e locutor, embora carreguem conotações distintas nos campos teóricos acionados ao longo da tese.



precedente, cujas situações<sup>24</sup> estão nela localizadas, *tempo gramatical* é definido justamente como “a gramaticalização da localização das situações no tempo [cronológico]” (COMRIE, 1985, p. vii; grifos nossos). A questão, porém, não é simples, porque a própria localização das situações na linha temporal (tempo cronológico) sofre influência do *tempo psicológico*, i. é, do modo como os falantes concebem (/percebem) as situações.

Trazendo essas noções para o âmbito das relações entre formas e funções – que é a perspectiva que orienta a tese –, pode-se, *grosso modo*, associar a ideia de tempo cronológico/psicológico à *função*, e a ideia de tempo gramatical à *forma*. Saliente-se, no entanto, que qualquer categoria gramatical envolve não apenas a estrutura da língua, mas também a significação que dada forma codifica. Assim a chamada categoria *tempo gramatical* carrega, naturalmente, uma associação entre forma (codificação gramatical) e função (significação).

Em vista disso, apresentam-se, a seguir, três noções envolvidas na codificação gramatical do tempo e que, em alguma medida, evocam as ideias de tempo cronológico e tempo psicológico. Tome-se, como ponto de partida, a interpretação lógica sobre tempo gramatical formulada pelo filósofo e matemático Reichenbach (1947), muito difundida na literatura, por ser “bastante próxima das intuições do falante e [que] se aplica bem ao português” (ILARI, 1997, p. 13).<sup>25</sup>

Esse lógico formalizou uma proposta explicativa sobre o funcionamento da *categoria verbal de tempo*, alicerçando-se nas seguintes questões: (i) o tempo gramatical determina o tempo cronológico das situações *em relação ao tempo do ato de fala*; nesse sentido, o tempo (cronológico) ou o momento<sup>26</sup> de fala é o ponto de partida para a referência (gramatical) temporal – o que está antes desse momento é passado; o que é simultâneo a ele, presente; e o que está depois dele, futuro, constituindo-se, assim, três tempos verbais; (ii) como o número de tempos verbais nas línguas naturais é maior que três,

<sup>24</sup> Usa-se *situações* em referência a *eventos, estados, processos*, etc. para que não seja necessário especificar a todo instante o conteúdo codificado pelo verbo (cf. COMRIE, 1990). Por essa razão, na localização de situações futuras na linha temporal, conforme a seguir, empregamos o termo ‘Situação’ (‘S’).

<sup>25</sup> Vale lembrar que Aristóteles foi o primeiro a abordar a categoria de tempo nos verbos, notando que diferenças na relação temporal com a elocução promoviam diferenças na forma verbal (NEVES, 2002b, p. 42).

<sup>26</sup> Usamos os termos *ponto* ou *momento* como alternativos, neste texto.

é preciso considerar que a questão é mais complexa: há que se levar em conta ainda o *momento de referência* que se toma para se reportar às situações, as quais, em relação a esse ponto, podem ser anteriores, simultâneas ou posteriores.

Em vista disso, a explicação de Reichenbach para a constituição dos tempos gramaticais não abre mão de três momentos a serem considerados, quais sejam:

1. o **momento da fala** (*point of speech*, a que o autor se refere como S<sup>27</sup>), compreendido como o intervalo de tempo de cada oração no ato da comunicação, referindo-se diretamente ao sujeito que fala;
2. o **momento em que ocorre a situação** descrita (*point of the event*, a que o autor se refere como E<sup>28</sup>), ou seja, o intervalo de tempo que se atribui ao referente de um verbo;
3. o **momento de referência** (*point of reference*, a que o autor se refere como R) dos acontecimentos naturais ou históricos, isto é, o intervalo de tempo da contemplação do ato verbal pelo falante que transmite essa perspectiva ao ouvinte (REICHENBACH, 1947, p. 288).

Para o autor, é a partir de diferentes combinações entre esses três momentos ou pontos que os diferentes tempos gramaticais se constituem<sup>29</sup>, conforme se pode visualizar na Figura 3<sup>30</sup>, com destaque (nosso) nas combinações para a expressão do futuro.

<sup>27</sup> Para fazer referência a esse momento, utilizaremos ‘F’, em referência à tradução “momento de *fala*”.

<sup>28</sup> Por termos anunciado que faremos referência a *situações* e não a *eventos*, utilizamos S e não E para nos reportamos ao *momento da situação*.

<sup>29</sup> Reichenbach sugere 13 combinações possíveis para a expressão temporal nas línguas naturais, embora destaque que a totalidade delas não costuma ocorrer em uma mesma língua e que apenas nove delas são fundamentais.

<sup>30</sup> A Figura 3 exibe, além das 13 fórmulas combinatórias, também os nomes sugeridos para os nove tempos, alinhados aos nomes tradicionais no inglês. O leitor deve ainda observar que o autor reúne seis combinações em dois grupos distintos. A um grupo, denomina *posterior past*; a outro, *anterior future*. Esses dois grupos contêm três diferentes combinações para um mesmo tempo gramatical, o que significa que diferentes construções gramaticais, apesar de representarem o mesmo tempo gramatical, provêm de diferentes relações entre o momento de fala, o de referência e o da situação reportada.

**Figura 3:** Proposta da representação gramatical de tempo nas línguas humanas

	<b>New Name</b>	<b>Tradicional Name</b>
S – R – F	Anterior past	Past perfect
S, R – F	Simple past	Simple past
R – S – F	} Posterior past	_____
R – F, S		
R – F – S		
S – F, R	Anterior past	Present perfect
F, R, S	Simple present	Present
<b>F, R – S</b>	<b>Posterior present</b>	<b>Simple future</b>
<b>F – S – R</b>	} <b>Anterior future</b>	<b>Future perfect</b>
<b>F, S – R</b>		
<b>S – F – R</b>		
<b>F – R, S</b>	<b>Simple future</b>	<b>Simple Future</b>
<b>F – R – S</b>	<b>Posterior future</b>	_____

Fonte: Reichenbach (1947, p. 297; grifos nossos)

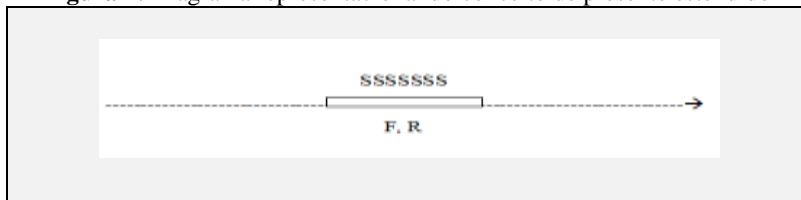
As fórmulas devem ser compreendidas da seguinte maneira: a vírgula representa coincidência entre os momentos; e o hífen, não coincidência. Assim é que no tempo verbal *present* na nomenclatura gramatical do inglês, e renomeado *simple present*, na proposta do autor, a fórmula significa que o momento da situação reportada pelo verbo coincide com o momento de fala e com o tempo de referência (F, R, S), como em “I see John” (Eu vejo John).

Em relação à expressão do futuro, a proposta de Reichenbach prevê que o que se denomina, no inglês, *simple future*, na verdade, *pode ter duas interpretações*, a depender se o *ponto de referência coincide com o momento de fala* (F, R – S), ao que o autor designa *posterior present*, ou se o *ponto de referência coincide com o momento da situação* (F – R, S), ao que o autor designa *simple future*. A especificação de um caso ou de outro, segundo o autor, pode decorrer não da morfologia verbal, mas do uso de circunstanciadores temporais – para o autor, em “Now I shall go” (*Agora* eu deverei ir), o ponto de referência (*now*) coincide com o momento de fala, ao passo que em “I shall go tomorrow” (Eu deverei ir *amanhã*) o ponto de referência (*tomorrow*) coincide com o momento da situação.

Considerando o próprio termo que designa a expressão de futuro em que o ponto de referência coincide com o momento de fala, o *posterior present*, Reichenbach (1947) assinala também que alguns tempos gramaticais indicam, adicionalmente, duração ou repetição de

uma situação. Um desses tempos é o que o matemático denomina *present extended*. O autor ilustra a argumentação com a sentença “I am seeing John” (Eu estou vendo John), em que a situação se efetiva no momento de fala, mas não se encerra ao final dela; antes, é uma situação que se prolonga por um tempo. A representação para essa sentença, bem como para o conceito de *presente estendido* é assim formulada por Reichenbach (1947).

**Figura 4:** Diagrama representacional do conceito de presente estendido



Fonte: Reichenbach (1947, p. 291)

Isso posto, tem-se que, como essas situações podem ser vistas como, embora localizadas no momento de fala, não limitadas nem necessariamente contemporâneas a ele, mas associadas a uma

fração de tempo que inclui o momento da fala [,] *o presente [pode], às vezes, ser associado ao passado, às vezes ao futuro*: identifica-se mais ora com a parte da fração de tempo que veio antes do momento da fala, ora com a parte da fração de tempo que vem depois do momento da fala propriamente dito (CORÔA, 2005, p. 44; grifos nossos).

Considerando especificamente a expressão gramatical do futuro, a relevância que o falante confere ao estado de coisas do presente para se reportar a situações previstas tem sido descrita como central para a indicação de contextos de futuridade, pois, através da avaliação que os sujeitos fazem do estado de coisas do presente, o futuro passa a ser visto em termos “daquilo que *agora* constitui *futuro*” (CORÔA, 2005, p.40; grifos da autora).

Destaque-se, contudo, que nem sempre o momento de fala é o ponto de referência para se reportar a situações futuras. Nesse sentido, em relação à expressão do futuro, há:

- (i) *casos em que a situação referida é anterior a um ponto de referência, que pode coincidir ou não com o momento de fala*, ao que Reichenbach denomina *anterior future* (no inglês, *future perfect*); representados a partir das fórmulas  $F - S - R / F, S - R / S - F - R$ ; e exemplificados a partir de “I shall have seen John” – Eu deverei ter visto João [antes de você ir embora];
- (ii) *casos em que a situação referida é posterior a um ponto de referência, que, por sua vez, é posterior ao momento de fala*, ao que o autor denomina *posterior future*<sup>31</sup>, não havendo, para essa representação, feita a partir da fórmula  $F - R - S$ , termo no inglês; e cuja exemplificação é feita com a sentença “I shall be going to see him” – Eu deverei ir vê-lo [depois de acabar a festa].<sup>32</sup>

Ademais, para os fins desta tese, destacam-se da proposta de Reichenbach os seguintes aspectos: (i) *o momento de fala ou de enunciação*<sup>33</sup> *é que é tomado, como ponto de partida para a explicação dos tempos gramaticais*; é, pois, em relação a ele que a *situação* e o *ponto de referência* se localizam; (ii) além disso, assume-se que a determinação do *ponto de referência* a partir do qual as situações são referidas é dada pelo uso contextual da língua: assim, em uma narrativa, explica o autor, os acontecimentos referidos estão no passado, porque são vistos a partir do momento de fala; mas alguns eventos de uma narrativa podem ainda ser referidos em relação ao ponto de referência determinado pela própria história.

As proposições de Reichenbach também estão presentes nas considerações funcionalistas sobre a expressão do tempo gramatical – embora sob uma nova e, por vezes, diferente ótica. Givón (2001), por exemplo, também considera que, para os casos em que a ancoragem ou referência temporal coincide com o momento de fala, as situações que

---

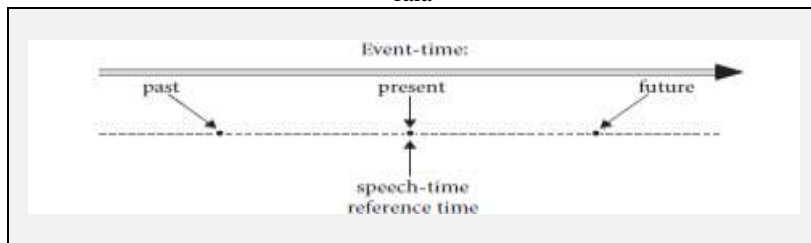
<sup>31</sup> Segundo o autor, o futuro posterior focaliza não a situação, mas a *preparação* para ela.

<sup>32</sup> Note-se que em (i) e (ii) a leitura dos dois tipos de futuro (futuro anterior e futuro posterior) fica mais evidente com o acréscimo (nosso) de circunstanciadores temporais.

<sup>33</sup> *Enunciação*, nesta explicação, tem a acepção de *momento do ato de fala*.

estão antes desse momento, referem-se ao passado; as que são concomitantes a esse momento, ao presente; e as que estão depois dele, ao futuro, conforme a representação na Figura 5.

**Figura 5:** Diagrama da representação temporal que se ancora no momento de fala



Fonte: Givón (2001, p. 286)

Diferentemente de Reichenbach, contudo, depreende-se da figura anterior a concepção de que *a expressão do futuro se ancora no momento de fala* – visão que só está presente em Reichenbach quando o autor se refere ao *posterior presente* a uma das representações do *anterior future* (F, R –S). Para todos os demais casos de expressão do futuro, o autor formalista considera que o ponto de referência não coincide com o momento de fala e sim com o próprio momento do evento, podendo ser identificado por meio de um circunstanciador temporal.

Considerando que *passado, presente e futuro* seriam tempos *naturais* (MATEUS *et al.*, 1989, p.76) – porque relacionam, linearmente, o tempo em relação a um momento de referência específico (a saber, o momento da fala) –, o *aqui/agora* do sujeito que fala é, tanto em Reichenbach quanto na visão funcionalista, o ponto central para a representação temporal, já que se refere ao “ponto zero” da relação *espaço-tempo* do momento de fala. E tempo gramatical, na literatura funcionalista referida, é categoria *relacional* ou *dêitica*, já que *relaciona* o tempo da situação reportada ao momento de fala (FLEISCHMAN, 1982; COMRIE, 1985), além de ser também: (i) uma *propriedade da sentença*, já que os morfemas verbais temporais representam uma categoria formal da gramática que indica uma gramaticalização no modo de referenciar tempo (FLEISCHMAN, 1990, p.43); e (ii) uma *propriedade da pragmática*, uma vez que se ancora em unidades que são externas à língua, tais como o momento de fala e o próprio sujeito (GIVÓN, 2001). A esses tempos que se ancoram no momento de fala, a

literatura da área denomina *tempos absolutos* (FLEISCHMAN, 1982; COMRIE, 1985; CORÔA, 2005).

Contudo, há casos também em que o ponto de referência para a localização temporal de uma situação não coincide com o momento de fala, mas com outras situações projetadas no contexto. A esses tempos, que não têm o momento presente como centro dêitico, Comrie (1985) denomina *tempos relativos*. No português, casos típicos de tempo relativo são os que correspondem às formas nominais do verbo (gerúndio, infinitivo e particípio), presentes nas chamadas orações reduzidas. Nesses casos, o tempo é dado, geralmente, pelo tempo do verbo da oração principal – ex: João chegou ao anoitecer (= passado); João chegará ao anoitecer (= futuro).

Além disso, Comrie também considera o caso de tempos verbais que combinam esses dois tipos de referência temporal, tendo, então, como parte de seu significado, referência a uma situação localizada antes ou depois de um ponto de referência que, por sua vez, está localizado de forma anterior, posterior ou simultânea ao momento de fala. A esses tempos Comrie (1985) denomina *absoluto-relativos*, “uma vez que seu significado combina localização temporal absoluta de um ponto de referência com localização temporal relativa de uma situação” (COMRIE, 1985, p. 65).<sup>34</sup>

Das discussões sobre tempo absoluto, tempo relativo e absoluto-relativo pode-se inferir que, se os tempos absolutos são *dêiticos*, os tempos relativos, ao ancorar-se em aspectos linguístico-contextuais (/textuais), são *anafóricos*, e ostempos absoluto-relativos, por conseguinte, evocam uma perspectiva *dêitico-anafórica*. Quer de uma forma, quer de outra, a questão é que a literatura da área compreende que “no fundo, o contexto [linguístico] e a situação [extralinguística] operam conjuntamente para determinar a significação das palavras de acordo com a intenção do falante”(VARGAS, 2011, p. 42).

Exemplificando o tipo de tempo absoluto-relativo com o caso do *futuro anterior* ou *futuro perfeito* (*future perfect*) do inglês, uma oração como “I Will have left” (Eu terei saído/partido), para Comrie (1985, p. 69), “indica que há um ponto de referência no futuro e que meu ponto de partida [para reportar a uma situação] está localizado

---

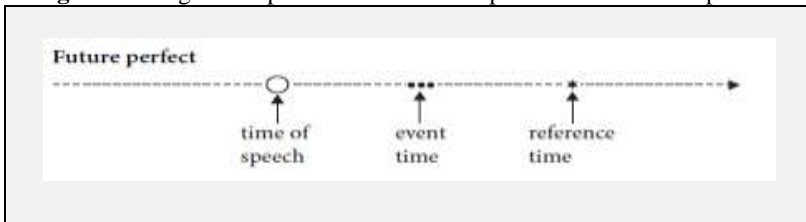
<sup>34</sup> “[...] since their meaning combines absolute time location of a reference point with relative time location of a situation” (COMRIE, 1985, p. 65).

temporalmente antes desse ponto de referência”<sup>35</sup> – ou, em outros termos, indica que uma situação futura se localiza antes de um ponto de referência, que é posterior ao momento de fala.

Note-se que Givón (2001, p. 294; grifos nossos) considera que *perfect*, já que o que está em questão é o futuro *perfeito*, “é funcionalmente o *aspecto gramatical* mais complexo e mais sutil” porque envolve, dentre outras características, *anterioridade* e, às vezes, *contra-sequencialidade*, associadas, respectivamente, ao fato de que o ponto de iniciação da situação reportada, nesse tempo, precede o ponto de referência temporal, localizado no tempo do seguimento seguinte, tal como na sentença “(Quando ele chegar,) [tempo de referência] Ela (já) terá comido [tempo da situação/do evento]”<sup>36</sup>, e ao fato de as situações serem apresentadas *fora da seqüência quanto à ordem natural temporal*, já que primeiro, ela comerá; depois, ele chegará.

A representação desse tempo que, no PB, conta com forma gramaticalizada para sua expressão, pode ser conferida a seguir:

**Figura 6:** Diagrama representacional do tempo futuro anterior ou perfeito



Fonte: Givón (2001, p. 294).

Para além disso, se Reichenbach considera que alguns tempos gramaticais indicam *duração ou repetição*, Givón (2001, p. 286) reconhece que situações reiteradas constituem mais um tempo (além de passado, presente e futuro), ao que denomina *tempo habitual*, também fazendo ver *a noção aspectual associada à expressão temporal* – embora o que Givón entende como *tempo*, nesse caso, seja mais comumente tratado na literatura (COMRIE, 1990; TRAVAGLIA, 1994) como *aspecto*. Nesse contexto, se o formalista reflete sobre os *tempos*

<sup>35</sup> “[...] indicates that there is a reference point in the future, and that my departure is located temporally prior to that reference point”.

<sup>36</sup> “(When he arrives,) She will have (already) eaten” (GIVÓN, 2001, p. 293).



*estendidos*, como o caso do *presente estendido* que, incluindo o momento da fala, associa-se ao futuro, por exemplo, Fleischman (1982) confere grande destaque ao conceito de *relevância do presente*, segundo o qual o falante estabelece (psicologicamente) uma conexão entre presente e futuro, independentemente do tempo cronológico da situação futura (pode estar distante ou não do momento de fala), já que essa (a situação futura) é avaliada pelo falante como estando relacionada ao estado de coisas do presente.

Justamente por esse motivo, a autora, então, considera que “o futuro representa uma projeção de alguns de nossos estados mentais e emocionais” (FLEISCHMAN, 1982, p. 80)<sup>37</sup>, do que se depreende a forte presença da modalidade na expressão do futuro. Dessa visão funcionalista, infere-se que o modo como o falante avalia/percebe as situações futuras em relação ao presente (conectando-as a ele ou apartando-as dele) pode motivar variações quanto à representação da própria expressão de futuro.

Feitas essas considerações, que põem em relevo a complexidade da expressão gramatical de tempo frente a seus elementos constituintes (quais sejam: o momento de fala, o momento da situação e o momento de referência), passa-se agora a especificar as noções de *posterioridade* e *de futuridade*, sob escopo das quais se situa o domínio funcional do futuro do presente. Assim, de uma perspectiva hiponímica, com base em Fleischman (1982) e Görski e Tavares (2017), por exemplo, tem-se a seguinte hierarquia (cf. Figura 2):

- **Posterioridade (R – S):** refere-se a uma situação que, cronologicamente, se projeta à direita de um ponto de referência, que pode estar localizado em qualquer ponto da dimensão temporal;
- **Futuridade (F – S):** refere-se a situações que se estendem para além do momento de fala; tomando ou não o momento de fala como referência.

Resta, então, saber, para os fins desta tese, como definir o domínio funcional do futuro do presente, tendo em vista a relação que se estabelece entre os elementos envolvidos em sua expressão. Considerando que em todos os casos o momento de fala está implicado,

---

<sup>37</sup> “[...] the future represents a projection of certain of our mental and emotional states”.

ainda que indiretamente, opta-se, nesta tese, por definir esse domínio funcional conforme segue no Quadro 1.

**Quadro 1:** Definição de futuro do presente, tendo em vista a relação entre os elementos envolvidos na expressão temporal

**O DOMÍNIO FUNCIONAL DO FUTURO DO PRESENTE**

Refere-se a situações que se projetam *para além do momento de fala e que tomam esse momento (quer direta quer indiretamente) como ponto de referência*, para indicar: (i) uma (única) situação; (ii) duas ou mais situações em que uma é posterior a outra; (iii) duas ou mais situações em que uma é cotemporal a outra; (iv) duas ou mais situações em que uma é anterior (contrasequencial) a outra – considerando ainda que as situações em (ii), (iii) e (iv) podem estar ou não sintaticamente contíguas.<sup>38</sup>

A partir disso, considera-se, portanto, que a expressão do futuro do presente pode ser dêitica ou dêitico-anafórica, conforme se exemplifica, a seguir, cada uma das situações descritas na definição, respectivamente, indicando-se ainda a representação de cada uma delas, na linha temporal.

**(i) Projeção de uma situação futura:**

- (4) A apresentadora Eliana, de 43 anos, anunciou no finalzinho do seu programa, neste domingo (2), que está grávida do seu segundo filho, fruto do relacionamento de dois anos com Adriano Ricco. “Eu quero compartilhar nesse momento de união, quero compartilhar com vocês que me acompanham ao longo desses anos, este que é o momento mais feliz de uma mulher. Deus e toda a sua generosidade nos abençoou, a mim e ao Adriano, a nossa família **vai crescer**, estou grávida mais uma vez”.<sup>39</sup>

<sup>38</sup> Cf. discussão sobre a relevância desse critério (não exigência de contiguidade sintática) em 5.4.4.5.

<sup>39</sup> Disponível em:

<<https://tvefamosos.uol.com.br/noticias/redacao/2017/04/02/apresentadora-eliana-anuncia-que-esta-gravida-do-segundo-filho.htm>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

-----R, F -----S-----  
 vai crescer

No excerto acima, tem-se uma situação futura, cujo ponto de referência é o momento de fala – caso que Fleischman (1982), Comrie (1985) e Corôa (2005), entre outros, denominam *tempo absoluto*, tratando-se, pois, de uma referência de natureza dêitica.

**(ii) Projeção de duas ou mais situações futuras em que uma é posterior à outra:**

- (5) A posse de Lula no Ministério da Casa Civil provocou polêmica, especialmente após a divulgação de grampos telefônicos entre o ex-presidente e a presidente Dilma Rousseff. Muitos viram na nomeação uma tentativa de obstrução da Justiça, uma vez que o ex-presidente está sendo investigado por suposto envolvimento no esquema de corrupção da Petrobras. [...] Logo após Lula ser empossado, um magistrado de Minas Gerais suspendeu a posse. [...] O governo já avisou que **vai apelar** contra a suspensão e a decisão **terá** de ser tomada no plenário da corte.<sup>40</sup>

-----R, F -----S1-----S2-----  
 vai apelar                      terá

Já no excerto acima, ilustra-se o caso em que situações futuras estão em relação de posterioridade, ou seja, trata-se de uma cadeia ou sequência de situações que, em nossa compreensão, ancoram-se no momento de fala, ainda que, no caso da segunda situação, essa ancoragem seja indireta. Assim, estamos considerando (reitere-se) que todas as situações sequenciais se ancoram no momento de fala, tendo, por isso, cada uma delas a mesma representação (F, R – S)<sup>41</sup>, embora aqui já se veja também referência anafórica.

<sup>40</sup> Disponível em:

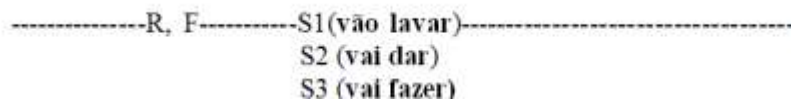
<[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160319\\_capitulos\\_crise\\_politica\\_lgb](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/03/160319_capitulos_crise_politica_lgb)>. Acesso em: 16 abr. 2017.

<sup>41</sup> Em casos desse tipo, Comrie (1985) e Mateus *et al.* (1989) denominariam a segunda situação de *futuro do futuro*, tomando a primeira situação futura como

**(iii) Projeção de duas ou mais situações futuras em que uma é cotemporal a outra:**

(6) E: O prefeito de São Borja é um gringo?

F: Não, não é gringo. O sobrenome é espanhol, Alvarez, né? O pai dele é são borjense, ele é são borjense esse rapaz. Mas o que eu digo é que os gringos começaram a crescer, inclusive. Primeiro eles eram simples colonos, né? hoje não, tudo que é edifício bom, tudo que é casa boa que tem aí, tudo que é Santana oitenta e dois é de gringo, né? E este ano **vão lavar** a égua, né? O arroz **vai dar** uma supersafra aqui em São Borja de arroz, né? Apesar do preço estar ruim, essa gente **vai fazer** uma safra muito boa, muito grande. E essa foi a maior modificação que eu noto na nossa terra.<sup>42</sup>



O excerto acima ilustra o caso em que duas ou mais situações no futuro são cotemporais, podendo a relação de simultaneidade entre elas ser total ou parcial. De acordo com nosso critério de análise, todas elas se ancoram no momento de fala.

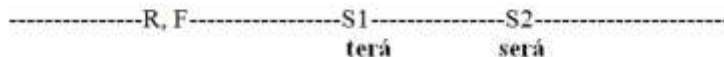
**(iv) Projeção de duas ou mais situações futuras em que uma é anterior à outra:**

(7) Quando foi lançado na Europa, em março deste ano, a quinta geração do Mercedes-Benz Classe C logo foi apelidada de "Pequeno Classe S". O apelido expressa sua proposta ambiciosa. Ou seja, oferecer no sedã médio uma "versão concentrada" dos atributos do Classe S, sedã grande "top" onde normalmente as novas tecnologias são introduzidas na linha da marca alemã. No

ponto de referência, que, por sua vez, se ancoraria no momento de fala, da mesma maneira que Reichenbach formalizaria o *posterior future* (F – R – S).

<sup>42</sup> Excerto disponível em Gibbon (2014, p. 124), referente a trecho de entrevista sociolinguística.

Brasil, já se sabe que o novo Classe C **será** o primeiro modelo produzido na futura fábrica paulista de Iracemápolis, com inauguração prevista para 2016. Antes disso, **terá** uma missão a cumprir: retomar a liderança de vendas entre os sedãs de marcas de luxo, atualmente ocupada pelo BMW Série 3.<sup>43</sup>



No excerto acima, representa-se o caso de duas situações futuras em que uma é anterior a outra – note-se que, nesse caso, na codificação, a ordem dos eventos é alterada: a segunda antecede cronologicamente a anterior, ilustrando, assim, as características de *anterioridade* e *contra-sequencialidade* do *perfect*, conforme Givón (2001). Ademais, destaque-se a relevância dos especificadores temporais, como, nesse caso, o “antes disso”, explicitando justamente a relação de anterioridade cronológica da Situação 1 em relação à Situação 2.

Em nossa compreensão, mesmo sendo indiretamente que a forma verbal “terá” se ancora no momento de fala, havendo no PB, inclusive, forma gramaticalizada para expressão desse caso (*terá tido*), considera-se, nesta tese, que as duas situações (*terá, será*) tomam esse momento como ponto de referência.

Das discussões até aqui empreendidas, informa-se, em primeiro lugar, que nosso foco de investigação nesta pesquisa é a expressão variável do *futuro do presente*, conforme definição e exemplificação precedentes. Observando-se ainda que não há formas distintas gramaticalizadas no PB para indicar cada um desses tipos de ocorrência de futuro do presente (com exceção do último caso, acima exemplificado – o futuro perfeito) – daí a possibilidade de coexistirem diferentes interpretações e designações acerca da expressão desse tempo –, reitera-se ao leitor que o termo *futuro do presente* designa tanto uma *categoria verbal* gramaticalmente codificada na língua, quanto um *domínio funcional*, situado na articulação entre a *semântica*

---

<sup>43</sup> Disponível em: <<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/565453/novo-mercedes-benz-classe-c-e-a-sintese-do-melhor-da-marca>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

*proposicional e a pragmática discursiva*, nos termos de Givón (2001; 2002) (cf. Capítulo 2).

Em segundo lugar, e conjugando as discussões desta e da subseção anterior, pode-se depreender que a complexidade do tempo gramatical assenta-se:

- (i) em parte, no fato de o falante sempre acionar uma referência a partir da qual a predicação é situada temporalmente, de forma que não há uma relação direta entre *tempo dos acontecimentos no mundo* e a *expressão gramatical de tempo*, uma vez que entre um e outro há o trabalho dos sujeitos que, podendo estabelecer diferentes pontos de referência para se reportar às situações ou mesmo avaliá-las de diferentes modos, promove também diferenças linguísticas quanto à representação temporal;
- (ii) em parte, porque *nuances aspectuais e modais estão inerentemente presentes na representação do futuro*<sup>44</sup>: ainda mais porque o “futuro de uma experiência é uma mera potencialidade” (CORÔA, 2005, p. 60). O modo como os sujeitos avaliam essa potencialidade (da possibilidade à certeza, por exemplo) não apenas integra as formas de se referir ao futuro, como também contribui para o agenciamento das formas em cada situação de interação (GIBBON, 2014) e/ou em cada lapso temporal

Orientando, assim, nossa discussão está a compreensão, por um lado, de que a

---

<sup>44</sup> De acordo com a literatura revisada, as formas puramente temporais para a expressão do futuro sinalizam para uma evolução gramatical. Por isso, é apenas a um segundo subsistema do modo indicativo, um subsistema mais característico de contextos formais de interação, por exemplo, que Mattoso Câmara (1982) reconhece haver uma superposição de futuro às noções temporais de pretérito e presente: “o futuro do presente [...] traz a assinalização do futuro em face de um presente indefinido: *parto agora; parto todos os dias*, em face de – *partirei amanhã*.” (MATTOSO CÂMARA., 1982, p. 100; grifos do autor). E Fleischman (1982, p. 22) também destaca que alguns estudos realizados com crianças têm indicado que elas aprendem, primeiramente, a expressar o presente e o passado, e só posteriormente o futuro.

comunicação se refere, pois, a estados, eventos, indivíduos que fazem parte *do mundo construído no discurso*, não importando a existência, ou não, das coisas desse mundo no mundo real. *A construção desse mundo tem ponto de partida nos propósitos do falante*, que constrói seus enunciados conferindo relevância aos argumentos segundo o que seja conveniente a esses propósitos (NEVES, 2006, p. 80; grifos nossos).

De um ponto de vista mais específico, importa, então, investigar como os falantes localizam temporalmente as situações do futuro sobre as quais *se reportam discursivamente*, sinalizando, ao mesmo tempo, para o modo como estão interpretando e representando linguisticamente a experiência.

Ademais, nas palavras de Fleischman (1982), por outro lado,

[f]uturo são universalmente temporal/aspectual ou temporal/modalou todos os três; ea correlação desses em uma determinada forma está sujeita a flutuações diacrônicas, como resultado de uma 'divisão do trabalho' dentro do sistema verbal em vários períodos do desenvolvimento de uma língua (FLEISCHMAN, 1982, p. 84-85)<sup>45</sup>.

Pelo exposto até aqui, estudos tipológicos têm identificado, em muitas línguas mundo afora, que a codificação do domínio funcional em tela tende a ser abundante. No PB atual, a situação não é diferente, e o futuro do presente tem sido expresso pelas seguintes formas: (i) futuro sintético (sairei); (ii) presente do indicativo (saio); (iii) perífrase *ir* (presente) + infinitivo (vou sair); (iv) perífrase *ir* (futuro) + infinitivo (irei sair); (v) perífrase *ir* (presente) + *estar* + gerúndio (vou estar saindo); (vi) perífrase *estar* (futuro) + gerúndio (estarei saindo); (vii)

---

<sup>45</sup> "Aspect and modality [...] are as much a part of future reference as the expression of a temporal sequence. Futures are universally temporal/aspectual or temporal/modal or all three; and the ratio of these elements to one another in a given form is subject to diachronic fluctuation as a function of the shifting 'division of labor' within the verbal system at various periods in the development of a language".

perífrase *estar*(presente) + gerúndio (estou saindo); perífrase *modal* + *infinitivo* (devo estar saindo; quero estar saindo etc.), dentre outras.

Frente a essa diversidade, pode-se compreender que as formas coexistentes no domínio funcional do futuro do presente codificam a mesma função (projeção temporal para **além** do momento de fala, tomando esse momento como ponto de referência) ou **funções similares** (com diferentes matizes aspectuais e/ou modais associados ao valor temporal compartilhado, com mais proeminência de um ou de outro valor), considerando-se então a possibilidade de se ajustar a lente para capturar funções e subfunções.

Isso posto, quando acionarmos, nesta pesquisa, o conceito de *expressão de futuro*, entenda-se, portanto, que se está falando de uma expressão: (i) que envolve tempo, aspecto e modalidade, embora a proeminência de uma dessas noções em uma forma esteja sujeita a mudanças diacrônicas; (ii) que passou pelo filtro da avaliação/concepção que o falante faz das situações reportadas; e (iii) que depende também da historicização (diacrônica) dos modos de constituir essa representação.

Tendo em vista que o tópico (i) já foi considerado na subseção anterior, a fim de se discorrer sobre o processo de constituição das principais formas de futuro no PB e, assim, abordar os tópicos (ii) e (iii), passe-se à próxima subseção.

### 1.1.3 As trilhas do futuro

Vimos até aqui que a diversidade de formas que codificam o domínio funcional do futuro decorre tanto da relação que se estabelece entre os diferentes elementos constituintes da expressão gramatical de tempo quanto das diferentes (sub)funções no escopo do próprio domínio, permitindo emergir, desse modo, um cenário em que (i) uma mesma forma pode codificar diversas funções ou (ii) uma mesma função pode ser exercida por diversas formas.

Segundo Hopper e Traugott (2003), o inventário de formas existentes para a codificação de um domínio funcional, numa dada sincronia, é o inventário das vias evolutivas que lhes deram origem, “porque a soma total dos vários tipos estruturais que pode codificar um domínio funcional alvo particular não é senão a soma total das várias vias de gramaticalização diacrônica de um possível domínio-fonte



funcionalmente similar” (GIVÓN, 2001, p. 23).<sup>46</sup> Compreender, portanto, a variação sincrônica em um domínio funcional demanda olhar para o passado, ao mesmo tempo em que permite visualizar o futuro, uma vez que “[n]a linguística, [...] as variantes sincrônicas de hoje são os recursos potenciais para as mudanças diacrônicas de amanhã” (GIVÓN, 2002, p. 20).<sup>47</sup>

Assim, podemos inferir que tanto para compreender a variação sincrônica entre formas/(sub)funções no domínio funcional do futuro quanto para prognosticar o rumo dessa variação, em direção a possíveis mudanças, é preciso observar (i) a trajetória diacrônica que conduziu diferentes formas a esse domínio e (ii) a distribuição de (sub)funções a cada uma das formas no interior do domínio.

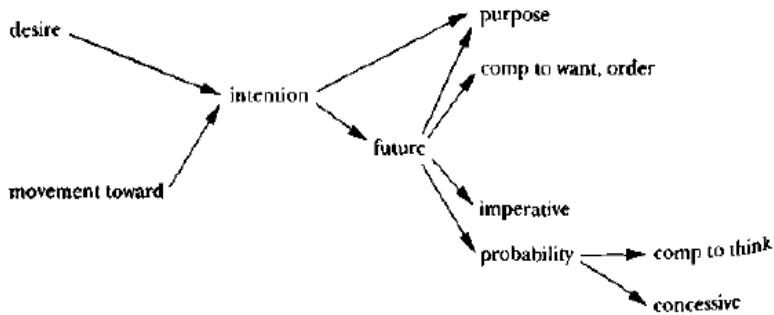
Mas, como formas que codificam funções em outros domínios podem assumir funções do domínio funcional de futuro? Observe-se a seguir a representação proposta por Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 240), para explicar uma das rotas de mudança pela qual formas que, inicialmente, codificam funções de diferentes domínios se encontram e passam a codificar funções do domínio funcional de futuro.

---

<sup>46</sup> “This is so because the sum-total of the various structural types that can code a particular target functional domain is nothing but the sum total of the various diachronic grammaticalization pathways from possible — functionally similar— source domains”.

<sup>47</sup> “In linguistics, this is akin to saying that today’s synchronic variants are but the potential reservoir of tomorrow’s diachronic changes, the so-called Labov Principle”.

**Figura 7:** Representação da trajetória de mudança de formas que codificam, inicialmente, *desejo e movimento para* e passam a codificar futuro



Fonte: Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 240)

De acordo com a Figura 7, algumas formas-fonte privilegiadas<sup>48</sup> – como as que indicam *desejo* (verbo *querer*) e *movimento em direção a* (verbo *ir*), no PB e em muitas outras línguas – desencadeiam *inferências de intenção* por parte do falante – ou por questões pragmáticas ou devido a significados já inerentes a elas, mas que, até então, estavam em segundo plano. Com a frequência de uso de uma construção associada a uma inferência desse tipo, *intenção* se torna parte do significado da construção ou é realçada, favorecendo, assim, um segundo tipo de inferência: o de *previsão, obrigação* – em primeiro lugar, por parte do falante (1ª pessoa) e depois se estendendo para as outras pessoas gramaticais (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994). Em consequência, *intenção* é um traço importante do significado de futuro, de maneira que nuances de intenção e de futuro estão, em muitas ocorrências, sobrepostas.

Disso decorre a compreensão de que o “futuro é menos uma categoria temporal e mais uma categoria de modalidade [...] com implicações temporais importantes” (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA,

---

<sup>48</sup>Com base em dados empíricos de cerca de 500 línguas diferentes, Heine e Kuteva (2002, p. 331) citam 12 tipos de fonte, cujas construções análogas, em diversas línguas, costumam gerar formas de futuro: (i) *come to*, (ii) *copula*, (iii) *deontic modality*, (iv) *go to*, (v) *love*, (vi) *obligation*, (vii) *H-possessive*, (viii) *take*, (ix) *then*, (x) *tomorrow*, (xi) *venitive* e (xii) *want*.

1994, p. 280)<sup>49</sup>. Por essa razão, verbos modais em perífrases, como em “posso fazer”, “quero fazer”, “mando fazer”, “devo fazer” etc., podem codificar futuro. (GIBBON, 2014, p. 23).

Passa-se agora a indicar como algumas construções<sup>50</sup> de futuro se constituem historicamente, do latim ao português, e por que essas construções codificam, além de uma noção temporal, também aspecto e modalidade.

Segundo Mattoso Câmara. (1956, p. 29-33), a partir do século III a.C, o latim apresentava três formas de futuro, a saber: (i) um futuro arcaico, herdado do sânscrito, do grego e do osco-umbro; (ii) um futuro de origem subjuntiva; (iii) e um futuro de raiz indo-europeia, marcado por formas em *-bo*. No latim vulgar, essas formas especializadas para a codificação de função puramente temporal perderam espaço, com exceção da forma sintética em *-bo* (*cantabo*), para formas modais com valor dubidativo, volitivo, desiderativo e hipotético.

Assim, no latim vulgar encontravam-se em variação a forma sintética em *-bo* e formas perifrásticas que implicavam valor modal e aspectual – dentre essas, (i) a forma perifrástica em *-urus*, que indicava a iminência de fazer alguma coisa e a combinação de *-urus* com as formas de *sum* (*amaratus sum*), que indicava intencionalidade e iminência, por exemplo.

Ao lado dessas duas formas, havia também a forma perifrástica composta pelo verbo *habere* (*habere* no presente + verbo principal), cujo surgimento foi assim explicado por Mattoso Câmara. (1979):

A combinação do infinitivo imperfeito com o presente do verbo *habere* (port. *haver*), em grande parte da România, se estabeleceu como uma locução volitiva, *focalizando, do presente, a vontade que uma ocorrência se desse*. [...] Firmou-se assim no latim vulgar um modo futuro, por assim dizer, ou futuro modal [...].

---

<sup>49</sup>“future is less a temporal category and more a category [...] modality, with important temporal implications”.

<sup>50</sup>Assim como Tavares (2013), observo que o termo *construção* pode ser utilizado em referência a mais de uma instância linguística, ou seja, pode se referir desde a sintagmas, orações e partes mais extensas do uso da língua, até a uma única palavra, compreendida como a combinação de diferentes morfemas.

(MATTOSO CÂMARA., 1979, p. 130; grifos nossos).

Embora tenha emergido como uma construção modal, no século IV *habere* adquire valor puramente temporal, passando a ocupar uma posição mais fixa em relação ao verbo principal (*amare habeo*) até gerar a construção *amar hei*. Competindo com as formas análogas *amarus sum* e *amabo*, permaneceu nas línguas românicas, chegando à língua portuguesa, por exemplo, como *amarei* (MATTOSO CÂMARA, 1979).

Ao lado da forma sintética, chegou também ao português a construção *haver* + infinitivo, ainda hoje registrada no PB; até o século XIX, essas duas formas eram as que mais diretamente competiam para a expressão temporal de futuro no PB, até a emergência de uma nova construção perifrástica: *ir* + infinitivo.

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), investigando 70 línguas diferentes quanto aos usos de futuro, captaram que verbos de movimento, análogos ao verbo *ir*, no PB, são uma das principais fontes para a codificação gramatical de futuro em diversas línguas. Os autores, com base em estudos empíricos, defendem a hipótese de que é de noções básicas da existência/experiência humana, como movimento no espaço, estados psicológicos e sociais, que advém a base para os significados gramaticais das línguas. Ao descrever o contexto de emergência da construção *ir* + infinitivo para expressar futuro, por exemplo, Oliveira (2006) destaca que foi um processo de reanálise de estruturas com oração principal + oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo (como em *Ele vai para colher alguns grãos*)<sup>51</sup>, que favoreceu a mudança de fronteira dos constituintes, com o apagamento da preposição que introduzia o sintagma preposicional (como em *Ele vai colher grãos*), conjugado com um processo metafórico (espaço > tempo), em que deslocamento no espaço passou a ser reinterpretado como deslocamento no tempo.

A regularidade no uso dessa construção nova passou a exprimir, inicialmente, modalidade (*Ele vai [com a intenção de] colher grãos*) e só posteriormente é que a construção começou a fixar valor temporal, consolidando-se como uma forma concorrente da forma sintética (*Ele colherá grãos*) na medida em que vence barreiras sociolinguísticas. O

---

<sup>51</sup> “E pero aas vegadas *vay* aos ortos e aos logares *pera* colher alguus grãos de semêtes onde viva”. (séc. XIV) (OLIVEIRA, 2006, p. 82).

que se verifica nesse processo é que a perífrase nasce justamente em contextos linguísticos que contam com um sujeito agente e animado, dificultando, assim, a distinção entre intenção e futuro.

Hopper e Traugott (2003) observam que a noção de movimento de verbos como *go* (análogo ao verbo *ir*, no PB) só pode ser inferida como uma noção de intenção por conta da preposição *to* (no PB, análogo a *para*) que aparece com o verbo: é a construção *go to* (ou *ir para*) que permite a inferência de que movimento implica intenção, volição. Por isso os autores destacam a relevância estrutural para a consolidação de formas que codificam futuro nas diferentes línguas.

Nessa mesma direção, Bybee (2003, p. 603) compreende que são construções com seus itens lexicais, e não itens lexicais isolados, que se gramaticalizam, ou seja, são sequências de palavras que se tornam mais automatizadas no uso linguístico, fazendo, assim, com que o *locus* da mudança morfossintática seja visto como uma construção em que forma e função se concatenam.

Mas há que se considerar que, além de uma noção modal, uma noção aspectual também contribuiu para o desenvolvimento dessa construção de futuro, como se explica a seguir:

Para a constituição de futuro [a partir de um verbo de movimento] deve haver, inerente à semântica do verbo ou explicita na construção, um componente alativo, significando "movimento para" [...] a fonte de significado para futuros que advém de verbos de movimento é que "o agente está em um caminho se movendo para um objetivo". Outra parte importante do significado é que o agente já está no caminho e o movimento está em andamento; assim, o aspecto evidente ou inerente da construção é *progressivo, presente ou imperfeito* (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994, p. 268).<sup>52</sup>

---

<sup>52</sup> "To derive future there must be an allative component, 'movement toward', either inherent in the semantics of the verb or explicit in the construction. [...] the source meaning for movement futures is that 'the agent is on a path moving toward a goal'. Another important part of the meaning is that the agent is already on the path and the movement is in progress; thus the overt or inherent aspect of the construction is progressive, present or imperfective".

Assim, a noção de movimento (*ir para*) sinaliza, a um só tempo, tanto para uma noção de intenção quanto para uma de possibilidade de algo acontecer imediatamente, portanto, uma noção aspectual progressiva. Uma situação iminente que toma como referência o momento de fala representa, para o falante, um futuro imediato ou um presente que se estende (cf. 1.1.2). Por isso, tanto modalidade quanto aspecto atuam conjuntamente para que a construção *ir* + infinitivo assumam as funções do domínio funcional do futuro.

Dentre os significados (subfunções) de “*go-futures*” já identificados na literatura, Fleischman (1982) destaca: (i) futuro imediato ou próximo, (ii) presente inceptivo, (iii) intencionalidade, (iv) iminência, (v) ulterioridade, (vi) relevância do presente e (vii) prospecção. Para a autora, esses significados estão sobrepostos, remetem fortemente a uma noção aspectual, de maneira que, para ela, “[o]*go-future* [...] envolveu diretamente um marcador de aspecto prospectivo, ignorando o estágio modal” (FLEISCHMAN, 1982, p. 128-129)<sup>53</sup>.

Mesmo assim, a autora não deixa de localizar a modalidade no início do processo de constituição de formas de futuro, ao representar esse tipo de mudança como um processo contínuo que envolve três estágios, conforme a seguir:



(FLEISCHMAN, 1982, p. 108).

A autora também confere grande destaque ao conceito de *relevância do presente*, como visto (cf. 1.1.2). Assim, o falante projeta as situações (com mais ou menos certeza, referindo-se a um futuro mais próximo ou mais distante etc.) conforme a avaliação subjetiva que faz do estado de coisas que conhece no presente. E “o ponto a ser destacado é que a natureza dessa relação entre presente e futuro é mais de natureza psicológica do que cronológica, o que explica a capacidade de ‘*go-*

---

<sup>53</sup> “The *go-future* [...] involved directly into a marker of prospective aspect, bypassing the modal stage”.

*futures*’ ser usado para marcar eventos distantes” (FLEISCHMAN, 1982, p. 96)<sup>54</sup>.

Em outras palavras, a noção aspectual prospectiva de relevância do presente independe da distância em que uma situação se encontra no futuro em relação ao presente, pois por mais distante que esteja temporalmente, caso o falante a veja como correlacionada ao estado de coisas do presente, pode representá-la linguisticamente como um futuro próximo.

Uma das distinções semânticas entre futuro sintético e futuro perifrástico no PB, incluindo aí não apenas a perífrase com *ir*, mas todas as outras também, tem sido atribuída justamente a essa questão da visão subjetiva do falante no uso da língua: a *relevância do presente* tenderia a desencadear formas perifrásticas, ao passo que a ruptura com o presente tenderia a desencadear usos da forma sintética “psicologicamente neutra, distante e imparcial” (SILVA, 1997, p. 197).

Contudo, essa diferença pode ser verificada apenas no início dos processos de gramaticalização<sup>55</sup> (cf. 2.1), pois, conforme os itens vão se gramaticalizando ou vão exercendo, em alguns contextos, funções mais gramaticais, tornam-se mais arbitrários, o que faz emergir novas formas mais transparentes ou icônicas para assegurar matizes modais/aspectuais na expressão do futuro.

Esse processo cíclico de constituição de forma sintética > forma analítica > forma sintética parece, segundo Fleischman (1982), ser um padrão das línguas romance, dirigido por duas forças antagônicas: uma que impulsiona a construções analíticas e uma outra que gera um padrão de evolução que alterna formas analíticas e sintéticas. Essa alternância, no entanto, não pode, segundo a autora, ser vista como uma questão morfossintática, pois esses “ciclosestão ligados à questão semântica do co-

<sup>54</sup> “The point to be underscored is the psychological rather than chronological nature of this link to the present, which explains the ability of go -futures to mark events located even in the remote future”.

<sup>55</sup> Por ora, indica-se que gramaticalização é um processo de mudança linguística que se dá através de regularização gradual, pela qual um item ou construção frequentemente utilizado em contextos comunicativos particulares adquire função gramatical, podendo, uma vez gramaticalizado, continuar a desenvolver novas funções gramaticais (HOPPER; TRAUGOTT, 1993).

presença de modalidade, aspecto etemporalidade em formas de futuro” (FLEISCHMAN, 1982, p. 153)<sup>56</sup>.

Mesmo assim, a autora chama atenção para a seguinte correlação entre as dimensões semânticas e morfossintáticas na expressão da futuridade:

- formas que expressam principalmente TEMPORALIDADE tendem a ser SINTÉTICAS
  - formas que expressam principalmente MODALIDADE tendem a ser ANALÍTICAS
- (FLEISCHMAN, 1982, p. 75; grifos da autora)<sup>57</sup>

Em uma mesma forma verbal de expressão de futuro, no entanto, a dimensão aspectual, modal ou temporal oscila, pois quanto mais modal ou aspectual, menos temporal ela será. E o valor mais característico de uma forma, numa dada sincronia, é determinado em relação às outras formas do sistema de referência futura (FLEISCHMAN, 1982); ou seja, as formas que codificam o domínio funcional de futuro estão todas inter-relacionadas, de maneira que se uma forma se especializa para codificar a função modal, tornando-se, assim, menos temporal, outra forma assume essa última função.

Corôa (2005) destaca que isso ocorre porque, embora o futuro se associe ao que é incerto e virtual, apenas potencialmente provável e desejável, vincula-se a um pensamento que parte de um conjunto de mundos possíveis (m) para um mundo que é avaliado pelos falantes como certo (m°). À medida que se aproxima de empregos puramente temporais, a certeza, portanto, cresce na expressão do falante, atenuando matizes modais ou aspectuais.

Mas quando isso acontece nas línguas, ou seja, quando as formas assumem função proeminentemente temporal,

[...] os falantes podem, eventualmente, ser motivados a buscar novas formas – frequentemente perífrases combinando um

---

<sup>56</sup> “cycles are linked to the semantic issue of the co-presence of modality, aspect, and temporality in future forms”.

<sup>57</sup> “forms expressing primary TEMPORALITY tend to be SYNTHETIC; forms expressing primary MODALITY tend to be ANALYTIC”.



auxiliar modal e um verbo pleno – por meio das quais restaura-se a modalidade que foi perdida no processo de temporalização, mas que parece ser uma parte necessária da percepção de futuro do homem (FLEISCHMAN, 1982, p. 31).<sup>58</sup>

Por isso, Fleischman (1982, p. 154) propõe a seguinte trajetória diacrônica de mudança, no escopo do domínio funcional de futuro:

### **Modalidade > Aspecto > Tempo > Modalidade**

Por fim, dentre as diversas formas que codificam as (sub)funções do domínio de futuro, do ponto da vista da distribuição geográfica e sociolinguística, Fleischman (1982, p. 101-102), sintetizando resultados de diversas investigações realizadas no inglês, no francês, no espanhol, no português de Portugal e no PB, indica que:

✓ o **futuro simples** desempenha um papel menor quanto à marcação de futuro nessas línguas romance, com exceção do inglês, onde formas contraídas com *will* ainda são frequentes, como em “I’ll”. Essa forma, na língua falada, é predominantemente modal, e não temporal; exerce essa última função, no espanhol, em contextos formais de escrita e da língua falada culta;

✓ o **go-future** (comparável a *ir* + infinitivo, no PB) é, de longe, a forma de futuro mais frequente na fala espontânea, indicando futuro próximo ou distante. Além de poder expressar funções modais, especializa-se para expressar tempo. No PB e no português de Portugal, tende a substituir a forma sintética, enfrentando apenas um contexto linguístico de resistência à substituição: verbos monossilábicos.<sup>59</sup>

---

<sup>58</sup> “[...] speakers may eventually be motivated to seek out new forms – frequently periphrases combining a modal auxiliary and a full verb – through which to restore the modality that has been lost in the process of temporalization, but which is seemingly a requisite part of man’s [...] perception of the future”.

<sup>59</sup> Gibbon (2014) registra apenas a perífrase com verbo principal *ir* (*vou ir*) como contexto linguístico de resistência para a expansão do uso da forma perifrástica no PB.

Na direção dessas indicações de Fleischman (1982), Heine (1994, p. 277) considera que “umasituação em que uma função gramatical é expressa por duas ou mais formas linguísticas tende a mudar para uma onde essa função é expressa por apenas uma forma”<sup>60</sup>. Essa mudança se dá por meio de dois diferentes recursos: (i) *especialização por generalização*, quando uma das formas pode sofrer generalização funcional, o que significa absorver as funções das concorrentes – e essas, por sua vez, podem desaparecer ou podem ser usadas apenas escassamente; (ii) *especialização por especificação*, quando cada forma variante pode se especializar para funções ou contextos (socioculturais, estilísticos e linguísticos) distintos (TAVARES, 1999, 2003, 2013).

Como se comporta a expressão do FP no PB é o que se examina na próxima seção.

## 1.2 MAPEAMENTO DE PESQUISAS BRASILEIRAS

Recentemente, Gibbon (2014) promoveu uma acurada síntese de um considerável número de pesquisas sobre esse tema, destacando, cronologicamente, os trabalhos de A.Santos (1997), J. Santos (2000), Gibbon (2000), Nunes (2003), Oliveira (2006), Bragança (2008), Malvar e Poplack (2008), Fonseca (2010a), Silva (2010), Strongenski (2010), Tesch (2011) e Gibbon (s/d). Revisitamos esses mesmos estudos, valendo-nos da síntese de Gibbon (2014) e expandindo-a, considerando também as pesquisas de Baleeiro (1988), Silva (1997), Vieira (2014) e a própria investigação de Gibbon (2014), com o intuito de diagnosticar a expressão do FP no PB, tendo em vista a correlação entre formas e funções que se estabelece no âmbito do domínio funcional do futuro do presente<sup>61</sup>.

---

<sup>60</sup> “[...] a situation where one grammatical function is expressed by two or more linguistic forms tends to change to one where that function is expressed by only one form”.

<sup>61</sup> Vale observar que o termo *domínio funcional* diz respeito ao campo funcionalista e nem todas as pesquisas reportadas seguem essa orientação teórica, embora todas tratem de variação e/ou mudança envolvendo as formas verbais de expressão do futuro do presente. Usamos o termo para nos referir ao fenômeno em pauta, salientando um dos tripés da ancoragem teórica da tese, mas esclarecemos que nem todos os autores revisitados o utilizam.

Apresenta-se, sinteticamente, dessas pesquisas: (i) a base teórica que as orienta, (ii) os *corpora* demarcados, (iii) as formas de futuro consideradas, (iv) as variáveis de análise controladas e (v) os resultados gerais obtidos. A breve apresentação desses elementos objetiva subsidiar algumas problematizações acerca da configuração de cada investigação e dos resultados a que chegaram.

Organizamos a apresentação desses estudos a partir dos tipos de amostras examinadas pelos pesquisadores, bem como considerando os seguintes critérios: (a) amostras compostas por gêneros<sup>62</sup> da modalidade escrita, cuja investigação foi realizada diacronicamente, examinando dados ao longo dos séculos XIII ao XXI; (b) amostras compostas por gêneros da modalidade escrita, cuja investigação ou foi sincrônica ou foi diacrônica, mas com análises apenas dos séculos XX e XXI; (c) amostras que examinaram especificamente *entrevistas sociolinguísticas*; (d) amostras constituídas por gêneros orais de diferentes naturezas.

Embora a expressão do futuro possa ser realizada por diversas formas linguísticas, sendo, por isso, um território profícuo para um estudo variacionista, de um ponto de vista mais geral, grande parte das pesquisas dedicam-se especialmente a quatro formas, com algumas variações, utilizando as seguintes designações para cada uma delas: (i) forma canônica ou futuro sintético/futuro simples/futuro do presente (*jantarei*), (ii) forma mais inovadora ou futuro perifrástico<sup>63</sup>/ *ir* (presente) + infinitivo (*vou jantar*), (iii) presente do indicativo/presente futuro/presente (*janto* hoje) e (iv) perífrase com *haverde* (*hei de jantar*). Para essas formas mais frequentemente consideradas nos estudos, bem como para a forma perifrástica com *ir* no futuro (*irei jantar*), adota-se, nesta pesquisa, a seguinte notação:

---

<sup>62</sup> A noção de gênero é fundamental nesta pesquisa. Por ora, informamos que assumimos *gêneros* como “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262; grifos do autor); e “enunciados” como o emprego concreto e único da língua em campos específicos de atividade humana (BAKHTIN, 2011[1952-53], p. 261).

<sup>63</sup> Algumas pesquisas também consideram a forma *ir* (futuro) + infinitivo (*irei jantar*). Ora as pesquisas investigam essa forma isoladamente, como mais uma variante da expressão de futuro, ora agrupam-na ao futuro perifrástico com *ir* no presente, por considerarem que ambas são inovadoras frente à forma sintética. Anunciaremos, explicitamente, o tipo de procedimento empregado pelos pesquisadores a que nos referimos.

**Quadro 2:** Notação para as variantes de futuro mais prototípicas

- forma canônica ou futuro sintético/futuro simples/futuro do presente = **FS** (*jantarei*)
- futuro perifrástico com *ir* no presente/ *ir* (presente) + infinitivo = **IR/PRE** (*vou jantar*)
- futuro simples perifrástico/perifrástico com *ir* no futuro/ *ir* (futuro) + infinitivo = **IR/FS** (*irei jantar*)
- presente do indicativo/presente futuro/presente = **P** (*janto*)
- perífrase com *haverde* = **PH** (*hei de jantar*)

O que as investigações têm revelado, no que se refere especificamente às pesquisas diacrônicas, é que essas formas não coexistem com mesmo vigor numa mesma época, dado que, em geral, apenas duas formas competem entre si. Para o estágio atual do PB, as pesquisas têm indicado uma competição mais acirrada entre FS e IR/PRE. Já em relação às formas P e PH, as pesquisas têm sinalizado que elas não são acionadas em todos os contextos de referência futura, apresentando, assim, usos mais especializados e, por isso, menos frequentes.

A seguir especifica-se o primeiro grupo de pesquisas consideradas.

### **1.2.1 Investigações diacrônicas em amostras escritas dos séculos XIII ao XXI**

Nesta subseção, comparamos os trabalhos de Oliveira (2006), Malvar e Poplack (2008), Silva (2010), Strogenski (2010), Gibbon (s/d) e Gibbon (2014) baseando-nos em uma tabela já organizada por essa última pesquisadora, conforme mencionado. Incluímos nela, com o intuito de didatizar as informações recapituladas, (i) os tipos de amostras utilizadas em cada pesquisa diacrônica e (ii) a orientação teórica a que cada estudioso se filiou.

Essas pesquisas têm em comum o fato de investigarem os usos das formas FS, PH, IR/PRE e P em diferentes séculos e de focalizarem a modalidade escrita da língua, uma vez que não seria possível resgatar a fala espontânea, lugar em que a maioria das mudanças linguísticas se origina (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006 [1968]; LABOV,

2008 [1972], 1982, 1994), de séculos anteriores ao advento de gravadores. A Tabela 1 apresenta os resultados gerais dessas pesquisas.

**Tabela 1** - Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas  
(continua)

<b>Séculos</b>										
	<b>XIII</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>	<b>XXI</b>	<b>Total</b>
	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	
<b>Oliveira (2006)</b>										
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista e funcionalista norte-americana.										
✓ Amostra 1 <sup>64</sup> (do século XIII ao XIX): documentos de prosa medieval, cartas e documentos oficiais; (do século XX): editoriais de jornais (1970 e 1990).										
<b>FS</b> (jantarei)	18/55	433/92	65/81	681/87	358/74	105/83	91/86	122/75	–	1.873/84
<b>PH</b> (hei de jantar)	15/45	31/7	12/15	90/12	108/22	13/10	6/6	3/2	–	278/12
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	0/0	6/1	1/1	3/0	4/1	5/4	8/8	26/16	–	53/2
<b>P</b> (janto)	0/0	1/0	2/3	5/1	11/2	3/2	1/1	11/7	–	34/2
<b>Total</b>	<b>33</b>	<b>471</b>	<b>80</b>	<b>779</b>	<b>481</b>	<b>126</b>	<b>106</b>	<b>162</b>	–	<b>2.238</b>

<sup>64</sup> Indicamos “amostra 1” para o caso em que a pesquisa analisou mais de uma amostra; na Tabela 1, consideramos apenas uma delas.

**Tabela 1** - Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas  
(continua)

<b>Séculos</b>										
	<b>XIII</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>	<b>XXI</b>	<b>Total</b>
	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	
<b>Malvar e Poplack (2008)</b>										
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista.										
✓ Amostra 1 (do século XVI ao XX): comédias, farsas e sátiras.										
<b>FS</b> (jantarei)	–	–	–	198/66	–	169/57	276/53	46/9	–	689/42
<b>PH</b> (hei de jantar)	–	–	–	91/30	–	103/35	104/20	5/1	–	303/19
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	–	–	–	3/1	–	5/2	72/14	384/73	–	464/28
<b>P</b> (janto)	–	–	–	10/3	–	19/6	66/13	93/18	–	188/11
<b>Total</b>	–	–	–	<b>302</b>	–	<b>296</b>	<b>518</b>	<b>528</b>	–	<b>1.644</b>

**Tabela 1** - Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas  
(continua)

<b>Séculos</b>										
	<b>XIII</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>	<b>XXI</b>	<b>Total</b>
	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	
<b>Silva (2010)</b>										
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista e funcionalista norte-americana.										
✓ Amostra 1 (análise em tempo real <sup>65</sup> ): 46 romances brasileiros escritos entre o século XVIII e o XX.										
<b>FS</b> (jantarei)	–	–	–	–	–	39/93	616/70	453/28	–	1.108/44
<b>PH</b> (hei de jantar)	–	–	–	–	–	3/7	105/12	55/3	–	163/6
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	–	–	–	–	–	0/0	83/9	871/54	–	950/38
<b>P</b> (janto)	–	–	–	–	–	0/0	70/8	239/15	–	309/12
<b>Total</b>	–	–	–	–	–	<b>42</b>	<b>874</b>	<b>1.618</b>	–	<b>2.530</b>

<sup>65</sup> Cf. em Labov (1994) especificações quanto aos dois tipos de pesquisa laboviana pelos quais se pode captar mudança em andamento: (i) *pesquisa em tempo aparente* (ii) *pesquisa em tempo real*.



**Tabela 1-** Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas  
(continua)

<b>Séculos</b>										
	<b>XIII</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>	<b>XXI</b>	<b>Total</b>
	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	
<b>Strogenski (2010)</b>										
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista e funcionalista norte-americana.										
✓ Amostra: romances <sup>66</sup> brasileiros distribuídos em três períodos: (1) 1850-1900; (2) 1901-1950; (3) 1951-2006).										
<b>FS</b> (jantarei)	–	–	–	–	–	–	572/55	679/45	4/6	1255/48
<b>PH</b> (hei de jantar)	–	–	–	–	–	–	181/18	65/4	1/1	247/9
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	–	–	–	–	–	–	131/13	617/41	63/89	811/31
<b>P</b> (janto)	–	–	–	–	–	–	147/14	153/10	3/4	303/12
<b>Total</b>	–	–	–	–	–	–	<b>1.031</b>	<b>1.514</b>	<b>71</b>	<b>2.616</b>

---

<sup>66</sup> Conforme detalhado textualmente, a seguir, há na amostra dessa pesquisadora mais dois gêneros literários, além de romances brasileiros.

**Tabela 1** - Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas  
(continua)

<b>Séculos</b>										
	<b>XIII</b>	<b>XIV</b>	<b>XV</b>	<b>XVI</b>	<b>XVII</b>	<b>XVIII</b>	<b>XIX</b>	<b>XX</b>	<b>XXI</b>	<b>Total</b>
	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	<b>N/%</b>	
<b>Gibbon (s/d)</b>										
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista.										
✓ Amostra: peças teatrais, do século XV ao XXI.										
<b>FS</b> (jantarei)	–	–	8/53	248/73	196/65	140/46	146/56	88/48	13/15	839/56
<b>PH</b> (hei de jantar)	–	–	2/13	66/20	91/30	94/31	47/18	27/15	3/3	330/22
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	–	–	1/7	11/3	2/1	28/9	37/14	39/21	53/61	171/11
<b>P</b> (janto)	–	–	4/27	13/4	12/4	44/14	33/13	29/16	18/21	153/10
<b>Total</b>	–	–	<b>15</b>	<b>338</b>	<b>301</b>	<b>306</b>	<b>263</b>	<b>183</b>	<b>87</b>	<b>1.493</b>

**Tabela 1-** Distribuição das formas de futuro ao longo dos séculos, segundo as pesquisas consultadas (conclusão).

	Séculos									Total
	XIII	XIV	XV	XVI	XVII	XVIII	XIX	XX	XXI	
	N/%	N/%	N/%	N/%	N/%	N/%	N/%	N/%	N/%	
<b>Gibbon (2014)</b>										
✓ <i>Orientação teórica: perspectiva funcionalista.</i>										
✓ <i>Amostra: 17 peças teatrais de escritores gaúchos, de 1849 a 2012 (uma peça por década).</i>										
<b>FS</b> (jantarei)	–	–	–	–	–	–	139/52	106/42	5/15	250/43
<b>PH</b> (hei de jantar)	–	–	–	–	–	–	61/23	9/4	1/3	71/12
<b>IR/PRE</b> (vou jantar)	–	–	–	–	–	–	45/17	113/45	22/65	212 <sup>67</sup> /36
<b>P</b> (janto)	–	–	–	–	–	–	23/9	23/9	6/18	52/9
<b>Total</b>	–	–	–	–	–	–	<b>268</b>	<b>251</b>	<b>34</b>	<b>585</b>

Fonte: Elaborada a partir de Gibbon (2014, p. 203) e de consulta a todas as pesquisas citadas.

<sup>67</sup> Gibbon (2014) controla diversos tipos de construções perifrásticas com *ir*, separadamente. Na Tabela 1, reunimos sob a variante IR, o que a autora considerou perífrase com *ir* no presente (*vou fazer*), perífrase com *ir* no presente com material interveniente (*vou lá fazer*) e perífrase com *ir* no presente em expressões (*vou começar a fazer*), a fim de comparar seus resultados com as demais pesquisas, uma vez que nenhuma delas promove tantas especificações. Assim, a comparação deve ser relativizada. Cf. tabela apresentada por Gibbon (2014, p. 143).

Sinteticamente, as pesquisas podem ser assim apresentadas:

1. O estudo de Oliveira (2006) é um dos mais complexos, no que se refere à constituição dos *corpora* examinados, e investiga duas amostras: uma sincrônica, a que faremos referência posteriormente<sup>68</sup>, e a diacrônica referida na Tabela 1. Na amostra diacrônica, a pesquisadora examinou diferentes gêneros do século XIII ao XX, localizando 2.238 dados, nos seguintes documentos: (1) no século XIII, *Testamento de Afonso II* e *Foro Real de Afonso X*; (2) no século XIV, o documento *Flos Sanctorum*<sup>69</sup>; (3) no século XV, *Vida de Tarsis*, *Vida de uma Monja*, *Morte de S. Jerônimo*, *Vida de Santa Pelágia* e *Carta de Caminha*; (4) no século XVI, *Cartas de D. João III*; (5) no século XVII, *Cartas do Pe. Antônio Vieira*; (6) no século XVIII, foram analisados documentos da administração pública, como *Cartas oficiais*, e documentos da administração privada, como *Cartas de Comércio – Brasil* e *Cartas comuns*; (7) no século XIX, *Cartas Oficiais*, *Cartas Pessoais* e *Cartas de Editores*; e (8) no século XX, *editoriais de jornais* de Salvador e do Rio de Janeiro das décadas de 1970 e de 1990. Para o exame dessa amostra, Oliveira (2006) investigou apenas a frequência de ocorrência das formas de FP consideradas, não controlando, portanto, grupos de fatores que poderiam condicionar a escolha das variantes nos contextos em que elas ocorreram; e amalgamou as perífrases com IR/PRE (*vou fazer*) e IR/FS (*irei fazer*), por conta da baixa frequência de ocorrência dessa última. Oliveira (2006) concluiu que o embrião da construção *ir* + infinitivo localiza-se no século XIV, em contextos em que (i) o sujeito apresenta traço [+ humano], com elemento interveniente na perífrase, e em que (ii) valores de movimento e de intenção são muito nítidos – ao lado da ideia de futuridade. Apesar disso, entre os séculos XIII e XVIII a concorrência no contexto de futuridade ocorre predominantemente entre FS e PH, sendo a primeira forma a mais usada; no século XVIII a construção perifrástica começa a expandir seus

---

<sup>68</sup> Essa observação vale para todas as pesquisas apresentadas nesta subseção, ou seja, apresentam-se aqui apenas amostras diacrônicas.

<sup>69</sup> “O *Flos Sanctorum* é um documento do século XIV, de caráter hagiográfico, cujo cerne narrativo discorre sobre a vida e feitos de diversos santos e mártires dos primeiros séculos de difusão do cristianismo na Alta Idade Média, sobretudo sobre os anacoretas, e servia como suporte ao trabalho de doutrinação religiosa implementado pela Igreja.” Disponível em: <<http://www.editora.unb.br/lstDetalhaProduto.aspx?pid=192>>. Acesso em: 19 maio 2015.

contextos de uso e a concorrer com as demais, ao passo que o uso de PH decresce nesse mesmo período. No século XX, segundo Oliveira (2006), já é possível perceber uma reorganização distribucional das variantes, com (a) acentuado uso da perífrase com IR/PRE, (b) decréscimo de FS e (c) quase desaparecimento de PH. A forma P foi pouco expressiva em todos os séculos investigados e, segundo a autora, foi acionada em contextos muito específicos: quando há indicação mais ou menos precisa de futuro e em expressões cristalizadas (OLIVEIRA, 2006, p. 103). A despeito da competição entre essas variantes, observa-se na Tabela 1 que a forma canônica, FS, mantém elevada frequência de ocorrência em todos os séculos que integram essa amostra: Em geral, a pesquisadora concluiu que, ao longo da história da língua portuguesa, (i) a expressão do futuro sempre foi variável; (ii) há gramáticas distintas para a fala e para a escrita, quanto a esse fenômeno, embora esteja ocorrendo uma mudança em progresso em ambas (mudança mais lenta na escrita e quase concluída na fala); e (iii) P é uma variante à margem da concorrência entre as formas anteriores (FS e IR/PRE).

2. A segunda pesquisa diacrônica sobre esse fenômeno que merece nossa atenção é a de Malvar e Poplack (2008), de orientação variacionista; as autoras dividiram seus dados em “diacrônico e sincrônico; escrito e falado [com o] “objetivo de traçar variação e mudança no decorrer dos séculos” (MALVAR; POPLACK, 2008, p. 186). Em relação ao *corpus* diacrônico, as pesquisadoras reuniram comédias, farças e sátiras, textos representativos, segundo elas, do português falado nos quatro séculos considerados, uma vez que eram escritos para serem encenados em lugares públicos e populares, sendo, portanto, representativos da linguagem coloquial. Assim como o trabalho de Oliveira (2006), essas pesquisadoras também concluíram, em relação à frequência de ocorrência de cada forma, que até o século XVIII a concorrência entre as variantes de futuro se deu entre FS e PH, sendo a primeira a forma *default* de futuro desse período. No século XIX, IR/PRE estava no sistema de referência futura e, no século XX, já era a variante mais frequente nos *corpora* investigados. A forma P apresentou um uso crescente ao longo dos séculos, embora desempenhando um papel menor na expressão de FP, uma vez que não se espalhou por todos os contextos linguísticos, ao longo dos séculos, como ocorreu com a forma IR/PRE. Em relação à análise multivariada, as autoras testaram 13 grupos de fatores: (a) pessoa gramatical e número (1ª, 2ª, 3ª); (b) animacidade (animado/inanimado); (c) tipo de sentença (declarativa, interrogativa, negativa); (d) distância temporal entre o momento da fala e a predicação (distante, próximo); (e) contingência do

evento futuro (contingente, assumido); (f) tipo de verbo (movimento vs. outros); (g) número de sílabas (monossílabo vs. mais sílabas); (h) tipo de oração (principal, subordinada, relativa); (i) pronomes clíticos (presença vs. ausência); (j) presença e tipo de especificação adverbial (específico, não-específico, sem advérbios); (k) *medium* (peças vs. fala); (m) século; (n) nível de escolaridade.<sup>70</sup> Com essa análise, as autoras concluíram, de maneira geral, que IR/PRE entrou no sistema da língua via contextos que expressavam *futuro próximo*, contexto anteriormente ocupado por P, o que pressionou as formas FS e PH para os contextos que expressavam *futuro distante*. Além disso, com o decorrer dos séculos a forma *default* de futuro passou a ser IR/PRE, já que ela, no século XX, assumiu todos os contextos antes ocupados pelas outras formas, restando apenas duas restrições em que, nesses casos, P “colonizou” o setor de referência futura: *contexto contingente* e *contexto com especificação adverbial*<sup>71</sup>. Concluíram, assim, que houve uma lenta mudança entre as variantes de referência futura, ao longo dos séculos, embora as distinções funcionais e semânticas continuem a ser expressas, ainda que por diferentes variantes.

3. Silva (2010) constituiu dois *corpora* de análise para a investigação diacrônica realizada. Numa primeira amostra, para a análise em *tempo real*, a pesquisadora selecionou 46 romances brasileiros compreendidos entre os séculos XVIII e a última década do século XX<sup>72</sup>. Na segunda amostra, para a análise em tempo real de curta duração, Silva (2010) analisou revistas *Pato Donald*, considerando desde a edição número 1 (1950) até a de número 2.032 (2004), selecionando edições de dez em dez anos<sup>73</sup>. Inicialmente, a pesquisadora considerou as variantes FS, P e

<sup>70</sup> Lembramos que as autoras também analisaram dados de fala, por isso os grupos de fatores *medium* e *nível de escolaridade*.

<sup>71</sup> Soma-se a esses contextos favorecedores de P, a construção *ir* (presente) + *ir* (*you ir*) que, segundo as autoras, sofre estigmatização.

<sup>72</sup> Integram essa amostra obras como *O Guarani* (1857) e *Senhora* (1875), de José de Alencar; *Ressurreição* (1872) e *Memorial de Aires* (1908), de Machado de Assis; *Uma lágrima de mulher* (1880) e *O livro de uma sogra*, de Aluísio de Azevedo; *Memórias Sentimentais de João Miramar* (1924) e *A Revolução Melancólica* (1943), de Oswald de Andrade; *A vingança do cobra* (1997) e *O espelho dos nomes* (2002), de Marcos Bagno.

<sup>73</sup> Na síntese que realizamos na Tabela 1, apenas os resultados da análise da primeira amostra estão descritos, uma vez que seguimos os mesmos critérios da síntese promovida por Gibbon (2014).

PH, reunindo sob o rótulo *perífrases* as seguintes construções: *ir* (presente/futuro) + infinitivo (vou/irei chegar); *ir* + *inf* + *inf* (vou poder ler); futuro do presente + infinitivo, exceto *ir* + infinitivo (podemos topar); presente do indicativo + infinitivo (podemos chegar). Os dados apresentados na Tabela 1 referem-se apenas à frequência da construção *ir* (presente/futuro) + infinitivo<sup>74</sup>. Os oito grupos de fatores linguísticos considerados por Silva (2010) foram: (a) contexto desencadeador (advérbios de dúvida, de intensidade, de lugar, de modo, de afirmação, de negação, tempo e interrogativos); (b) pessoas gramaticais (1<sup>a</sup> – eu, nós, a gente – e 2<sup>a</sup> – tu, você e vocês); (c) TAM (perífrases com verbos aspectuais e modais, como: começar a, passar a, continuar a, vir a, parar de, ficar a, permanecer, acabar de, etc.); (d) projeção do fato futuro<sup>75</sup> (futuro próximo; futuro distante); (e) tipos de frases (afirmativas, negativas, interrogativas); (f) extensão fonológica do verbo principal (verbos com uma, duas, três ou mais de três sílabas); (g) tipos de perífrases (*ir* (presente/futuro) + infinitivo (vou/irei fazer); perífrases *ir* + infinitivo + infinitivo (vou poder ler); futuro do presente + infinitivo, exceto verbo *ir* + infinitivo (podemos topar); presente do indicativo + infinitivo, exceto verbo *ir* + infinitivo (podemos chegar); a perífrase *haver* (presente) + *de* + infinitivo (hei de)); (h) preenchimento da pessoa pronominal (preenchimento/não preenchimento da pessoa pronominal). Além desses grupos de fatores linguísticos, a autora também considerou quatro grupos de fatores extralinguísticos: (a) sexo dos personagens (masculino, feminino); (b) faixa etária dos personagens (crianças, adultos); (c) ambiente de ocorrência do tempo futuro (doméstico ou profissional; com familiares mais velhos, com familiares mais novos, com pessoas estranhas, de subalterno para superior, de superior para subalterno, entre iguais, consigo mesmo, no texto do narrador); (d) ano de publicação da obra<sup>76</sup>. A hipótese que orientou a pesquisa de Silva (2010) era a de que a representação de futuro nos textos literários seria feita, nos textos mais antigos, pelo FS e, com o decorrer dos séculos, preferencialmente pela perífrase *ir* + infinitivo, independentemente de a referência futura ser próxima ou distante. Essa hipótese foi parcialmente

---

<sup>74</sup> A pesquisadora, portanto, amalgamou as formas IR/PRE e IR/FS.

<sup>75</sup> A autora considerou *futuro próximo*, hoje e amanhã; *futuro distante*, a partir de depois de amanhã ou quando não há especificação exata.

<sup>76</sup> Cf. em Silva (2010), os fatores mais significativos para o condicionamento de uso de cada uma das formas investigadas.

confirmada<sup>77</sup>. A autora, então, concluiu que a variação examinada aponta para um caso de mudança em curso.

4. A pesquisa de Strogenski (2010) também analisou esse fenômeno, juntamente com a expressão do futuro do pretérito, em obras literárias, partindo dos pressupostos de que a forma IR/PRE estaria substituindo a forma FS e de “*ser a escrita uma representação na qual há uma maior formalidade quanto ao uso da língua, por ser uma linguagem mais elaborada*”. (STROGENSKI, 2010, p. 2; grifos nossos). O *corpus* da pesquisa constituiu-se de (a) 13 romances<sup>78</sup> de autores diversos, (b) do livro de contos *Cidades Mortas*, de Monteiro Lobato, e (c) de uma coletânea de textos do autor Paulo Coelho, *Manual do Guerreiro da Luz*, publicada no jornal *A Folha de São Paulo*, no ano de 1997. Essas publicações compreendem três períodos históricos (de 1850 a 1900, de 1901 a 1950 e de 1951 a 2006) e o objetivo da pesquisa foi promover um levantamento diagnóstico dos usos<sup>79</sup> desses dois tipos de futuro (do presente e do pretérito) ao longo desses períodos. A pesquisadora analisou os dados frente aos períodos históricos e apenas dois grupos de fatores linguísticos: (a) contexto oracional (orações absolutas, principais, interrogativas, subordinadas, coordenadas, temporais condicionais) e (b) número de sílabas dos verbos principais. Os resultados indicaram que a frequência de uso de FS decresce radicalmente ao longo dos três períodos analisados; PH praticamente desaparece; P apresenta baixa frequência, em geral, e também decresce no período, ocorrendo especialmente em orações coordenadas, ao passo que o uso de IR/PRE<sup>80</sup> aumenta consideravelmente, sendo favorecido

<sup>77</sup> Segundo Silva (2010), estaticamente, “[a] *perífrase ir + infinitivo* apresenta tendência a ocorrer em contextos de futuridade próxima, mas também se apresenta em contextos cuja ação futura se encontra em uma projeção bastante distante” (SILVA, 2010, p. 156).

<sup>78</sup> A lista completa dos romances analisados pode ser conferida em Strogenski (2010, p. 52).

<sup>79</sup> A autora fez análise estatística apenas das formas FS, P, PH e da construção *ir + infinitivo*. Analisou separadamente: perífrases com gerúndio (*vou retirando, termina sarando*), construções com preposições + infinitivo (*para acabar de*) e construções com dois infinitivos (*ir ver*).

<sup>80</sup> Não localizamos informações no trabalho quanto ao tratamento da forma IR/FS: a pesquisadora se refere à “construção *ir + infinitivo*” e não localizamos a apresentação de dados com IR/FS. Como a hipótese da pesquisa girou em torno da construção IR/PRE, inferimos que a forma IR/FS não foi considerada.



pelos contextos de orações absolutas e condicionais.<sup>81</sup> Embora presente em todos os períodos analisados, IR/PRE substitui a forma PH no segundo período, concorrendo mais diretamente com FS e P no terceiro período. Para a autora, IR/PRE está substituindo FS na expressão de futuro no PB, embora P também seja uma forma muito expressiva na representação de futuro.

5. A pesquisa de Gibbon (s/d), que examinou peças teatrais do século XV ao XXI, com o objetivo de mapear a frequência das formas que concorrem para a codificação de futuro no *domínio funcional do futuro*, tinha como hipótese que FS seria suplantado pela perífrase *ir* + infinitivo nos últimos séculos da investigação. Os resultados da pesquisa confirmam (a) o decréscimo no uso de FS, (b) o quase desaparecimento de PH, (c) um aumento moderado no uso de P e (d) um aumento significativo no uso da construção com *ir*, ao longo dos séculos analisados. Para a autora, o verbo *ir* da perífrase inovadora já entra na modalidade escrita da língua funcionando como auxiliar, o que significa dizer que o traço de movimento, significado mais concreto do item, já estava atenuado na construção perifrástica.

6. Por fim, a pesquisa de Gibbon (2014) investiga, em uma amostra composta por 17 peças de teatro<sup>82</sup> de escritores do Rio Grande do Sul, selecionadas desde o ano de 1849 até 2012, compreendendo uma peça por década<sup>83</sup>, a hipótese de que a construção mencionada encontra-se em processo de expansão contextual, gramaticalizando-se ainda mais, considerando o uso, sem estigma no Rio Grande do Sul, da construção *vou ir*. Nesse estudo, interessou à pesquisadora mapear todas as formas que na amostra constituída expressassem futuridade<sup>84</sup>. Os resultados

<sup>81</sup> Para o grupo de fatores *número de sílabas do verbo principal*, a autora não pôde chegar a uma conclusão, uma vez que tanto a forma FS quanto a construção perifrástica com *ir* ocorreram com verbos mais extensos e com verbos menos extensos, homogeneamente (STROGENSKI, 2010, p. 126).

<sup>82</sup> A especificação das 17 peças de teatro analisadas nesse estudo pode ser conferida em Gibbon (2014, p. 113).

<sup>83</sup> A pesquisadora adotou os seguintes critérios para a seleção da amostra: (i) textos escritos por gaúchos e (ii) *textos que supostamente refletissem, tanto quanto possível, os padrões da língua falada* (GIBBON, 2014, p. 113; grifos nossos)

<sup>84</sup> A autora registrou a ocorrência das seguintes construções perifrásticas na amostra constituída: (a) perífrase IR (presente) (*vou sair*), (b) perífrase IR (presente) material interveniente (*vou lá comprar*), (c) perífrase IR (presente)

indicaram a mesma tendência de uso dessas formas já verificada nas pesquisas anteriores. Interessante notar os grupos de fatores eleitos pela pesquisadora para análise dos contextos de uso da construção perifrástica, pois eles foram elaborados, principalmente, a partir das funções semântico-pragmáticas *tempo, aspecto e modalidade* (TAM).<sup>85</sup> A pesquisadora concluiu que a construção perifrástica continua se expandindo, apresentando-se, portanto, com diferentes graus de gramaticalidade; além disso, Gibbon (2014) destaca que essa construção pode assumir, ora mais ora menos, o traço de futuridade, pois há contextos em que ganha relevo a noção aspectual, sobretudo o aspecto habitual, como em *sempre vou ver*, há outros em que se destaca a modalidade, considerando o modo imperativo/comando, como em *vão brincar*, e há casos ainda em que a construção se organiza em torno de um valor discursivo, como em *vamos supor/vamos dizer* (GIBBON, 2014, p. 267-268).

\*\*\*

Problematizando esses estudos, pode-se inferir que as pesquisas acima mencionadas focalizaram tanto o fenômeno da variação na expressão do FP, quanto o processo de gramaticalização da construção perifrástica com *ir*, resgatando, assim, a regularização dessa forma, que goza de alta produtividade no estágio atual do PB.

Nesse sentido, diferentes perspectivas teóricas orientaram as pesquisas revisitadas, tendo em vista dois diferentes focos investigativos: (a) ou a perspectiva variacionista – Malvar e Poplack (2008); Gibbon (s/d) –; ou (b) a perspectiva funcionalista norte-americana dos estudos linguísticos – Gibbon (2014) –; ou ainda (c) esses dois campos, de forma complementar, quando se observa tanto o

em expressões (*vou começar a trabalhar*), (d) verbo IR no presente do indicativo (*vou na padaria*), (e) perífrase IR (gerúndio) (*vou saindo*), (f) futuro do presente (*sairei*), (g) haver de + infinitivo (*hei de sair*), (h) locução modal/aspectual (*poderei fazer/começo a fazer*), (i) presente do indicativo (*faço amanhã*). Para efeitos de comparabilidade com as pesquisas anteriores mencionadas, reitera-se que apresentamos, na Tabela 1, para os dados de IR/PRE, a soma das frequências de uso apenas dos três primeiros tipos de perífrases (a, b, c), já que as demais pesquisas não especificam todas essas formas.

<sup>85</sup> Cf. grupos de fatores, bem como quais foram relevantes estatisticamente em Gibbon (2014).

processo de gramaticalização das formas que assumem a função de expressar futuro do presente, quanto à variação ocasionada por esse processo (OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2010; STROGENSKI, 2010).

Além de diferentes campos teóricos, o ponto de partida para a investigação não é sempre o mesmo, visto que algumas pesquisas partem da *forma* (SILVA, 2010; STROGENSKI, 2010; BRAGANÇA, 2008; TESCH, 2011; GIBBON, 2014) e outra da *função*, como Malvar e Poplack (2008) que consideraram explicitamente:

Neste estudo investigamos a variação tendo como ponto de partida o contexto de referência temporal futura, ao invés das formas variantes. Assim, o *locus* da variação, ou contexto variável, é *toda e qualquer referência não ambígua a um estado, evento ou ação posterior ao momento da fala*. (2008, p. 189; grifo das autoras).

Vale destacar, nesse ponto, que nem sempre o que as pesquisas intitulam *futuro perifrástico* refere-se à mesma forma: Oliveira (2006) e Silva (2010) amalgamaram as perífrases IR/PRE e IR/FS, ao passo que Gibbon (2014) controla as duas formas separadamente; em Malvar e Poplack (2008) e Strogenski (2010) não se encontra referência à forma IR/FS.

Além disso, sob a forma *ir* + *infinitivo* costumam ser classificadas diversas construções que aparecem especificadas em Gibbon (2014) como: perífrases com material interveniente (*vai o amiguinho dizer*); perífrases com gerúndio (*vai ficar repetindo*) e com verbos modais (*vai poder encontrar*) (STROGENSKI, 2010); e construções do tipo *ir* + infinitivo + infinitivo (*vou poder ler*) (SILVA, 2010).<sup>86</sup>

Como as pesquisas geralmente assumem a hipótese “de alternância cíclica entre construções sintéticas e construções analíticas” (MERCER, 2011, p. 390), acredita-se que reunir diferentes formas perifrásticas sob um mesmo rótulo não causa prejuízo a cada pesquisa, em particular, tendo em vista que o interesse investigativo está no contraste entre esses dois tipos de construção.

---

<sup>86</sup> Silva (2010) tem o cuidado de avisar ao leitor sobre esses amalgamentos, principalmente porque na apresentação de seus resultados chega a um ponto em que separa as demais construções da construção *ir* + infinitivo.

O problema, no entanto, emerge quando se intenta comparar os resultados de diferentes pesquisas, pois, nesse caso, como cada uma classifica os dados de diferentes maneiras, nem sempre explicitando essas decisões<sup>87</sup>, perde-se a possibilidade de generalizações quanto ao fenômeno e

[c]omo um dos objetivos da Sociolinguística variacionista é obter resultados que possam ser generalizados, sua metodologia deve ser pautada em *confiabilidade* (os mesmos resultados devem ser repetidos na análise do mesmo fenômeno) e *intersubjetividade* (dois pesquisadores diferentes devem obter os mesmos resultados *segundo a mesma metodologia*) (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 918; grifos nossos).

Nesse sentido, a comparação que aqui realizamos entre os resultados dessas pesquisas reportadas, na esteira da comparação já efetuada por Gibbon (2014), deve ser relativizada, especialmente no que tange aos usos do que consideramos IR/PRE, na Tabela 1, tendo em vista que não há homogeneidade quanto ao que os pesquisadores classificam como *construção perifrástica com ir*. Essa observação vale para todas as demais seções em que os estudos são apresentados comparativamente.

Além disso, destacam-se os diferentes tipos de amostras constituídas em cada investigação. Na pesquisa de Oliveira (2006), por

---

<sup>87</sup> Para a investigação do que os trabalhos consideraram *forma perifrástica*, tivemos que recorrer, em muitas pesquisas revisitadas ao longo desta seção, aos dados apresentados, uma vez que grande parte delas não explicita se, com esse rótulo, está considerando exclusivamente IR/PRE (*vou trabalhar*) ou também construções diversas, como: *vou lá trabalhar, vou poder ir lá trabalhar, vou começar a trabalhar, irei trabalhar, vou trabalhando, poderei trabalhar, começo a trabalhar*, etc. Além de observar os dados apresentados, também verificamos, para o levantamento dessa informação, os grupos de fatores. As pesquisas que constituíram grupos de fatores para o controle de perífrases diversas, como o grupo TAM, da pesquisa de Silva (2010), procederam de duas maneiras: ou trataram essas outras construções separadamente, em relação às variantes observadas, ou as classificaram como uma das variantes e apenas verificaram a influência, para o condicionamento de uso, do grupo de fatores constituído.

exemplo, considerando apenas alguns gêneros examinados, podemos citar *testamento*, *cartas oficiais*, *cartas pessoais*, *editoriais*, além de narrativas e descrições religiosas. Nas pesquisas de Malvar e Poplack (2008), Gibbon (s/d) e Gibbon (2014) foram analisadas *peças teatrais*. Silva (2010) analisou *romances* brasileiros e Strogenski (2010), além de também analisar romances dessa mesma nacionalidade, incluiu na amostra um *conto* e uma coletânea de *textos publicados em um jornal* de grande circulação nacional.

Com efeito, Lobato (2009), em dissertação intitulada *Gênero textual na metodologia de pesquisa em Gramaticalização*, defende que, para a organização de um *corpus* de pesquisa que investigue a realidade linguística de determinado fenômeno variável, é preciso considerar (i) diferentes gêneros e (ii) gêneros que sejam de diferentes natureza. Com isso, pode-se inferir que há na literatura dos estudos variacionistas recomendação de que fenômenos variáveis sejam investigados por meio dessa instância. Resta saber por que, exatamente e quais as implicações disso: são implicações de natureza metodológica, exclusivamente, ou são também de natureza teórica? O que está em questão ao se convocar os gêneros para os estudos de fenômenos em processo de variação/mudança linguística?

Além disso, destaque-se que, mesmo que as pesquisas considerem diferentes gêneros, eles são reunidos – pelos autores e também por nós, aqui nesta comparação, a fim de dar visibilidade à questão – sob um mesmo rótulo: *amostra escrita*. Assim, Oliveira (2006) analisa editoriais de jornal e *testamento* sem promover uma discussão sobre a natureza desses gêneros. Da mesma maneira, Strogenski (2010) analisa romances e uma coletânea de textos publicados em jornal sem fazer distinção entre as especificidades de cada gênero e do lugar em que são publicados.

Nossa observação, neste ponto do trabalho, é que, na investigação de fenômenos variáveis, a comparação entre diferentes gêneros precisa vir acompanhada de uma explanação sobre a própria natureza deles, pois diferentes gêneros podem promover diferentes usos das formas de FP, por exemplo, já que a mobilização de formas linguísticas decorre de um planejamento comunicativo, que depende de diferentes relações entre os sujeitos (falante/escritor, ouvinte/leitor) envolvidos em uma dada interação.

Notemos, por exemplo, que, dentre as pesquisas mencionadas, a de Oliveira (2006) opera com uma amostra cujos gêneros são mais padronizados e, talvez, por isso, dentre outros fatores, a forma sintética, forma canônica e mais prototípica de gêneros normativizados, tenha

apresentado alta frequência do século XIII (55%) ao XX (75%). Por isso a autora chega a “levantar a hipótese de que a escrita selecionaria o futuro simples ao passo que a fala selecionaria o futuro perifrástico com *ir + infinitivo*” (OLIVEIRA, 2006, p. 103).

Adverte-se, porém, que, nesse tipo de afirmação, parece estar implícita uma compreensão de que *fala* e *escrita* são polarizadas. De igual forma, quando Strogenski (2010) afirma que a “representação escrita é uma expressão muito mais conservadora da língua”, compreende a modalidade escrita como uma instância homogênea. Os dois posicionamentos teóricos tendem a deixar escapar que *fala* e *escrita* constituem um quase-infinito de práticas sociais, indo desde uma realização mais informal até a mais formal, tendo, cada eixo, especificidades comunicativas relevantes.

Em relação à pesquisa de Malvar e Poplack (2008), por exemplo, a dicotomia *peças vs. fala*, como representante da dicotomia *escrita vs. fala*, parece não se sustentar, tendo em vista que as *peças* foram selecionadas justamente com a hipótese de que representam, em alguma medida, a fala, como podemos observar pelas próprias palavras das autoras:

[p]ara acessar o português falado de séculos anteriores, compilamos um segundo *corpus* diacrônico formado por comédias, farças e sátiras [...]. [...] assumimos que os diálogos foram escritos assemelhando-se de alguma forma à linguagem coloquial da época [...] (MALVAR; POPLACK, 2008, p. 187).

Nesse sentido, então, os gêneros escritos considerados por Oliveira (2006) não são de mesma natureza que os considerados por Malvar e Poplack (2008), uma vez que esses últimos aproximam-se muito mais da fala espontânea. Embora os resultados gerais da pesquisa de Malvar e Poplack (2008) tenham seguido a mesma direção da pesquisa de Oliveira (2006), não é de se estranhar que a frequência de uso de FS nas peças teatrais, do século XX, seja de apenas 9%, enquanto a frequência de IR/PRE seja de 73%. Conforme Oliveira (2006) já tinha atestado, no século XX, já havia uma reorganização distribucional das variantes para expressar o FP, fazendo com que as formas em competição, de fato, passassem a ser FS e IR/PRE: se a mudança começa, geralmente, nos contextos de fala espontânea e essas peças teatrais buscam representar esse tipo de uso da língua, o que Malvar e

Poplack (2008) encontram, considerando os dados do século XX, são representações aproximadas de contextos de fala espontânea, ainda que os textos estejam escritos. Prova disso é que as autoras encontram “um paralelo marcante entre a *frequência* de uso das variantes nas peças e na fala” (MALVAR; POPLACK, 2008, p. 199; grifos das autoras).<sup>88</sup>

Podemos, então, questionar até que ponto é possível comparar os resultados da análise de Oliveira (2006), que focalizou, em geral, textos escritos institucionais/oficiais, por isso, mais padronizados, com os resultados da análise de Malvar e Poplack (2008), que tinham por objetivo analisar textos representativos da fala espontânea. O fato de termos retomado essa comparação proposta por Gibbon (2014) cumpre justamente o objetivo de problematizar esse procedimento e de chamar atenção para a relevância das decisões metodológicas na investigação de fenômenos variáveis.

De acordo com a ótica sob a qual estamos realizando a leitura dos trabalhos, reiteramos que os resultados dessas pesquisas, por conta da natureza das amostras, não são adequadamente comparáveis, de modo que mais adequado seria comparar os resultados das pesquisas de Malvar e Poplack (2008) e os de Gibbon (2014) com pesquisas que examinam textos também informais, quer da modalidade escrita quer da modalidade oral.

Para finalizar, comparemos os grupos de fatores constituídos para investigar os contextos de uso das formas de FP, nos trabalhos de Malvar e Poplack (2008) e de Silva (2010):<sup>89</sup>

- **Malvar e Poplack (2008):** (a) pessoa gramatical e número; (b) animacidade; (c) tipo de sentença; (d) distância temporal entre o momento da fala e a predicação; (e) contingência do evento futuro; (f) tipo de verbo; (g) número de sílabas, (h) tipo de oração, (i) pronomes clíticos; (j) presença e tipo de especificação adverbial; (l) *medium*.

---

<sup>88</sup> Os resultados dessa pesquisa em relação à amostra que contempla um tipo de texto oral serão apresentados na seção 1.2.3

<sup>89</sup> Lembramos que as pesquisas de Oliveira (2006), Strogenski (2010) e de Gibbon (s/d) analisaram apenas a frequência de ocorrência das formas de FP ao longo dos séculos e que o estudo de Gibbon (2014) investigou apenas os contextos de uso de construções com *ir*, por isso esses trabalhos não são mencionados quanto a esse tópico.

- **Silva (2010):** (a) contexto desencadeador; (b) pessoas gramaticais; (c) TAM; (d) projeção do fato futuro; (e) tipos de frases; (f) extensão fonológica do verbo principal; (g) tipos de perífrases; (h) preenchimento/não preenchimento da pessoa pronominal; (i) tipo de frase; (j) sexo (dos personagens); (l) faixa etária (dos personagens); (m) ambiente de ocorrência do tempo futuro (doméstico ou profissional); (n) ano de publicação da obra.

De um ponto de vista mais geral, observamos que, quando os autores se referem a “contextos de uso” das variantes do fenômeno, estão se referindo a contextos que recobrem os níveis morfofossintático e semântico, prioritariamente, e, num segundo plano, com bem menos fôlego, os contextos de níveis pragmático, textual e social mais amplo.

Uma variável que, embora não muito comum nas investigações sobre a variação de FP, volta-se para esses níveis de análise mais silenciados nesse conjunto de pesquisas e que foi bastante produtiva é a utilizada por Silva (2010), qual seja *ambiente de ocorrência do tempo futuro (doméstico ou profissional)*. Tal variável, além de observar a representação da linguagem em dois diferentes campos de atividade humana (cf. 4.2.3), volta-se também para as relações de simetria/assimetria entre os participantes da interação à qual o dado se vincula<sup>90</sup>, evocando, assim, a consideração de questões pragmáticas e/ou histórico-culturais.

A seguir, examinam-se mais algumas pesquisas que analisaram dados de gêneros da modalidade escrita.

---

<sup>90</sup> Vale destacar que o controle da simetria nas interações parece já ter avançado no âmbito da pesquisa variacionista: Coelho e Nunes de Souza (2014) apresentam proposta metodológica para o estudo da variação estilística na escrita com foco nas relações entre locutor-interlocutor, considerando a combinação de variáveis sociais clássicas labovianas com variáveis estilísticas. Segundo as autoras, com essa proposta metodológica que se orienta por variáveis *socioestilísticas* de análise, “a categorização de uma relação como simétrica ou assimétrica passaria a ser um resultado da análise, e não mais um pressuposto anterior ao processo” (COELHO; NUNES DE SOUZA, 2014, p. 176). Volta-se a fazer referência a esse estudo em 5.2.3.1.



## 1.2.2 Investigações sincrônicas em amostras escritas do século XX e XXI

Aqui, são apresentadas as pesquisas de Santos (1997), Bragança (2008), Tesch (2011) e Vieira (2014), investigações, cujas amostras representam usos dos séculos XX e XXI<sup>91</sup>, conforme Tabela 2.

**Tabela 2:** Distribuição das formas de futuro em textos da modalidade escrita nos séculos XX e XXI (continua)

<b>Santos (1997) - abordagem sincrônica</b>				
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista				
✓ Amostra: <i>Diário do Congresso Nacional</i> e <i>Revista IstoÉ</i> coletados entre 1994 e 1995				
<b>FS (jantarei)</b>	772/73%	–	–	–
<b>IR/PRE (vou jantar)</b>	233/22%	–	–	–
<b>IR/FS (irei jantar)</b>	31/3%	–	–	–
<b>P (janto)</b>	19/1%	–	–	–
<b>Total</b>	<b>1.055</b>	–	–	–
<b>Bragança (2008) - abordagem sincrônica</b>				
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista e funcionalista norte-americana				
✓ Amostra: Editoriais do Jornal <i>A Gazeta- ES</i> do ano de 2006				
<b>FS</b>	622/75%	–	–	–
<b>IR/PRE</b>	81/9,7	–	–	–
<b>IR/FS</b>	124/15,3%	–	–	–
<b>Total</b>	<b>827</b>	–	–	–

<sup>91</sup> As pesquisas desta subseção são sincrônicas, com exceção da pesquisa de Tesch (2011) que, embora diacrônica, não se configura como as pesquisas do primeiro grupo: enquanto essas compararam a expressão de futuro ao longo de séculos, Tesch (2011) examina duas décadas do século XX e um ano do século XXI. Por isso, optamos por apresentá-la juntamente com as pesquisas que focalizam esses dois últimos séculos.

**Tabela 2:** Distribuição das formas de futuro em textos da modalidade escrita nos séculos XX e XXI (conclusão)

<b>Tesch (2011) – abordagem diacrônica</b>				
✓ Orientação teórica: perspectiva variacionista e funcionalista norte-americana				
✓ Amostra: Gêneros (notícia, propaganda, editoria, artigo de opinião, carta do leitor, manifesto, discurso <sup>92</sup> , notas de falecimento) do <i>Jornal A Gazeta</i> - ES, década de 1930, de 1970 e do ano de 2008				
	<b>Década de 1930</b>	<b>Década de 1970</b>	<b>Ano de 2008</b>	
<b>FS</b>	178/88%	324/81,8%	368/54,3%	–
<b>IR/PRE</b>	14/7%	42/10,6%	136/20%	–
<b>P</b>	8/4%	27/6,8%	158/23,3%	–
<b>IR/FS</b>	2/1%	3/0,8%	16/2,4%	–
<b>Total</b>	<b>202</b>	<b>396</b>	<b>678</b>	
<b>Vieira (2014) - abordagem sincrônica</b>				
✓ Orientação teórica: sociofuncionalismo				
✓ Amostra: jornais <i>Diário do Nordeste</i> , <i>O Estado</i> , <i>O Povo</i> e <i>Aqui CE</i> , do estado do Ceará, do ano de 2014				
	<b>Diário do Nordeste</b>	<b>O Estado</b>	<b>O Povo</b>	<b>Aqui CE</b>
<b>FS</b>	308/60,9%	403/55,2%	284/57,6%	186/40,8%
<b>IR/PRE + IR/FS</b>	65/12,9%	89/12,2%	70/14,2%	73/16%
<b>P</b>	133/26,2%	237/32,6%	139/28,2%	197/43,2%
<b>Total</b>	<b>506</b>	<b>729</b>	<b>493</b>	<b>456</b>

Fonte: Elaborada a partir de consulta a todas as pesquisas citadas

1. Santos (1997), sob a perspectiva variacionista, elegeu como *corpus* para a análise três exemplares do *Diário do Congresso Nacional* e da revista *IstoÉ*, coletados entre os anos de 1994 e 1995, cujos textos foram considerados, pela autora, cultos, formais e representativos da modalidade escrita. Os gêneros do *Diário* examinados foram: discursos, apartes nos discursos dos parlamentares, diálogos entre Mesa do Congresso e parlamentares. Os textos da revista: artigos,

<sup>92</sup> Trata-se de “reproduções fiéis de discursos de políticos, realizados na Assembleia Legislativa” (TESCH, 2011, p. 111), não sendo possível identificar, segundo a autora, se esses discursos são registros de fala ou reprodução da escrita.

reportagens e entrevistas<sup>93</sup>. Considerou-se que alguns textos dessas duas fontes representavam também, em alguma medida, a língua falada, uma vez que eram transcritos diretamente de situações de entrevista ou de pronunciamentos, conservando, assim, tanto o grau de formalidade da situação de interação, quanto sinais de espontaneidade da oralidade, como improvisos.<sup>94</sup> Para análise multivariada, os 12 grupos de fatores considerados foram: (a) tipo de texto (redigido, transcrito); (b) adjunto adverbial de tempo (inexistência de adjunto adverbial de tempo, tempo indefinido da ocorrência do fato, até uma semana da ocorrência do fato, mais de uma semana da ocorrência do fato), (c) modo verbal do período (indicativo – *realis*, subjuntivo – *irrealis*); (d) pessoa do verbo (1ª, 2ª ou 3ª); (e) gradação temporal (há gradação temporal no período, não há gradação temporal no período); (f) paralelismo discursivo (ocorrência isolada do verbo, primeiro verbo de série, verbo antecedido por futuro simples, verbo antecedido por futuro perifrástico, verbo antecedido por presente, verbo antecedido por futuro simples perifrástico); (g) número de sílabas (uma, duas ou mais de três sílabas no infinitivo do verbo principal); (h) predicação (verbo transitivo, intransitivo, de ligação, na voz passiva analítica); (i) cadeia de verbos (verbos em cadeia, verbos fora de cadeia); (j) tipo de verbo (verbos especiais – auxiliares e modais, demais verbos); (l) verbo de movimento ou estado (aplicável à variante *presente do indicativo*); (m) fonte do dado (extraído do *Diário do Congresso Nacional*, extraído da revista *IstoÉ*)<sup>95</sup>. Em geral, a alta frequência de FS foi atribuída ao fato (i) de essa forma ser a preferida pelas pessoas que “gozam de prestígio social e exercem atividades socioeconômicas que exigem boa apresentação para o público”

---

<sup>93</sup> Dos exemplares analisados, das duas fontes consideradas, a autora excluiu alguns gêneros que poderiam enviesar os dados por apresentarem uma forma fixa de redação. Da revista, a autora desconsiderou textos publicitários e cartas de leitores (SANTOS, 1997, p. 45).

<sup>94</sup> Os textos que a pesquisadora considerou como representativos da *língua falada*, no *Diário* e na revista foram, respectivamente: discursos/pronunciamentos não redigidos previamente, diálogos entre Mesa e parlamentares e apertes; entrevistas das primeiras páginas e citações de fala de terceiros.

<sup>95</sup> Cf. grupos de fatores relevantes, de acordo com a análise estatística, em Santos (1997).

(SANTOS, 1997, p. 113), (ii) ao caráter formal dos textos analisados e (iii) ao contexto em que os dados estão inseridos – compreendendo *contexto* como *fonte* dos dados (*Diário* ou *IstoÉ*) e, dentro de cada uma dessas fontes, o gênero em que o dado aparece.

2. Bragança (2008), orientando-se tanto pela perspectiva variacionista quanto pela funcionalista norte-americana, investigou a variação de FP, sincronicamente, a partir de duas amostras: uma oral, constituída de entrevistas com universitários, do projeto “O português falado na cidade de Vitória” (PortVix)<sup>96</sup>; e uma escrita, composta por editoriais do jornal *A Gazeta*, publicado no Estado do Espírito Santo durante todo o ano de 2006. O objetivo central era investigar tanto o estágio da gramaticalização do verbo *ir*, quanto à variação de formas para a expressão de FP nas duas modalidades da língua, com destaque para a relação formalidade/informalidade dos gêneros que constituíram cada amostra, uma vez que eles seriam representantes de pontos opostos no *continuum* oral/escrito. De acordo com os dados, a frequência de ocorrência de FS foi bastante alta, ao passo que a frequência da forma IR/PRE (9,79%) ainda foi baixa. Por isso, diferentemente do tratamento que Santos (1997) conferiu aos usos investigados, Bragança (2008), optou por amalgamar as duas perífrases em análise<sup>97</sup>, obtendo-se um percentual de 25% de *formas inovadoras* na amostra. Com esse procedimento, argumentou-se, seguindo a mesma direção das pesquisas diacrônicas, que esses resultados poderiam ser considerados indícios de mudança também em textos mais formais da modalidade escrita da língua, uma vez que já manifestavam a presença da forma inovadora. Os grupos de fatores investigados na pesquisa foram: (a) perífrase com verbo modal (poder, dever); (b) extensão lexical do verbo principal (uma, duas ou três sílabas); (c) paradigma verbal (regular, irregular); (d) conjugação verbal (1ª, 2ª ou 3ª); (e) natureza semântica do verbo principal (estado, ação ou processo); (f) marca de futuridade fora da

---

<sup>96</sup> Esse projeto de orientação variacionista é desenvolvido na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e coordenado pela professora doutora Lilian Coutinho Yacovenco. Para mais informações, cf. Yacovenco et al. (2012).

<sup>97</sup> Na análise multivariada, a pesquisadora considerou as três variantes e só reuniu IR/PRE e IR/FS para contrastar os usos de perífrases com os usos da forma sintética.

morfologia verbal (presença de advérbio, presença de oração temporal, presença discursiva, ausência de marca); (g) paralelismo (ocorrência isolada, primeira ocorrência de uma série, ocorrência em cadeia precedida de forma sintética, ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com IR no presente, ocorrência em cadeia precedida de forma perifrástica com IR – ou os modais poder e dever – no futuro).<sup>98</sup> Tendo em vista a alta frequência da forma mais conservadora de FP nos editoriais, num período histórico em que diversas pesquisas com dados orais de fala espontânea apontam para um uso quase categórico de IR/PRE, conforme se apresenta na próxima subseção, Bragança (2008) concluiu que (i) especificidades da escrita, (ii) tipo de gênero e (iii) tipologia textual poderiam estar condicionando os usos desse fenômeno.

3. A pesquisa de Tesch (2011) se orientou pelos campos funcionalista norte-americano e variacionista, e também investigou duas diferentes amostras, uma oral e uma escrita, no Estado do Espírito Santo: para a amostra oral, a autora promoveu uma análise sincrônica, focalizando 22 entrevistas do projeto PortVix; para a amostra escrita, realizando uma análise diacrônica, também considerou o jornal *A gazeta*, contemplando as décadas de 1930, data de veiculação das primeiras edições desse jornal, de 1970 e de 1990, além das publicações do ano de 2008. Para a análise, Tesch (2001) considerou 11 grupos de fatores: (a) paralelismo (ocorrência isolada; primeira ocorrência de uma série; ocorrência em cadeia precedida de futuro; ocorrência em cadeia precedida de presente; ocorrência em cadeia precedida de *ir* no presente + verbo no infinitivo; ocorrência precedida de gatilho em futuro; ocorrência precedida de gatilho em presente; ocorrência precedida de gatilho em *ir* no presente + verbo no infinitivo); (b) extensão lexical do verbo principal (uma, duas, três ou mais sílabas); (c) verbo modal (verbo modal; verbo não modal); (d) marca de futuridade fora do verbo (presença de marca; ausência de marca); (e) projeção de futuridade (futuro próximo; futuro distante; futuro indefinido<sup>99</sup>); (f) conjugação verbal (1ª, 2ª, 3ª); (g) escala de

---

<sup>98</sup> Cf. fatores relevantes em Bragança (2008).

<sup>99</sup> A pesquisadora considerou futuro próximo “as ocorrências que remetiam a fatos que aconteceriam em um mês ou dados que apresentassem marcas que deixassem clara a proximidade da efetivação da ação” (TESCH, 2011, p. 81).

modalidade (extremo epistêmico; possibilidade epistêmica; possibilidade deôntica; extremo deôntico); (h) tipo semântico do verbo (processos materiais; processos mentais; processos relacionais; processos comportamentais; processos verbais; processos existenciais; processos metereológicos); (i) tipos de texto/ sequências textuais (argumentativo/expositivo; injuntivo; narrativo/descritivo; narrativa/projetada; lista); (j) tipo de sentença (declarativa; interrogativa; negativa), (k) gênero textual (notícia; propaganda; editorial; artigo de opinião; carta de leitor; manifesto; discurso; notas de falecimento)<sup>100</sup>. Aventados na conclusão de Bragança (2008), Tesch (2011) confirmou, quantitativamente, por exemplo, a relevância dos grupos de fatores *gênero* e *tipologia textual*<sup>101</sup> para o fenômeno em tela<sup>102</sup>. Por isso, consideramos que essa pesquisadora inova, metodologicamente, a investigação desse fenômeno, ao eleger para a análise esses grupos (*tipo textual/ sequências textuais*, e

<sup>100</sup> Cf. fatores relevantes em Tesch (2011).

<sup>101</sup> *Tipologia textual*, nos termos da autora, difere de *tipo de texto* (ou gênero): quando a autora fala em *tipologia textual* está se referindo a sequências linguísticas, nos termos de Marcuschi (2004; 2008). Quanto ao termo *gênero textual*, a autora usa a definição desse último autor e usa alternadamente os termos *gênero textual* e *gênero discursivo*.

<sup>102</sup> Destaca-se que pesquisas anteriores a de Tesch (2011) (SILVA, 1997; SANTOS, 1997; OLIVEIRA, 2006; FONSECA, 2010) já tinham, em alguma medida, considerado esses grupos de fatores, mas em diferentes tipos de análise e com muita divergência quanto aos conceitos de *gênero* e de *tipologia textual*: Silva (1997) destaca a relevância da tipologia, em análise qualitativa; Santos (1997) trabalha com o grupo de fatores *tipo de texto* para se referir a textos *redigidos ou transcritos*; Oliveira (2006) trabalha com uma grande quantidade de textos diferentes, mas controla apenas a variável independente *modalidade (oral, escrita)*; Fonseca (2010) controla o grupo de fatores *tipo de texto*, para considerar os fatores *narrativa, descrição, relato de procedimento e relato de opinião*. Por isso estamos considerando que a pesquisa de Tesch (2011) é a primeira a investigar, de forma conjunta, gênero e tipologia textual, deixando mais marcada a diferença entre um e outro conceito e atestando quantitativamente a relevância dos dois grupos de fatores para a realização do FP. Destaque-se que a variável gênero tem sido considerada, com resultados significativos, em estudos de outros fenômenos linguísticos: Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014) – ordem dos clíticos pronominais e uso das preposições *a* e *para*; Tavares (2014) – uso dos conectores *e*, *aí* e *então*; Rost Snichelotto (2014) – uso dos marcadores discursivos *olha* e *vê*; entre outros.

*gênero textual*), embora (SANTOS, 1997) já tivesse considerado a localização dos dados em diferentes gêneros, através da variável *tipo de texto*.<sup>103</sup>

4. Vieira (2014), orientando-se pela abordagem sociofuncionalista, nos termos de Tavares (2003) (cf. 5.3.1), teve como objetivo descrever a expressão desse futuro na mídia impressa cearense, o que a conduziu à seleção do seguinte *corpus* de análise: dez edições de cada um dos quatro jornais (*Diário do Nordeste, O Povo, O Estado e Aqui CE*) que integram a mídia impressa cearense, considerando apenas as editorias *Política, Esporte e Entretenimento*. Para a análise, a autora constituiu nove grupos de fatores: (a) extensão do vocábulo (verbo com uma, duas ou mais sílabas); (b) marca de futuridade (pista temporal de natureza semântica; pista temporal de natureza pragmática); (c) polaridade (afirmativa; negativa); (d) pessoa do discurso (quem fala – singular [eu]; quem fala – plural [nós; a gente]; com quem fala – singular [tu; você]; com quem fala – plural [vós; vocês]; de quem ou sobre o que fala – singular [ele; ela]; de quem ou sobre o que fala – plural [eles; elas]); (e) distanciamento temporal (futuro imediato ou próximo; futuro intermediário ou distante<sup>104</sup>; futuro indeterminado); (f) tipo de verbo (atividade; *achievement; accomplishment*; estado); (g) editoria (política, esporte; entretenimento); (h) veículo (*O Povo; Diário do Nordeste; O Estado; Aqui CE*); (i) origem (matéria; coluna)<sup>105</sup>. Como o foco da pesquisa foi a variação (e não a mudança), a pesquisadora concluiu que FS é a forma preferida para referência ao futuro na mídia impressa cearense.

\*\*\*

---

<sup>103</sup> Embora a variável “tipo de texto” (redigido, transcrito), em Santos (1997), esteja, talvez, mais relacionada com a identificação de características das modalidades da língua, também consideramos que, no contexto em que foi controlada, funciona, em alguma medida, como critério distintivo de gêneros.

<sup>104</sup> A autora considerou *futuro próximo* fatos previstos para acontecerem no mesmo mês ou em até 30 dias; e considerou *futuro distante* fatos previstos para após um mês do enunciado. Reforçamos a crítica que fizemos em 1.2.1.1, quando destacamos que não há acordo entre as pesquisas quanto à definição do que é *futuro próximo* ou *distante*.

<sup>105</sup> Cf. grupos de fatores relevantes em Vieira (2014).

Problematizando esse conjunto de pesquisas, percebe-se que compartilha com o primeiro conjunto apresentado o fato de divergirem quanto ao tratamento dado às formas: ora reúnem IR/PRE e IR/FS (BRAGANÇA, 2008; VIEIRA, 2014<sup>106</sup>) ora analisam essas formas separadamente (SANTOS, 1997; TESCH, 2011); ora analisam à parte os verbos modais (retirando da análise quantitativa ocorrências como *deverá atuar, poderão realizar*, etc.) (SANTOS, 1997), ora essas ocorrências são classificadas como uma das variantes sob análise, havendo ainda divergência quanto a esse ponto: enquanto alguns autores classificam ocorrências do tipo *poderá estar, deverá ser, poderá haver* como perífrases (com verbos modais) (BRAGANÇA, 2008, p.102), outros as classificam como FS (TESCH, 2011, p. 155; VIEIRA, 2014, p. 99).<sup>107</sup>

Uma das razões para esses diferentes procedimentos pode estar no próprio interesse analítico do pesquisador, como é possível observar em uma das decisões metodológicas de Bragança (2008). Como a pesquisadora decidiu amalgamar os dois tipos de construção perifrástica (IR/PRE e IR/FS), a frequência de uso da “forma nova”, na amostra, aumentou consideravelmente, e todos os resultados foram lidos a partir desse total. Isso gerou o entendimento de que o percentual da *forma nova* era alto nos textos escritos, um indicativo, portanto, de mudança, já que os editoriais foram tomados pela pesquisadora como um contexto resistente à construção perifrástica.

Mas, e se a pesquisadora não tivesse assim reunido os dados? Como a construção IR/FS preserva morfologia de forma sintética, podendo ser considerada “uma perífrase do futuro [que] se diferencia do futuro perifrástico” (SANTOS, 1997, p. 67), como teriam sido interpretados os dados, nesse caso? Esse exemplo valida a consideração de que não se pode perder de vista que “as decisões e as interpretações na lida descritiva seriam decorrentes das intenções que se tem” (LIMA-HERNANDES, 2015, p. 19).

<sup>106</sup> Em nota de rodapé, Vieira (2014, p. 74) explica que reconhece haver diferenças entre as formas IR/PRE e IR/FS, especialmente no que se refere à formalidade dessa última, e informa que o amalgamento das duas formas se deu por conta da baixa frequência de uso de IR/FS: das 297 ocorrências de perífrases, apenas 12 foram com essa forma.

<sup>107</sup> Não encontramos em Vieira (2014) um tratamento específico para os verbos modais, mas, pelos dados apresentados, é possível inferir como a autora classificou ocorrências desses verbos.



Também um breve exame dos resultados das pesquisas mencionadas nesta subseção permite-nos observar que o gênero constituído como amostra para a investigação desse fenômeno pode conduzir a diferentes resultados ou a resultados até contraditórios quanto à indicação da forma *default* de futuro do PB. Concluir, então, que a alta frequência de forma canônica de FP em um *corpus* se justifica por ela ser a forma preferida das pessoas que “gozam de prestígio social e exercem atividades socioeconômicas que exigem boa apresentação para o público” (SANTOS, 1997, p. 113) simplifica demasiadamente a questão, apagando a relevância das diferentes práticas sociais em que os sujeitos se engajam, tendo em vista que esses mesmos sujeitos que gozam de prestígio social podem, em diferentes contextos de uso, acionar diferentes formas para expressar o FP, inclusive a forma nova, uma vez que ao “falar espontaneamente, as pessoas cultas se utilizam predominantemente da forma perifrástica” (SILVA, 1997, p. 191).

Outro resultado que chama atenção para o fato de que é preciso compreender as práticas sociais às quais os usos da língua se vinculam refere-se à frequência de uso de P: em Santos (1997) os usos dessa forma nos dois tipos de fontes consideradas, *Diário do Congresso Nacional* e revista *IstoÉ*, foram muito pouco significativos, ao passo que em Tesch (2011) e em Vieira (2014) foram os usos que mais cresceram ao longo das décadas examinadas e que mais diretamente concorreram com os usos de FS. Poderíamos perguntar: por que textos jornalísticos, com considerável grau de formalidade, favorecem tantos usos dessa forma?

Nesse sentido, embora a pesquisa de Tesch (2011), em nossa avaliação, represente um avanço metodológico por considerar *tipo* e *gênero textual* como variáveis independentes na análise quantitativa, obtendo resultados inéditos na literatura sobre esse fenômeno, ainda careceu, de acordo com nossa perspectiva, de uma fundamentação teórica mais consistente sobre o funcionamento dos gêneros e do lugar em que eles ocorrem (nesse caso, no jornal), uma vez que “[o] gênero somente ganha sentido quando se percebe a correlação entre formas e atividades” (FIORIN, 2008, p. 69).

Vieira (2014) também registra que só constituiu o grupo de fatores *origem*, durante a coleta e codificação dos dados, momento em que a pesquisadora percebeu “haver muitas peculiaridades entre dados oriundos de matérias e dados oriundos de colunas” (p. 107). Mesmo assim, não encontramos em seu trabalho nenhuma discussão sobre uma possível correlação entre a constituição dessas “origens” e os usos de FP.

Alguns grupos de fatores de Vieira (2014) merecem destaque, dentre os quais: *pessoa do discurso*, *editoria*, *veículo* e *origem*. O grupo *pessoa do discurso*, constituído a partir de critérios semânticos, não é exclusivo dessa pesquisa: Santos (1997), para fazer referência apenas ao conjunto de pesquisas desta subseção, também o controlou, mas com a nomenclatura *pessoa do verbo*. Em nossa compreensão, essa diferença terminológica resulta de diferenças epistemológicas, o que promove diferenças também metodológicas. Para além de um recurso linguístico, conforme parece enfatizar a terminologia de Santos (1997), o tratamento que Vieira (2014) deu a esse grupo de fatores realça especialmente a língua em uso, o *cenário comunicativo* (jornalístico), constituído por *sujeitos que falam*, localizados no tempo e no espaço, *sobre alguma coisa*.

Os outros três grupos de fatores dessa pesquisadora (*editoria*, *veículo* e *origem*) investigaram, respectivamente, se eixos temáticos, se os diferentes perfis dos jornais e se diferentes gêneros influenciam os usos de FP. Embora já tenhamos visto com outros trabalhos até aqui apresentados que os diferentes gêneros, bem como as diferentes fontes em que os gêneros são veiculados, são, de fato, relevantes para os usos desse fenômeno, o estudo de Vieira (2014) lança luz sobre mais um elemento que condiciona os usos desse fenômeno: o eixo temático dos gêneros. Temos, assim, indicativos de que fatores bem mais amplos e diversificados estão atuando na seleção das formas de futuridade no PB.

De maneira geral, poderíamos perguntar ainda se a presença da forma mais inovadora para expressar FP em alguns gêneros da escrita significa expansão da forma inovadora em contextos mais resistentes à mudança ou indica que são *alguns* gêneros escritos, especialmente os jornalísticos, que estão sendo construídos de modo a refletir as interações mais espontâneas da fala cotidiana.

Nesse segundo caso, o que está em questão é que a presença de formas inovadoras que expressam o FP em *determinados gêneros* da escrita jornalística, por exemplo, não significa necessariamente indícios de mudança na “escrita”, em geral, uma vez que há inúmeras práticas sociais, de diferentes naturezas, mediadas pela escrita. Poderia, por exemplo, tratar-se de mudanças nos próprios gêneros do jornal.

Com isso, não estamos afirmando que esse fenômeno não seja um caso de mudança em progresso no PB, mas que se faz necessária a formulação de alguns premissas, a fim de se obter um aparato investigativo da mudança linguística na escrita a partir da compreensão de que essa modalidade da língua é uma instância heterogênea, tanto

quanto é a oralidade – além de ser necessário explicitar a relação entre elas (oralidade e escrita).

A fim de tecer considerações finais quanto a essa discussão, destacamos um último ponto. Tesch (2011, p. 134) registrou um uso de FP, na amostra de 2008, em que o escritor do texto deixou passar um “erro de digitação”. Esse erro, no entanto, é significativo porque indica que os sujeitos apresentam uma atitude avaliativa frente às formas de FP, embora, aparentemente, essas variantes não estejam sujeitas à avaliação e, principalmente, a estigmas. A seguir, tanto o uso sob exame quanto a análise de Tesch (2011) em relação a ele podem ser recuperados:

Mais sete ônibus articulados **vão serão** incorporados ao Sistema Transcol na próxima segunda-feira. Desse total, quatro veículos **vão atender** à linha 504 (Terminal de Itacibá X Terminal de Jacaraípe). Já os outros três serão utilizados na linha 591, (Serra Sede X Terminal de Campo Grande). (A Gazeta, 04 de julho de 2008). (TESCH, 2011, p. 134; grifos da autora).

A primeira ocorrência na expressão de futuro – *vão serão* – sugere que o autor do texto ficou em dúvida se usaria *vão ser* ou *serão*. Temos fortes indícios dessa indecisão ao verificar as demais formas no futuro, uma vez que utiliza as duas variantes: *ir* no presente + verbo no infinitivo – *vão atender* – e no futuro do presente – *serão*. Esse dado demonstra que o falante tem consciência de que há diferentes formas para expressar o futuro. (TESCH, 2011, p. 134; grifos da autora).

Podemos dizer que esse dado, além de ser indício de que os sujeitos têm consciência de que há diferentes formas para expressar o futuro, sugeretambém que eles (os falantes) avaliam essas formas.

### 1.2.3 Investigações em entrevistas sociolinguísticas

Nesta subseção, são apresentados os resultados de algumas pesquisas que elegeram, para a análise, *entrevistas sociolinguísticas* (cf. 3.3.1) integrantes de diferentes bancos de dados brasileiros: Santos (2000), Oliveira (2006), Gibbon (2000), Nunes (2003), Malvar e

Poplack (2008), Bragança (2008), Tesch (2011), Fonseca (2010a) e Gibbon (2014). Dispensa-se atenção apenas aos resultados quanto às frequências de uso das formas analisadas em cada pesquisa, tendo em vista o elevado uso da forma mais inovadora nesse contexto sociolinguístico. A problematização aqui é bem reduzida, tendo em vista que esses resultados já reforçam as considerações das subseções anteriores.

Na tentativa de mapear como os usos desse fenômeno se distribuem pelo território nacional, reunimos as pesquisas a partir dos estados em que as amostras foram coletadas. Nesse sentido, relatamos a distribuição dos usos das formas de FP nos seguintes estados, considerando a ordem de publicação dos trabalhos:

- **Rio de Janeiro**, com os estudos de Santos (2000) e Oliveira (2006);
- **Santa Catarina**, com Gibbon (2000);
- **Rio Grande do Sul**, com Nunes (2003) e Gibbon (2014);
- **Bahia**, com Oliveira (2006);
- **Distrito Federal**, com Malvar e Poplack (2008)
- **Espírito Santo**, com Bragança (2008) e Tesch (2011);
- **São Paulo**, com Fonseca (2010a).

As frequências de ocorrência das formas de FP podem ser visualizadas, comparativamente<sup>108</sup>, na Tabela 3.

---

<sup>108</sup> Gibbon (2014, p. 191) organizou, pela primeira vez, uma tabela desse tipo, comparando os resultados de quase todas essas pesquisas – apenas não considerou a pesquisa de Malvar e Poplack (2008). A partir dela, organizamos a nossa, procedendo a uma remodelação na apresentação dos resultados, seguindo o critério, como já mencionado, de apresentação a partir dos estados brasileiros investigados.

**Tabela 3:** Comparação entre resultados de pesquisas que analisaram entrevistas sociolinguísticas para investigar a variação na expressão do FP (continua)

<b>Autor/Amostra</b>	<b>FS (jantarei) (N/%)</b>	<b>IR/PRE (vou jantar) (N/%)</b>	<b>P (janto) (N/%)</b>	<b>Total</b>
<b>Rio de Janeiro</b>				
<b>Santos (2000)</b> <i>Corpus</i> Gryner/Rio de Janeiro-RJ 1980 Sexo; Escolaridade; Idade	54/6	486/56	331/38	871
<b>Oliveira (2006) (DIDs)</b> NURC/Rio de Janeiro-RJ 1970 Escolaridade; Idade	17/9	149/75	32/16	198
NURC/Rio de Janeiro-RJ 1990 Escolaridade; Idade	5/4	96/79	20/17	121
<b>Santa Catarina</b>				
<b>Gibbon (2000)</b> VARSUL/Florianópolis-SC (1990) Escolaridade; Idade	10/1	453/61	280/38	743

**Tabela 3:** Comparação entre resultados de pesquisas que analisaram entrevistas sociolinguísticas para investigar a variação na expressão do FP (continua)

<b>Autor/Amostra</b>	<b>FS (jantarei) (N/%)</b>	<b>IR/PRE (vou jantar) (N/%)</b>	<b>P (janto) (N/%)</b>	<b>Total</b>
<b>Rio Grande do Sul</b>				
<b>Nunes (2003)</b> BDS Pampa/Pelotas-RS 1990 Escolaridade; Idade	33/5	621/95	-	654
<b>Gibbon (2014)</b> VARSUL-RS 1990 Escolaridade; Idade	83/7,5	934/84	93/8,5	1.110
<b>Bahia</b>				
<b>Oliveira (2006) (DIDs)</b> NURC/Salvador-BA 1970 Escolaridade; Idade	8/28	15/54	5/18	28
NURC/Salvador-BA 1990 Escolaridade; Idade	-	41/89	5/11	46

**Tabela 3:** Comparação entre resultados de pesquisas que analisaram entrevistas sociolinguísticas para investigar a variação na expressão do FP (continua).

<b>Autor/Amostra</b>	<b>FS (jantarei) (N/%)</b>	<b>IR/PRE (vou jantar) (N/%)</b>	<b>P (janto) (N/%)</b>	<b>Total</b>
<b>Distrito Federal</b>				
<b>Malvar e Poplack (2008)</b> <sup>109</sup> Residentes urbanos de Brasília (século XX) Idade; Escolaridade	4/1	613/85	104/14	721
<b>Espírito Santo</b>				
<b>Bragança (2008)</b> PortVix/Vitória-ES 2000 Escolaridade e Idade	5/1	350/99	-	355
<b>Tesch (2011)</b> PortVix/Vitória-ES 2000 Escolaridade; Idade	4/0,4	867/80,5	206/19,1	1.077

<sup>109</sup> Não há muitas informações sobre a constituição da amostra de fala examinada pelas pesquisadoras, no trabalho consultado.

**Tabela 3:** Comparação entre resultados de pesquisas que analisaram entrevistas sociolinguísticas para investigar a variação na expressão do FP (conclusão).

<b>Autor/Amostra</b>	<b>FS (jantarei) (N/%)</b>	<b>IR/PRE (vou jantar) (N/%)</b>	<b>P (janto) (N/%)</b>	<b>Total</b>
<b>São Paulo</b>				
<b>Fonseca (2010a)</b> Iboruna/SP 2000 Escolaridade; Idade	14/3	541/97	-	555
<b>TOTAL</b>	<b>315</b>	<b>4.858</b>	<b>1.045</b>	<b>6.295</b>

Fonte: Elaborado a partir de Gibbon (2014, p. 191) e de consulta a todas as pesquisas reportadas



De acordo com a Tabela 3, todas as pesquisas encontram raras ocorrências de FS, e frequências mais significativas de IR/PRE e de P.

1. Do trabalho de Santos (2000), apresentou-se na Tabela 4 apenas a amostra referente ao que a autora considerou “português informal”: entrevistas da amostra informal do *corpus* Gryner<sup>110</sup>, da década de 1980<sup>111</sup>. Conforme ilustra a Tabela 3, a frequência de uso da forma mais conservadora foi de apenas 6%, contra 56% de IR/PRE e 38% de P, num universo de 871 ocorrências. Destaca-se, portanto, nessa amostra, a alta frequência de uso de P (38%), o que pode ter contribuído para que a frequência de IR/PRE fosse relativamente baixa (56%), quando comparada com as frequências de ocorrência dessa mesma forma nas demais regiões.
  
2. Já a amostra de fala espontânea da pesquisa de Oliveira (2006) constituiu-se de dados da cidade de Salvador e do Rio de Janeiro; apresentamos, inicialmente, os dados da amostra do Rio de Janeiro. Essa amostra considerou dados das décadas de 1970 e de 1990, do *corpus* Projeto da Norma Urbana Oral Culta (NURC)<sup>112</sup>. Para a amostra de 1970, Oliveira (2006) considerou as EFs, representantes de uma fala mais monitorada, e os DIDs, representantes de uma fala menos monitorada. Para a amostra de 1990, contemplou apenas os DIDs. Na Tabela 4, apresentamos apenas os resultados das pesquisas com os DIDs, referindo-se a 12 entrevistas (6 para cada década considerada), a fim de manter certa comparabilidade com as demais

---

<sup>110</sup> Disponível no banco de dados do PEUL/UFRJ: <<http://www.letas.ufrj.br/peul/index.html>>. Acesso em: 20 maio 2015.

<sup>111</sup> Essa amostra compõe-se de 32 entrevistas com sujeitos de diferentes regiões da cidade do Rio de Janeiro, estratificados em relação às variáveis sexo (16 homens e 16 mulheres), escolaridade (8 informantes do primeiro segmento do Ensino Fundamental, 8 do segundo segmento do Ensino Fundamental, 8 do Ensino Médio e 8 informantes universitários) e faixa etária (15 – 24 anos, 25 – 34 anos, 35-49 anos, 50 anos ou mais).

<sup>112</sup> Esse *corpus* reúne entrevistas com cariocas com nível superior, nascidos no Rio de Janeiro e filhos de pais cariocas. Essas entrevistas foram catalogadas em: (1) diálogos entre informante e documentador (DIDs); (2) diálogos entre dois informantes (D2). Além disso, integram o *corpus* e locuções formais (EFs), como aulas, conferências, palestras etc. Para mais informações, conferir: <<http://www.varsul.org.br/>>.

pesquisas, já que elas não examinaram textos orais de interações mais monitoradas. Os resultados indicam que, da década de 1970 para a década de 1990, os usos de FS diminuíram, embora já fossem pouco frequentes; os usos de IR/PRE já eram altos e assim se mantiveram, com ligeiro aumento; e os usos de P se mantiveram.

3. Para a investigação dos usos de FP na fala espontânea de Florianópolis, Gibbon (2000) examinou 36 entrevistas do Banco de Dados do Projeto VARSUL (Variação Linguística na Região Sul), realizadas no município de Florianópolis, na década de 1990.<sup>113</sup> A Tabela 4 mostra uma frequência de uso das formas de FP nessa localidade bem próxima da encontrada no Rio de Janeiro, por Santos (2000), sendo a frequência de uso de FS ainda menor em Florianópolis: 6% naquela cidade e apenas 1% nesta. Novamente, a forma mais acionada para expressar FP é a mais inovadora (61%), seguida de P (38%).
4. A dissertação de Nunes (2003) investigou os usos de FP na cidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul, utilizando 24 entrevistas, da década de 1990, do “Banco de Dados Sociolinguísticos da fronteira e da campanha sul-rio-grandense” (BDS Pampa)<sup>114</sup>. A pesquisa comparou os usos de FS e IR/PRE, obtendo uma frequência de 95% de IR/PRE nesse contexto mais espontâneo da oralidade, contra apenas 5% de FS.
5. Gibbon (2014) também investigou dados do estado gaúcho, ancorando-se em duas amostras de fala. A que nos interessa constituiu-se de entrevistas sociolinguísticas do Banco de Dados do

---

<sup>113</sup> O informantes desse Banco são de área urbana, estratificados em relação às variáveis sexo (18 homens e 18 mulheres), faixa etária (15 - 24 anos, 25 - 49 anos, mais de 50 anos) e escolaridade (primário, ginásio, colegial). Além disso, Uma das amostras constituiu-se de usos de *vou ir*, coletados informalmente em diálogos que a pesquisadora ouvia ou dos quais participava no cotidiano, desde o ano de 2000. Esses dados não são aqui apresentados porque não são comparáveis com os dados das demais pesquisas.

<sup>114</sup> Nesse Banco, os informantes estão estratificadas em sexo (12 homens e 12 mulheres), escolaridade (de analfabetos à 5ª série do Ensino Fundamental; a partir do 1º ano do Ensino Médio) e faixa etária (16 - 25 anos; 26 - 49 anos; mais de 50 anos).

Projeto VARSUL, realizadas nas cidades de Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja, na década de 1990<sup>115</sup>. Os resultados, assim como nos trabalhos anteriores, indicaram a mesma tendência, destacando-se a superioridade do uso de IR/PRE (79%) em relação à FS (10%), e com a forma P sendo a segunda mais utilizada, embora com frequência bem menor (11%) que as encontradas nas pesquisas do Rio de Janeiro (38%), por Santos, e de Florianópolis (38%), por Gibbon (2000).

6. Os usos de FP na fala espontânea da Bahia, considerando a cidade de Salvador, estão representados pela amostra da pesquisa de Oliveira (2006). Essa amostra, que faz parte do Projeto NURC, contemplou 12 entrevistas homogeneamente distribuídas entre as décadas de 1970 e de 1990. Conforme resultados da Tabela 4, na década de 1970 a frequência de uso de FS ainda era de 28%, percentual que destoa dos resultados de todas as outras pesquisas. Esse resultado, no entanto, era previsto pela pesquisadora a partir da hipótese de que Salvador seria uma cidade mais conservadora que o Rio de Janeiro, comparando-se as duas localidades, por ser, essa última um “grande centro irradiador de cultura (OLIVEIRA, 2006, p. 147), à época. Os resultados da década de 1990, porém, indicam que a cidade de Salvador superou a do Rio de Janeiro quanto aos usos da forma nova: 89% contra 79%.
7. Representando o Distrito Federal, a pesquisa de Malvar e Poplack (2008), anteriormente contextualizada, analisou a língua falada por sujeitos urbanos da classe trabalhadora de Brasília com as seguintes características: de 10 a 30 anos de idade e estratificados de acordo com a escolaridade (primário, secundário e universitário), seguindo a hipótese de que encontrariam mais formas de FS na fala dos universitários. Conforme a Tabela 4, as pesquisadoras encontraram, de maneira geral, 1% de usos de FS, 14% de P e 85% de IR/PRE.

---

<sup>115</sup> Em cada cidade foram realizadas 24 entrevistas, organizadas em torno das variáveis sexo (12 homens e 12 mulheres), escolaridade (primário: de 4 a 5 anos de escolarização; ginásial: de 8 a 9 anos; colegial: de 11 a 12 anos) e faixa etária (25 – 49 anos; mais de 50 anos). Nessa amostra, cujos resultados estão apresentados na Tabela 4, Gibbon (2014) analisou, portanto, 96 entrevistas.

8. Representando o Estado do Espírito Santo, têm-se as pesquisas de Bragança (2008) e de Tesch (2011), já contextualizadas na subseção anterior. As amostras orais das duas pesquisadoras foram compostas por entrevistas do Banco de Dados *PortVix*, gravadas no ano de 2000, composto de 46 entrevistas. Bragança (2008) examinou apenas as 12 entrevistas realizadas com os universitários, distribuídas homogeneamente a partir de diferentes faixas etárias (15 – 25 anos; 26 – 49 anos; 50 anos ou mais), dos dois sexos (6 homens e 6 mulheres), e de diferentes localidades da cidade (Jucutuquara, Maruípe, Camburi, Centro e Praia do Canto). Tesch (2011) analisou 22 entrevistas, considerando um informante<sup>116</sup> para cada uma das estratificações mencionadas. Tesch (2011) controlou o uso de P, o que Bragança (2008) não fez, obtendo uma frequência de 19% dessa forma. Para os usos de FS, os resultados dos dois estudos foram na mesma direção, no sentido de concluir que essa não é uma forma produtiva nas amostras consideradas: Bragança (2008) encontrou 1% e Tesch (2011) encontrou apenas 0,5% dessa forma em sua amostra. A forma IR/PRE, portanto, realizou-se em 99% das ocorrências da pesquisa de Bragança (2008) e em 99,5% das ocorrências do estudo de Tesch (2011)<sup>117</sup>.
9. O último estado a ser considerado é o de São Paulo, com a pesquisa de Fonseca (2010a). Em dissertação intitulada *Perífrase verbal ir+infinitivo e o futuro do dialeto riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*, a autora investigou esse fenômeno a partir de 38 entrevistas do Banco de Dados IBORUNA<sup>118</sup>, que integra o *Projeto ALIP* (Amostra Linguística do Interior Paulista), reunindo amostras do português falado no interior do Estado de São Paulo, considerando os seguintes municípios: Bady

---

<sup>116</sup> Para a faixa etária 7 – 14 anos, Tesch (2011) considerou dois informantes, a fim de suprir a falta de informantes nessa faixa etária com as escolaridades *Ensino Médio* e *Ensino Universitário*.

<sup>117</sup> A fim de comparar essas duas pesquisas capixabas, desconsideramos os usos de P da pesquisa de Tesch (2011), uma vez que Bragança (2008) não controlou essa forma e, assim, chegamos a esses percentuais de Tesch (2011) aqui apresentados. Na Tabela 4, no entanto, preservamos os resultados gerais da autora, que incluem os usos de P.

<sup>118</sup> Para mais informações:

<<http://www.iboruna.ibilce.unesp.br/interna.php?Link=corpo.php&corpo=36>>.

Bassitt, Cedral, Guapiaçu, Ipiruá, Mirassol, Onda Verde e São José do Rio Preto<sup>119</sup>. Os resultados da investigação de contextos de fala espontânea nesse estado também revelam o quase desaparecimento de FS (3%) e a prevalência de IR/PRE (97%).

\*\*\*

Encerradas as apresentações de cada pesquisa, passa-se a uma breve discussão, chamando atenção apenas para o seguinte aspecto: todas as pesquisas revisitadas nesta subseção, frente à alta frequência (i) da construção perifrástica inovadora, em primeiro lugar, e (ii) do presente do indicativo, em segundo lugar, bem como considerando a baixa frequência de uso da forma sintética, concluem estar diante de um processo de mudança na expressão do FP, cuja tendência é o desaparecimento gradual da forma sintética na fala informal ou a especialização de formas (para a fala e para a escrita, também ponderando os resultados das pesquisas descritas nas subseções precedentes).

Considerando, contudo, que todas as pesquisas reportadas nesta subseção investigam o mesmo tipo de contexto comunicativo, indaga-se sobre até que ponto essa generalização é aplicável a todos os tipos de fala informal. Com isso, estamos, na verdade, problematizando a própria concepção de *fala informal*, uma vez que, se a conversa entre familiares ou entre amigos é informal, a conversa cotidiana entre profissionais de uma mesma área, por exemplo, é igualmente informal, embora talvez se oriente por outros aspectos, como tipo de léxico e de construções “formulaicas” típicas. Até que ponto, então, os resultados obtidos por esse conjunto de pesquisas não viabilizam generalizações aplicáveis (apenas) ao próprio contexto de entrevista sociolinguística é uma questão para se refletir. Destaque-se, aliás, que essa é uma reflexão a ser feita seja qual for o contexto comunicativo investigado – ou seja: até

---

<sup>119</sup> As entrevistas desse banco de dados, além de estratificadas de acordo com as variáveis dos demais bancos (sexo, faixa etária e escolaridade), também operam com a variável *renda*: mais de 25 salários mínimos; de 11 a 24 salários mínimos; de 6 a 10 salários mínimos; até 5 salários mínimos. A pesquisadora, no entanto, não controlou essa variável (FONSECA, 2010, p. 80). Vale destacar que, além da variação da expressão do FP, essa pesquisa investigou a gramaticalização da construção *ir* + infinitivo e a variação na expressão do futuro do pretérito.

que ponto generalizações não se aplicam apenas ao contexto comunicativo (ao gênero) investigado; e, mais que isso, até que ponto é possível fazer generalizações acerca de um mesmo gênero se ele próprio pode não se apresentar sempre do mesmo modo – considere-se, por exemplo, como as próprias entrevistas sociolinguísticas, a depender de um conjunto de fatores, podem ser diferentes entre si, ora aproximando-se de uma conversa espontânea, ora de uma entrevista mais formal.

A fim de sinalizar para o perigo de generalizações de resultados de pesquisas sobre fenômenos variáveis (sobre esse fenômeno, especificamente), com previsões sobre os rumos do fenômeno “na língua”, “no português do Brasil”, “na escrita”, “na fala”, “na fala de Florianópolis ou mesmo “na fala informal” (em geral), sem se atentar para o fato de que cada uma dessas instâncias constitui um complexo conjunto de práticas – cada uma delas singular – de uso da língua, parte-se imediatamente para a apresentação do próximo conjunto de pesquisas.

#### **1.2.4 Investigações em amostras diversas de fala**

Esta subseção apresenta e problematiza os trabalhos de Baleeiro (1988), Silva (1997) e Oliveira (2006). Essas pesquisas têm em comum o fato de terem analisado amostras de diferentes gêneros da modalidade oral da língua, que não as clássicas entrevistas sociolinguísticas de modo que a apresentação delas amplia nossa compreensão quanto à expressão do FP nessa modalidade. Optamos por apresentá-las apenas textualmente, especialmente pelo fato de as pesquisas de Baleeiro (1988) e Silva (1997) serem qualitativas. Além disso, a problematização dessas pesquisas é mais objetiva, assim como a das anteriores, cumprindo a função de reforçá-las. Segue-se à apresentação.

1. O estudo de Baleeiro (1988) analisa três tipos de amostras, assim organizadas: 23 inquéritos do tipo “diálogo entre informante e documentador” (DID); 5 inquéritos do tipo “diálogo entre dois informantes” (D2) e 3 inquéritos do tipo “elocução formal” (EF). Interessa-nos, mais diretamente, a análise das EFs, por serem tipos de situações que mais se diferem das entrevistas sociolinguísticas. O objetivo da pesquisadora era descrever qualitativamente formas verbais que expressam a futuridade e a posterioridade, assumindo uma distinção entre um futuro que se destaca do presente e um futuro que se sobrepõem a ele (BALEIRO, 1988, p. 19). Ocorrências do tipo *poderá ter* (p. 38) e *irá encontrar* (p. 41) foram classificadas

como FS, embora a pesquisadora tenha analisado as diferentes funções (temporal, aspectual, modal, operador argumentativo, etc.) associadas a cada tipo de forma. De modo geral, a pesquisadora encontrou nos *corpora* constituídos: 80 ocorrências de FS, 42 de P e 385 de ocorrências com a construção *ir* + infinitivo, mas não informou a distribuição de cada uma das formas/construção pelos três gêneros analisados, por isso só foi possível apresentar aqui os dados relativos às EFs. Nessa amostra, o FS foi mais produtivo que nos outros tipos de interação, embora essa forma tenha sido utilizada com funções específicas e por determinados sujeitos. Esse dado chama atenção para o fato de que, para além das frequências de uso, o controle das funções que as formas desempenham, bem como de cada falante, é fator relevante para a compreensão da distribuição dos usos variáveis: Baleeiro (1988, p. 183) observou que *em EF, a frequência de FS foi maior, por hora de gravação*; mas a um segundo exame, verificou que um dos informantes não usou essa forma, outro só a empregou em operadores conversacionais e um terceiro foi responsável por 7 das 9 ocorrências desta categoria.

2. A tese de Silva (1997) analisou, aproximadamente, seis horas e meia de gravações. considerando: (a) duas EFs do projeto NURC, (b) onze conversas telefônicas, (c) um diálogo interativo entre duas donas de casa, (d) quatro entrevistas (DID) também do projeto NURC, (e) notícias de programas de TV e de rádio<sup>120</sup>. Trata-se, portanto, de um *corpora* com gêneros diversificados. Essa escolha decorreu do fato de o trabalho ter a preocupação de verificar os valores temporais, aspectuais e modais das formas verbais, a partir de uma abordagem textual e discursiva<sup>121</sup> do verbo. A hipótese central do estudo era a de que o contexto discursivo é responsável pela seleção e distinção das

---

<sup>120</sup> O pesquisador só selecionou essas notícias, mais formais, como um segundo recurso analítico, uma vez que no *corpus* original, contendo os tipos de textos descritos de (a) a (d), encontrou apenas quatro ocorrências de FS.

<sup>121</sup> A concepção de “discursivo” assumida pelo autor, com base em Travaglia (1991) e em Orlandi (1983), é: “qualquer atividade produtora de efeitos de sentido entre interlocutores, portanto, qualquer atividade comunicativa (não apenas no sentido de transmissão de informação, mas também de interação) e o processo de sua enunciação, que é regulado por exterioridade sócio-histórica e ideológica que determina as regularidades linguísticas e seu uso” (SILVA, 1997, p. 10).

formas variantes consideradas: futuro do presente, presente do indicativo e construção perifrástica com *ir*. Vale destacar, no entanto, que o autor considerou “contexto discursivo”, a despeito do conceito de “discursivo” que adotou, o contexto linguístico em que as formas aparecem, convocando, assim, a noção de *tipologia textual* para o enquadramento discursivo das formas analisadas. Silva (1997) associou cada um dos tipos textuais a diferentes atitudes do enunciador frente ao objeto de dizer<sup>122</sup> e, como adotou os postulados de Weinrich (1964), que reúne as tipologias *dissertação* e *descrição* sob o rótulo de *comentário*, considerou as seguintes atitudes comunicativas: *comentadoras*, *narrativas*, *injuntivas* e *preditivas* (SILVA, 1997, p. 110). A análise do autor indicou que: (a) a *construção perifrástica* foi a mais frequente nos *corpora*, seguida do *presente do indicativo*; o *futuro sintético* foi menos frequente; (b) o traço mais característico da *forma perifrástica* foi a noção aspectual de relevância do presente; o do *presente do indicativo* foi a noção modal de comprometimento do falante em relação ao que enuncia no momento da fala; e o da *forma sintética*, a ausência da noção de certeza, gerada pela ruptura com a relevância do presente, o que a torna psicologicamente neutra, distante e imparcial, produtiva, portanto, para contextos mais formais e injuntivos; (c) as formas de *presente do indicativo* e *perifrástica* se aproximam por estarem associadas à relevância do presente, por serem mais frequentes em situações comentadoras, preditivas e em discursos diretos, além de estarem associadas às modalidades epistêmica e deôntica<sup>123</sup> (cf.

---

<sup>122</sup> Lemos em Silva (1997, p. 110): “Na *descrição*, o enunciador conhece algo e diz como é. Na *dissertação*, reflete, avalia e conceitua o conhecimento para fazer saber. Na *narração*, simplesmente conta os fatos. Na *injunção*, fala sobre aquilo que quer ou deseja [...]. Na *predição*, antecipa os acontecimentos [...]”.

<sup>123</sup> Há, na literatura, uma ampla variedade terminológica para definir os tipos de funções modais. Givón (2001, 2002), por exemplo, diferencia modalidade *deôntica* e *epistêmica*, especificando-as do seguinte modo: associa a modalidade deôntica às noções de desejo, intenção, obrigação, manipulação; e a modalidade epistêmica às noções de probabilidade, certeza, crença, julgamento, indicando, assim, o grau de comprometimento do falante com a verdade daquilo que enuncia, por meio de uma escala que vai de *mais certeza* (pressuposição e *realis*) a menos certeza (*irrealis* e asserção negativa), sendo as expressões de futuro todas consideradas *irrealis*. Para mais considerações sobre esse tópico, cf. 5.3.2.5.



5.3.2.5). Em Silva (1997), portanto, já se vê que tipologia textual, bem como diferentes gêneros podem favorecer os usos de formas que expressam futuridade. Mesmo assim, de lá para cá, apenas no trabalho de Tesch (2011) encontramos esses elementos operacionalizados em análise quantitativa. E, embora Silva (1997) e Tesch (2011) tenham trabalhado com diferentes abordagens conceituais quanto à classificação das tipologias textuais<sup>124</sup>, o que os resultados dos dois trabalhos indicam é que esses dois componentes (gênero e tipologia textual) são relevantes para o condicionamento de uso das formas de FP. De maneira mais geral, Silva (1997) concluiu que o FS tende a ocorrer em *estruturas mais formulaicas quer da fala espontânea quer da fala oficial mais formal*, enquanto as demais formas tendem a ocorrer na fala informal espontânea (SILVA, 1997, p. 198).

3. Oliveira (2006) também analisou 12 inquiridos do tipo EF, do projeto NURC, da década de 1970, homoganeamente representativos das cidades de Salvador e do Rio de Janeiro, dos dois sexos e das três faixas etárias em que se estratifica esse banco de dados. A pesquisadora encontrou os seguintes resultados: 81 (17%) usos de FS; 358 (73%) de perífrases com *ir*; 51 (10%) de P, totalizando 490 ocorrências. Nota-se, portanto, nessa amostra, a presença de FS na expressão de futuridade, embora com frequência de uso bem menor que a da forma perifrástica.

\*\*\*

Desse conjunto de pesquisas, chama-se atenção para o seguinte aspecto, dando continuidade à argumentação empreendida na discussão da subseção anterior. Essas pesquisas têm em comum o fato de encontrarem poucos registros da forma sintética em diversos contextos da oralidade, embora o uso dessa forma, nesses contextos, seja bem mais expressivo que no contexto de entrevistas sociolinguísticas. Com isso, reforça-se o ponto de nossa argumentação: a frequência de uso das formas de um fenômeno variável deve ser vista, quanto à prospecção

---

<sup>124</sup> Tesch (2011) adotou propostas de diferentes autores (SCHIFFRIN, 1994; COSTA, 1997; BONINI, 2005; entre outros) quanto à classificação dos tipos textuais, mas não adotou a proposta de Weinrich (1964), forte em Silva (1997).

dos rumos do fenômeno em termos do que ela representa especificamente no âmbito do contexto de uso (/gênero) analisado.

Para reforçar essa compreensão, além das discussões já apresentadas, convoca-se a pesquisa de Barbosa (2007), publicada no artigo *A expressão do futuro no português brasileiro contemporâneo*, pois seus resultados são esclarecedores. Partindo das considerações de Silva (1997) de que diferentes tipologias, bem como a sobreposição modal/temporal, são relevantes para os usos das variantes de FP, essa pesquisadora analisou um *corpus* com diferentes tipos de textos da modalidade escrita, que representam grau máximo de formalidade<sup>125</sup>. Com isso, encontrou os seguintes resultados: 240 usos de FS, contra apenas 2 de IR/PRE e 2 de P. Nesse sentido, a forma mais conservadora não apenas ocorreu, mas predominou nesses tipos de textos, que constituem, na verdade, um híbrido entre fala e escrita, uma vez que, em termos de produção, esses textos são escritos, mas em termos de recepção, são oralizados.

Com isso, o prognóstico de substituição da forma sintética pela perifrástica na língua ou em contextos orais (em geral) perde força, fazendo ver que prognósticos desse tipo podem ser feitos apenas para tipos específicos de uso da língua (/de gêneros), o que já não interessa muito à vertente da Sociolinguística Variacionista que orienta as pesquisas revisadas em toda esta seção (1.2), pois seu objetivo é justamente obter resultados que possam ser generalizados – cf. Freitag, Martins e Tavares (2012). Como lidar com esse impasse?

Tendo em mira ainda alguns aspectos específicos das pesquisas aqui apresentadas, observa-se que a análise de Silva (1997) ratifica a relevância dos fatores *tipo de discurso* (leia-se, nesse autor, *tipologia textual*) e (tipo de) *modalidade* (oral/escrita) da língua para o condicionamento dos usos de FP. Como vimos, Silva (1997) encontra

---

<sup>125</sup> A autora examinou: (a) discurso de posse do presidente Collor (1990); (b) discurso de posse do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995); (c) discurso de abertura do Fórum Nacional sobre a reforma fiscal do senador Mauro Benevides (1991); (d) pronunciamento do ex-ministro das Relações Exteriores Celso Lafer: *A Inserção Internacional do Brasil* (1993); (e) pronunciamento de Pedro Simon no Senado (1993); (f) discurso do senador Pedro Simon dedicado a Ulisses Guimarães; (g) discurso de posse do senador Gilberto Miranda no Senado (1990); (h) carta-discurso do senador Mauro Benevides em homenagem a Darcy Ribeiro (1993); (i) carta-discurso de posse de Darcy Ribeiro na Academia Brasileira de Letras (1993).

registros dessa forma mais conservadora no discurso injuntivo, por exemplo, observando ainda que “[é] preciso acrescentar a proximidade do discurso injuntivo e normativo *ao polo da escrita*, no contínuo tipológico das práticas sociais de produção textual” (SILVA, 1997, p. 198). Subjacente a esta conclusão, portanto, está a compreensão de que há um contínuo entre fala e escrita, organizado em torno da formalidade.

Considerando que cada tipo de modalidade de uso da língua constitui-se de um conjunto de práticas, acrescentaríamos às considerações de Silva (1997, p. 198) que influencia/pode influenciar o uso de FS a *proximidade do discurso injuntivo e normativo*, tendo em vista *o gênero da escrita* em que os dados se localizam. Nesse caso, a foco não recai apenas sobre os aspectos relativos à *oralidade* ou à *escrita (em geral)*, mas, sobretudo, sobre os aspectos constitutivos de determinado gênero, cuja análise se dá verticalmente, considerando as especificidades dos gêneros, para além da modalidade (oral/escrita) em que se apresenta.

### 1.3 RETOMANDO E AVANÇANDO

Neste primeiro capítulo, focalizando o fenômeno em variação/mudança em tela – a expressão do futuro do presente – busquei assinalar alguns aspectos que envolvem (e complexificam), a expressão do futuro do presente, quais sejam: (i) o fato de essa expressão codificar as (sub)funções de tempo, aspecto e modalidade, articuladamente, uma vez que está sob o escopo do domínio funcional TAM; (ii) o fato de a categoria gramatical de tempo se alicerçar, com base na distinção entre tempo cronológico, tempo psicológico e tempo gramatical, propriamente dito, em três diferentes elementos (o momento de fala, o momento de ocorrência das situações referidas e o momento de referência), tornando-se, assim, uma categoria dêitico-anafórica, de escopo sintático e também pragmático-discursivo.

Frente a esses aspectos, destaquei da literatura a compreensão de que a referência ao futuro está fortemente associada à avaliação que os falantes fazem do estado de coisas que conhecem no presente – daí a expressão desse tempo representar, na verdade, uma projeção de alguns estados mentais e emocionais dos falantes, associando-se, então, menos ao tempo dos acontecimentos no mundo do que à avaliação que os falantes fazem sobre a potencialidade de ocorrência desses acontecimentos. Como consequência disso, adotei a compreensão de que a expressão do futuro faz parte, na verdade, do mundo construído

discursivamente (leia-se, comunicativamente, por meio da linguagem), e não do mundo real.

Tendo em vista que a expressão de futuro envolve situações temporais de posterioridade, de futuridade e de futuro do presente, sendo esse último o fenômeno em questão, nesta tese, adotei para ele a definição a seguir, tomando como critério a noção de tempo.

**Quadro 3:** Especificação da definição de futuro do presente

**Futuro do presente:**

Refere-se a situações que se projetam para além do momento de fala e que tomam esse momento (quer direta quer indiretamente) como ponto de referência, contemplando os seguintes casos:

- (i) uma (única) situação;
- (ii) duas ou mais situações em que uma é posterior a outra;
- (iii) duas ou mais situações em que uma é cotemporal a outra;
- (iv) duas ou mais situações em que uma é anterior a outra – considerando ainda que as situações em (ii), (iii) e (iv) podem ser ou não sintaticamente contíguas.

Além disso, considere que o termo *futuro do presente* remete tanto a uma *categoria verbal*, evocando a noção de forma, quanto a um domínio funcional, evocando a noção de função, o que significa dizer, nesse último caso, que, para cada referência a situações futuras, as formas agenciadas para tal podem atualizar três tipos de funções correlacionadas: a temporal, propriamente dita, mas também a aspectual e a modal, uma vez que o *domínio funcional do futuro do presente está sob o escopo do (macro)domínio funcional TAM*.

Por essa razão, assumi também que as diferentes formas do domínio funcional do futuro codificam *a mesma função* (conforme especificação do Quadro 3, estando nisso implicadas as funções TAM) ou *funções similares* (visto que as formas podem codificar mais proeminentemente ou tempo ou aspecto ou modalidade).

Nesse contexto, explanei que, segundo a literatura da área, o inventário das variantes existentes para a codificação de um domínio funcional, numa dada sincronia, é, na verdade, a soma total das várias vias de gramaticalização diacrônica, partindo de um possível domínio-fonte funcionalmente similar. Para a expressão do futuro do presente, estudos tipológicos indicam que há formas-fontes privilegiadas comuns em muitas línguas, dentre elas as que indicam *desejo e movimento em direção a*, tal como o verbo *querer e ir*, no PB, respectivamente.

Assim, é por meio do processo de gramaticalização que diferentes construções passam a codificar as funções do domínio

funcional de futuro ou, dito de outro modo, é em decorrência de processos de mudança que se instaura variação no âmbito desse domínio funcional. Panoramicamente, resgatei como *forma sintética* e *construção perifrástica com ir + infinitivo* chegam ao PB, embora tenha assinalado também que as funções que essas formas expressam são codificadas, atualmente, por um amplo conjunto de formas, a ponto de se constituir, no âmbito do domínio funcional de futuro do presente, a seguinte situação: (i) várias formas codificam suas (sub)funções (podendo algumas se especializar para expressar com mais proeminência um tipo de função); (ii) uma forma pode codificar funções desse e de outros domínios funcionais; (iii) havendo ainda casos em que uma forma codifica funções ambíguas.

Embora a literatura indique, por um lado, (i) que formas que expressam principalmente tempo tendem a ser sintéticas e formas que expressam principalmente modalidade (e aspecto, pelo que compreendemos) tendem a ser analíticas – sendo, inclusive, o processo cíclico *forma sintética* > *forma analítica* > *forma sintética* um padrão das línguas romances, a fim de se garantir a codificação proeminente dessas três funções –, indica também, por outro lado, (ii) que a relação forma/função se estabelece a depender: (a) do conjunto de relações estabelecidas entre todas as formas e funções do domínio, visto que ocorre uma distribuição de (sub)funções a cada uma das formas constitutivas do domínio; (b) do grau de gramaticalização das formas quanto à codificação das (sub)funções do domínio (uma vez que as formas vão assumindo determinadas funções e subfunções a depender do ponto em que estão na seguinte rota de gramaticalização: aspecto/modalidade → tempo → modalidade); e (c) do próprio uso efetivo da língua, passível de atualizar essa relação. Com isso, verifica-se que instabilidade é uma característica comum à categorização das formas de expressão de futuro – porque elas são propensas à mudança semântica. Os efeitos disso, do ponto de vista teórico, são: (i) a assunção de *continuum* categorial e (ii) a relativização da noção de categoria *ao discurso* (leia-se *à língua em uso*).

Embora a literatura admita que as formas e funções de um domínio funcional estão todas inter-relacionadas, a ponto de admitir que as variantes sincrônicas de hoje são os recursos potenciais para as mudanças diacrônicas de amanhã, admite também que quando uma função é expressa por duas ou mais formas, tende a mudar para um cenário em que a função passe a ser expressa por apenas uma forma – ou porque uma das formas absorve as funções das demais (caso de especialização por generalização) ou porque cada forma variante se

especializa para codificar um tipo de função ou ocorre em um determinado tipo de contexto sociocultural, estilístico e linguístico (caso de especialização por especificação).

Todos esses pontos foram tratados em 1.1 e tinham por objetivo indicar as noções que envolvem a expressão do futuro do presente.

Na sequência, na seção 1.2, passei a mapear pesquisas brasileiras sobre a expressão desse futuro, no PB, a fim de obter um panorama quanto às relações constituídas entre formas e funções, bem como diagnosticar os procedimentos teórico-metodológicos constituídos por essas pesquisas na investigação do fenômeno em tela, com vistas ao *estado da arte* sobre esse tema.

Revisitando um conjunto de 16 pesquisas (A. SANTOS, 1997; J. SANTOS, 2000; GIBBON, 2000; NUNES, 2003; OLIVEIRA, 2006; BRAGANÇA, 2008; MALVAR; POPLACK; 2008; FONSECA, 2010a; SILVA, 2010; STRONGENSKI, 2010; TESCH, 2011; GIBBON (s/d); BALEEIR, 1988; SILVA, 1997; VIEIRA, 2014; GIBBON, 2014), referentes a dissertações e teses, e agrupando-as, para efeitos de análise, de acordo com os tipos de amostras constituídas em cada uma delas, observei os seguintes aspectos:

**(i) A base teórica que as orienta é:**

- a. *a perspectiva variacionista*, quando o foco dos pesquisadores é a variação no domínio funcional do futuro do presente, embora grande parte das pesquisas não acione esse último conceito, e sim o de variável linguística;
- b. *a perspectiva funcionalista norte-americana*, quando o foco dos pesquisadores é o processo de gramaticalização principalmente da construção *ir* + infinitivo;
- c. *as duas perspectivas anteriores de forma complementar*, quando os pesquisadores observam tanto o processo de gramaticalização das formas que passam a assumir funções do domínio funcional de futuro quanto a variação que esse processo suscita.

**(ii) O ponto de partida das pesquisas é:**

- a. Predominantemente *as formas (e não a(s)função(ões) do domínio funcional)*, tendo em vista, mais frequentemente, as seguintes formas: FS, IR/PRE, IR/FS, P e PH – embora nem sempre haja equivalência entre as pesquisas quanto ao modo como classificam as formas (em termos de futuro sintético ou perifrástico).

**(iii) Do ponto de vista metodológico:**

- a. as pesquisas são predominantemente quantitativas;
- b. examinam diferentes tipos de amostras, constituídas por diferentes tipos de gêneros;
- c. as variáveis de análise controladas são predominantemente de natureza morfossintática e semântica e, em segundo plano, com bem menos fôlego, de natureza pragmática, textual e social, tendo em vista, nesse último caso, categorias macrosociais.

**(iv) Os resultados obtidos, em geral, indicam:**

- a. competição mais acirrada entre FS e IR/PRE;
- b. processo de mudança em curso ou quase completado, com previsões de substituição da forma sintética (na língua, na oralidade, na oralidade informal) pela construção *ir + infinitivo*, ou especialização delas – a primeira para a escrita e a segunda, para a fala.

Desse conjunto de informações, problematizei especialmente questões relacionadas aos aspectos metodológicos e ao modo de se compreender os resultados, indicando, por exemplo, que:

- (i) embora as pesquisas acionem dados de diferentes gêneros – fazendo ou não menção a esse conceito – tendem a fazer referência à amostra a partir da perspectiva da modalidade (amostra escrita e amostra oral), não identificando, portanto, as especificidades dos diferentes tipos de gêneros que constituem uma amostra escrita ou uma amostra oral; com isso, verificam-se generalizações do tipo *a escrita seleciona a forma sintética e a oralidade, a perifrástica com ir + infinitivo*; nisso, verifica-se uma dicotomização entre fala e escrita, além de não termos localizado nas pesquisas ponderações teóricas sobre a relação

entre fala e escrita, que poderiam, por exemplo, orientar a análise de dados coletados em gêneros híbridos. Considerando que fala e escrita constituem um quase infinito de práticas sociais, como compreender a relação entre gêneros e as modalidades sem, nesse último caso, dicotomizá-las (mesmo que em polos de um *continuum*)? Como compreender o processo de migração de mudanças que se iniciam em gêneros da fala e chegam a gêneros da escrita?

- (ii) a despeito de as variáveis independentes controladas na análise desse fenômeno serem predominantemente de natureza morfossintática e semântica, o controle de variáveis como *campo de atividade humana* (ou domínio social), com vistas ao controle do tipo de interação (assimétrica ou simétrica) que se estabelece entre os participantes, mostrou-se significativa, o que indica que aspectos pragmáticos e/ou histórico-culturais são relevantes no condicionamento da expressão do futuro do presente, embora esses aspectos ainda tenham sido pouco examinados; assim, aventa-se a hipótese de esses aspectos serem produtivos, merecendo, talvez, análise qualitativa;
- (iii) embora as pesquisas consultadas indiquem que a concorrência na expressão do futuro é entre FS e IR/PRE, alguns estudos identificaram concorrência entre FS e P, do que se depreende que esse é um ponto a ser investigado em termos de contexto de uso – e não generalizável para todos os usos possíveis da língua; com isso, considere que generalizações de resultados poder ser feitas em relação ao próprio contexto de uso examinado, compreensão que entra em conflito com os interesses da própria sociolinguística variacionista que orienta os trabalhos: como lidar com o impasse entre orientação teórica e resultados de pesquisa?

Além disso, observei ainda o seguinte ponto: segundo Hopper (1991), a diversidade formal de um domínio funcional pode se especializar em termos de: (i) itens lexicais ou construções; (ii) registros sociolinguísticos; e as formas de um domínio podem ainda ter (iii) significados ligeiramente diferentes; e (iv) serem reconhecidas como alternativas estilísticas. Considerando que as pesquisas revisadas dão conta da investigação do tópico (i), nos termos de Hopper, caberia ainda investigar de que modo os demais aspectos motivam a expressão do futuro do presente, tendo em mira que:



- (i) *registro sociolinguístico* é definido, no âmbito da Sociolinguística Variacionista, de um perspectiva ampla, “como um tipo de gênero social do uso linguístico, [e] poderia equivaler a um tipo de gênero textual ou discursivo” (DA HORA, p. 77)<sup>126</sup>; assim, esse tópico demandaria análise de gêneros (textuais ou discursivos) para compreensão dos fenômenos variáveis, o que já se vê ser relevante também em resultados de pesquisa que controlaram gênero como variável independente;
- (ii) *significados ligeiramente diferentes* evocam o estudo tanto das especificações funcionais das formas, tendo em vistas as (sub)funções TAM, quanto do *significado social* das formas variantes. O primeiro tipo de especificação se faz com o controle das (sub)funções TAM que as formas atualizam; porém, como visto, grande parte das pesquisas não focaliza essas funções, mas as formas de FP: tem-se, assim, um importante ponto de análise que não pode ser desconsiderado no exame da expressão do futuro do presente, sobretudo porque essa expressão constitui-se fundamentadamente a partir dessas funções. O segundo tipo de especificação (o significado social) não foi tratado por nenhuma das pesquisas, ao que se poderia indagar por que, dando ensejo ainda à pergunta sobre como seria o tratamento metodológico dessa questão, no âmbito dos campos teóricos agenciados;
- (iii) *alternativas estilísticas* demandam o exame do estilo, aspecto que também não foi considerado pelas pesquisas, no exame desse fenômeno. O que é estilo, no âmbito dos estudos que focalizam a variação, e como se faz metodologicamente uma análise estilística desse fenômeno é um ponto ainda a ser investigado.

---

<sup>126</sup> DA HORA, Dermeval. Aula de Sociolinguística. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/modulos/p8/p8\\_2.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/clv/images/docs/modulos/p8/p8_2.pdf)>. Acesso em: 06 abr. 2017.

Deste capítulo, então, concluí que, embora o fenômeno em tela seja vastamente estudado na literatura, ainda há um conjunto de pontos não investigadas, estando esses especialmente ligados, dentre outros aspectos:

- a) à correlação entre formas e (sub)funções TAM, no âmbito desse domínio funcional – questão tratada nos estudos examinados, mas que ainda deixou espaço para correlações mais detalhadas;
- b) ao significado social dessa variação;
- c) à correspondência entre aspectos socioculturais e usos desse fenômeno;
- d) à relação entre tipo de registro sociolinguístico ou gênero (textual ou discursivo) e formas e funções agenciadas para a expressão do futuro; nesse âmbito ainda, à correlação entre alternativa estilística e expressão de futuro.

\*\*\*

Apenas considerando os aspectos elencados, é possível inferir que, para além dos campos explicitamente agenciados para tratamento desse fenômeno (quais sejam, o funcionalista e o variacionista), uma abordagem sobre análise de gêneros parece também estar indiciada, tanto na literatura sobre fenômenos variáveis (em geral) quanto nos resultados das pesquisas brasileiras sobre esse fenômeno (em particular): mas, qual tipo de abordagem de gênero agenciar para o exame de fenômenos variáveis e em processo de gramaticalização – uma abordagem textual ou discursiva?

Tendo em vista que, além dos resultados da revisão da literatura mencionada, a visão de que a língua é inseparável de seu conteúdo ideológico *também* dirige esta pesquisa, opta-se por acionar uma *perspectiva discursiva de análise de gênero* para se refletir sobre como essa abordagem de gênero poderia integrar o campo teórico-metodológico a partir do qual o fenômeno em tela é investigado (o variacionista e o funcionalista) e assim contribuir para o exame das questões ainda não consideradas sobre ele – bem como para o exame de fenômenos em variação/mudança de natureza similar, em geral.

Além disso, considerando que há diferentes vertentes teórico-metodológicas no âmbito dos estudos linguísticos que se dedicam ao

estudo do discurso<sup>127</sup>, elege-se a perspectiva bakhtiniana, uma abordagem de natureza histórico-cultural e com amplo tratamento sobre a questão dos gêneros (do discurso). Com isso, assume-se a premissa de que a expressão do futuro do presente ainda pode ser examinada sob um novo ângulo, o ângulo discursivo.

Acomodando, então, as questões apresentadas (quanto aos aspectos ainda não investigados), no âmbito dos campos já acionados para o estudo desse fenômeno (o funcionalista e o variacionista), bem como considerando a perspectiva bakhtiniana, é possível estabelecer (por hipótese) a associação, apresentada no Quadro 4, quanto à tratativa dos tópicos mencionados, tendo em vista os *interesses típicos* (mais proeminentes) de cada um deles.

**Quadro 4:** Correlação entre questões sobre a expressão do futuro do presente ainda não investigadas e campos teóricos que podem produzir conhecimento sobre cada uma delas

a. Estudo da correlação entre formas e (sub) funções TAM, tendo em vista o conceito de domínio funcional	✓ Perspectiva funcionalista norte-americana
b. Estudo do significado social da variação	✓ Perspectiva sociolinguística variacionista
c. Estudo da correspondência entre aspectos socioculturais e usos desse fenômeno	✓ Perspectiva bakhtiniana ✓ Perspectiva funcionalista norte-americana
d. Estudo da relação entre tipo de registro sociolinguístico ou gênero (textual ou discursivo) e formas agenciadas para a expressão do futuro	✓ Perspectiva bakhtiniana ✓ Perspectiva sociolinguística variacionista
e. Estudo da correlação entre alternativa estilística e expressão de futuro	✓ Perspectiva bakhtiniana ✓ Perspectiva sociolinguística variacionista

Com isso, estamos compreendendo que o tratamento das questões ainda não investigadas sobre esse fenômeno parece convocar

---

<sup>127</sup> Dentre elas: (i) a francófona, representada pelos estudos de Foucault, Pêcheux, Mainueneau e Charaudeau; e (ii) a anglo-saxã, representada pelos trabalhos de Fairclough, Kress e Talbot, dentre outros.

os três campos teóricos, concomitantemente. O que precisa ser examinado, contudo, é:

- a) Até que ponto essas três perspectivas teóricas podem entrar em diálogo para produzir conhecimento sobre fenômenos variáveis e, especificamente, sobre o fenômeno da expressão do futuro do presente, tendo em vista as questões acima mencionadas, ainda não consideradas na literatura? É possível depreender do diálogo entre esses campos, uma abordagem transdisciplinar para tratamento de fenômenos em variação/mudança?
- b) Até que ponto os tópicos de análise recobertos por mais de uma abordagem recebem o mesmo tratamento? Por exemplo: no estudo da correlação entre *alternativa estilística* e expressão do futuro, a perspectiva variacionista e a bakhtiniana entendem do mesmo modo a concepção de “alternativa estilística”, isto é, entendem do mesmo modo a concepção de “estilo”?

Tendo em vista essas questões, organiza-se a Parte II desta tese em torno de revisões quanto à fundamentação teórico-metodológica dos três campos acima considerados, com vistas, na sequência (Parte III), a respostas quanto à identificação de vias pelas quais se pode promover uma interface entre eles para a investigação de fenômenos variáveis, em geral, e da expressão variável de futuro do presente, em particular. Segue-se a Parte II desta tese.

**PARTE II**  
**OS CAMPOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS**



Esta parte da tese contempla o segundo *objetivo geral de pesquisa, qual seja*: “revisitar os três campos teóricos que propomos que sejam agenciados e articulados para tratamento da variação/mudança”. Nessa empreitada, orienta-se pela seguinte questão:

- (1) Quais são os principais pontos epistemológicos e teórico-metodológicos que caracterizam: (i) o funcionalismo norte-americano e a abordagem da gramaticalização, (ii) a sociolinguística variacionista, considerando as diferentes fases que a constituem, e (iii) a perspectiva discursiva bakhtiniana?

Constituindo-se em torno de três capítulos (Capítulo 2, 3 e 4), essa parte apresenta os campos mencionados a partir do critério de contiguidade teórico-conceitual em relação à ótica sob a qual se tomou o fenômeno em foco. Assim, apresenta-se, inicialmente, o campo funcionalista; na sequência, o variacionista; e, por fim, o campo que se convoca para integrar abordagens sobre variação/mudança, o dialógico. Com essa revisão, *objetiva-se (especificamente)* obter diretrizes (epistemológicas, teóricas e metodológicas) para o exame dos seguintes aspectos, retomados na Parte III (Capítulo 5) da tese:

- a) Em que medida gêneros do discurso, formas e funções se articulam?
- b) Como estudar o significado social da variação, à luz dessas três perspectivas teóricas?
- c) De que modo aspectos socioculturais (e quais aspectos) estão (podem estar) implicados na expressão de fenômenos variáveis?
- d) Qual a relação entre estilo (e o que é estilo?) e expressão variável?

Para além da identificação de conceitos e de métodos típicos de cada campo, o que se busca é a possibilidade de se constituir uma abordagem cuja *chave de leitura*, para fenômenos em variação/mudança, seja suficientemente ampla para acomodar questões relacionadas a uma possível associação entre gêneros do discurso, formas e funções, sem se perder de vista que estamos também em busca de uma abordagem linguística que dê conta da relação que se estabelece entre língua e ideologia.





## CAPÍTULO 2

### O FUNCIONALISMO NORTE-AMERICANO E A ABORDAGEM DA GRAMATICALIZAÇÃO

“Não se pode estudar a evolução da palavra dissociando-a da evolução da verdade”. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 202).

“Se a pragmática é, em algumas ocasiões, logicamente anterior à semântica, uma teoria linguística geral simplesmente deve incorporar a pragmática como componente ou nível de uma teoria integrada global” (LEVINSON, 1983 *apud* GIVÓN, 2005, p. 36).<sup>128</sup>

#### INTRODUÇÃO

O *objetivo* deste capítulo é apresentar alguns dos principais aspectos que constituem o campo funcionalista dos estudos linguísticos e, no âmbito dela, a abordagem da gramaticalização<sup>129</sup>, visto que o processo de variação no escopo do domínio funcional do futuro do presente decorre também de mudança por gramaticalização.

Ressalte-se que, por conta da natureza do fenômeno em variação/mudança em tela, alguns aspectos funcionalistas já foram considerados no Capítulo 1, tais como a noção de domínio funcional, a da relação entre formas e funções que se estabelece nesse âmbito, a da multifuncionalidade das formas em processo de gramaticalização. Além disso, a fim de didatizar a articulação entre os três campos agenciados nesta tese (o funcionalista, o variacionista e o discursivo/bakhtiniano), opta-se por apresentar alguns (novos) elementos que caracterizam o campo funcionalista (e também os demais) no próprio capítulo em que se promove a articulação, o Capítulo 5. Com isso, adverte-se que as considerações funcionalistas estão, nesta tese, distribuídas em diferentes

<sup>128</sup> “[...] if pragmatics is, on occasions, logically prior to semantics, a general linguistic theory simply must incorporate pragmatics as a component or level in the overall integrated theory”.

<sup>129</sup> Bybee (2016 [2010]) toma a gramaticalização como uma *teoria*, não apenas porque ela faz previsões diacrônicas fortes, mas também porque traz consequências para a análise sincrônica da língua – e *isso a torna uma teoria*, para a autora. Outros autores preferem designá-la como uma *abordagem* ou *perspectiva* teórica. Nesta tese, não se faz diferença entre os termos, podendo-se usar indistintamente um ou outro.

capítulos: neste, focalizam-se questões atinentes à abordagem da gramaticalização, embora também se contemple questões funcionalistas mais amplas.

Feita essa observação, resgate-se, antes de se tratar de questões funcionalistas mais específicas, que essa *abordagem* dos estudos linguísticos costuma ser definida em oposição à *abordagem formalista*, e caracteriza-se por reconhecer que (i) a língua é competência comunicativa, (ii) as estruturas linguísticas não são objetos autônomos, (iii) a explicação linguística deve ser buscada nos usos linguísticos<sup>130</sup>. Mesmo o funcionalismo não sendo uma abordagem monolítica, uma vez que congrega um conjunto de diferentes vertentes, todas elas têm em comum o fato de *contextualizar a língua na situação social em que ocorre a interação verbal*, tendo em vista a premissa de que a estrutura linguística codifica as necessidades sociais de expressão e de intercomunicação, devendo, pois, os estudos linguísticos esclarecer as relações entre forma e função, e especificar as funções que exercem influência na estrutura gramatical (CASTILHO, 2012).

Nesse contexto, o próprio termo que caracteriza o campo, a saber, *função*, pode ser empregado, mais comumente, com cinco diferentes acepções, no âmbito dos estudos funcionalistas, segundo identifica Nichols (1984): (i) *função/interdependência*, no sentido de que há uma inter-relação entre diversos fatores que influenciam um fenômeno linguístico, ou seja, *função*, nessa acepção, assume o valor matemático de “grandeza dependente de diversas variáveis”; (ii) *função/fim*, compreendendo-se que a língua é usada com finalidades específicas (como pedir, exortar, convencer, etc.); (iii) *função/contexto*, considerando, nessa acepção, que a língua é reflexo do contexto comunicativo<sup>131</sup>; (iv) *função/relação*, destacando-se a relação entre uma unidade estrutural mais alta e suas partes integrantes; (v) *função/significação*, em que o termo função assume um sentido mais amplo, recobrando aspectos pragmáticos, como a finalidade de uso da

---

<sup>130</sup> Uma visão geral idealizada da dicotomia entre perspectiva funcional e formal, proposta por Dik (1978, p. 4) (*Functional Grammar*), pode ser conferida em Figueroa (1994, p. 22-23).

<sup>131</sup> Logo a seguir, com a indicação de algumas especificações do tipo de funcionalismo com o qual lidamos nesta tese, a noção de que a língua é *reflexo* do contexto comunicativo é ressignificada – para a noção de que a língua *interpreta* o mundo.

língua, como visto em (ii), e a relevância do contexto em que se insere um ato de fala, como visto em (iii).

Partindo imediatamente para o debate que mais interessa a esta tese, *o funcionalismo aqui abordado focaliza o estudo da função tal como definição em (v)*, e filia-se ao *funcionalismo norte-americano*, também denominado funcionalismo da Costa Oeste e, mais recentemente, *Linguística centrada no uso* ou, ainda, *Linguística cognitivo-funcional* (BYBEE, 2003; 2010; BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; GIVÓN, 1995; 2001; 2002; 2005; 2012 [1979]; HEINE, 2002; HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991a; 1991b; HEINE; KUTEVA, 2002; 2007; HOPPER, 1991; 1998; HOPPER; TRAUGOTT, 2003; TRAUGOTT, 2001; 2010; 2012; 2014; TRAUGOTT; DASHER, 2005; BRAGA; PAIVA, 2015; CEZÁRIO, 2012; MARTELOTTA; ALONSO, 2012; SOUSA, 2015, TAVARES, 2003; 2013; 2014, dentre outros). Desse ponto em diante, então, ao se fazer referência ao *funcionalismo*, entenda-se *esse funcionalismo*, especificamente.

Sobre as recentes designações desse campo, pode-se considerar que elas identificam diretamente a natureza das investigações desenvolvidas em seu âmbito, visto que um de seus principais pressupostos de trabalho é o de que o conhecimento linguístico dos falantes se constitui a partir de experiências ou situações comunicativas particulares, e quanto mais recorrentes forem as experiências com determinadas formas, mais elas podem impactar as representações cognitivas dos sujeitos em relação à língua (BYBEE, 2010). Compreende-se, assim, que a estrutura gramatical se constitui ininterruptamente, de maneira dinâmica, o que leva alguns autores dessa vertente funcionalista a afirmar, inclusive, que não há gramática, mas *gramaticalizações* (CASTILHO, 2012). A abordagem da gramaticalização, com isso, é um dos principais focos desse funcionalismo.

Ademais, como, no âmbito desse campo presume-se uma indissociável correlação entre *uso da língua e cognição*<sup>132</sup> cabe, de

---

<sup>132</sup> Cognição, no âmbito dessa vertente funcionalista, pode ser entendida como “processo neurorracional de construção do conhecimento humano a partir da interação do organismo com o meio [...] diz respeito ao conjunto de operações mentais configuradoras de nosso sistema conceitual, tendo como base o contato

saída, indicar *com que linha cognitivista uma abordagem (também) centrada no uso linguístico se harmoniza*, conforme a literatura do campo – qual seja: (i) com aquela que não acredita na existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística distinto *do nível em que o conhecimento do mundo está associado a formas linguísticas* – o que aponta para a concepção de que a linguagem interpreta (e não espelha) o mundo; (ii) que opera com o conceito de iconicidade e com a visão de que as categorias linguísticas não são discretas; (iii) que recusa qualquer correlação de causa e efeito entre processos cognitivos e propriedades linguísticas, dada a compreensão de que a *organização cognitiva da mente humana é (parcialmente) determinada por fatores culturais*; (iv) pelo motivo anterior, com aquela que correlaciona biologia e cultura, compreendendo essa correlação como sócio-historicamente mediada (CASTILHO, 2012; MARTELOTTA; ALONSO, 2012).

Além disso, tanto o funcionalismo praticado por autores como Givón, Hopper, Bybee e Traugott, sobretudo no que tange ao conjunto de fenômenos associados à gramaticalização, quanto a linguística cognitivista com que essa vertente funcionalista dialoga têm em comum o fato de se inscreverem “*no programa geral das teorias que preconizam a instabilidade do significado atrelado à forma linguística*” (p. 93; grifos nossos), porque essa (a forma) passa a ser vista não como *portadora de significado* (estável), mas como “*porta para construção do sentido*” (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p. 92). A noção de cognição, nessa vertente funcionalista, evoca, pois, esses aspectos – dentre outros.

Sobre a distinção entre *significado* e *sentido*, no âmbito dos estudos funcionalistas, vale destacar o que Castilho (2012) considera ser *um achado* na *Moderna gramática portuguesa*<sup>133</sup>, de Evanildo Bechara (1999), que ilustra justamente *o raciocínio funcionalista* quanto a essa questão<sup>134</sup>: Bechara distingue três tipos de conteúdo linguístico, quais

do indivíduo com o ambiente físico e sociocultural em que vive” (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 18).

<sup>133</sup> Essa é uma das gramáticas funcionalistas publicadas no Brasil, segundo Castilho (2012).

<sup>134</sup> Note-se que Castilho está apontando o raciocínio funcionalista de Bechara em relação a um ponto específico – distinção entre três tipos de conteúdo linguístico. De igual modo, ao retomarmos as observações de Castilho, não estamos considerando que todo o pensamento de Bechara é funcionalista.

sejam: (i) a *designação* (que é a referência a uma realidade extralinguística); (ii) o *significado* (que é um conteúdo ou a especial configuração da designação em uma língua particular); e (iii) o *sentido* (que é “o especial conteúdo linguístico que se expressa *mediante a designação e o significado*, sentido que [...] *vai além desses outros conteúdos e o que corresponde às atitudes, intenções ou suposições do falante*”) (p. 26; grifos nossos).

Exemplificando a questão, Castilho considera que se em “a porta está fechada” tem-se a designação de uma realidade extralinguística; em “fulano é uma porta fechada”, tem-se um significado que ultrapassa as designações de “porta” e “fechada”, embora se ancore nelas, para a constituição de uma “especial configuração”; agora, se, contudo, numa tarde de calor se comente com alguém que a porta (de um dado recinto) está fechada, “estou sugerindo que ele abra a porta, *somando, com isso, a designação e o significado, para atingir o sentido*, ou seja, *para ‘dizer o que não foi dito’*” (CASTILHO, 2012, p. 27; grifos nossos) – e este é precisamente o *raciocínio funcionalista* que Castilho destaca em Bechara: *não se deve limitar a mirada investigativa, nos estudos linguísticos, às estruturas gramaticais, pois a Semântica* (= domínio da designação e da significação, na terminologia de Bechara, segundo Castilho) *e o Discurso* (= domínio do sentido) *são indispensáveis para o melhor entendimento do funcionamento de uma língua natural, dada a premissa de instabilidade da relação entre significado e forma linguística, com vistas à produção de sentido.*

Note-se que, pela especificação acima, o que o discurso produz, ao ser tomado, no âmbito funcionalista, como o uso real da língua em situações específicas de comunicação e sendo visto como “composto por elementos de inovação (o que torna aquele discurso único, diferente de qualquer outro) e de repetição (de construções gramaticais, de palavras e mesmo da moldura discursiva, como gênero e tipo de texto)” (CEZÁRIO, 2012, p. 22), *é sentido contextual* – por meio da ancoragem na significação e na designação (para preservar os termos acima mencionados).

Incorporando, portanto, no estudo da língua, preocupações que vão muito além da forma, *em busca do que não está dito, mas que constitui o cerne do dizer* – se se pode assim considerar –, os estudos funcionalistas focalizam, de modo geral, aspectos cognitivos e pragmático-discursivos (além de sociais e estruturais) envolvidos, articuladamente, no uso da língua. Desse modo, esse campo faz ver como os usos linguísticos evocam concomitantemente aspectos

semânticos e discursivo-pragmáticos; contingentes e regulares; cognitivos, interacionais e culturais.

A fim de apresentar a explicação funcionalista para alguns desses aspectos e, com isso, aprofundar o conhecimento sobre o fenômeno em variação/mudança em foco nesta tese, este capítulo se organiza do seguinte modo: em 2.1, especifica-se a concepção de língua e de gramática do campo; em 2.2, considera-se a abordagem da gramaticalização, focalizando motivações e mecanismos pelos quais ela se dá, sua caracterização e o papel da frequência de uso para o processo de mudança; em 2.3, apresentam-se algumas diretrizes metodológicas dos estudos sobre gramaticalização, destacando tendências (teórico-metodológicas) atuais sobre esses aspectos, conforme reflexões desenvolvidas por pesquisadores brasileiros; e, por fim, em 2.4, sintetizam-se as discussões do capítulo.

## 2.1 CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E DE GRAMÁTICA

Nesta seção apresentam-se brevemente concepções de língua e de gramática, no âmbito dos estudos funcionalistas norte-americanos, para disso se depreender, no Capítulo 5, alguns aspectos quanto à concepção de cognição e de sujeito do campo.

Tendo em vista o pressuposto epistemológico de que cognição e cultura se articulam no fenômeno da linguagem (cf. 5.1.2), conforme brevemente se observou na introdução deste capítulo, há que se ter bem presente que a perspectiva funcionalista é a de que a língua tem “a capacidade de descrever situações como os humanos as veem” (BYBEE, 2016 [2010], p. 295). A língua, então, segundo Givón (2001, 2002, 2005), articula o que é da ordem da cognição e o que é da ordem da comunicação/pragmática, podendo ser dividida em dois subsistemas: o sistema de *representação cognitiva* e o sistema de *codificação comunicativa*.

O sistema de representação cognitiva é composto, segundo o autor, por três níveis correlacionados: (i) o léxico conceitual, (ii) a semântica proposicional e (iii) o discurso/pragmática multiproposicional. O léxico conceitual caracteriza-se por ser um repertório de conceitos convencionalizados pela experiência (codificados por rótulos perceptuais), que são relativamente estáveis (o que significa que esses conceitos não estão em fluxo de mudanças rápidas) e socialmente compartilhados (em termos de graus), constituindo um mapa cognitivo estocado na memória semântica das experiências dos sujeitos. Pode representar uma entidade relativamente

estável no tempo (tipicamente um nome); um evento mais temporário (tipicamente um verbo); uma qualidade estável ou estado temporário (tipicamente um adjetivo).

Ainda de acordo com Givón, o nível cognitivo da semântica proposicional diz respeito a informações sobre eventos/estados e entidades participantes. Tais informações são processadas e estocadas na memória episódico-declarativa e correspondem, no plano gramatical, ao âmbito da estrutura argumental, ou da oração. Já o nível cognitivo do discurso multiproposicional – nível predominante no discurso humano – refere-se ao processamento e armazenamento, na memória episódico-declarativa, da combinação de informações sobre eventos/estados e participantes, e corresponde ao âmbito da pragmática discursiva<sup>135</sup> ou da pragmática comunicativa, que abarca orações combinadas num discurso coerente. (GIVÓN, 2001, 2002). Esses três diferentes níveis funcionam articuladamente, tanto em termos de processamento (ordem da cognição) como em termos de uso efetivo da língua (ordem da pragmática comunicativa).

Já o sistema de *codificação comunicativa*, segundo Givón, envolve os seguintes instrumentos de codificação: (i) os códigos periféricos sensorio-motores (relacionados aos domínios da fonética, da fonologia e da neurologia) que codificam o léxico, e (ii) o *código gramatical*, que codifica, de forma articulada, a semântica proposicional e o discurso/a pragmática multiproposicional. Nesse sentido, é no contexto de uso que se observa a função comunicativa das construções gramaticais, que refletem as intenções comunicativas dos interlocutores e cujo escopo são as relações coerentes entre as proposições e seu contexto discursivo-pragmático.

A gramática, por sua vez, pode ser vista, nos termos givonianos, como *função adaptativa* e como *estrutura*. A primeira (função adaptativa) concerne ao papel da gramática no *processamento* da informação, envolvendo tanto (i) *representação cognitiva* quanto (ii) *comunicação da experiência ou do conhecimento* – nos termos já descritos nos parágrafos precedentes. A segunda (estrutura) corresponde ao código gramatical, que envolve um conjunto de mecanismos mais primários – morfologia, entonação, ritmo e ordem sequencial de

---

<sup>135</sup> Reitera-se que no funcionalismo *discurso* se refere, de maneira geral, tanto à língua em uso, como a porções textuais (multiproposicionais) para além do nível da sentença.

morfemas ou palavras –, e níveis mais abstratos de organização gramatical – organização hierárquica de constituintes; relações gramaticais (como sujeito e objeto); categorias gramaticais (como nome, verbo, sintagma nominal); relações de escopo e relevância (como nome–modificador e sujeito–predicado); relações de regência e controle (como concordância, correferência, finitude). (GIVÓN, 2005).

Além disso, *gramática*, segundo Bybee (2010), também “pode ser pensada como *a organização cognitiva da experiência com a língua*” (BYBEE, 2010, p. 8; grifos nossos)<sup>136</sup> e, portanto, como um *repertório mais regularizado de conhecimento linguístico* embora, por ser *constituído nas e pelas experiências de uso*, seja passível de mudanças.

O papel da gramática, como já dito, é o de codificar simultaneamente os níveis da semântica proposicional e da pragmática discursiva, o que é realizado mediante os seguintes subsistemas principais: papéis gramaticais (sujeito, objeto direto); definitude e referência; anáfora, pronomes e concordância; *tempo, aspecto, modalidade* e negação; de-transitividade; topicalização; foco e contraste; relativização; atos de fala; junção oracional e subordinação. (GIVÓN, 2001, 2002). Esses subsistemas desempenham funções discursivo-pragmáticas, tais como: de coerência referencial (papéis gramaticais, definitude e referência etc.); de coerência de eventos, com estabelecimento de *grounding* temporal, aspectual e epistêmico-deôntico (tempo, aspecto e modalidade); de coerência de cadeia de eventos (conectores oracionais etc.) (GIVÓN, 2005). A gramática, portanto, pode ser vista como um código de relações de coerência entre a proposição e o contexto mais amplo do discurso.

Precisamente por esse último motivo, a gramática, do ponto de vista funcionalista, não é estática, mas *dinâmica e emergente* (HOPPER, 1998), uma vez que precisa *compatibilizar a dimensão gramatical à pragmático-discursiva* (OLIVEIRA, 2012). Disso resulta que a gramática pode ser caracterizada como tendo uma estrutura complexa adaptativa, *fortemente dependente do processamento on-line na interação* (GIVÓN 2001, 2002), pressionado por diversos fatores em competição (fatores de natureza cognitivo-comunicativa e sociolinguística) (HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

---

<sup>136</sup> “[...] grammar be thought of as the cognitive organization of one’s experience with language.”



Comparando as concepções de língua e de gramática, conforme se apresentou até aqui, pode-se depreender que a visão funcionalista é a de que ambas (i) estabelecem uma relação de coerência entre proposição e contexto discursivo-pragmático e (ii) (por isso mesmo) são dinâmicas e emergentes.

Sendo, então, língua e gramática um conjunto de princípios decorrentes da *adaptação contextual* – a visão funcionalista, inclusive, é a de que a faculdade da linguagem decorre de uma evolução gradual, uma adaptação para fins de uma comunicação cada vez mais eficiente (MARTELOTTA; ALONSO, 2012) –, duas premissas são aceitas nos estudos funcionalistas<sup>137</sup>: (i) a de que a língua (e gramática) é (são) uma *atividade*, uma *forma de ação* verbal<sup>138</sup> que não pode ser estudada sem se considerar suas principais condições de efetivação; e (ii) a de que é na *contingência* da efetivação da atividade linguística que se manifesta a competência comunicativa dos falantes, depreendida a partir de regularidades linguísticas.

Essas duas premissas parecem estar em consonância com a *perspectiva tipológica* funcionalista, que consiste em localizar diferenças e similitudes entre as diferentes línguas e a maneira como os falantes, em cada uma delas, representam o mundo – daí Givón desenvolver uma abordagem tipológica da gramática (GIVÓN, 2001; 2002) e poder afirmar, por exemplo, que “as línguas podem codificar o mesmo domínio funcional por mais de um meio estrutural”(GIVÓN, 2002, p. 22)<sup>139</sup>. A visão, portanto, de que os usos linguísticos se realizam sob determinadas condições de efetivação e, por isso, são contingentes, justifica a inclinação funcionalista para uma ampla gama de aspectos implicados nos usos linguísticos, “sejam eles culturais,

<sup>137</sup> Essas premissas se fazem presentes, por exemplo, na coleção *Gramática do português culto falado no Brasil*. Cf. Castilho (2012).

<sup>138</sup> Segundo Martelotta e Alonso (2012), tanto o Funcionalismo quanto a Linguística cognitiva são de inspiração wittgensteiniana, para quem língua é *atividade (ação)*, é forma de vida, no sentido de que representa o mundo, conforme o sistema de crenças do falante. A influência desse filósofo remonta ao pensamento sofista, segundo o qual não há verdades universalmente válidas, uma vez o aspecto subjetivo do homem filtra todas as coisas.

<sup>139</sup> “[...] languages can code the same functional domain by more than one structural means”.

comunicativos, de processos de desenvolvimento diacrônicos, cognitivos, neurológicos ou biológicos” (ibid., p. 22).<sup>140</sup>

Ilustrando a aproximação dos conceitos de língua e de gramática, no âmbito dos estudos funcionalistas, bem como considerando a concepção de que a competência linguístico-comunicativa dos falantes é constituída e atualizada a partir das experiências, Givón (2001, 2002, 2005), por exemplo, um dos principais pesquisadores dessa vertente, orientando-se por preceitos de diversas áreas do conhecimento, como a biologia, a filosofia, a antropologia e a psicologia, compreende que

[t]odas as pressões adaptativo-funcionais que moldam a estrutura sincrônica – idealizada – das línguas são exercidas durante o desempenho real. Este é o lugar onde a língua é adquirida, e onde a *gramática* emerge e muda. É o lugar onde a forma se ajusta – de modo criativo e sob estímulo de interpretações específicas do contexto – a novas funções e significados estendidos. Este é também o lugar em que variação e indeterminação são ingredientes necessários do real mecanismo que modela e remodela a competência linguística. (GIVÓN, 2001, p. 6; grifos nossos)<sup>141</sup>.

Frente a essas considerações sobre língua e gramática, se se considerar a definição de gramática de Bybee (*uma organização cognitiva da experiência com usos linguísticos efetivos*), conforme anteriormente indicado, pode-se depreender que a própria concepção de cognição, no âmbito dos estudos funcionalistas, é, para usar os termos de Givón, *moldada durante o desempenho real, lugar em que ela é constantemente (re)modelada*.

<sup>140</sup> “[...] be they cultural, communicative, developmental, diachronic, cognitive, neurological or biological”.

<sup>141</sup> “All functional-adaptive pressures that shape the synchronic — idealized — structure of language are exerted during actual performance. This is where language is acquired, and where grammar emerges and changes. This is where form adjusts itself — creatively and on the spur of the moment’s opportunistic construal of context — to novel functions and extended meanings. This is also where slop, variation and indeterminacy are necessary ingredients of the actual mechanism that shapes and reshapes competence.”

Na seção seguinte, a partir da própria discussão em torno da concepção de gramaticalização, recuperam-se e ampliam-se os conceitos de língua e de gramática dos estudos funcionalistas.

## 2.2 A GRAMATICALIZAÇÃO NUMA PERSPECTIVA FUNCIONALISTA

Nesta seção, apresentam-se a concepção funcionalista de gramaticalização (2.2.1), os aspectos que a motivam e os mecanismos pelos quais se efetiva o processo (2.2.2), sua caracterização e a direção da mudança (2.2.3), conferindo ainda destaque ao papel da frequência de uso de construções em processo de gramaticalização (2.2.4).

### 2.2.1 Concepção de gramaticalização – e outras implicações sobre a concepção de língua e de gramática

Uma das grandes questões a que se dedica o funcionalismo norte-americano tem sido o processo de constituição da *gramática*, fenômeno visto como fortemente afetado pelos usos linguísticos, pelos motivos apresentados na seção anterior. Pode-se dizer, portanto, que esse campo funcionalista se dedica à compreensão de processos contínuos e graduais que fazem com que formas e/ou funções que estiveram num estado X passem a um estado Y, esse último caracterizado, via de regra, por ser um estado mais abstrato e de uso mais automático e regular (em termos de processamento), ao que se chega por meio de muitos estágios sucessivos de mudança. Esse processo de constituição da gramática ou esse processo de *mudança linguística* é o que se denomina *gramaticalização*, vista como

[...] um ramo da linguística que se dedica a duas questões: (i) um quadro investigativo para estudar as relações entremateriais *lexicais*, *gramaticais* e *construções* na língua, tanto diacrônica quanto sincronicamente, em línguas particulares/ou interlinguisticamente; (ii) um termo que se refere à mudança pelo qual itens lexicais e construções vêm *em certos contextos linguísticos* para servir *funções gramaticais*, uma vez gramaticalizados, continuam a *desenvolver novas funções*

*gramaticais*. (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 18; grifos nossos).<sup>142</sup>

Por essa especificação, a gramaticalização<sup>143</sup>, em qualquer uma de suas designações (ou quadro investigativo ou processo de mudança pelo qual passa um item da gramática), evoca a relação entre forma e função e, assim, indicia também a imbricação dos conceitos de gramática e de língua, como temos argumentado. Se a relação forma-função é o que está em questão no processo de constituição da gramática, também é o que está em questão na própria concepção de língua dos estudos funcionalistas, como se vê em excertos que admitem que *língua também pode ser definida “como um sistema simbólico de pares de forma e de sentido [leia-se, esse último termo, função/significação], [sendo a gramaticalização] a teoria das relações entre pares de forma-sentido”* (OLIVEIRA, 2015, p. 23; grifos nossos).

Uma vez que a gramática é vista como a estrutura da língua em sua face mais regular e automática, considerações do campo funcionalista sobre o processo de gramaticalização vêm requerendo uma ampliação em relação ao próprio conceito de gramática (e de língua). Hopper (1998, p. 148) assim se pronuncia quanto à questão: “[u]ma visão mais ampla de gramaticalização exige uma modificação da nossa perspectiva sobre gramática, para uma que *conceba a estrutura da língua como intrinsecamente instável e não fixa, ou seja, como emergente*”<sup>144</sup> (HOPPER, 1998, p. 148; grifos nossos).<sup>145</sup>

<sup>142</sup> “For us it is a two-pronged branch of linguistics: (i) a research framework for studying the relationships between lexical, constructional, and grammatical material in language, diachronically and synchronically, both in particular languages and cross-linguistically, and (ii) a term referring to the change whereby lexical items and constructions come in certain linguistic contexts to serve grammatical functions and, once grammaticalized, continue to develop new grammatical functions”.

<sup>143</sup> Cf. diversas definições de gramaticalização em Campbell e Janda (2001).

<sup>144</sup> Ao final dessa consideração, o autor ainda sugere que, pensando de um ponto de vista mais amplo, o termo *gramaticalização* talvez pudesse ser substituído por termos como *estruturação* e *rotinização*, emprestados do campo da sociologia, em referência aos trabalhos de Giddens (1984) e de Haiman (1994). Cf. referência desses autores em Hopper (1998).

<sup>145</sup> “A wider view of grammaticalization demands a modification of our perspective on grammar, one which sees structure in language as intrinsically unfixed and unstable, in other words as emergent”.

Numa visão funcionalista moderada, contudo, admite-se a coexistência de emergências (/inovações) e regularidades, flexibilidades e estabilidades linguísticas. Pode-se compreender *língua* como um contínuo de possibilidades de usos linguísticos em que, numa linha imaginária, usos criativos (emergentes, flexíveis) estão mais à esquerda, e usos rotinizados ou mais gramaticalizados, à direita. Entre um extremo e outro, os usos são caracterizados em termos de graus: menos gramaticalizados, conforme se aproximam do polo mais à esquerda do contínuo; e mais gramaticalizados, conforme se aproximam do polo mais à direita, havendo, inclusive, usos ambíguos.

É nessa direção que Hopper e Traugott (2003, p. 2) assumem que na língua há uma “tensão entre o que é fixo e menos fixo [tendo em vista] a relativa indeterminação da língua”<sup>146</sup>, por ter que se compatibilizar a dimensão gramatical à dimensão pragmático-discursiva (cf. 2.1). Desse modo, por conta da própria abordagem da gramaticalização (e dos resultados de pesquisa sobre esse processo, nesse quadro teórico), tensão (entre regular e irregular), indeterminação, variação e mudança são termos essenciais na caracterização do conceito de língua, a ponto de a demarcação entre os conceitos de língua e gramática ser fluida.

Pode-se dizer, então, que usos linguísticos mais criativos e inovadores também fazem parte da língua/gramática, *embora nem sempre sejam compartilhados socialmente*. Para que isso aconteça, deve haver um processo de mudança linguística que, paulatinamente, regularize, entre um corpo social, os usos inovadores. Nas palavras de Traugott (2014, p. 105), “se eu inovar com alguma estrutura linguística nova, mesmo que eu a repita ao longo de toda a minha vida, isso não se caracteriza como mudança, porque não foi transmitida a outra pessoa”. A gramaticalização ou o processo de constituição da língua/gramática, nesse sentido, envolve uma dinâmica de ampliação do compartilhamento de representações da experiência, tendo em vista o requisito primordial de “transmissão da representação a outra pessoa”.

Nesse contexto, vale destacar também *o princípio da iconicidade*, formulado no âmbito dos estudos funcionalistas, em oposição ao princípio da arbitrariedade, e segundo o qual as formas são

---

<sup>146</sup> “the tension between the fixed and the less fixed in language [...]. It provides the conceptual context for a principled account of the relative indeterminacy in language and [...]”.

*motivadas pelas funções que exercem no discurso*, embora a iconicidade não seja vista como absoluta, mas como “uma questão de grau”<sup>147</sup> (GIVON, 2001, p. 34). Isso significa assumir que a língua não é icônica *biunivocamente*, no sentido de se presumir a existência de *uma forma para cada função* – essa visão mais radical é a de Bolinger (1997), segundo indica Givón (2001, p. 2) –, dado que, à medida que alguns usos linguísticos se tornam socialmente compartilhados, convencionalizam-se, ficando, então, mais arbitrários. “A existência de algum grau de arbitrariedade no código gramatical é, portanto, esperada”. (GIVÓN, 1995, p. 11).<sup>148</sup>

A questão a se destacar é que o processo de gramaticalização é lento e gradual, de modo que entre os usos mais icônicos, verificados no início do processo de gramaticalização, e os usos mais arbitrários, verificados em estágios mais avançados desse processo, as formas, devido ao processo de expansão polissêmica – uma das etapas do caminho de gramaticalização –, podem assumir mais de uma função (e também funções ambíguas), ao mesmo tempo em que diferentes formas em rota de gramaticalização podem também assumir funções que já são codificadas por outras formas.

Em suma, os estudos funcionalistas concebem que a língua/gramática, na verdade, resulta de um compromisso (dos falantes) em operacionalizar pressões funcionais conflitantes: o uso da língua demanda adaptação a diferentes necessidades comunicativas, o que lhe exige flexibilidade e processamento menos veloz, porque a relação entre forma e função tende a ser fortemente dependente do contexto (no que se verifica a iconicidade); mas, demanda também automatismo, agilidade, processamento mais veloz, o que lhe exige regularidades e menos dependência do contexto (no que se verifica a arbitrariedade). Por esse motivo, no uso efetivo da língua, “a transparência da relação forma-função (isomorfismo, iconicidade) compete com a economia de processamento” (GIVÓN, 2002, p. 21).<sup>149</sup> A estrutura sincrônica de uma língua, então, com elementos ao mesmo tempo icônicos e arbitrários, reflete o impacto do percurso de gramaticalização das construções

<sup>147</sup> “[...] a matter of degree”.

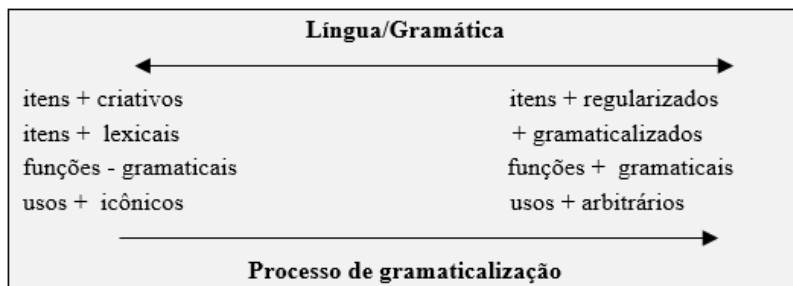
<sup>148</sup> “The existence of some measure of arbitrariness in the grammatical code is thus to be expected”.

<sup>149</sup> “[...] form-function transparency (isomorphism, iconicity) competes with processing economy”.

linguísticas sob pressão de fatores em competição – por isso, a codificação de um domínio funcional, como a do futuro do presente, é tão variável.

O quadro a seguir esquematiza as discussões até aqui empreendidas, tendo em vista a concepção de língua e de gramática depreendida da concepção de gramaticalização, no âmbito dos estudos funcionalistas.

**Quadro 5:** Representação do conceito de língua/gramática, no âmbito dos estudos funcionalistas, assumido na pesquisa



Fonte: Elaboração própria

A seguir, discorre-se sobre o processo de gramaticalização, considerando os seguintes aspectos que acompanham os estágios do processo: motivações comunicativas e cognitivas, transformações em todos os níveis linguísticos (semântico-pragmático, morfossintático e fonológico) e o modo como as formas em mudança são avaliadas socialmente. A primeira questão a se abordar, então, para explicação desses aspectos, é: o que pode acionar um processo de gramaticalização?

### 2.2.2 Motivações e mecanismos para a gramaticalização

De acordo com a literatura sobre o tema, processos de gramaticalização podem ser acionados por fatores de natureza pragmática/comunicativa, cultural e cognitiva – embora, em nossa compreensão, o último se refira, na verdade, aos *mecanismos* pelos quais a gramaticalização se desenvolve, conforme se explica a seguir.

Do *ponto de vista pragmático/comunicativo*, Traugott e Dasher (2005), tendo em vista a complexa relação entre falante/escritor e ouvinte/leitor na interação, em reconhecimento do “papel ativo

dodestinatário/leitor na elaboração de estratégias retóricas e de indexar e organizar o ato comunicativo” (TRAUGOTT; DASHER, 2005, p. 5)<sup>150</sup>, chamam a atenção para as *inferências induzidas pelo contexto* como motivação para o desencadeamento de processos de mudança.

Destacando as relações intersubjetivas, Traugott (2010a, p. 2), para além de considerar a semantização de implicaturas, destaca que “o falante/escritor evoca implicaturas e convida o ouvinte/leitor a inferi-las”<sup>151</sup>. Desse modo, para esses autores, uma inferência já nasce da relação entre os participantes da interação – não se trata, portanto, de significados produzidos por um falante apenas, mas por um falante/escritor em sua relação com um ouvinte/leitor.

De igual modo, para Hopper e Traugott (2003), a constituição dos recursos mais rotinizados da língua é dirigida por motivações pragmático-discursivas, entendidas como *estratégias comunicativas* dos (inter)locutores, uma vez que, tendo experiências muito particulares e individuais com a língua, suas representações cognitivas podem ser diferentes em inúmeros aspectos e, por isso, numa dada interação, precisam assumir a “*responsabilidade* para o sucesso da comunicação” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 72)<sup>152</sup>.

Com esse compromisso, os (inter)locutores transcendem os limites do material linguístico dos enunciados, promovendo adaptações comunicativas, como inferências ou implicaturas conversacionais, para atingirem seus propósitos, constituídos à luz de contextos específicos de interação. Considera-se, pois, que a mudança semântico-pragmática, por exemplo, nodal no processo de gramaticalização, é motivada pela *atitude subjetiva do falante*, que *inscreve sua perspectiva na interação*, enriquecendo o que é dito (HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Essa noção converge com a visão de que

[s]e a *língua é um instrumento de comunicação*, então é bizarro tentar entender a estrutura sem referência ao *contexto comunicativo* e à *função comunicativa*. Portanto, restrições gramaticais, regras de sintaxe, transformações estilísticas e

---

<sup>150</sup> “[...] active role of addressee/reader in rhetorical strategizing, indeed indexing and choreographing the communicative act”.

<sup>151</sup> “[...] speaker/writer evokes implicatures and invites the addressee/reader to infer them”.

<sup>152</sup> “[...] speakers take responsibility for success in communication”.



coisas assim não estão lá “porque elas são pré-instaladas no código genético do organismo”. Nem estão lá sem razão alguma. Ao contrário, *elas estão lá para servir a funções comunicativas específicas* (GIVÓN, 2012 [1979], p. 49, grifos nossos).

Operando, portanto, com uma concepção interacional de língua, reconhece-se que as *intenções comunicativas* orientam as escolhas linguísticas:

[o] comunicador humano não é um usuário determinístico de uma gramática autônoma, subconsciente, conforme Chomsky nos faria crer. Ao contrário, ele faz *escolhas comunicativas*. Ele usa regras para obter um efeito comunicativo (GIVÓN, 2012 [1979], p. 50; grifos do autor).

Pelo motivo anterior, então, admite-se que o “elo entre gramática e uso<sup>153</sup> se concretiza na relação entre falante e ouvinte, *que negociam sentido de maneira interativa, tanto respondendo ao contexto quanto criando contexto*” (MARTELOTTA; ALONSO, 2012, p.92).

Já do *ponto de vista cultural*, Hopper (1998), por exemplo, argumenta que *a gramaticalização tem início em tipos específicos de texto*. Para exemplificar o ponto de vista, o autor retoma, dentre outros, o estudo de Susan Herring (1991)<sup>154</sup> sobre perguntas retóricas na língua Tamil (falada no sul da Índia e também no sul e no leste da África).

Segundo esse estudo, a gramaticalização de frases retóricas nessa língua se iniciou com uma *mudança nos hábitos culturais dos falantes*: comum entre contadores de história para atrair a atenção dos ouvintes, as perguntas retóricas passaram para a cultura geral dos falantes de Tamil, assumindo a função de organizar as informações nos mais diversos pronunciamentos dos falantes; tornando-se mais

---

<sup>153</sup> Em nossa compreensão, a referência, nesse excerto, à gramática e uso (/discurso) refere-se às faces mais e menos regulares da língua, respectivamente.

<sup>154</sup> HERRING, S. The grammaticalization of rhetorical questions in Tamil. In: E. Traugott and B. Heine (eds.). *Approaches to Grammaticalization*, Volume I. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1991, p. 253-285.

frequentes em um número maior de contextos de uso, essas perguntas se gramaticalizaram na língua (HOPPER, 1998).

Segundo Hopper, o que esse estudo evidencia é que há “*uma estreita ligação entrepráticas culturais específicas emudaanças linguísticas*” (HOPPER, 1998, p. 151; grifos nossos)<sup>155</sup>, de maneira que *um importante princípio dos estudos sobre gramaticalização deve ser a investigação das fontes de um item gramatical, tendo em vista discursos específicos de que derivam.*

Para o autor, mesmo que não se tenha certeza dessas fontes, em muitos casos de gramaticalização, *o princípio não pode ser invalidado, pois “[n]ão devemos perder de vista o fato de que o contexto [cultural] é muito importante [para os processos de mudança], nem sucumbir muito facilmente à tentação de assumir protótipos cognitivos e saltos cognitivos em cadeias de gramaticalização*” (HOPPER, 1998, p. 153; grifos nossos).<sup>156</sup>

Do *ponto de vista das motivações cognitivas*, destacam-se *as necessidades de resolução de problemas (quanto à representação cognitiva)*, de modo que, nesse contexto, a gramaticalização consiste no “*resultado de um processo que tem a resolução de problemas [de representação cognitiva] como seu principal objetivo, e sua função principal é a conceituação expressando uma coisa em termos de outra [ao que se denomina] princípio da exploração de significados antigos para novas funções*”<sup>157</sup> (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991a, p. 150).

Antes de se especificar as motivações cognitivas para esse processo, é importante destacar que, como os problemas de representação só emergem por conta das adaptações contextuais do uso da língua, essas motivações podem ser vistas, na verdade, como decorrentes de *problemas de comunicação pragmática*. Nesse sentido, as motivações cognitivas para a gramaticalização referem-se, na verdade, a fatores ou mecanismos que ocorrem na mente dos falantes

<sup>155</sup> “[...] a close link between specific cultural practices and linguistic changes”.

<sup>156</sup> “We should not lose sight of the fact that context is all important, nor succumb too readily to the temptation to assume cognitive prototypes and cognitive leaps in grammaticalization chains”.

<sup>157</sup> “[...] result of a process which has *problem-solving* as its main goal, its primary function being conceptualization by expressing one thing in terms of another [...] principle of the exploitation of old means for novel functions”.

para a efetivação da eficácia comunicativa, tendo em vista a necessidade de se fazer referência a conteúdos para os quais não há designações linguísticas adequadas. Em outros termos, os processos cognitivos considerados no estudo da gramaticalização se referem a processos que criam a estrutura linguística (BYBEE, 2016 [2010]).

Esses processos cognitivos e fatores a eles relacionados, no processamento da gramaticalização, costumam ser assim especificados na literatura: (i) metáfora, (ii) metonímia, (iii) reanálise, (iv) analogia, (v) contexto, (vi) frequência de uso, (vii) inferência, (viii) direcionalidade, (ix) desbotamento ou generalização semântica (HEINE, 2002, p. 84), com destaque ainda para a (x) inferência sugerida (*invited inference*) e (xi) (inter)subjativização (TRAUGOTT; DASHER, 2005; TRAUGOTT, 2010a)<sup>158</sup>. Interessam a esta pesquisa, particularmente, os mecanismos cognitivos da *metáfora e da metonímia*, e os processos a eles relacionados de *reanálise* e de *analogia*, além de também se destacar a *unidirecionalidade*, a *(inter)subjativização* e a *frequência* – embora nenhum desses aspectos sejam exclusivos do processo de gramaticalização, dado que outros tipos de mudança podem contar com esses mesmos recursos.

Os fatores *metáfora*, *metonímia*, *reanálise*, *analogia* e *direcionalidade* podem ser explicados conjuntamente. O *processo metafórico*, para Hopper e Traugott (2003), é mais impactante no processo de mudança e caracteriza-se por promover o mapeamento de um domínio ou conceito mais abstrato, como os significados gramaticais, em termos de domínios ou conceitos mais concretos, de modo discreto, ou seja, sem estágios intervenientes. Trata-se de uma mudança paradigmática, motivada por *analogia*, que permite que experiências não físicas sejam compreendidas em termos de experiências físicas.

É o que acontece na gramaticalização do verbo *ir*, por exemplo, em que *tempo* é compreendido em termos de *espaço* (ESPAÇO > TEMPO), em conformidade com uma trajetória *unidirecional*, em que os domínios à direita (mais abstratos) são compreendidos nos termos dos domínios mais à esquerda (mais concretos). Heine, Claudi, Hünnemeyer (1991a), propuseram a representação a seguir sobre esse tipo de mudança entre domínios conceptuais:

---

<sup>158</sup> Não é objetivo desta pesquisa discutir todos esses mecanismos, fartamente descritos na literatura.

**PESSOA > OBJETO > ESPAÇO > TEMPO > QUALIDADE**  
(HEINE, CLAUDI, HÜNNEMEYER, 1991a)

Já a *metonímia*, vista como o processo mais produtivo da gramaticalização (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 87), consiste numa transferência semântico-pragmática, por reinterpretação induzida pelo contexto ou inferência, mediante implicaturas conversacionais, que pode levar a mudança entre as fronteiras dos itens em gramaticalização, por um processo sintagmático de *reanálise* estrutural. A *frequência de uso* desses itens reorganizados pode promover a semantização, ou convencionalização, de novos significados que antes estavam apenas implícitos no contexto (HOPPER; TRAUGOTT, 2003). Analogia e reanálise são, portanto, mecanismos associados a metáfora e metonímia, respectivamente.

Assim, enquanto metáfora correlaciona-se com a tarefa de resolver problemas de *representação cognitiva*, nos termos de Givón (2001), a metonímia e a semantização de inferências pragmáticas correlacionam-se com a resolução de problemas de *comunicação pragmática* de *expressar atitudes do falante*, além do fato de que

[m]udança metafórica envolve especificação de uma coisa, mais abstrata em termos de outra, que não está presente no contexto. Mudança metonímica, por outro lado, envolve especificação de um significado em termos de outro que está presente no contexto. (HOPPER, TRAUGOTT, 2003, p. 93)<sup>159</sup>.

No caso da gramaticalização da construção *ir* + infinitivo, argumenta-se (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994; HOPPER; TRAUGOT, 2003) que não se tratou de uma transferência metafórica (espaço > tempo), mas metonímica, *em primeiro lugar*, tendo em vista que o significado temporal que passou a dominar a semântica da construção já estava presente, como uma inferência, no significado

---

<sup>159</sup> Metaphorical change involves specifying one, usually more complex, thing in terms of another not present in the context. Metonymic change on the other hand, involves specifying one meaning in terms of another that is present, even if only covertly, in the context.

especial do verbo *ir*, pois movimento no espaço implica movimento no tempo. Tratou-se, muito mais, portanto, de semantização de inferência pragmática motivada pelo verbo *ir* e também pela preposição *para*. Em outras palavras, *tratou-se da resolução do problema de expressar atitudes do falante*.

Em relação aos fatores ou mecanismos desencadeadores de mudança semântica de que falam Traugott e Dasher (2005) e Traugott (2010a), tem-se a *subjativização* e a *intersubjetivização*, compreendidas como mecanismos independentes do processo de gramaticalização, uma vez que também atuam em outros processos de mudança.

Enquanto (inter)subjatividade refere-se à manifestação sincrônica da subjatividade, (inter)subjativização consiste em mecanismos diacrônicos de semantização da subjatividade e da intersubjetividade (TRAUGOTT, 2010a). Embora reconhecendo que o fato de haver comunicação entre duas pessoas implica (inter)subjatividade, a questão de pesquisa a que se dedica Traugott (2010a) são itens linguísticos (inter)subjativizados, ou seja, itens que codificam semanticamente significado (inter)subjetivo e os processos dos quais esses itens decorrem.

Para a autora, *subjativização refere-se a um mecanismo pelo qual significados são recrutados pelo falante para codificar suas atitudes e crenças*; e *intersubjetivização*, a um mecanismo pelo qual significados, uma vez subjativizados, podem ser recrutados para codificar significados centrados no destinatário.

Destaca-se que a autora sinaliza para uma forte correlação entre gramaticalização e, especialmente, a subjativização, uma vez que “a gramaticalização por definição envolve recrutamento de itens que marcam a perspectiva do falante” (TRAUGOTT, 2010a, p. 7).<sup>160</sup> A gramaticalização da construção *ir* + infinitivo no PB, e também nas demais línguas românicas em que processos análogos a esse ocorrem, acionou, portanto, o mecanismo da subjativização, semantizando nuances modais/aspectuais implicadas nos contextos de origem dessa construção. O verbo *ir* estaria mais subjativizado na construção perifrástica de futuro que o verbo de movimento, uma vez que “overbo

---

<sup>160</sup> Traugott (2012) também passou a considerar a relação entre intersubjetivização e gramaticalização, principalmente porque tem se ocupado de estudos sobre marcadores discursivos, recursos linguísticos de forte natureza interativa.

de movimento exige que a direção do movimento seja ancorada tanto no sujeito quanto no ponto de vista do falante. Mas o auxiliar pode ser ancorado apenas no ponto de vista subjetivo do falante, e não no ponto de vista de vista do sujeito” (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 92)<sup>161</sup>, como em “parece que vai chover”.

Traugott (2010a, p. 18) observa ainda que o que motiva a subjetivização é a “subjetividade do evento discursivo”<sup>162</sup>, dada a constante negociação de significados entre falante e ouvinte. Sendo assim, a autora afasta uma visão passiva de gramaticalização e de (inter)subjetivização, reconhecendo que desempenham importante papel na mudança linguística *toda a organização social* (crianças, adolescentes e adultos) e destacando que um *modelo sobre a relação entre os participantes de uma interação é fundamental para a abordagem*: “[p]or causa das alternâncias dêiticas entre falante e ouvinte no diálogo da diáde, precisamos de um modelo de mudança que dê conta de como acontece a interação” (TRAUGOTT, 2010a, p. 18).<sup>163</sup>

Dentre os fatores sobre os quais os falantes podem imprimir sua perspectiva, Traugott (2010a) destaca, dentre outros: (i) *tempo*, considerando como uma proposição (ou expressão ideacional) se relaciona com o momento de fala ou com a temporalidade de outra proposição; (ii) *modalidade*, tendo em vista a relativização de uma dada situação em relação às crenças do falante, (iii) *pessoa do discurso*, pois as de relação mais estreita com o falante são emocionalmente mais salientes, por isso mais propensas a participarem da codificação da subjetivização; (iv) *polaridade do enunciado*, considerando que a expectativa do falante é incongruente com a negação; (v) *tipos de verbos*, como verbos de atitude avaliativa e cognitivos; (vi) *transitividade*, tendo em vista que contextos de baixa transitividade

<sup>161</sup> “A similar development to increased subjectivity is evidenced by *be going to*; the motion verb requires that the direction of motion be anchored in the subject as well as in the speaker's viewpoint. But the auxiliary can be anchored in the speaker's subjective viewpoint alone, not in that of the subject”.

<sup>162</sup> “the subjectivity of the speech event”.

<sup>163</sup> “Because of the deictic shifts of Speaker and Addressee in the speaking dyad, we need a model of change that accounts for how members of the dyad interact, and above all a production model of how speakers construct “arguments about propositions, and [assign] degrees or statements of confidence to those propositions” (Moxey and Sanford 1997: 229)”.

tendem a ser mais subjetivos; (vii) *usos ilocucionários* de atos de fala; (viii) *modais epistêmicos*, que codificam a atitude do falante para com a verdade de uma proposição.

Note-se que os fatores (i) tempo, (ii) modalidade, (vii) usos ilocucionários e (viii) modais epistêmicos estão diretamente relacionados com as formas que codificam o domínio funcional da futuridade; já os fatores (iii), (iv) e (v) podem ser investigados, quanto à expressão do futuro, via *variáveis independentes* (cf. 5.3.2.4.5) , a fim de se detectar a relação entre esses itens linguísticos subjetivizados e a expressão de futuro.

Por fim, cabe novamente acentuar que todos os mecanismos de mudança vistos nesta subseção não são exclusivos do processo de gramaticalização: outros tipos de mudança contam com esses mesmos recursos e, inclusive, tendem a seguir a mesma direção de mudança (concreto > abstrato).

Traugott e Dasher (2005, p. xi), por exemplo, referindo-se à mudança semântica de modo mais abrangente, alertam que as

tendências de mudança [que] são notáveis e amplamente comprovadas, [...] *podem ser violadas* geralmente por *circunstâncias sociais particulares*, circunstâncias que variam, considerando *desmudanças de valores ideológicos até o desenvolvimento de tecnologias*<sup>164</sup> (TRAUGOTT; DASHER, 2005, p. xi; grifos nossos).

Nesse sentido, entende-se que *universalidade e direcionalidade* são características da gramaticalização em termos de *tendências* gerais que devem ser verificadas a cada fenômeno investigado.

A despeito desse amplo leque de aspectos que, em diferentes instâncias, envolvem a gramaticalização, destaque-se, porém, que a motivação de processos de gramaticalização de fenômenos específicos tem sido mais frequentemente investigada em termos cognitivos e sociocomunicativos ou pragmáticos, com foco na análise de contextos

---

<sup>164</sup> “tendencies that are remarkably widely attested, but that can be violated under particular, often social, circumstances ranging from shifts in ideological values to the development of various technologies”.

linguísticos<sup>165</sup> que propiciam a mudança, a despeito do alerta de Hopper de que, se quisermos entender fases iniciais ou finais de processos de gramaticalização, é indispensável observar o uso de textos, a fim de se compreender informações contextuais, “expandindo a imagem do domínio linguístico” (HOPPER, 1998, p. 156).<sup>166</sup>

### 2.2.3 Direção e caracterização do processo de mudança

Conforme visto até aqui, gramaticalização se caracteriza por ser um processo que envolve uma cadeia de alterações contínuas, lentas, graduais e cíclicas, que converte padrões discursivos em padrões gramaticais, devido à trajetória de mudança que rumo à abstração e generalização crescente de funções e de contextos de uso dos itens linguísticos.

Nesse processo, novas fórmulas gramaticais de um item são geradas paulatinamente. Hopper (1998, p. 154) fornece a seguinte representação do processamento da mudança:  $A > A/B > B$ . A fórmula indica que a cada etapa de gramaticalização as funções vão se diferenciando, embora etapas subsequentes carreguem traços das etapas precedentes, constituindo um estágio marcado por ambiguidades (A/B).

Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) consideram que o significado da construção fonte (A) determina o significado da construção alvo (B). Como visto no primeiro capítulo desta pesquisa, o significado da construção *ir para*, no sentido de movimento, também enseja *predição* de se fazer algo posteriormente, do que decorre a noção de futuro.

Os usos de uma construção em estágio A/B ou até mesmo já em estágio B, por exemplo, podem ainda fazer ver significados de A, em que é possível depreender da construção *ir* + infinitivo tanto a noção de

---

<sup>165</sup> Recupere-se de 1.1.3 que, no caso da emergência da construção perifrástica, por exemplo, o contexto linguístico, é o de *oração principal + oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo*, que requeria um sujeito animado e agentivo, em que o traço de intenção e predição estão imbricados.

<sup>166</sup> “Expanding the picture of the linguistic field to include, crucially, contextual information brings into focus the complex ensemble of processes and relations involved in language change”.



movimento quanto a de tempo futuro, como em: “Lula **vai viajar** o Brasil levando mensagem de otimismo, diz líder da Força Sindical”.<sup>167</sup>

Trata-se, portanto, de um período de expansão polissêmica, ou de multifuncionalidade, em que mais de uma função é codificada por uma forma, embora a diferença funcional possa ser ambígua. Traugott e Dasher (2005, p. 11-12) consideram que isso ocorre porque “o que é típico [na mudança semântica] é o acréscimo de mais e mais significados ao longo do tempo”<sup>168</sup>. Daí sugerirem que a mudança semântica se inscreve em uma teoria da *polissemia*, e não da homonímia, tendo em vista que as funções de uma forma B derivam da mesma forma-fonte A, já que se trata de um estágio do processo de gramaticalização.

Assim, mesmo que itens subsequentes na trajetória não sejam mais da mesma categoria sintática gramatical que o item antecedente, por conta de transformações (morfossintáticas) já ocorridas, a relação entre suas funções pode ser considerada polissêmica, desde que se compreenda que o significado é parcialmente indeterminado, ou seja, pode ser contextualmente interpretado de diferentes maneiras (TRAUGOTT; DASHER, 2005, p. 140).

A consequência da retenção semântica nas construções em processo de mudança é que, assumindo-se a hipótese de que o desenvolvimento semântico é previsível, pode-se localizar, ao longo de uma trajetória ou contínuo de mudança, o ponto em que usos múltiplos de uma mesma forma se localizam. Em outras palavras, os usos múltiplos sincronicamente de um item não estão distribuídos aleatoriamente, de maneira que compreender as diversas funções que desempenha permite reconstruir a trajetória diacrônica de gramaticalização, pois “múltiplos usos e a retenção de especificidades lexicais podem ser empregados como diagnósticos da história anterior do material gramatical, mesmo

---

<sup>167</sup> Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,lula-vai-viajar-o-brasil-levando-mensagem-de-otimismo--diz-lider-da-forca-sindical,1735216>>. Acesso em: 13 set. 2015.

<sup>168</sup> “What is typical is the accretion of more and more meanings over time”.

em línguas para as quais comprovação histórica é escassa ou inexistente” (BYBEE; PERKINS; PAGLIUCA, 1994, p. 18).<sup>169</sup>

Diacronicamente, as trajetórias representam o percurso pelo qual itens em gramaticalização são conduzidos, linear e irreversivelmente. Assim, A ocorre antes de B – itens lexicais se transformam em itens gramaticais, itens gramaticais se tornam ainda mais gramaticais ou adquirem diferentes funções gramaticais e conceitos mais concretos se estendem para conceitos mais abstratos.

Além da trajetória de mudança cognitivamente motivada já apresentada na subseção precedente (pessoa > objeto > espaço > tempo > qualidade), destaca-se a trajetória a seguir, comunicativamente motivada, postulada por Givón (2012 [1979]):

**DISCURSO > SINTAXE > MORFOLOGIA >  
MORFONONÊMICA > ZERO**

(GIVÓN, 2012 [1979])

O caráter unidirecional da mudança não significa que ela precisa percorrer todos os pontos da trajetória, mas apenas sinaliza para “fortes restrições sobre como pode ocorrer uma mudança e sobre a direcionalidade da mudança, embora nós ainda não compreendamos plenamente todos os fatores que motivam essa direcionalidade” (HOPPER; TRAUOGOTT, 2003, p. 131)<sup>170</sup>. Considerando que nos estudos de gramaticalização o foco é compreender a relação entre o *uso* da língua e seu *contexto* real, Hopper e Traugott (2003, p. 133) preferem caracterizar a unidirecionalidade não como um princípio absoluto, mas como uma tendência forte, dada a regularidade com que pode ser atestada nos estudos empíricos.

Preocupado com a questão de como diagnosticar itens em processo de gramaticalização, principalmente na fase inicial<sup>171</sup>, Hopper

<sup>169</sup> “[...] multiple uses and the retention of lexical specificities can be employed as diagnostics of the earlier history of grammatical material, even in languages for which historical attestation is sparse or nonexistent”.

<sup>170</sup> “[...] there are strong constraints on how a change may occur and on the directionality of the change, even though we do not yet fully understand all the factors that motivate this directionality”.

<sup>171</sup> Lehmann (1985), segundo Hopper (1991), já havia formulado cinco princípios de gramaticalização, mas esse último autor os considerou como característicos principalmente de etapas avançadas do processo, não sendo,

(1991) formula cinco princípios que auxiliam nessa identificação, quais sejam:

**Estratificação:** Em um amplo *domínio funcional*, *novas camadas estão continuamente emergindo*. Conforme isso acontece, as camadas mais antigas não são necessariamente descartadas, ao contrário, podem coexistir e interagir com as camadas mais recentes.

**Divergência:** Quando uma unidade lexical muda para um clítico ou afixo, a unidade lexical original pode permanecer como um elemento autônomo e sofrer as mesmas mudanças que itens lexicais comuns.

**Especialização:** Dentro de um domínio funcional, uma variedade de formas com diferentes nuances semânticas pode ser possível em um dado estágio. À medida que a gramaticalização ocorre, essa variedade de possibilidades formais diminui e um número menor de formas selecionadas assume significados gramaticais mais gerais.

**Persistência:** Quando uma forma sofre gramaticalização de uma função lexical para uma função gramatical, mesmo tendo um papel gramatical, alguns traços de seus significados lexicais originais tendem a aderir a ela e detalhes de sua história lexical podem ser refletidos em sua distribuição gramatical.

**Decategorização:** Formas em gramaticalização tendem a perder ou terem neutralizadas as marcas morfológicas e sintáticas características de categorias como substantivos e verbos, e a assumir características de categorias secundárias,

portanto, suficientes para o reconhecimento de características das fases iniciais. Hopper (1991) sugere que seus princípios sejam vistos como complementares aos princípios de Lehmann (1985). Os princípios propostos por esse último autor são: “*paradigmatização* (tendência de as formas gramaticalizadas serem rearranjadas em paradigmas); *obrigatoriedade* (tendência de as formas opcionais tornarem-se obrigatórias); *condensação* (erosão das formas); *coalescência* (união de formas adjacentes); *fixação* (ordens lineares livres tornam-se fixas)” (HOPPER, 1991, p. 20-21; grifos nossos).

como adjetivo, particípio, preposição, etc. (HOPPER, 1991, p. 22, grifos nossos)<sup>172</sup>.

Para o autor, porém, esses princípios, não são exclusivos do processo de mudança por gramaticalização e, como ela não tem um ponto final, esses critérios devem ser vistos como recursos para a identificação de itens *mais* ou *menos* gramaticalizados.

Heine e Kuteva (2007), baseando-se na suposição de que a gramaticalização afeta aspectos pragmáticos, semânticos, morfossintáticos e fonológicos, consideram que os processos que envolvem esses níveis estruturais podem ser identificados e descritos pelos seguintes parâmetros:

a. **extensão**, ou seja, o surgimento de novos significados gramaticais quando expressões linguísticas são estendidas a novos contextos (reinterpretação induzida pelo contexto);

b. **dessemantização**<sup>173</sup> (ou "apagamento semântico"), ou seja, a perda (ou generalização) de significado;

---

<sup>172</sup> "(1) *Layering - Within* a broad functional domain, new layers are continually emerging. As this happens, the older layers are not necessarily discarded, but may remain to coexist with and interact with the newer layers"; (2) *Divergence* - When a lexical form undergoes grammaticization to a clitic or affix, the original lexical form may remain as an autonomous element and undergo the same changes as ordinary lexical items"; (3) *Specialization* - Within a functional domain, at one stage a variety of forms with different semantic nuances may be possible; as grammaticization takes place, this variety of formal choices narrows and the smaller number of forms selected assume more general grammatical meanings"; (4) *Persistence* - When a form undergoes grammaticization from a lexical to a grammatical function, so long as it is grammatically viable some traces of its original lexical meanings tend to adhere to it, and details of its lexical history may be reflected in constraints on its grammatical distribution"; (5) *De-categorialization* - Forms undergoing grammaticization tend to lose or neutralize the morphological markers and syntactic privileges characteristic of the full categories Noun and Verb, and to assume attributes characteristic of secondary categories such as Adjective, Participle, Preposition, etc."

<sup>173</sup> Quanto ao termo *dessemantização*, Heine e Kuteva (2007) lembram que Hopper e Traugott (2003) preferem falar de *inferência sugerida*, *subjativização* e *fortalecimento pragmático*. Mas, como muitos processos de gramaticalização

c.**decategorização**, ou seja, perda de propriedades morfossintáticas características de formas menos gramaticalizadas ou lexicais;

d.**erosão** ("redução fonética"), ou seja, perda de substância fonética. (HEINE; KUTEVA, 2007, p. 34; grifos nossos)<sup>174</sup>.

Segundo os autores, a ordem de apresentação dos parâmetros reflete a sequência diacrônica na qual o processo ocorre, uma vez que ele é desencadeado com a extensão de significados (aspecto pragmático) das formas já existentes, passando, posteriormente, à dessemantização (aspecto semântico), à decategorização (aspecto morfossintático) e, por fim, à erosão (aspecto fonológico), embora esse último estágio não seja obrigatório, nem tampouco o processo ocorra de forma absoluta segundo essa ordem, tendo em vista a confluência de muitas forças em competição atuando sobre o processo de mudança.

Para os autores ainda, o primeiro parâmetro é o mais complexo por, em primeiro lugar, envolver forças de três diferentes tipos, a saber: sociolinguísticas, pragmático-textuais e semânticas. Retomam-se, assim, as questões que já vinham sendo discutidas desde o início desta seção, em relação à relevância dos usos inovadores em situações específicas de interação:

O *componente sociolinguístico* diz respeito ao fato de que gramaticalização começa com a inovação (ou ativação) de um *ato individual*, em que alguns falantes (ou um pequeno grupo de falantes) propõem um novo uso para uma forma ou construção existente, que é posteriormente *adotado por outros falantes, difundindo a inovação, em tese, para toda comunidade de fala.*

---

não envolvem nenhum desses três fatores, bem como há casos em que inferências não implicam dessemantização, Heine e Kuteva (2007, p. 40) preferem manter o termo (*dessemantização*).

<sup>174</sup> “*extension*, i.e. the rise of new grammatical meanings when linguistic expressions are extended to new contexts (context-induced reinterpretation); *desemanticization* (or “semantic bleaching”), i.e. loss (or generalization) in meaning content; *decategorialization*, i.e. loss in morphosyntactic properties characteristic of lexical or other less grammaticalized forms; *erosion* (“phonetic reduction”), i.e. loss in phonetic substance”.

[...]. O componente pragmático-textual envolve a extensão de um contexto usual para um novo contexto ou conjunto de contextos, e da propagação gradual de paradigmas mais gerais de contextos [...]. O componente semântico conduz finalmente de um significado existente para um outro significado que é evocado ou apoiado no novo contexto. Assim, os componentes pragmático-textuais e a extensão semântica são dois aspectos de um único e mesmo processo geral caracterizado pela emergência de novas estruturas gramaticais (HEINE; KUTEVA, 2007, p.35).<sup>175</sup>

Das discussões realizadas até aqui, no que tange à caracterização e direção do processo de mudança, adverte-se que

[a] instauração do processo de gramaticalização produz consequências para a forma e para a função dos elementos. Promove alterações semânticas, morfológicas, sintáticas e fonético-fonológicas nos sistemas envolvidos, aos quais são de tal modo inter-relacionados que nem sempre é possível delimitar claramente suas fronteiras e/ou verificar uma hierarquia entre elas. *O que desenha a rota, contudo, não são esses elementos linguísticos, mas a maneira como as pessoas concebem o mundo e como organizam (e associam) mentalmente seus hábitos e rotinas* (CASSEB-GALVÃO; LIMA-HERNANDES, 2012, p. 167; grifos nossos).

---

<sup>175</sup> “The sociolinguistic component concerns the fact that grammaticalization starts with innovation (or activation) as an individual act, whereby some speaker (or a small group of speakers) proposes a new use for an existing form or construction, which is subsequently adopted by other speakers, ideally diffusing throughout an entire speech community [...]. The text-pragmatic component involves the extension from a usual context to a new context or set of contexts, and the gradual spread to more general paradigms of contexts [...]. The semantic component finally leads from an existing meaning to another meaning that is evoked or supported by the new context. Thus, textpragmatic and semantic extension are Janusian sides of one and the same general process characterizing the emergence of new grammatical structures”.

Mesmo admitindo, portanto, a existência de capacidades cognitivas gerais e a relevância delas no processamento da gramaticalização, esse campo assume que são as pessoas, ao longo da vida, “*particularmente interessados na formação de identidade e na marcação das diferenças*” (TRAUGOTT, 2014, p. 104; grifos nossos), que são responsáveis pela mudança.

#### 2.2.4 O papel da frequência

Como visto anteriormente, a frequência de uso de uma estratégia comunicativa exerce grande influência no processo de constituição de usos mais rotinizados, porque promove um “armazenamento na memória dos detalhes da experiência com a língua, incluindo detalhe fonético de palavras e frases, contextos de uso, significados e inferências associadas a enunciados” (BYBEE, 2010, p. 7)<sup>176</sup>.

O armazenamento na memória<sup>177</sup> desses detalhes faz com que as estratégias comunicativas de uso frequente sejam mais acessíveis e de processamento mais automático. Por isso o processo de automatização, rotinização ou *gramaticalização* dos usos criativos cumpre a função de agilizar a comunicação, uma vez que se pode chegar a conclusões/compreensões mais rapidamente, demandando menos atenção consciente e menos monitoramento do contexto, à medida que as formas adquirem significados gramaticais, ou seja, significados mais abstratos. A frequência, assim, tanto estabelece quanto mantém a língua/gramática.

Bybee e Hopper (2001), por exemplo, analisam os seguintes efeitos da frequência na rotinização de elementos da língua em uso: (1) redução fonológica em palavras e frases de alta frequência; (2) alteração funcional devido à alta frequência; (3) formação de construções; (4) acessibilidade; (5) retenção de características conservadoras; e (6) noção de que uma gramática estocástica é um resultado do conhecimento

---

<sup>176</sup> “[...] memory storage of the details of experience with language, including phonetic detail for words and phrases, contexts of use, meanings and inferences associated with utterances”.

<sup>177</sup> Memória, para Bybee (2016 [2010], p. 27), “se refere à estocagem mental de detalhes da experiência com a língua”.

linguístico com base na experiência. Nessa direção, Bybee (2010), destaca que a frequência ou repetição de itens impacta tanto a (i) a ritualização de fenômenos culturais em geral quanto (ii) a representação cognitiva, estando, por isso, diretamente relacionada com a gramaticalização, uma vez que pode tanto promover mudança quanto

*reter características*[...], mesmo em face de novos padrões morfossintáticos produtivos. Bybee e Thompson (1997) afirmam que até mesmo construções morfossintáticas podem apresentar esse tipo de enraizamento, *devido à força da representação da construção* (BYBEE, 2003, p. 619)<sup>178</sup>.

Ainda segundo a autora, a frequência de uso dos itens em processo de mudança é proporcional ao estágio da mudança: quanto mais avançada, mais frequente é o item em mudança, porque a alta frequência *token* – que se refere ao o número total de ocorrências de um item – desencadeia mudança quanto aos padrões cognitivos de representação, facilitando, assim, o aumento da frequência *type* – que se refere à frequência dos diferentes tipos de funções exercidas por um item. Pode-se ilustrar esses tipos de frequência com a construção *ir + infinitivo*: a contagem de ocorrências dessa construção em um *corpus*, por exemplo, constitui a frequência *token*, ao passo que a contagem das diferentes funções que ela desempenha constitui a frequência *type*<sup>179</sup>.

A frequência de uso de itens em processo de gramaticalização é, portanto, um importante fator analítico para o diagnóstico do estágio em que se encontram no processo – muito embora há que se ter em conta também que uma construção pode ser frequente em um determinado contexto e isso não representar o estágio de gramaticalização da

<sup>178</sup> “High frequency constructions can also retain conservative morphosyntactic characteristics even in the face of new productive morphosyntactic patterns. Bybee and Thompson (1997) argue that even morphosyntactic constructions can exhibit this type of entrenchment due to the strength of the representation of the construction”.

<sup>179</sup> Fonseca e Gonçalves (2009), por exemplo, analisando a multifuncionalidade dessa construção no Banco de dados IBORUNA<sup>179</sup>, examinam as funções do complexo TAM e encontram 550 ocorrências expressando *tempo* (frequência *token*); dentre elas, 532 ocorrências expressando *futuro próximo* e 18, *futuro remoto* (frequências *type*).



construção, além do fato de que, segundo Heine e Kuteva (2007), nem sempre formas gramaticalizadas são mais usadas do que os itens dos quais se originam.

Além disso, “como a gramaticalização não ocorre na verdade com o item – *também envolve o contexto em que o item está* –, *é preciso também se observar a frequência de tudo que aparece junto com ele*” (CEZÁRIO, 2012, p. 26; grifos nossos.). Ilustrando a questão com o caso de gramaticalização de verbo pleno a auxiliar (como ocorre com o verbo *ir*), a autora sugere observar, por exemplo, (i) o tipo semântico de sujeitos, (ii) o tipo semântico de verbos que ocorrem com o verbo em processo de mudança ou mesmo cada item verbal que se combina com ele (na perífrase, por exemplo).

Frente a essas considerações, admite-se que além da criatividade humana em fazer mapeamento entre diferentes domínios e das inferências pragmáticas, há algo a mais (relacionado à frequência de uso das construções) que motiva e conduz o processo de constituição da gramática e cujas consequências se sentem em todos os níveis – do fonológico ao textual (CEZÁRIO, 2012).

### 2.3 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA – E (ALGUMAS) TENDÊNCIAS ATUAIS DA PESQUISA FUNCIONALISTA NO BRASIL

Nesta seção, objetiva-se apresentar brevemente alguns aspectos metodológicos que orientam o campo funcionalista, em geral, e a abordagem da gramaticalização, de modo mais particular. Nesse contexto, focalizam-se alguns aspectos que são considerados *tendências atuais* dos estudos funcionalistas, segundo indicação de pesquisadores brasileiros.

Do ponto de vista metodológico, o funcionalismo, de um modo mais geral, se ocupa da correlação que se estabelece entre forma e função, no uso efetivo da língua, focalizando, nesse âmbito, a multifuncionalidade dos recursos linguísticos – que pode ou não estar associada ao processo de gramaticalização, à mudança categorial das formas. Ao se dedicar, de um ponto de vista mais específico, ao processo de gramaticalização, o campo funcionalista fornece uma explicação sobre como e por que categorias gramaticais emergem e se desenvolvem ao longo do tempo.

Os estudos de gramaticalização, então, costumam conferir tratamento empírico aos recursos linguísticos, sob três perspectivas: (i) histórica ou diacrônica – investigação das fontes de formas gramaticais

e das etapas de mudança pelas quais passam; (ii) sincrônica – investigação de fenômenos sintático-semântico-pragmáticos do ponto de vista dos padrões fluidos da língua em uso; (iii) pancrônica – investigação que reúne, de modo complementar, as duas dimensões anteriores (HOPPER; TRAUGOTT, 2003).

Em termos gerais, uma vez definido o fenômeno a ser pesquisado, a primeira tarefa metodológica dos estudos sobre gramaticalização é o estabelecimento de um *corpus* para a investigação. Como esses estudos, na *perspectiva diacrônica*, buscam a origem e o percurso de mudança semântico-pragmática e categorial de uma forma, a fim de se detectar as funções que foi exercendo durante a trajetória, dados de diferentes épocas e de diferentes tipos de textos são mais produtivos, uma vez que, como explica Tavares (2003, p. 70), orientando-se por Craig (1991)<sup>180</sup>, “é raro mapearmos todos os elos de uma cadeia de gramaticalização em textos referentes a um período de tempo particular, mas elos ‘perdidos’ podem aparecer em textos de outro período”.

Já na *perspectiva sincrônica*, o estudo da gramaticalização é considerado a partir de um ponto de vista sintático e semântico-pragmático, tendo em vista o *princípio da persistência* (cf. 2.2.3), segundo o qual nuances estruturais e semântico-pragmáticas de uma forma fonte são preservadas na construção em gramaticalização; com isso, dos diversos usos (ou da multifuncionalidade sincrônica) da construção sob exame se pode depreender diferentes graus de gramaticalização e, com isso, projetar, retrospectivamente, seu percurso de mudança. Nos termos de Braga e Paiva (2015, p. 142), nesse tipo de procedimento está implicado

o pressuposto [...] de que os diferentes usos/significados de uma mesma forma/construção [podem] ser alocados em um *continuum* segundo o grau de gramaticalidade de cada uso, *continuum* este que [corresponde] aos estágios do processo diacrônico que

---

<sup>180</sup> Craig, Colette. 1991. Ways to go in Rama: a case study in polygrammaticalization. In: Elizabeth C. Traugott & Bernd Heine (eds.). *Approaches to Grammaticalization*. Vol.2: Focus on Types of Grammatical Markers. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins. p. 455-492.

[desencadeou] a mudança de estatuto categorial da referida forma/construção.

Contudo, considerando que nem sempre o *continuum* sincrônico de gramaticalização corresponde aos estágios diacrônicos de mudança (BRAGA; PAIVA, 2015), admite-se que a *perspectiva pancrônica* atribui um grau maior de adequação e confiabilidade às análises, pois os resultados de análises empíricas de estudos diacrônicos lançam luz sobre a variação sincrônica, explicando, com isso, a distribuição dos usos – que pode se mostrar como aparentemente aleatória.

Seja qual forma a perspectiva a partir da qual se olha para os fenômenos em processo de mudança, os *corpora* de análise mais produtivos são aqueles cujos dados são provenientes de diferentes épocas e de diferentes tipos de textos, pela razão mencionada. Nesse âmbito, cabe destacar que, considerando que a pesquisa diacrônica pode ser inviabilizada pela ausência de registro de usos de um determinado fenômeno, os estudos funcionalistas podem, nesses casos, ou examinar os graus de gramaticalidade sincrônica de uma determinada construção ou também recorrer a métodos variacionistas desenvolvidos para estudar a mudança linguística em geral, como o do *tempo real de curta duração*<sup>181</sup> (BRAGA; PAIVA, 2015).

Além disso, em qualquer uma das dimensões precedentes, no estudo da gramaticalização o levantamento da frequência de uso é metodologicamente relevante: quantifica-se (i) o número total de ocorrências de um item (frequência *token*) e também (ii) a frequência dos diferentes tipos de funções exercidas pelo item (frequência *type*) nos diferentes contextos linguísticos do *corpus* sob exame – porque a frequência aponta para o grau de gramaticalização da construção, ao mesmo tempo em que promove a gramaticalização (BYBEE, 2003).

Para os fins desta tese, o que mais diretamente importa destacar nesta seção são algumas *tendências teórico-metodológicas* atuais do funcionalismo (em geral) e do estudo da gramaticalização (em particular), conforme indicações de pesquisadores brasileiros.

De modo geral, destaca-se a reflexão de Sousa (2015) sobre o fato de que, se cabe ao funcionalismo explicar a correlação entre padrões linguísticos e funções comunicativas, a associação entre formas

---

<sup>181</sup> Cf. em Labov (1994) especificações quanto ao tipo de pesquisa denominado *tempo real de curta duração*.

linguísticas e suas propriedades semânticas recebeu historicamente prioridade, uma vez que conforme Givón (1998)<sup>182</sup> mesmo adverte, segundo a autora, a intuição semântico-proposicional (sobre agentes, pacientes etc.) (do analista) é mais acessível e replicável do que a intuição pragmático-discursiva sobre a função comunicativa da gramática. O efeito disso, ainda segundo a pesquisadora, é uma falta de uniformidade (quer em termos terminológicos quer em termos de concepção quanto ao que sejam as funções comunicativas) e de abrangência da análise. Mais importante que essa constatação, para os fins desta tese, é a consideração de Sousa quanto ao que motiva esse fato: a “ausência de uniformidade nas concepções [...] do que *seja o fenômeno da comunicação edos fatos a ela concernentes passíveis* de exercerem pressões sobre as estruturas gramaticais” (SOUSA, 2015, p. 88; grifos nossos).

Em nossa compreensão, essas constatações quanto à falta de consonância, entre os autores, em relação a esses aspectos está no cerne do que Oliveira (2015) aponta como “verdadeiro desafio aos funcionalistas” (p. 22): a questão da tratativa do *contexto* de uso da língua e da especificação de seus aspectos constitutivos e motivadores dos fenômenos linguísticos. O contexto, segundo a pesquisadora, mesmo sendo uma questão cara aos estudos funcionalistas, ainda “é tratado como entidade vaga, genérica, de contornos pouco ou nada definidos e, por isso mesmo, sua abordagem, tanto do ponto de vista teórico quanto do metodológico, tona-se tarefa de difícil e complexa execução” (p. 22).

Tomando como base a proposição de Croft (2001) e Croft & Cruse (2004), no âmbito dos estudos da gramaticalização de construções<sup>183</sup>, Oliveira adverte que a análise da dimensão contextual

<sup>182</sup> The functional approach to grammar. In: Michael Tomasello (edição), *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*, New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998, p. 41-66.

<sup>183</sup> A perspectiva da gramaticalização de construções, conforme formulação de Traugott (2008; 2011), também em interface com estudos cognitivistas na linha de Croft (2001) e Croft & Cruse (2004) – cf. referências em Oliveira (2015) – , distingue-se da perspectiva da gramaticalização considerada nesta tese (cf. algumas das principais características dessa perspectiva e o modo como pesquisadores brasileiros vêm operacionalizando-a na obra *Linguística centrada no uso: teoria e método*, de Oliveira e Rosário (2015), por exemplo). Mesmo assim, há também entre elas muitos aspectos compartilhados, de modo que

dos usos linguísticos deve dar conta da correlação entre o contexto do nível da forma (em suas propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas) e o contexto do nível da função (em suas propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais). Assim, no estudo do processo de gramaticalização, todos esses aspectos contextuais devem ser levados em conta.

Especificando ainda mais essa questão, Oliveira cita o estudo de Machado (2010)<sup>184</sup>, que formulou, para cada um desses seis aspectos contextuais correlacionados, um conjunto de *parâmetros* implicados nos usos do fenômeno investigado (a construção marcadora discursiva “vamos lá”). Mesmo se referindo a parâmetros constituídos para o exame de um fenômeno específico, destaca-se aqui o *parâmetro contextual discursivo-funcional*, uma vez que ele convocou questões relacionadas *aos participantes da interação, ao gênero e à tipologia textual*, no exame de fenômenos em processo de gramaticalização.

Nessa mesma direção, Hopper e Traugott (2003, p. 82) já haviam destacado que “antes de se chegar a conclusões sobre a gramaticalização, é essencial olhar, além de sentenças individuais, para contextos mais amplos”<sup>185</sup>, tendo em vista que nos casos em que uma forma se especializa para uma dada função nem sempre as demais formas desaparecem, porque

a especialização não implica necessariamente a eliminação de alternativas, mas pode manifestar-se simplesmente como preferênciatextuais, *condicionadas* por tipos semânticos, *contextos* sociolinguísticos, gêneros

---

estamos estendendo as discussões sobre a questão do contexto, no âmbito da perspectiva da gramaticalização de construções, para o estudo de processos de gramaticalização em geral.

<sup>184</sup> Ana Claudia Machado Teixeira, *Padrões de uso de ‘vá lá’ e ‘vamos lá’ na norma brasileira do português: microconstruções e gramaticalização*, dissertação de mestrado em Língua Portuguesa pelo Instituto de Letras, Niterói: UFF, 2010.

<sup>185</sup> “it is essential to look beyond individual sentences to larger contexts before reaching too hasty conclusions that change has occurred”.

do discurso e outros fatores (HOPPER; TRAUGOTT, 2003, p. 116).<sup>186</sup>

Tem-se assim, na literatura sobre o processo de gramaticalização, a indicação para se analisar gêneros (ora textuais, ora do discurso) a fim de se compreender o contexto mais amplo (discursivo-pragmático) dos usos linguísticos. Nesse sentido, caberia explorar também, no âmbito de cada domínio funcional em que uma forma pode atuar ao longo de sua trajetória, quais seriam as formas concorrentes na codificação daquele domínio em diferentes tipos de gêneros.

Além disso, revisando, por exemplo, algumas das principais gramáticas funcionalistas publicadas no Brasil, Castilho (2012) destaca que tanto a *Gramática de usos do português*, de Moura Neves (2000), quanto a coleção *Gramática do português falado no Brasil* tomam o *texto* como lugar ideal para se depreender o funcionamento da língua em uma perspectiva funcional. Com isso, verifica-se a premissa de que uma mesma forma pode exercer diferentes funções *a depender do contexto (do texto)* em que é agenciada.

Soma-se a esse desafio metodológico (tomar o texto como parâmetro para análise do contexto dos usos linguísticos) as seguintes *tendências atuais da pesquisa funcionalista*, considerando a linha de Traugott, Bybee, Hopper e Givón, entre outros, conforme Oliveira (2012) : (i) a revisão da concepção de *uso*, a fim de *incorporar um leque cada vez maior de práticas interacionais a serem observadas*, o que demanda observar um leque cada vez maior de tipos de textos (ou de gêneros); (ii) o redimensionamento das concepções de discurso e de gramática, a fim de se admitir que as ocorrências de usos novos (e criativos) da língua se dá em meio a muitos usos mais estabilizados; (iii) a especificação de que o foco do campo está nos *contextos efetivos* dos usos linguísticos, fazendo com que aspectos pragmático-discursivos ganhem relevo na investigação; isso conduz à compreensão de que *o perfil dos envolvidos na interação sob exame* (considerando, sua história, seu nível de habilidade comunicativa e sua representação na comunidade linguística) deva ser investigado.

---

<sup>186</sup> “specialization does not necessarily entail the elimination of alternatives, but may be manifested simply as textual preferences, conditioned by semantic types, sociolinguistic contexts, discourse genres, and other factors”.

Todos esses aspectos “*conferem aos fenômenos e objetos pesquisados a marca da contingência e da especificação*” (OLIVEIRA, 2012, p. 137), o que faz com que a abordagem funcionalista e da gramaticalização, em termos metodológicos, *se afaste das práticas de coleta e de análise de dados prioritariamente quantitativos “em prol de uma abordagem mais holística e qualitativa”* (ibid. p. 137; grifos nossos), admitindo-se que, o que se perde em poder de generalização na pesquisa, sob essa nova ótica, ganha-se em especificação no tratamento dos dados. Assim, se a dimensão quantitativa mensura “em termos absolutos e percentuais, a recorrência dos fatores selecionados para a análise”, a dimensão qualitativa “*diz respeito ao caráter descritivo e interpretativo da análise e ao enfoque indutivo baseado na observação das amostras coletadas*” (CUNHA; BISPO; SILVA, 2013, p. 22).

Desse modo, mesmo a análise quantitativa – com medição da frequência de uso das construções em gramaticalização, por exemplo – permanecendo relevante no estudo da gramaticalização, *novos elementos ganham relevo*, de sorte que uma série de aspectos atinentes ao contexto de uso dos fenômenos passa a ser incorporada (e tida como central) no campo – além de a própria concepção de contexto demandar especificações teóricas.

Dentre esses fatores, estão, por exemplo, justamente *as condições de produção dos textos*, uma vez que

[o] investimento na pesquisa contingencial da interação faz destacar seus aspectos pragmático-discursivos, trazendo ao pesquisador em funcionalismo indagações como: Quem fala/escreve? Quem ouve/lê? Qual o perfil desses atores, em termos de letramento, representação na comunidade e propósitos discursivos? Que uso linguístico se investiga, no tocante ao gênero e à sequência em elaboração? (OLIVEIRA, 2012, p. 148).

Por essas breves indicações, pode-se depreender que alguns dos novos desafios da pesquisa funcionalista são de natureza metodológica, muito embora na base disso estejam desafios epistemológicos – como a própria especificação da concepção do que seja comunicação e dos aspectos a ela concernentes e passíveis de exercerem pressões sobre a estrutura linguística –, para que se dê conta do quadro atual do campo funcionalista, interessado em *harmonizar o viés quantitativo e o qualitativo, para, assim, harmonizar a dimensão gramatical e a*

*discursiva*, enredadas por questões pragmático-comunicativas, cognitivas e socioculturais.

## 2.4 RETOMANDO E AVANÇANDO

Na introdução deste capítulo, considerando que uma das principais premissas dessa vertente funcionalista é a contextualização da língua na situação social em que ocorre – para estudo da correlação entre formas e funções –, indicou-se como um dos pressupostos que o conhecimento linguístico dos falantes se constitui a partir de experiências comunicativas particulares, de modo que, quanto mais recorrentes forem determinadas experiências, mais elas impactam as representações cognitivas dos sujeitos em relação à língua. Essa concepção harmoniza os estudos funcionalistas com a linha cognitivista dos estudos linguísticos, convergindo na aceitação de uma correlação entre usos linguísticos e cognição, e entre cultura e biologia, do que decorre a assunção de que (i) a linguagem não espelha, mas interpreta o mundo; e de que (ii) a correlação entre processos cognitivos e propriedades linguísticas não é de causa e efeito. Outro pressuposto destacado é o da instabilidade do significado atrelado à forma linguística, uma vez que essa não é portadora de significado estável, mas *porta para a construção do sentido*. Na esteira da significação, fez-se uma distinção entre (i) a designação e (ii) o significado (ambos do domínio da semântica) e (iii) o sentido (do domínio do discurso, envolvendo atitudes, intenções e suposições dos falantes) – este último se ancorando nos dois primeiros, mas todos indispensáveis para a compreensão da língua em uso. Viu-se, pois, que os usos linguísticos evocam concomitantemente aspectos semânticos e discursivo-pragmáticos, cognitivos, interacionais e culturais.

Em (2.1), abordou-se a concepção (i) de *língua* – que articula o sistema de representação cognitiva com o sistema de codificação comunicativa, correlacionando o que é da ordem da cognição com o que é da ordem da pragmática; e a concepção (ii) de *gramática* – vista como uma organização cognitiva da experiência com a língua, através de uma correlação entre a *função adaptativa* (concernente à representação cognitiva e à comunicação da experiência/informação) e a *estrutura* (o código gramatical, que articula os níveis da semântica proposicional e da pragmática discursiva). Dada a visão de que a dimensão gramatical, a pragmático-discursiva e a cognitiva são compatibilizadas nos usos linguísticos, mostrou-se que tanto a língua quanto a gramática partilham as propriedades de (i) estabelecerem uma relação de coerência entre



proposição e contexto discursivo-pragmático; e de (ii) serem dinâmicas e emergentes – uma (constante) atividade, cuja investigação demanda considerar as condições de sua efetivação, visto que é na *contingência* que se manifesta a competência dos falantes, depreendida das próprias regularidades linguísticas.

Na sequência (2.2), apresentou-se a concepção de *gramaticalização* vista como (i) um quadro investigativo para exame das relações entre materiais lexicais, gramaticais e construções em línguas particulares ou interlinguisticamente; e/ou (ii) um processo de mudança pela qual itens lexicais e construções vêm a servir a funções gramaticais e, uma vez gramaticalizados, continuam a desenvolver novas funções gramaticais. Sob essa ótica, reconfigurou-se a própria concepção de língua e de gramática, já que ambas passam a ser vistas como um *continuum* de possibilidades de usos linguísticos: (i) numa ponta, encontram-se usos mais criativos da língua, itens mais lexicais, funções menos gramaticais e um processamento menos veloz (com forte atuação do princípio da iconicidade, por conta da alta dependência contextual); e (ii) na outra ponta, encontram-se usos mais regularizados, itens mais gramaticalizados, funções mais gramaticais e um processamento mais automático (com maior atuação do princípio da arbitrariedade, tendo em vista a parca dependência contextual) – evidenciando-se aí a atuação de motivações conflitantes. Verificou-se que os fatores desencadeadores da gramaticalização podem ser de natureza (i) *pragmática/comunicativa* (papel ativo dos interlocutores, para negociação de sentido no ato comunicativo); (ii) *cultural* (vínculo entre prática cultural e tipo específico de texto/de usos linguísticos); e (iii) *cognitiva* (necessidade de resolução de problemas relacionados à representação cognitiva). Entre os mecanismos de gramaticalização, explanaram-se os seguintes: (i) metáfora, (ii) metonímia, (iii) reanálise, (iv) analogia, (v) contexto, (vi) frequência de uso, (vii) inferência, (viii) direcionalidade, (ix) desbotamento ou generalização semântica, (x) inferência sugerida (*invited inference*) e (xi) (inter)subjetivização. Quanto à emergência e expansão de um processo de gramaticalização, foi dito que: (i) em sua origem, a gramaticalização de uma construção começa com a inovação de um ato individual, que instaura um novo uso para uma forma já existente; (ii) em sua expansão, (a) a trajetória de mudança rumo à abstração e generalização crescente de funções e de contextos de uso dos itens linguísticos; (b) nesse percurso, novas fórmulas gramaticais são geradas, por polissemia, provocando constantes realinhamentos nas relações entre formas e funções; (c) além de alteração semântico-pragmática, o processo de gramaticalização

também produz consequências morfológicas, sintáticas e fonético-fonológicas nas construções envolvidas – o que pode ser avaliado mediante os seguintes parâmetros: *extensão*, *dessemantização*, *decatégorização* e *erosão*. Além disso, foram apresentados cinco princípios que auxiliam na identificação de itens em processo de gramaticalização: *estratificação*, *divergência*, *especialização*, *persistência* e *decatégorização*. Considerando a *frequência de uso*, destacou-se que: (i) ela impacta a ritualização de fenômenos culturais rotinizando-os e, com isso, a própria representação cognitiva; (ii) seus efeitos consistem tanto em reter características (devido à força da representação cognitiva das construções) quanto em promover alterações; (iii) ela tende a ser proporcional ao estágio da mudança – quanto mais frequente um item, mais avançada está a mudança; (iv) deve-se observar a frequência não apenas da construção em foco, mas também do que coocorre com ela. Enfatizou-se, por fim, que *o que desenha a rota de gramaticalização não são elementos linguísticos, mas a maneira como as pessoas concebem o mundo e como organizam seus hábitos e rotinas*.

Por fim, na última seção do capítulo (2.3), apresentaram-se algumas diretrizes metodológicas dos estudos funcionalistas, especialmente no que tange ao processo de gramaticalização, destacando-se (i) três perspectivas de análise: histórica/diacrônica, sincrônica e pancrônica; (ii) o estabelecimento do *corpus* de pesquisa – considerado mais produtivo se composto por diferentes tipos de textos, provenientes, cada um deles, de diferentes épocas; mas podendo também ser constituído sincronicamente; (iii) o método de análise – que pode ser emprestado de análises variacionistas, além de computar frequências *token* e *type* de uma construção sob exame, uma vez que essa medida aponta para o seu grau de gramaticalização. Também foram consideradas algumas tendências teórico-metodológicas atuais do funcionalismo no Brasil, destacando-se o desafio (teórico-metodológico) de lidar com a noção de *contexto* – entidade ainda tratada como vaga e genérica, no campo –, bem como avançar na compreensão do fenômeno de comunicação e dos fatores nele envolvidos. Nesse ponto, indicou-se que *a tentativa de ligar com essa questão tem conduzido os estudos funcionalistas ao exame de novos elementos*, tais como (i) qualidade da interação social, (ii) gêneros (referidos na literatura como *textual* e/ou *discursivo*) e (iii) tipologia textual. Nessa direção, *o texto e suas condições de produção* passam a ser vistos como instância ideal para se depreender o funcionamento da língua. Como consequência, *os fenômenos linguísticos passam a ser vistos a partir da marca da*

*contingência e da especificação*, o que afasta o campo – em suas tendências atuais – de práticas prioritariamente quantitativas, *em prol de práticas prioritariamente qualitativas*.

\*\*\*

Tendo em vista principalmente essas últimas considerações, infere-se que o campo funcionalista ainda precisa lidar com a especificação dos elementos do contexto social que podem exercer pressões sobre os usos linguísticos, independentemente do fenômeno sob exame. Mas, para isso, há que se delinear bem claramente, em primeiro lugar, a própria concepção quanto ao fenômeno da comunicação, como bem alerta a literatura revisada. Sob quais circunstâncias, por exemplo, aspectos históricos exercem pressão mais forte, sobre a configuração dos usos linguísticos, do que aspectos pragmáticos? Considerando que o campo se volta para o *texto* como instância ou *locus* de análise linguística, quais categorias analíticas podem ser constituídas para ele, a fim de se observar, por elas, indícios das condições de sua produção?

Frente a essas questões e a todo o quadro teórico-metodológico desse campo, argumenta-se que tanto o campo variacionista – já evocado metodologicamente pelos estudos funcionalistas, como se indicou anteriormente – quanto o campo bakhtiniano podem contribuir para o enfrentamento dos desafios mais atuais do funcionalismo, não apenas porque elas têm desenvolvido uma teorização sobre a interação social, mas também porque, para isso, dedicam-se fortemente justamente à questão do contexto de uso da língua. Nesse sentido, antecipa-se ao leitor que os gêneros do discurso (e não os gêneros textuais), pelas concepções teórico-metodológicas que evocam, no quadro dos estudos dialógicos, são bastante produtivos para as questões (tradicional e atuais) funcionalistas. A seguir, explanam-se, primeiramente, alguns dos principais aspectos constitutivos do campo variacionista, realçando, então, como ele lida com as questões mencionadas e, assim, como os campos funcionalista e variacionista se encontram.



### CAPÍTULO 3

## A SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA: DE UMA PERSPECTIVA ESTRUTURAL A UMA PERSPECTIVA DISCURSIVA

“Por causa da construção de um sistema linguístico abstrato, os linguistas chegaram a separar o apreciativo do significativo, e a considerar o apreciativo como um elemento marginal da significação”  
(BAKHTIN, 2014 [1929], p. 135).

“[...] os pesquisadores precisam desenvolver uma consciência dos pressupostos subjacentes à prática em seus campos, para que eles possam, se necessário ou apropriado, consultar de forma coerente essas suposições. Eles também precisam desenvolver uma consciência contínua das relações entre os seus próprios campos e outros – e dos antecedentes históricos que constituíram seu campo - às vezes, fornecendo um quadro contra o qual os profissionais reagem”  
(MILROY; GORDON, 2003, p. ).<sup>187</sup>

### INTRODUÇÃO

Este capítulo *objetiva* apresentar alguns dos principais pontos constitutivos do Programa de Pesquisa Variacionista, considerando suas primeiras delimitações e, por conta das sucessivas revisões pelas quais essas têm passado ao longo de mais de 50 anos de pesquisa, as delimitações mais recentes que, de certo modo, rompem com aquelas. Nesse sentido, indica-se como o campo variacionista acomoda atualmente uma perspectiva estrutural e também uma perspectiva

---

<sup>187</sup> “[...] researchers need to develop an awareness of the assumptions underlying practice in their fields, so that they may, if necessary or appropriate, coherently query those assumptions. They also need to develop an ongoing awareness of the relationships between their own fields and others – and of the historical antecedents that have shaped their field – sometimes by providing a framework against which practitioners react”.

discursiva de língua, sendo essa última a via pela qual se promove o diálogo entre os campos acionados nesta tese.

Ressalve-se que entre uma perspectiva e outra, no âmbito dos estudos variacionistas, muitos pontos de divergência entre os próprios pesquisadores do campo foram (e estão sendo) registrados, de modo que uma compreensão mais acurada do estado atual da arte desse campo – considerando seus aspectos epistemológicos, teóricos e metodológicos – exige um esboço histórico (i) dos debates que (em nossa compreensão) conduziram à fragmentação do campo variacionista e, antes disso, (ii) do próprio contexto de constituição da Sociolinguística.

Colocando, inicialmente, esse último aspecto sob escrutínio, vale destacar que, de um ponto de vista historiográfico, a inauguração de uma perspectiva sociolinguística da língua não coincide com o registro do termo na literatura visto que, muito antes, já se havia reconhecido sua natureza social<sup>188</sup> (PAULSTON; TUCKER, 2003).

Embora não haja consenso na literatura quanto ao primeiro uso do termo “Sociolinguística” (cf. MARRA; MILANI, 2012), Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012) localizam o fato numa revista de estudos antropológicos, na Índia, em 1939, embora o campo só tenha se estabelecido oficialmente a partir da década de 1960, nos Estados Unidos, “motivado por uma reação contra o formalismo linguístico” (FIGUEROA, 1994, p. 01), praticado especialmente pelo estruturalismo e pelo gerativismo<sup>189</sup>. Mesmo assim, definir com exatidão o que é Sociolinguística, enquanto uma das áreas da Linguística, é tarefa penosa, uma vez que o termo recobre diferentes práticas de pesquisa,

<sup>188</sup> Em contraste com as ideias naturalistas de August Schleicher (1821-1868), linguista e estudioso das ciências naturais e cujas concepções dominaram a linguística do século XIX, o alemão Wilhelm von Humboldt (1767-1835) e o norte-americano William Whitney (1827- 1894) já chamavam atenção para o aspecto sócio-histórico da língua. Para mais informações sobre o pensamento desses autores, cf.: Robins (1983); Lyons (1979);Milani (2000; 2007);Faraco (2005a); Humboldt (2006);Severo (2008b);Whitney (2010);Mattoso Câmara (2011); Koerner (2014), dentre outros.

<sup>189</sup> A partir deste ponto, faz-se referência a essas duas abordagens (estruturalista e gerativista) como *linguística formal*: a primeira, porque admite que os sentidos dos termos se definem internamente ao sistema; e a segunda, porque utilizam uma metalinguagem técnica quase lógica, porque privilegiam a forma gramatical como autônoma e porque admitem que as línguas naturais são um cálculo (PIRES DE OLIVEIRA, 2004).

havendo, por isso, diferentes acepções para ele (FIGUEROA, 1994; COULMAS, 1998).

Todas elas têm em comum pelo menos duas características: (i) afastam-se, em alguma medida, das abordagens formalistas e (ii) correlacionam o *mundo linguístico com o mundo social*, sendo, por isso, abordagens que se caracterizam por serem *ponto de encontro entre a Linguística e outras ciências sociais*, tais como a Sociologia, a Antropologia etc. (PAGOTTO, 2006; TAGLIAMONTE, 2012). Pode-se dizer, portanto, em sentido amplo, que o princípio fundamental da Sociolinguística é a natureza social da língua (COUPLAND, 2007), tendo esse princípio se desenvolvido justamente no momento em que o formalismo linguístico estava em seu auge, nos Estados Unidos<sup>190</sup> (ALKMIM, 2004).

Considerando os acontecimentos históricos que marcam o estabelecimento da Sociolinguística como área da Linguística, Shuy (2003) cita os seguintes eventos, todos ocorridos no ano de 1964:

- (i) a Conferência em Lake Arrowhead, Califórnia, para falar sobre *Sociolinguística*, e da qual participaram, dentre outros pesquisadores, John Gumperz, Raven I. McDavid, Jr., Dell Hymes, John Fischer, Charles Ferguson e William Labov – esse último, convidado para descrever sua pesquisa sobre a fala de Nova Iorque (cf. 3.1). Importante destacar que “[e]ste quadro de participantes representou uma série de tradições de pesquisa bastante diferentes – geografia linguística, contato linguístico, mudanças históricas, etnografia e planejamento da linguagem” (SHUY, 2003, p. 11)<sup>191</sup> – e que os trabalhos dessa Conferência foram reunidos por Bright, com o título *Sociolinguística*, e publicados em 1966, propondo que o *objeto de estudo* da Sociolinguística seria a *diversidade linguística*. A tarefa do campo, então, seria correlacionar a variação linguística com a variação social. Além disso, Alkmim (2004) também destaca que, orientando a prescrição dessa tarefa, estava a

---

<sup>190</sup> Para resgatar os motivos pelos quais o formalismo marca o contexto linguístico norte-americano, cf., por exemplo, Mattoso Câmara (2011); Faraco (2005a).

<sup>191</sup> “[...] This cadre of participants represented a number of quite different research traditions – linguistic geography, language contact, historical changes, ethnography, and language planning”.

hipótese de que os seguintes fatores sociais estariam correlacionados à diversidade linguística: (i) a identidade social do falante; (ii) a identidade social do ouvinte; (iii) o contexto social da comunicação (formal ou informal); (iv) as atitudes dos falantes, ou seja, julgamento social do falante em relação ao ouvinte e ao próprio comportamento linguístico;

- (ii) Ainda como resultado da Conferência anteriormente mencionada, estabeleceu-se que dois cursos deveriam ser oferecidos no Instituto LSA, tarefa que coube a Ferguson e Gumperz: "Linguagem e Sociedade" e "Sociolinguística"; assim, inicialmente, esses termos designavam, alternativamente, os trabalhos que iniciavam o campo, embora, posteriormente, desses cursos, duas diferentes linhas de trabalho tenham se diferenciado, conforme se apresenta a seguir;
- (iii) Além dos cursos desses autores, o Instituto LSA sediou também uma Conferência com a temática *Dialetos sociais e aprendizagem de línguas*, contando com 25 participantes, dentre eles, educadores, sociólogos e psicólogos – Gumperz, Labov, MacDavid e Ferguson estavam presentes, dando continuidade às discussões da Conferência de Lake Arrowhead. As publicações dos trabalhos dessa Conferência focalizaram, dentre outras questões, igualdade de dialetos, necessidade de pesquisa sobre língua urbana, adequação da pesquisa dialetológica, utilidade pedagógica de informações mais profundas sobre a variação.

Desse modo, foi “[c]om a reunião de Lake Arrowhead, com o Instituto LSA, com os cursos de Gumperz e Ferguson em sociolinguística e com a conferência sobre Dialetos, [que] o verão de 1964 foi muito importante para o estabelecimento do campo da sociolinguística (SHUY, 2003, p. 12).<sup>192</sup>

---

<sup>192</sup> “With the Lake Arrowhead meeting, with the LSA Institute, with Gumperz’ and Ferguson’s courses in sociolinguistics and with the conference on Social Dialects, the Summer of 1964 was very important for the establishment of the field of sociolinguistics”.



Do ponto de vista da constituição interdisciplinar do campo, três áreas se destacam, ainda segundo Shuy (2003), na constituição desse campo: a dialetologia, a antropologia<sup>193</sup> e a sociologia, admitindo-se que

[p]ara que o campo da sociolinguística pudesse se beneficiar plenamente das disciplinas combinadas em que se baseava, [...] [a]s ideias etnográficas dos antropólogos, a teoria social e os métodos da sociologia e as informações básicas da linguística [deveriam] ser fundidas (SHUY, 2003, p. 8)<sup>194</sup>.

Não por acaso, portanto, as rotinas de trabalho da sociologia e da antropologia – considerando abordagens quantificáveis para exame do *status* socioeconômico dos falantes, dados de censos, procedimentos de amostragem e de coleta de dados, metodologia etnográfica, como a observação participante etc. – estavam presentes na fundação da Sociolinguística.

O campo, em seus primeiros dias, porém, teve que lidar com o seguinte impasse: por um lado, os sociólogos estavam interessados em variáveis linguísticas, mas não exatamente em linguística; por outro, “Labov argumentou que a quantidade de treinamento linguístico necessário para provocar uma mudança no caráter da pesquisa e na teoria linguística básica era tão grande que ele preferia treinar apenas aqueles comprometidos com a linguística” (SHUY, 2003, p. 8).<sup>195</sup>

<sup>193</sup> Há quem diga, inclusive, que a Sociolinguística é uma versão moderna da linguística antropológica, uma vez que a definição clássica de antropologia é “análise mais ampla do comportamento humano, seus padrões e princípios” (SHUY, 2003, p. 5), e o que a Sociolinguística se propõe a fazer é justamente se concentrar em aspectos da cultura, para a análise linguística. Nesse contexto, Hymes, por exemplo, considerou, na década de 1960, que antropologia e linguística, embora não sejam coincidentes, se sobrepõem, já que, em sua perspectiva, a descrição linguística demandava a especificação do contexto (sociocultural) dos dados. (SHUY, 2003).

<sup>194</sup> “In order for the field of sociolinguistics to fully benefit from the combined disciplines upon which it was based, [...] The ethnographic insights of anthropologists, the social theory and methods of sociology and the basic information of linguistics had to be merged more comfortably.

<sup>195</sup> “Labov argued that the sheer amount of linguistic training needed to bring about a change in the character of basic linguistic research and theory was so great that he preferred to train only those committed to linguistics”.

Do impasse promovido pela interdisciplinaridade– com cada área querendo manter seu campo, suas metas e teorias –, emergiram, no final de 1960, várias vertentes sociolinguísticas, cada uma delas com diferentes práticas de pesquisa, culminando em um campo amplo, dado que as vertentes tinham interesses díspares<sup>196</sup>. Isso especializou o campo em dois polos: (i) o da *macrossociolinguística* ou *Sociolinguística da Sociedade*, que se voltou para a compreensão dos aspectos sociais da língua, ou seja, do que a sociedade faz com a língua em suas diferentes práticas; e (ii) o da *microssociolinguística* ou *Sociolinguística da Linguagem* – ou ainda *Sociolinguística em sentido estrito* – que se voltou para os aspectos linguísticos da sociedade, ou seja, para a compreensão do sistema linguístico de uma determinada sociedade. (COULMAS, 1998).

No âmbito da macrossociolinguística, inscrevem-se vertentes como a (i) *Sociologia da linguagem*, representada, por exemplo, por Bernstein e Fishman, cujos temas de interesse giram, principalmente, em torno de planejamento linguístico, situações de bilinguismo e dialetais com análise de fatores sociais em grande escala; a (ii) *Etnografia da fala*, associada especialmente ao nome de Dell Hymes, cujo foco de descrição são as regras que dirigem os eventos de fala, tendo em vista as relações contraídas entre os interlocutores em diferentes processos comunicativos; e a (iii) *Abordagem Interacionista* desenvolvida, por exemplo, por Gumperz, com foco na explicação de como e por meio de quais aspectos verbais e não verbais a interação se organiza.

Já no âmbito da microssociolinguística, inscreve-se, prioritariamente, a *Sociolinguística Variacionista* ou *Quantitativa*, desenvolvida a partir dos trabalhos de Labov e cujo foco tem sido o estudo da estrutura e da evolução linguística, a partir da explicação da variação. Essa última vertente, dada a relevância e repercussão que teve para a consolidação do próprio campo sociolinguístico tem sido, muitas vezes, tomada “como se fosse a sociolinguística” (CAMACHO, 2013, p. 20, grifo do autor), “ofuscando”, assim, as abordagens que se inscrevem no âmbito da macrossociolinguística.

Importante destacar que Labov (2008 [1972]) delimita explicitamente seus interesses de pesquisa a partir de uma relação

---

<sup>196</sup>A título de exemplificação, cf. em Nevalainen e Raumolin-Brunberg (2012, p. 31) como algumas vertentes sociolinguísticas estão sumarizadas na literatura.

contrastiva com os interesses da Sociologia da linguagem e da Etnografia da fala, por exemplo. O excerto a seguir, além de ilustrar essa questão, faz ver também tanto os pontos de interesse dessas duas vertentes de que Labov se distancia, quanto os tópicos a que o autor se dedica:

Uma área de pesquisa que tem sido incluída na ‘sociolinguística’ talvez seja rotulada mais adequadamente de ‘sociologia da linguagem’. O estímulo linguístico [para os estudos dessa vertente] é primordialmente o de que *dada pessoa ou grupo usa a língua X num contexto ou domínio social Y. [...] não tentarei lidar com tais questões e tal pesquisa aqui*. Existe outra área de estudo às vezes incluída na ‘sociolinguística’ que se preocupa mais com os detalhes da língua no uso real – o campo que Hymes tem chamado de ‘etnografia da fala’ (1962). Há muito o que fazer na descrição e na análise dos padrões de uso das línguas e dialetos dentro de uma cultura específica: *as formas de ‘eventos de fala’; as regras para a seleção adequada dos falantes; as inter-relações entre falante, ouvinte, público, tópico, canal e contexto; e os modos como os falantes se valem dos recursos de sua língua para desempenhar certas funções. [...] [A pesar disso, trato] do estudo da estrutura e da evolução da língua dentro do contexto social da comunidade de fala. (LABOV, 2008 [1972], p. 215-216; grifos nossos).*

Como se vê no excerto precedente, Labov se orienta para o estudo do sistema linguístico, diferentemente do que fazem as demais vertentes do campo, admitindo, inclusive, que, a não ser pela necessidade de esclarecer que se ocupa do estudo da língua em seu contexto social, “preferiria dizer que [seu trabalho] se trata simplesmente de *linguística*” (LABOV, 2008 [1972], p. 216).

Com isso, destaque-se que, embora, inevitavelmente, o campo sociolinguístico se afaste, inicialmente, da linguística formal, como mencionado, as diferentes vertentes parecem se afastar desigualmente dela, o que traz como consequência o fato de a explicação da relação entre mundo linguístico e mundo social, embora sendo relevante para o

campo em geral, não se dê pela mesma via nas diferentes práticas de pesquisas sociolinguísticas.

Para Figueroa (1994), além disso, o que orienta as diferentes práticas do campo decorre de questões que são anteriores ao próprio fazer científico: questões de natureza epistemológica ou metateórica, tais como o conceito de *realidade* e de *conhecimento*. Há, por exemplo, abordagens sociolinguísticas que são *realistas*, pois se orientam pela crença de que o mundo existe independentemente do conhecimento que se tem sobre ele e, desse modo, todo conhecimento produzido seria uma descrição exata do mundo, tal como ele é. E há também abordagens sociolinguísticas *relativistas*, pois se orientam pela crença de que não há existência independente do conhecimento, ou seja, o conhecimento e a própria realidade são assumidos como contingentes, pois, sob este ponto de vista, é a percepção que cria a realidade (EDWARDS, 2009).

Por tudo isso, pode-se dizer que, desde seus primeiros dias, a Sociolinguística é um campo heterogêneo e dedicado a muitos temas diferentes<sup>197</sup>. Conforme avança e se complexifica em seus objetivos, ao longo de mais de 50 anos de trabalho, a Sociolinguística tem mantido a *orientação de campo híbrido*, e entrado em diálogo com diversos outros campos para dar conta quer de novos temas quer da releitura de velhos temas<sup>198</sup>. Só por esse aspecto, já se pode antecipar ao leitor que manter diálogo com outros campos de pesquisa – tal como se pretende fazer nesta tese – está na direção da própria vocação dos estudos sociolinguísticos.

Neste ponto vale mencionar o conceito de *paradigma científico* de Kuhn (1998 [1962])<sup>199</sup>. Embora o autor mencione que considera “[...]”

<sup>197</sup> Dentre eles: variação e mudança, multilinguismo, contato linguístico, atitudes em relação à língua, relação entre papéis sociais e projeção de identidade por meio da língua, descrição de contextos sociais de uso da linguagem etc.

<sup>198</sup> Há quem considere que os desenvolvimentos recentes da *análise do discurso* e da *pragmática*, por exemplo, são parte da Sociolinguística; e há também quem os veja como campos apartados (SHUY, 2003), mas abertos ao diálogo com ela.

<sup>199</sup> A obra de Kuhn (1998 [1962]) é sobre a história da Ciência, entendida como um processo sócio-histórico. Nesse sentido, a história científica é vista não em termos lineares, mas em termos de conflitos, de concorrências, dados os valores sociais conflitantes e concorrentes dos próprios cientistas. A cada sistema de valores concorrentes é o que Kuhn denomina *paradigma científico*. Figueroa (1994), no entanto, ressalva que, como o trabalho de Kuhn é no âmbito das

‘paradigmas’ as realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modelares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1998 [1962], p. 13), Figueroa (1994) aponta três diferentes acepções do termo na obra do autor, que constituem três diferentes níveis que se correlacionam na prática científica: (i) paradigma como visão de mundo ou estrutura perceptual que funciona como pré-requisito para a própria visão de mundo; (ii) paradigma como matriz disciplinar ou crenças compartilhadas na prática de um grupo de pesquisadores (o que conta como dados, como argumentos válidos, como organização metodológica etc.); (iii) paradigma como exemplar, referindo-se aos exemplos tradicionais a que um novato em um campo científico é exposto e deve, em seguida, dominar para ser considerado um membro do campo. Assim, os exemplos de um campo a que um iniciante é exposto introduzem uma matriz de valores e crenças, que passam a constituir o quadro perceptual a partir do qual se vê o mundo; ou, de outro modo, uma visão de mundo específica é sustentada por uma matriz disciplinar e por exemplos típicos de trabalho que atuam no sentido de reforçar cada vez mais a visão de mundo (FIGUEROA, 1994).

---

ciências duras, especificamente no da física, o autor compreende que paradigmas científicos de diferenças irreconciliáveis se substituem, por meio de revoluções científicas. Para Figueroa, a visão de paradigmas que se substituem não se aplica à história da Linguística e nem à da Sociolinguística, pois nelas paradigmas concorrentes coexistem – cf. discussão em Figueroa (1994). Além disso, recentemente Damázio e Pires de Oliveira (2016) também questionam a própria adequação do conceito de *paradigma* para os estudos linguísticos, pondo, assim, em debate se a proposta epistemológica de Kuhn faz sentido para essa área, uma vez que, entre as diferentes práticas de pesquisa linguística há mais miscigenação e encontros, “fluxos de conversa que se cruzam” (p. 10) do que separação, do que “caixas” teóricas. Adverte-se, contudo, que operamos, nesta tese, com a noção kuhniana de paradigma científico pela seguinte razão: é possível historicamente identificar *pontos* de dissonância, de ruptura entre diferentes práticas linguísticas e também dentro de uma mesma prática; e é justamente por meio desses pontos que determinadas práticas podem, então, passar a manter uma conversa com outras práticas. Assim, feitas as devidas ressalvas quanto à aplicação da noção de paradigma científico ao campo da linguística, conforme fazem Figueroa (1994) e Damázio e Pires de Oliveira (2016), parece ser possível identificar, a depender do foco do pesquisador, miscigenação, mas também rupturas entre as diferentes práticas de pesquisa e/ou no âmbito de uma mesma prática.

Essa noção de paradigma científico faz ver que a Sociolinguística, num “sentido [ainda] *não refinado do termo*” (FIGUEROA, 1994, p. 26, grifos nossos)<sup>200</sup>, apresenta certa unidade, tanto pelos aspectos anteriormente mencionados quanto por se harmonizar, numa perspectiva dicotômica de Linguística, com o *paradigma funcional da linguagem, em oposição ao paradigma formal*<sup>201</sup> (FIGUEROA, 1994).

Por outro lado, como já se destacou, a Sociolinguística, *num sentido mais refinado*, não é um paradigma científico uniforme, mas comporta diferentes *matrizes disciplinares*, nos termos de Kuhn (1998 [1962]), que se orientam por diferentes visões de mundo. O que parece haver, então, é um *contínuo de vertentes*, das que dialogam, em alguma medida, com teorias formais<sup>202</sup> às que dialogam com teorias funcionais e/ou discursivas, e também um *contínuo de pesquisadores* que não se ajustam plenamente às práticas científicas de uma vertente específica e,

<sup>200</sup> “It is obvious that sociolinguistics, in the unrefined sense of the term that we are using [...]”.

<sup>201</sup> Neste ponto do texto não estão em questão as mudanças ocorridas no pensamento laboviano, a partir da década de 1980, e que o conduziram a posições *antifuncionais* face à reiteração de princípios formais (CAMACHO, 2013). Isso se discute em 3.2.2. Por ora, trata-se de pressupostos fundamentais da Sociolinguística, enquanto área da Linguística, e é nesse sentido que Figueroa localiza a perspectiva em questão no paradigma funcional da linguagem. Ademais, cabe ainda fazer a seguinte ressalva: é importante não exagerar na impenetrabilidade das fronteiras entre sociolinguística e teorias formais (como a teoria gerativa, por exemplo), tendo em vista os inúmeros trabalhos variacionistas desenvolvidos dentro de um quadro teórico de princípios e parâmetros, tais como: Henry (1995), Nagy e Reynolds (1997), Guy (1997), Cornips (1998), dentre outros (cf. temática e referências desses trabalhos em Milroy e Gordon (2003)). No Brasil, destaque-se que essa linha de investigação teve início com a proposta de Tarallo e Kato (1989).

<sup>202</sup> Cabe lembrar que a Sociolinguística Paramétrica, proposta por Tarallo e Kato (2007 [1989]), por exemplo, ilustra uma prática científica que parece contradizer a localização da Sociolinguística, em geral, no paradigma funcional da linguagem, conforme propõe Figueroa (1994) a partir de Dik (1978). Martins, Coelho e Cavalcante (2015), por exemplo, afirmam que esse “casamento” (p. 221) entre Gerativismo e Sociolinguística Variacionista, ao articular cuidadosamente conceitos dos dois campos, têm contribuído significativamente para os estudos de variação e mudança, sobretudo os que focalizam fenômenos sintáticos.

por isso, configuram práticas de natureza híbrida, promovendo, assim, ampliações teóricas e metodológicas de determinadas vertentes e da própria Sociolinguística.

Esse é o panorama geral da Sociolinguística, a partir do que este capítulo revisita a vertente *Variacionista*, por ser a que se dedica ao tema da variação e da mudança linguística, orientando, inclusive, as pesquisas sobre a expressão do futuro do presente no PB (cf. 1.2). Com isso, este capítulo apresenta como a vertente variacionista, tal como a própria Sociolinguística, é um campo híbrido, constituído de diferentes paradigmas (em nossa perspectiva), embora todos eles busquem respostas para a seguinte questão:

[...] quanto do que ocorre com a língua, em termos de variação e mudança, é resultado do trabalho social de seus usuários a partir da identidade social específica de que são dotados ou o resultado de padrões formais, estruturais, que regem, por si sós, os processos de estabilidade e mudança [?] (CAMACHO, 2013, p. 21).

A fim de explicitar como essa vertente pode pender a resposta ora para um lado ora para outro, neste capítulo revisitam-se: (i) concepções de orientação laboviana<sup>203</sup> (LABOV, 1978; 1982; 1994; 2001a; 2001b; 2003; 2006 [1966]; 2008 [1972]; 2010; WEINREICH, LABOV, HERZOG, 2006 [1968]; GUY, 2000; 2001); e (ii) aspectos a partir dos quais uma nova coalizão de autores (LAVANDERA, 1978; FIGUEROA, 1994; COULMAS, 1998; LE PAGE, 1998; MILROY; MILROY, 1998; ECKERT, 1998; 2000; 2001; 2005; 2008; 2012; 2016; LEITNER, 1998; ROBERTS; STREET, 1998; BELL, 2001; TAGLIAMONTE, 2006; 2012; COUPLAND, 2001; 2007; EDWARDS, 2009; POPLACK, 2011; SCHILLING-ESTES, 2007; SCHILLING, 2013; WOLFRAM, 2013, dentre outros), dedicados à compreensão do mesmo tema (variação e mudança) promovem releituras das concepções labovianas e, com isso, ampliam alteram o escopo teórico-metodológico a partir do qual se examina variação e mudança linguística.

---

<sup>203</sup> As concepções labovianas, em nossa perspectiva, não se limitam às ideias de Labov, mas se estendem também às de autores, como Guy, por exemplo; ambos compartilham, em nossa leitura, mesma “visão de mundo” e, por isso, se orientam pelo mesmo conjunto de práticas científicas.

Admite-se, então, que essa nova coalizão de autores, por meio de diferentes práticas de pesquisa, marcam o campo variacionista em três diferentes fases ou *ondas* (ECKERT, 2005; 2008), isso significando uma expansão (ou fissura?) epistemológica e teórico-metodológica que tem convocado, no âmbito dos estudos variacionistas<sup>204</sup>, um *olhar discursivo* por duas diferentes vias:

- pelo interesse em fenômenos de “[...] qualquer nível da gramática, que vão da fonética ao *discurso*, da fonologia à sintaxe” (TAGLIAMONTE, 2006, p. 75, grifos nossos)<sup>205</sup>, ou seja, pela ampliação do tipo de variável linguística<sup>206</sup> válida no âmbito dos estudos variacionistas, partindo-se de variáveis fonológicas em direção a *variáveis discursivas*, o que põe em evidência a complexa relação *forma/função* nos contextos reais de uso da língua;
- pela contestação de pressupostos epistemológicos assumidos pela Sociolinguística Variacionista, a partir do que se redimensionam conceitos e métodos para tratamento da *língua enquanto discurso*, terreno no qual o foco recai sobre a relação entre língua, contexto sociocultural, sistemas ideológicos e projeção/construção/negociação de identidades, *personas* sociais etc.

Pela primeira via, *discurso* se refere a *um dos níveis da gramática* que passa a integrar os estudos variacionistas, já como consequência de uma primeira expansão conceitual da vertente laboviana (cf. 3.2.2), remetendo à noção de organização linguística acima do nível da sentença (em direção ao texto) e à de uso interacional, envolvendo aspectos pragmáticos. Como o que está em questão, nessa

<sup>204</sup> Os trabalhos referenciados neste capítulo estão em diversos *Handbooks de Sociolinguística* ou de *Variação e Mudança Linguística* (cf. Referências), por isso são lidos como representantes da área, para os objetivos deste texto, ainda que seus autores também desenvolvam trabalhos em outras linhas da Linguística.

<sup>205</sup> “The linguistic variable can exist at virtually any level of the grammar, ranging from phonetics to discourse, from phonology to syntax [...]”.

<sup>206</sup> Cf. definição do termo em 3.2.1.



expansão, é a questão da significação, vista no âmbito da relação forma/função optou-se por denominar o conjunto de estudos que tratam dessa questão (LAVANDERA, 1978; TROUGOTT, 2001; TAVARES, 2003; GÖRSKI et al., 2003; POPLACK, 2011; TAGLIAMONTE, 2006; 2012; TAVARES; GÖRSKI, 2012; TAVARES, 2013; VALLE, 2014; GÖRSKI; VALLE, 2016) de *perspectiva funcional da variação* – via pela qual o campo variacionista entra em diálogo com o campo funcionalista.

Pela segunda via, *discurso* se refere ao *uso ideológico da língua* de modo que evoca um conjunto de pressupostos epistemológicos diferentes e até divergentes da primeira vertente variacionista. Acerca dos trabalhos que se inscrevem nessa perspectiva (FIGUEROA, 1994; COULMAS, 1998; LE PAGE, 1998; COUPLAND, 2001; 2007; ECKERT, 2005; 2008; 2012; 2016, dentre outros), optou-se por referi-los como representantes da *perspectiva discursiva da variação* – via pela qual o campo variacionista entra em diálogo com o campo bakhtiniano.

Como nem todos os trabalhos se encaixam exatamente nessa sistematização, ela deve ser lida com ressalvas, pois cumpre apenas o objetivo de didatizar a exposição do capítulo (i) quanto às *graduais* modificações pelas quais o estudo da variação e da mudança tem passado nos últimos 50 anos, saindo de uma perspectiva estrutural em direção a uma perspectiva discursiva, bem como (ii) quanto às diferentes possibilidades de enfoque dos estudos variacionistas – todas em vigor atualmente.

São objetivos deste capítulo, então: (i) apresentar a gênese de constituição da sociolinguística laboviana, frente à Linguística que lhe antecede; (ii) deslindar a base teórico-conceitual dessa vertente, conforme proposta inicialmente por Labov; (iii) acionar as revisões pelas quais ela tem passado, ensejando a consolidação de novas fases nos estudos variacionistas; (iv) focalizar a terceira fase variacionista, a partir das concepções que envolvem a discussão sobre variação estilística; (v) apresentar diferentes diretrizes metodológicas que constituem o campo variacionista.

Organizou-se, com isso, o capítulo do seguinte modo: na primeira seção (3.1), apresenta-se a gênese dos estudos variacionistas; na segunda (3.2), discorre-se, panoramicamente, sobre a constituição do Programa de Pesquisa Variacionista, focalizando, as primeiras delimitações quanto: (i) às concepções de língua, de variação e de mudança, (ii) aos problemas empíricos para uma teoria de variação e de mudança, (iii) ao *locus* de investigação da variação; para cada um desses

tópicos, indica-se *como* problematizações atinentes a eles culminam em ampliação do campo, rumo a constituição de diferentes tradições de pesquisa; na terceira seção (3.3), aborda-se a questão da variação estilística, a fim de realçar como ela, de tópico secundário, no âmbito das primeiras delimitações do campo variacionista, passa a tópico central, nos estudos mais recentes; na quarta (3.4), destacam-se as diretrizes metodológicas do campo; e, por fim, na quinta seção (3.5) encerra-se o capítulo com uma síntese das discussões, além de se contrastar as duas vertentes mais extremas do contínuo de práticas científicas no âmbito da Sociolinguística Variacionista.

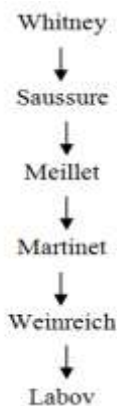
### 3.1 A GÊNESE DA SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA

Esta seção apresenta *uma versão* sobre a gênese<sup>207</sup> dos estudos variacionistas, considerando, brevemente: (i) o cenário científico a partir do qual Labov desenvolve seu pensamento; (ii) elementos da própria história de vida do autor que motivaram parte de suas decisões teóricas; (iii) os estudos que inauguraram a prática científica variacionista.

Essa vertente sociolinguística, que se denomina *Sociolinguística Variacionista* (doravante, SV) e se confunde, por vezes, com a *Teoria da Variação e Mudança* (doravante, TVM), é representada especialmente por William Labov, e resulta de uma “síntese de várias linhas de investigação” (KOERNER, 2014, p. 123), em parte, rapidamente explicitada a partir da genealogia do campo, esboçada por Koerner (2014, p. 128), conforme pode ser destacado a seguir:

---

<sup>207</sup> Cavaliere (2014), citando Koerner (1991), destaca que a história da Sociolinguística ainda carece de estudos mais aprofundados, de modo que as fontes sobre a questão não devem ser vistas como definitivas. Tendo em vista que a historiografia do campo não é o foco deste texto, apresenta-se uma visão geral das influências do campo, deixando, assim, o alerta sobre a necessidade de estudos mais profundos quanto ao tema.

**Figura 8:** De Whitney a Labov

Fonte: Koerner (2014, p. 128)

Embora Koerner (2014) considere essa linhagem um pouco simplista, ela tem o mérito de, em primeiro lugar, rapidamente recuperar o afastamento da SV, quanto à concepção de língua, de visões naturalistas, como a de Schleicher, no século XIX (cf. ROBINS, 1983), e sinalizar para a concepção social de língua do campo; e de, em segundo lugar, também recuperar a seguinte “corrente de influências, [...] devido às relações acadêmicas desses linguistas” (MARRA, MILANI, 2012, p. 3):

- i. Saussure, mesmo inserido na tradição dos estudos histórico-comparativos, filiou-se às ideias de Whitney, principalmente no que tange à concepção de língua como *fato social*, afastando-se, assim, da tradição neogramática de seu tempo que via a língua como um fenômeno de natureza psicológica e pertencente ao indivíduo;
- ii. Meillet, aluno de Saussure, herdou essas noções, embora as tenha levado a cabo com mais radicalidade<sup>208</sup>, na medida em que considerou que, se língua é um fato social, sua explicação demandaria compreensão da dinâmica social na qual se insere e, por isso, passou a convocar os aspectos sociais para a

---

<sup>208</sup> Sobre a questão, cf. Koerner (2014) e Faraco (2005a).

explicação dos fatos linguísticos; essa concepção promoveu uma aproximação com os estudos antropológicos, que buscavam compreender a constituição da cultura por diferentes regiões do mundo, e também com a sociologia de Durkheim,<sup>209</sup> passando, então, a se assumir língua (social) como um fato que independe de indivíduos particulares;

- iii. Meillet, por sua vez, foi professor de Martinet, linguista que se dedicou ao estudo de seu dialeto, num período em que o cerne dos estudos dialetológicos estava em questões macroculturais, tais como religião, arte e moral, de modo que compreender os usos linguísticos embasava a compreensão de valores que distinguiram os subgrupos étnicos; além disso, Martinet também tratou a mudança linguística como um fenômeno sistêmico, diferentemente de Saussure, que tratava mudança isoladamente;
- iv. com essa perspectiva, Martinet orientou Weinreich em sua tese de doutorado que consistiu em um estudo geográfico do bilinguismo; por fim, “só precisamos de recordar o facto de William Labov ter adquirido ambos os graus académicos (mestrado e doutorado) com Weinreich” (KOERNER, 2014, p. 128).

---

<sup>209</sup> Segundo Durkheim (1978), a unidade de análise da sociologia denomina-se *fato social*, de que são exemplos a moral, as práticas religiosas, as profissionais e as próprias línguas naturais. As propriedades que caracterizam um fato social são: (i) generalidade, porque ele pertence não ao indivíduo, mas a uma comunidade; (ii) exterioridade, porque ele é exterior a consciências individuais; (iii) independência, em relação a manifestações individuais; (iv) coercitividade, porque ele se impõe aos indivíduos de uma comunidade. Como se pode notar, todos esses aspectos realçam a soberania da comunidade sobre o indivíduo, *noção que reverbera nos trabalhos de Labov*, para quem o objeto de descrição linguística é a gramática da comunidade de fala, entendida como o “sistema de comunicação usado na interação social” (LABOV, 1982, p. 18). Cabe acentuar que, na visão laboviana, não é por ser usada na comunicação interindividual que a língua seria social: “Em vez disso, para Labov a língua como fato social pertence a uma comunidade, é geral a essa comunidade e exerce forças coercitivas claras sobre seus membros” (MAY, 2011, p. 117). Cf. mais informações sobre a relação entre Durkheim e Labov em Severo (2007) e May (2011).

Essa linha histórica das relações entre os pesquisadores faz ver, simplificadamente, o modo como concepções de diferentes campos e de diferentes linguistas chegaram até Labov, fazendo com que o tema da mudança linguística, cerne dos estudos do século XIX e preocupação “eliminada do programa da linguística do século XX” (LABOV, [1972] 2008, p. 14), renascesse de forma renovada, na segunda metade do século XX, ao se conciliar “vertentes de pesquisa linguística, geográfica e antropológica (com sensível viés etnográfico)” (CAVALIERE, 2014, p. 613).

*Das vertentes de pesquisa linguística*, há ressonâncias tanto do estruturalismo quanto do gerativismo na abordagem variacionista<sup>210</sup> (FIGUEROA, 1994; TAGLIAMONTE, 2006; CAMACHO, 2013; COELHO et al., 2015), que preserva, principalmente: (i) *do estruturalismo*, a noção de língua como sistema abstrato; e (ii) *do gerativismo*, a concepção formal de língua como sistema de regras, substituindo a noção gerativa de regra opcional pela noção de regra variável “na qual se propõe uma forma subjacente e uma regra gerativa que convert[e] a forma subjacente [...] em uma forma

---

<sup>210</sup> Essas ressonâncias da linguística formal na SV talvez se devam ao modo como o próprio precursor dessa vertente avaliou suas contribuições frente aos estudos linguísticos da época, acreditando que a proposta era muito menos de natureza teórica do que (i) de ordem metodológica e (ii) de revisão de alguns princípios teóricos já praticados na linguística dominante. Labov, por exemplo, admite que seu trabalho não consistia em “prover à linguística uma nova teoria da língua, mas, antes, um novo método de trabalho” (LABOV, 2008 [1972], p. 242) e afirma também não acreditar “que necessitemos, neste ponto, de uma nova ‘teoria da linguagem’; em vez disso, precisamos de um novo modo de fazer linguística que produza soluções decisivas” (LABOV, 2008 [1972], p.298). Em consonância com essas ponderações, até hoje, no âmbito dos estudos variacionistas, se afirma que “[...] a interface entre a Teoria da Variação e Mudança e teorias linguísticas se faz sempre necessária para a explicação de um dado fenômeno linguístico, tendo em vista o fato de não ser o foco da Teoria da Variação e Mudança a explicação linguística em si e por si, mas a teorização do processo de mudança linguística, entendido sempre como o resultado de um processo de variação” (MARTINS; COELHO; CAVALCANTE, 2015, p. 222 grifos nossos).

superficial diferente. Essa regra pode se aplicar ou não (isto é, aplica-se variavelmente)” (GUY; ZILLES, 2007, p. 37).<sup>211</sup>

*Dos estudos dialetológicos*, herda-se a prática de pesquisa norte-americana de se descrever línguas contemporâneas, de centros urbanos e de falantes de diferentes níveis sociais, mas com modificações radicais (i) no método da dialetologia tradicional<sup>212</sup>, (ii) no tratamento dos elementos linguísticos – de unidade isolada a partes de um sistema (MILROY; GORDON, 2003) – e (iii) no modo de compreender a relação sincronia/diacronia, pois, para longe de se fixar na estrutura sincrônica, a vertente variacionista passou a compreender que a rede de isoglossas de um estudo dialetológico “representa o equivalente sincrônico do problema da transição<sup>213</sup>” (WLH, 2006 [1968], p. 90), ou seja, da trilha da mudança diacrônica. Também do próprio contexto norte-americano os estudos variacionistas herdaram a orientação dos estudos antropológicos, com sensível viés etnográfico e com foco na descrição da forma linguística de áreas geográficas específicas.

*Da linguística histórica*, há que se falar também das ressonâncias dos estudos neogramáticos na SV, que herda a compreensão de que a mudança é regular, embora WLH (2006 [1968]) dediquem parte da obra para discordar de alguns pressupostos neogramáticos, como por exemplo, dos de que (i) a língua é de natureza psicológica e individual, (ii) as mudanças fonéticas são motivadas por fatores psicofisiológicos e (iii) os dialetos são agrupamentos de idioletos idênticos.

Destaca-se ainda que grande parte da renovação na prática científica proposta por Labov, além da influência da linhagem acadêmica, também se deu pela própria história de vida do autor que, tendo ficado uma década afastado da universidade, trabalhando como químico industrial, havia se convencido de que “o mundo cotidiano era rebelde, mas consistentemente rebelde, desconcertante no início, mas recompensador em longo prazo para aqueles que se apegavam a seu

<sup>211</sup> Segundo Camacho (2013, p. 129), o argumento gerativo contra a inclusão de regras variáveis na gramática era o de que esse tipo de regra consiste em regras do desempenho e não da competência linguística. O que Labov faz é defender “a ideia de que a habilidade de aceitar, preservar e interpretar regras variáveis é um aspecto importante da competência linguística dos usuários de uma língua natural”.

<sup>212</sup> Cf. em 3.4 discussões sobre método da sociolinguística laboviana.

<sup>213</sup> Cf. explicação sobre o *problema da transição* em 3.2.3.1.

caráter racional” (LABOV, 2008 [1972], p. 13). Um mundo real que pudesse ser examinado do ponto de vista de suas consistências ou regularidades é, pois, a mira dos trabalhos de Labov.

Com essa visão, ao voltar para a universidade interessado em observar mudanças na língua inglesa a partir de dados do mundo secular, Labov rapidamente percebeu que a pesquisa empírica ou uma linguística socialmente realista não tinha lugar na prática científica da época. Essa constatação, aliada ao pressuposto teórico de que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 [1972], p. 21) encaminharam Labov para o desenvolvimento dos seguintes estudos considerados fulcrais para a fundação do campo variacionista.

### O estudo de Martha’s Vineyard

Em 1963, em sua dissertação de mestrado intitulada *A história social de uma mudança sonora na ilha de Martha’s Vineyard (The Social History of a Sound Change on the Island of Martha’s Vineyard)*<sup>214</sup>, Labov investigou possíveis correlações entre (i) o fenômeno da centralização dos ditongos (ay) e (aw) (como em “righ” e “house”, respectivamente) que, dentre todos os traços linguísticos dos vineyardenses, constituía o “mais amplo espectro possível de variação e o mais complexo padrão de distribuição” (LABOV, 2008 [1972], p. 25) e (ii) as condições sócio-históricas na ilha.<sup>215</sup>

Tendo em vista que o uso desses ditongos pelos habitantes da ilha, datados de 30 anos antes dessa pesquisa, assemelhava-se, quanto à tendência de mudança, aos usos dos falantes do continente, mas que, na ocasião da pesquisa de Labov, indicava *reversão*, entre os ilhéus, quanto à tendência de mudança, o autor pensou poder traçar correlações seguras entre a história da ilha e de seus habitantes com a história da mudança linguística, a fim de explicar a diferenciação linguística que se constituía entre falantes do continente e os da ilha.

---

<sup>214</sup> LABOV, William. *The social motivation of a sound change*. *Word* 19, 1963, p. 273-309.

<sup>215</sup> O trabalho de Labov (1963) é aqui retomado a partir de Labov (2008 [1972]).

Para estudar a questão, Labov precisou desenvolver um método a partir do qual pudesse obter o maior número possível de usos do fenômeno investigado. O método consistiu em, além de observações dos falantes em situações espontâneas, como em lanchonetes, restaurantes, bares etc., organizar um *modelo formal de entrevista* que fomentasse o uso dos ditongos (discute-se esse modelo de entrevista em 3.3.1).

Com isso, o autor obteve 69 entrevistas a partir das quais investigou a possível influência, para a realização dos ditongos, de fatores linguísticos<sup>216</sup> e extralinguísticos<sup>217</sup>, descobrindo que a centralização estava diretamente correlacionada com o *significado social* do item linguístico: a centralização era traço de identidade local, e fazia oposição à baixa centralização dos veranistas que estavam tomando conta da ilha (comprando e ocupando grandes áreas e obrigando, assim, os moradores nativos a migrarem para regiões mais interioranas da ilha ou mesmo a se retirarem dela). Com esse primeiro estudo, configurado teórica e metodologicamente de modo inédito, Labov concluiu: “podemos dizer que os resultados dão uma boa confirmação do tema principal do estudo: a correlação de padrões sociais com o padrão distribucional de uma variável linguística”<sup>218</sup> (LABOV, 2008 [1972], p. 62).

### O estudo de Nova York

Em 1966, em sua tese de doutorado intitulada *Aestratificação social do (r) nas lojas de departamentos na cidade de Nova York (The Social Stratification of English in New York City)*<sup>219</sup>, Labov investigou as variações na realização da consoante (r) em posição pós-vocálica (como em “car”, “four”, “fourth” etc.) a partir da seguinte hipótese: “se dois grupos de falantes nova-iorquinos estão dispostos numa escala de

<sup>216</sup> Os fatores linguísticos considerados no referido estudo são: (i) ambiente segmental (considerando consoante antecedente e subsequente); (ii) fatores prosódicos (considerando tonicidade); (iii) influência estilística; (iv) item lexical em que ocorria o ditongo.

<sup>217</sup> Os fatores extralinguísticos considerados no referido estudo são: (i) faixa etária do falante; (ii) região da ilha em que o falante residia; (iii) ocupação do falante; (iv) grupo étnico; e (v) sexo do falante.

<sup>218</sup> Cf. o conceito de variável linguística em 3.2.1.

<sup>219</sup> LABOV, William. *The Social Stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.



estratificação social, logo estarão dispostos na mesma ordem por seu uso diferenciado do (r)” (LABOV, 2008 [1972], p. 65).<sup>220</sup>

Assim, Labov buscou possíveis efeitos, sobre o uso de (r), da estratificação social dentro de um mesmo grupo ocupacional, a saber: vendedores de grandes lojas de departamento de Manhattan. O autor selecionou três grandes lojas, cada uma orientada para um perfil social específico de clientes, com a hipótese de que o prestígio estratificado das lojas também estratificaria a avaliação social que os empregados faziam de seus empregos; e, em decorrência, a impressão social geral dos empregados sobre os clientes seguiria a mesma ordem de estratificação das lojas. Por ordem de prestígio social, de *status* superior a *status* inferior, as lojas selecionadas para a pesquisa foram: Saks Fifth Avenue, Macy’s e S. Klein.

Para a coleta de dados empíricos, Labov adotou a seguinte metodologia: um entrevistador (no caso, ele mesmo) se aproximava dos empregados em cada loja como se fosse um cliente e fazia perguntas cujas respostas acionassem o uso do fenômeno linguístico investigado. Considerando um total de 264 entrevistas e seis horas e meia de gravação nas três lojas, o autor confirmou sua hipótese de que havia um padrão regular na pronúncia de *r* entre os vendedores e que este padrão seguia a mesma tendência de estratificação social das lojas em que os vendedores trabalhavam.

Em síntese, esses dois estudos de Labov, orientados por Weinreich, constituíram os trabalhos seminais dos estudos variacionistas.

### **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**

Posteriormente, aos resultados dos dois trabalhos referidos, foram incorporados os (i) resultados da pesquisa de Marvin Herzog, também orientando de doutorado de Weinreich, sobre dialetologia, e a (ii) visão geral do orientador de Labov e de Herzog sobre os fatos de língua e sobre a própria história da linguística, para a constituição do ensaio que legitimou de vez o campo: *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança Linguística*, apresentado no Simpósio “Direções para

---

<sup>220</sup> Tal como Labov (1963), Labov (1966) é resgatado, neste texto, principalmente a partir de Labov (2008 [1972]), com consultas específicas à obra original.

a Linguística Histórica”, na Universidade do Texas, em 1966, e publicado, com revisões de Weinreich, em 1968 (FARACO, 2006; LABOV, 2008 [1972]).

Essa obra é considerada “um clássico em linguística histórica” (FARACO, 2006, p. 29), porque apresenta as bases empíricas a que uma teoria de mudança linguística deve considerar, “com vistas a uma teoria linguística adequada” (LABOV, 2008 [1972], p. 215), “*uma linguística racional e realista*” (ibid.; p. 15, grifos nossos).

Como *variação*, para esse campo, é a chave para a compreensão da mudança (MILROY; GORDON, 2003), conforme se apresenta a seguir, pode-se dizer que os primeiros estudos variacionistas nascem com o objetivo de explicar a relação entre (i) variação e mudança linguística e (ii) estrutura linguística enquanto realidade ordenada, *com vistas à formulação de fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística*.

### 3.2 CONSTITUIÇÃO DE UM PROGRAMA DE PESQUISA E DESDOBRAMENTOS

Se a seção anterior se dedicou à apresentação de uma versão da gênese da Sociolinguística Variacionista, nesta se retratam alguns dos principais pontos constitutivos do Programa de Pesquisa Variacionista, considerando: em 3.2.1, as primeiras delimitações do campo quanto às concepções *de língua, de variação e de mudança*, a partir do que se visualizam, de modo mais geral, as principais noções do pensamento laboviano; em 3.2.2, as discussões em torno da concepção de *variável linguística*, indicando-se como, por meio disso, o campo variacionista passa a dialogar com o funcionalista; em 3.2.3, os problemas empíricos para uma teoria de variação e de mudança, destacando as discussões que reposicionam o *problema da avaliação*; em 3.2.4, os diferentes *loci* da pesquisa variacionista e como, no centro das discussões sobre eles, está a questão da relação entre usos sociais e individuais da língua; nessa subseção, indica-se ainda como esse último aspecto, de tão importante que é para o campo, suscita três diferentes modos de se pensar a *própria variação linguística*, impactando (/fragmentando), com isso, toda a primeira versão do programa de pesquisa sob exame.

#### 3.2.1 Língua, variação e mudança: as primeiras delimitações

Na introdução deste capítulo apresentou-se que a Sociolinguística, em geral, definiu como objeto de estudo a diversidade

linguística, aspecto negligenciado pelas grandes correntes linguísticas até então consolidadas ou mesmo extirpado delas. Com isso, a SV passou a postular que toda língua é um sistema variável e que “aprende-se a falar na convivência” social (ALKMIM, 2004, p. 37). Admitiu-se, com isso, que a realidade mais fundamental da língua é sua heterogeneidade, tendo em vista que as sociedades são heterogêneas: “numa língua que serve a uma comunidade complexa (i.e.; real), a ausência de heterogeneidade [...] é que seria disfuncional” (WLH, 2006 [1968], p. 36). Esse é, portanto, um dos primeiros pilares da SV: o rompimento da identificação entre *sistema linguístico* e *homogeneidade*<sup>221</sup> e a defesa de que *a língua é um sistema heterogêneo*.

Por outro lado, a SV admitiu também que a heterogeneidade linguística é estruturada, ou seja, é sistemática, sendo *motivada* por um conjunto de fatores correlacionados, que são tanto de natureza linguística quanto de natureza extralinguística. Os fatores de natureza linguística – ou fatores internos – referem-se às características do próprio ambiente linguístico que podem motivar a variação. Já os fatores extralinguísticos correlacionados à diversidade foram explicados inicialmente: (i) *em termos geográficos*, considerando que os modos sociais de falar podem se tipificar geograficamente; (ii) *em termos sociais*<sup>222</sup>, considerando que uma série de traços que constituem a identidade sociocultural dos falantes interfere nas escolhas linguísticas; (iii) *em termos contextuais*, considerando que o tipo de situação social (das mais informais à mais formais) em que ocorre a interação promove variação. Variações motivadas por esses três tipos de fatores extralinguísticos são denominadas, respectivamente, (i) *variação diatópica*, (ii) *variação diastrática* e (iii) *variação estilística*<sup>223</sup> ou *registro*.

<sup>221</sup> Nesse aspecto, a SV rompe também com o neogramático Paul e com Saussure já que, para esses “a variabilidade e a sistematicidades se excluíam mutuamente” (WLH, 2006 [1968], p. 87).

<sup>222</sup> Labov destaca que, por *variação social*, entende “aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea” (LABOV, 2008 [1972], p. 313). A variação social refere-se, portanto, à variação entre diferentes grupos de falantes, ou seja, interfalantes.

<sup>223</sup> Por variação estilística, Labov entende “as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 313). A variação estilística refere-se, portanto, à variação de um mesmo falante (intrafalante) em diferentes contextos.

A partir das informações apresentadas anteriormente, pode-se dizer que os pressupostos da TVM estão norteados pela compreensão de que a língua é um sistema heterogêneo, mas também é um sistema estruturado porque a variação, a depender de um conjunto de fatores correlacionados (linguísticos, sociais e estilísticos), ocorre sistematicamente.

Acrescenta-se ainda outro axioma da TVM, segundo o qual “[n]em toda variabilidade e heterogeneidade na estrutura linguística implica mudança; *mas toda mudança implica variabilidade e heterogeneidade*” (WLH, 2006 [1968], p. 126, grifos nossos). É, portanto, com vistas à explicação da mudança linguística que a SV se interessa pela variação, já que é pela compreensão desta que se chega a previsões quanto a possíveis mudanças linguísticas.

WLH, assumindo que, para dar conta de explicar os processos históricos da mudança linguística, é preciso compreender como a mudança no sistema da língua se encaixa no sistema social (se se quiser algum avanço teórico), destacam que a questão a se enfrentar é como conciliar os pressupostos de que as línguas são *sistemas estruturados*, mas *em constante processo de mudança*.<sup>224</sup>

A resposta, para WLH, está no modo como a mudança ocorre: é um processo lento, gradual, dependente de um período de variação e de uma série de fatores sociais e estruturais, de maneira que a língua em momento nenhum deixa de ser sistemática durante a mudança (WLH, 2006 [1968]). Note-se que a preocupação da TVM é o sistema linguístico, ou melhor, a compreensão de como ele muda, tendo em vista um modelo de língua que “inclui elementos variáveis dentro do próprio sistema” (WLH, 2006 [1968], p. 104).

Além disso, para a TVM, o sistema heterogêneo “é parte da *competência linguística*” (WLH, 2006 [1968], p. 36; grifos nossos) dos falantes, termo que parece ser correlato ao que Labov (2010, p. 7; grifos nossos) chamou de *faculdade da linguagem*: “um desenvolvimento evolucionário enraizad[o] na fisiologia humana, [visto] como a

---

<sup>224</sup> Essa questão está assim formulada em WLH: “Afinal, se uma língua tem de ser estruturada, a fim de funcionar eficientemente, como é que as pessoas continuam a falar enquanto a língua muda, isto é, enquanto passa por períodos de menor sistematicidade?” (WLH, 2006 [1968], p. 35).

*capacidade de perceber, reproduzir e empregar*”<sup>225</sup> a língua enquanto padrão abstrato.

Foi por essa compreensão que o modelo de língua proposto pela TVM se comprometeu com um aspecto abstrato e formal do sistema linguístico, operacionalizado pelo conceito de *variável linguística*: “um elemento variável dentro do sistema controlado por uma única regra” (WLH, 2006 [1968], p. 105), o objeto de estudo mais específico da SV. Disso decorre a compreensão de que mudança linguística deriva de mudanças quanto à aplicação da regra de uma variável.

Como o termo *gramática*, na TVM, é usado “no sentido geral, para indicar *o sistema linguístico como um todo*, incluindo fonologia, léxico e sua organização semântica” (LABOV, 1982, p. 85; grifo nosso)<sup>226</sup>, as variáveis linguísticas também podem ser vistas como “regras abstratas” das gramáticas (LABOV, 2008 [1972], p. 368), que fazem parte da competência linguística do falante. Neste texto, de um ponto de vista laboviano, o elemento variável no sistema linguístico abstrato, ou seja, a variável linguística sob exame é *a expressão do futuro do presente* (especificamente no PB).

Como as variáveis linguísticas estão correlacionadas a fatores extralinguísticos e linguísticos, são uma “*estrutura sociolinguística*” (WLH, 2006 [1968], p. 116) ou *variável sociolinguística* – porque “correlacionada com alguma variável não-linguística do contexto social: o falante, o interlocutor, o público, o ambiente etc.” (LABOV, 2008 [1972], p. 275). Assim, “[a] interpretação dos dados em termos de mudança linguística depende da inteira estrutura sociolinguística” (WLH, 2006 [1968], p. 116).

Para explicar a estrutura sociolinguística, considera-se como a variável linguística se manifesta nos usos reais da língua, por meio de suas *variantes, formas alternativas* para dizer “a mesma coisa”, ou seja, (i) formas que oferecem “a mesma informação referencial ([são] sinônim[as])”, (ii) que “estão conjuntamente disponíveis a todos os

---

<sup>225</sup> “The human language faculty, an evolutionary development rooted in human physiology, is then viewed as the capacity to perceive, reproduce and employ this pattern”.

<sup>226</sup> “WLH use grammar in the general sense, to indicate the linguistic system as a whole, including phonology, the lexicon and its semantic organization”.

membros da comunidade de fala” (WLH, [1968] 2006, p. 97 e (iii) que estão “em competição” (WLH, [1968] 2006, p. 100)<sup>227</sup>.

A busca da TVM por padrões de uso, ou seja, por *padrões de variação sociolinguística*<sup>228</sup>, é justamente a busca por padrões quanto aos contextos de uso das variantes – ao que se chega com a identificação do conjunto de fatores (linguísticos e extralinguísticos) que a condicionam –, uma vez que é por meio da descrição da “diferenciação ordenada” (WLH, 2006 [1968], p. 36), que se pode compreender as variáveis linguísticas, com vistas à previsões sobre a mudança. Assim,

[a] unidade fundamental da mudança *não é a regra, mas a restrição ambiental na regra*. Mudança linguística muitas vezes é equivalente à expansão ou contração de tais restrições quanto ao modo como a regra se espalha por toda estrutura linguística (ou estrutura social [...]) (LABOV, 1982, p. 75; grifos nossos).<sup>229</sup>

Além dessa descrição técnica da variável linguística, considerando sua relação no sistema linguístico, há ainda outro aspecto a ser considerado: *a interpretação social da variável*, visto que suas variantes são avaliadas, em termos, por exemplo, de prestígio, de estigma e de neutralidade, em diferentes graus, a depender justamente do grau de consciência dos falantes em relação a elas: por isso, considera-se que “o nível de consciência social é uma propriedade importante da mudança linguística” (WLH, 2006 [1968], p. 124).

---

<sup>227</sup> Considerando a variável *expressão do futuro do presente*, indicou-se, no primeiro capítulo, que as pesquisas brasileiras revisitadas consideram como suas *variantes* principalmente as seguintes formas: (i) futuro simples/futuro do presente (*jantarei*); (ii) perífrase com *ir* no presente/ *ir*(presente) + infinitivo (*vou jantar*); (iii) perífrase com *ir* no futuro/ *ir*(futuro) + infinitivo (*irei jantar*); (iv) presente do indicativo(*janto*); (v) perífrase com*haver de* (*hei de jantar*). Cf. 1.2.

<sup>228</sup> Daí o título da clássica obra *Padrões Sociolinguísticos* (LABOV, 2008 [1972]).

<sup>229</sup> “The fundamental unit of change is not the rule but the environmental constraint within the rule. Linguistic change is often equivalent to the expansion or contraction of such constraints as the rule spreads throughout linguistics structure (or social structure [...])”.

Compreendendo, então, que a variação é sistemática, motivada por múltiplas causas e que há “ampla evidência de que a competência linguística humana inclui restrições quantitativas” (LABOV, 1978, p. 13)<sup>230</sup>, trabalha-se com o pressuposto de que a variação pode ser modelada quantitativamente<sup>231</sup>, por meio de técnicas estatísticas de análises multivariadas, que permitem: (i) identificar fatores significativos para a variação; (ii) organizá-los qualitativamente, tendo em vista a ordem de relevância para a variação bem como a inter-relação entre os diversos fatores; (iii) refletir sobre a direção da mudança, tendo em vista os princípios teóricos do campo. Em termos metodológicos, a TVM é, portanto, *descritivo-interpretativa* (GUY; ZILLES, 2007; TAGLIAMONTE, 2012).

Uma das questões centrais da TVM é o *locus* de pesquisa. Como visto anteriormente, o sistema heterogêneo faz parte da competência linguística do falante, do que se conclui que a variação é inerente ao indivíduo. Contudo, WLH destacam que “os idioletos não oferecem a base para as gramáticas [...] internamente consistentes” (WLH, 2006 [1968], p. 34): o *locus* da análise variacionista de orientação laboviana é, então, a comunidade de fala, e o objeto de descrição linguística da TVM é *a gramática da comunidade de fala* enquanto “sistema de comunicação usado na interação social” (LABOV, 1982, p. 18)<sup>232</sup>. Desse modo, a “tarefa metodológica dos estudos variacionistas é combinar análises de indivíduos que nos deem uma amostra representativa” (LABOV, 2008 [1972], p. 284) da comunidade de fala.

Para Labov,

[a] comunidade de fala não é definida por nenhuma concordância marcada no uso de elementos linguísticos, *mas sim pela participação num conjunto de normas partilhadas*; estas normas podem ser observadas em tipos de *compartilhamento avaliativo explícito e pela uniformidade de padrões abstratos de variação que são invariantes no tocante a níveis*

---

<sup>230</sup> “There is ample evidence that human linguistic competence includes quantitative constraints”.

<sup>231</sup> Por isso a TVM é também denominada *Sociolinguística Quantitativa*.

<sup>232</sup> “[...] system of communication used in social interaction”.

*particulares de uso.* (LABOV, 2008 [1972], p. 150, grifos nossos).

Do ponto de vista do *compartilhamento avaliativo*, Labov considera que apesar da heterogeneidade de produção, é a “homogeneidade na interpretação” (LABOV, 1982, p. 18) das variantes de uma variável que delimita uma comunidade de fala. Essa homogeneidade interpretativa pode ser verificada em dois aspectos: (i) na *avaliação social*, evidente para algumas variáveis, especialmente no caso de *estereótipos*, mas encoberta para a maioria delas (no nível inconsciente: *indicadores e marcadores*)<sup>233</sup>, porque embora “as atitudes sociais para com a língua [sejam] extremamente uniformes dentro de uma comunidade de fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 287), “os falantes, nem vagamente, têm consciência da maioria das relações profundas” (LABOV, 2008 [1972], p. 314); e (ii) na direção comum de *mudança estilística* – “a maioria dos falantes seguem um padrão regular de alternância estilística na mesma direção” (LABOV, 2008 [1972], p. 138), talvez porque “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento [seja] a concordância uniforme em reações subjetivas” (LABOV, 2008 [1972], p. 288) – daí a “conexão íntima entre variação estilística e variação social” (LABOV, 2008 [1972], p. 156), no âmbito do pensamento laboviano.

Do ponto de vista da *uniformidade nos padrões abstratos das regras variáveis* entra em cena a *hipótese clássica*<sup>234</sup> de aquisição

---

<sup>233</sup> Esses três tipos de variáveis são definidos em 3.2.3.2.

<sup>234</sup> Segundo a *hipótese clássica de aquisição da língua*, o indivíduo estabiliza o seu padrão de comportamento linguístico, tanto de produção quanto de avaliação, em determinadas fases de seu desenvolvimento e *conserva-o pelo resto de sua vida* (NARO, 2003). Assim é que: (i) dos 2 aos 3 anos os usos linguísticos são dominados pelos exemplo dos pais; (ii) dos 4 aos 13 anos, pelo exemplo dos pares, ou seja, dos pré-adolescentes com quem se convive, firmando-se, nessa fase, os padrões automáticos de produção; (iii) dos 14 aos 16 anos, adquire-se o conjunto de normas sociais avaliativas, tornando-se sensível ao significado social dos diferentes modos de se falar; e (iv) dos 17 aos 18 anos familiariza-se totalmente com as normas da comunidade (LABOV, 2008 [1972]).

A partir dessa explicação, assume-se o pressuposto de que o vernáculo do adulto, indiciando o primeiro sistema linguístico adquirido, reflete o estado de língua do período de aquisição (ECKERT, 2012).



inconsciente da língua, uma vez que é por meio dessa hipótese que se explica a uniformidade tanto na avaliação das variantes quanto na detenção de regras variáveis, responsáveis pelas restrições dos processos de variação. Assim, “[a]queles que *adquirem o vernáculo da comunidade de fala em seus anos de formação mostram esse acordo geral*, mas outros não, mesmo quando eles mostram muito das características de produção da comunidade de fala”<sup>235</sup> (LABOV, 1982, p. 18-19, grifos nossos).

Com foco na “língua tal como usada na vida diária por membros da ordem social” (LABOV, 2008 [1972], p. 13), a SV considera que a língua pode ser mais facilmente observada no vernáculo<sup>236</sup>, definido como o “estilo em que se presta o mínimo de atenção à fala” (LABOV, 2008 [1972], p. 103), o estilo prototípico de contextos informais de uso da língua. O pressuposto por trás dessa escolha é que o vernáculo é o tipo de uso linguístico mais representativo do sistema linguístico abstrato porque (i) representa a primeira variedade linguística adquirida pelo falante, (ii) porque é livre de hipercorreção e (iii) porque é o estilo a partir do qual todos os outros se constituem (TAGLIAMONTE, 2012).

Por fim, pode-se destacar que o Programa de Pesquisa de orientação laboviana considera desde questões teóricas mais amplas, como um sistema de *tendências gerais* de mudança, passando por questões de natureza empírica, como os estágios intervenientes ou o percurso pelo qual uma forma passa de um estágio a outro enquanto muda até esclarecer quais relações se estabelecem dentro do sistema

---

<sup>235</sup> Sobre a concepção de comunidade de fala, para além dos aspectos acima considerados, destaque-se que essa noção é amplamente discutida na área (cf. ROMAINE, 1980; HUDSON, 1980; FIGUEROA, 1994; MILROY e MILROY, 1998; GUY, 2000, 2001; PATRICK, 2004; SEVERO, 2008a LUCCHESI, 2012, entre outros). Considerando, por exemplo, a comunidade de fala como uma base explicativa para a distribuição de semelhanças e diferenças linguísticas entre grupos de falantes, Guy (2000, 2001) elenca os seguintes critérios definidores de comunidade de fala: (i) *compartilhamento de características linguísticas* (palavras, sons ou construções gramaticais, além de restrições ou efeitos de contexto); (ii) *densidade de comunicação relativamente alta* entre os falantes de uma comunidade; (iii) *normas compartilhadas*, ou seja, atitudes em comum sobre o uso da língua, considerando direção da variação estilística e avaliação social em comum das variáveis linguísticas.

<sup>236</sup> Cf. discussão sobre vernáculo na seção 3.3.1.

linguístico no qual a mudança é investigada, entre uma forma em processo de mudança e as demais formas já presentes no sistema ou entre outros processos de mudança coocorrentes; e investiga também as relações entre o fenômeno em mudança e a estrutura social da comunidade na qual a mudança acontece, incluindo a avaliação que a comunidade faz de formas novas, consciente ou inconscientemente, pois ela é decisiva para acelerar ou reprimir a mudança (cf. WLH, 2006[1968]; LABOV, 2008 [1972]; LABOV, 1982). Todos esses aspectos se organizam em torno de *cinco problemas* a que uma teoria de mudança precisaria responder, conforme WLH (2006[1968]): (1) *o problema da restrição*; (2) *o problema do encaixamento*; (3) *o problema da transição*; (4) *o problema da avaliação*; (5) *o problema da implementação* (cf. 3.2.3.1).

Em outras palavras, a explicação da mudança linguística parece envolver três questões distintas, a saber, (i) a “*origem*” das variações linguísticas, quando ainda estão confinadas a um pequeno grupo de pessoas<sup>237</sup>; (ii) a “*difusão*”<sup>238</sup> e *propagação*” das mudanças linguísticas, quando a variação é adotada por um amplo grupo de falantes, a ponto de a forma mais nova contrastar com uma forma mais antiga “ao longo de uma ampla frente de interação social”; e (iii) a “*regularidade*” ou “*término*” da mudança linguística, quando variantes concorrentes “são eliminadas”<sup>239</sup> (LABOV, 2008 [1972], p. 19; 152).

<sup>237</sup> *Origem*, na TVM, é *propagação* da mudança; assim, quando se fala em origem está se falando de *grupo social de origem*, de primeiro grupo que usa uma forma nova, como se lê em Labov (2008 [1972], p. 366): “A mudança aparece primeiramente como um traço característico de um subgrupo específico. [...] À medida que o traço linguístico se desenvolve dentro do grupo original de falantes [...]”. Origem da mudança, na TVM, não se confunde, portanto, com a noção de *emergência* de formas novas, relacionada a “ato de algum indivíduo” (LABOV, 2008 [1972], p. 320).

<sup>238</sup> Em complemento à nota anterior, *difusão*, para a TVM, já se refere ao período em que formas novas se estendem para além do grupo social de origem.

<sup>239</sup> Labov considera “*término*” da mudança quando uma das variantes do processo de variação é eliminada (LABOV, 2008 [1972], p. 152). No entanto, tendo em vista que mudança é um processo contínuo e que uma mudança supostamente completada pode ser gatilho para novas mudanças, o foco do autor repousa sobre *mudanças em curso* e não sobre *mudanças completadas*. Labov (2003) considera que o intervalo de variação entre 95% e 99% de emprego de uma das variantes no processo de variação apontaria uma regra linguística semicategórica ou o “fim de uma mudança linguística em progresso”

Pode-se dizer que o conjunto de preocupações da TVM, por todos esses aspectos, é com uma *teoria de mudança linguística*, uma que, para ser *satisfatória*, precisaria dar conta “das condições antecedentes que determinaram a iniciação, ritmo, direção e encerramento de uma determinada mudança e, finalmente, o conjunto de condições para a mudança de linguagem em geral” (LABOV, 1982, p. 23).<sup>240</sup>

Labov também considera que uma teoria geral de mudança linguística, nesses termos, contribui “para a teoria geral da evolução social” (LABOV, 2008, p. 150). Assim, pode-se dizer que a TVM é uma abordagem, ao mesmo tempo, linguística, estatística e social (TAGLIAMONTE, 2012).

### 3.2.2 Problematizações sobre o conceito de variável

Nesta subseção, apresentam-se algumas problematizações acerca da concepção laboviana de língua que culminaram na “primeira grande crise no estatuto metodológico da sociolinguística” (CAMACHO, 2013, p. 127). A partir disso, (i) aprofunda-se a compreensão acerca de alguns pressupostos metateóricos que orientam o pensamento laboviano; (ii) destacam-se as expansões pelas quais o conceito de *variável linguística* passou; e (iii) apresentam-se as consequências dessa expansão para a perspectiva laboviana dos estudos variacionistas.

A primeira problematização proposta ao Programa de Pesquisa laboviano girou em torno do conceito de variável linguística, conforme exposto, já que ele pressupunha que as *variantes são equivalentes do ponto de vista semântico*. O conceito inicialmente delineado permaneceu, então, no campo variacionista, fortemente dedicado à análise de fenômenos fonético-fonológicos, até que o estudo de Weiner

---

(p. 242); já os fenômenos variáveis apresentariam frequências de variação superiores a 5% e inferiores a 95%. Nevalainen e Palander-Collin (2011), contudo, consideram que frequência de uso de uma forma nova acima de 85% já é indicativo de “mudança concluída”. Retoma-se essa questão em 3.4.3.1.

<sup>240</sup> “A satisfactory general theory of language change would give an account of the antecedent conditions that determined the initiation, rate, direction and termination of a given change and eventually the set of such conditions for language change in general”.

e Labov (1983 [1977])<sup>241</sup> fez Lavandera (1978): (i) questionar a possibilidade de estudos variacionistas em níveis mais altos que o fonológico – tendo em vista que, acima desse nível, cada forma tem um *significado* (por ser motivada comunicativamente) e, por isso, não dizem a mesma coisa –; (ii) criticar o fato de Labov posicionar, para o estudo das construções sintáticas, *significação socialestilística* no mesmo nível de *significação referencial*; e (iii) sugerir o critério de “comparabilidade funcional” (LAVANDERA, 1978, p. 181), para a definição do que se pode tomar como uma variável.<sup>242</sup>

Labov, contudo, reiterando que a análise da regra variável era *para a investigação da gramática da língua*, parte da competência linguística do falante, fez questão de indicar que o conjunto de preocupações de Lavandera já não concernia ao que estava no centro dos estudos variacionistas, bipartido, na ocasião, em duas diferentes frentes de trabalho, conforme se verifica no excerto a seguir:

[a] discussão de Lavandera sobre variabilidade parece nascer de um *período anterior* no estudo da variação, *quando a motivação principal era descobrir a motivação social* de determinadas mudanças sonoras e *demonstrar a distribuição ordenada de escolhas linguísticas em todo o espectro social*. Mas desde Labov, Cohen, Robins e Lewis (1968), *a análise da variação tem estado igualmente interessada nas restrições internas* do

---

<sup>241</sup> Os autores realizaram um estudo sobre variação entre construções ativas com sujeito genérico e passivas sem agente – *eles quebraram o armário de bebidas, o armário de bebidas foi quebrado*, respectivamente (LABOV, 1978, p. 10) –, concluindo que as construções eram semanticamente equivalentes e não sensíveis a fatores sociais. Note-se, com isso, como observa Faraco (2006), que a variável linguística é uma unidade do sistema linguístico que permite, por exemplo, *a realização de análises puramente estruturais* de fenômenos variáveis (FARACO, 2006).

<sup>242</sup> Problematicando e exemplificando a questão, Paredes da Silva (2004) considera que, na perspectiva de Lavandera, frases como “[1] Está frio aqui; [2] Como você consegue ficar sem casaco; [3] Por favor, feche a janela”, porque se referem à “mesma intenção comunicativa”, poderiam ser consideradas *variantes de uma variável* (PAREDES SILVA, 2004, p. 69). Como veremos adiante, contudo, nosso entendimento do que seja *comparabilidade funcional* é menos abrangente do que o que sugere Paredes da Silva.

comportamento governado por regras e na luz que essas restrições lançam sobre operações cognitivas e ‘conhecimento’ da gramática. (LABOV, 1978, p. 10-11, grifos nossos).<sup>243</sup>

Além disso, a resposta de Labov a Lavandera deixou mais evidente que o “sociolinguista [Labov] vê a linguagem construída sobre uma herança biológica comum” (LABOV, 1978, p. 3-4)<sup>244</sup>, sendo, por isso, as representações lógicas ou as funções de “comunicar sinais de territorialidade e de acomodação” (LABOV, 1978, p. 4)<sup>245</sup> as mais proeminentes da língua.

Disso, Labov especificou que, no âmbito da SV, *significado* tem a acepção de *significado representacional*, de maneira que as variantes referem-se a um *mesmo estado de coisas ou mesmo valor de verdade* e, por isso, o termo (significado) não se confunde com “significação” ou “sentido” – “um tipo de carga funcional que podemos querer distinguir nitidamente do significado representacional” (LABOV, 2008 [1972], p. 221).

Como consequência, o autor (i) subordinou *a função expressiva da linguagem à função representacional*, embora também admitindo que uma teoria “de nível superior” (LABOV, 1978, p. 4), também considera, além da função de *representação*, as de *identificação e de acomodação* ao ouvinte<sup>246</sup>; (ii) assumiu a visão formalista de que alguns

<sup>243</sup> “Lavandera's discussion of variability seems to spring from an earlier period in the study of variation when the primary motivation was to discover the social motivation of particular sound changes and demonstrate the ordered distribution of linguistic choices across the social spectrum. But since Labov, Cohen, Robins and Lewis 1968, the analysis of variation has been equally concerned with internal constraints on rule-governed behavior, and the light which these constraints throw on cognitive operations and "knowledge" of the grammar”.

<sup>244</sup> “The sociolinguist sees language built on a common biological inheritance”.

<sup>245</sup> “[...] to communicate signals of territoriality and accommodation”.

<sup>246</sup> Além da função representacional, Labov (1982; 2010) também considera o fato de a linguagem exercer *funções sociais*, subdivididas em: (a) *função expressiva* e (b) *função diretiva* que, em termos de dados gerados por estudos sociolinguísticos recentes, podem ser assim explicadas: a *função expressiva*, a que Labov (1978) denominou *função de identificação do falante*, fornece “informações sobre o estado emocional do falante, idade, sexo, etnia, status socioeconômico e da identidade local”; ao passo que a *função diretiva*, a que Labov (1978) denominou *função de acomodação ao ouvinte*, implicaria

enunciados são parcialmente semelhantes na forma e no significado, com uma diferença: enquanto o linguista formal atua no sentido de *encontrar diferenças sutis* de significado, o trabalho do sociolinguista é *apagar essas diferenças* e, por isso, as formas (variantes) podem ser tomadas como alternativas; e (iii) preconizou que o procedimento de análise para se definir “o envelope de escolhas linguísticas” (LABOV, 1978, p. 5)<sup>247</sup> consiste em:

- ✓ isolar e definir elementos que variam ao longo de uma mesma dimensão (fonológica, morfológica, sintática etc.) em resposta a um “mesmo estado de coisas” (LABOV, 1978, p. 5)<sup>248</sup>;
- ✓ isolar o contexto (a) em que “o mesmo item formal tem funções linguísticas diferentes”, (b) em que a “variação é neutralizada”, (c) em que a “regra é categórica”. (LABOV, 1978, p. 6).<sup>249</sup>

Em síntese, com as questões levantadas por Lavandera, Labov especificou o conceito de variável, que passou de *formas com “mesmo significado” para formas com “mesmo significado representacional”*, sem negar, contudo, a “língua como um instrumento de comunicação social, que serve simultaneamente para representar informações, estabelecer identificação de grupo e acomodar a situações sociais” (LABOV, 1982, p. 84)<sup>250</sup> – além de também ter incluído a questão contextual, nos termos acima, na definição.

Mesmo assim, seguindo a linha de Lavandera, no âmbito dos estudos variacionistas atuais se opera, por exemplo, com a noção de que “variação linguística ocorre quando duas ou mais formas distintas [...] são usadas para expressão do mesmo significado ou da *mesma função*”

“acomodações para o público, ajustando a distância social, em termos de cortesia e de deferência, de mudança de estilo” e de *audience design*. (LABOV, 2010, p. 371). Sobre esses dois últimos aspectos, cf. seção 3.3.

<sup>247</sup> “the envelope of linguistic choices”.

<sup>248</sup> “same state of affairs”.

<sup>249</sup> “the same formal item has a different linguistic function and setting asideenvironments where thevariation is neutralized or where therule is categorized”.

<sup>250</sup> “[...] language as an instrument of social communication, simultaneously serving to represent information, establish group identification, and accomodate to social situations”.

(GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 38; grifo nosso), compreensão que suscita o enfrentamento de pelo menos dois problemas (ambos destacados no Capítulo 2 desta tese): (i) a inexatidão do termo *função* – Milroy e Gordon (2003), por exemplo, consideram que as variantes apresentam “mesma *função comunicativa*” (MILROY; GORDON, 2003, p.170; grifos nossos); e (ii) o fato de a especificação funcional das formas depender de critérios constituídos pelo analista (cf. 1.1.1 e 1.12), além de a relação forma/função ser assimétrica, demandando a necessidade de se lidar com formas multifuncionais e funções sendo exercidas por muitas formas, ou seja, demandando “identificar a sobreposição forma/função e explicar como e por que ela existe” (TAGLIAMONTE, 2006, p. 10)<sup>251</sup> – como no caso das formas que *expressam o futuro do presente*.

Além disso, com essas revisões, o campo se abriu para a investigação de variação em níveis gramaticais cada vez mais altos, fazendo com que o termo *função* passasse a se associar ao termo *discurso*, conferindo, agora, às variáveis, um tratamento identificado como *discursivo-funcional*. Isso ampliou o problema terminológico do campo (já tendo que se envidar com o termo *função*), uma vez que o termo *discurso* também evoca muitas acepções (e quadros teóricos), no campo dos estudos Linguísticos.

Rastreando panoramicamente estudos sociolinguísticos brasileiros que se dedicaram ao exame de fenômenos linguísticos variáveis de nível gramatical mais alto, nos últimos 30 anos, por exemplo, Görski e Valle (2016) identificam essa associação (entre os termos *variação* e *discurso/discursivo(a)*) com o termo *discurso* designando alternativamente: (i) “organização da linguagem acima da sentença, remetendo à ideia de texto”; e (ii) “uso linguístico na interação, envolvendo também aspectos pragmáticos” (GÖRSKI; VALLE, 2016, p. 81). Além disso, as autoras registram também a seguinte lista de termos (e suas respectivas acepções) que emergem na literatura variacionista brasileira, em decorrência da expansão do nível linguístico de análise:

- i. *fenômenos linguísticos variáveis de natureza discursiva* (variáveis discursivas): são fenômenos que envolvem aspectos

---

<sup>251</sup> “The goal of variation analysis is to pinpoint the form/function overlap and explain how this overlap exists and why”.

textuais, argumentativos, pragmáticos, entre outros – como no caso de *marcadores discursivos*, como *aí, daí, então; e* (TAVARES, 2003); *sabe?, não tem?, entende?* (VALLE, 2014); *olha e veja* (ROST SNICHELOTTO, 2009), por exemplo; nesse caso, o objeto de investigação é de nível discursivo;

- ii. *contexto discursivo*: refere-se ao lugar (em termos morfosintáticos, textuais, pragmáticos etc.) em que um fenômeno variável se manifesta;
- iii. *variação discursiva*: designa tanto o processo variável que envolve variáveis discursivas, quanto os *condicionadores* que influenciam o uso das variantes, como “gêneros textuais, sequências discursivas<sup>252</sup> e tópico” (GÖRSKI; VALLE, 2016, p. 80).

A consequência de se passar a investigar fenômenos variáveis em níveis gramaticais mais altos vai, contudo, muito além da complexidade terminológica, uma vez que atinge, principalmente, a possibilidade de constituição do envelope de variação, ou seja, o quadro de princípios e de procedimentos metodológicos necessários para a identificação dos itens que estão ou não em variação. Nesse sentido, é a própria emergência do critério *comparabilidade funcional*, para a delimitação das formas alternativas de uma variável, que convoca discussões relacionadas à *demarcação de funções* das formas e, justamente nesse contexto, o conceito de *domínio funcional* (cf. 1.1.1) tem sido acionado nos estudos variacionistas para recorte de uma variável.

Por todos esses aspectos, parece ser possível concluir que, por um lado, com as problematizações suscitadas já a partir do final da década de 1970 em torno do conceito de variável linguística, para além de uma (re)definição objetiva desse conceito, promoveu-se uma expansão teórico-metodológica no campo variacionista, em direção ao

---

<sup>252</sup> Note-se como as autoras, em conformidade com a literatura que citam, também usam alternativamente os termos *texto* e *discurso*, ao agenciarem, por exemplo, os termos *gênero textual* (e não *gênero discursivo*) e *sequência discursiva* (e não *sequência textual*).



funcionalista. No cenário brasileiro, portanto, há inúmeros trabalhos (TAVARES, 2003; GÖRSKI et al., 2003; POPLACK, 2011; TAVARES; GÖRSKI; 2012; TAVARES, 2013; VALLE, 2014, dentre outros) que, explicitamente, se dedicam a uma abordagem denominada *sociofuncionalista*, resultante justamente do diálogo entre alguns aspectos do funcionalismo norte-americano e alguns aspectos da SV (cf. 5.3.1).

Explicações para os fenômenos variáveis são, então, buscadas, atualmente, no âmbito dos estudos variacionistas, por um lado, no incessante processo de constituição da gramática, ou seja, no processo de gramaticalização. Contudo, por outro lado, parece que o postulado de comparabilidade funcional proposto por Lavandera (e até hoje em desenvolvimento no campo) “não sensibilizou Labov [...], que, afastando esse cálice, para ele amargo, preferiu sustentar o princípio de equivalência referencial” (CAMACHO, 2015, p. 22-23) das formas; essa decisão, como se apresenta ao longo do capítulo, parece decorrer, em grande medida, da própria concepção de língua do autor e, nesse âmbito, da visão de que o aspecto mais fundamental do sistema linguístico (regras e restrições das regras), tal como concebido por ele, é inconsciente e, por isso, não manipulável pelos indivíduos.

### **3.2.3 Os problemas empíricos para uma teoria de variação e mudança: reposicionando o problema da avaliação**

Conforme já mencionado, as questões gerais com as quais se deve lidar em uma pesquisa variacionista de orientação laboviana se organizam em torno de *cinco problemas* a que uma teoria de mudança<sup>253</sup> precisaria responder e, portanto, acomodar em seu arcabouço teórico-metodológico: (1) *o problema da restrição*; (2) *o problema do encaixamento*; (3) *o problema da transição*; (4) *o problema da avaliação*; (5) *o problema da implementação* (WLH, 2006 [1968]). A seguir, trata-se dos problemas da restrição, do encaixamento, da transição e da implementação; e, na sequência, do problema da avaliação e de como ele tem sido reposicionado no campo de investigação variacionista.

---

<sup>253</sup> Ressalte-se que o texto clássico de WLH (2006 [1968]), bem como toda produção laboviana, não constitui uma *teoria de mudança*, mas postula fundamentos empíricos para uma teoria de mudança.

### 3.2.3.1 Os problemas da restrição, do encaixamento, da transição e da implementação

Embora, nesta tese, nosso interesse esteja mais diretamente relacionado ao problema da avaliação, uma rápida explanação inicial acerca dos demais problemas empíricos cumpre duas funções: (i) salientar como Labov prioriza o sistema linguístico para a explicação da variação e da mudança linguística; e (ii) ilustrar como as pesquisas brasileiras sobre a expressão do futuro do presente, seguindo Labov, fazem o mesmo, ocupando-se, principal e/ou exclusivamente, do *problema da restrição, do encaixamento e da transição*, e deixando quase silenciado o problema da avaliação.

De maneira geral, o *problema da restrição* refere-se à identificação de mudanças possíveis ou de condições possíveis para a mudança (WLH, 2006 [1968], p. 36), à identificação de um conjunto de universais que condicionam (desencadeando ou inibindo) processos de mudança, destacando-se que, como esses princípios não são considerados categóricos, isto é, podem ser violados<sup>254</sup>, são tratados como um sistema de “tendências possíveis”(WLH, 2006 [1968], p. 77). Se, por um lado, nesse sistema estão incluídos, inclusive, fatores extralinguísticos, atuando como condicionadores de mudança – embora Labov (1982) argumente que pode haver universais das línguas, independentemente das condições históricas<sup>255</sup> –, por outro lado, o autor observa que buscar esses fatores universais seria buscar um aspecto isolado de linguagem, isolado tanto de uma matriz linguística quanto de uma matriz social. Por isso, considera que o problema da restrição,

---

<sup>254</sup> Labov (1994) afirma não haver contradição entre uma abordagem empírica, como a que preconiza, e uma universalista, visto que ambas podem possuir o mesmo objetivo, que é encontrar princípios mais gerais que regem a estrutura da língua e da mudança linguística.

<sup>255</sup> Fatores cognitivos, pertencentes à competência linguística dos falantes, poderiam explicar esses universais, entendendo que eles, num sentido mais específico, apontam para fatores que influenciam a aquisição do sistema linguístico que, por sua vez, transmite informações sobre um estado de coisas. (cf. LABOV, 2010).

como postulado em WLH (2006 [1968]), deve ser “amalgamado ao problema do encaixamento” (LABOV 1982, p. 60)<sup>256</sup>.

O *problema do encaixamento* dedica-se à compreensão de como a mudança afeta a estrutura linguística e de como essa se encaixa na estrutura social da comunidade, levando em consideração que, no “desenvolvimento da mudança linguística, encontramos estruturas linguísticas encaixadas desigualmente na estrutura social” (WLH, 2006 [1968] p.123), além de, nos estágios iniciais e finais da mudança, haver pouca correlação entre sistema social e sistema linguístico. Assim, faz-se necessário identificar o grau de correlação que existe entre a *variação social* e a *mudança linguística*, mostrando como o sistema linguístico é afetado com o processo. A investigação de uma mudança linguística requer a identificação de outras mudanças ocorrendo na língua (mudanças em cadeia) e *na sociedade*. A abordagem laboviana dos estudos sociolinguísticos tem indicado que “a variação linguística no mundo moderno<sup>257</sup> está correlacionada com um pequeno número de

<sup>256</sup> “[...] the constraints problem should be merged with the embedding problem”.

<sup>257</sup> Um importante ponto a se destacar é que os estudos labovianos parecem estar para o mundo moderno assim como os estudos variacionistas que mais se afastam das concepções labovianas, como se apresenta ao longo deste capítulo, parecem estar para o mundo pós-moderno ou da modernidade-tardia ou ainda modernidade radicalizada (três termos para designar a organização do mundo contemporâneo, a depender do autor que se toma como referência). Adoto, ao longo deste texto, concepções, sobre esses dois tipos de organização social (modernidade e modernidade-tardia/ modernidade radicalizada), tanto de Coupland (2007) – que fala em *modernidade-tardia* – quanto de Giddens (1991) – que fala em *modernidade radicalizada*. Nesse sentido, informa-se que estou entendendo, muito panoramicamente, que: (1) “‘modernidade’ refere-se a estilo, costume de vida ou organização social que emergiram na Europa a partir do século XVII e que ulteriormente se tornaram mais ou menos mundiais em sua influência” (GIDDENS, 1991, p. 8), tendo como uma de suas principais características, pelo fato de ser baseado no capitalismo, a promoção de estrutura social de classes; (2) modernidade-tardia/modernidade radicalizada, por sua vez, refere-se a um período em que “as consequências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes” (p. 9), fazendo emergir uma nova organização social, com novos modos de vida, caracterizada, por exemplo: (i) pelo declínio gradual da hegemonia global europeia ou ocidental – como efeito colateral de sua própria disseminação; (ii) pela ascensão de novos movimentos sociais; (iii) pela criação de novas agendas políticas,

variáveis sociais: idade, sexo, classe social, raça/etnia, status urbano/rural e localização nas redes sociais” (LABOV, 2010, p. 197; grifo nosso).<sup>258</sup>

Explicar o encaixamento estrutural e social de uma mudança é também descrever os *fatores condicionantes* da mudança. Como esses fatores, ao se mostrarem regulares, podem ser elevados ao estatuto de tendências gerais ou “universais”(LABOV, 1982, p. 71)<sup>259</sup>, justifica-se a estreita relação entre o problema de restrição e o problema do encaixamento, conforme preconizado por Labov (1982).

Já o *problema da transição* está diretamente relacionado com o desejo de uma teoria de mudança que explique “*como* a estrutura linguística de uma comunidade complexa se transforma no curso do tempo” (WLH, 2006 [1968], p. 37, grifos nossos), pois destaca a necessidade de se definir o percurso de uma mudança, com a compreensão de que ela se processa em um *continuum*. Nos termos de Coelho et al. (2015):

A transição diz respeito à maneira como uma mudança progride ao longo de sucessivas gerações e a incrementação é o mecanismo pelo qual a mudança avança. Com este problema, procura-se compreender como as formas em variação/mudança se propagam passando de um *estágio* a outro pela expansão dos contextos linguísticos de uso das formas, pela sua transmissão entre gerações, pela sua difusão ao longo do tempo e entre grupos sociais. (COELHO et al., 2015, p. 84, grifo dos autores).

A questão central do *problema da implementação* é entender “por que as mudanças num aspecto estrutural ocorrem numa língua

além da compreensão de que “a vida cotidiana [é] um complexo ativo de reações aos sistemas abstratos, envolvendo tanto apropriação como perda” e de que “o engajamento político coordenado [é] possível e necessário, num nível global bem como localmente” (GIDDENS, 1991, p. 133).

<sup>258</sup> “[...] linguistic variation in the modern world is correlated with a small number of social variables: age, gender, social class, race/ethnicity, urban/rural status and location in social networks”.

<sup>259</sup> “[...] status of universal”.

particular numa dada época, mas não em outras línguas com o mesmo aspecto ou na mesma língua em outras épocas” (WLH, 2006 [1968], p. 37). Nesse sentido, buscaram-se as *causas*<sup>260</sup> da mudança, uma vez que “entendemos uma coisa quando entendemos como ela surgiu” (LABOV, 1982, p. 84)<sup>261</sup>. Nessa via, sobre a questão de gatilhos de mudança, WLH ([1968] 2006) já haviam argumentado que a grande dificuldade desse problema está em dois aspectos: (i) no fato de que o que pode desencadear uma mudança é resultado da articulação de muitos eventos (universais, sócio-históricos e linguísticos), sendo o grande problema identificar qual(is) fator(es) está(ão) diretamente correlacionado(s) com uma mudança; com isso “hipóteses preditivas” sobre essa questão não estão disponíveis ao pesquisador – “problema comum a todos os estudos do comportamento social” (WLH, 2006 [1968], p. 124); (ii) no fato de que as explicações sobre as mudanças são feitas *a posteriori*, apenas quando já estão em estágio avançado ou mesmo quando já se completaram, o que faz com que a identificação do real fator que desencadeou uma mudança nem sempre possa ser captado pelo pesquisador (WLH, 2006 [1968]; Labov, 2010).<sup>262</sup>

As dificuldades que cercam o problema da implementação conduziram Labov, posteriormente, a concluir que cabe ao pesquisador, nesse tipo de questão, *voltar-se para o sistema da língua*.<sup>263</sup> Não se pode negar que, talvez, essa opção se justifique pela compreensão laboviana de que a língua, embora seja um fenômeno social, não evoca uma relação de determinação direta dos fatos sociais sobre os linguísticos, já que “[a] estrutura linguística e a social não são de modo algum coextensivas. A grande maioria das regras linguísticas está bastante

<sup>260</sup> Severo (2007) prefere falar em “condições” para a mudança, e não “causas”, considerando que essa última ideia (a de causalidade) pressupõe um certo determinismo. Concordamos com a autora, mas optamos por preservar o termo usado por Labov.

<sup>261</sup> “[...] we have indeed come to understand a thing when we understand how it came to be”.

<sup>262</sup> Mesmo assim, WLH (2006 [1968], p. 124) advertem que “[t]ais considerações não devem nos impedir de examinar tantos casos quanto pudermos em todo pormenor”, já que é de poucos casos muito bem estudados que se chega a padrões que podem conduzir a uma visão geral sobre as motivações para a mudança linguística.

<sup>263</sup> Embora WLH tenham deixado claro que “não acreditam que esse problema possa ser resolvido por investigações estruturais” (FARACO, 2006, p. 23).

distante de qualquer valor social” (LABOV, 2008 [1972], p. 290). Quando considera, por exemplo, “[q]uais são então as forças que iniciam, dão forma e conduzem à completude de mudanças linguísticas abrangentes [...]?” (LABOV, 2010, p. 89)<sup>264</sup>, a resposta de Labov, dada através de um longo capítulo sobre mudanças em cadeia nos subsistemas de vogais do inglês, *sustenta ser o próprio sistema linguístico*, uma vez que o sistema em si tem uma causa: o próprio estado de equilíbrio atingido.

Por outro lado, o autor também defende que há “curvas na cadeia de causalidade” de uma mudança, o que significa que, ainda que uma causa de mudança fosse identificada e que tendências gerais regessem seu rumo, ela poderia não seguir o rumo previsto, inclusive poderia ser revertida, por conta de outros fatores internos ou externos que atravessassem seu percurso (LABOV, 2010, p. 90). É para entender esses casos de reversão e de perturbação no rumo da mudança mecânica (motivada pelo próprio sistema) que os fatores sociais deveriam ser investigados com mais atenção, segundo o autor.

Pode-se, partindo disso, concluir que, para Labov, parece que (i) “[a]s variáveis são dependentes de fatores internos, ou sistêmicos, e externos, ou sociais, e o valor dos internos é sempre explanatoriamente superior aos externos” (CAMACHO, 2015, p. 22; grifos nossos); (ii) o caminho teórico instaurado por WLH “harmoniza os fatores empíricos da heterogeneidade com o *procedimento epistemológico de uma abordagem estrutural*” (CAMACHO, 2013, p. 100; grifo nosso).<sup>265</sup>

Considerando que é sob o olhar laboviano que grande parte dos estudos brasileiros investiga a expressão do futuro do presente (cf. 1.2), pode-se depreender que esse fenômeno tem sido visto predominantemente a partir de uma ótica epistemológica também estrutural. Sintomático disso é, por exemplo, o fato de esses estudos terem produzido conhecimento (apenas) sobre: (1) *o problema da restrição*, com a descrição das tendências gerais de mudança na

<sup>264</sup> “What, then, are the forces that initiate, shape and drive to completion the sweeping linguistic changes [...]?”

<sup>265</sup> Não se deve omitir, porém, que o autor sempre advertiu que (i) “uma abordagem que considera apenas as pressões estruturais dificilmente pode contar a história toda” (LABOV, 2008 [1972], p. 20) e que (ii) “não se pode entender o desenvolvimento da mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade em que ela ocorre” (LABOV, 2008 [1972], p. 21).

expressão do futuro; (2) *o problema do encaixamento*, com foco na descrição dos condicionadores linguísticos e extralinguísticos (predominantemente os macrossociais clássicos) do fenômeno; e o (3) *o problema da transição*, com foco, sobretudo, (i) na descrição da expansão dos contextos linguísticos em que a forma nova (perífrase com *ir* no presente) é usada, (ii) na identificação de fatores macrossociais (sexo, idade e escolaridade) que condicionam os usos do fenômeno e (iii) na investigação da difusão, ao longo do tempo, da forma inovadora. *O problema da implementação, que parece demandar atenção a eventos contingentes atuando sobre a língua*, bem como o *problema da avaliação* não têm sido foco de atenção nas pesquisas, havendo, portanto, questões lacunares sobre esse fenômeno mesmo no âmbito do quadro variacionista.

### 3.2.3.2 *O problema da avaliação: da primeira especificação à reconfiguração*

Resumidamente, apresentam-se aqui (i) como o problema da avaliação foi concebido no âmbito do pensamento laboviano, (ii) algumas críticas que essa concepção suscitou entre os pesquisadores do campo e, por fim, (iii) a nova perspectiva que emerge nos estudos variacionistas sobre a questão da avaliação, responsável por redimensionar a própria concepção de variação linguística.

O problema da avaliação, na perspectiva laboviana, diz respeito ao estabelecimento de “correlatos subjetivos dos diversos estratos e variáveis” (WLH, 2006 [1968], p. 124), isto é, o nível de consciência social ou a atitude social dos falantes de uma comunidade em relação aos fenômenos variáveis, considerando que “*valores sociais são atribuídos a regras linguísticas somente quando há variação*” (LABOV, 2008 [1972], p. 290, grifos nossos), embora a significação social não esteja “equitativamente distribuída por todos os elementos do sistema” (WLH, 2006 [1968], p. 123). Ademais, ressalte-se que a própria noção laboviana de comunidade de fala evoca a ideia de avaliação social compartilhada, mais do que de comportamento linguístico propriamente, embora o compartilhamento de usos linguísticos (envolvendo produção e percepção – processos em que os falantes costumam exibir

comportamentos distintos)<sup>266</sup>, seja também um critério definidor (cf. 3.2.1).

A depender do nível de consciência que se tem das formas linguísticas, a SV considera dois tipos de mudanças: (i) “mudanças vindas de cima” e (ii) e “mudanças vindas de baixo” (LABOV, 2008, [1972], p. 152). Na *mudança vinda de cima*, os recursos tendem a ser importados de fora da comunidade de fala, exigindo, assim, dos falantes, *mais consciência sobre a própria forma*; nesse caso, forças sociais, via avaliação, atuam sobre o sistema linguístico (TAGLIAMONTE, 2012). As variantes novas desse tipo de mudança, portanto, refletem e instauram o prestígio do grupo de origem da forma (LABOV, 2010), embora “nem todas as formas de prestígio se disseminem pela comunidade e nem toda mudança vinda de cima” (LABOV, 2008, [1972], p. 359) se implemente.

Já na *mudança vinda de baixo*, os recursos se desenvolvem espontaneamente na comunidade de fala, seja (i) por *motivações do próprio sistema linguístico*, envolvendo processos cognitivos, como extensão, analogia, metáfora, metonímia, e, por essa razão, *os falantes tendem a estar inconscientes* das mudanças desse tipo, pelo menos de suas fases iniciais (TAGLIAMONTE, 2012); seja (ii) “em resposta a motivações sociais que são relativamente obscuras e mesmo assim têm a maior importância para a evolução geral da língua” (LABOV, 2008, [1972], p. 152). Essas mudanças geralmente são conduzidas por grupos de localização central no espectro social, como a classe média (LABOV, 2010).

*Ainda em relação ao nível de consciência dos falantes*, ostipos de recursos linguísticos envolvidos nos processos de *variação e mudança* podem ser classificados, na SV, como: indicadores, marcadores e estereótipos (LABOV, 2008 [1972]). Os *indicadores* são formas variáveis que estão abaixo do nível da consciência, são fracamente avaliados e podem estar estratificados geográfica e socialmente, porque mostram distribuição regular pelos grupos sociais, mas não são *estratificados* estilisticamente, porque são usados pelos falantes, mais ou menos do mesmo modo em qualquer contexto. Já os *marcadores* estão sujeitos à avaliação e à estratificação tanto social quanto estilística; as variáveis desse tipo representam um estágio mais avançado da difusão

---

<sup>266</sup> De acordo com WLH, costuma haver “disjunção entre produção e percepção” (2006 [1968], p. 120).



de uma mudança e, por isso, os falantes podem estar mais conscientes desses recursos, embora eles não costumem ser alvo de discussões metalinguísticas (TAGLIAMONTE, 2012). Por fim, os *estereótipos* são itens de uso consciente e, por isso, podem ser objeto de discussão metalinguística; são, portanto, notadamente marcados pela avaliação (LABOV, 2008 [1972]). Vale destacar que as variantes linguísticas podem alternar entre um tipo e outro de avaliação, conforme os diferentes estágios do processo de mudança e/ou as diferentes comunidades de fala.<sup>267</sup>

Além da questão do nível de consciência, a exposição laboviana sobre o problema da avaliação costuma acionar os seguintes elementos: (i) um modelo de estrutura social estratificada, em que a noção de classe social é central para a interpretação dos resultados de pesquisa; (ii) o pressuposto de homogeneidade quanto à atitude avaliativa dos falantes de um mesmo grupo social; (iii) a vinculação entre avaliação e grupo social, entre formas e significado social. Esses elementos são alvo de muitas críticas, como se apresenta, brevemente, a seguir.

Sobre o modelo de estrutura social, Milroy e Milroy (1998) criticam (i) o modelo conceitual de classe social adotado por Labov (advindo da teoria sociológica de Talcott Parsons (1952))<sup>268</sup>, no qual os *indivíduos são organizados hierarquicamente e consensualmente* com base na ideia de continuidade (do maior para o menor). Para os autores, a adoção de outras teorias de classe social, como a marxista, por exemplo, que utiliza um modelo de *processo de classe* e enfatiza o *conflito* e não o consenso entre classes, poderia ter convertido o foco da abordagem para a observação da *resistência à mudança*.

Além disso, Milroy e Milroy (1998) também criticam a centralidade desse modelo (de estrutura social) para a interpretação dos resultados de pesquisa, de modo que o estudo das causas, direção e ritmo da mudança depende fortemente da compreensão da relação entre estrutura social e mudança, como se lê em Labov (1994, p. 3): “Para entender as causas da mudança, é necessário saber onde, na estrutura

---

<sup>267</sup> Gráficos ilustrativos de fenômenos variáveis identificados como indicadores, marcadores e estereótipos podem ser conferidos em Tagliamonte (2012) e Labov (2008 [1972]).

<sup>268</sup> Parsons, J. T. (1952) *The Social System*. London: Tavistock Press.

social, a mudança se originou, como ela se espalhou para outros grupos sociais e quais grupos apresentaram maior resistência a ela”.<sup>269</sup>

Assim, por exemplo, no âmbito do pensamento laboviano, “a direção da mudança de estilo [...] corresponde ao movimento ascendente na hierarquia social”; e, do mesmo modo,

o fato de que as mulheres tendem a falar ‘mais cuidadosamente’ do que os homens tem sido interpretado como resultante de um desejo das mulheres em adquirir prestígio social [...], como se elas não pudessem adquiri-lo através de uma carreira de sucesso - como os homens (MILROY; MILROY, 1998, p. 38).<sup>270</sup>

Em relação ao pressuposto da homogeneidade quanto à atitude avaliativa dos falantes de um mesmo grupo social, Eckert (2000) argumenta que o uso de determinadas variantes, bem como a avaliação que se faz delas, não se vincula necessariamente a grupos sociais, mas *a posturas, a atividades e qualidades* que são mobilizadas no interior de *práticas específicas*, para a *construção de identidades* enquanto *índices de posturas assumidas, a fim de se obter legitimidade nelas*. Le Page (1998), nessa via, observa que as identidades que se pode assumir com a prática da linguagem são tão diversas que somos mesmo, linguisticamente, camaleões, a depender do que estamos tentando projetar ou indexar às formas linguísticas.

Considerando a vinculação entre avaliação e grupo social, e entre formas e significado social, Eckert e Wenger (2005) também destacam que o que conta como legítimo em um grupo particular é constantemente negociado e, por isso, demanda constante participação e realinhamento dos indivíduos. Para os autores, compreender que ser representante de um ponto na hierarquia social significa aceitar um tipo

<sup>269</sup> “To understand the causes of change, it is necessary to know where in the social structure the change originated, how it spread to other social groups, and which groups showed most resistance to it”.

<sup>270</sup> “[...] the direction of style-shifting (toward “careful” style) corresponds to upward movement in the social hierarchy”. “[...] the fact that females tend to speak more “carefully” than males has been interpreted as arising from a desire on their part to acquire social prestige through their speech, as they could not traditionally acquire this through career success – as males could”.

específico de avaliação social é operar com uma relação de causa e efeito “que deixa de lado as trocas na experiência, a intersubjetividade e a natureza mútua de construção social” (ECKERT; WENGER, 2005, p. 584).<sup>271</sup>

Por fim, quanto ao nível de consciência dos falantes, a proposta de classificação das formas variantes em indicador, marcador e estereótipo também é alvo de crítica por simplificar a relação entre formas e construção de seus significados sociais.

Nesse sentido, é no contexto em que o problema da avaliação se mostra como um dos pontos da SV que mais tem motivado a *contrapalavra* de pesquisadores que se dedicam ao estudo de fenômenos variáveis – frente a certa negligência (laboviana) teórica quanto ao fato de que os recursos linguísticos podem ser usados para os falantes se posicionarem dentro de grupos, e não em virtude deles – que emerge uma outra orientação de pesquisa no campo: *a que convoca uma perspectiva em que os recursos variáveis sejam tomados em relação a dinâmicas sociais particulares, dada a compreensão de que “os significados sociais surgem em práticas discursivas situadas”* (ZHANG, 2008, p. 202; grifos nossos)<sup>272</sup>.

Nessa empreitada, compreende-se que o que está em questão é *o capital simbólico dos usos linguísticos*, passando-se, então, a qualificar como *uma simplificação das relações sociais* considerar que o valor social dos recursos linguísticos é atribuído de acordo com uma estrutura estratificada *a priori* a que os falantes pertencem.

O raciocínio dessa nova orientação de pesquisa é o de que se as relações entre uma forma e um significado social não são naturais, há que se considerar que podem ser constantemente refeitas, embora possa ser igualmente possível que algumas relações se estabilizem relativamente através de longos processos históricos. Mas, ainda assim, a relação nunca será totalmente estável, pois os falantes ou grupos específicos, em uma situação particular, podem criativamente forjar novos significados para os fenômenos variáveis. É nesse sentido que o campo, por meio de uma de suas vertentes, conforme se apresenta em 3.2.4, à medida que recoloca teoricamente a própria questão do

<sup>271</sup> “The pairing of hierarchy and acceptance reflects a set of assumptions about cause and effect that leave behind the interleaving of experience, intersubjectivity, and the mutual nature of social construction”.

<sup>272</sup> “[...] social meanings emerge in situated discursive practices”.

significado social da variação, tem prestado “mais atenção à agenticidade do falante” (ZHANG, 2008, p. 202)<sup>273</sup> quanto aos usos linguísticos.

Coupland (2007), por exemplo, defende que não se deve imaginar que as formas linguísticas recebem significado no sistema sociolinguístico e só depois são acionadas (com esses significados) localmente: os significados sociais, para o autor, residem, em parte, (i) na forma linguística, (ii) na comunidade de fala, (iii) nas histórias e experiências sociolinguísticas, mas também (iv) é uma conquista de cada *ato de fala*, uma vez que os falantes podem atuar sobre relações já existentes (COUPLAND, 2007).

Nessa mesma direção, Zhang (2008), analisando a constituição dos significados sociais da variável linguística *rotacização*, na variedade falada em Pequim<sup>274</sup>, convoca a *concepção dialógica da linguagem, em termos bakhtinianos*, assumindo que ela “tem profundas implicações para investigar o significado social [dos recursos linguísticos] para além do contexto imediato” (p. 203)<sup>275</sup>, basicamente porque ela faz ver, por um lado, que o *significado social* reside na história social dos recursos linguísticos, o que restringe as possibilidades de usos futuros; e que, por outro lado, ele é sempre *emergente*, porque deriva de um processo de (re)contextualização de formas e funções.

Nesse contexto de discussões, o significado social da variação converte-se, então, em ponto de partida para o próprio estudo da variação, admitindo-se que ele tanto pode ser instável quanto mais regular – nesse último caso, fazendo com que até a denotação da palavra absorva conotações contextuais e ideológicas (ECKERT, 2008). Note-se, com isso, a visão, nessa nova orientação de pesquisa, de que as fronteiras entre função representacional e funções sociais da linguagem podem ser muito tênues.

No âmbito dessa proposta, opera-se, então, com a premissa de que a heterogeneidade é um traço constitutivo não apenas das formas linguísticas, mas também (i) dos diferentes modos de se compreender o

<sup>273</sup> “[...] pays more attention to speaker agency”.

<sup>274</sup> Mais informações sobre o contexto da pesquisa de Zhang (2008) podem ser conferidas em 3.3.3.2.3, onde se relata o estudo de Zhang (2005), ponto de partida para as reflexões de Zhang (2008).

<sup>275</sup> “[...] has profound implications for investigating social meaning beyond the immediate context”.

significado social da variação e (ii) das ideologias que fundamentam o uso da língua: afinal, “[a]s pessoas em lugares diferentes na economia política veem o mundo de forma diferente, fazem coisas diferentes, têm diferentes preocupações e dizem coisas diferentes” (ECKERT, 2008, 467).<sup>276</sup>

Para Eckert (2008) essa forma de compreender o significado da variação esteve presente nos “primeiros momentos” (p. 454)<sup>277</sup> da SV: no estudo de Martha’s Vineyard, por exemplo, a correlação entre centralização de ditongos com uma gama de categorias sociais foi interpretada como um caso de luta ideológica local. Contudo, afirma a autora, *essa visão da variação se perdeu com os estudos em grande escala, expulsando o significado social da variação da própria teoria* – o que, talvez, justifique a pouca atenção conferida ao problema da avaliação nos próprios estudos sobre o fenômeno em tela nesta tese.

Atrelada a essa discussão sobre o significado social da variação, que evoca a agentividade dos falantes, está ainda a *tensão* que se estabelece no campo variacionista entre usos individuais e sociais da língua, estando nessa questão ainda localizada uma discussão sobre o próprio *locus* da pesquisa variacionista – a *comunidade de fala* ou o *indivíduo*?

Labov (2010), por exemplo, faz referência aos trabalhos de Eckert, reconhecendo que a autora apresenta argumentos poderosos para que se considerem *os indivíduos*, em suas práticas locais, como *instância básica para o estudo da variação*, uma vez que eles podem se valer do recurso da variação linguística para projetar *status* sociais e identidades, conforme a argumentação da autora. Mesmo assim, o autor lança a seguinte questão: “pode a direção geral da mudança linguística [no inglês norte-americano<sup>278</sup>] ser vista como o resultado cumulativo de atos individuais de identidade?” (LABOV, 2010, p. 189)<sup>279</sup>. Na

<sup>276</sup> “People at different places in the political economy see the world differently, do different things, have different preoccupations, and say different things.”

<sup>277</sup> “[...] early moments”.

<sup>278</sup> Labov (2010) investiga o fato de dialetos de regiões vizinhas, no contexto norte-americano, em que os falantes mantêm contato, estarem se diferenciando cada vez mais. As perguntas que dirigem a obra são: quais as origens, as forças e as consequências dessa divergência em andamento? É nesse contexto que o autor lança a pergunta mencionada no texto acima.

<sup>279</sup> “[...] can the overall direction of language change in North American English be seen as the cumulative outcome of individual acts of identity?”

subseção a seguir, a tensão indivíduo/sociedade é instanciada, na esteira do que tem se denominado *as três ondas*, ou fases, dos estudos variacionistas (ECKERT, 2005; 2012) e, com isso, ampliam-se as discussões sobre a questão do problema da avaliação.<sup>280</sup>

### 3.2.4 O *locus* de investigação e a tensão entre indivíduo e sociedade nas três ondas variacionistas

Nesta seção focaliza-se a questão do *locus* de pesquisa dos estudos variacionistas, estando, nisso, implicada a questão da relação entre indivíduo e sociedade. No âmbito dessa discussão, coloca-se em xeque, por meio de um conjunto de críticas, o primeiro *locus* constituído por esse Programa de Pesquisa (ou melhor, coloca-se em xeque, a concepção sobre ele), a saber: a comunidade de fala (GUY, 200; 2001; LABOV, 1982; 2008 [1972]; 2010).

Dentre as principais críticas atinentes à concepção desse *locus* de pesquisa, estão, por exemplo: (i) o pressuposto de homogeneidade avaliativa entre os membros de uma comunidade (ROMAINE, 1980; 1994); (ii) o modelo de estrutura social adotado por Labov (MILROY; MILROY, 1998); (iii) o fato de, no âmbito desse conceito, não haver lugar para o indivíduo (FIGUEROA, 1994; LUCCHESI, 2012). Conjuntamente, essas críticas conduzem, então, o campo a questionar a própria validade desse conceito, admitindo, com isso, a viabilidade de se observar a língua não na comunidade de fala, mas em situações particulares de interação social (HUDSON, 1980), em diferentes domínios linguísticos<sup>281</sup> (MELLO, 2001).

Fazendo um balanço entre o que Labov de fato se propõe a investigar (*o sistema linguístico enquanto estrutura*) e o ponto de vista a partir do qual as críticas sobre a concepção de comunidade de fala se constituem (*a visão de língua enquanto sistema sócio-simbólico*), buscando, com isso, um equilíbrio entre um ponto e outro e, mais

<sup>280</sup> Em 3.3.3.2.2, ao apresentar especificamente as concepções de Eckert sobre variação estilística, também ampliam-se as discussões sobre o problema da avaliação, ao considerar a questão do significado social da variação.

<sup>281</sup> Por *domínios linguísticos*, Mello compreende grandes enquadres (não necessariamente em um local físico) nos quais ocorrem situações particulares de interação verbal, como o domínio escolar, o domínio familiar, o domínio religioso, o domínio da vizinhança etc.

especificamente, um equilíbrio entre uma perspectiva que silencia (de certo modo) a atuação do indivíduo, no uso da língua (a perspectiva de Labov), e uma que faz exatamente o contrário (conferindo grande destaque ao indivíduo), o campo se encaminhou para a adoção de outros *loci* de pesquisa, quais sejam: *rede social*<sup>282</sup> e *comunidade de prática*<sup>283</sup> (PATRICK, 2004), justamente em busca de, recuperando o papel do indivíduo, melhor equacionar: (i) a relação entre indivíduo e sociedade, no uso da língua; (ii) a natureza sistemática da variação e sua correlação com (a) categorias (macro)sociais tradicionais, (b) categorias locais (em práticas específicas) e (c) o significado social da variação, no âmbito das práticas. Posteriormente ainda, outro *locus* de análise evocado por críticos do pensamento laboviano tem sido o próprio *discurso*.

Importante a se destacar é que a constituição desses diferentes *loci* de pesquisa tem sido correlacionada com a emergência de três

<sup>282</sup> *Redes sociais* consistem no conjunto de relações ou laços contraídas(os) entre os indivíduos de uma população, o que evoca o pressuposto de que os falantes criam comunidades pessoais que funcionam como estruturas significativas para orientação da vida cotidiana. Estando sempre contextualizadas dentro de quadros sociais, por um lado, mais amplos (família, igreja, trabalho, time de futebol etc.) e, por outro, mais específicos – a tendo em vista as posturas particulares que os interlocutores podem assumir, ao projetarem, por exemplo, por força das circunstâncias, “erudição, precisão, simpatia” etc. (SCHILLING, 2013, p. 328) –, as redes são estruturas sociais de referência que constituem normas de comportamento, inclusive linguístico. Do ponto de vista dos fenômenos variáveis, a noção de redes sociais implica considerar que as variantes podem ser utilizadas para transmitir, além de significados sociais, significados interacionais mais imediatos ou pragmáticos.

<sup>283</sup> *Comunidade de prática*, por sua vez, é um conceito formulado por Lave e Wender (1991) e Wender (1998) para se referir a um “um agrupamento de indivíduos [...] que partilham perspectivas em comum, valores e conhecimento [...] e que interagem entre si para se aperfeiçoarem e replicarem esses valores e conhecimentos” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 922). O conceito foi cunhado para explicar a aprendizagem social formal, a partir da qual ocorre mobilidade dos falantes e uma contínua coconstrução de identidades, mas tem sido acionado para a investigação de outras situações sociais que não a de aprendizagem em contextos especificamente formais. Nesse sentido, mais do que ter contato linguístico, está em questão, neste *locus*, a *prática social e seus significados*, pois membros desse tipo de comunidade geralmente escolhem estar na comunidade e nela se engajam, embora em diferentes graus. (COUPLAND, 2007).

diferentes tradições de pesquisa no campo variacionista, vistas como três diferentes “ondas” que “não estão exatamente ordenadas historicamente, e nenhuma onda substitui a anterior, mas todas [...] são parte de um todo [...] porque *cada uma representa uma maneira de pensar sobre a variação e uma prática metodológica e analítica*” (ECKERT, 2005, p. 1; grifos nossos).<sup>284</sup> Como esses tipos de *loci* de pesquisa, bem como a questão da relação entre indivíduo e sociedade no uso da língua estão correlacionados com as diferentes fases (epistemológicas) do campo, revisita-se, a seguir, o histórico das *três ondas* dos estudos variacionistas.<sup>285</sup>

A *primeira onda* variacionista, segundo Eckert (2005; 2012; 2016), começa com o estudo sobre a Estratificação Social do Inglês de Nova York (LABOV, 1966) (cf. 3.1). O aspecto central dessa fase é o estabelecimento de um padrão regular de variação com base na estratificação socioeconômica de comunidades de fala, a partir de categorias macrosociológicas (gênero/sexo<sup>286</sup>, idade, etnia, classe social). A centralidade do conceito de classe socioeconômica nesses estudos faz com que se atribua aos indivíduos um lugar na hierarquia social; é especialmente frente a essa estrutura, e ao lugar a que pertencem, que os indivíduos atuam – em resposta a variedades de classe ou em termos de autocontrole para se moverem em direção às normas de prestígio da hierarquia social (as das classes mais altas). Variação estilística e significado social, nesses estudos, são, portanto, efeitos de macrocategorias sociais. O foco de investigação é o vernáculo da comunidade de fala, tendo em vista o pressuposto de estabilização

---

<sup>284</sup> “These waves are not strictly ordered historically, and no wave supersedes the previous, rather all three waves are part of a whole. But I think of them as waves because each represents a way of thinking about variation and a methodological and analytic practice”.

<sup>285</sup> Ressalte-se que os estudos variacionistas podem ser “enquadrados” em três diferentes tradições de pesquisa *apenas do ponto de vista didático*, uma vez que nem sempre as delimitações entre uma tradição e outra são precisas. Mesmo assim, o conjunto de princípios e objetivos que orientam cada fase do campo, como se descreve a seguir, permite identificar, em termos qualitativos, pesquisas mais típicas de uma tradição ou de outra.

<sup>286</sup> Eckert (2012) menciona “gênero” como variável independente típica dos estudos de primeira onda. Contudo, como se sabe, a categoria de análise não é exatamente gênero, conforme o termo tem sido compreendido atualmente. Por isso, optou-se por usar o termo gênero/sexo.



dos padrões de variação no período de aquisição, segundo a hipótese clássica<sup>287</sup>. (ECKERT, 2012). Além de padrões regulares, os estudos de primeira onda, contudo, também identificam algumas exceções como, por exemplo, o fato de que líderes de mudança costumam estar muito envolvidos com questões locais.

Com foco nessas questões, investigações, por meio de métodos etnográficos, sobre os indivíduos e suas comunidades locais culminaram no desenvolvimento dos estudos de segunda onda (ECKERT, 2012), cujas características remontam à pesquisa de Labov (1963) em Martha's Vineyard (ECKERT, 2005)<sup>288</sup>: focada em categorias locais, em busca de elementos para explicar como as categorias macrossociais ganham relevância no cenário local, os estudos de *segunda onda* concentram-se na relação entre dinâmica social local, categorias macrossociais e uso de variáveis linguísticas – o *locus* de pesquisa dessa fase, portanto, são, mais proeminentemente, as redes sociais e as comunidades de prática<sup>289</sup>. O estudo de Milroy (1980), em Belfast, por exemplo, marca essa fase dos estudos variacionistas (ECKERT, 2005; 2012).

Centrada nos processos de atribuição de significado social à variação, essa fase compreende o vernáculo, por exemplo, como expressão de identidade e, por isso, o pressuposto é que os padrões de variação não se estabilizam na infância, conforme a hipótese clássica de aquisição da linguagem, mas se constituem conforme o desenvolvimento da identidade social. Assim, a variação é analisada como parte de um complexo estilístico mais amplo (com o as

<sup>287</sup> Sobre a hipótese clássica de aquisição da linguagem, retome-se 3.2.1.

<sup>288</sup> Tal como concebe Eckert (2005), estamos considerando o estudo de Labov (1963) em Martha's Vineyard como um estudo típico de segunda onda. As discussões de 3.2.2 também trazem uma citação de Labov (1978) que indicia essa visão – o autor indica dois períodos no estudo da variação: o primeiro, preocupado com a motivação social da variação; e o segundo, a partir de 1968, preocupado com as restrições internas. Recentemente, no entanto, Mendes (2017) considerou o estudo em Martha's Vineyard como típico da terceira onda variacionista.

<sup>289</sup> Conforme se discute ao longo desta seção, mais importante que o tipo de *locus* que se elege para a pesquisa é o conjunto das concepções epistemológicas que a orientam. Note-se, nesse sentido, que o estudo de Labov (1963) em Martha's Vineyard é um *estudo de segunda onda*, segundo Eckert (2005), mesmo tendo sido operacionalizado em torno do conceito de comunidade de fala. Retoma-se esse ponto de discussão ao longo desta subseção.

preferências musicais e de vestuário), em torno do qual são indexados significados sociais.

Os trabalhos dessa tradição conciliam, pois, a análise quantitativa típica dos estudos de primeira onda com a prática etnográfica, tal como faz Eckert (2000) no clássico estudo sobre os *jockse os burnouts*, fornecendo uma perspectiva local para os estudos variacionistas, o que significa promover uma ligação entre as categorias macrosociais e as categorias locais – embora ainda com uma visão estática das categorias. (ECKERT, 2012). Justamente por isso, conforme já mencionado, essa fase é uma espécie de retorno às primeiras práticas de Labov que, em *Martha’s Vineyard*, considerou a variação como um aspecto da luta ideológica local. Desse primeiro estudo para os estudos que caracterizam a primeira onda, contudo,

o poder originalmente embutido no conceito de variável sociolinguística acabou se perdendo [...], quando o significado social passou a se confundir com correlações de caráter meramente demográfico em levantamentos sociolinguísticos de grande escala. (CAMACHO, SALOMÃO-CONCHALO, 2016, p. 46-47).

Ao promover esse realinhamento dos objetivos de pesquisa e, conseqüentemente, esse “reavivamento” do conceito de variável linguística, justamente por resgatar a questão do significado social da variação, os estudos de segunda onda têm a vantagem de colocar em evidência a *variação estilística*, o centro dos estudos de *terceira onda*, quando a variação é tomada como “um reflexo das identidades” (ECKERT, 2012, p. 94)<sup>290</sup>, o que significa assumir o pressuposto de que os indivíduos se projetam no cenário social por meio da prática estilística no interior da qual está a prática linguística.

Nos estudos de *terceira onda*, então, uma mudança metateórica importante, em relação às demais fases, é que *eles não veem variáveis, mas estilos* (TAGLIAMONTE, 2012), que evocam maneiras de pertencer ou posturas associadas a algum grupo (ECKERT, 2012); por isso, esses estudos começam geralmente pela investigação estilística (não especificamente linguística), buscando qualquer recurso (um conjunto deles) que esteja envolvido na produção de significado social.

---

<sup>290</sup> “[...] a reflection of social identities and categories”.

O pressuposto central desses estudos é o de que os recursos linguísticos, no âmbito da prática estilística, “não têm significados estáticos, mas significados bastante gerais, que se tornam mais específicos no contexto de estilos” (ECKERT, 2008, p. 453)<sup>291</sup>, uma vez que nessa fase, incorpora-se a visão de “dinamicidade da estrutura, ou seja, [observa-se] como *a estrutura se molda no cotidiano*” (FREITAG; MARTINS; TAVARES, 2012, p. 922; grifos nossos).

Nesse sentido, nos termos de Eckert (2012, p. 94; grifo nosso), “[...] variação constitui *um sistema social semiótico* capaz de expressar toda a gama de preocupações sociais de uma comunidade”<sup>292</sup> e, como essas preocupações estão sempre em mudança, os significados linguísticos não podem ser fixos. Aliás, explica Eckert, é o oposto disso: a propriedade central das variáveis é a mutabilidade indexal, por conta da prática estilística. (ECKERT, 2012). No âmbito dessa perspectiva, então, está a concepção de *língua como prática social* (ECKERT, 2008) – daí o foco de investigação ser o *significado social* da prática.

Com isso, se os estudos das *ondas* anteriores tomam o significado social como *incidental*, “material de especulação casual” (ECKERT, 2008, p. 454)<sup>293</sup>, para os estudos de terceira onda ele é uma característica *essencial* da linguagem, compreensão que acabou por (re)posicionar a questão da avaliação para primeiro plano, além de estender “o estudo do significado social da variação estilística *para o enfoque linguístico-antropológico*” (CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016, p. 49),

Destaque-se ainda que, para Eckert (2008), a melhor maneira de se investigar o significado da variação é por meio do conceito de *persona estilística*: uma identidade que o indivíduo constrói, em termos de “senso de lugar no mundo social” (ECKERT, 2005, p. 17)<sup>294</sup> – ou uma máscara social que se assume (CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016) – a partir de diferentes construções ideológicas que os indivíduos compartilham e interpretam e que, assim, povoam o imaginário social (ECKERT, 2008). *Ideologia é, portanto, o centro da*

<sup>291</sup> “[...] do not have static meanings, but rather general meanings that become more specific in the context of styles”.

<sup>292</sup> “[...] Variation constitutes a social semiotic system capable of expressing the full range of a community’s social concerns”.

<sup>293</sup> “[...] stuff of casual speculation”.

<sup>294</sup> “[...]sense of place in the social world”.

*prática estilística*. Por isso, essa fase “localiza a ideologia na própria língua, na construção de significado, *com consequências potencialmente importantes para a teoria linguística de modo mais geral*” (ECKERT, 2012, p. 98, grifos nossos).<sup>295</sup>

Uma visão geral e simplificada das três ondas variacionistas é apresentada a seguir:

**Quadro 6:** Visão geral das principais características das três ondas dos estudos variacionistas

Primeira onda	→ Segunda onda	→ Terceira onda
Padrão regular de variação	Correlação entre categorias macrosociais e cenário local	Prática Estilística
Categorias macrosociais	Estudo etnográfico	Ideologia
Vernáculo	Conflito de classes	Identidade
Comunidade de fala	Rede social, Comunidade de prática	Indivíduo/ <i>Persona</i>

Fonte: Com base em Tagliamonte (2012, p. 38)

Dito isso, destaque-se que, conforme o quadro precedente, *cada fase variacionista, de um ponto de vista mais geral, se associa a um tipo de locus de pesquisa* (a primeira, à comunidade de fala; a segunda, a redes sociais e comunidades de práticas; a terceira, por fim, à *persona* estilística), dado, justamente, a relevância que cada um deles pressupõe sobre o papel do indivíduo.

Mais que isso, contudo, em nossa compreensão, está o fato de que – diferentemente da compreensão de Freitag, Martins e Tavares (2012, p. 922; grifos nossos), para quem “[o]s estudos de terceira onda *combinam* os postulados dos estudos de primeira e de segunda onda, com uma mudança no foco: da comunidade de fala para a comunidade de prática” – entre a primeira e a terceira fase *há uma considerável mudança de pressupostos epistemológicos*, havendo, por isso, *mais violação* do que combinação de postulados entre essas ondas do campo.

<sup>295</sup> “[...] locates ideology in language itself, in the construction of meaning, with potentially important consequences for linguistic theory more generally”.

Nas próprias palavras de Eckert (2012, p. 97-98), “[n]o movimento da primeira para a terceira onda de estudos de variação, toda visão da relação entre linguagem e sociedade foi modificada [...] com consequências potencialmente importantes para a teoria linguística em geral”.

Em nossa perspectiva, é no âmbito das modificações metateóricas quanto à compreensão da relação entre linguagem e sociedade, com implicações sobre o tipo de *locus* de pesquisa, que está também – e, talvez, em primeiro plano – justamente a mudança de perspectiva quanto à relação que se estabelece entre indivíduo e sociedade no âmbito dos estudos variacionistas: *se ofoco da primeira fase variacionista está na sociedade, na terceira, está no indivíduo*, com a seguinte ressalva: nessa última fase, compreende-se que indivíduo e sociedade estão em relação de mútua constitutividade, e não numa relação de determinação de um sobre o outro – retoma-se essa questão em 3.3.

Frente a essas considerações, estamos compreendendo que é no âmbito das discussões sobre a relação entre *língua, sujeito e sociedade* que se localiza a própria discussão sobre o *locus* da pesquisa variacionista. Não por acaso, então, verifica-se que até a segunda fase da abordagem ainda se opera, em alguma medida, com a noção de (i) *locus* e(ii) *contato*, entre os falantes, físicos, ao passo que, com a incorporação do aspecto ideológico na própria concepção de língua, na terceira fase variacionista, o *locus* de análise passa a ser a *prática discursiva*. Com isso, ou a noção de *comunidade de prática* (e de *rede social*) deve se ampliar, a fim de abrir mão de qualquer alusão à limitação espaço-temporal e contato face a face entre os falantes – para aí, sim, ser(em) correlacionado(s) com os estudos de terceira onda, tal como fazem Freitag, Martins e Tavares (2012) – ou se elege outro termo para designar o *locus* de investigação da pesquisa variacionista que se orienta pelos pressupostos da terceira onda.

A seção a seguir (3.3), nesse sentido, apresenta mais elementos que justificam essa argumentação, mas, antes disso, destacam-se ainda as concepções de Eckert e Wenger (2005), segundo as quais (agora de **um ponto de vista mais específico**), *mais do que o tipo de locus de análise* (se comunidade de fala, de prática, redes sociais ou discurso), *o que está em questão*, quanto às especificidades de cada fase variacionista – inclusive em relação ao *locus* agenciado – *são as concepções epistemológicas*: enquanto uma orientação epistemológica mais prototípica dos estudos de primeira onda tende a investigar, por exemplo, a relação entre variação e lugar do falante no mundo, os

estudos de segunda, em parte, e de terceira onda, mais contundentemente, *tendem a se orientar para as estratégias e representações dos falantes em relação a esse lugar* (RICKFORD; ECKERT, 2001).

Assim, Eckert e Wenger (2005) chamam atenção para o fato de que não basta acionar e operacionalizar uma unidade conceitual, já que o que está em jogo é *como se olha para ela* – recupere-se a informação de que cada fase variacionista representa uma maneira de pensar sobre a variação. Os autores, então, alertam para o fato de que “o foco em uma comunidade de prática [também] pode levar o leitor a visualizar identidades dos falantes puramente em termos de participação nessa comunidade” (ECKERT; WENGER, 2005, p. 585)<sup>296</sup>, *quando o que conta, na verdade, é a desnaturalização das relações de poder constituídas nessa prática*, uma vez que os membros ganham legitimidade da comunidade não simplesmente por estarem fazendo coisas juntos, mas pela negociação coletiva constante que vai constituindo um regime de competências da comunidade; ser um membro, então, exige um constante realinhamento desse regime por meio da experiência (ECKERT; WENGER, 2005).<sup>297</sup>

Por todos os aspectos aqui considerados, pode-se dizer que a escolha do *locus* de pesquisa, no Programa Variacionista, não é uma questão simples, porque, orientando as possibilidades, estão questões de natureza metateórica. No centro dessas questões está, por exemplo, o nó conceitual quanto à relação entre língua, indivíduo e sociedade. A emergência de três ondas variacionistas, então, parece se justificar, em boa medida, pela disposição do campo em lidar com essa relação, redimensionando justamente o papel do indivíduo nos estudos linguísticos: entre a primeira e a terceira fase do campo, ele sai de uma *concepção empirista* (o indivíduo no mundo), o que, em alguma medida, instaura uma relação dicotômica entre indivíduo e sociedade, e chega a *concepção discursiva*, por meio do conceito de *persona estilística*, a

---

<sup>296</sup>“A focus on one community of practice can lead the reader to view speakers’ identities purely in terms of participation in that community”.

<sup>297</sup> A título de exemplificação de como, além do *locus* de pesquisa, até mesmo variáveis sociais clássicas podem ser relidas, a depender do quadro epistemológico que se assume para investigar a variação, cf. em Eckert (1998) o redimensionamento que a variável *faixa etária* pode receber.

partir da qual sociedade e indivíduo se constituem mutuamente pelo filtro ideológico.

Nesse cenário, se Labov reconhece, por um lado, os argumentos (poderosos) de Eckert para que se tomem os *indivíduos* como *instância básica para o estudo da variação*, por outro lado, ao refletir sobre a possibilidade de *a direção geral da mudança linguística ser vista como o resultado cumulativo de atos individuais de identidade*, conforme se apresentou na subseção precedente, o autor *argumenta que não*: para ele, *a força motriz da mudança independe da experiência individual*, mas correlaciona-se com um tipo de experiência histórico-social, reacendendo, assim, a dicotomia que o autor faz entre (experiência) individual e social, com primazia desta sobre aquela.

### 3.3 A QUESTÃO DA VARIAÇÃO ESTILÍSTICA

Do conjunto de discussões da seção anterior, pode-se depreender que a questão da tensão, na abordagem variacionista, quanto à relação entre língua, indivíduo e sociedade e também quanto ao tipo de *locus* de pesquisa que se elege para o estudo da variação e da mudança linguística evoca, na verdade, a concepção de língua do campo. Como é desse tipo de concepção que deriva, ao final, a constituição do próprio Programa de Pesquisa Variacionista (cf. 3.2.1), o redimensionamento dessas questões, somados ao redimensionamento do próprio conceito de variável linguística (cf. 3.2.2) e da questão da avaliação (cf. 3.2.3) culminam na emergência de um *novo programa de pesquisa* ou de um *novo paradigma variacionista* – a terceira onda do campo.

Nesse novo paradigma, a variação estilística, ou seja, a variação considerada *da ordem do indivíduo*, no pensamento laboviano, deixa de ser *um dos tópicos* de pesquisa variacionista, para ser *o próprio objeto de investigação*, o cerne da fase – precisamente por conta do papel que o indivíduo passa a ter em seu âmbito. Com isso, se a primeira e a segunda ondas variacionistas abrigam em seu escopo de preocupações, dentre outras questões, *abordagens específicas* para tratamento da variação estilística, a terceira onda passa a se confundir com as próprias abordagens<sup>298</sup> para tratamento desse tipo de variação.

---

<sup>298</sup> Como se apresenta nesta seção, a terceira fase variacionista não desenvolve *uma* abordagem para tratamento de variação estilística, mas congrega um

Com isso, pode-se dizer *grosso modo*, que o desenvolvimento dos estudos sobre variação estilística ao longo de mais de 50 anos de pesquisa se organiza em torno de três diferentes tipos de abordagem, cada uma delas, em alguma medida, em consonância com as três fases do campo (SCHILLING, 2013), quais sejam:

- i. A abordagem *Attention to Speech*, associada aos estudos labovianos (LABOV, 2008 [1972]; 2001), segundo a qual: (a) há convergência entre o padrão de variação social e o padrão de variação estilística; (b) a variação estilística decorre do grau de atenção que se presta à fala; e (c) pode ser controlada e identificada, quantitativamente, por meio de duas diferentes técnicas de análise: (1) “isolamento de estilos contextuais” e (2) “árvore de decisão”;
- ii. A abordagem *Audience Design*, desenvolvida por Bell (1984; 2001), cuja concepção principal é a de que a variação estilística ocorre especialmente em resposta aos membros da *audiência interacional* e concilia estudos quantitativos com análises qualitativas de fatores interacionais dos eventos de fala;
- iii. As abordagens *Speaker Design*, associadas a autores diversos, dentre eles Coupland (2001; 2007) e Eckert (2000, 2001, 2005, 2008), segundo as quais variação estilística é um recurso para a contínua construção de identidades pessoais, de interações interpessoais, de formas de pensar e de se representar etc., aspectos do comportamento agentivo e criativo dos falantes que são investigados prioritariamente de forma qualitativa e no âmbito dos sistemas sociais e culturais.

Considerando que Schilling (2013, p. 342), por exemplo, chega a usar os termos *terceira onda* e *abordagens Speaker Design da variação estilística* como termos alternativos – “terceira onda /abordagens *Speaker Design* da variação estilística”<sup>299</sup> –, infere-se que explanar as abordagens *Speaker Design* equivale a explanar a própria

---

conjunto de concepções que constituem, na verdade, *abordagens* para tratamento dessa questão.

<sup>299</sup> “[...] third wave/Speaker Design approaches to stylistic variation”.



*terceira onda variacionista* e, por esse motivo, *esta seção se dedica, mais de perto, à especificação dessa fase*, considerando o modo como ela concebe a *variação estilística*. Como essa fase variacionista ou essa abordagem sobre a variação estilística se constitui *também* a partir de problematizações concernentes às abordagens *Attention to Speech* e *Audience Design*, cabe apresentá-las (as abordagens e as problematizações sobre elas), em primeiro lugar.

De saída, destaque-se que, se Labov entende

[p]or [variação] ‘social’ [...] aqueles traços da língua que caracterizam vários subgrupos numa sociedade heterogênea; e, por [variação] ‘estilística’, as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala (LABOV, 2008 [1972], p. 313),

estando os estudos labovianos, inclusive no cenário brasileiro, mais dedicados ao exame de condicionadores linguísticos e extralinguísticos de natureza social, com foco na variação interfalante (e não na intrafalante) (HORA, 2014), as demais fases variacionistas redimensionam essa concepção de variação estilística, ao redimensionarem a própria compreensão da relação entre o uso social e individual da língua.

Ao apresentar as três abordagens variacionistas para tratamento da variação estilística, as principais discussões deste capítulo, na tentativa de explicitar a reestruturação pela qual o Programa de Pesquisa Variacionista vem passando, são retomadas e ampliadas.

Antecipa-se ao leitor que, como consequência dessa reestruturação, a recolocação da variação estilística nos estudos variacionistas, *de objeto de investigação periférico a objeto central*, faz-se acompanhada dos seguintes deslocamentos teórico-metodológicos, dentre outros: (i) de uma perspectiva unidimensional, sobre as motivações para a variação estilística, a uma perspectiva multidimensional; (ii) de foco na comunidade/sociedade a foco na relação entre indivíduo e sociedade, via língua; (iii) de interesse em usos vernaculares inconscientes, para compreensão do sistema linguístico, a interesse em uma ampla gama de usos linguísticos, para compreensão dos *efeitos* dos usos performáticos da língua; (iv) da visão de que a principal função da língua é a representacional, em referência a estados de coisas no mundo, a de que a principal função da língua é a social, em referência ao modo como os falantes compreendem/interpretam e

avaliam o mundo a partir de um amplo quadro social, ideologicamente organizado; (v) da concepção de que o indivíduo é reativo a de que ele é agente e criativo; (vi) de foco em aspectos macrosociais, para a explicação da variação estilística, a foco *na* articulação entre aspectos interacionais, locais e sociais, globais; (vii) de uma análise predominantemente quantitativa a uma análise predominantemente qualitativa; (viii) de uma abordagem mais centrada em um campo disciplinar, o linguístico, a uma abordagem interdisciplinar, que se envolve com campos ocupados em promover *teorização social* e que, por isso, recoloca o estudo da variação estilística dentro de um modelo de práticas e realizações humanas.

Com essa revisão, explana-se como o estudo da variação estilística expande-se de uma perspectiva centrada na explicação de *como* as pessoas usam os recursos linguísticos, para uma perspectiva centrada na explicação sobre *por que* as pessoas usam os recursos linguísticos de uma dada maneira (SCHILLING-ESTES, 2007).

Mesmo frente a esses redirecionamentos, Schilling (2013, p. 328) ressalta que, “assim como as três ondas dos estudos Variacionistas, conforme descritas por Eckert, não são nitidamente separadas, as abordagens *Attention to Speech*, *Audiência Design* e *Speaker Design* também não o são”<sup>300</sup>. Em vista disso, concebe-se que é do conjunto dessas abordagens que se tem uma compreensão mais acurada da variação estilística (SCHILLING, 2013), embora seja possível identificar pontos de ruptura epistemológica principalmente entre a abordagem *Attention to Speech* e a *Speaker Design*.

Ocupando-se dessas questões, esta seção assim se organiza: inicialmente, em 3.3.1, apresenta-se a abordagem laboviana *Attention to Speech* para o estudo da variação estilística, seguida, em 3.3.2, da exposição de um conjunto de críticas feitas a ela; na sequência, na seção 3.3.3, apresenta-se um conjunto de perspectivas estilísticas multidimensionais: inicialmente, em 3.3.3.1, descreve-se tanto a proposta de *Audience Design*, de Bell (1984; 2001), quanto algumas críticas que ela também recebe; em seguida, em 3.3.3.2, como as abordagens *Speaker Design* referem-se muito mais a um conjunto de concepções epistemológicas e teóricas do que a uma operacionalização

---

<sup>300</sup> “[...] just as the three waves of variation study as outlined by Eckert are not neatly separable, neither are *Attention to Speech*, *Audience Design*, and *Speaker Design*”.

metodológica para o estudo da variação estilística, apresentam-se, separadamente, abordagens tipicamente antropológicas, representadas pelos trabalhos de Irvine (2001) e de Bauman (2001), e as considerações de Coupland (2001; 2007) e de Eckert (2000; 2001; 2005; 2008), sintonizadas com o quadro antropológico<sup>301</sup>; por fim, apresenta-se o estudo de Zhang (2005), considerado por Eckert (2012) um estudo típico da terceira onda variacionista, a fim de ilustrar a operacionalização das questões teóricas apresentadas nessa subseção.

### 3.3.1 A abordagem *Attention to speech*

Um dos pontos centrais da discussão sobre variação estilística em Labov é a noção de *contexto*, uma vez que o ator mesmo atrelou este àquela, ao definir esse tipo de variação como as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem ao contexto imediato do ato de fala. Como esses são inúmeros, Labov (2008 [1972], p. 243) considerou que “existem mais estilos e dimensões estilísticas do que um analista pode isolar”.

Mesmo assim, destacou também que os estilos podem ser “*dispostos ao longo de uma única dimensão, medida pelo grau de atenção prestada à fala*” (LABOV, 2008 [1972], p. 243; grifos nossos), por meio de “audiomonitoramento da própria fala” (ibidem, p. 243), estabelecendo, com isso, o parâmetro “atenção à fala” para se definir estilo. Como se apresenta a seguir, esse parâmetro é aplicado na análise de *entrevistas sociolinguísticas*, cujos diferentes contextos configuram um *continuum* de formalidade, a partir do que se organiza um *continuum* estilístico: em um dos polos, o mais informal, a *fala casual* ou cotidiana, estilo em que “o mínimo” (LABOV, [1972] 2008, p. 103) ou “nenhuma” atenção é dirigida à fala (p. 111), podendo ocorrer, no outro polo, o mais formal, tanto um *estilo mais monitorado* quanto um *estilo espontâneo*, esse último definido como “padrão usado na fala excitada, carregada de emoção, quando os constrangimentos de uma situação formal são abandonados” (p. 111); ou seja, dentro de contextos mais formais, a despeito deles, a fala espontânea, correlata à fala casual,

---

<sup>301</sup> A identificação ou rotulação das abordagens mencionadas segue as especificações encontradas na literatura referida; a especificação de abordagens antropológicas sobre variação estilística segue, especificamente, as considerações de Eckert e Rickford (2001).

também pode ocorrer<sup>302</sup>. Essa correlação entre contexto e estilo está assim esquematizada em Labov (2008 [1972], p. 111):

**Figura 9:** Esquematização da relação entre contexto e estilo

Contexto:	Informal	Formal
Estilo:	Casual	Monitorado/Espontâneo

O tipo de estilo mais relevante para a pesquisa de orientação laboviana é a fala casual ou o *vernáculo*, dada sua frequência de uso e consequente automatismo, que permite observar, por meio dos padrões de uso, as regras da gramática da comunidade de fala (LABOV; 2008 [1972]; 1972). O pressuposto subjacente a essa concepção, reitera-se, é o de que “o ‘melhor’ tipo de dado é o que é menos consciente, [por isso] [...] a fala ‘vernacular’ tradicionalmente é considerada reflexo mais preciso dos padrões da fala” (SCHILLING-ESTES, 2007, p. 971)<sup>303</sup> da vida cotidiana.

Assim, acredita-se também, nessa perspectiva, que são as bases mais sistemáticas do vernáculo que permitiriam explicar os demais estilos, inclusive os mais padronizados e escritos, uma vez que “a corrente principal da evolução da linguagem pode ser encontrada na fala cotidiana, mesmo em culturas altamente literárias, como a nossa” (LABOV, 1972, p. 109)<sup>304</sup>.

Mas, a grande questão é que o processo de observação desses tipos de uso promove efeitos sobre eles, pois leva os falantes a acionarem outros estilos, geralmente mais formais; em outros termos “[q]ualquer observação sistemática de um falante define um contexto formal em que ele confere à fala mais do que o mínimo de atenção” (LABOV, 2008 [1972], p. 244). Essa problemática de ter que observar a fala que é produzida quando não há observador (ou seja, a fala típica de contextos de interação espontânea, informal) ficou conhecida na

---

<sup>302</sup> Por isso, *fala casual e espontânea* tendem a ser estudadas conjuntamente.

<sup>303</sup> “[...] the ‘best’ type of data is that which is least self-conscious, since unselfconscious, ‘vernacular’ speech traditionally is considered to provide the most accurate reflection of speech as it patterns in everyday”.

<sup>304</sup> “[...]the main stream of evolution of language is to be found in everyday speech, even in highly literary cultures such as our own”.

literatura como o “paradoxo do observador” (LABOV, 1972; 2008 [1972]).

Além disso, Labov, em seus primeiros estudos, teve que lidar com o fato de que, como sua orientação metodológica é de base quantitativa, a amostra de dados a ser analisada tinha que ser (i) representativa da comunidade de fala, (ii) aleatória e (iii) com dados comparáveis entre si, o que só se conseguia por meio de *entrevistas estruturadas formais*; mas esse tipo de entrevista já definia o contexto e, conseqüentemente, o tipo de fala que o informante utilizaria e seu estilo típico, a saber, o mais monitorado. A questão a enfrentar foi: “Se o foco é a língua espontânea do falante para a análise, como obtê-la se o instrumento de coleta é formal?” (HORA, 2014, p. 21).

Foi para lidar com questões dessa natureza que Labov (1966)<sup>305</sup> formulou um método que arquitetava um tipo de entrevista para amenizar os efeitos do paradoxo do observador e, ao mesmo tempo, (i) gerar uma grande quantidade de fala e (ii) e provocar um conjunto de estilos. Para isso, a entrevista se estruturou em torno de diferentes situações; cada tipo de situação foi caracterizada como um tipo específico de contexto; e a cada contexto se associou um tipo de estilo, conforme a seguir (LABOV, 2008 [1972], p. 101-121)<sup>306</sup>:

**Quadro 7:** Tipos de contexto na entrevista sociolinguística segundo o método de “isolamento de estilos contextuais”

**Contexto A - Estilo A: fala casual em geral**, subdividida em:

Estilo A<sub>1</sub>: *Fala fora da entrevista*: quando o falante, ou antes ou durante a entrevista, se dirige rapidamente a alguém, ou faz comentários não atinentes à entrevista, ao pesquisador;

Estilo A<sub>2</sub>: *Fala com uma terceira pessoa*: quando o entrevistado recebe uma ligação ou a visita de alguém durante a entrevista;

Estilo A<sub>3</sub>: *Fala que não responde diretamente à pergunta*: quando o falante divaga sobre outras questões – comportamento que deve ser estimulado pelo pesquisador, pois pode favorecer o estilo vernacular;

Contexto A<sub>4</sub>: *Parlendas e rimas infantis*: o pesquisador cria condições para esse tópico, pois nele tende-se a usar a fala casual;

<sup>305</sup> Foi no estudo sobre a fala de Nova Iorque (1966) que se considerou a “restrição ‘estilo’ como uma variável que se correlaciona a diferentes formas de dizer” (HORA, 2014, p. 19).

<sup>306</sup> Esse método foi utilizado inicialmente na investigação de variação fonológica, no inglês de Nova Iorque, a partir de 70 entrevistas com falantes de Lower East Side.

Contexto A<sub>5</sub>: *Risco de vida*: tema de narrativa estimulada, pois, nele, os falantes costumam se envolver emocionalmente.

**Contexto B – Estilo B: Situação de entrevista:** parte da entrevista em que se responde a perguntas; é parte reconhecida formalmente como “entrevista”; é mais formal que o contexto anterior; não é tão formal como entrevista de emprego, mas também não é tão informal como uma conversa entre amigos.

**Contexto C – Estilo C: Estilo de leitura:** parte em que se pede aos informantes para ler textos (i) em que variáveis fonológicas sob exame estão distribuídas em parágrafos sucessivos e (ii) em que as variáveis fonológicas estão justapostas em pares mínimos; o texto é redigido coloquialmente, para facilitar o fluxo de leitura e envolver o leitor na trama da história.

**Contexto D – Estilo D: Lista de palavras isoladas:** a esse contexto corresponde o máximo de atenção.

**Contexto D’ – Estilo D: Leitura de pares mínimos.**

Fonte: Baseado em Labov (2008 [1972])

Assim se caracteriza, em sua origem, a *entrevista sociolinguística*, “única maneira de obter bons dados de fala em quantidade suficiente” (LABOV, 2008 [1972], p. 244) e que se orienta pela hipótese de que a regularidade da variação estilística pode ser aferida por meio do *controle de contextos* que solicitam diferentes graus de atenção à fala. Esse tipo de entrevista passa, então, a ser o meiodo estudo da variação em geral e da variação estilística, em particular, porque permite obter amostras de fala de um mesmo indivíduo em um *continuum* estilístico que está assim representado em Görski e Valle (2014, p. 78):

**Quadro 8:** *Continuum* de níveis estilísticos no eixo de formalidade na entrevista sociolinguística

Fala casual >	Fala monitorada >	Leitura texto >	Leitura listas de palavras >	Leitura pares mínimos (D’)
(A)	(B)	(C)	(D)	(D’)
[-formal]				[+formal]

Fonte: Görski e Valle (2014, p. 78)

Por essa estrutura organizacional, nota-se que, embora Labov (2008 [1972]; 1972) tenha reconhecido que é a formalidade do contexto que orienta o nível de atenção que se dispensa à fala, a noção de *contexto* se configurou em torno dos elementos estruturantes da própria

entrevista, ou seja, do próprio recurso formal e estruturado de se obter dados representativos de fenômenos variáveis.<sup>307</sup>

Esse conjunto de técnicas também considerou, além dos contextos estabelecidos, outras pistas para a identificação estilística, como ritmo, altura e volume da voz, intensidade da respiração, risos etc. Ademais, cabe ainda ressaltar que, além da estrutura da entrevista sociolinguística, Labov (1966) também especificou cinco tipos de contextos em que os efeitos da presença do observador (o entrevistador) poderiam ser atenuados, promovendo, assim, a possibilidade de os falantes usarem estilos mais casuais: (i) fala não relacionada ao contexto da entrevista; (ii) fala com uma terceira pessoa; (iii) fala não relacionada a perguntas da entrevista; (iv) fala sobre hábitos de criança; (v) fala sobre o perigo da morte. Note-se que são justamente esses contextos que orientam a constituição do segundo tipo de técnica de análise estilística proposta por Labov, a “árvore de decisão”, descrita ainda nesta subseção.

Mesmo reconhecendo que a mudança estilística pode estar correlacionada à *mudança de público*, conforme contextos (i) e (ii), acima, ou ainda a deslocamentos metafóricos em virtude do tema sobre o qual se fala e do “gênero conversacional” (LABOV, 2001, p. 88), Labov considera que “não podemos esperar para reunir esses dados, em grande proporção, na investigação de uma comunidade” (LABOV, 2001, p. 88)<sup>308</sup>.

Com isso, na prática, o parâmetro *grau de atenção à fala*, aplicado à própria estrutura formal da entrevista sociolinguística, como mencionado, definiu a noção de *contexto* dessa primeira técnica de estudo da variação estilística.

Os resultados da pesquisa sobre variáveis fonológicas do sistema linguístico da cidade de Nova Iorque, por meio dessa técnica, indicaram, por exemplo, que a “maioria dos falantes segue um padrão regular de alternância estilística na mesma direção” (LABOV, 2008

<sup>307</sup> Cabe ressaltar que Labov mesmo advertiu que não estava considerando que esses estilos contextuais fossem unidades naturais da variação estilística, mas, antes, divisões formais do *continuum* que ele estabeleceu para os objetivos de seu estudo. Problematizações sobre a concepção de *contexto*, em Labov, são apresentadas na próxima subseção (3.3.2).

<sup>308</sup> “[...] we cannot expect to gather such data in a large proportion of a community survey”.

[1972], p. 139). Labov explicou a questão em termos de compartilhamento de normas sociais, com o argumento de que “o correlato da estratificação regular de uma variável sociolinguística no comportamento é a concordância uniforme em reações subjetivas” (LABOV, 2008 [1972], p. 288).

Em seguida, Labov, (2008 [1972]), além de isolar dentro da entrevista de cada falante, no estudo de Nova Iorque, os estilos individuais, segundo o grau de atenção prestado à fala, também correlacionou o padrão regular de variação estilística dos falantes com a diferenciação deles em termos de status socioeconômico. Com isso, os resultados da pesquisa indicaram correlação entre (i) padrão de estratificação social, (ii) padrão de variação social e (iii) padrão de variação estilística.<sup>309</sup>

Com esses resultados, Labov conseguiu chegar a um padrão estatístico de variação estilística, concluindo: (i) que a variação estilística “tem que ser abordada por métodos quantitativos” (LABOV, 2008 [1972], p. 137), dado que o significado da variação estilística parece residir, não em usos particulares, mas em sua padronização quantitativa; e (ii) que “há uma conexão íntima entre variação estilística e variação social [porque] os desvio num dos eixos de variação são frequentemente acompanhados de desvios no outro eixo” (LABOV, 2008 [1972], p. 156), embora a prioridade recaia sobre a variação social, uma vez que “[a]s evidências mostram que a maioria das mudanças em andamento acompanham significativas distribuições sociais antes de registrarem qualquer alteração estilística” (LABOV, 2008 [1972], p.327).

Se na década de 1960 Labov organiza essa técnica baseada no “isolamento de estilos contextuais”, concebida não como uma “descrição geral de como a mudança estilística é produzida e organizada na fala cotidiana, mas sim como meio de organizar e utilizar a variação intrafalante que ocorre na entrevista” (LABOV, 2001, p. 87), na década de 1970, o autor “refina” (GÖRSKI; VALLE, 2014, p. 79) justamente as categorias contextuais, por meio do desenvolvimento de uma estrutura organizacional denominada “árvore de decisão”.

---

<sup>309</sup> Cf. em Labov (2008 [1972], p. 142) figura que ilustra, do estudo quanto aos usos de (th) na cidade de Nova York, convergência quanto aos seguintes aspectos: (i) um contínuo de estilos contextuais; (ii) as médias das ocorrências de (th); e (iii) a progressão das médias de diferentes grupos socioeconômicos.



Essa estrutura discrimina oito tipos de contextos, que normalmente são encontrados nas pesquisas empíricas que realizam entrevistas sociolinguísticas, distribuídos em dois eixos estilísticos: (i) o eixo de estilo cuidado/monitorado, que compreende os contextos (a) *resposta*, (b) *língua*, (c) *soapbox* e (d) *residual*; e (ii) o eixo da fala casual, que compreende os contextos (a) *narrativa*, (b) *grupo*, (c) *infância* e (d) *tangente*. (LABOV, 2001).

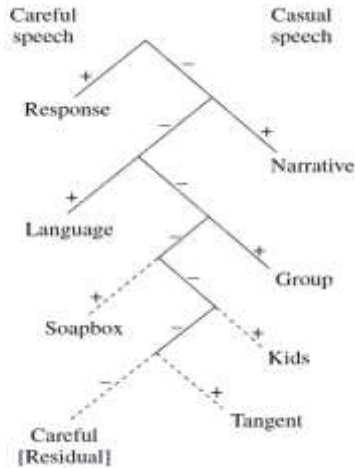
A descrição dos contextos de cada um dos eixos estilísticos está assim resumida em Görski e Valle (2014, p. 79):

**Quadro 9:** Descrição dos critérios contextuais de cada eixo estilístico que compõe a estrutura organizacional “árvore de decisão”

Resposta [ <i>response</i> ] – primeira sentença que segue a fala do entrevistador;
Narrativa [ <i>narrative</i> ] – circunscrita à narrativa de experiência pessoal;
Língua(guém) [ <i>language</i> ] – trechos que tratam de questões sobre gramática, atitudes linguísticas etc.;
Grupo [ <i>group</i> ] – fala dirigida a uma terceira pessoa ou ao próprio entrevistador, porém externa à entrevista formal (corresponde aos contextos A1 e A2 (Labov, 2008 [1972]));
Soapbox [ <i>soapbox</i> ] – expressão de opiniões de caráter genérico (acerca de tópicos como crimes nas ruas, corrupção e política e na polícia, comportamento de minoria etc.) dirigidas não diretamente ao entrevistador mas como se fosse a uma audiência mais ampla;
Infância [ <i>child</i> ] – fala sobre jogos ou experiências infantis de um ponto de vista da criança e não do adulto;
Tangente [ <i>digress</i> ] – trecho de fala que se desvia do último tópico proposto pelo entrevistador e que se mostra como sendo de grande interesse do informante;
Residual [ <i>residual</i> ] – fala que não se enquadra em nenhuma das categorias anteriores.

Fonte: Görski e Valle (2014, p. 79)

Com o procedimento da árvore de decisão, objetiva-se distinguir mais claramente a fala casual da fala monitorada, filtrando-se os tópicos e contextos que constituem a entrevista sociolinguística. Desse modo, a árvore de decisão regulariza um conjunto de procedimentos para o exame das entrevistas. A figura a seguir representa a estrutura da árvore de decisão, considerando: (i) os dois eixos estilísticos que a compõem (eixo da fala monitorada, à esquerda, e eixo da fala casual, à direita); (ii) a especificação dos contextos que integram cada eixo; e (iii) o pressuposto de que os quatro contextos da parte superior da árvore (nos dois eixos) são identificados, na entrevista, mais objetivamente, ao passo que os quatro contextos da parte inferior são menos objetivamente reconhecidos.

**Figura 10:** Representação da árvore de decisão

Fonte: Labov (2001, p. 94)

Os resultados de pesquisas desenvolvidas a partir dessa técnica de análise, assim como os resultados da técnica de *isolamento de estilos contextuais*, indicam que o método é produtivo tanto para (i) captar a variação estilística dos falantes de uma comunidade de fala quanto para (ii) revelar convergência entre variação estilística e variação social. Nesse sentido, a especificação de novos contextos ou categorias no interior de cada eixo, para Labov, deve continuar. Mesmo, assim, Labov também reconhece as limitações do método e, por isso, sinaliza para a necessidade de conciliação entre o estudo da variação intrafalante na situação de entrevista com investigações mais amplas de mudança estilística em outros contextos interacionais, a fim de uma explicação mais profunda sobre essa variação. (LABOV, 2001).

### 3.3.2 Críticas à proposta laboviana

Aqui, apresenta-se um conjunto de críticas<sup>310</sup> sobre o tratamento que a variação estilística recebe no âmbito dos estudos labovianos,

---

<sup>310</sup> Destaca-se que, com o registro dessas críticas, não se pretende invalidar os trabalhos no âmbito dos estudos variacionistas labovianos, já que eles têm sido

considerando Coupland (2001; 2007), Eckert (2000, 2001, 2008), Schilling-Estes (2007), Schilling (2013) e Görski e Valle (2014). O que todos esses autores parecem ter em comum, dentre outros aspectos, é a compreensão de que a variação estilística não é interessante apenas quando é sistemática. Com as problematizações, já se sinalizam, portanto, as novas concepções de estilo que caracterizam as abordagens *Audience Design* e *Speaker Design*.

Resumidamente, aponta-se que as considerações de Labov, principalmente no que respeita à árvore de decisão, não são de natureza teórica, porque não definem o que é estilo, referindo-se muito mais, portanto, a uma *empreitada metodológica*, com indicações sobre como controlar e identificar variação intrafalante (ECKERT, 2001). Para Coupland (2001, p. 192), é justamente por conta da “conveniência metodológica”<sup>311</sup> que os estudos labovianos sobre variação estilística não têm se dedicado à elaboração teórica, negligenciado, assim, o fato de que, se estilo se refere à variação inter e intrafalante, precisa ser teorizado e ainda teorizado no âmbito da ação discursiva.

Além disso, para Eckert (2001), se a entrevista sociolinguística figura um evento de fala construído justamente para maximizar a produção e as condições de comparabilidade de amostras de fala, assumindo-se o pressuposto de que, por meio desse recurso, o pesquisador capta uma fração do comportamento linguístico do indivíduo em diferentes situações interacionais, tem-se que a própria validade da entrevista “como instrumento metodológico depende da relação entre os gêneros dentro da entrevista e [entre esses e] gêneros semelhantes nas práticas linguísticas cotidianas” (ECKERT, 2001, p. 119).<sup>312</sup> Contudo, o que se observa é que a entrevista sociolinguística, pelo modo como se estrutura, (i) é menos natural que outras entrevistas e (ii) faz emergir um tipo de discurso muito diferente dos discursos da conversa cotidiana (SCHILLING-ESTES, 2007).

Schilling (2013) destaca também que, em Labov, o estudo da variação estilística tem como objetivo investigar *como* os falantes

bem sucedidos em demonstrar a ordenação estatística na descrição de estilos sociais, frente aos preceitos de precisão, objetividade e poder de generalização (COUPLAND, 2007).

<sup>311</sup> “[...] methodological convenience”.

<sup>312</sup> “[...] as a methodological tool depends on the relation between the genres within the interview and similar genres in everyday linguistic practice”.

*reagema* situações que, programadamente, variam em termos de atenção que se presta à fala e em termos de conteúdo da conversa. A mudança de estilo, assim, é vista como um *fenômeno reativo*, condicionado pelo grau de formalidade de contextos previamente estabelecidos, sem se levar em consideração que os falantes também podem variar estilisticamente para *moldar o contexto* – e reconstruir, desse modo, as relações entre os interlocutores.

A definição de *contexto* é outro ponto de crítica. Retomando-se, por exemplo, os fatos de que Labov (i) definiu variação estilística como as alternâncias pelas quais um falante adapta sua linguagem *ao contexto imediato do ato de fala* ou *contexto social* e (ii) orientou que, para compreensão da mudança linguística, o

primeiro problema é determinar os aspectos do contexto social da língua [...] [começando] com um retrato completo do contexto social imediato do evento de fala [ou seja] as *relações sociais vigentes entre falantes, interlocutores, audiência* e hábitos dos *domínios sociais* do evento de fala (escola, igreja, trabalho, família...) (LABOV, 2008 [1972], p. 326-327).

não se pode negar que Labov é cômico de que relações sociais entre interlocutores e hábitos de *domínios sociais* constituem o *contexto imediato do ato de fala*; logo, se variação estilística é definida em termos de adaptação ao contexto, essas questões deveriam ser centrais. Contudo, conforme apontam Görski e Valle (2014), como Labov considerou que não havia como medir objetivamente (quantitativamente?) os aspectos que constituem o contexto social (como medir as relações de poder, de solidariedade, de respeito e intimidade?), voltou-se para “quaisquer medidas de posição ou comportamento social que sejam suscetíveis de *repetição*” (LABOV, 2008 [1972], p. 326-327; grifos nossos), entre os falantes em diferentes momentos, evitando-se, assim, variações momentâneas.

As autoras consideram ainda que, em busca de medidas mais objetivas e regulares, Labov conectou *comportamento linguístico* dos indivíduos à medição de duas instâncias analíticas, atinentes a fatores que caracterizam os falantes em termos de estratificação social: (i) *status atribuído*, que indica filiação étnica, religiosa, sexo, família etc.; e (ii) *status adquirido*, que respeita a fatores como educação, renda,

profissão e provavelmente pertencimento a grupos de pares. Com isso, duas consequências emergem dessa decisão metodológica de Labov.

Em primeiro lugar, “a variação estilística vinculada a relações sociais estabelecidas entre os participantes de um evento comunicativo fica em segundo plano, em prol de fatores sociais que estratificam o falante” (GÖRSKI; VALLE, 2014, p. 76). Como consequência, estilo passa a ser assumido como uma questão de o falante modificar sua fala em relação às mesmas características que definem seu lugar na hierarquia social – de modo que falar com cuidado é falar como as pessoas socialmente prestigiadas na hierarquia social (COUPLAND, 2007). Nesse sentido, em termos conceituais, pode-se inferir que a variação estilística é vista em termos de variação social, havendo uma correlação (regulação) desta sobre aquela. Se entendemos a questão corretamente, essa visão enquadra a relação entre indivíduo e sociedade numa perspectiva mais estabilizada e hierarquizada, de modo que os fatores macrosociais são determinantes dos individuais. Uma representação simplificada dessa relação, pelo modo como estamos compreendendo, pode ser a que se segue: social → individual.<sup>313</sup>

Em segundo lugar, o *contexto* do evento comunicativo passa a se referir à própria fala do informante, ou seja, “ao material resultante da própria entrevista” (GÖRSKI; VALLE, 2014, p. 68), perdendo-se, com isso, justamente o componente interacional da variação estilística, a que se poderia chegar com exame do contexto social, considerando, por exemplo, sua dimensão *sócio-histórica, sociocultural e pragmática*.<sup>314</sup>

Figueroa, nessa mesma direção, também observa que, em Labov, “o foco no contexto social não é uma tentativa de construir uma teoria sobre o papel que o contexto social desempenha na linguagem; mas o contexto social é o lugar onde os dados devem ser coletados” (FIGUEROA, 1994, p. 90)<sup>315</sup>. Nesse sentido, embora o autor, em

<sup>313</sup> A leitura dessa representação pode ser assim efetuada: *o aspecto social determina o individual*.

<sup>314</sup> Note-se que Labov trabalhou com uma noção muito reduzida de contexto porque, de saída, seu projeto de pesquisa definiu os contextos sociais relevantes para se observar – aqueles em que se presta o mínimo de atenção à fala – e depois vinculou a estrutura formal do instrumento de coleta de dados aos tipos de contextos da análise.

<sup>315</sup> “[...] the focus on social context is not an attempt to build a theory about the role social context plays in language; but rather, social context is the place where data is collected”.

diferentes passagens, acione o conceito de contexto social com a acepção mais típica dos estudos da etnografia da comunicação – inclusive esse é o conceito subjacente à noção de variável linguística, daí a noção de *variável sociolinguística* – isso não se operacionaliza nos trabalhos labovianos típicos.

Dentre os fatores de estratificação do falante, como já se indicou ao longo deste capítulo, o principal deles é classe social. Assim, tomando a variação estilística como um desdobramento da variação social, pressupõe-se um padrão estilístico “com falantes usando variantes associadas a grupos de classe alta em situações mais formais e variantes associadas com grupos de classe social mais baixa em situações mais casuais” (SCHILLING, 2013, p. 327).

Coupland (2007) critica fortemente esse tipo de correlação, quando assim se pronuncia:

Para mim, a mudança de estilo em Labov sugere um cardume de peixes nadando, agrupados em pacotes sociais, que de repente se desviam juntos para um único rumo quando reconhecem a presença de um predador. Se o cardume de peixes é um grupo de falantes da classe trabalhadora, a mudança de estilo pode ser uma virada culturalmente previsível para ‘águas mais seguras’, quando ameaçado pelo predador ideológico – o estabelecimento da exigência de que o discurso público deve ser ‘mais correto’ (COUPLAND, 2007, p. 39).<sup>316</sup>

Além disso, considerando a técnica de “isolamento de estilos contextuais”, as críticas sinalizam para o fato de a proposta laboviana ser *unidimensional* em dois sentidos: (i) consideração de (apenas) um fator que afeta a variação, o grau de atenção à fala – quando, na verdade, muitos fatores estão implicados; e (ii) concepção de um *continuum* de

---

<sup>316</sup> “To me, Labov’s style-shifting speakers suggest a shoal of swimming fish, grouped together in a social bundle, who suddenly veer away together in a single new direction when they recognise the presence of a predator. If the shoal of fish is an aggregation of working-class speakers, their style-shifting might be a culturally predictable veering towards ‘safer waters’, when threatened by the ideological predator – the establishment’s demand that public speech should be ‘more correct’”.

variação estilística, que vai de formas vernaculares a formas padronizadas, tal como a organização (pacífica) da estrutura social (COUPLAND, 2007; 2001; ECKERT, 2000; 2001; SCHILLING-ESTES, 2007; SCHILLING, 2013; GÖRSKI; VALLE, 2014).

Outra crítica relacionada a essa mesma técnica refere-se à própria possibilidade de se poder controlar ou medir o grau de atenção à fala (como quantificar a atenção à fala?) (SCHILLING-ESTES, 2007; SCHILLING, 2013; ECKERT, 2008). Além disso, critica-se também o foco no *vernáculo*, já que o repertório cotidiano de fala das pessoas inclui uma variedade de estilos, e os usos linguísticos conscientes ou *estilizados* estão se tornando cada vez mais comuns, dado que os falantes, “*em face da crescente mobilidade, globalização e mediatização*” (SCHILLING, 2013, p. 332; grifos nossos)<sup>317</sup> da *modernidade tardia*, nos termos de Coupland (2007), estão conectados a muito mais línguas e variedades e variantes.

Mais radical do que a crítica quanto ao foco no vernáculo é a crítica que põe em xeque a própria existência de um *estilo vernacular enquanto uso inconsciente da língua*, uma vez que, como as pessoas sempre estão organizando seus discursos em relação a propósitos comunicativos e a práticas e efeitos socioculturais, todos os usos pressupõem, em alguma medida, consciência (ECKERT, 2000; SCHILLING, 2013). Para Coupland, é justamente por essa orientação dos usos linguísticos para as finalidades comunicativas que os estudos variacionistas não podem perder de vista que integram o quadro de “uma abordagem funcionalmente orientada” (COUPLAND, 2001, p. 187).<sup>318</sup>

Disso decorre a compreensão de que variantes estilísticas, sendo funcionalmente diferentes, nos termos de Coupland, não podem ser tomadas como formas de dizer a mesma coisa: como estilo tem origem no conteúdo (ECKERT, 2008), ou seja, na própria compreensão que se tem do mundo (cf. discussão em 3.3.3.2), “diferentes maneiras de dizer são entendidas como sinais de diferentes modos de ser” (ECKERT, 2008, p. 456).<sup>319</sup>

<sup>317</sup> “[...] in the face of increasing mobility, globalization, and mediatization”.

<sup>318</sup> “[...] a resolutely functional approach”.

<sup>319</sup> “[...] different ways of saying things are intended to signal different ways of being”.

Coupland (2001), nessa mesma direção, considera que às variantes associam-se diferentes significados expressivos e, por isso, diferentes discursos. Como consequência, para o autor, não há razão para se separar variação social e variação estilística: ambas constituem um repertório linguístico culturalmente ancorado nas identidades dos falantes. Por outro lado também, continua o autor, fatores relevantes para explicar o comportamento social não necessariamente são relevantes para explicar o comportamento individual. Assim, generalizações quanto a “o que a maioria das pessoas fazem estilisticamente” (COUPLAND, 2001, p. 192)<sup>320</sup> parecem ser reducionistas, porque excluem ações eventuais, contingentes e localmente definidas no nível pessoal.

Quanto à técnica da árvore de decisão, as críticas giram em torno especialmente da heterogeneidade de critérios a partir dos quais os subeventos de fala (ou galhos) da árvore se organizam (GÓRSKI; VALLE, 2014; ECKERT, 2001). Desse modo, o subevento *response*, definido em termos de lugar (*primeira sentença que segue a fala do entrevistador*), poderia também ser definido em termos de *controle de tópico* ou de *fluxo da conversa*, uma vez que pode se opor ao subevento *tangent* (*trecho de fala que se desvia do último tópico proposto pelo entrevistador, em virtude do interesse do informante*); de igual modo, *kids* e *language*, definidos em termos de tópicos – e tópicos que se localizam em pontos opostos do *continuum* estilístico – também podem ser vistos como uma questão de gêneros, porque a “linguagem que acompanha jogos de infância (e.g. pular corda ou contar rimas) está fixada no gênero” (ECKERT, 2001, p. 120).<sup>321</sup>

Por fim, Eckert (2001) considera que “os subeventos [da árvore de decisão] ocupam uma posição analítica privilegiada sem uma base sólida para a sua relação com a produção estilística padrão e vernacular” (ECKERT, 2001, p. 122)<sup>322</sup> e, por essa razão, essa técnica de análise parte de pressuposições gerais sobre o comportamento estilístico, sem se ocupar do fato, por exemplo, de que diferentes grupos etários se

<sup>320</sup> “[...] ‘what most people stylistically do’”.

<sup>321</sup> “[...]the language that goes with childhood games (e.g. jumprope or counting offrhymes) is fixed in the genre”.

<sup>322</sup> “[...] the subevents are to occupy a privileged analytical position without a solid basis for their relation to the production of standard and vernacular”.



comportam de maneira diferente. Para a autora, subeventos de fala precisam ser analisados à luz da população entrevistada.

Essas são algumas das principais críticas à abordagem laboviana sobre variação estilística.<sup>323</sup>

### 3.3.3 Novos pressupostos para o estudo da variação estilística: perspectivas multidimensionais

Frente a problematizações quanto a diferentes aspectos da abordagem laboviana, novas propostas de tratamento da variação estilística emergem no âmbito dos estudos variacionista, como já sinalizado, sobretudo com foco na investigação sobre *por que* os falantes se comportam linguisticamente de uma dada maneira, numa ocasião. Em busca de explicações sobre isso, as perspectivas multidimensionais entram em diálogo com diferentes campos de estudo, tais como a psicologia, a antropologia, a sociologia etc. Todas elas, porém, em alguma medida, parecem recorrer a uma fonte comum: aos estudos bakhtinianos, de onde selecionam diferentes conceitos e concepções, a depender do foco de cada perspectiva.

Assim, tendo em vista que as propostas multidimensionais sob exame nesta tese são a *Audience Design* e as *Speaker Design*, apresentase, a seguir, a proposta *Audience Design*<sup>324</sup>, de Allan Bell que, conforme Schilling (2013), está para os estudos de segunda onda, assim como a proposta de Labov está para os de primeira onda.

---

<sup>323</sup> Para o exame de como redimensionar a análise de dados das entrevistas sociolinguísticas, tendo em vista esse conjunto de críticas, cf. Schilling (2013), Görski e Valle (2014), Valle e Görski (2014, 2016).

<sup>324</sup> A abordagem *Audience Design* é considerada na literatura menos multidimensional que a *Speaker Design*, conforme se apresenta ao longo da seção. Optamos, porém, por apresentá-la sob esse rótulo (multidimensional) porque ela já é mais ampla que a abordagem *Attention to speech* e também porque tem em comum com a *Speaker Design* o interesse em explicar as motivações subjacentes aos padrões linguísticos.

### 3.3.3.1 A abordagem Audience Design

A abordagem *Audience Design*<sup>325</sup>, de Allan Bell (1984), começou a se delinear a partir de um estudo do autor, na Nova Zelândia, que observava transmissão de notícias de rádio. Na ocasião, década de 1970, duas das várias estações de rádio que estavam sendo gravadas passaram a ser transmitidas pelo mesmo conjunto de estúdios e pelo mesmo indivíduo, o que permitiu ao autor comparar os estilos do locutor em diferentes modos de transmissão. (BELL, 2001).<sup>326</sup>

Usando método quantitativo, Bell localizou variação sistemática em alguns aspectos das notícias e, como todas as variáveis analisadas se mantinham as mesmas e apenas o perfil de ouvintes mudava, o autor concluiu que a variação estilística do locutor era condicionada pelo tipo de público. Indo além dos resultados de sua pesquisa, Bell identificou que as mesmas regularidades quanto à alternância estilística motivada pelo tipo de público também eram frequentes na interação face a face. (BELL, 2001).

Frente a esses resultados e observações, Bell desenvolveu sua abordagem a partir das seguintes influências: (i) a teoria de *SpeechAccommodation*, de Giles e Powesland (1975)<sup>327</sup>, de orientação interpessoal e psicológica, segundo a qual os falantes se ajustam linguisticamente à audiência – convergindo para ela (quando buscam aprovação social) ou divergindo dela (quando desejam criar distâncias sociais)<sup>328</sup>; (ii) a perspectiva bakhtiniana<sup>329</sup>, importando-se desse quadro

<sup>325</sup> Esse termo não costuma estar traduzido na literatura, por isso segue-se a tradição de mantê-lo no original.

<sup>326</sup> Neste texto, revisita-se apenas Bell (2001), trabalho que retoma e avança Bell (1984). Para mais informações, cf.: BELL, Allan. *Language Style as Audience Design*. *Language in Society*, 13 (2), 1984, p. 145–204.

<sup>327</sup> Cf.: Giles, Howard; Powesland, Peter F. *Speech Style and Social Evaluation*. London: Academic Press, 1975.

<sup>328</sup> A teoria de acomodação (*accommodation theory*) de Giles e Powesland (1975), desenvolvida no âmbito da psicologia social, nasce do pressuposto de que dois fatores motivam a variação estilística: (i) eficiência comunicativa e (ii) atratividade social (convergência ou divergência em relação ao público). Nesta teoria, variação estilística pode ser lida em termos de distância interpessoal. Mas seu aspecto central, e pelo qual Bell se orienta, é o princípio de que os falantes se acomodam à audiência. Essa abordagem não é objeto de estudo desta tese; para mais informações, cf. discussões em Schilling (2013).

de referência, sobretudo, concepções quanto à *natureza da linguagem*, a ponto de seu autor considerar a abordagem *Audience Design* “*como parte de uma teoria dialógica de linguagem*” (BELL, 2001, p. 144; grifos nossos?)<sup>330</sup>; e, finalmente, (iii) a própria orientação metodológica quantitativa da abordagem laboviana, em busca de generalizações acerca da variação estilística.

Desse modo, Bell delinea a abordagem *Audience Design* (i) conciliando o modelo de *SpeechAccommodation* a com a perspectiva de padronização das variáveis linguísticas, em busca de generalizações quanto à variação estilística; (ii) ampliando o conceito de audiência da teoria de Giles (SCHILLING, 2013); e (iii) admitindo, como principal premissa, que “o caráter da mudança estilística deriva [...] da natureza das diferenças linguísticas entre as pessoas. *É um reflexo da variação interfalante*” (BELL, 2001, p. 142; grifos nossos)<sup>331</sup>.

Ainda recorrendo a algumas concepções labovianas, como a de correlação entre usos linguísticos e grau de consciência, Bell explica, resumidamente, do seguinte modo a derivação da variação estilística da variação social:

1. O grupo social tem sua própria identidade; e essa é avaliada pelos próprios membros do grupo e por outros (não membros);
2. O grupo diferencia sua linguagem de outros grupos sociais; neste caso, trata-se de variação social ou interfalantes. O significado social das formas linguísticas ainda pode estar abaixo do nível da consciência e, por isso, não ser estratificado socialmente – caso em que as formas são, na nomenclatura laboviana, *indicadores* (cf. 3.2.3.2);
3. A língua do grupo é avaliada pelo próprio grupo e por outros: aqui ocorre avaliação linguística, especificamente;

<sup>329</sup> Cf. quadro de concepções bakhtinianas no próximo capítulo desta tese.

<sup>330</sup> “[...] part of a dialogic theory of language”.

<sup>331</sup> “[...] character of (intra-speaker) style-shift derives [...] from the nature of (inter-speaker) language differences between people. It is a reflex of inter-speaker variation”.

4. Outras alternâncias relativas à língua do grupo, podem ocorrer, considerando a variação intrafalante. Aqui, o significado social das formas linguísticas pode ser explícito e, por isso, as variantes podem estar estratificadas socialmente – caso em que as formas são, na nomenclatura laboviana, *marcadores* (cf. 3.2.3.2). Nesse ponto, as alternâncias estilísticas no interior do grupo atuam sobre o processo de diferenciação entre grupos sociais, contribuindo para a constituição da variação interfalantes. (BELL, 2001).

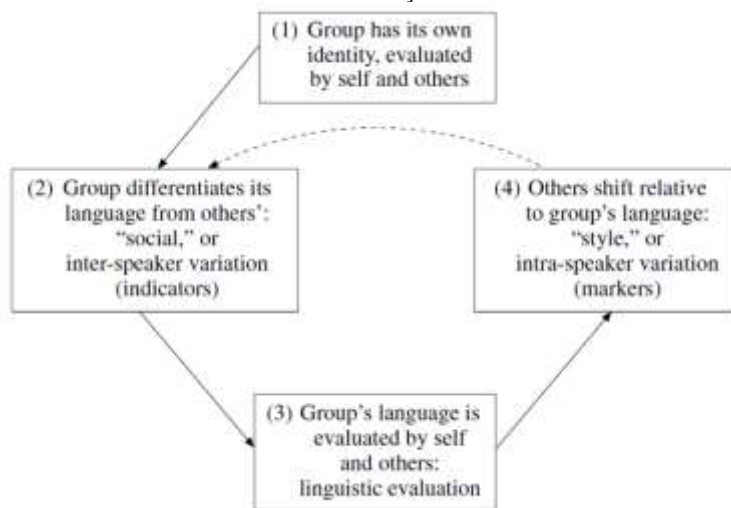
Note-se que Bell organiza sua explicação sobre a relação entre variação social e estilística *a partir de um grupo social já constituído em termos identitários*; é a partir, portanto, de um grupo de referência, tomado como marco para a explicação conceitual, que Bell correlaciona: (i) as relações entre grupos sociais e (ii) as relações entre os falantes de um mesmo grupo social – *ambas mediadas pela avaliação social*, identificada como anterior à avaliação linguística, harmonizando-se, nesse último ponto, com as ideias de Labov, para quem a avaliação social de uma forma linguística também decorre da avaliação que se faz do grupo de origem da mudança.<sup>332</sup>

Essa explicação a respeito da derivação da variação intrafalante (estilística) da variação interfalante (social), *por meio da avaliação social* está representada na figura a seguir:

---

<sup>332</sup> Para Labov, quando o grau de consciência que se tem da mudança é mais elevado, ela tanto pode ser espreada quanto revertida, a depender do valor social atribuído ao grupo de origem do item linguístico em processo de mudança.

**Figura 11:** Derivação da variação intrafalante da variação interfalante por meio da avaliação



Fonte: Bell (2001, p. 142)

Por essa representação, tem-se que, por um lado, a variação intrafalante decorre da variação interfalantes (social → individual); por outro lado, Bell também acentua o fato de a variação intrafalante contribuir para a diferenciação de grupos sociais, atuando, assim, sobre a própria variação interfalantes (individual → social). Verifica-se, nessa abordagem, portanto, uma dupla orientação quanto às relações que se estabelecem entre variação social e variação estilística (social ↔ individual), rasurando as fronteiras entre o que é inter e o que é intrafalante, embora o ponto de partida da explicação sobre essa relação esteja em terreno social.

A partir dessa compreensão, Bell especifica os seguintes princípios fundamentais para o estudo da variação estilística, cujo objetivo é saber “*por que* ‘o falante disse isso desta forma, nesta ocasião’” (BELL, 2001, p. 169; grifos nossos).<sup>333</sup>

1. *Estilo é o que um falante individual faz com a língua em relação a outras pessoas* – Segundo esse princípio, o estilo é

<sup>333</sup> “[...] why ‘this speaker said it this way on this occasion’”.

orientado para pessoas e não para mecanismos e, por essa razão, o estilo é essencialmente social, e tem a função de marcar as relações interpessoais e intergrupais.

2. *O significado do estilo resulta da associação entre características linguísticas e determinados grupos sociais* – Tal como Labov considerou, por esse princípio Bell explica que a avaliação social do grupo é transferida para suas características linguísticas e, por isso, *alternância estilística* e *avaliação de uma variável* são recíprocas. Desse modo, é por meio da avaliação social que um estilo particular associa-se a grupos ou situações particulares, trazendo consigo, portanto, “o sabor” (BELL, 2001, p. 143)<sup>334</sup> dessas associações. Nesse ponto, Bell faz referência à fonte que considera ser “um arauto da sociolinguística moderna<sup>335</sup>” (BELL, 2001, p. 143)<sup>336</sup> – Bakhtin –, para quem “[t]odas as palavras têm o gosto de uma profissão, de um gênero, de uma tendência, de um partido, de uma obra particular, de uma pessoa particular, de uma geração, de uma faixa etária, de um dia e de uma hora”<sup>337</sup> (Bell, 2001, p. 143). Bell ainda chama atenção para o fato de que Bakhtin usa o termo *palavra*, nesse excerto, para se referir à linguagem como um todo, do que se pode inferir que Bell, ao se filiar ao pensamento bakhtiniano, está também caracterizando *estilo* a partir de concepções metateóricas sobre a linguagem em geral.
  
3. *Falantes projetam seu estilo principalmente para e em resposta ao público* – Esse é o princípio central da abordagem *Audience Design*. Por ele, considera-se que o principal fator de alternância estilística é a *agentividade* do falante que o dota da responsabilidade de *responder* ao público. Mais uma vez, essa

---

<sup>334</sup> “[...] the flavor”.

<sup>335</sup> Em minha compreensão, o termo “moderna”, nesse excerto, tem a acepção de *contemporânea*, não estando, pois, correlacionado com a *modernidade* enquanto período histórico que se inicia na Europa, no século XVII, e se expande globalmente.

<sup>336</sup> “[...]a herald of modern sociolinguistics”.

<sup>337</sup> “All words have the ‘taste’ of a profession, a genre, a tendency, a party, a particular work, a particular person, a generation, an age group, the day and hour”.

explicação aciona o quadro conceitual bakhtiniano, especificamente no que respeita à *natureza dialógica da linguagem* (cf. 4.2.1), cuja “compreensão responsiva é uma força fundamental” (BAKHTIN, 1986, p. 127<sup>338</sup> *apud* BELL, 2001, p. 143).<sup>339</sup> Dada a inspiração bakhtiniana desse princípio, *responder ao público* deve ser entendido como um princípio filosófico, segundo o qual um dos aspectos da natureza da língua é a qualidade de ser dirigida a alguém; sendo esse um aspecto constitutivo da língua, é também um aspecto constitutivo do estilo. Para Bell “[o] diálogo é a instanciação natural da língua. [Por isso] Nós não devemos conceber língua sem audiência e nem língua sem falante” (BELL, 2001, p. 144)<sup>340</sup>.

4. *Audience Design aplica-se a todos os códigos e níveis de um repertório linguístico (monolíngue ou bilíngue)* – Por esse princípio, Bell esclarece que a perspectiva de *Audience design* não se aplica exclusivamente à questão de alternância estilística, mas a todos os usos do repertório linguístico de um falante. Para Bell, *Audience Design* é uma estratégia a partir da qual os falantes agenciam os recursos linguísticos de que dispõem para *responder* (em sentido bakhtiniano) a diferentes públicos. Por isso, reitera-se, infere-se que o escopo das considerações de Bell pretende explicar o funcionamento linguístico (ou a variação linguística) em geral.
5. *A variação, numa dimensão estilística, ou seja, dentro da fala de um único falante, deriva de e ecoa a variação interfalantes, na dimensão social* – Esse é o axioma da abordagem que, segundo Bell, explica as correlações entre variação estilística e social captadas pelos estudos labovianos. Para o autor, variação

---

<sup>338</sup> Bakhtin, Mikhael M. 1981. *The Dialogic Imagination*, edited by M. Holquist, translated by C. Emerson and M. Holquist. Austin: University of Texas Press. 1986. *Speech Genres and other Late Essays*. Austin: University of Texas Press.

<sup>339</sup> “Responsive understanding is a fundamental force”.

<sup>340</sup> “Dialogue is the natural instantiation of language. We should no more conceive of language without audience than of language without speaker”.

estilística e social estão indissolúvelmente correlacionadas pela avaliação social – esse é o elo da correlação e o que permite que aspectos da variação social se projetem na variação estilística. Assim, a diferenciação socialmente estabelecida entre grupos, por meio da avaliação, faz com que os falantes acionem variavelmente recursos linguísticos condizentes com a avaliação social que fazem da audiência. O seguinte raciocínio explica a questão: “[s]e um recurso linguístico ou um padrão é usado de forma diferente pelos falantes de diferentes sexos ou etnias [aspecto social], ele também será normalmente usado de forma diferente quando essas pessoas estiverem na posição de ouvintes” (BELL, 2001, p. 145-146).<sup>341</sup>

6. *Os falantes têm a capacidade de projetar estilos para uma gama de diferentes destinatários* – Esse princípio advém especialmente da influência que a *Teoria da Acomodação* de Giles e Powesland (1975) exerceu sobre Bell; a visão central desse princípio é a de que os falantes, em primeiro lugar, respondem à audiência. Esse é, portanto, o principal fator para a alternância estilística.
7. *Alternância estilística de acordo com o tópico ou ambiente ecoa mudança de audiência, em termos de associação subjacente entre determinados tópicos e ambientes e determinados públicos típicos* – Esse é o princípio mais ousado de Bell (1984), segundo o próprio autor, e sugere que “[o] caráter comum das mudanças convida uma explicação comum tanto em termos de audiência quanto em termos de função discursiva” (BELL, 2001, p. 146).<sup>342</sup>
8. *A própria alternância de estilo promove mudança na situação* – Aqui, afastando-se de Labov, assume-se que o falante usa criativamente recursos linguísticos para diferentes efeitos,

---

<sup>341</sup> “If a linguistic feature or pattern is used differently by speakers of different gender or ethnicity, then it will usually be used differently to those people as listeners”.

<sup>342</sup> “The common character of the shifts invites a common explanation in terms of either audience or discursual function discursual”.



moldando, inclusive, a própria situação. Essa perspectiva se distancia da concepção de que há uma associação direta entre linguagem e situação.

9. *Os recursos linguísticos associados a um grupo de referência podem ser usados para expressar identificação com esse grupo* – Segundo esse princípio, alternância estilística é motivada por associações que o falante faz entre recursos linguísticos e grupos sociais de referência, que funcionam como *árbitros* estilísticos: terceiros, normalmente não presentes fisicamente na interação, mas que são salientes/importantes aos falantes, a ponto de influenciarem seus estilos, colocando, assim, em relação, a própria identidade do falante com a audiência. Assim, o falante pode alternar seu estilo tanto para se identificar com um grupo a que pertence quanto para se aproximar de um grupo do qual não faz parte, mas com o qual se identifica. Esse tipo de audiência (ou de árbitro) está sempre presente no uso da linguagem, a despeito da presença física de um interlocutor, pois os falantes sempre estão se posicionando em relação (i) ao grupo a que pertencem, (ii) aos grupos externos e (iii) aos interlocutores. Numa interação, projetamos, portanto, nossa fala para o público, “[m]as também estamos [nos] projetando simultaneamente em relação a outros grupos de referência” (BELL, 2001, p. 165).<sup>343</sup>
  
10. *A investigação estilística exige seus próprios projetos e metodologia* – Esse último princípio recomenda que a investigação estilística não pode ser acessória a estudos que focalizam outros objetivos principais, dadas as especificidades metodológicas que esse conjunto de princípios convoca.

Para Bell (2001), tendo em vista que os resultados de pesquisas que seguem esses princípios<sup>344</sup> têm indicado “como os recursos linguísticos operam como marcadores de identidade” (BELL, 2001, p.

---

<sup>343</sup> “But we are also concurrently designing it in relation to other referee groups”.

<sup>344</sup> Cf. alguns resultados de estudos em Bell (2001).

161)<sup>345</sup>, isso se torna base para o própria compreensão do que significa estilo no âmbito da abordagem *Audience Desig.*

O desafio da abordagem, porém, alerta Bell, é como correlacionar (i) a concepção de estilo como uma iniciativa dinâmica dos falantes para expressar aspectos identitários (ii) com a necessidade de se manter, na pesquisa, um certo nível de generalização. O autor sugere, dentre outros pontos, que a análise estilística deve ser feita em camadas/passos, que *correlacionem análise quantitativa* – mais propensa a capturar padrões como, por exemplo, particularidades estilísticas em termos de frequência de ocorrências – e *análise qualitativa*, mais propensa a explicar como o falante se posiciona em relação a diferentes públicos e grupos de referência.

Avaliando essa abordagem, Schilling (2013) destaca, por exemplo, que ela tem as seguintes vantagens em relação à abordagem laboviana: (i) é menos unidimensional, porque permite observar efeitos de outros fatores motivadores da variação, para além de *atenção à fala*; (ii) pressupõe que os falantes são agentivos, e não apenas reativos; (iii) suas considerações se aplicam ao mundo real e também a entrevistas sociolinguísticas.

Por outro lado, algumas críticas que essa abordagem também recebe são: (i) continua, em alguma medida, pressupondo que a variação estilística é um fenômeno reativo (os falantes reagem ao tipo de audiência da situação); (ii) desconsidera o fato de que nem toda variação estilística pode ser explicada a partir de fatores situacionais; (iii) não explica o que exatamente da audiência inspira a variação estilística (padrões da fala ou características pessoais?); (iv) ainda mantém ênfase em associações mais estáveis entre estruturas sociais, recursos linguísticos e significado social, quando, na verdade, os falantes podem sustentar, mas também reformular essas associações (COUPLAND, 2001; SCHILLING-ESTES, 2007; SCHILLING, 2013).<sup>346</sup>

A despeito dessas críticas, no estudo de Bell e Johnson (1997)<sup>347</sup>, Schilling (2013) identifica alguns pontos que antecipam as abordagens *Speaker Design*, visto que ele reconhece: (i) a possibilidade de múltiplos significados para os recursos linguísticos; e (ii) as próprias

<sup>345</sup> “[...] how linguistic features operate as identity markers”.

<sup>346</sup> Cf. contra-argumentação a todas essas críticas em Bell (2001).

<sup>347</sup> Bell, Allan and Johnson, Gary. Towards a sociolinguistics of style. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics* 4 (1), 1997, p. 1–21.

entrevistas sociolinguísticas como um tipo de interação em que entrevistador e entrevistado são importantes para o evento comunicativo<sup>348</sup>. Assim, esses autores também preparam o campo, segundo Schilling (2013), para as “abordagens etnográficas e antropológicas de Coupland (2007) e de Eckert (2008)” (CAMACHO, SALOMÃO-CONCHALO, 2016. p. 48), as mais recentes abordagens de variação estilística, conforme se apresenta a seguir.

### 3.3.3.2 *As abordagens Speaker Design*

Até aqui, por meio das críticas apresentadas tanto à abordagem *Attention to speech* quanto à *Audience Design*, já se antecipou muitos aspectos que caracterizam as abordagens *Speaker Design*, tomadas como a *própria terceira onda variacionista*. A seguir, retomam-se, brevemente, aspectos já mencionados, ampliam-se as discussões e, com isso, sintetizam-se os principais pontos que caracterizam essas abordagens (e essa fase) do campo.

Em primeiro lugar, admite-se que variação estilística conecta-se a diversos sistemas ideológico-culturais da paisagem social, de modo que outros elementos da vida social dos falantes podem ser pistas sobre as motivações da paisagem sociolinguística (BAUMAN, 2001; COUPLAND, 2001; 2007; ECKERT, 2000; 2001; 2005; 2008, IRVINE, 2001; ZHANG, 2005; 2008). Com isso, compreende-se que uma ampla gama de fatores pode motivar a variação, dentre eles, audiência, tema, configuração das situações interacionais, grupos sociais, gêneros discursivos etc., mas especialmente o ponto de vista do falante sobre seu lugar no mundo e sobre sua relação com outros grupos sociais (ECKERT, 2000; 2001). É, pois, a constante negociação de significado no mundo que exige do falante *engajamento*, o que sugere “constante processo de construção identitária”<sup>349</sup> (ECKERT, 2000, p. 41), tomando *identidade* justamente como “*uma perspectiva pessoal sobre o resto do mundo, uma compreensão pessoal de seu valor para os outros*” (ECKERT, 2000, p. 41; grifos nossos).<sup>350</sup>

---

<sup>348</sup> Cf. contextualização desse estudo em Schilling (2013).

<sup>349</sup> “[...] constant process of identity construction”.

<sup>350</sup> “[...] a person’s perspective on the rest of the world; a person’s understanding of his or her value to others”.

Em segundo lugar e em decorrência da questão anterior, a variação estilística passa a ser vista como um recurso para esse contínuo processo de construção e projeção de identidades sociais, de *personas* sociais, de interações interpessoais etc., o que demanda uma concepção *agentiva de falante*. Com isso, afasta-se, por exemplo, o pressuposto de usos linguísticos inconscientes, para se assumir que *todo uso linguístico é performático* (ECKERT, 2001; 2008; SCHILLING-ESTES, 2007). Sendo assim, identidade é tomada em termos não de categoria fixa, mas de *movimentos identitários*; e estilo, em termos de *processo de estilização* (COUPLAND, 2007) ou *movimentos estilísticos* (ECKERT, 2000).

Por isso, em terceiro lugar, os falantes, além de agentivos, deixam de ser vistos como *reativos* ou parcialmente criativos (apenas em relação à audiência), para serem vistos como efetivamente *criativos*, o que, conseqüentemente, desloca o foco de padrões sociais globais de uso da língua para a relação que o falante faz entre aspectos sociais e interacionais, *com interesse especial no significado interacional da variação*, ou seja, com interesse em esquadrihar *o que os falantes fazem com a língua em contextos (socioculturais) específicos e por que assim o fazem* (SCHILLING, 2013).

Em quarto lugar, com foco no significado social, essas abordagens dedicam-se à compreensão da padronização da variação em termos qualitativos, com o pressuposto de que, associada a cada variante, há uma constelação de significados relacionados, constituídos a partir da conjuntura histórica, sociocultural e pragmática.<sup>351</sup>

Em quinto lugar, admite-se que orientações locais e individuais são anteriores às orientações globais e sociais na construção de

---

<sup>351</sup> Destaque-se que o foco na compreensão da padronização da variação em termos qualitativos não significa excluir necessariamente (das abordagens *Speaker Design*, da terceira fase variacionista) análises quantitativas, embora isso possa ocorrer ocasionalmente. A questão a se destacar é que, no âmbito das abordagens *Speaker Design*, cujo interesse de análise é a prática estilística, análises quantitativas são *porta de entrada* para análises qualitativas, inclinadas para um novo conjunto de questões. Aquelas análises, então, estão a serviço dessas. Sobre essa questão, o leitor deve estar atento, neste texto, (i) ao estudo de Bauman (2001), que prescinde de análise quantitativa (cf. 3.3.3.2.1) no estudo da prática estilística e (ii) ao estudo de Zhang (2005) (cf. 3.3.3.2.3), que recorre à análise quantitativa, mas para tratativa de um conjunto de questões que, ao final, permitem teorizar a organização social das práticas linguísticas.

significados sociais, via variação (COUPLAND, 2007; ECKERT, 2000, 2001). Ao mesmo tempo, porém, reconhece-se também que os aspectos sociais globais atuam sobre os indivíduos, circunscrevendo as próprias possibilidades quanto ao que eles podem fazer com a língua; desse modo, reconhece-se, nas abordagens *Speaker Design*, que “o local e o global trabalham em conjunto” (SCHILLING, 2013, p. 328)<sup>352</sup> para a constituição da *paisagem social*, em todos os aspectos, inclusive no que respeita ao aspecto linguístico.

Prova disso é que, se Eckert (2000) admite que o terreno para a negociação de significados sociais é a identidade, assumindo, com isso, que (i) “o estudo do significado da variação sociolinguística é o estudo da relação entre variação e identidade”<sup>353</sup>, admite também que (ii) “identidade individual não é construída no vácuo, mas é coconstruída com identidades de grupo”<sup>354</sup> (ECKERT, 2000, p. 42). Por esses motivos, a separação entre variação social e estilística, quer em termos conceituais quer em termos taxionômicos, perde força nessas abordagens ou nessa fase do campo, a ponto de a *variação estilística* ser vista como a própria *variação linguística*.

Tal como na abordagem *Audience Design*, especificamente nesse aspecto, pode-se dizer que as abordagens *Speaker Design* são duplamente orientadas, mas com uma diferença: se na perspectiva *Audience Design* a constituição estilística (intrafalante) nasce no âmbito social (interfalantes), embora depois aquela atue sobre essa – compreensão que se pode representar do seguinte modo: (social  $\leftrightarrow$  individual) –, aqui o caminho é inverso: acredita-se que a associação entre recursos linguísticos e significados sociais ocorre primeiramente no nível individual e, a partir disso, se projeta socialmente, reverberando, por sua vez, nos usos individuais, compreensão que se pode representar do seguinte modo: individual  $\leftrightarrow$  social.

Em sexto lugar, amplia-se o quadro de aspectos passíveis de investigação: são alvo de análise todos os elementos que podem produzir significado social – léxico, discurso, fatores pragmáticos, prosódicos e até relacionados à qualidade da voz dos falantes

<sup>352</sup> “[...] Hence, the local and the global work together”.

<sup>353</sup> “[...] the study of meaning in sociolinguistic variation is a study of the relation between variation and identity”.

<sup>354</sup> “Individual identity is not constructed in a vacuum; it is co-constructed with group identities”.

(SCHILLING, 2013) –, de maneira que o tipo de análise que aqui se pratica se afasta das análises tipicamente labovianas, sendo possível depreender da literatura *dois tipos de design de pesquisa condizentes com os princípios da terceira onda variacionista*: (i) o que concilia análise quantitativa – tal como praticada nos estudos de primeira e de segunda onda – com análise qualitativa; e (ii) o que abre mão de análise quantitativa, ficando apenas com a investigação qualitativa da prática estilística. Essa dupla orientação analítica parece ocorrer por duas razões principais. Em primeiro lugar, porque não se nega, por exemplo, as generalizações quantitativas dos estudos de primeira e de segunda onda, embora haja um redimensionamento no modo de se explicar essas generalizações: elas *são relevantes à medida que permitem a identificação do que está subjacente aos padrões quantitativos*, pois

[o] próprio fato de que as mesmas variáveis podem estratificar-se regularmente com várias categorias – por exemplo, gênero, etnia e classe – indica que os seus significados não estão diretamente relacionados com estas categorias, mas a *algo que está relacionado com todas elas*. Em outras palavras, as variáveis indexam categorias demográficas não diretamente, mas indiretamente (Silverstein 1985), através da sua associação com as *qualidades e posicionamentos* que entram na construção de categorias. (ECKERT, 2008, p. 455; grifo nosso).<sup>355</sup>

Assim, as análises das abordagens *Speaker Design* podem preservar a etapa analítica quantitativa, mesmo estando focadas em questões qualitativas que são subjacentes aos usos quantificáveis.

Em segundo lugar, por outro lado, os estudos de terceira onda também podem praticar análises *apenas qualitativas*, prescindindo da parte quantitativa, devido, em nossa compreensão, à mudança, concomitante, de foco e de pressupostos dessa fase: com foco na

---

<sup>355</sup> “The very fact that the same variables may stratify regularly with multiple categories – e.g. gender, ethnicity, and class – indicates that their meanings are not directly related to these categories but to something that is related to all of them. In other words, variables index demographic categories not directly but indirectly (Silverstein 1985), through their association with qualities and stances that enter into the construction of categories”.

variação (e não na mudança), pode-se abrir mão de objetivos típicos dos estudos de primeira onda, quais sejam: *generalizar, prever e replicar*<sup>356</sup> resultados. Essa questão é retomada na seção 3.4.

Esse é o cenário a partir do qual a variação estilística/linguística é compreendida nas abordagens *Speaker Design* e, ao conectar, conceitualmente, os usos linguísticos a todos os demais sistemas socioculturais, tem-se uma perspectiva bem mais ampla que as anteriores. Dentre as principais premissas do estudo da variação estilística sob a ótica *da terceira onda*, destacam-se:

- i. O âmbito no qual deve se desenvolver o estudo do estilo e, no âmbito dele, da variação estilística, é o de propósitos comunicativos, o de finalidades práticas, o das realizações humanas, do que decorre a compreensão de que estilo deve ser visto como um aspecto da manipulação dos recursos semióticos em contextos sociais (COUPLAND, 2001);
- ii. O papel do estilo é projetar identidades dos falantes, definir relações sociais e o próprio contexto (ECKERT, 2000; 2001);
- iii. A perspectiva de estilo convoca, no âmbito dos estudos de terceira onda, discussões sobre “individualidade, relações sociais e discurso” (COUPLAND, 2001, p. 186).<sup>357</sup>

A seguir, com o objetivo de desenvolver o item (i), apresenta-se, em 3.3.3.2.1, o quadro conceitual sobre variação estilística no âmbito dos estudos antropológicos<sup>358</sup>, considerando os trabalhos de Irvine

<sup>356</sup> Esses três axiomas (generalizar, prever e replicar) constituem a base do pensamento laboviano sobre o fazer científico, conforme se verifica tanto em sua teoria quanto nos estudos específicos que desenvolve. O excerto a seguir, ilustra a questão: “Como em qualquer outra investigação, o valor de uma explicação depende de seu poder de *generalização*, mas somente na medida em que se apoie em evidências confiáveis e *reproduzíveis*.” (LABOV, 2008 [1972], p. 194; grifos nossos).

<sup>357</sup> “[...] selfhood, social relationships, and discourse”.

<sup>358</sup> Reitera-se que estamos considerando as abordagens *Speaker Design* como um conjunto de concepções mais de natureza epistemológica do que como modelos metodológicos ou teóricos, tal como as abordagens *Attention to speech* ou *Audience Design* são consideradas, respectivamente. Contribuindo para essa

(2001) e Bauman (2001); das concepções suscitadas por esses autores, depreende-se uma concatenação entre os conceitos de *discurso*, *gênero discursivo*, *forma* e *função*; principalmente por esses dois últimos aspectos (forma e função), também se abordam as concepções de Traugott (2001) sobre a questão do estilo. Os demais itens (ii e iii) são desenvolvidos mais diretamente em 3.3.3.2.2, ao se apresentar alguns apontamentos de Eckert e de Coupland. Por fim, ilustrando o quadro conceitual sobre variação estilística no âmbito dos estudos de terceira onda, apresenta-se, em 3.3.3.2.3, o trabalho de Zhang (2005).

### **3.3.3.2.1 Visão antropológica de estilo e a conexão entre discurso, gênero discursivo, forma e função**

As considerações desta subseção objetivam apresentar, em primeiro lugar, o quadro conceitual a partir do qual estilo é investigado no âmbito dos estudos antropológicos, tomando como referência especialmente as ponderações de Irvine (2001), que examina o papel da ideologia para a constituição e diferenciação estilística. Em segundo lugar, em conexão com as concepções de Irvine (2001), apresentam-se as ponderações de Bauman (2001) para quem, sendo a língua uma *prática discursiva*, a instância de análise estilística deve ser os gêneros do discurso. Do conjunto dessas discussões emerge o pressuposto de uma relação indissociável entre *discurso, gênero discursivo, forma* e *função* e, por esse motivo, convoca-se aqui também Traugott (2001) sobre a relação entre estilo e formas multifuncionais por ocasião do processo de gramaticalização (cf. 1.1.3 e 2.2). A partir desses elementos tem-se um panorama de alguns pressupostos e conceitos assumidos pelas abordagens *Speaker Design*. O tipo de análise realizada por esses estudos exemplifica, neste texto, o modo como, sob a perspectiva dos estudos de terceira onda, pode-se prescindir, no âmbito dos estudos variacionistas, de análise quantitativa.

#### **As concepções de Irvine (2001)**

Em termos conceituais, estilo linguístico, para Irvine (2001) não deve ser visto como muito diferente do que é estilo em outras instâncias

---

compreensão, destaque-se que a própria literatura enquadra, dentro da perspectiva *Speaker Design*, concepções diversas, tais como as antropológicas.



da vida (moda, decoração, arquitetura etc.), do que se conclui que estilo é um *fenômeno distintivo*. Isso significa dizer que estilo, em qualquer área, só pode ser caracterizado dentro de um *quadro social* em que diferentes estilos estão em relação. Assim, assume-se que um estilo contrasta com outros, e que o significado social de um estilo contrasta com o significado social de outros. (IRVINE, 2001).

Como consequência de assim se assumir estilo, Irvine pondera que não é muito produtivo examinar um estilo isoladamente, pois isso *pressuporia que a função basta para explicar a forma*, sem se fazer referência ao quadro social de possibilidades estilísticas. Esse, portanto, é um primeiro aspecto a ser considerado sobre estilo, segundo a ótica de Irvine: numa perspectiva antropológica, um estilo não se caracteriza fora da relação com os outros, porque eles convivem em relação “dialética”; em uma “semiose social de distintividade” (IRVINE, 2001, p. 23).<sup>359</sup>

Um segundo aspecto conceitual a se destacar é que as *relações entre diferentes estilos são ideologicamente mediadas*, pelas seguintes razões, resumidamente.

Já se sabe, desde os estudos labovianos, que as formas de falar indexam informações sociais. Recobre-se, por exemplo, a centralização dos ditongos no estudo de Martha’s Vineyard que indexava a informação: *vineyardense*. Mas, além disso, Irvine (2001) chama atenção para o fato de que índices só podem fornecer informações sociais se funcionarem como um *signal*, o que significa dizer que “índices devem integrar a compreensão dos falantes quanto ao seu mundo social e aos recursos semióticos disponíveis nele” (IRVINE, 2001, p. 22)<sup>360</sup>; em outros termos, devem ser *significativos e compreensíveis a um grupo de pessoas*. Nesse sentido, portanto, os *índices participam da própria compreensão dos falantes acerca do mundo social*.

Acontece que a compreensão acerca do cenário social é sempre relativa, porque é localizada, é sempre feita a partir (i) de uma determinada posição social e (2) de um determinado ponto de vista (IRVINE, 2001). Por isso a compreensão que se tem do mundo é “culturalmente variável: ou seja, não é nem universal nem previsível a partir de uma posição social (como classe socioeconômica), sem levar

---

<sup>359</sup> “[...] social semiosis of distinctiveness”.

<sup>360</sup> “[...] indexes must partake in participants’ understandings of their social world and the semiotic resources available in it”.

em conta história e tradição local” (p. 22)<sup>361</sup>. Disso resulta uma *visão estética de estilo*, uma vez que sistemas estéticos são culturalmente variáveis, organizados em torno de princípios *localmente relevantes que motivam certa consistência*.

Com essa perspectiva sobre estilo convoca-se inevitavelmente uma concepção agentiva de indivíduo, pois se presume que, no espaço social, os falantes precisam negociar suas posições dentre de um sistema de possibilidades distintas. Para isso, cada ato de fala envolve necessariamente a *compreensão do falante acerca do mundo e das práticas sociais, a depender de sua posição social e de seus interesses*. Diferenças quanto ao próprio acesso e/ou participação a/em determinadas práticas sociais – inclusive linguísticas – podem, portanto, resultar em diferentes compreensões acerca do mundo.

Como incorporada à compreensão do falante, acerca do mundo em geral, está a avaliação que ele faz do sistema social, nessa perspectiva antropológica *todo ato de fala é ideologicamente mediado*, o que significa dizer que todo ato de fala se funda na avaliação social e, por isso, consiste num “trabalho de representação” (IRVINE, 2001, p. 24)<sup>362</sup> que opera em termos de projeção de imagens e de vozes sociais.

Isso ocorre porque diferentes grupos sociais tendem a ser associados a diferentes imagens ou vozes de pessoas típicas do grupo; essas imagens são racionalizadas e organizadas em um sistema ideológico, de modo a se tornarem um *quadro de referência*, a partir do qual falantes atuam performaticamente e os ouvintes interpretaram essas performances – por isso, variação estilística, comumente definida em termos situacionais, baseia-se, na verdade, em imagens e vozes sociais de referência (IRVINE, 2001).

É nesse sentido que o estudo de fenômenos linguísticos não pode abrir mão nem relegar a um segundo plano tanto a questão da avaliação quanto a da ideologia: os usos linguísticos, nessa perspectiva, nascem de entendimentos básicos sobre o mundo; e esses se constituem a partir das próprias percepções dos indivíduos. Em outras palavras, os falantes não são observadores nem aprendizes objetivos do mundo ou

---

<sup>361</sup> “[...] culturally variable; that is, they are neither universal nor entirely predictable from social position (such as socioeconomic class) alone, without consideration of local history and tradition”.

<sup>362</sup> “[...] work of representation”.

uns dos outros; antes, toda compreensão é mediada pelas próprias percepções e interpretações. (IRVINE, 2001).

Nesse ponto, Irvine (2001) faz a seguinte ressalva, talvez em referência à clássica rejeição dos sociolinguistas a abordagens baseadas na intuição dos falantes<sup>363</sup>: convocar o aspecto ideológico para um primeiro plano do estudo linguístico não significa dizer que se está recomendando que se pergunte aos indivíduos o que está acontecendo social e linguisticamente e que se confie em suas análises; mas significa reconhecer que “os regimes de concepções, quer sobre a língua quer sobre outras coisas, têm alguma relação com o ponto de vista – a posição social do espectador e as práticas a que ele/ela desigualmente tem acesso – e com a bagagem da história e da parcialidade do espectador” (IRVINE, 2001, p. 24)<sup>364</sup>.

Ervin-Tripp (2001), na mesma direção de Irvine (2001), destaca que as ideologias têm manifestações empíricas e organizam o cenário sociolinguístico, porque elas afetam a própria probabilidade de contato ou de motivação para falar com e como o outro<sup>365</sup>. Além de isso justificar a centralidade do aspecto ideológico nos estudos linguísticos permite também a assunção do seguinte pressuposto, sinalizado por Irvine: os regimes de concepções e de representações, ainda que compartilhados, *não são partilhados integralmente*, ou seja, *não são idênticos entre os falantes* e, por isso, eles são sempre parciais. Disso resulta que, diferentemente da concepção laboviana, não se pode supor homogeneidade (de concepção, de avaliação, de usos linguísticos, de estilo etc.) nem mesmo no interior de um pequeno grupo social (IRVINE, 2001).

<sup>363</sup> Cf. crítica de Labov (2008 [1972]; 1972), por exemplo, ao Gerativismo justamente por esse motivo, dentre outros aspectos.

<sup>364</sup> “[...] ideational schemes, whether about language or other things, have some relationship with point of view – the social position of the viewer, and the practices to which he/she differentially has access – and the viewer’s baggage of history and partiality”.

<sup>365</sup> Destaque-se que essa última compreensão também está nos estudos de primeira onda variacionista, uma vez que Guy (2000, 2001) considera, por um lado, a tendência de que se fala “como as pessoas COM as quais se fala” (2000, p. 20; grifos do autor), e ao mesmo tempo, por outro lado, que a alta densidade de comunicação, por si, não é suficiente para o processo de acomodação, pois a *interpretação compartilhada* é um aspecto fundamental para o compartilhamento de traços: “os falantes QUEREM se acomodar?” (p. 21).

Por todos esses aspectos, Irvine considera que “mais relevante para uma visão sociolinguística de estilo são os *princípios e processos* de diferenciação estilística dentro de um sistema sociolinguístico em constante evolução” (IRVINE, 2001, p. 22; grifos nossos)<sup>366</sup>, pois, com isso, se chega a explicações e a *causas das diferenças estilísticas*. Note-se que, como mencionado, essas abordagens estilísticas, inseridas nos estudos da terceira onda variacionista, dedicam-se especialmente à explicação, e não à descrição, dos usos linguísticos.

A autora defende que esses princípios e processos devem ser buscados em sistemas culturais específicos, porque são esses que organizam e racionalizam as características sociolinguísticas. Mesmo assim, tomando como base um conjunto de investigações etnográficas em diferentes sistemas culturais<sup>367</sup>, a autora assinala três princípios icônicos recorrentes nos processos de diferenciação sociolinguística – a *iconização (iconization)* propriamente dita, a *recursividade (recursion)* e o *apagamento (erasure)*<sup>368</sup> – a partir dos quais a autora discrimina as seguintes premissas:

---

<sup>366</sup> “What is more important for a sociolinguistic view of style [...] are the principles and processes of stylistic differentiation within a continuously evolving sociolinguistic system”.

<sup>367</sup> Irvine encontrou grandes semelhanças entre os resultados de suas investigações etnográficas, realizadas na década de 1970 com falantes de Wolof, em uma comunidade rural do Senegal que se organiza em torno de um sistema de castas, e as de Susan Gal (1992), na Europa Oriental, quanto aos princípios que organizavam a diferenciação das variedades linguísticas nas comunidades investigadas, a despeito das diferenças quanto à localidade, família linguística e contextos sociais. É da comparação e da sistematização principalmente entre os seus trabalhos e o de Gal que Irvine aponta princípios ou processos que parecem ser frequentes na diferenciação estilística.

<sup>368</sup> A *iconização* é o processo semiótico que transforma a relação entre características linguísticas e imagens sociais (representações) em sinal; é o processo pelo qual contrastes sociais entre grupos ou situações (ou a crença neles) são representados por fatores linguísticos, que correspondem a fatores estilísticos (IRVINE, 2001; ERVIN-TRIPP, 2001). Sendo ainda esse princípio, uma *ideologia de língua* “explica” a forma de diferenciação linguística entre diferentes estilos, associando-os a diferenças sociais essencializadas. A *recursividade* é o processo a partir do qual uma sociedade se organizava em torno de um esquema de *diferenciação social que, semioticamente, organiza as relações em vários níveis*; a estrutura recursiva, com isso, serve para organizar muitas situações, mesmo quando os contrastes estilísticos entre elas são sutis

- i. fenômenos linguísticos são fenômenos socioculturais e são constitutivos de grupos sociais;
- ii. estilo linguístico é um fenômeno sociolinguístico, é uma organização de caráter distintivo que se estende para além dos sistemas linguísticos porque se correlaciona com outros aspectos semioticamente organizados do comportamento social – desse modo, diferenciação linguística não é um simples reflexo da diferenciação social e vice-versa, dado que oposições linguísticas e sociais não são fenômenos separados;
- iii. pelo motivo anterior, a diferenciação linguística/estilística se explica pela estruturação sociocultural e ideológica de uma sociedade;
- iv. há estilos “relativamente estáveis” (p. 31)<sup>369</sup>, típicos de situações institucionalizadas; e há estilos mais fluidos, onde os falantes “navegam entre variedades” (p. 31)<sup>370</sup>;
- v. ao mesmo tempo em que estilo é processo criativo e, por isso, não pode ser determinado por estruturas pré-definidas, os princípios que o regem fazem com que as distinções estilística, para serem significativas, sejam coerentes com as representações de grupos sociais.

Segue-se agora para as considerações de Bauman (2001) que, orientadas também por esses pressupostos, acrescenta à discussão sobre variação estilística um ingrediente não mencionado por Irvine: a instância de observação dos processos de diferenciação estilística.

### As concepções de Bauman (2001)

Para Bauman (2001), o quadro para a compreensão da prática estilística são os *gêneros do discurso*, na medida em que eles funcionam como um

---

(IRVINE, 2001). Por fim, o *apagamento* consiste no processo em que uma ideologia simplifica o cenário sociolinguístico, invisibilizando alguns fenômenos – e algumas pessoas – com foco geralmente na diferenciação entre os extremos do *continuum* estilístico (IRVINE, 2001).

<sup>369</sup> “[...] relatively stable”.

<sup>370</sup> “[...] individuals navigate among available varieties”.

*ordenador do estilo da fala, uma constelação de características e estruturas formais coocorrentes, sistematicamente relacionadas, que contrasta com outras constelações [...] e fornecem uma estrutura orientadora e convencionalizada para a produção e percepção do discurso. Mais especificamente, um gênero é um estilo de discurso orientado para a produção e recepção de determinados tipos de textos (BAUMAN, 2001, p. 58; grifos nossos).*<sup>371</sup>

Segundo Bauman a relação entre gêneros e estilos pode ser explicada, resumidamente, do seguinte modo. Um enunciado ou um tipo de discurso é sempre assimilado em um gênero particular e, como os gêneros são uma *constelação de características e estruturas formais coocorrentes*, o enquadramento genérico de um discurso sempre traz consigo um conjunto de expectativas sobre os próprios desdobramentos do discurso<sup>372</sup>. Exemplificando a questão, Bauman considera que a “invocação de um dispositivo de enquadramento genérico como ‘Era uma vez’ traz consigo um conjunto de expectativas sobre um maior desdobramento do discurso, indexando outros textos iniciados por esta fórmula de abertura” (BAUMAN, 2001, p. 58)<sup>373</sup>.

Por texto, o autor entende “[u]m trecho de discurso limitado, formalmente organizado, internamente coeso” (BAUMAN, 2001, p.

<sup>371</sup> “We conceive of genre as one order of speech style, a constellation of systemically related, co-occurrent formal features and structures that contrasts with other such constellations [...] and provides a conventionalized orienting framework for the production and reception of discourse [...]. More specifically, a genre is a speech style oriented to the production and reception of particular kinds of texts”.

<sup>372</sup> Note-se que na explicação sobre a relação entre gênero e estilo, Bauman correlaciona discurso, gênero e texto. O autor usa alternadamente os termos *discurso* e *enunciado*, mas não explicita definição para eles; pelo conjunto das discussões, entende-se que Bauman está considerando discurso/enunciado como um fenômeno para além do sistema linguístico, porque compreende as intenções, percepções e avaliações dos falantes, além de outros aspectos do comportamento social (gestos, tom de voz etc.). Quanto aos termos *gêneros* e *texto*, apresentam-se as definições do autor no texto acima.

<sup>373</sup> “The invocation of a generic framing device such as “Once upon a time” carries with it a set of expectations concerning the further unfolding of the discourse, indexing other texts initiated by this opening formula”.

58)<sup>374</sup>, de modo que as expectativas do enquadramento genérico, por serem mediadas pela experiência que se tem com textos anteriores,

constituem um *modelo textual* para criar coesão e coerência, para produzir e interpretar constelações particulares de características e suas relações *formais e funcionais*, isto é, para a geração de textualidade” (BAUMAN, 2001, p. 58; grifo nosso)<sup>375</sup>.

Assim, todo gênero é um estilo de discurso orientado para produção e percepção de determinados *textos*, que não podem gozar de autonomia formal e funcional porque o ajuste entre um texto específico, particular, e o modelo genérico nunca é perfeito, já que o quadro genérico *não fornece meios para produção e recepção discursiva de forma acabada*, uma vez que *elementos emergentes* participam do processo discursivo, forjando diferentes conexões com outros discursos, com outros textos, com a interação social em curso, com relações sociais mais amplas, com objetivos estratégicos etc. (BAUMAN, 2001). Fatores diversos sempre estão, portanto, em jogo na prática discursiva, fazendo com que os elementos constitutivos da estrutura genérica sejam “variavelmente mobilizados, abrindo assim, caminho para [sua] reconfiguração” (BAUMAN, 2001, p. 59).<sup>376</sup>

Por outro lado também, alguns aspectos da textualização genérica, destaca Bauman, são mais salientes e, por isso, são mais recorrentemente mobilizados, o que minimiza a possível distância entre texto e modelo genérico, e maximiza a inteligibilidades dos enunciados. Disso resulta certa associação entre enunciado e práticas convencionais, e determinadas rotinas, ao mesmo tempo em que a manipulação da diferença entre texto específico e modelo genérico permite acomodar elementos emergentes e contingentes da prática discursiva. Tem-se, com isso, uma *lacuna* entre o convencional e o emergente na interação comunicativa que só pode ser preenchida na negociação interdiscursiva.

<sup>374</sup> “[...] as we use the term, is a bounded, formally regimented, internally cohesive stretch of discourse”.

<sup>375</sup> “[...] constitute a textual model for creating cohesion and coherence, for producing and interpreting particular constellations of features and their formal and functional relations, that is, for generating textuality”.

<sup>376</sup> “[...] variably mobilized”.

É por meio dessa concepção de gênero, explica o autor, que o estudo do estilo se afasta da preocupação com a classificação formal dos recursos linguísticos e, ao voltar-se para a concepção de *gênero como prática discursiva*, dedica-se à seguinte questão: “como a organização genérica dos aspectos linguísticos funciona como um recurso para a realização de objetivos sociais na condução da vida social?” (BAUMAN, 2001, p. 59)<sup>377</sup>.

Os resultados de um estudo etnográfico conduzido por Bauman em um mercado público mexicano<sup>378</sup> auxiliam na compreensão da questão, fazendo ver como os gêneros são uma estrutura orientadora para produção e recepção de textos, além de também *evocarem* (i) *contextos*, ou seja, *situações recorrentes* (nesse caso, o mercado), e (ii) categorias sociais de falantes (nesse caso, os fornecedores/vendedores) – o que significa que textos (enquanto exemplares de gêneros) também são *índices de contextos e de categorias sociais*, já que, na condução da vida social não há textos independentes de falantes situados.

---

<sup>377</sup> “[...] how does the generic organization of linguistic means serve as a resource for the accomplishment of social ends in the conduct of social life?”.

<sup>378</sup> Bauman (2001) faz uma análise contrastiva entre dois gêneros do repertório verbal de um mercado público: (i) o gênero “*call*” (chamadas ou gritos) e o gênero “*spiel*” (conversa ou papo de vendedor). O primeiro consiste em um gênero formalmente curto, projetado para atrair a atenção dos clientes para mercadorias mais básicas, a partir de informações sobre o tipo de mercadoria e seus preços, e cujos efeitos funcionais, dentre outros, são a identificação rápida das mercadorias, a especificação de suas qualidades e preço, a interação entre vendedor e cliente e o engajamento social dos clientes com o produto. O segundo consiste em um gênero que, apesar de exercer as mesmas funções do gênero “*call*”, apresenta uma estrutura formal mais complexa, incorporando, em si, por exemplo, outros gêneros, como ditados populares, uma vez que concerne à exposição de produtos de maior valor. Após descrição dos aspectos constitutivos dos gêneros, Bauman observou que cada gênero é convocado para um tipo de tarefa no mercado, e que isso é o que justifica a diferença formal e estilística entre eles. Ademais, o autor também constatou que, na venda de produtos de valor intermediário (nem tão baratos quanto os produtos a que se referia o gênero “*call*” nem tão caros quanto os produtos a que se referia o gênero “*spiel*”), os vendedores empregavam um híbrido estilístico entre esses dois gêneros, concluindo, então, que, embora os gêneros sejam um ordenador estilístico, a assimilação de um enunciado em um gênero é sempre uma questão de negociação entre o convencional e o contingente da interação comunicativa.



Em crítica a Labov, o autor destaca que “isolar uma única dimensão de indexicalidade como o único critério para designar um estilo e para reificar o estilo resultante no processo, obscurece as *múltiplas ressonâncias indexicais* que se revertem para modos de falar na vida social” (BAUMAN, 2001, p. 77; grifos nossos).<sup>379</sup>

Por tudo isso, tem-se a premissa de que observar a prática comunicativa, a partir de quadros genéricos, é observar *como elementos indexicais diversos* (outros textos, situações, tipos de falantes, função comunicativa etc.) funcionam como recursos tanto para produção quanto para interpretação do que é socialmente significativo; e, ainda que um ou outro desses aspectos indexicais, em práticas discursivas específicas, sejam mais proeminentes, todos eles estão sempre implicados. (BAUMAN, 2001).

### As concepções de Traugott (2001)

Especificamente sobre a relação forma/função<sup>380</sup>, Traugott (2001) destaca que o estudo do estilo não pode desconsiderar a multifuncionalidades dos próprios recursos linguísticos.

Para Traugott, a abordagem da gramaticalização – (i) ao privilegiar a mudança no indivíduo; (ii) ao se voltar para os processos pragmáticos, interacionais e para os usos criativos da língua que permitem o agenciamento de recursos linguísticos num determinado evento comunicativo *para efeitos de sentido que vão além de usos anteriores*; (iii) e ao assumir que os recursos linguísticos são orientados pelas funções que desempenham em eventos comunicativos – fornece importantes elementos “tanto para a teoria da mudança linguística quanto para uma teoria do estilo” (TRAUGOTT, 2001, p. 130)<sup>381</sup>.

A autora destaca que a abordagem da gramaticalização trabalha com dados pelos quais se observa a tendência de mudança de itens de classe aberta para itens de classe fechada, como no caso do processo de

<sup>379</sup> “[...] isolate a single dimension of indexicality as the sole criterion for designating a speech style and to reify the resultant style in the process obscures the multiple indexical resonances that accrue to ways of speaking in social life”.

<sup>380</sup> Retome-se da Introdução do Capítulo 2 as acepções com que o termo *função* é empregado no âmbito dos estudos funcionalistas norte-americanos – quadro em que Traugott se localiza.

<sup>381</sup> “[...] important factors both for theory of language change and for a theory of style”.

gramaticalização do verbo *ir* (que, de item lexical ou item de classe aberta, quando na função de verbo pleno, passa a um item gramatical ou de classe fechada, quando na função de verbo auxiliar), entrando em concorrência, assim, com as demais formas que expressam o futuro do presente.

Nessa direção, embora se possa pensar que itens de classe aberta são mais facilmente manipuláveis conscientemente do que os itens de classe fechada<sup>382</sup> e, por isso, mais interessantes para o estudo da variação estilística, *a questão a se investigar é se a multifuncionalidade dos itens de classe fechada, envolvidos em processos de gramaticalização, não pode também indicar algum potencial para o estudo da variação estilística, uma vez que, nessas condições, as formas variantes não são sempre as mesmas*, na medida em que, ao desempenharem, nos usos situados, diferentes funções, tendo em vista os diferentes propósitos comunicativos dos falantes, elas já não são equivalentes no sistema linguístico.

Retomando a mesma perspectiva de Lavandera (1978) (cf. discussão em 3.2.2), quanto ao fato de que unidades morfossintáticas têm significados diferentes, Traugott sugere que não se deve olhar unidimensionalmente para unidades desse tipo, porque elas têm diferentes características e, por isso, contribuem para diferenças quanto ao *design* linguístico. Em outras palavras, *diferentes funções linguísticas, para a autora, podem e devem ser vistas como uma questão estilística, frente aos diferentes propósitos dos falantes em acionar uma ou outra função*. Nesse caso, *a atitude subjetiva do falante*, aspecto implicado no processo de gramaticalização, é a primeira tarefa a se considerar em uma “teoria mais elaborada de estilo” (TRAUGOTT, 2001, p. 136).<sup>383</sup>

Segundo Traugott, o subevento “soapbox” da árvore de decisão de Labov (2001b), por exemplo, é repleto de marcadores *modais*

<sup>382</sup> Traugott faz referência ao estudo de Prince (1987), que encontrou maior variação entre itens de classe aberta do que entre itens de classe fechada, argumentando que isso decorre do fato de os primeiros itens serem mais facilmente manipulados conscientemente. De igual modo, Labov (2001b) também menciona esse trabalho para, mesmo admitindo as concepções estilísticas da abordagem *Audience Design*, reiterar seu argumento de que é a dificuldade em conferir mesmo grau de atenção aos itens de classe aberta e fechada que motiva a diferenciação estilística.

<sup>383</sup> “[...] elaborated theory of style”.

*epistêmicos* e, embora o entrevistado fale como se referindo a verdades objetivas, está, na verdade, emitindo sua própria opinião, sua atitude subjetiva frente aos fatos. Observar, portanto, os itens de classe aberta e mesmo as funções dos itens de classe fechada num subevento como esse contribui para a identificação do próprio estilo do evento “soapbox”.

A autora ainda adverte não ser possível saber se uma forma é ou não marcadora de estilo “sem prestar atenção às diferenças funcionais. Simplesmente contar os *tokens*<sup>384</sup> da palavra não é suficiente” (TRAUGOTT, 2001, p. 134)<sup>385</sup>. Se o uso de uma forma, explica a autora, for indício de marcação estilística, uma única ocorrência da forma em um evento comunicativo é relevante. Por outro lado, a única ocorrência de uma forma que não marca especificamente um estilo pode não significar mudança (/variação) estilística; nesse caso, a frequência da forma pode ser relevante para isso. Por fim, Traugott considera que a relação forma-função pode estar associada, principalmente “com as línguas faladas ou escrita [...] (editoriais, ensaios, conversas telefônicas, discursos espontâneos)” (TRAUGOTT, 2001, p. 135)<sup>386</sup> que funcionam como uma orientação para a interação interpessoal.

\*\*\*

Das considerações apresentadas nesta subseção, pode-se concluir que o cenário para o estudo da variação estilística, segundo os autores aqui revisitados, é o quadro *sociocultural* de uma sociedade que, constituída ideologicamente, organiza a prática sociolinguística a partir de um sistema de diferenciação em que discursos estão em relação (IRVINE, 2001). Esses discursos, por meio de diferentes princípios semióticos (IRVINE, 2001), se manifestam empiricamente em gêneros discursivos, instância relativamente estável e relativamente emergente, que, por ser uma constelação de características formais (BAUMAN, 2001), de relações entre forma e suas (multi)funções (TRAUGOTT, 2001), orienta produção e recepção dos discursos (BAUMAN, 2001).

---

<sup>384</sup> Retomem-se de 2.2.4 as concepções de frequência *token* e *type*, no âmbito da abordagem da gramaticalização.

<sup>385</sup> “[...] without paying attention to functional differences. Simply counting tokens of the word is not enough”.

<sup>386</sup> “[...] associated with spoken languages or writing [...] (editorials, essays, telephone conversations, spontaneous speeches).

### 3.3.3.2 Estilização como ato de identidade, de produção de significado social e de prática discursiva

Se a subseção anterior destacou o papel do cenário sociocultural como ponto de referência para a constituição ideológica da variação estilística, bem como os gêneros do discurso como a instância de análise desse tipo de variação, a partir dos trabalhos de Irvine (2001), Bauman (2001) e Traugott (2001), nesta apresenta-se a centralidade do conceito de identidade para a investigação da prática estilística, segundo as concepções de Eckert (2000; 2001; 2005; 2008) e de Coupland (2001; 2007), conforme a seguir.

#### As concepções de Eckert (2000, 2001, 2008, 2005)

No centro das proposições de Eckert, no que tange à investigação da variação estilística, está a associação entre recursos linguísticos, significado social e identidade. Segundo a autora, os indivíduos tendem a usar os recursos linguísticos para a promoção de significado social, este último constituído a partir da compreensão (do julgamento, da interpretação) do indivíduo acerca do mundo e funcionando como um mediador dos processos de construção e projeção identitária (ECKERT, 2000, 2001, 2008, 2005). Por isso, o foco de análise da autora está nos indivíduos, especialmente *em certos indivíduos* que se constituem ícones de estilo, ícones culturais, tipos particulares de “figura pública” (ECKERT, 2001, p. 126)<sup>387</sup> que orientam os significados sociais. Para Eckert, o estilo, então, não pode ser visto apenas como produto da construção de significados sociais ou locais, pois a própria construção estilística é o que torna a negociação interacional possível.

No âmbito da prática estilística, a autora compreende que as variáveis não têm significados estáticos, mas significados bastante gerais, que só se tornam mais específicos na contextualização estilística (cf. 3.2.3). Em conformidade com a noção de *ordem indexical*<sup>388</sup>, de

---

<sup>387</sup> “[...] public figure”.

<sup>388</sup> Aplicando a noção de ordem indexical ao estudo da variação, Silverstein, segundo Eckert, especifica índices de primeira e de segunda ordem. Os *índices de primeira ordem* cumprem a função de indexar às variáveis *índices de filiação*

Silverstein (2003)<sup>389</sup>, do campo da linguística-antropológica, Eckert (2008) aciona, então, para o estudo do significado social da variação, a proposta de *campo indexical*, cuja explicação se afasta da laboviana justamente por *incorporar o aspecto ideológico no processo que correlaciona forma e significado social – já que admite que, mediando esse processo, está a interpretação dos indivíduos*. É nesse sentido que os significados das variáveis, nessa perspectiva, consistem em um *campo indexical*, “uma constelação de significados [possíveis] que são ideologicamente correlacionados” (ECKERT, 2008, p. 464)<sup>390</sup>, podendo cada um deles ser ativado a depender do uso situado da variável.

Citando o experimento de Kathryn Campbell-Kibler (2007a), por exemplo, quanto ao uso particular de (ING) entre estudantes universitários, Eckert explana que se observou que os estudantes, considerando (i) as formas linguísticas, (ii) o estilo em que elas ocorriam e (iii) o conteúdo do que se dizia, associavam a variante velar *comeducação, inteligência e poder de articulação*; todos esses aspectos geravam a interpretação de esforço (pessoas esforçadas) e, por oposição, a variante apical, era associada a *falta de esforço*; por conseguinte, essa interpretação se coadunava às noções de *preguiça, rebelião, falta de polidez* etc. Em estudo posterior Campbell-Kibler (2007b) constatou que ouvintes, adicionalmente, interpretavam a forma apical como um estilo casual ou relaxado. Com base nesses dois estudos, Eckert (2008) propõe o seguinte campo indexical para essas variantes:

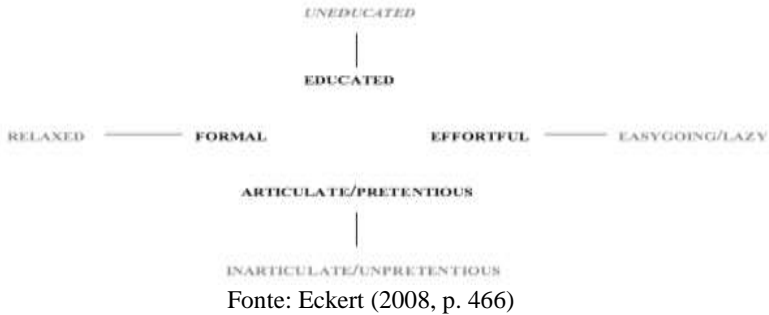
---

*a uma população*. Os indicadores, na nomenclatura laboviana, por serem variáveis dialetais, são considerados por Silverstein, índices de primeira ordem. Quando aos índices de primeira ordem são combinadas avaliações sociais, ou seja, quando um indicador dialetal é associado a algum tipo de avaliação sobre a população, tem-se um *índice de segunda ordem* ou, em termos labovianos, um marcador. Eckert (2008) exemplifica a questão com o caso de Martha’s Vineyard: *o índice de primeira ordem* da centralização dos ditongos na ilha era “vineyardense” (LABOV, 2008 [1972], p. 57); *o índice de segunda ordem*, por sua vez, já respeita a uma *interpretação* sobre o que é ser vineyardense, podendo a centralização, portanto, agora afirmar coisas muito diferentes, como autoridade ou lealdade local.

<sup>389</sup> Silverstein, Michael. 2003. Indexical order and the dialectics of sociolinguistic life. *Language and Communication* 23: 193–229.

<sup>390</sup> “[...] An indexical field is a constellation of meanings that are ideologically linked”.

**Figura 12:** Campo Indexical de (ING) (baseado em Campbell-Kibler 2007a, 2007b. Em negrito = significados para a variante de velar; em cinza = significados para a variante apical variante)



Além disso, segundo essa proposta, ao mesmo tempo em que o campo indexical congrega um conjunto de significados, *ele também é fluido*, porque, a cada nova ativação dos significados, o próprio campo pode ser alterado por meio de novas associações ideológicas. Em todo caso, a síntese da questão é que “variação constitui um sistema indexical que incorpora ideologia na linguagem e que, por sua vez, é parte integrante da construção da ideologia” (ECKERT, 2008, p. 454).<sup>391</sup>

Note-se que, talvez, a consequência mais direta da incorporação do componente ideológico à concepção de língua seja a assunção do ponto de vista de que *o estilo* “tem origem no conteúdo” (ECKERT, 2008, p. 456)<sup>392</sup>, compreensão que desfaz qualquer dicotomia entre forma e conteúdo (ECKERT, 2008). Nisso, inclusive, estaria o poder das práticas locais e dos sujeitos, frente às questões sociais mais amplas, a partir do uso de fenômenos variáveis, já que:

os falantes usam variáveis não simplesmente para refletir ou reafirmar seu lugar particular pré-ordenado no mapa social, mas para *fazer movimentos ideológicos*. O uso de uma variável não é simplesmente uma invocação de um valor indexical pré-existente, mas *uma reivindicação indexical que tanto pode invocar um valor pré-*

<sup>391</sup> “[...] Thus variation constitutes an indexical system that embeds ideology in language and that is in turn part and parcel of the construction of ideology”.

<sup>392</sup> “[...] originates in content”.

*existente quanto um novo valor*(ECKERT, 2008, p. 464, grifos nossos).<sup>393</sup>

A noção de *ordem indexical* de Silverstein (2003) é, pois, nos estudos de terceira onda, uma ferramenta para a explicação teórica sobre o papel da interpretação dos indivíduos no processo de variação. (ECKERT, 2008).

Além disso, tal como Irvine (2001), Eckert (2008) também destaca que, no e pelo indivíduo, estão conectados estilos linguísticos e sistemas estilísticos diversos, todos regidos por sistemas ideológicos presentes no imaginário social e fornecedores de pistas importantes para o estudo do estilo linguístico. E, como

[i]deologia é o centro da prática estilística [,] uma forma ou outra, cada *movimento estilístico* é o resultado de uma *interpretação do mundo social* e dos significados dos elementos dentro dele, assim como um posicionamento do *estilizador* em relação a esse mundo (ECKERT, 2008, p. 456; grifos nossos).<sup>394</sup>

O processo de *estilização*, nos termos acima, faz ver a concepção de prática estilística tanto no nível da interpretação quanto no da produção (ECKERT, 2008), além de também evocar a noção de que estilos de grupos e de indivíduos se reforçam mutuamente pelos seguintes motivos: (i) a experiência com determinadas práticas sociais faz com que os indivíduos, enquanto agentes estilísticos, selecionem determinados aspectos que caracterizam essa prática, conforme suas percepções e avaliações; (ii) isso é possível porque a atividade que se pratica tende a estar estruturada por meio de um conjunto de recursos (abstrações, artefatos materiais, símbolos, ações repetidas,

---

<sup>393</sup> “Variables have indexical fields rather than fixed meanings because speakers use variables not simply to reflect or reassert their particular pre-ordained place on the social map but to make ideological moves. The use of a variable is not simply an invocation of a pre-existing indexical value but an indexical claim which may either invoke a pre-existing value or stake a claim to a new value.”

<sup>394</sup> “Ideology is at the center of stylistic practice: one way or another, every stylistic move is the result of an interpretation of the social world and of the meanings of elements within it, as well as a positioning of the stylizer with respect to that world”.

verbalizações, itens lexicais especializados), a partir dos quais o modo de se fazer as coisas se torna saliente ou reificado, e passa, então, a ser um orientador da própria prática; (iii) mas as comunidades tendem a se desenvolver e, com isso, podem manipular e reformular as reificações constituídas; (iii) nesse caso, como as “reificações [...] são uma elevação de alguns aspectos do cotidiano [...] *estilos e componentes de estilos são exatamente tais reificações. E, assim, são categorias sociais*” (ECKERT, 2000, p. 42; grifos nossos)<sup>395</sup>, mas que se sustentam pelas práticas individuais.

Além disso,

[u]ma vez que o agente [estilístico] isola e atribui significado para um recurso, esse se torna um recurso que ele ou ela pode incorporar ou não em seu próprio estilo. A ocorrência desse recurso em um novo estilo vai mudar o significado tanto do recurso quanto do estilo original, mudando, portanto, a paisagem semiótica (EKCERT, 2008, p. 457).<sup>396</sup>

Esse trabalho de reconfiguração estilística que promove deslocamentos diversos pode ser exemplificado com dois estudos citados por Schilling (2013). O primeiro deles é o de Barrett (1995)<sup>397</sup>, que mostra como *drag queens* afro-americanas subvertem os significados sociais de categorias demográficas – não por meio da invenção de novos usos linguísticos, mas pela justaposição de recursos linguísticos estereotipados de diversas variedades que normalmente não

---

<sup>395</sup> “[...] reifications [...] are an elevation of some aspect, of the everyday. styles, and components of styles are just such reifications. And so are social categories”.

<sup>396</sup> Once the agente isolates and attributes significance to a feature, that feature becomes a resource that he or she can incorporate or not into his or her own style. The occurrence of that resource in a new style will change the meaning both of the resource and of the original style, hence changing the semiotic landscape.

<sup>397</sup> Barrett, Rusty (1995) Supermodels of the world, unite!: Political economy and the language of performance among African American drag queens. In William Leap (ed.), *Beyond the Lavender Lexicon: Authenticity, Imagination, and Appropriation in Lesbian and Gay Languages*. 203–223. Newark, NJ: Gordon and Breach.



costumam cocorrer. Ou seja, as *drag queens* agenciam recursos estereotipados de várias categorias sociais (formas típicas de mulheres brancas, de homens gays e do inglês afro-americano, por exemplo) que, usadas concomitantemente, projetam em suas performances uma identidade única que desafia os limites das categorias de gênero (social) e de etnias típicas (SCHILLING, 2013). Nesse caso, o significado dos recursos linguísticos já não é mais coincidente com os “estilos de origem”, ao mesmo tempo em que projeta novas imagens ou vozes sobre eles.

O segundo estudo é o de Bell e Johnson (2007)<sup>398</sup> sobre um jovem gay estudante de medicina, que utiliza a qualidade da voz, por meio de falsetes, de forma diferente, a depender da situação de interação (com o pai, com amigos em encontros casuais, em entrevista com pacientes etc.) para alcançar diferentes propósitos. Assim, embora possa parecer que esse jovem se orienta pelo tipo de público com quem interage, em consonância com os pressupostos da abordagem *Audience Design*, a análise detalhada do que ele diz e como diz revelou que ele, na verdade, está usando esse recurso para se projetar como “diva”. Nesse sentido, “[e]mbora esse tipo de personagem seja associado a homens gays, não se trata simplesmente de uma identidade ‘gay’, uma vez que existem muitas maneiras de ser gay e muitas facetas para cada tipo de identidade” (SCHILLING, 2013, p. 341).<sup>399</sup>

Especificando um pouco mais a questão, Eckert (2000) considera que a instância em que o estilizador atua, conforme descrição acima, ou seja, a instância em que se participa do “processo de fazer sentido no mundo” (ECKERT, 2000, p. 42) é a *comunidade de prática* (cf. discussões em 4.4.2), considerando que, mais importante que as categorias sociais, são as práticas da comunidade (ECKERT, 2005) porque é no interior delas que, da constelação de possíveis significados sociais dos recursos linguísticos, os indivíduos, a depender de seus propósitos, de suas relações e do modo como se percebem nas próprias práticas, agenciam os aspectos que julgam significativos.

---

<sup>398</sup> Cf. Bell, Allan and Johnson, Gary (1997) Towards a sociolinguistics of style. *University of Pennsylvania Working Papers in Linguistics* 4(1): 1–21.

<sup>399</sup> “And while this character type is associated with gay men, it is not simply a “gay” identity, since there are many ways of being gay and many facets to every type of identity”.

Resgate-se, por exemplo, o estudo de Eckert sobre os *burnouts* e *jocks*: a despeito dessa oposição mais ampla entre os adolescentes, no próprio interior do grupo dos *burnouts* havia uma subdivisão, principalmente entre as meninas, entre “regular” *burnouts* e *burned-out burnouts*. Enquanto o grupo “regular” *burnouts* era constituído de adolescentes que se conheciam da vizinhança e que se orientavam pelas e para as questões do bairro, os *burned-out burnouts* eram um grupo de adolescentes que só se tornaram amigos/amigas na escola e que foram atraídos uns aos outros pela postura rebelde – as meninas desse último grupo, por exemplo, costumavam usar drogas, terem problemas com a polícia etc. Nesse sentido, os membros desse último grupo se consideravam os “verdadeiros *burnouts*”, a ponto de olharem para os “regular” *burnouts* como se eles fossem *jocks*; como resultado dessa postura, os *burned-out burnouts* exibiam um *estilo mais extremo de burnouts* no que respeita ao comportamento em geral e ao linguístico em particular, fazendo, por exemplo, amplo uso de variantes não padrão. O fenômeno fonológico *alçamento do núcleo de (ay)* observado por Eckert, por exemplo, revelou-se menos frequente entre os *jocks* do que entre *burnouts*; mas entre os subgrupos dos *burnouts*, havia altíssimo índice de alçamento entre os *burned-out burnouts*. Para esse fenômeno, portanto, a distinção mais radical não era entre *burnouts* e *jocks*, mas entre *jocks* e *burned-out burnouts*. (ECKERT, 2000; 2005).

Quanto a esse aspecto, a perspectiva de Eckert, portanto, é a de que

[a] identidade do indivíduo é configurada através de suas formas de participação no grupo [de uma comunidade de prática], e a identidade do grupo é configurada através da interação das formas individuais de participação que constituem a sua vida. E ambas as identidades (as individuais e as de grupo) estão em contínua construção, em contínua mudança, em contínuo aperfeiçoamento. (ECKERT, 2000, p. 43).<sup>400</sup>

---

<sup>400</sup> “The individual's identity is carved through his or her forms of participation in the group, and the group's identity is carved through the interplay of the individual forms of participation that constitute its life. And both individual and group identities are in continual construction, continual change, continual refinement”.

Talvez um alerta que pode ser feito tanto em relação às concepções de Eckert quanto às de Coupland, conforme se apresenta a seguir, é o de que, com a centralidade da questão identitária, para o estudo do estilo, corre-se o risco de ver *identidade*

como o único ou o principal fator que afeta o estilo, e de esquecer o papel que outros fatores, como propósito, audiência, tema e assim por diante, desempenham na mudança estilística, mesmo quando a identidade é mantida constante. [...] Não vamos consagrar um novo tipo de unidimensionalidade ao defender a multidimensionalidade (RICKFORD, 2001, p. 227-228).<sup>401</sup>

### As concepções de Coupland (2001, 2007)

Coupland (2001; 2007), tal como Eckert, também considera:

- (i) que o foco da investigação estilística deve priorizar a expressão da individualidade, da identidade do falante, porque estilo individual necessariamente está em correlação com ideologias e posições socioculturais percebidas como relevantes para os falantes;<sup>402</sup>

---

<sup>401</sup> “[...] danger of seeing identity as the only or primary factor affecting style, and of forgetting the role that other factors like purpose, audience, topic, and so on, play in effecting style-shift even when identity is held constant. [...] Let’s not enshrine a new kind of unidimensionality while advocating multidimensionality, and let’s not be limited by any one approach”.

<sup>402</sup> Note-se que, para Eckert e Coupland, a percepção do falante não é apenas em relação ao ouvinte, como na teoria de *Audience Design*, mas é principalmente de si mesmo em relação a toda a audiência potencial, de modo que as escolhas estilísticas, nessa perspectiva, estão orientadas para as próprias avaliações sociais do falante, constituídas no âmbito de sua predisposição ideológica.

- (ii) que os estilos estão continuamente sendo redefinidos nas interações específicas, “atraindo e resistindo a novas conotações e alianças” (COUPLAND, 2001, p, 196)<sup>403</sup>;
- (iii) que é por meio da prática estilística que se constituem e se projetam *personas* sociais, de maneira que convergir estilisticamente ao interlocutor, por exemplo, reduzindo às diferenças linguísticas, significa, na verdade, reduzir o “fosso cultural e social entre as identidades, [entre] *as personas sociais*” (COUPLAND, 2001, p. 197).<sup>404</sup>

Em primeiro lugar, Coupland acredita que estudos que se baseiam *em comunidades de prática* ainda mantêm “uma perspectiva sobre a estrutura como uma realização potencial da língua” (COUPLAND, 2007, p. 50)<sup>405</sup> e, justamente por isso, considera o autor, esses estudos ainda se ocupam notadamente de análises quantitativas. Nesse sentido, o autor ainda observa que o estudo de Martha’s Vineyard (LABOV, 1963), por exemplo, também se ocupou da prática social, mas a questão é que se orientou por uma visão estrutural de língua, tal como o estudo de Eckert (2000), ao priorizar análises quantitativas<sup>406</sup>. Sobre essa última autora, por exemplo, Coupland afirma:

Eckert fornece-nos transcrições reveladoras de momentos de interação social envolvendo seus informantes adolescentes, o que ajuda na compreensão dos contextos etnográficos em que os sistemas de valores e rotinas são construídos. Um exemplo é o turismo urbano, que é uma prática geográfica e culturalmente bastante

---

<sup>403</sup> “[...] attracting and resisting new connotations and allegiances”.

<sup>404</sup> “[...] the cultural and social divide between identities, the social personas”.

<sup>405</sup> “[...] a perspective on structure as a potential achievement of language and discourse [...]”.

<sup>406</sup> Recentemente, Eckert (2016) mesmo considerou que seu estudo etnográfico sobre os *jocks* e os *burnouts* representa um estudo de *transição* entre a segunda e a terceira onda, o que sugere, em primeiro lugar, que o enquadramento dos estudos variacionistas em uma das três ondas pode não se dá de modo exato e, em segundo lugar, que Coupland, talvez por estar mais afinado com as concepções típicas da terceira fase variacionista, consiga se distinguir de Eckert (2000).

específica para as crianças que fazem isso, e, para elas, isso é repleto de significado social a nível de grupo. *Mas a análise da variação de Eckert (2000) está fortemente comprometida em mostrar níveis diferenciais de correlação estatística positiva* entre certas variantes da fala e, por exemplo, os grupos (masculino e feminino) que passeiam ou não passeiam, ou os grupos de *jocks* e *burnouts*. (COUPLAND, 2007, p. 51; grifos nossos).<sup>407</sup>

Em segundo lugar, Coupland chama atenção para o perigo de, ao se dar prioridade à contextualização local das variantes, não se equacionar muito bem a relação entre o que é uso local e/ou individual e o que é uso global e/ou social da língua. Também Schilling (2013), ao caracterizar as abordagens *Speaker Design* e sinalizar para o fato de que, nelas, dada a centralidade do indivíduo, o foco deixa de ser, como nos estudos labovianos, *índices de primeira ordem* para ser os de *segunda ordem*, evidenciando, assim, a inversão, quanto à atribuição de significado social aos recursos linguísticos, de *social* → *individual* para *individual* → *social*, também ressalva que “essa [relação entre social/individual; local/global] é uma ideia importante e intrigante, *mas que continua a ser uma questão em aberto*” nos estudos variacionistas (SCHILLING, 2013, p. 340; grifos nossos).<sup>408</sup>

A crítica de Coupland, portanto, é a de que, com essa inversão de prioridades, corre-se o risco de polarizar *estrutura pragmática e/ou local* e *estrutura social*. *Para o autor, uma abordagem alternativa ao modelo estrutural de variação não pode ser aquela em que a estrutura social esteja fora da questão*: “a despeito do poder construtivo da

---

<sup>407</sup> “Eckert gives us revealing transcripts of moments of social interaction involving her adolescent informants, helping to fill out the ethnographic contexts in which value systems and routines are constructed. An example is the practice of urban cruising, which is a geographically and culturally quite specific practice for the kids who do it, full of group-level social significance. But Eckert’s variation analysis in her highly influential (2000) study is to show differential levels of positive statistical correlation between certain speech variants and, for example, the groups of cruisers (male and female) and non-cruisers, or the groups of jocks and burnouts”.

<sup>408</sup> “This is an important and intriguing idea but one that remains open to question”.

prática, estrutura social e significados socialmente estruturados para variação linguística não desapareceram”(COUPLAND, 2007, p. 52)<sup>409</sup>, porque “[é] em relação às normas de grupo que a variação estilística se torna significativa; é através de escolhas estilísticas individuais que as normas do grupo são produzidas e reproduzidas” (COUPLAND, 2001, p. 198).<sup>410</sup>

Note-se que Eckert também correlaciona essas duas instâncias (individual/social), embora o modo de investigá-las seja diferente: se, para Eckert, a via de análise é a comunidade de prática, para Coupland é o discurso, porque a motivação central da variação estilística, segundo esse último autor, parece ser os diferentes *modos de discurso*, dentre os quais, o autor cita “leitura de cartas dos ouvintes”, “anúncios públicos” e “música” (COUPLAND, 2001, p. 207).<sup>411</sup>

É essa orientação para o discurso que “*tem levado na última década a uma reconsideração dos escritos teóricos de Bakhtin/Voloshinov*” (COUPLAND, 2001, p. 195; grifos nossos)<sup>412</sup>, trabalhos “sugestivo[s] e, de alguma forma, emancipatório[s], *em relação às discussões sociolinguísticas atuais sobre estilo*” (COUPLAND, 2001, p. 195; grifos nossos)<sup>413</sup>, já que, para os escritos bakhtinianos, os recursos linguísticos formais são indissociáveis de seu significado intencional. Nessa via, esse autor entende que apenas olhando para a variação no seu “ecossistema de significados discursivos” se pode falar em análise sociolinguística (COUPLAND, 2007, p. 9).<sup>414</sup>

A primeira recolocação teórica sobre o estudo estilístico/linguístico que deriva dessa *orientação para o discurso*, em Coupland, refere-se à noção de *contexto*: o contexto social passa a ser o centro da análise estilística porque “atos de identidade precisam ser tecidos em determinados contextos sociais” (COUPLAND, 2007, p.

<sup>409</sup> “Notwithstanding the constructive power of practice, social structure and socially structured meanings for language variation have not disappeared”.

<sup>410</sup> “It is in relation to group norms that stylistic variation becomes meaningful; it is through individual stylistic choices that group norms are produced and reproduced”.

<sup>411</sup> “reading listeners’ letters”; “public announcements”; “music-recordings”.

<sup>412</sup> “[...] has led over the last decade to a reconsideration of Bakhtin/Volosinov’s theoretical writings”.

<sup>413</sup> “[...] suggestive, and somehow emancipatory, in relation to current sociolinguistic discussions of style”.

<sup>414</sup> “[...] ecosystem of discursive meaning”.

111)<sup>415</sup> e, por isso, assume-se que “estilo vive em uma relação dialógica com o contexto” (COUPLAND, 2007, p. 18)<sup>416</sup>, referindo-se esse à *paisagem ou dimensão social dos discursos*.

Além de a premissa de que estilo e contexto vivem em relação dialógica já demandar a investigação deste para o estudo daquele, outra importante concepção sobre contexto coloca-o no centro das discussões sobre estilo, na perspectiva de Coupland: concebe-se que é no contexto social dos processos discursivos que se articulam *aspectos situacionais e culturais, organização local e a estrutura social*, o que é pragmático e o que é sócio-histórico. Disso resulta, nas palavras do autor, que “[c]ontexto (*como no conceito de gênero*)<sup>417</sup> é em parte um fenômeno socialmente estruturado [...]. Mas o contexto é também, em parte, o produto das operações discursivas” (COUPLAND, 2007, p. 18)<sup>418</sup>. Sendo, portanto, o estilo uma “forma de sutilmente ativar múltiplas dimensões simultâneas do significado potencial” (COUPLAND, 2001, p. 209)<sup>419</sup> das formas linguísticas, não faz sentido falar em *estilos de contextos*, mas em “processos de contextualização – [em] estilo sociolinguístico criando contexto e respondendo a ele”<sup>420</sup> (COUPLAND, 2007, p. 17).<sup>421</sup>

Por todos esses aspectos, pode-se inferir que, não é que Coupland invalide a noção de comunidade de prática, conceito central em Eckert; mas, o ponto, para Coupland, é que o estudo da prática social

<sup>415</sup> “[...] acts of identity need to be woven into particular social contexts”.

<sup>416</sup> “[...] style lives in a dialogic relationship with context”.

<sup>417</sup> Note-se como as concepções de Coupland, especialmente ao aproximar explicitamente contexto e gênero, estão em sintonia com as ideias de Bauman (2001): ambos consideram (i) que estilo evoca contexto, (ii) que estilo é uma prática discursiva e (iii) que a interação se faz entre o que é convencional e o que é emergente, por meio da negociação interdiscursiva.

<sup>418</sup> “Context (as in the concept of genre) is in part a socially structured phenomenon [...]. But context is also, in part, the product of their discursive operations”.

<sup>419</sup> “[...] ways of subtly activating multiple simultaneous dimensions of meaning potential”.

<sup>420</sup> “[...] processes of contextualisation – sociolinguistic style creating context as well as responding to context”.

<sup>421</sup> Essa concepção dinâmica de contexto – e de sujeitos – para o estudo do estilo é o que se denomina em Coupland (2007) *visão construcionista do estilo*.

não pode ser realizado a menos que se conecte com a *prática discursiva*, dado que é nessa instância que *cultura e identidade* ganham forma.

Até aqui, já se indicou, por um lado, a concepção de identidade do autor, muito próxima da de Eckert: identidades são representações dinâmicas, plurais e heterogêneas que os falantes projetam sobre si e sobre o mundo, e se configuram na interação, segundo as intenções, percepções e avaliações dos falantes. A concepção de cultura de Coupland (2007) advém principalmente dos estudos antropológicos de Bauman e Briggs (1990)<sup>422</sup>, que se orientam por um “modelo discursivo de cultura” (COUPLAND, 2007, p. 107)<sup>423</sup>, segundo o qual “cultura, [...] na verdade, é um discurso, e nós reproduzimos cultura por meio do desempenho discursivo” (COUPLAND, 2007, p. 107)<sup>424</sup>, de maneira que pertencer a uma cultura é um processo contínuo (de desempenho discursivo).

A relação entre estilo linguístico, identidade e cultura, em Coupland, é que a construção da identidade é consequência da ação social *via linguagem*: o comportamento linguístico, enquanto prática cultural é, então, (i) um sistema ideológico estruturado e (ii) uma série de atos de identidade. É nessa engrenagem (de ideologia, cultura, identidade e discurso) que os significados sociais da variação se configuram e se justificam.

Além disso, Coupland observa que “[o] valor identificacional e o impacto das características linguísticas [na interação social] depende do quadro discursivo sob o qual elas se encontram” (COUPLAND, 2007, p. 112), porque quadros discursivos orientam o trabalho de estilização, ou seja, “[e]les conferem relevância e saliência a certos tipos de recursos e de significados indexicais” (COUPLAND, 2007, p. 112)<sup>425</sup>. Segundo Coupland (2007), pelo menos três tipos de enquadramentos discursivos precisam ser considerados:

---

<sup>422</sup> BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles (1990). Poetics and performance as critical perspectives on language and social life. *Annual Review of Anthropology* 19: 59–88.

<sup>423</sup> “[...] discursive model of culture”.

<sup>424</sup> “[...] culture, [...] in fact is ‘a discourse’, and we reproduce culture through discursive performance.

<sup>425</sup> “They will give relevance and salience to certain sorts of indexical features and meanings”.



- *Enquadramento sociocultural* (macro quadro social): nesse tipo de quadro, atos de identidade se referem ao posicionamento do falante em relação a uma ecologia social preestabelecida em relação a macrocategorias sociais, tais como gênero, idade, classe, etnia. O discurso público tende a ser mais sensível aos significados desse quadro; por isso a projeção ou identificação com uma classe social tende a ser marcante nos discursos que se orientam prioritariamente por esse quadro.
- *Enquadramento de gênero* (médio quadro social): atos de identidade podem ser feitos em torno de gêneros específicos. O quadro genérico pode consolidar identidades que estão em primeiro plano no quadro sociocultural ou pode contradizê-las, ou seja, o mesmo recurso que marca uma identidade social no quadro sociocultural pode realizar ressonâncias diferentes no quadro genérico.
- *Enquadramento interpessoal* (micro quadro social): os participantes estruturam de forma dinâmica a conversa local e se posicionam em relação aos outros. Identidades pessoais e relacionais podem ser forjadas linguisticamente de forma sutil dentro de um gênero de uma comunidade de prática.

É por conta da relação constante e dialógica entre esses quadros que estilos sociais estruturados podem ser criativamente subvertidos, transformados, reconfigurados social e interacionalmente – ou seja, mesmo havendo certas restrições no cenário sociolinguístico, há também aberturas.

Com isso, Coupland reconhece que a variação linguística está realmente enraizada na estrutura social e ela, de fato, restringe os sentidos: “Mas isso não é inconsistente com a ideia de que os falantes podem agir livres das restrições sociais” (COUPLAND, 2007, p. 84)<sup>426</sup>, liberdade para a qual o processo de estilização desempenha papel fundamental e, por isso, o estudo da variação estilística, nesses termos, oportuniza um vislumbre da liberdade dos falantes.

A análise de gênero, nesse contexto, é fundamental para a análise do significado social justamente porque facilita a leitura da identidade social, da *persona* que se projeta, via gênero de discurso, já

---

<sup>426</sup> “But it is not inconsistent with this view to emphasise how speakers do also have potential to work free from these social constraints”.

que a estilização pressupõe um processo tanto de tomada quanto de quebra do gênero.

Ademais, para Coupland, um programa ideológico para o estudo do estilo é importante não apenas porque *explica* a questão da variação, em vez de apenas descrevê-la, mas também porque, para os falantes, o que importa não é o padrão estatístico descritivo, mas a estrutura ideológica que impregna a variação de significado social – e a “sociolinguística está cada vez mais bem posicionada para se envolver com debates ideológicos da teoria social” (COUPLAND, 2007, p. 86).<sup>427</sup>

O conjunto dessas concepções afasta-se radicalmente das concepções labovianas. Em primeiro lugar, porque, de acordo com Coupland, a incorporação das questões ideológicas no estudo da variação estilística faz ver que as variantes de um fenômeno variável não são ideologicamente equivalentes, uma vez que estão orientadas para diferentes discursos. Como resultado: (i) os diferentes modos de falar, ou seja, os estilos, são fundamentalmente projetos sócio-semânticos; (ii) e as características desses projetos estão fortemente arraigadas na experiência social.

Em segundo, a visão de Coupland também faz ver que *lugar*, tomado como uma categoria fixa geograficamente, nos estudos labovianos (como herança dos estudos dialetológicos – cf. 3.1), precisa ser concebido “como uma categoria que se define culturalmente” (COUPLAND, 2007, p. 121)<sup>428</sup> – o sentimento de pertença a um local, assim, transcende a distância física. Milroy e Gordon (2003), nessa mesma via, consideram que a visão de *lugar* como unidade cultural, e não física, auxilia na compreensão do impacto da mobilidade social que *marca o mundo globalizado*.

Essa questão, em terceiro lugar, se conecta diretamente com a da autenticidade, quer dos dados (uma referência à busca pelo vernáculo como uso mais autêntico da língua) quer do próprio falante (uma referência a busca por determinados perfis sociais de falantes), presente na abordagem laboviana: para Coupland, o “truque” da autenticidade é tentar convencer de que há qualidades absolutas nas pessoas e no mundo social, quando, na verdade, a estilização é o trabalho que se faz para

---

<sup>427</sup> “But sociolinguistics is increasingly well positioned to engage with ideological debates in social theory”.

<sup>428</sup> “[...] place as a culturally defined category [...]”.

autenticar identidades. O que é autêntico ou não, portanto, precisa ser *conquistado discursivamente*, dado que uma projeção particular precisa ser aceita pelos membros da interação, porque a recepção da estilização também é fator relevante para o próprio processo (COUPLAND, 2007).

Por tudo isso, para desenvolver análises sob essa ótica, alerta Coupland, *é preciso se engajar em um quadro teórico discursivo* que se explique *a qualidade da interação social*, assumindo que o mundo interpretativo da prática social é confuso, complexo e contingente (COUPLAND, 2007), sendo isso, justamente “*sua força e sua fraqueza*. Mas a Sociolinguística deve ir em busca desse tipo de complexidade da interpretação social simplesmente porque a interação social implica este nível de complexidade” (COUPLAND, 2007, p. 19; grifos nossos).<sup>429</sup>

Essa é a perspectiva que, segundo Coupland (2001, p. 196), “define uma nova agenda para as investigações sociolinguísticas de estilo”,<sup>430</sup> segundo a qual “estilística sociolinguística deve se centrar na análise das condições sociais em que formas de falar se naturalizam” (COUPLAND, 2007, p. 188).<sup>431</sup>

Indo um pouco mais longe, ou seja, para além de uma redefinição do conceito de variação estilística ou da caracterização da terceira fase do campo variacionista, Camacho (2015, p. 24), faz uma importante indicação sobre as implicações das concepções de Eckert – e acrescentaríamos, *das de Coupland também* – para os estudos linguísticos, em geral, ou para os variacionistas, em particular, conforme a seguir:

[Eu] diria que, ao olhar para a construção da identidade social, a sociolinguística de Eckert vai ao encontro da proposta de Moita Lopes (2006). Essa proposta está voltada para a *criação de uma ética de investigação para a linguística de natureza “indisciplinar”*, que envolva

---

<sup>429</sup> “This is its strength and its weakness. But I will be arguing that sociolinguists should go after this sort of complexity of social interpretation, simply because social interaction itself implicates this level of complexity.”

<sup>430</sup> “[...] sets a novel agenda for sociolinguistic investigations of style”.

<sup>431</sup> “The future agenda for sociolinguistic stylistics should be to analyse the social conditions in which ways of speaking come to be naturalised or demanded of speakers”.

crucialmente um processo de *renarração da vida social*, diretamente vinculado à necessidade de compreendê-la. A questão crucial parece radicar na reinvenção de formas de produzir conhecimento, tendo em vista ser a pesquisa um modo mesmo de construir a vida social ao mesmo tempo em que tenta entendê-la. (Grifos nossos).

Parece ser, portanto, a partir de preocupações sobre estilo “(em vez de classe social ou outros aspectos mais diretamente conectados com as ciências sociais) que finalmente fomos conduzidos para além de uma sociolinguística autônoma” (RICKFORD, 2001, p. 231)<sup>432</sup>, em busca de novas formas de produção de conhecimento.

### 3.3.3.2.3 Um estudo de terceira onda<sup>433</sup>

Encerrando esta seção, retoma-se o estudo de Zhang (2005), citado por Eckert (2012) como representativo da terceira onda variacionista. Com isso, cumpre-se a função de resgatar e avançar os aspectos teóricos da terceira onda variacionista e, principalmente, ilustrar o tipo de análise praticada nas abordagens *Speaker Design*, em adição ao que já foi exposto a partir das análises de Irvine (2001) e Bauman (2001). Diferentemente do que argumenta Coupland, nossa tentativa é a de sinalizar que, mesmo preservando a etapa analítica quantitativa, é possível um *design* de pesquisa condizente com os preceitos da terceira onda variacionista.

O estudo de Zhang (2005), em contexto Chinês, examina a realização de quatro variáveis fonológicas, conforme se especifica a seguir, em dois grupos de profissionais de Pequim: (i) profissionais de empresas estatais e (ii) profissionais de empresas estrangeiras. O ponto de partida da pesquisa é o fato de estar na moda, no segundo grupo

---

<sup>432</sup> “[...] rather than social class or other constructs with more obvious social science connections) that finally led us most resolutely beyond autonomous sociolinguistics”.

<sup>433</sup> Como vimos argumentando ao longo desta seção, a terceira onda variacionista se confunde com as próprias abordagens *Speaker Design*. Assim, embora o estudo de Zhang (2005) seja referido na literatura como um estudo típico da terceira onda variacionista, pode ser lido também, em nossa compreensão, como um estudo típico das abordagens *Speaker Design*.

profissional, uma nova variedade linguística chinesa, constituída de uma mistura entre inglês e diferentes variedades do chinês.

Considerando que a emergência desse chinês híbrido resulta do processo de mudança socioeconômica na China, Zhang constituiu, como base para a explicação da variação linguística em questão, a contextualização do próprio cenário socioeconômico e cultural do país, marcado: (i) por uma política de abertura ao mercado global, mas também pela participação na comunidade transnacional capitalista, com interações econômicas e culturais principalmente com Hong Kong, Taiwan, Macau, Tailândia, Singapura, dentre outros; (ii) pela manifestação de estilos de vida mais diversificados e rígidos pela economia de mercado, em virtude do aspecto anterior; (iii) pela emergência de uma nova geração de profissionais chineses, de nível gerencial, jovens, para trabalhar nas empresas estrangeiras. São especificamente esses profissionais, com alto índice de *status* social – e referidos como “yuppies”, cuja conotação é a de sofisticação, uma vez que pelo estilo de vida que levam, passam a representar uma visão moderna e cosmopolita – que fundam no país uma nova classe média urbana e a nova variedade linguística. Por isso, para Zhang, é o próprio contexto socioeconômico e cultural da China que se converte em uma *fonte para novos arranjos sociais, discursos culturais, práticas, subjetividades, variedades linguísticas etc.*, viabilizando, portanto, a construção de (pelo menos) uma nova identidade chinesa: a cosmopolita.

Do ponto de vista linguístico, por sua vez, a situação da China é a seguinte, conforme explica a autora. O *Mandarin Padrão Continental* (doravante, MPC) tem como base fonológica uma variedade conservadora do *Mandariam de Pequim* (doravante, MP)<sup>434</sup>, excluindo-se traços de localismo. Isso faz com que não haja equivalência entre essas variedades e, desse modo, como há falantes de MPC em diferentes localidades, há diferentes sotaques para ele, além do fato de ser possível moradores de outras partes do continente, por exemplo, nem compreenderem o MP. Em termos gerais, portanto, as diferenças entre MP e MPC são descritas pela autora como um *continuum*: em uma

---

<sup>434</sup> Os termos em inglês para essas duas variedades são *Mainland Standard Mandarin*, a que Zhang se refere como *MSM*, e *Beijing Mandarin*, cuja referência é *BM*. Como fizemos tradução dos termos, traduzimos também as siglas utilizadas.

extremidade está MP, com suas características locais e, na outra, quanto menos localismos se usa, mais perto se está do MPC.

Como, na China, o domínio simbólico da língua padrão é estabelecido sobretudo através da escrita, há maior liberdade para o uso de diferentes variedades faladas, sem implicação de índices sociais (de prestígio ou de estigma). Com isso, em Pequim, especificamente, MPC é usado na vida pública em geral, além de ser também a língua franca das interações entre os falantes de várias partes do país; nas interações orais, usa-se, naturalmente, os traços de localismo.

Frente a essas questões, a pesquisadora examina, por meio de entrevistas sociolinguísticas, a fala de 14 profissionais de grandes e prestigiadas empresas estrangeiras, em Pequim, e, para fins comparativos, mais 14 profissionais de empresas estatais; todos os entrevistados eram de nível gerencial, com educação universitária e cada grupo continha número igual de homens e mulheres; os dois grupos de entrevistados eram equivalentes, portanto, em vários aspectos, embora diferindo em termos de renda, já que os salários dos profissionais estatais são muito menores que o dos yuppies.

Os indivíduos foram contatados através de “amigo de um amigo”, embora não haja no texto menção ao fato de eles se conhecerem<sup>435</sup>. As entrevistas foram realizadas no local de trabalho, a fim de assegurar um contexto em que a identidade profissional dos indivíduos se tornasse saliente, e abordavam dois tópicos: (i) experiência profissional e (ii) sociedade e cultura de Pequim.

As quatro variáveis fonológicas analisadas eram todas socialmente significativas<sup>436</sup>, ou seja, reconhecidas como características de lugares e de atributos sociais, vinculado-se, assim, a certos tipos de pessoas<sup>437</sup>. Por esse motivo, a autora agrupou as variáveis do seguinte modo: (i) três que são índices de pessoas típicas de Pequim, ou seja,

<sup>435</sup> Como Zhang apresenta, em forma de apêndice, a empresa em que cada indivíduo trabalha e, sendo elas várias, estamos inferindo que, não necessariamente, os informantes da pesquisa se conhecem ou se relacionam pessoalmente.

<sup>436</sup> Mais informações sobre como, historicamente, cada variante das variáveis se associou a determinados atributos podem ser conferidas no texto da autora.

<sup>437</sup> Relembre-se que Irvine (2001) denominou esse processo semiótico de naturalização da relação entre característica linguística e grupo social de *iconização* (cf. 3.5.3.2.1), e Zhang faz referência explícita a esse trabalho de Irvine.

índices de localismos (rotacização, lenição e Interdental de /z/) <sup>438</sup> e (ii) uma que é índice de modernidade e estranha ao MP (“*full tone*” – tom cheio). <sup>439</sup>

Os dados foram codificados a partir de variáveis independente linguísticas e extralinguísticas, e as análises estatística realizadas usando GoldVarb 2.0. O artigo referido trata apenas dos efeitos dos grupos de fatores extralinguísticos, a saber: (i) grupo profissional (estatal ou estrangeiro), (ii) gênero (masculino e feminino), (ii) tópico (experiência profissional e sociedade e cultura de Pequim).

Dentre os resultados da análise, vamos aqui retomar três pontos principais. Em primeiro lugar, o resultado que indicou forte contraste entre os dois grupos no uso das quatro variáveis: yuppies usando significativamente menos as variantes locais e os profissionais estatais não usando a variante que denota modernidade. Em segundo lugar, destaca-se que, no grupo dos yuppies, as mulheres usam mais significativamente a variante cosmopolita. Em terceiro lugar, destaca-se o uso significativo da variante cosmopolita entre yuppies, associada com o tópico 1 (experiência profissional).

Segundo Zhang, esses resultados sugerem que os profissionais das estatais são menos afetados, em relação aos yuppies, pela influência das variedades não continentais, o que poderia ser explicado com a argumentação de que, de fato, esse último grupo, por ter mais oportunidade de interagir com estrangeiros, está mais exposto a essas outras variedades, considerando a natureza do próprio trabalho que exercem. Assim, a primeira leitura desses resultados poderia ser a de que “*full tone*” é uma marca do grupo yuppie em Pequim. Mas a questão, observa a estudiosa, é que a exposição a uma variedade ou forma linguística não implica uso consequente. Prova disso é que os

<sup>438</sup> Segundo a autora, essas variáveis, conjuntamente, marcam mais claramente a variedade de Pequim e conferem a conotação de homem urbano de sabedoria mundana, astuto – nem conservador nem liberal demais. Desse modo, a pronúncia que mais identifica o falante de Pequim é a *com rotacização*, por exemplo; já a realização *interdental de /z/*, é associada a pessoas irresponsáveis, mais especificamente funcionando como um estereótipo masculino, associado à falta de educação e de ambição, àquele que é limitado ao que é local. Para mais informações, cf. Zhang (2005).

<sup>439</sup> A realização dessa variável, segundo Zhang (2005), é associada estereotipicamente a estrelas da música *pop* de Hong Kong e Taiwan e a pessoas de negócios, já que a variante típica de Pequim é *tom neutro*.

falantes chineses, em geral, estão todos expostos a variedades não continentais, devido a forte influência cultural de Hong Kong e Taiwan, por exemplo, e mesmo assim, o grupo de profissionais das estatais não usou a variante cosmopolita.

Considerando os aspectos socioeconômicos e culturais, bem como a situação linguística da China, a autora argumenta que a variação intergrupala captada é o resultado (i) da *participação dos profissionais em dois mercados linguísticos diferentes* e (ii) de *diferenças quanto ao valor simbólico de MP e dessa nova variedade cosmopolita em cada mercado*.

Assim, enquanto os profissionais do estado participariam, segundo a autora, de um mercado linguístico do MPC, os profissionais de empresas estrangeiras participariam de um mercado linguístico chinês *transnacional*: ambos são *supralocal*, mas de diferentes valores simbólicos.

No mercado linguístico do MPC, a variedade falada (a de Pequim, sem o traço de localismo) não constitui uma forma rentável de capital simbólico, já que não é índice social de *status*, e, por isso, permite aos falantes o uso do MP – assim, falar MPC no trabalho, cumpre apenas a função de facilitar a comunicação, embora nenhum outro valor simbólico esteja associado ao seu uso. Já no mercado linguístico chinês transnacional, a situação é muito diferente. Como o candidato a empresas estrangeiras precisa se vender, o que começa com a entrevista de emprego, torna-se preciso adequar-se às regras do mercado transnacional e adquirir os elementos de capital simbólico valorizados por ele: dentre eles, *falar mandarim padrão sem sotaque local* e ser proficiente em outros idiomas – além de haver exigências de aparência, de idade e de gênero.

Do ponto de vista identitário, então, o uso da variante cosmopolita torna-se não apenas uma demanda do mercado linguístico, mas também *uma parcela de um conjunto de práticas* que, desenvolvidas diariamente, contribuem para o desenvolvimento do estilo dos yuppies, “refletido nas maneiras com que agem, falam, compram e mesmo comem. Todas essas práticas dão sentido a quem eles são” (ZHANG, 2005, p. 456).<sup>440</sup>

---

<sup>440</sup> “[...] reflected in the ways they act, speak, shop, and even eat. All these practices give meaning to who they are”.



A autora ainda chama atenção para o seguinte aspecto, que traz novos elementos para a discussão conceitual da relação entre usos locais e globais: os yuppies usam a variedade cosmopolita para constituir uma identidade específica na comunidade chinesa transnacional e no mundo empresarial global; *mas isso não os desconecta de sua base local*. Ou seja, se é verdade que eles têm *uma orientação global, é igualmente verdade que eles estão também contextualmente situados espaço e temporamente*. Assim, *do ponto de vista espacial, é dentro de Pequim, mas não se limitando a esse lugar, que se constrói essa identidade* – e é justamente essa a correlação entre estilo e identidade: “numa situação típica de agentividade, os falantes atribuem um novo significado social à variação, aproveitando-se de variáveis já existentes no mercado linguístico” (CAMACHO; SALOMÃO-CONCHALO, 2016, p. 48).

Isso significa dizer que as características linguísticas agenciadas pelos yuppies, por exemplo, para a construção de uma nova variedade precisam ser significativas para eles, mas também interpretáveis para os outros, do que decorre que a prática estilística (i) produz acordo entre membros, fazendo com que a semelhança interna seja significativa, mas também (ii) produz distinções em relação a outros grupos – ou seja, os limites de um grupo são definidos em relação aos limites de outros grupos.

Para essa dupla orientação, o terreno sobre o qual uma prática estilística pode se constituir precisa ser o de *recursos linguísticos limitados*, para que sejam reconhecíveis aos membros e não membros de um grupo. Além disso, o processo de construção estilística requer ajuste entre um recurso simbólico potencial e orientação ideológica do grupo: como o significado localmente constituído da variante *interdental*, por exemplo, pode evocar *falta de educação*, falta de ambição, os yuppies não a utilizam, já que isso seria incompatível com a identidade que estão construindo: é por essa razão que “[e]xplorar o potencial do significado requer que o analista preste atenção à historicidade dos recursos sociolinguísticos [...] e adote uma abordagem do significado social que atenda à história social desses recursos”<sup>441</sup> (ZHANG, 2008, p. 2017).<sup>442</sup>

---

<sup>441</sup> “Exploring meaning potential requires the analyst to pay attention to the historicity of sociolinguistic resources [...] and to adopt an approach to social meaning that attends to the social history of these resources

<sup>442</sup> Interessada, por exemplo, em como o índice “falante de Pequim” adquire saliência semiótica, a ponto de se tornar acessível ao trabalho estilístico dos

Da complexidade da prática estilística entre esses dois grupos resulta que “a identidade social de um chinês yuppie, como a identidade social em geral, é multiplexa” (p. 457)<sup>443</sup>, pois ela é índice, ao mesmo tempo: do cosmopolita, de um profissional de negócios, de um jovem, de um chinês, de uma mulher ou de um homem e de um cidadão de Pequim – aspectos que confluem e que participam conjuntamente da maneira pela qual os yuppies se apropriem dos recursos simbólicos.

Finalmente, pode-se dizer que, especificamente neste caso, *não é o uso de uma variável que torna um estilo significativo*, mas a apropriação de um conjunto de recursos e de práticas, sendo, por isso, mais produtivo *observar a combinação de características que indexam o valor de “não local”*, embora o estilo permaneça significativo em um contexto local.

Nesse sentido, a sociolinguística variacionista, que leva a noção de comunidade como essencial, ainda tem que *incorporar os recentes desenvolvimentos de outras disciplinas das ciências sociais para orientar nossa análise sociolinguística*. Como observa Hill, por um lado, *isso é essencialmente valioso para focalizar “a microanálise da interação individual ou momentos performáticos”* (1999: 543). E, por outro lado, porque nós *precisamos teorizar a*

---

falantes, Zhang (2008) constitui um *corpus* de obras do século XX, consideradas “Literatura com Sabor de Pequim” (“Beijing-flavor literature”), para exame da variável *rotacização*, para explorar a relação entre (i) significados sociais (ii) associações socioculturais e (iii) formas linguísticas. Os resultados dessa investigação indicaram alta frequência de *rotacização* na fala de personagens típicos de Pequim, o que faz com que “o conteúdo referencial dos termos, que é distintivo da fala de Pequim, funda[se] com o recurso fonológico” (ZHANG, 2008, p. 208); a consequência disso é a constituição de uma “consciência compartilhada das associações socioculturais impregnadas neste recurso dialetal” (p. 216), reificando-se (esteriotipando-se), assim, um dos traços do estilo vernacular de Pequim. Desse modo, a *rotacização* se converte, pela frequência de uso da associação *forma – significado social*, num “dispositivo estilístico” (p. 208), semioticamente saliente para evocar localismo.

<sup>443</sup> “The identity of a Chinese yuppie, like social identity in general, is multiplex”.

*organização social das práticas linguísticas num contexto maior do que o estritamente local* (ZHANG, 2005, p. 459).<sup>444</sup>

\*\*\*

Somando-se os resultados e discussões de Zhang (2005), aos de Bauman (2001), Coupland (2001; 2007), Eckert (2000; 2001; 2005; 2008; 2012) e Irvine (2001), pode-se depreender que a explicação da variação estilística/linguística, pelas lentes das abordagens *Speaker Design* ou da terceira onda variacionista, demanda: (i) compreensão do cenário socioeconômico, histórico e cultural do contexto das práticas sociais (porque o uso da língua é uma prática social); (ii) convocação de teoria social e discursiva, para explicação dos fenômenos linguísticos; (iii) assunção de que a prática estilística é um processo de diferenciação ideológica; (iv) reconhecimento de que a identidade de um indivíduo é multiplexa e, por isso, constituída por índices que combinam articuladamente aspectos locais e globais; (v) ampliação do enquadramento das formas linguísticas, considerando a unidimensionalidade dos contínuos *vernáculo – padrão; oral – escrito* etc.

### 3.4 ORIENTAÇÃO METODOLÓGICA

Finalizando as discussões deste capítulo, esta seção se dedica a concepções e procedimentos metodológicos que orientam a prática variacionista, dentre os quais muitos aspectos já foram tratados ao longo do capítulo, razão pela qual serão brevemente mencionados. Já se indicou, por exemplo, que o grande impacto dos primeiros estudos labovianos foi demonstrar que “a trajetória de mudanças linguísticas específicas poderia ser inferida a partir da observação de padrões de comunidades de fala contemporâneas” (MILROY; GORDON, 2003, p.

---

<sup>444</sup> “In this respect, variationist sociolinguistics, which takes the notion of community as essential, has yet to incorporate recent developments in other social science disciplines to inform our sociolinguistic analysis. As Hill points out, on the one hand, it is essentially valuable to zoom in on “the microanalysis of individual conversational or performative moments” (1999:543). On the other hand, we need to theorize the social organization of linguistic practices in a larger context than the strictly local”.

02)<sup>445</sup>. Foi por se comprometer com a questão da mudança linguística, portanto, que a SV se voltou para a observação da variação.

Contudo, conforme o campo se desenvolveu, passou a também compreender, em primeiro lugar, “que a variabilidade linguística não é simplesmente um canal para a mudança linguística” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 55)<sup>446</sup>, mas também meio para produção de significado social e de projeção de identidade; e, em segundo lugar, que, se o foco de observação do campo são os usos empíricos da língua, o contexto social desses usos, bem como os diferentes tipos de uso são centrais na análise da variação. É especialmente desses dois aspectos que emergem diferentes pressupostos metateóricos e diferentes questões de pesquisa no âmbito dos estudos variacionistas; em consequência, o campo também se complexifica metodologicamente e passa a se organizar em torno de uma tensão entre dois diferentes focos de pesquisa: (i) as propriedades do sistema linguístico variável e (ii) o comportamento linguístico dos falantes (MILROY; GORDON, 2003).

Para Milroy e Gordon (2003),

[a]o longo dos anos, o trabalho de Labov tornou-se cada vez mais orientado para o sistema linguístico e não para o falante, principalmente tentando especificar padrões universais de mudança nos sistemas vocálicos (Labov 1991, 1994) e mapear as distribuições espaciais de grande escala desses sistemas (MILROY; GORDON, 2003, p. 8).<sup>447</sup>

Desse modo, pode-se dizer que é uma certa negligência laboviana quanto à informação social ou ao comportamento dos falantes que suscita reação não só de pesquisadores variacionistas, mas também de antropólogos linguistas, fazendo emergir no campo a distinção entre *orientação quantitativa* e *orientação qualitativa*, tendo em vista a

<sup>445</sup> “[...] the trajectories of specific linguistic changes could be inferred from the observation of patterns of variation in contemporary speech communities”.

<sup>446</sup> “[...] that linguistic variability is not simply a conduit for linguistic change”.

<sup>447</sup> “Over the years, Labov’s work has become increasingly oriented to the linguistic system rather than to the speaker, attempting primarily to specify universal patterns of change in vowel systems (Labov 1991, 1994) and to map out the large-scale spatial distributions of these systems”.

necessidade de procedimentos metodológicos bastante diferentes dos delineados por Labov, para investigar, por exemplo, aspectos interacionais que motivam a variação (MILROY; GORDON, 2003).

Há, hoje, na abordagem variacionista uma ampla possibilidade de práticas metodológicas – *todas elas válidas desde que fundamentadas por um “quadro teórico defensável”* (MILROY; GORDON, 2003, p. 48; grifos nossos)<sup>448</sup> –, com divergências, inclusive, quanto ao próprio objeto de estudo. Nesse contexto, a modelagem metodológica do campo, considerando *tipo de amostra, procedimentos de coleta e de geração de dados, fonte, análise e interpretação dos dados*, além da configuração do próprio *objeto de estudo*, tem sido repensada – “uma reconceptualização que tem benefícios potenciais para a diligência variacionista” (KENDALL, 2013, p. 41).<sup>449</sup>

Frente a esse cenário, o objetivo desta seção é buscar sistematizar não apenas procedimentos metodológicos, mas também pressupostos subjacentes aos diferentes desenhos de pesquisa variacionista, dada a relação direta entre pressupostos epistemológicos, teoria e método (MILROY; GORDON, 2003), o que aponta para o fato de que “o *design* de pesquisa a ser seguido é meramente uma escolha que o pesquisador exerce dentre as várias possíveis para teorizar o objeto que está examinando e, então, construir o conhecimento científico” (MATTOS, 2011, p. 25).

Diferentemente das demais seções em que as discussões foram organizadas a partir dos trabalhos de Labov até chegar aos trabalhos mais típicos de terceira onda, esta seção se organiza em torno de temas metodológicos gerais. Assim, inicialmente (em 3.4.1), trata-se do *objeto de estudo*; na sequência (em 3.4.2), dedica-se a questões relacionadas aos *dados de pesquisa*; e, finalmente (em 3.4.3), abordam-se *procedimentos de análise*. Em cada subseção, as discussões seguem o movimento histórico do campo (de Labov aos demais pesquisadores), e são orientadas sobretudo pelas obras de Milroy e Gordon (2003) e Tagliamonte (2012), vigorosamente dedicadas à questão do método nos estudos variacionistas.

Adverte-se que, embora as subseções possam sugerir uma ordem metodológica sequencial, “na prática, as várias fases do trabalho

---

<sup>448</sup> “[...] a defensible theoretical framework”.

<sup>449</sup> “[...] a reconceptualization that has potential benefits for the variationist endeavor”.

de campo e de outros aspectos da pesquisa [variacionista] são cíclicas, ou talvez em espiral” (FEAGIN, 2013, p. 20).<sup>450</sup>

### 3.4.1 O objeto de estudo do campo: da variável sociolinguística ao estilo

Embora não haja rigor quanto ao ponto de partida de uma pesquisa variacionista, diversos autores (MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2012; FEAGIN, 2013) indicam a importância de se definir inicialmente, mesmo antes da coleta de dados, a *variável linguística* ou o conjunto delas que estará sob exame. A complexidade inerente à constituição do próprio objeto de estudo é, portanto, a primeira tarefa que precisa ser enfrentada *teoricamente*, para, na sequência, fundamentar a construção de critérios metodológicos condizentes com os objetivos de pesquisa.

Na definição da variável linguística, “circunscrever o contexto variável” [...] ou o “envelope de variação” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 10)<sup>451</sup>, envolve um longo processo de identificação de formas e de funções *que contam* e que *não contam* para a análise (MILROY; GORDON, 2003). Para identificar os dados que contam, é preciso, inicialmente, isolar e definir *elementos que variam* ao longo de uma mesma dimensão; em outros termos, “[o] ponto de partida de uma análise variacionista é o levantamento da distribuição global de formas com a mesma função” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 12)<sup>452</sup>, tarefa particularmente complexa, por exemplo, para variáveis cuja rota de mudança segue a via da gramaticalização, tal como ocorre com a expressão do futuro do presente e com todas as demais variáveis do *domínio funcional TAM* (cf. 1.1.2 e 1.1.3), porque, nesse casos, (i) há uma ampla gama de formas e funções envolvidas, (ii) o contexto variável não é claro e (iii) há muitos métodos defensáveis para analisá-las. (TAGLIAMONTE, 2012).

---

<sup>450</sup> “[...] practice the various phases of fieldwork and other aspects of research are cyclical, or perhaps spiral”.

<sup>451</sup> “Determining where the linguistic variable varies is called “circumscribing the variable context” [...] or “the envelope of variation”

<sup>452</sup> “The starting point of a variation analysis is a survey of the overall distribution of forms with the same function”.

A despeito da complexidade da questão, Tagliamonte sugere dois passos metodológicos que podem contribuir para a circunscrição do envelope de variação de variáveis desse tipo:

1. Encontre uma área da gramática que está passando por uma mudança gramatical. Isole o lugar na gramática onde isso está ocorrendo. *Onde estão os contextos que codificam o significado relevante? Quais formas são usadas nesses contextos?*
2. Consulte a literatura para pesquisa descritiva e analítica sobre o sistema. Qual foi a categoria original da forma gramaticalizada? No que ela está se transformando? Como ela começou a mudar? Como evoluiu? Quais são os sistemas relacionado(s) – formas e funções? (TAGLIAMONTE, 2012, p. 281; grifos nossos).<sup>453</sup>

Em relação ao primeiro passo, Milroy e Gordon (2003) destacam que questões pragmáticas ou semânticas, por exemplo, podem limitar a ocorrência, em determinados contextos, de fenômenos variáveis acima do nível fonológico, de modo que a baixa frequência de uma forma/função pode decorrer da falta de “contexto discursivo” (MILROY; GORDON, 2003, p. 185) para que ela ocorra. Embora a solução para esses casos seja o pesquisador induzir contextos que requeiram a forma/função sob exame, os autores advertem que essa estratégia não revela a capacidade real dos falantes, que é a de conversar sem recorrerem a tais contextos induzidos; e citam diversos trabalhos de Lavandera (1978<sup>454</sup>, 1982<sup>455</sup>, 1984<sup>456</sup>), nos quais a opção metodológica

---

<sup>453</sup> “1. Find an area of the grammar that is undergoing grammatical change. Isolate the place in the grammar where this is occurring. Where are the contexts that encode the relevant meaning? Which forms are used in these contexts?; 2. Consult the literature for descriptive and analytic research on the system. What was the grammaticalizing form’s original category? What is it turning into? How did it begin to change? How did it evolve? What are the related system(s) – forms and functions?”

<sup>454</sup> Lavandera, B. (1978a) The variable component in bilingual performance. In: J. Alatis (ed.). *International Dimensions of Bilingual Education*. Washington, DC: Georgetown University Press, p. 391–411.

da autora tem sido examinar inicialmente a *função discursiva*, em vez de formas gramaticais e, em seguida, considerar as funções acionadas por formas particulares – diferentemente da prática variacionista mais canônica, cuja análise “não começa com os contextos discursivos em que as formas são utilizadas, mas com as próprias formas” (MILROY; GORDON, 2003, p. 187).<sup>457</sup>

Considerando o conjunto de estudos sobre a expressão do futuro do presente (cf. 1.2), pode-se dizer que, se as análises que partem da forma podem, em alguma medida, enviesar os resultados de pesquisa, ao não considerarem que as formas podem assumir funções de outros domínios, as que partem da função, embora não incorram nesse possível enviesamento e ampliem consideravelmente tanto o quadro teórico quanto os procedimentos de análise, ao lidar com um número muito maior de formas, parecem ainda não equacionar a relação entre (i) *função do contexto social de uso da língua*, (ii) *formas variantes*, (iii) *função (TAM) das formas*. A primeira decisão metodológica, portanto, sobre a própria delimitação das variantes de uma variável, pode acarretar especificidades tanto em relação ao próprio objeto de investigação quanto ao escopo da análise.<sup>458</sup>

Frente à complexidade de circunscrever o envelope de variação de uma variável, o segundo passo metodológico sugerido por Tagliamonte auxilia as decisões a serem tomadas pelo pesquisador: consultar a literatura sobre o sistema de formas e funções da variável. O problema dessa consulta, segundo Cheshire (1999)<sup>459</sup>, é que (i) as mesmas variáveis tendem a ser repetidamente analisadas; e (ii) o envelope de variação tende a refletir padrões prescritivos, em que as variantes, muito frequentemente, são formas *padrão* e *não padrão*, o

<sup>455</sup> Lavandera, B. (1982) Le principe de réinterprétation dans la théorie de la variation. In N. Dittmar and B. Schlieben-Lange (eds.), *Die Soziolinguistik in Romanischsprachigen Ländern*. Narr: Tübingen, 87–96.

<sup>456</sup> Lavandera, B. (1984) *Variación y significado*. Buenos Aires: Hachette.

<sup>457</sup> “[...] not with the discourse contexts in which forms are used, but with the forms themselves”.

<sup>458</sup> Kendall (2013) adverte para o fato de que podem existir problemas já na identificação do que são as variantes de uma variável, sinalizando que um *design* de pesquisa pressupõe metateoria.

<sup>459</sup> Cheshire, J. (1999). Taming the vernacular: Some repercussions for variation and spoken grammar. *Cuadernos de Filología Inglesa*, 8. Departamento de Filología Inglesa de la Universidad de Murcia, pp. 59–80.



que pode negligenciar a identificação de variantes não enquadradas nesses polos mais salientes (MILROY; GORDON, 2003).

Ainda em relação à identificação de dados que contam para a análise, o pesquisador não deve perder de vista o *princípio de 'accountability'*: “[t]odas as ocorrências de uma determinada variante são registradas, e onde tenha sido possível definir a variável como um conjunto fechado de variantes, todas as não ocorrências da variante em ambientes relevantes também são registradas” (LABOV (1982, p. 30; grifos nossos)<sup>460</sup>. Observe-se que Labov chama atenção para o fato de nem sempre ser possível definir previamente as variantes de uma variável.

Nos termos de Tagliamonte, “[a] ideia é que o analista não pode ter acesso a como uma variante funciona na gramática sem considerá-la no contexto do subsistema do qual ela faz parte” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 10).<sup>461</sup> Nesse âmbito ainda, destaque-se a importância da frequência de ocorrência das variantes, já que ela “fornece uma medida da infiltração da forma no sistema” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 280).<sup>462</sup> Atente-se, contudo, que o próprio registro da frequência depende dos critérios adotados para tal registro. Por exemplo, amostras de natureza diferente não podem ser comparadas quanto à frequência de variantes, a menos que elas (as amostras) sejam normalizadas pelo seguinte critério: contagem da frequência de uma variante em relação ao número total de vezes que se fez referência à função da variável, incorporando, assim, “um índice numérico de proporção – um *quantum* para a realização de cada forma variante” (PAGOTTO, 2001, p. 29; grifos do autor).

Todas as questões até aqui tratadas referem-se ao processo de identificação de dados que contam na análise variacionista. Paralelamente a isso, também é preciso isolar e definir contextos que *não estão em variação*, ou seja, contextos em que os dados não entram na análise, quais sejam: (a) contextos em que o mesmo item formal tem funções linguísticas diferentes das estabelecidas para a análise; (b)

<sup>460</sup> “[...] all occurrences of a given variant are noted, and where it has been possible to define the variable as a closed set of variants, all non-occurrences of the variant in the relevant environments”.

<sup>461</sup> “The idea is that the analyst cannot gain access to how a variant functions in the grammar without considering it in the context of the subsystem of which it is a part”.

<sup>462</sup> “Frequency provides a measure of the form’s infiltration of the system”.

contextos em que a variação é neutralizada; (c) contextos em que a regra é categórica (LABOV, 1978); e ainda (d) contextos ambíguos, em que a ambiguidade não é desfeita contextualmente (MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2012), como quando, por exemplo, o uso do presente do indicativo pode sugerir uma interpretação tanto de futuridade quanto de habitualidade.<sup>463</sup>

A dificuldade de operacionalização do conceito de variável linguística tem suscitado muitas *críticas* na área; mas, o ponto mais contundente em relação a esse conceito e a via pela qual talvez desponte a constituição de novos objetos de estudo no campo variacionista parece ser a seguinte: a visão laboviana é a de que variantes são formas discretas e, mesmo quando se reconhecem variáveis contínuas, os princípios metodológicos da abordagem atuam no sentido de discretizá-las por meio de técnicas metodológicas, como, por exemplo, análises acústicas, para o caso de variáveis fonológicas, ou por meio dos próprios recursos matemáticos empreendidos na análise dos dados.(PAGOTTO, 2001).<sup>464</sup>

A consequência de se operar com essa concepção, segundo Pagotto, é a de que as variantes “já não são mais o natural da língua em seu estado bruto [o que significa dizer que] as variantes são construídas pelo pesquisador” (PAGOTTO, 2001, p. 30), o que Labov mesmo parece admitir indiretamente quando afirma que “[u]m tipo diferente de abstração conduz na direção de generalização estatística”<sup>465</sup> (LABOV, 1994, p. 532), conforme aponta Pagotto (2001).

Dito de outro modo, parece que tanto o conceito de variável linguística – a parte abstrata, idealizada do sistema – quanto o objetivo de controlar a variação entre formas concorrentes – a parte perceptível do sistema – conduziram a abordagem laboviana a uma aproximação entre linguística e matemática<sup>466</sup>, apartando-a daquilo que seria mais

<sup>463</sup> Tagliamonte (2012) chama a atenção para o fato de que a exclusão desses tipos de dados da análise quantitativa não significa que eles não são relevantes, pois saber quais áreas da gramática são, por exemplo, categóricas e quais são variáveis é importante para a interpretação dos fenômenos linguísticos.

<sup>464</sup> Cf., por exemplo, a sequência metodológica instituída por Labov (1994, p. 57), para tratamento de variáveis contínuas.

<sup>465</sup> “A different type of abstraction leads in the direction of statistical generalization”.

<sup>466</sup> Neste ponto, estou acionando o mesmo raciocínio a que Camacho (2015) recorre *para falar do estruturalismo*, a fim de registrar, como, em minha

caro ao próprio campo sociolinguístico: “a língua em uso no contexto social, o discurso” (CAMACHO, 2015, p. 21).

Sendo assim, pode-se dizer que, no âmbito da prática de pesquisa laboviana, é por meio de muitos recursos e processos metodológicos que se chega a medidas abstratas e essas, por sua vez, é que podem ser generalizadas; ou seja, o pesquisador atua no sentido de selecionar determinados aspectos do conjunto infinito de variações e, por isso, pode chegar a uma *heterogeneidade sistemática*. Consequentemente, o objeto de investigação não é mais *a língua em seu uso real*, e sim o *produto da incidência metodológica do pesquisador sobre os dados*.

Milroy (1987), com essa mesma compreensão, assevera que

[e]mbora os modelos produzidos pela sociolinguística sejam muitas vezes sentidos como estando mais perto da base de dados do que os modelos de outros tipos de linguística, é importante lembrar que [...] é realmente *um modelo idealizado de estrutura sociolinguística*; os valores sobre os quais se baseia são o produto de um longo processo de abstração sociológica, matemática e linguística. Modelos idealizados de qualquer tipo, sejam quais forem as diferenças de método, o objetivo teórico e o pressuposto que lhes estão subjacentes, têm uma relação indireta com os dados (MILROY, 1987, p. 1-2; grifos no original).<sup>467</sup>

*Atenuando as críticas precedentes*, vamos admitir o seguinte: toda forma de produzir conhecimento é também uma forma de incidir

compreensão, a abordagem laboviana, ao preservar do estruturalismo a noção de *língua como sistema abstrato*, pode ser alvo das mesmas críticas.

<sup>467</sup> “Although the models produced by sociolinguists are often felt in some sense to be closer to the data base than those of other types of linguist, it is important to remember that a representation such as Labov’s famous graph of the variable realization of / r / in New York City is actually an idealized model of sociolinguistic structure; the figures upon which it is based are the product of a long process of sociological, mathematical and linguistic abstraction. Idealized models of any kind, whatever the differences in method, theoretical goal and assumption which underlie them bear an indirect relationship to data”.

sobre o objeto – e nisso, ele já não está mais em seu “estado bruto”. Sendo assim, toda a Linguística está em relação apenas indireta com os dados. O ponto a se tratar, portanto, não é exatamente esse, em nossa compreensão, mas: identificar pressupostos subjacentes à relevância conferida à variável linguística nos estudos de primeira e de segunda onda – pelo menos um deles parece ser o desejo de se *produzir conhecimento sobre o sistema linguístico abstrato*.

E é justamente por se afastar da concepção idealizada, abstrata de língua que os estudos de terceira onda (cf. 3.3.3.2) convocam, então, como objeto de investigação, não a variável linguística *em si*, mas o *estilo*, ou seja, um conjunto de *recursos* que produzem significado social e, por isso, participam do processo de constituição/diferenciação identitária. Nesse sentido, (i) *a variação na qualidade da voz* de um mesmo indivíduo, a depender de com quem ele se relaciona, como no estudo de Podesva (2007) (cf. 3.3.3.2.2) ou (ii) as especificidades de diferentes tipos de gêneros do discurso (BAUMAN, 2001 – cf. 3.3.3.2.1) podem ser, por exemplo, objeto da pesquisa variacionista.

Ressalte-se que o exame da variação linguística, *via variáveis linguísticas*, tal como nos estudos de primeira e de segunda onda, *não se exclui da análise que focaliza a prática estilística* – lembre-se, por exemplo, que o estudo de Zhang (2005) é considerado típico de terceira onda, e a autora analisa quantitativamente um conjunto de variáveis linguísticas (cf. 3.3.3.2.3). O cerne da questão, contudo, parece ser: o exame de variáveis linguísticas *pode constituir ou não a análise* dos estudos que se orientam pelos pressupostos da terceira onda variacionista<sup>468</sup>; quando constitui, *está a serviço da produção de conhecimento sobre a prática social*, e não sobre o sistema linguístico.

Isso posto, destaca-se que, ao se abrir mão da *centralidade* da variável linguística parece ser possível abrir mão também da necessidade de se “postular estruturas superiores de onde [os usos variáveis] são derivados. Em vez disso, as explicações para diferentes estruturas [...] podem ser [de natureza] histórica, evolutiva,

---

<sup>468</sup> Essa compreensão decorre, principalmente, do estudo de Bauman (2001), registrado na obra *Style and Sociolinguistic Variation*, organizada por Eckert e Rickford.

comunicativa, e assim por diante” (FIGUEROA, 1994, p. 162).<sup>469</sup> O ganho, com isso, é afastar concomitantemente três pontos críticos dos estudos labovianos: (i) o aspecto abstrato do conceito de língua; (ii) a primazia da estrutura abstrata para os usos linguísticos; e (iii) os objetivos de *generalizar, prever e replicar*, encaminhando-se, assim, para a admissão de que “a totalidade da experiência humana é contraditória, variável, mutável e particular” (FIGUEROA, 1994, p. 167).<sup>470</sup> Disso deriva um duplo foco:

- i. foco em contextos (socioculturais) particulares de uso da língua, já que, “[s]e a linguística [quer] ser capaz de explicar a língua observável real, tal como ela existe para aqueles que a utilizam, então, ela precisa entrar em acordo com a particularidade, caso contrário, permanecerá muito distante de seu interesse” (FIGUEROA, 1994, p. 171).<sup>471</sup>
- ii. foco na totalidade do ser humano, “exigindo e utilizando *capacidades, processos e funções do corpo e da mente, e envolvendo todos os aspectos da forma como os seres humanos existem e experimentam o mundo – biológico, sociocultural, material etc.*” (FIGUEROA, 1994, p. 169; grifos nossos).<sup>472</sup>

Nessa via, a chave para esse tipo de estudo não pode estar “dentro dos estreitos limites de qualquer matriz disciplinar” (FIGUEROA, 1994, p. 172)<sup>473</sup>, mas precisa se abrir para o diálogo com

<sup>469</sup> “[...] posit higher structures from which [...] are derived. Instead, explanations for different [...] structures can be historical, developmental, communicational, and so on”.

<sup>470</sup> “[...] the totality of human experience utterances are contradictory, variant, changeable and particularistic”.

<sup>471</sup> “If linguistics is to be able to account for actual observable language as it exists for those using language then linguistics needs to come to terms with particularity, otherwise linguistics will remain many steps removed from its subject matter”.

<sup>472</sup> “requiring and using capabilities, processes and functions of the body and the mind, and involving all aspects of the way humans exist in and experience the world - biological, socio-cultural, material etc.”

<sup>473</sup> “[...] within the narrow confines of any one disciplinary matrix”.

outros campos. A mudança de prioridade quanto ao próprio objeto de estudo, conduz, portanto, a SV para além de seus limites.

### 3.4.2 Os dados

A depender da decisão teórica quanto ao objeto de estudo, o tipo de dado que se toma para exame, bem como o modo de se obtê-lo pode variar consideravelmente, com importantes consequências tanto para os resultados quanto para o modo de interpretá-los. Seja qual for a decisão, “nada [...] pode ser realizado sem entrar pela primeira vez em uma comunidade, a fim de recolher dados que ajudarão a fornecer a base” (FEAGIN, 2013, p. 19)<sup>474</sup> para responder as perguntas de pesquisa.

Sabe-se que nos estudos variacionistas, embora a entrada na comunidade possa se efetivar por muitas vias diferentes – tais como pela observação rápida e anônima, por observação participante e até pelo levantamento de textos escritos – “dados obtidos por meio de entrevistas [...] sociolinguísticas permanecem o pão e a manteiga da pesquisa sociolinguística” (KENDALL, 2013, p. 39)<sup>475</sup>; por esse motivo, a tentativa de amenizar o *paradoxo do observador* (cf. 3.3.1) continua a ser uma das preocupações, sobretudo do pesquisador de orientação laboviana.

Nesta subseção consideram-se, separadamente, diferentes decisões metodológicas que giram em torno dos dados de pesquisa, tais como as relacionados (i) à amostra que se elege para a pesquisa, (ii) ao tipo e à fonte de dados e também (iii) aos procedimentos de coleta/geração<sup>476</sup> e de registro de dados.<sup>477</sup>

<sup>474</sup> “[...] nothing [...] can be accomplished without first entering a community in order to collect data which will help provide the basis for any such answers”.

<sup>475</sup> “[...] data obtained through [...] sociolinguistic interviews remain the bread and butter of sociolinguistic research”.

<sup>476</sup> Os termos *coleta* e *geração de dados* não são tomados por nós como alternativos, mas como termos condizentes com os dois polos mais díspares do campo variacionista. Assim, o termo *coleta de dados* parece ser mais condizente com os estudos de orientação laboviana, cujo pressuposto é o de que a realidade existe e pode ser descrita com precisão, ao passo que o termo *geração de dados* parece ser mais condizente com a terceira onda variacionista, cujo pressuposto é relativista, no sentido de que se acredita que é a percepção que cria os elementos da realidade. Ressalte-se que não localizamos a especificação desses termos na literatura; optamos por fazê-la para delimitar como estamos lendo os

### 3.4.2.1 A amostra

Em busca de *padrões* de variação sociolinguística, o exame de grande quantidade de dados tornou-se uma premissa fundamental dos estudos labovianos, dado o interesse de se fazer generalizações e assim explicar e mesmo prever a mudança linguística. Nesse contexto, nasce uma preocupação central dos estudos variacionistas clássicos, que é com a *representatividade da amostra e dos falantes* que a integram, porque

[q]ualquer estudo científico social que tira conclusões sobre um grande grupo quando apenas membros selecionados desse grupo foram observados, deve estar preocupado com a representatividade. Com efeito, a força das conclusões que se pode tirar com precisão depende de como a amostra representa a população maior. (MILROY; GORDON, 2003, p. 24).<sup>478</sup>

Sob o escopo dessa preocupação, dois tipos de método de coleta de amostras são encontrados nos estudos variacionistas que seguem a linha tipicamente laboviana: *amostragem aleatória* e *amostragem por julgamento* (*judgment sampling*). De acordo com o primeiro método, empregado estritamente, qualquer pessoa de uma comunidade que esteja sob exame pode integrar a amostra que está sendo constituída – o estudo de Labov (1966) nas lojas de Nova Iorque, por exemplo, seguiu

---

aspectos metodológicos que derivam das questões epistemológicas e teóricas tratadas ao longo do capítulo. Quando acionarmos o termo *coleta/geração de dados*, entenda-se, portanto, uma referência a duas distintas posturas metodológicas – a da primeira e a da terceira fase variacionistas, respectivamente.

<sup>477</sup> Por questões de tempo e espaço, muitos aspectos que envolvem a coleta de dados não são tratados aqui. Veja-se, por exemplo, Abreu (2014), sobre as questões legais que envolvem os procedimentos de coleta; Oliveira Jr. (2014), sobre aspectos técnicos da coleta de dados orais; e Celani (2005) e Paiva (2005) sobre questões éticas.

<sup>478</sup> “Any social scientific study that draws conclusions about a large group when only selected members of that group have been observed must be concerned with representativeness. Indeed, the strength of the conclusions one can draw depends on how accurately the sample represents the larger population”.

essa modelagem (MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2012). A partir desse estudo, muitos pesquisadores têm optado por *amostras por julgamento* (MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2012; FEAGIN, 2013; KENDALL, 2013), cujo princípio é o de que o pesquisador identifica previamente o perfil de falantes para constituir a amostra, procurando, em seguida, representantes do perfil predefinido. Nessa perspectiva, são constituídas *células sociais*: “um conjunto de indivíduos agrupados pelas mesmas características sociais relevantes para a análise de fenômenos de variação e mudança” (COELHO *et al.* 2015, p. 101), considerando, normalmente, fatores como sexo, idade, escolaridade, classe social e etnia.<sup>479</sup>

Tendo em vista certas críticas quanto à possibilidade de as amostras serem ou não representativas, bem como os custos de amostras dessa natureza, “trabalhos recentes sugerem que os pesquisadores estão agora mais tranquilos do que eram antes sobre questões metodológicas” (MILROY; GORDON, 2003, p. 47)<sup>480</sup>. Tal serenidade metodológica decorre de uma

mudança de atitude que veio com o amadurecimento da sociolinguística como um campo de pesquisa, e que permite que os pesquisadores selecionem mais livremente, a partir de uma variedade de métodos, aqueles que, dentro de um quadro teórico defensável, seja melhor para alcançar objetivos de pesquisa. (MILROY; GORDON, 2003, p. 47).<sup>481</sup>

---

<sup>479</sup> A literatura do campo costuma recomendar, para estudos variacionistas labovianos, o número de cinco informantes por célula social (cf. COELHO *et al.*, 2015). No entanto, os bancos de dados de fala brasileiros – como o PEUL, o VARSUL e outros – nem sempre atendem a essa recomendação, seja por limitações de ordem financeira (entrevistando um número menor de informantes), seja por redimensionamento do que seja entendido como representatividade em cada comunidade específica (constituindo células com números diferenciados de informantes).

<sup>480</sup> “[...] recent work suggests that researchers are now more relaxed than they once were about methodological issues”.

<sup>481</sup> “[...] shift in attitude has come with the maturing of sociolinguistics as a field of research, and it enables researchers to select more freely from a range of



Sankoff (1980)<sup>482</sup>, segundo Milroy e Gordon (2003), detalha três tipos de procedimentos que o pesquisador precisa tomar para a constituição de uma amostra do segundo tipo.<sup>483</sup> Em primeiro lugar, *definir o universo da amostra*, o que consiste em delimitar as fronteiras de grupos em que se tem interesse. Em segundo lugar, *avaliar as dimensões da comunidade que podem ser relevantes para a variação, ou seja, especificar uma estratificação social* para a amostra. Em terceiro lugar, *determinar o tamanho da amostra*.

Note-se que o segundo procedimento tem implicações sobre o terceiro, porque, se, por um lado, as amostras para a pesquisa laboviana não precisam ser muito grandes, dada a concepção de que padrões linguísticos são mais regulares do que outros fenômenos sociais – por não serem passíveis de manipulação consciente (SHUY, 2003) –, por outro lado, a incorporação da dimensão social na constituição de amostra pode aumentar consideravelmente seu tamanho. (MILROY; GORDON, 2003).

O que foi descrito até este ponto, em relação à amostra, concerne, basicamente, aos interesses de estudos que se orientam pelos preceitos da primeira onda variacionista, com foco nas entrevistas sociolinguísticas típicas<sup>484</sup> e, em termos de *locus* de pesquisa, nas comunidades de fala. No entanto, os estudos mais condizentes com os interesses da segunda e da terceira fase variacionista podem tanto recorrer a esses mesmos elementos, a fim de gerar um volume de dados suficiente para submeter a amostra (ou parte dela) ao método quantitativo, quanto também constituir amostras exclusivamente por meio de instrumentos etnográficos e de natureza muito mais diversificada, não se concentrando, assim, na quantidade, mas na

methods those which, within a defensible theoretical framework, will best enable them to achieve their goals”.

<sup>482</sup> Sankoff, G. (ed.). *The Social Life of Language*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1980.

<sup>483</sup> Note-se que a amostragem por julgamento é relativamente aleatória no sentido de que os informantes não são escolhidos a partir de conhecimentos prévios, mas são selecionados randomicamente com base nos perfis sociais.

<sup>484</sup> Para um detalhamento sobre a organização das entrevistas sociolinguísticas, cf. Labov (1981): *Field methods of the Project on Linguistic Change and Variation*. Pennsylvania, Philadelphia. Para uma discussão crítica acerca dos tipos de entrevista sociolinguística, cf. Valle & Görski (2014).

qualidade dos dados – cf., por exemplo, os trabalhos de Bauman (2001) e de Irvine (2001) (cf. 3.3.3.2.1).

Pelos aspectos até aqui mencionados, vê-se que, também em termos de amostra, a pesquisa variacionista convive com a tensão do campo: (i) estudos de orientação laboviana não abrem mão de amostras “representativas” (e relativamente aleatórias) de uma comunidade, com a crença de que elas fornecem “resultados mais básicos e confiáveis sobre os padrões sociolinguísticos” (LABOV, 2001, p. 39)<sup>485</sup>; (ii) estudos que, em alguma medida, se afastam dos preceitos labovianos, concentram-se em “amostras [...] menores, mais socialmente orientadas, e muitas vezes, focadas em indivíduos ou grupos específicos; em alguns casos, as amostras são relativamente grandes, mas não são totalmente aleatórias”, (TAGLIAMONTE, 2012, p. 101)<sup>486</sup>; (iii) por fim, os estudos de terceira onda, mais focados na variação do que na mudança linguística, passam a constituir amostras muito diversificadas, considerando dados orais, escritos, da esfera pública ou privada, prescindindo de critérios como representatividade e replicabilidade, o que amplia consideravelmente as possibilidades de constituição de uma amostra. Tensão epistemológica, discrepância metodológica.

#### 3.4.2.2 *Tipos de dados, fontes e procedimentos de coleta*

Tomadas as decisões sobre o tipo de amostra que mais se adéqua aos objetivos de pesquisa, a tarefa metodológica é a de coletar dados definidos como válidos: de Labov a Eckert, sugere-se que “o vernáculo oferece o melhor banco de dados para analisar os processos e mecanismos de mudança linguística ou as características estruturais de uma variedade particular” (MILROY; GORDON, 2003, p. 50)<sup>487</sup>. Desse modo, como o campo “sempre enfatizou a primazia da língua falada” (ROMAINE, 2009, p. 15)<sup>488</sup>, a orientação para o vernáculo suscitou a

---

<sup>485</sup> “the basic and most reliable findings on sociolinguistic patterns”.

<sup>486</sup> “[...] samples are smaller, more socially oriented, and often focused on specific individuals or groups. In some cases, the samples are relatively large, but not entirely random”.

<sup>487</sup> “[...] the vernacular offers the best database for examining the processes and mechanisms of linguistic change or the structural characteristics of a particular variety”.

<sup>488</sup> “Sociolinguistics has always emphasized the primacy of the spoken language”.

questão de se enfrentar o *paradoxo do observador* – que, tal como descrito, só faz sentido no âmbito da engrenagem conceitual laboviana<sup>489</sup> – e motivou a constituição da principal técnica de coleta de dados do campo, a entrevista sociolinguística.

Contudo, a partir do momento em que a própria concepção de vernáculo é posta em xeque, principalmente pela via dos estudos sobre variação estilística (cf. 3.3), assume-se que os dados da fala espontânea podem ser úteis para determinados tipos de pergunta de pesquisa, mas não para todas passíveis de serem aventadas no campo. Com essa mudança de compreensão, os pesquisadores têm se voltado também para outros tipos de dados, tais como os escritos e/ou públicos, recorrendo, assim, às mais diversas fontes (como revistas, jornais *online*, blogs, documentos governamentais etc.), a despeito de Labov (2001, p. 228) considerar que

todas as evidências [...] apontam para a conclusão de que a língua não é sistematicamente afetada pelos meios de comunicação de massa, mas é influenciada principalmente na interação face a face entre pares.<sup>490</sup>

Distante dessa compreensão, Tagliamonte (2012) noticia que, se antes seus

alunos tinham que ganhar as ruas para coletar entrevistas sociolinguísticas, nos últimos dez anos [...] coletaram dados de livros *online*, anúncios pessoais, programas de televisão, músicas, mensagens de texto, sites como Facebook, etc. As possibilidades são infinitas. (TAGLIAMONTE, 2012, p. 106).<sup>491</sup>

---

<sup>489</sup> Retome-se que, para os estudos de terceira onda, o uso linguístico é sempre performático, de modo que a questão de se atribuir graus de consciência a eles já não é mais uma questão relevante.

<sup>490</sup> “[...]all of the evidence [...] points to the conclusion that language is not systematically affected by the mass media, and is influenced primarily in face-to-face interaction with peers”.

<sup>491</sup> “[...] students had to “hit the streets” to collect sociolinguistic interviews, in the past ten years my students have collected data from online books, personal ads, television shows, songs, text messages, Facebook sites, etc. The possibilities are endless”.

Uma primeira consequência da mudança de concepção quanto ao tipo de dado válido para as pesquisas variacionistas é, além da ampliação quanto às fontes de dados, a ampliação das próprias técnicas e instrumentos de coleta/geração de dados (MILROY; GORDON, 2003; TAGLIAMONTE, 2012). No âmbito dos estudos de segunda e terceira onda, conquista-se, assim, *serenidade* em relação às preocupações típicas do paradoxo do observador, decorrentes de “certas crenças sobre a variedade de fala conhecida como ‘vernáculo’” (MILROY; GORDON, 2003, p. 49).<sup>492</sup>

Desse modo, além da entrevista sociolinguística, “principal método da sociolinguística quantitativa” (FEAGIN, 2013, p. 25)<sup>493</sup>, podem-se citar os seguintes recursos para geração de dados, no âmbito dos estudos mais alinhados aos interesses da segunda e da terceira onda variacionista: (i) *questionário escrito*, com perguntas objetivas tanto sobre o uso de aspectos linguísticos quanto sobre informações demográficas; (ii) *observação participante*, em que a coleta de dados é feita mediante observação direta dos usos linguísticos; (iii) *levantamentos rápidos e anônimos*, em que a coleta é feita sem que os falantes tenham consciência dela, o que sacrifica o conhecimento mais aprofundado do falante, em favor da “naturalidade” da fala – tal como Labov fez nas lojas de Nova Iorque. (MILROY; GORDON, 2003; FEAGIN, 2013). Dentre essas técnicas, tecem-se, a seguir, alguns comentários sobre o trabalho de campo que (re)introduz<sup>494</sup> uma orientação etnográfica ao trabalho variacionista, a saber, a observação participante, ampliando, com isso, a visão sobre a própria lista de recursos acionados para a geração de dados nessas fases do campo.

A observação participante, que consiste na “participação ativa com aqueles que são observados” (MATTOS, 2011, p. 38), tem por objetivo compreender em profundidade a dinâmica social do grupo que está sob análise, a fim de se obter um quadro a partir do qual se pode explicar com mais profundidade os usos linguísticos. Segundo Feagin

---

<sup>492</sup> “[...] certain beliefs about the speech variety known as “the vernacular”.

<sup>493</sup> “[...] primary method of quantitative sociolinguistics”.

<sup>494</sup> Estamos considerando que o método etnográfico é *reintroduzido* nos estudos variacionistas, com mais vigor, com tom de método prioritário, na terceira fase do campo, mesmo estando presente desde o estudo inicial de Labov (1963) em Martha’s Vineyard, representante da segunda fase do campo (cf. Eckert, 2005).

(2013, p. 22), essa é a “única maneira de alguns aspectos do comportamento linguístico poderem ser compreendidos e analisados”<sup>495</sup>. Uma amostra constituída segundo esse procedimento é a do estudo de Eckert, na escola de ensino médio de Detroit, onde a autora passou dois anos imersa na cultura local, podendo, assim, identificar categorias significativas para a diferenciação dos membros da comunidade (*burnouts* e *jocks*). Em casos assim, embora seja possível fazer algum tipo de generalização sobre a variação, a reivindicação de representatividade da pesquisa, por exemplo, deve ser relativizada: quanto do que acontece na escola examinada por Eckert representa, por exemplo, todas as demais escolas de Detroit ou mesmo a comunidade mais ampla de Detroit?<sup>496</sup>

Esse procedimento, contudo, segundo, Milroy e Gordon (2003), se aplica melhor a pequenas comunidades, e ainda tem as *desvantagens* de (i) demandar muito tempo e envolvimento emocional com a comunidade examinada, (ii) ser dispendiosa e (iii) instituir o desafio de se ter que articular o contexto de estudo local com o contexto sociolinguístico mais amplo – Tagliamonte (2012) também adverte que, quer a amostra seja pequena ou grande, o pesquisador deve exercitar o duplo olhar (para o indivíduo e para o grupo), a fim de explicar como a prática dos indivíduos se harmoniza com a prática social mais ampla e vice-versa.

Outro ponto a se destacar é que a constituição de amostras por meios de recursos metodológicos etnográficos faz com que o *juízo subjetivo* do pesquisador sobre a comunidade esteja em questão. Citando

---

<sup>495</sup> “[...] only way some aspects of language behavior can be understood and analyzed is through such an undertaking”.

<sup>496</sup> Adverte-se que Eckert (2016) admite que categorias locais são replicáveis: considerando escolas diversas de toda área suburbana de Detroit, a autora verificou que todas elas tinham seus *jocks* e seus *burnouts* e que esses usavam, inclusive, os mesmos recursos para manter suas distinções. A questão, contudo, é que, em cada caso, os grupos (distintos) refletem a estrutura social local, indexando, assim, outros aspectos (como etnia, localização geográfica etc.) no processo de diferenciação. Com isso, pode-se dizer que *princípios e processos* de diferenciação estilística são recorrentes, embora, em cada localidade, eles indexem aspectos específicos.

Erickson (1986)<sup>497</sup>, Mattos (2011), por exemplo, destaca que, um dos princípios da pesquisa etnográfica é justamente a relação dialética entre *observação* e *objetivação* participante, já que o conhecimento mais seguro das práticas de uma comunidade advém por meio de participação nelas, mas participar ativamente das práticas dos sujeitos observados pode interferir na compreensão objetiva (por parte do pesquisador) do próprio objeto investigado, porque “[a] participação limita [/afeta] o foco de atenção devido ao filtro cultural do pesquisador e isso vai dar o tom da pesquisa, da análise e da interpretação dos dados” (MATTOS, 2011, p. 39).

A saída para esse paradoxo pode ser, por exemplo, a triangulação de dados<sup>498</sup>, estratégia que, ao se orientar por múltiplas visadas e *métodos de coleta de dados*, pode assegurar, analiticamente, amplitude e profundidade, além de conferir mais rigor e objetividade à pesquisa (MILROY; GORDON, 2003; MATTOS, 2011). Resgate-se, por exemplo, que a pesquisa de Labov em Martha’s Vineyard, considerada de orientação etnográfica (BAYLEY, 2013), conciliou amostras baseadas em entrevistas formais e em anotações do pesquisador advindas da observação de situações espontâneas dos ilhéus. Nesse caso, porém, ainda se considera, tal como entende

---

<sup>497</sup> ERICKSON, F. Qualitative methods in research on teaching. In: WITTRICK, M.C. (ed.). *Handbook of research on teaching*. New York: Macmillan, 1986.

<sup>498</sup> Flick (2009, p. 362) esclarece que o *princípio da triangulação* foi concebido como uma estratégia para validar resultados de pesquisas individuais, embora o foco hodiernamente esteja “cada vez mais na direção de enriquecer e de complementar ainda mais o conhecimento e de superar os potenciais epistemológicos (sempre limitados) do método individual”. Nesse contexto, Denzin (1989), segundo Flick, destaca quatro tipos de triangulação: (i) *triangulação de dados*, que se define como o “uso de diferentes fontes de dados, sem ser confundida com o emprego de métodos distintos para a produção de dados”; (ii) *triangulação do investigador*, “na qual se empregam diversos observadores ou entrevistadores para detectar e minimizar as visões tendenciosas resultantes da condição humana do pesquisador”, culminando não numa divisão de tarefa entre pesquisadores, mas na comparação sistemática das considerações e dos resultados de pesquisa de diversos pesquisadores; (iii) *triangulação da teoria*, que consiste na abordagem de dados, tendo em mente perspectivas e hipóteses múltiplas”, com o propósito de ampliar as possibilidades de produção do conhecimento; (iv) *triangulação metodológica*, que consiste na triangulação entre métodos. (FLICK, 2009, p. 361-362).

explicitamente Feagin (2013), que a observação participante foi um método *complementar* (e secundário), de obtenção de dados, às entrevistas sociolinguísticas.

Uma segunda e mais radical consequência da mudança de concepção quanto ao tipo de dado que conta para a análise variacionista, além da questão dos procedimentos de geração de dados, é a incorporação de questões teóricas sobre a relação entre fala e escrita. Reconhecendo-se que a dicotomia ou divisão entre as modalidades da língua não é mais aceita (ROBERTS; STREET, 1998), a compreensão da relação entre elas, no âmbito dos estudos variacionistas, convoca, acompanhando os estudos de terceira onda,

uma perspectiva teórica diferente, na qual *os significados são levados a residirem em práticas sociais e discursos*, em vez de nas propriedades formais da linguagem [...]. Aplicando esta perspectiva a práticas orais e letradas<sup>499</sup>, muda-se o foco da preocupação tradicional *com diferenças entre os canais*, para as maneiras pelas quais os significados são construídos localmente dentro de contextos específicos. Ela também sinaliza que os significados no discurso oral e letrado são processos estruturados que se alimentam em formações sociais mais amplas. (ROBERTS; STREET, 1998, p. 117; grifos nossos).<sup>500</sup>

---

<sup>499</sup> Os autores usam, no original, o termo *literacy*, ao que traduzimos por *letrado*, para se referirem a práticas sociais mediadas pelo uso da escrita, segundo a perspectiva dos *estudos do letramento* (BARTON, 1994; KLEIMAN; 1995; BARTON; HAMILTON; 1998; STREET; 2000; GIROUX, 2011, dentre outros). Mantivemos o termo, na tradução, para assegurar a especificidade teórica que ele evoca.

<sup>500</sup> “An alternative position draws on a different theoretical perspective in which meanings are taken to reside in social practices and discourses rather than in formal properties of language [...]. Applying this perspective to oral and literacy practices shifts the focus away from traditional concern with differences between the channels and onto the ways in which meanings are constructed locally within particular contexts. It also signals that meanings in oral and literate discourse are structuring processes feeding in to wider social formations”.

Se, antes, se pensava que a escrita tendia para usos mais padronizados e convencionais e a oralidade para usos mais fluidos, criativos e inovadores – com mais e menos consciência, respectivamente, em termos labovianos - “*pesquisas recentes sugerem que não é a forma que determina estas tendências mas o contexto*” (ROBERTS; STREET, 1998, p. 118; grifos nossos)<sup>501</sup>. Por isso, dados linguísticos de fala e de escrita passam a ser examinados em termos de usos construídos socio-historicamente, representando “certa ‘forma de estar no mundo’” (ROBERTS; STREET, 1998, p. 117)<sup>502</sup>.

Vê-se, assim, que o interesse pelos mais diversos tipos de dados também culmina na recolocação da própria relevância do contexto social para a explicação dos usos linguísticos: explicações contextuais parecem ser a base para se compreender por que os recursos simbólicos, tais como os linguísticos, são *diferencialmente distribuídos* em uma sociedade (ROBERTS; STREET, 1998); conseqüentemente, essa também passa ser a base para se explicar variação e mudança linguística.

A relação entre fala e escrita, identidades e discursos pode ser assim resumida, segundo Roberts e Street (1998): (i) diferentes modos de falar e de escrever se constituem a partir de diferentes práticas socioculturais; é da experiência nessas práticas que os falantes internalizam diferentes modos de agir linguisticamente, em contextos sociais específicos; (ii) desse modo, socio-historicamente existem parâmetros contextuais sobre como agir linguisticamente, o que significa dizer que o falante, individualmente, não cria contextos; (iii) contudo, por uma questão de foco, ele pode acionar determinados aspectos contextuais, ou mesmo negar/reinterpretar etc. outros; ou seja, o falante pode negociar sua forma de estar no mundo, mas não pode prescindir totalmente do conjunto de discursos que estão indexados<sup>503</sup> a cada realidade contextual. (ROBERTS; STREET, 1998).

Se compreendemos corretamente a questão, isso significa que o falante se inscreve agentivamente, por meio de sua experiência (pessoal e local), no que é da ordem social, e essa compreensão parece seguir a

<sup>501</sup> “[...] recent research suggests that it is not the medium that determines these tendencies but the context”.

<sup>502</sup> “[...] certain “ways of being in the world”.

<sup>503</sup> Tal como Eckert (2008), Roberts e Street (1998) também acionam a teoria de indexação de Silverstein.



mesma via da de Coupland (2007), segundo a qual é no contexto social de processos discursivos que se articulam organização local e estrutura social (cf. 3.3.3.2.2).

Para lidar com questões dessa natureza,

[o] que parece ainda faltar é pesquisa etnográfica suficiente [...] sobre o contexto, definir os processos situados de fala e de escrita dentro de uma perspectiva crítica mais ampla, e perguntar como essas práticas são produzidas e valoradas (ou não) (ROBERTS; STREET, 1998, p. 127).<sup>504</sup>

Em Leitner (1998) encontram-se alguns elementos que parecem ilustrar a questão de se lidar com dados da escrita na pesquisa variacionista, a partir dos pontos teóricos propostos por Roberts e Street (1998). Leitner chama atenção para os seguintes aspectos, dentre outros, que se deve ter em mente na análise de textos de diferentes mídias, por exemplo:

- i. a relação entre (discurso de) mídia<sup>505</sup> e realidade não é direta; é sempre um processo de interpretação, de representação do primeiro sobre o segundo, tendo em vista os procedimentos de seleção, categorização e transformação da informação; nesse sentido, o conteúdo da mídia ou mesmo suas estratégias de programação “incorpora[m] a postura ideológica da [própria] mídia” (LEITNER, 1998, p. 134)<sup>506</sup>;
- ii. a produção de mensagens midiáticas é controlada por fatores que são internos ao próprio domínio, dentre eles: a tecnologia utilizada, a filosofia da programação, a legislação sobre a produção de

---

<sup>504</sup> “What seems to be lacking still is sufficient ethnographic research which draws on this approach to context, sets the situated processes of writers and speakers within a wider critical perspective, and asks how these practices come to be produced and given value (or not)”.

<sup>505</sup> Leitner (1998) usa o termo *discurso de mídia* para se referir às formas, estruturas e usos linguísticos, bem como a outros recursos semióticos dotados de valor ideológico, específicos de mídia, embora não traga uma definição de mídia.

<sup>506</sup> “[...] It embodies the media's ideological stance”.

mensagens etc.; com isso, é preciso considerar que há características dos textos de mídia (como orientação para alguns temas, tipo de texto, tipo de estrutura) que emanam de limitações técnicas da mídia (se impressas ou eletrônicas, por exemplo);

- iii. as etapas finais de produção podem estar sujeitas a controle estilístico de diretrizes editoriais e rotinas profissionais, por exemplo, de maneira que o jornalista, o locutor ou o apresentador, embora responsáveis pela mensagem final, são, na verdade, “a voz do meio” (LEITNER, 1998, p. 130)<sup>507</sup>, e não autores do discurso midiático; desse modo, da escolha de uma palavra à escolha de determinados tipos de construção sintática, de determinados tipos de texto, de forma de disposição das informações, tudo isso expressa os valores da mídia, em termos, por exemplo, de proximidade ou distância com o público, envolvimento mais objetivo ou mais dramatizado etc.;
- iv. a mídia incorpora em suas mensagens uma imagem prototípica de seus destinatários e de suas reações, de maneira que o emprego da língua em um jornal, por exemplo, é uma versão, desse último, sobre a língua do público a que se destina;
- v. a relação entre as práticas globais e locais das mídias podem ser conflituosas, pois essas últimas podem se organizar em torno de comunidades, normas e práticas específicas. (LEITNER, 1998).

Por essas considerações, tem-se a noção do quanto de informação contextual é preciso levantar para o exame de fenômenos variáveis, numa perspectiva etnográfica e mais condizente com os estudos de segunda e de terceira onda, já que nos estudos mais prototípicos da primeira onda esse tipo de informação é apenas circunstancial.

Por fim, Romaine (2009) também destaca que a incorporação de dados da escrita pode revelar “não só padronização, que é característica da própria língua, independentemente do meio, mas também o que pode

---

<sup>507</sup> “[...] ‘voice of the médium’”.

ser peculiar para o próprio meio; os resultados podem nos obrigar a rever determinados pontos de vista” (ROMAINE, 2009, p. 18).<sup>508</sup>

Assim, a reinserção de recursos etnográficos nos estudos variacionistas das últimas décadas, por diferentes razões, inclusive por conta da mudança de concepção quanto aos tipos de dados e de fontes válidos para análise, bem como quanto aos procedimentos para gerá-los, faz ver que, mais que um *design* de pesquisa, a prática etnográfica tem contornos epistemológicos, ou seja, “etnografia é teoria” (MATTOS, 2011, p. 4).

### 3.4.3 A análise

Nesta subseção, destacam-se princípios e métodos de análise de dados da pesquisa variacionista, considerando, separadamente, três orientações metodológicas, em sintonia com as três ondas do campo: (i) a orientação quantitativa, mais prototípica dos estudos labovianos clássicos; (ii) a orientação que concilia análise quantitativa e análise qualitativa, tais como os trabalhos de Labov (1963), em Martha’s Vineyard; o de Bell (1984), na Nova Zelândia; o de Eckert (2000), em Detroit, dentre outros, em sintonia com a segunda onda; (iii) a orientação qualitativa, mais prototípica dos estudos de terceira onda.

A especificação dessas três orientações metodológicas convoca algumas ressalvas. Em primeiro lugar, a de que toda análise quantitativa requer também visadas qualitativas, sobretudo no processo de delimitação do envelope de variação, formulação de hipóteses, definição de possíveis condicionadores e interpretação dos dados da análise. Assim, considerar que a orientação dos estudos labovianos clássicos, os estudos de primeira onda, é quantitativa não significa dizer que aspectos qualitativos não estejam envolvidos. Mas o ponto é que os estudos que seguem essa orientação, necessariamente recorrem ao

aparato-padrão da metodologia quantitativa, incluindo o uso de tabelas e gráficos para a apresentação dos dados, medidas estatística para *resumir* os dados e fazer inferências sobre eles, testes de significância e confiabilidade e técnicas

---

<sup>508</sup> “[...] not only patterning which is characteristic of the language itself, regardless of medium, but also that which may be peculiar to the medium itself; the findings may require us to revise certain views we”.

analíticas quantitativas (GUY; ZILLES, 2007, p. 20; grifo dos autores).

Em segundo lugar e em decorrência da observação anterior, como os estudos de segunda onda combinam análise quantitativa com alguns recursos etnográficos, a separação entre eles e os de primeira onda nem sempre é clara, embora alguns pressupostos teóricos e procedimentos metodológicos sejam específicos de cada onda. A apresentação, neste texto, dos aspectos metodológicos mais prototípicos de cada fase, em três subseções, cumpre, assim, apenas uma função didática.

#### 3.4.3.1 A orientação quantitativa

Segundo Tagliamonte (2006; 2012), o principal aspecto que diferencia a SV clássica dos demais tipos de Sociolinguística é o método quantitativo, uma vez que o objetivo aqui é descobrir padrões de variação por meio de modelagem estatística. Nessa empreitada, (i) após eleita a comunidade que será examinada, (ii) definida a variável linguística, (iii) circunscrito o envelope de variação, (iv) constituída a amostra de pesquisa e (ii) coletados os dados, é preciso:

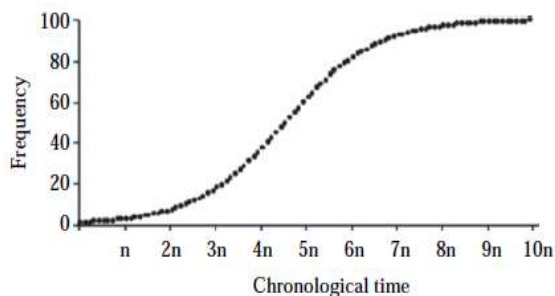
- (a) delimitar os grupos de fatores independentes (linguísticos e extralinguísticos) que podem influenciar a variação, com base na revisão da literatura sobre o fenômeno e no levantamento de hipóteses;
- (b) levantar a distribuição global das formas (*tokens*) com a mesma função, na amostra;
- (c) codificar os dados para tratamento estatístico e verificação da influência dos fatores selecionados, através de análise multivariada.

Na sequência, a análise que segue a essas etapas se chama “multivariada” porque, por meio de ferramenta estatística específica, o VARBRUL 2S e suas novas versões GoldVarb, correlaciona-se a variável dependente sob exame e um conjunto de variáveis independentes a fim de se obter medidas como (i) frequências percentuais, (ii) o efeito das variáveis independentes para a ocorrência das variantes e (iii) um *ranking* de significância das variáveis independentes (GUY; ZILLES, 2007).

Com isso, chega-se a uma medida multidimensional, denominada *peso relativo*: um padrão estatístico a partir do qual se explicam os resultados da análise quantitativa à luz dos pressupostos teóricos, buscando-se compreender a distribuição dos usos variáveis em termos de tendência de mudança (GUY; ZILLES, 2007; TAGLIAMONTE, 2006; 2012).<sup>509</sup>

A interpretação dos padrões encontrados pode auxiliar, por exemplo, na identificação do estágio ou fase de desenvolvimento da mudança examinada, considerando os seguintes estágios: (i) “mudanças concluídas”, (ii) “mudanças quase concluídas”, (iii) “mudanças médias”; (iv) “mudanças novas e vigorosas” (LABOV, 1994, p. 79-81)<sup>510</sup>. O padrão de mudança, representado na literatura pela *curva em S*, conforme a seguir, é indicativo de como, ao longo do tempo, o aumento da frequência de uso de formas inovadoras representa os estágios de implementação de uma forma/função nova(s).

**Figura 13:** Representação do padrão de mudança ilustrado pela curva em S



Fonte: Tagliamonte (2012, p. 44)

Segundo Tagliamonte (2012), Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996)<sup>511</sup>, considerando ainda um estágio anterior aos citados acima – o

<sup>509</sup> Para mais informações sobre a análise quantitativa, considerando modelos, programas e procedimentos em geral, cf., por exemplo, Guy e Zilles (2007).

<sup>510</sup> “[...] (i) completed changes; (ii) changes nearing completion; (iii) midrange changes; (vi) new and vigorous changes”.

<sup>511</sup> Nevalainen, T. and Raumolin-Brunberg, H. Sociolinguistics and language history: Studies based on the corpus of Early English correspondence. *Language and Computers: Studies in Practical Linguistics*. Amsterdam and Atlanta: Rodopi, 1996.

de quando a mudança ainda é incipiente – e correlacionando todos eles com aspectos sociais típicos de cada um deles, propõem o seguinte padrão de mudança, também com base num padrão de frequência<sup>512</sup> de ocorrências das variantes:

**Quadro 10:** Padrão de mudança, baseado em padrão de frequência, segundo Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996)

Fases da mudança	Frequência	Natureza social
Incipiente	≤15%	A mudança ainda não apresenta correlações sociais, porque ainda está abaixo do nível de consciência.
Nova e vigorosa	15–35%	Fatores sociais começam a se tornar significativos. Nessa fase, a mudança está na parte do meio da curva em S.
Em estágio médio	36–65%	A associação entre mudança e características sociais, como faixa etária, enfraquece.
Quase completada	65–85%	Diferenças sociais tendem a ser niveladas, eliminando-se, por exemplo, distinções de classe socioeconômica.
Completada	≥85%	

Fonte: Tagliamonte (2012, p. 61)

A partir dessas frequências, por exemplo, o pesquisador pode interpretar os padrões de variação encontrados em termos de tendências de mudança. Assim, frequências de formas/funções novas acima que 85% são indícios de *mudança já completada*, para Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996).

Por outro lado, é preciso considerar, por exemplo, que, embora a frequência indique entrada de forma nova no sistema linguístico, não oferece explicações sobre as motivações para os percentuais registrados, o que convoca a tarefa de se comparar frequências com padrões

---

<sup>512</sup> Retome-se que em 3.2.1 apresentou-se que Labov (2003) entende que mudanças completadas apresentam intervalo de variação entre 95% e 99% de emprego de uma das variantes, intervalo bem mais rigoroso que o sugerido por Nevalainen e Raumolin-Brunberg (1996).

gramaticais de variação, porque esses últimos indicam a influência das variáveis independentes para a realização de cada variante sob exame (TAGLIAMONTE, 2012).

O problema é que, conforme se verifica retornando à subseção 1.2, como cada pesquisa pode constituir diferentes variáveis independentes para exame, bem como diferentes tipos de amostras, o analista deve

[i] considerar especificidades metodológicas, como, por exemplo, o perfil social dos informantes envolvidos, o tamanho da amostra e os fatores controlados; (ii) [e] ser cauteloso quanto à formulação de generalizações a partir da interpretação de resultados comparativos frequentiais. (PIMPÃO; GÓRSKI, 2010. p. 71).

Frente a essas questões, a comparação entre resultados de diferentes pesquisas requer, pelo menos inicialmente, um olhar qualitativo.

Nesse sentido, considerando que uma máxima dos estudos labovianos é a de que, enquanto a “[f]requência tende a flutuar devido a condições externas, [...] as tendências nos padrões gramaticais permanecem as mesmas” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 13)<sup>513</sup>, a questão que ainda precisa ser enfrentada é “determinar se os mesmos padrões são relevantes para todos os tipos de variáveis e até que ponto esses padrões são aplicáveis a diversos contextos socioculturais, tanto locais quanto supralocais, no cenário mundial” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 62).<sup>514</sup>

Para essa empreitada, Tagliamonte (2012) defende ser necessário assumir “uma perspectiva ampla e aprofundada de contexto” (p. 64)<sup>515</sup>, e reconhecer que “[o] desenvolvimento de um recurso linguístico reflete mudanças sociais e econômicas” (TAGLIAMONTE,

<sup>513</sup> “Frequency tends to fluctuate due to external conditions but the tendencies in grammatical patterns stay the same”.

<sup>514</sup> “[...] to determine whether the same patterns are relevant for all types of variables and to determine to what extent these patterns are applicable to diverse sociocultural contexts, both local and supralocal, on the world stage”.

<sup>515</sup> “[...]a broad and in-depth perspective of the context”.

2012. p.66)<sup>516</sup>, conforme Labov mesmo já admitiu, ao reconhecer, por exemplo, que “a Segunda Guerra Mundial tem sido um divisor de águas do comportamento linguístico em muitos países e para muitas variáveis linguísticas” (LABOV, 2001, p. 227).<sup>517</sup>

Com isso, tem-se que *a interpretação dos padrões de variação fornecidos pela análise quantitativa demanda considerar diferentes níveis explicativos, com vistas a recobrir um amplo “espectro das condições humanas”* (TAGLIAMONTE, 2012, p. 352; grifos nossos).<sup>518</sup>

Segundo Tagliamonte (2012), Wolfram e Schilling-Estes (2006)<sup>519</sup> especificam duas listas de aspectos que explicam a variação e a mudança: uma considerando questões sócio-históricas; e outra, questões linguísticas. A essas, Tagliamonte acrescenta mais uma lista, contemplando aspectos socioculturais, para asseverar que a explicação (da variação e da mudança) é “multiplex” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 352).<sup>520</sup>

O conjunto de aspectos desses três níveis mencionados pode ser conferido a seguir.

**Quadro 11:** Conjunto de aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais para explicação da variação e da mudança linguística (continua)

Aspectos para explicação sócio-histórica	Aspectos para explicação linguística	Aspectos para explicação sociocultural
Wolfram e Schilling-Estes (2006)		Tagliamonte (2012)
Colonização	Simplificação	Nível dialetal
Rotas de migração	Maximização de contraste	Tipo de comunidade
Fatores geográficos	Regra de extensão	Tipo de mudança
Contato linguístico	Analogia	Natureza da rede social

<sup>516</sup> “The development of a linguistic feature reflects social and economic change”.

<sup>517</sup> “[...]World War II has been a watershed of linguistic behavior in many countries and for many linguistic variables”.

<sup>518</sup> “[...] spectrum of human conditions”.

<sup>519</sup> Wolfram, W.; Schilling-Estes, N. (2006) *American English*, 2nd edn. Malden and Oxford: Blackwell.

<sup>520</sup> “[...] multiplex”.



**Quadro 11:** Conjunto de aspectos sócio-históricos, linguísticos e culturais para explicação da variação e da mudança linguística (conclusão).

Aspectos para explicação sócio-histórica	Aspectos para explicação linguística	Aspectos para explicação sociocultural
Wolfram e Schilling-Estes (2006)		Tagliamonte (2012)
Sistema econômico	Princípio da transparência	Tipo de mídia <sup>521</sup>
Estratificação social	Gramaticalização	Influência da mídia
Referência de grupo	Fenômenos prosódicos (pronunciation phenomena)	_____
Identidade pessoal	Palavras e significados das palavras	

Fonte: Com base em Tagliamonte (2012, p. 352-353)

Note-se que a consideração desses níveis explicativos parece distribuir-se desigualmente pelas três ondas variacionistas, o que pode indicar que o grau de interesse que se tem pelos diferentes tipos de explicação decorre dos próprios pressupostos teóricos delineados.

Voltando ao conjunto de pesquisas brasileiras revisitadas na seção 1.2, verifica-se que todas elas, com exceção da de Baleeiro (1988) e da de Silva (1997), são quantitativas e: (i) os fatores acionados para explicação da variação na expressão do futuro são, *predominantemente, linguísticos* – e não exatamente os mencionados no quadro, já correlacionados a aspectos funcionais –, tais como: (a) pessoa gramatical (1ª, 2ª, 3ª); (b) tipo de sentença (declarativa, interrogativa, negativa); (c) tipo de verbo (movimento vs. outros); (d) número de sílabas (monossílabo vs. mais sílabas); (e) tipo de oração (principal, subordinada, relativa); (f) pronomes clíticos (presença vs. ausência); (g) presença e tipo de especificação adverbial (específico, não específico, sem advérbios) etc.; (ii) a explicação sócio-histórica, quando feita, concentra-se em fatores de *estratificação social* (sexo, idade, escolaridade) e em *fatores geográficos* (localidade); já (iii) a explicação sociocultural fica quase silenciada, sendo acionada brevemente na

---

<sup>521</sup> Tagliamonte (2012), tal como Leiter (1998) (cf. 3.4.2.2), fala em mídia, mas não apresenta definição. Adotamos, para os objetivos desta tese, a seguinte especificação para mídias: “suportes materiais de inscrição e estocamento e as redes de difusão (ou suportes de difusão)” (RODRIGUES, 2001, p. 82) da língua em uso.

interpretação dos resultados a depender do tipo de amostra que se analisa – retome-se, por exemplo, o trabalho de Vieira (2014) que, por ter analisado diferentes jornais cearenses, dedica-se a questões como *Tipo de Mídia*.

Sobre esse fenômeno, portanto, há ainda muito o que ser pesquisado, se se considera o amplo espectro de condições humanas que podem estar condicionando seu uso.

#### 3.4.3.2 A orientação qualitativa e quantitativa

A análise dos estudos variacionistas de segunda onda, embora também preserve, por um lado, o aparato-padrão da metodologia quantitativa, tal como se descreveu na subseção precedente, por outro lado, inclina-se consideravelmente para questões típicas da pesquisa qualitativa. Para a análise qualitativa, destaca-se, em primeiro lugar, a adoção de procedimentos etnográficos, principalmente a observação participante, uma vez que essa fase está menos preocupada com a *representatividade da pesquisa* – embora almeje fazer algumas generalizações – do que com a compreensão de dinâmicas sociais locais, já que o pressuposto é o de que as práticas locais é que dão origem aos padrões sociolinguísticos, conforme mencionado.

Nesse sentido, a questão central da análise, nessa fase, é descobrir os aspectos da dinâmica social que configuram a paisagem sociolinguística. Explicações sócio-históricas e culturais, conforme Tagliamonte (2012), deixam, então, de ser acessórias e passam a ser, desde o início da investigação, centrais e delimitadoras do próprio *design* de pesquisa. Retome-se, por exemplo, o estudo de Eckert (2000), na escola de ensino médio em Detroit, em que somente após passar dois anos na comunidade pesquisada é que se identificaram os fatores de estratificação social relevantes para a explicação dos usos linguísticos.

Por questões como essas, em segundo lugar, o *locus* de análise desses estudos tende a ser redes sociais e/ou comunidades de prática, para as quais não há “nenhum procedimento canonicamente correto para análise” (MILROY; GORDON, 2003, p. 118)<sup>522</sup> – diferentemente dos estudos labovianos clássicos, nos quais a comunidade de fala é examinada, mais ou menos, sempre do mesmo modo, a saber, por meio

---

<sup>522</sup> “[...] no canonically correct procedure for analyzing”.

da estratificação social dos indivíduos, em termos de faixa etária e classe socioeconômica, principalmente.

O que os estudos de segunda onda compartilham são, então, alguns *interesses*, como o de mediar a força das redes sociais e verificar os efeitos disso nos processos de variação e mudança<sup>523</sup>; mas o modo de se fazer essa análise, ou seja, o processo de caracterização da estrutura da rede em relação à práticas sociais, depende das finalidades de cada pesquisador.

O estudo de Milroy, em Belfast, por exemplo, adotou uma escala de força da rede, atribuindo uma pontuação (máxima de 5 pontos) a cada falante pesquisado, considerado suas relações sociais dentro do bairro, a partir dos seguinte critérios:

- eram membros de uma rede de alta densidade, grupo baseado territorialmente (por exemplo, um clube de bingo ou jogos de cartas de grupo, um grupo ou uma equipe de futebol)
- tinham laços de parentesco com mais de duas casas na vizinhança
- trabalharam no mesmo lugar com, pelo menos, dois outros moradores do bairro
- trabalharam no mesmo lugar com, pelo menos, duas pessoas do mesmo sexo do bairro
- relacionavam-se voluntariamente com colegas de trabalho, nas horas de lazer (MILROY; GORDON, 2003, p. 121).<sup>524</sup>

Já Edwards (1992)<sup>525</sup>, ao analisar a variação linguística em um bairro afro-americano em Detroit, também por meio de redes sociais,

<sup>523</sup> O interesse em medir a força das redes sociais decorre do pressuposto de que a força ou a fraqueza dos laços entre os membros de uma rede reflete-se nas características linguísticas do grupo – redes cujos laços são fortes tendem a resistir a mudanças, e redes de laços mais fracos, tendem a viabilizar a mudança (MILROY; MILROY, 1998).

<sup>524</sup> “[...] • were members of a high-density, territorially based group (e.g., a bingo or card-playing group, a gang or a football team, or football supporters’ club); • had kinship ties with more than two households in the neighborhood; • worked in the same place as at least two others from the neighborhood; • worked in the same place as at least two others of the same sex from the neighborhood; • associated voluntarily with workmates in leisure hours”.

elegeu como critério de medição da força da rede a *participação na cultura do bairro*, constituindo, para isso, um *índice de cultura vernacular*, construído a partir de respostas a um conjunto de 10 perguntas, cinco delas projetadas para captar a integração física do indivíduo no bairro, e as outras cinco para captar a avaliação dos moradores do bairro acerca dos moradores dos bairros vizinhos; as respostas podiam variar de *fortemente em desacordo*, recebendo a pontuação mínima estabelecida pelo autor (1 ponto), a *fortemente de acordo*, recebendo a pontuação máxima (4 pontos). Comparando os trabalhos de Milroy, em Belfast, e o de Edwards, em Detroit, verifica-se, portanto, que pesquisas por meio de redes sociais podem constituir, metodologicamente, conjuntos de indicadores de integração nas redes bem diferentes. (MILROY, GORDON, 2003).

Muito resumidamente, pode-se inferir das diferentes configurações metodológicas dos trabalhos que representam essa orientação que não há um conjunto de procedimentos a serem seguidos na investigação da organização social: o que há é o princípio de que os padrões de variação podem ser explicados por ela. Justamente por isso o desafio desses estudos, como indica Bell (2001) (cf. 3.3.3.1), é assumir a concepção de que os usos linguísticos decorrem de questões locais e identitárias e, ainda assim, garantir um certo grau de generalização dos resultados – daí a conjugação de análise qualitativa e quantitativa nesses estudos, atraindo a crítica de que os procedimentos qualitativos adotados aqui ainda são “um método complementar” (FEAGIN, 2013, p. 33)<sup>526</sup> (secundário) à pesquisa quantitativa.

#### 3.4.3.2 A orientação qualitativa

Ao eleger como foco de investigação a variação estilística, tendo em vista um conjunto de recursos que participe do processo de produção de significado, o tipo de análise que se faz nos estudos de terceira onda parece ser bem diferente das análises das ondas anteriores, porque “o significado social da variação linguística se localiza no padrão qualitativo da variação estilística na interação e não no padrão

---

<sup>525</sup> Edwards, W. (1992) Sociolinguistic behaviour in a Detroit inner city black neighbourhood. *Language in Society*, 21, 93–115.

<sup>526</sup> “[...] a complementary method”.

quantitativo da variação linguístico-social do grupo” (SCHILLING, 2013, p. 339).<sup>527</sup>

Em busca do significado social de que participam os recursos linguísticos, especificado apenas na constelação de significados ideologicamente correlacionados do contexto social de uso da língua (cf. 3.3.3.2.2), o aspecto central desse tipo de análise é o próprio contexto da prática social, da prática linguística. Crenças culturais, expectativas, normas sociais, textos anteriores, os participantes da interação etc. passam, então, a ser vistos como elementos fundacionais dos usos linguísticos. Desse modo, rejeita-se, por exemplo, a visão de que sistema linguístico e sistema social são entidades apartadas (ou correlacionadas em apenas alguns pontos – cf. 3.2.1), e passa-se a compreender que essas instâncias são bidirecionais, de maneira que o contexto social não está fora da língua, nem a língua é prévia ao contexto.

A análise, então, começa pela própria busca de compreensão dos aspectos sociais, históricos e culturais que circunscrevem a prática linguística, uma vez que a questão central é investigar o que está subjacente aos usos, é explicar o *porquê* dos usos linguísticos. Por essa razão, nesse tipo de abordagem variacionista, as categorias de análise não podem ser definidas *a priori*, mas decorrem do próprio exame das práticas observadas. O meio pelo qual a análise qualitativa<sup>528</sup> dessa fase variacionista se realiza são procedimentos etnográficos: “a observação participante, o participante como protagonista da pesquisa, a imersão na cultura local por prolongado período de tempo, a busca por eventos típicos e atípicos e a análise por processos indutivos” (MATTOS, 2011, p. 35).

Um ponto a se destacar é que, embora o procedimento “imersão na cultura local por prolongado período de tempo” costume ser visto como um dos mais centrais da etnografia, Coupland (2007), mesmo reconhecendo a importância do tempo de pesquisa, adverte que o *exame*

<sup>527</sup> “[...] the social meaning of linguistic variation is located in the qualitative patterning of stylistic variation in interaction rather than the quantitative patterning of linguistic-social group variation”.

<sup>528</sup> Neste ponto, retome-se que as pesquisas de Baleeiro (1988) e de Silva (1997), embora sejam qualitativas, não estão sob o escopo dos pressupostos que caracterizam a terceira onda variacionista. Assim, o tipo de análise qualitativa feita por esses autores é bem diferente do tipo de análise feita por Bauman, por exemplo, e pelo que se recomenda, na terceira fase variacionista.

da constituição dos discursos de diferentes instâncias culturais, como a mídia, por exemplo, também se caracteriza como pesquisa etnográfica, relativizando, com isso, pelo que estamos compreendendo, a questão do tempo de pesquisa e/ou da própria participação *in loco* do pesquisador em uma comunidade, na empreitada etnográfica. Assim, tal como se indicou em relação ao conceito de comunidade de prática (cf. 3.2.4), nesse ponto também se verifica o movimento de se prescindir de requisitos físicos, como contato face a face, presença espaço-temporal etc., na própria prática etnográfica. A análise empreendida por Bauman (2001) parece ilustrar a questão da relativização do tempo de pesquisa, por exemplo, nos procedimentos etnográficos (cf. 3.3.3.2.1).

Também contribuindo para a perspectiva de Coupland, segundo a qual a análise de discursos pode ser compreendida como análise etnográfica, Mattos (2011), embora considere que etnografia demanda tempo, cita como *tipos de análise* que se pode empreender em pesquisas qualitativas cujos procedimentos são etnográficos, dentre outras<sup>529</sup>, (i) *análise de contexto* e (ii) *análise de discurso*, tipos de análises que “se misturam, como se seus procedimentos descritivos tivessem as mesmas origens e processos” (MATTOS, 2011, p. 32).

Esse excerto de Mattos parece corroborar não apenas a visão de Coupland quanto ao que conta como análise etnográfica, mas também faz ver que, apesar de algumas diferenças teóricas entre Eckert e Coupland (cf. 3.3.3.2.2), esses dois autores se encontram no tipo de análise qualitativa que praticam: Eckert focaliza a análise de contexto, ou seja, o *locus* da prática social; e Coupland volta-se para a análise de discursos – *tipos de análise que se misturam*, segundo Mattos.

Um tipo de desvantagem que se atribuiu à pesquisa qualitativa, por meio de procedimentos etnográficos, é justamente o ponto que a distancia das duas primeiras ondas variacionistas: o registro dos usos linguísticos tende a ser mais seletivo, o que significa que nem sempre há

---

<sup>529</sup> Outros tipos de análise, típicas da pesquisa qualitativa, são, segundo, Mattos (2011): microanálise etnográfica, análise documental, análise histórica, análise representacional, análise cultural, análise hermenêutica e análise crítica. A autora ainda cita análise sociolinguística e, embora não a especifique, destaca que ela geralmente está associada à análise de interações de sala de aula, sendo um tipo particular de análise cultural, ao que inferimos se tratar de uma referência à Sociolinguística Interacional.

dados suficientes para serem quantificados; conseqüentemente, aqui, emerge a questão de precisão e confiabilidade (FEAGIN, 2013).

Como essa não é uma preocupação dos estudos que se acomodam na terceira fase variacionista, a incorporação

*de pontos de vista etnográficos e construcionistas tem se fortalecido cada vez mais, resultando em mais atenção à forma como os dados e as análises são inevitavelmente moldados por métodos de pesquisa, pelos contextos de investigação e pelos próprios pesquisadores, e, por essa razão, tudo indica que o processo de trabalho de campo, muito provavelmente, não continuará a ficar em segundo plano, tal como tem sido tradicionalmente (FEAGIN, 2013, p. 35; grifos nossos).*<sup>530</sup>

Por todas as questões tratadas aqui, pode-se concluir que a incorporação de diferentes pressupostos teóricos e conceitos no estudos variacionistas faz com que as *técnicas de modelagem* de pesquisa e de *análise* sejam “*multinível*” e até discrepantes, podendo acomodar tanto a *orientação quantitativa* quanto a *qualitativa*, prescindindo, essa última, da primeira. “Estas são as palavras de ordem de uma nova onda de pesquisa e de análise” (TAGLIAMONTE, 2012, p. 356; grifos nossos)<sup>531</sup> na SV.

### 3.5 RETOMANDO E AVANÇANDO

Neste capítulo, procurei resgatar alguns dos principais pontos constitutivos do Programa de Pesquisa Variacionista, considerando suas primeiras delimitações e as sucessivas revisões pelas quais têm passado ao longo de mais de 50 anos de pesquisa. Assim, comecei revisitando alguns aspectos históricos do contexto de surgimento da própria

---

<sup>530</sup> “[...] However, as variationists increasingly incorporate ethnographic and social constructionist viewpoints into their work, more attention is being given to how data and analyses are inevitably shaped by research methods, research contexts, and researchers themselves, and so the fieldwork process most likely will not remain quite as backgrounded as it traditionally has been”.

<sup>531</sup> “[...] multilevel modeling techniques. These are the watchwords of a new wave of research and analysis”.

Sociolinguística, no interior da qual se localiza a SV, conforme a versão historiográfica que adotei. Apresentou-se então que, conquanto o campo sociolinguístico correlacione mundo social e mundo linguístico, o fato de ter nascido do esforço coletivo de diferentes campos (dialetoлогия, antropologia e sociologia) e, por isso, ter tido de enfrentar, em seus primeiros dias, uma disputa quanto à herança que cada campo deixaria ao filho coletivo, fez com que essa correlação (entre mundo social e mundo linguístico) se especificasse por diferentes vertentes sociolinguísticas, organizadas em dois polos: (i) o polo das vertentes que se voltaram para os aspectos sociais da língua (a macrossociolinguística), com foco nos campos antropológicos e sociológicos; e (ii) o polo da vertente que se voltou para o sistema linguístico da sociedade (microsociolinguística), com foco no campo linguístico. Dentre os diversos pesquisadores que participaram da fundação da Sociolinguística, Labov assumiu o posto de representante solitário desse último polo, passando a ser o precursor da vertente variacionista. Conforme a noção de *paradigma científico* de Khun (1998 [1962]), assinalou-se que, de um ponto de vista mais específico, as diferentes vertentes da sociolinguística podem ser vistas como diferentes paradigmas científicos.

Em seguida, na seção 3.1, considerei a gênese da vertente variacionista, destacando as seguintes inspirações de Labov, para a constituição do Programa de Pesquisa Variacionista: (i) alguns aspectos dos mesmos campos científicos que deram origem à sociolinguística (sociologia e antropologia); (ii) a combinação de pressupostos de diferentes correntes linguísticas (a histórica, a dialetológica, a estrutural e a gerativa), visualizada, em partes, pela corrente de influências que conecta Labov a Whitney; (iii) a experiência profissional como químico industrial, lavando-o à compreensão de que o mundo é racional e regular. À luz de todas essas influências, indiquei que Labov realizou seus primeiros estudos, em Martha's Vineyard (1963) e em Nova Iorque (1966), que, somados aos resultados dos trabalhos de Herzog e de Weinreich, constituíram os *Fundamentos empíricos para uma teoria de mudança linguística*, legitimando, de vez, a vertente variacionista, na década de 1960. A partir dessas considerações, passei, então, a especificar pressupostos, conceitos e métodos dos estudos labovianos e como, paulatinamente, esses aspectos, ao se voltarem cada vez mais para o sistema linguístico, foram atraindo críticas que, articuladas, culminaram na ampliação do escopo de interesse da vertente, a ponto de segmentá-la em três diferentes tradições de pesquisa, denominadas por Eckert *três ondas de estudos variacionistas*.



A partir disso, em 3.2 indiquei, panoramicamente, aspectos constitutivos do (primeiro) Programa de Pesquisa Variacionista e como, em 50 anos de trabalho, discussões sobre diferentes pontos desse programa culminaram em desdobramentos ou ampliações dele, chegando-se ainda a constituição de um *outro programa de pesquisa variacionista* – a terceira fase do campo. Assim, inicialmente, considere, do primeiro Programa de Pesquisa: (i) *o conceito de língua* (é um sistema estruturado, abstrato, constituído de regras variáveis, parte da competência linguística); (ii) *a concepção de variação* (é inerente à constituição do sistema linguístico, motivada por fatores linguísticos e extralinguísticos e pode ser modelada quantitativamente); (iii) *o foco do programa* (compreender como o sistema linguístico muda, por meio da compreensão dos padrões de variação); (iv) *o objeto de estudo* (de um ponto de vista mais amplo, a gramática ou o sistema linguístico como um todo; e, de um ponto mais específico, as variáveis linguísticas ou as restrições das regras variáveis); (v) *o locus* da pesquisa (a comunidade de fala); (vi) *o melhor tipo de dado* (o vernáculo, estilo típico de contextos informais e em que se presta o mínimo de atenção à fala); (vii) *o principal instrumento metodológico de obtenção dos dados* (a entrevista sociolinguística); (viii) a orientação *metodológica* (um conjunto de técnicas estatísticas e de análises multivariadas); (ix) *as questões empíricas a se enfrentar em uma Teoria de mudança linguística satisfatória* (a questão da restrição, a do encaixamento, a da transição, a da avaliação e a da implementação). Desse conjunto de aspectos, destaquei as primeiras problematizações da vertente, já no final da década de 1970, em torno do conceito de variável linguística ou, mais especificamente, em torno dos critérios definidores de suas formas variantes. Como visto, isso culminou na seguinte expansão do critério que delimita as formas variantes: de mesmo significado, para mesmo significado representacional e, na sequência, para comparabilidade funcional ou mesma função. Esse último critério abriu caminho para exame de fenômenos variáveis em níveis gramaticais cada vez mais altos, atingindo, assim, o nível discursivo, tendo, esse último termo (discurso), as seguintes acepções: (i) organização linguística acima da sentença, evocando a noção de texto; e (ii) uso linguístico na interação, envolvendo aspectos pragmáticos. Além disso, indicou-se também que a assunção do critério de comparabilidade funcional trouxe para o campo a problemática de ter de se lidar, em casos de variáveis discursivas ou de variantes multifuncionais, com a demarcação de funções, para o que se passou a convocar o conceito de *domínio funcional*. Por essa via, a SV passou, então, a manter um

diálogo mais direto com a abordagem funcionalista norte-americana, por exemplo, cunhando-se, no Brasil, inclusive, a abordagem *Sociofuncionalista*. A resposta de Labov a essa inclinação da SV para a abordagem funcionalista, no entanto, foi reiterar o critério de equivalência referencial das variantes, inclinando-se, assim, para uma abordagem cada vez mais estrutural (formal) da língua, segundo as referências adotadas neste texto.

Na sequência, ainda em 3.2, depois de examinar a literatura sobre os cinco problemas empíricos a que uma teoria de mudança precisaria responder – (i) *o problema da restrição*, (ii) *o problema do encaixamento*; (iii) *o problema da transição*; (iv) *o problema da implementação*, (v) o problema da avaliação – indiquei como Labov preferiu se voltar, na explicação da mudança, para o sistema linguístico, considerando que as explicações que procedem dele são mais claras e passíveis de serem provadas do que as que procedem dos aspectos sociais. Indicou-se ainda que o conjunto de pesquisas brasileiras sobre a expressão do futuro do presente parece ter produzido, mais detidamente, conhecimento sobre os três primeiros problemas, deixando de lado as questões do problema da avaliação. Considerando que esse último problema é o que mais suscita a contrapalavra de pesquisadores do campo, indicou-se como emerge no campo a concepção de *língua como prática social*, fazendo com que os recursos variáveis passem a ser considerados em relação a dinâmicas sociais particulares, a fim de se captar seu valor simbólico. Indicou-se, então, que, em consequência da incorporação dessa concepção, houve, nos estudos variacionistas, uma significativa alteração no próprio conceito de língua, já que o aspecto ideológico passa a ser visto como elemento fundante dos usos linguísticos; com isso, o significado social dos recursos linguísticos se converte em ponto de partida para o exame da variação.

Ainda em 3.2, discutiu-se sobre o *locus* da pesquisa variacionista e como a definição sobre esse aspecto se conecta com a questão da relação (ou da falta dela) entre indivíduo e sociedade, entre aspectos sociais globais e aspectos sociais locais do uso da língua. Assim, inicialmente, recuperei que, sendo o objeto de estudo da pesquisa laboviana o sistema linguístico usado socialmente, o *locus* da pesquisa é a comunidade de fala, ou melhor, a gramática da comunidade de fala, uma vez que se compreende que *a língua é social e não individual*. O foco de atenção das críticas, neste ponto, é a própria concepção de comunidade de fala, porque, dentre outros aspectos: falta à abordagem clara correlação entre indivíduo e sociedade, bem como, consequentemente, falta explicação sobre o papel da língua nessa

correlação. Das discussões suscitadas sobre esse tópico, o campo admitiu ser necessário o exame de práticas locais da vida quotidiana dos falantes, a fim de se captar como essas se correlacionam com a língua e com as categorias sociais globais. Apresentei, então, que isso gerou o realinhamento da pesquisa variacionista para *loci* que permitam justamente a observação de práticas locais: redes sociais e comunidades de prática, estabelecendo agora, como meta de trabalho, continuar captando a natureza regular do sistema linguístico abstrato, mas investigando também o significado social da variação em contextos socioculturais específicos. Avançando um pouco mais, indiquei também que o campo logo admitiu que a análise de usos da língua em contextos específicos evoca também discursos, tendo agora esse último termo a acepção de *perspectiva ideológica do falante frente às práticas de que participa*. Sendo, pois, contexto e discurso categorias analíticas inseparáveis, o campo, prescindindo de aspectos físicos (lugar espacial/geográfico, interação face a face etc.), admitiu, também como *locus* de pesquisa, a própria *prática discursiva*, tomando-a como prática de estilização dos recursos linguísticos, para projeção de identidades sociais. Das discussões desta seção, concluí que, mais importante que o tipo de *locus* que se elege para a pesquisa variacionista, é a concepção que se tem dele, uma vez que ele, por si só, não garante o foco da análise praticada.

Dada a relevância que a prática estilística assume nos estudos variacionistas, a ponto de as próprias abordagens sobre esse tipo de variação se confundirem com a terceira fase do campo, a seção 3.3 se dedicou ao tema da variação estilística. Assim, revisei, inicialmente, a perspectiva de Labov, com a abordagem de *Attention to Speech*, segundo a qual: (i) estilo é a variação verificada no indivíduo (intrafalante) – diferentemente da variação social, que é interfalantes –, promovida pela adaptação ao contexto, em decorrência do grau de atenção que se presta à fala; (ii) contexto é definido em termos de *continuum* de formalidade da situação de interação social, em cujos polos se presta o mínimo e o máximo de atenção à fala; (iii) a captação de diferentes estilos contextuais operacionaliza-se por meio da *entrevista sociolinguística*, um instrumento de coleta de dados desenvolvido para induzir e controlar diferentes contextos de uso da língua, orientados por diferentes níveis de atenção à fala, produzindo, conseqüentemente, diferentes estilos para fins comparativos, já que o estilo de principal interesse laboviano é o casual, o vernáculo; em virtude dessa *técnica de isolamento de estilos contextuais*, refinada com o desenvolvimento da estrutura organizacional denomina *árvore de*

*decisão*, indicou-se que o termo *contexto* se especializou, nos estudos labovianos, para indicar as diferentes situações que constituem a própria entrevista sociolinguística; (iv) o melhor método de investigação da variação estilística é o quantitativo, dado que o significado social desse tipo de variação, para Labov, não está em usos particulares, mas em proporções quantitativas que acompanham a variação social. Apesar do aparato metodológico para tratamento da variação estilística, destaquei que o foco da abordagem laboviana é a variação social. Na sequência, indiquei que as principais críticas a essa abordagem são, dentre outras, que: (i) a abordagem não é de natureza teórica, mas apenas metodológica; (ii) a mudança de estilo é vista como um fenômeno reativo; (iii) a variação estilística segue a mesma tendência (em termos de padrões) da variação social, com atuação dessa sobre aquela; (iv) a visão de contexto fica muito reduzida, já que passa a se referir ao material da entrevista sociolinguística; (v) o único fator que promove a variação estilística é *grau de atenção à fala*, cuja possibilidade de medição pode ser questionada; (vi) o *continuum* de variação estilística vai de formas vernaculares a formas padronizadas; (vii) o foco está no vernáculo, quando o repertório de fala cotidiana é cada vez mais amplo, dada a globalização, mídiatização e mobilidade; (viii) a crença no vernáculo, como uso inconsciente da língua, pode ser questionada.

Revisitei então as abordagens *Audience Design* e *Speaker Design*, que ampliam a abordagem laboviana, agrupando-as sob o rótulo de *abordagens multidimensionais*. Indiquei que a abordagem *Audience Design* concebe que: (i) sendo os recursos linguísticos marcadores de identidade, a variação estilística é um fenômeno social, porque é recurso para diferenciação social (diferenciação entre grupos e entre indivíduos de um grupo); (ii) esse fenômeno é mediado pela avaliação, que não se aplica primeiramente aos recursos linguísticos, mas aos valores sociais; (iii) o principal fator de promoção desse tipo de variação é a audiência com que se interage, tendo em vista a concepção dialógica da linguagem, segundo a qual o falante, sendo agentivo, é compelido a responder, em termos filosóficos, à audiência; (iv) a variação estilística é reflexo da variação social, embora a relação entre essas duas instâncias seja duplamente orientada (a variação social atua sobre a individual e a individual atua sobre a social); (v) o significado estilístico é o resultado da associação entre recursos linguísticos e grupos sociais ou indivíduos; (vi) a alternância estilística promove mudança de contexto, desfazendo a concepção de que cada contexto se constitui por um tipo específico de estilo. Como a análise da variação estilística, nesses termos, concilia a

análise quantitativa praticada na abordagem anterior com análise qualitativa, demanda o desenvolvimento de metodologia própria, além do enfrentamento do problema de ter de correlacionar a concepção de estilo como iniciativa dinâmica dos indivíduos com o objetivo de promover generalizações sobre esse tipo de variação. Embora algumas limitações dessa abordagem também sejam apontadas na literatura, sinalizei que ela já prefigura as abordagens *Speaker Design*, tomadas como o cerne da terceira onda variacionista, e cujas concepções são as de que: (i) a variação estilística está conectada a diversos sistemas ideológico-culturais da paisagem social e, por isso, o âmbito de sua investigação é o das realizações, das práticas humanas; (ii) uma ampla gama de fatores pode motivar variação estilística, embora o ponto de vista do falante seja o mais fundamental, dado que ele, sendo agente, está em constante processo de construção e projeção identitária, para o que a variação estilística é um dos recursos; (iii) identidade e estilo são processos, movimentos, do que decorre que todo uso linguístico é visto como performático e ideologicamente orientado; (iv) o foco de investigação são princípios e processos de diferenciação estilística, ao que se chega por meio do significado social da variação, depreendido de sua *padronização qualitativa*, já que, associado a cada recurso linguístico, há uma constelação de significados relacionados; (v) o ponto de partida da explicação estilística é o indivíduo, mas admitindo-se que aspectos locais e globais atuam conjuntamente para a configuração da paisagem sociolinguística, desfazendo-se, com isso, a possibilidade de separação precisa entre o que é individual e o que é social; (vi) os aspectos passíveis de análise são diversos (para além da variável linguística) convocando, como ponto central, a prática discursiva, conectada a determinadas posições sociais e pontos de vista; (vii) em virtude do aspecto anterior, há três tipos de enquadramento discursivo que orientam o processo de estilização, ou seja, o processo de seleção e de distribuição dos recursos linguísticos e de seus significados, na paisagem sociolinguística: (a) o quadro sociocultural, (b) o quadro de gênero e (c) o quadro interpessoal; (viii) há estilos relativamente mais estáveis e estilos mais fluidos; (ix) o contexto sociocultural é o centro da análise estilística e, sendo ele, em parte estruturado e em parte emergente, admite-se que estilo é um processo concomitante de criação de contextos e de resposta a eles; (x) o quadro mais específico de observação da prática estilística são os gêneros do discurso, pois eles são uma constelação de características e estruturas coocorrentes que se constituem a partir do contraste que mantêm com outras constelações; (xi) a análise de um gênero discurso requer: (a) exame de seu contexto

(sociocultural) de ocorrência, (b) dos aspectos não verbais que o constituem, (c) de seus efeitos funcionais (interacionais); (d) das categorias sociais evocadas por ele; (xii) aspectos como *lugar* da prática social e *autenticidade* dos dados são categorias cultural e discursivamente definidas, abandonando a natureza estática ou física desses aspectos; (xiii) o enquadramento das formas linguísticas não deve ser feito por meio de contínuos unidimensionais (usos locais, usos globais; formas vernaculares, formas padronizadas; oralidade, escrita), mas em termos de combinação de recursos linguísticos que, embora limitados, indiciam significados múltiplos; (xiv) em decorrência do tópico anterior, *tanto a multifuncionalidade das formas* envolvidas no processo de gramaticalização quanto o fato de diferentes formas exercerem a mesma função podem contribuir para o exame da variação estilística, uma vez que, se, no primeiro caso, se faz ver que as formas não são sempre as mesmas e, justamente por isso, podem participar de diferentes processos de estilização, no segundo caso tem-se que as diferentes formas podem se especializar em determinados contextos de uso, a depender da constelação de estruturas coocorrentes a que se associam.

Finalmente, na seção 3.4, indicaram-se as consequências metodológicas desse conjunto de ampliações no campo variacionista. Dentre elas, apresentou-se que, dos estudos de primeira aos estudos de terceira onda: (i) o objeto de estudo amplia-se de variável linguística a estilo, deslocando-se o interesse no sistema linguístico para a prática social, no âmbito da qual se observa a variação; (ii) com o deslocamento anterior, emerge a *perspectiva da particularidade dos usos linguísticos* (eles são específicos de contextos socioculturais) e *da totalidade do seu humano*, demandando, assim, a consideração de questões biológicas, socioculturais, cognitivas etc. para a explicação da prática linguística, o que conduz o campo, mais uma vez, para além de seus limites; (iii) o *locus* de pesquisa se desloca de comunidade de fala a redes sociais e comunidade de prática e, finalmente, desses, para o discurso; (iv) os dados deixam de ser prioritariamente os do vernáculo e passa-se a considerar infinitas possibilidades de tipos de dados (escritos, públicos, de internet etc.); (v) a mudança de concepção quanto ao tipo de dado válido para a pesquisa e a consequente entrada de dados escritos convoca explicações sobre a relação entre fala e escrita; (vi) afastando-se a preocupação inicial com a representatividade da amostra, passa-se de *amostragem aleatória* para *amostras de julgamento*, encaminhando o campo, na sequência, para a adoção de diferentes técnicas etnográficas de coleta de dados; (vii) a partir do aspecto anterior, relativiza-se

também a possibilidade de generalização de resultados, uma vez que as comunidades observadas tendem a ser estratificadas a partir de categorias sociais relevantes localmente; (viii) por fim, indicou-se que há três tipos de análises variacionistas para dar conta dos diferentes interesses que emergem no campo: (a) a prioritariamente quantitativa; (b) a que concilia interesses qualitativos e quantitativos, já que incorpora procedimentos etnográficos para a captação de aspectos relevantes para a dinâmica social observada; (c) a prioritariamente qualitativa, em busca do significado social da variação em práticas estilísticas específicas.

\*\*\*

Frente a todas essas questões, destaco duas implicações dessas reformulações no campo variacionista, conforme discorro de agora em diante. **A primeira** é uma importante ruptura epistemológica entre os estudos de primeira e de terceira onda: numa ponta, uma *concepção estrutural de variação*, representada pelos estudos de primeira onda, em que o foco é a explicação do sistema linguístico, ainda que também por meio de fatores extralinguísticos, e, na outra, uma *concepção discursiva de variação*, com os estudos de terceira onda, que, tomando *discurso* como *língua em sua integridade concreta* (estrutural, funcional, ideológica, histórica, cultural etc.), pode eleger como foco investigativo o significado social da variação, depreendido no âmbito de um quadro de *teorização da prática social*.

Desse modo, considerando que o *campo variacionista* emerge – em consonância com o clima intelectual que fundou a própria Sociolinguística – de pesquisas (LABOV, 1963; 1966) com forte viés antropológico e sociológico (estudos típicos de segunda onda), mas, posteriormente, se volta, em termos de prioridade, para uma leitura cada vez mais estrutural da variação (estudos de primeira onda), o florescer dos estudos de terceira onda suscita um conjunto de preocupações que parecem recuperar, de maneira renovada e intensa, tanto as questões típicas do próprio movimento que deu origem à Sociolinguística, com as quais Labov parece ter estado mais conectado em seus primeiros estudos, quanto as questões das vertentes que constituíram a

macrossociolinguística<sup>532</sup>, resgatando-se, assim, importantes pontos de interesse da Sociologia da Linguagem, da Etnografia da Fala e da Sociolinguística Interacional. Com isso, se o pensamento laboviano passou a creditar o *quantum* do que ocorre com a língua, em termos de variação e mudança, basicamente à atuação do próprio sistema linguístico, os estudos de terceira onda notadamente reintegram a posse da tópico ao trabalho social dos falantes.

Talvez uma importante indagação a se fazer seja por que reacende o interesse pelo quadro conceitual dos campos *antropológicos* e *sociológicos*, no âmbito dos estudos variacionistas, se há outras vertentes sociolinguísticas já em diálogo mais direto com eles, como a Etnografia da Fala ou a Sociolinguística Interacional. Uma possível resposta para tal indagação poderia ser a correlata, em alguns aspectos, conjuntura social entre o contexto de surgimento da Sociolinguística e da SV e os dias atuais: tal como lá, a terceira onda parece representar tanto uma reação ao formalismo com que a própria variação passou a ser tratada nos estudos labovianos quanto uma resposta ao conjunto de questões sociais que tem demandado dos linguistas, nos últimos anos, engajamento político e ético.

Nesse contexto, vejo a existência de diferentes ondas variacionistas como decorrente, dentre outras coisas, da própria evolução histórica do pensamento da vertente<sup>533</sup>, no que tange à compreensão da relação entre língua e sociedade frente às próprias características dessa última. Recuperem-se que o campo, por exemplo, nasce formalmente na década de 1960, num contexto pós Segunda Guerra mundial em que (i) os arranjos sociais estavam muito bem definidos e delimitados hierarquicamente, em termos de classe, região, sexo etc., (ii) a mobilidade social era pequena e (iii) o sistema capitalista desenvolvia mercados econômicos mundiais. Essas características sociais marcam a condição de mundo denominada *mundo moderno* e é sob esse escopo que a vertente se constitui e configura sua prática de pesquisa. (COUPLAND, 2007).

---

<sup>532</sup> Em consonância com essa nossa leitura, por exemplo, está o fato de Camacho (2013, p. 20) reunir as abordagens de Eckert e de Gumperz sob o mesmo rótulo: “perspectiva discursiva” dos estudos sociolinguísticos.

<sup>533</sup> Por *evolução histórica* estamos compreendendo *modificação histórica*, sem atribuir juízo de valor às diferentes fases do pensamento variacionista.



Contudo, o acúmulo de conhecimento no próprio campo tem apontado para novos aspectos da relação língua/indivíduo/sociedade a serem analisados frente aos novos modos de vida que caracterizam a “modernidade tardia”<sup>534</sup> e que evocam uma nova organização social, caracterizada, dentre outros fatores, por elevados níveis de mobilidade (geográfica e social), de complexidade, de fragmentação e de complicadas identidades, relações e instituições sociais (COUPLAND, 2007).

Assim, porque a “[...] modernidade tardia torna a vida mais contingente e imprevisível, e a epistemologia da construção social é uma resposta a ela” (COUPLAND, 2007, p. 30)<sup>535</sup>, a SV parece passar por diversas revisões quanto aos pressupostos, aos conceitos e aos métodos investigativos, a fim de levar a cabo, de maneira mais radical, o reconhecimento de que “[...] a evolução dos sistemas linguísticos ocorre em conexão sistemática com a situação sócio-histórica de seus falantes” (CONDE-SILVESTRE; HERNÁNDEZ-CAMPOY, 2012, p. 1).<sup>536</sup>

Nesse sentido, vejo, conforme resumidamente mostrado no quadro a seguir, uma série de mudanças entre a primeira e a terceira fase variacionista, indicando, conjuntamente, a emergência de um novo quadro epistemológico, se se pensar em termos de características prototípicas de cada uma dessas fases.

---

<sup>534</sup> Coupland (2007) admite preferir o termo “modernidade tardia” a “pós-modernidade”, para assegurar a compreensão de que se trata de uma nova fase do capitalismo. Além disso, o autor adverte que há, na teoria social, debates sobre se as mudanças sociais entre os períodos da modernidade e da modernidade tardia são, de fato, reais ou se dizem respeito ao modo de se olhar para o mundo. De toda maneira, o autor assume que, embora o mundo sempre tenha sido, em alguma medida, complexo e tenha possibilitado mobilidade social e geográfica, por exemplo, em termos de graus, o período denominado *modernidade tardia* acentua a complexidade das relações sociais, locais e globais.

<sup>535</sup> “Late-modernity makes social life more contingent and unpredictable, and the epistemology of social construction is a response to it”.

<sup>536</sup> “[...] the evolution of linguistic systems occurs in systematic connection to the socio - historical situation of their speakers”.

**Quadro 12:** Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas  
(continua)

<b>SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA</b>		
	<b>Perspectiva estrutural (primeira onda)</b>	<b>Perspectiva discursiva (terceira onda)</b>
Ótica investigativa	Linguística: descrição de fenômenos linguísticos, para produção de conhecimento sobre a língua enquanto entidade sistêmica e abstrata, com previsão de correlação, em alguns pontos, entre estrutura linguística e estrutura social	Discursiva: explicação de usos linguísticos situados, para produção de conhecimento sobre a prática social, uma vez que os usos da língua, tomada como sistema sócio-semiótico, são também uma prática social
Pressuposto metateórico sobre a concepção de realidade e de conhecimento	Realista	Relativista
Concepção de variação	Meio para a mudança linguística (foco na mudança)	Meio para a produção de significado social e para a diferenciação identitária (foco na variação)
Relação entre mudança linguística e mudança social	Compreender a evolução linguística permite compreender a evolução social	Compreender a organização social permite compreender a evolução linguística
Foco da abordagem	No uso da língua, com interesse sobre o que ele revela da estrutura linguística e sua correlação com a estrutura social	No uso da língua, com interesse sobre o que ela revela das relações sociais, interacionais, culturais, dos valores ideológicos, das relações de poder, das identidades sociais etc.
	Na mudança: não considerando a inovação	Na variação: considerando tanto a inovação quanto a mudança

**Quadro 12:** Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas (continua)

<b>SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA</b>		
	<b>Perspectiva estrutural (primeira onda)</b>	<b>Perspectiva discursiva (terceira onda)</b>
Relação entre indivíduo e sociedade	Tensão (epistemológica) – quase oposição – entre sociedade e indivíduo, com primazia daquela sobre esse	Relação de mútua constitutividade entre indivíduo e sociedade
O objeto de estudo	A variável sociolinguística	O estilo
O <i>locus</i> de pesquisa	Comunidade de fala: foco em aspectos sociais (em detrimento dos individuais)	Qualquer instância (comunidade de prática, rede social etc.) que pressuponha a prática discursiva – foco na relação entre indivíduo e sociedade, via linguagem
Tipo de dado válido	Predominantemente o vernáculo (uso menos consciente da língua)	Não há especificações – todos os usos (públicos ou privados; institucionais ou mundanos; orais ou escritos) podem ser examinados
Instrumento de coleta/geração de dados	Prioritariamente entrevista sociolinguística	Diversos, especialmente os etnográficos
Função da linguagem	Em primeiro plano, a representacional – porque o foco está no significado linguístico	Em primeiro plano, a social – porque o foco está no significado social da variação
Avaliação social	Incide apenas em fenômenos variáveis	É constitutiva da língua (porque há incorporação do componente ideológico na própria concepção de língua)

**Quadro 12:** Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas  
(continua)

<b>SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA</b>		
	<b>Perspectiva estrutural (primeira onda)</b>	<b>Perspectiva discursiva (terceira onda)</b>
	Relativamente homogênea em um grupo social	
		Em um grupo social, há compartilhamentos, mas não homogeneidade, porque a avaliação social é específica de dinâmicas sociais particulares, embora essas estejam em correlação com dinâmicas sociais mais amplas
	Seus efeitos incidem sobre a direção da mudança	Seus efeitos incidem sobre toda a paisagem linguística
	Pode ser mais ou menos consciente	Não se fala em usos inconscientes da língua
Enquadramento das formas variantes	Perspectiva de <i>continuum</i> unidimensional  vernáculo – padrão; uso informal – uso formal	Perspectiva multidimensional Combinação de recursos – cada forma indexando múltiplos significados (sociais e também funcionais)
Contexto	Operacionalizado em termos dos aspectos estruturantes do instrumento de coleta de dados (a entrevista sociolinguística)	Consideração de situações específicas de uso da língua e de um amplo espectro de fatores que os constituem (aspectos socioculturais, históricos, pragmáticos, linguísticos)
Relação entre língua e contexto social	São entidades separadas, mas que podem ser correlacionadas em alguns pontos	Não há separação nítida entre essas duas entidades

**Quadro 12:** Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas  
(continua)

<b>SOCIOLINGÜÍSTICA VARIACIONISTA</b>		
	<b>Perspectiva estrutural (primeira onda)</b>	<b>Perspectiva discursiva (terceira onda)</b>
Variação estilística	É a variação linguística, motivada pela adaptação, do indivíduo, ao contexto (da entrevista) Variação estilística fica em segundo plano (foco é a variação social)	É a variação linguística em geral, não havendo separação nítida entre variação social e estilística
	Vista a partir de uma perspectiva unidimensional, tendo em vista o critério <i>grau de atenção à fala</i> em relação ao contexto	Vista a partir de uma perspectiva multidimensional, porque está conectada a sistemas ideológicos diversos. Ocorre sob a influência dos seguintes aspectos, além da centralidade do ponto de vista do falante: (i) quadro sociocultural; (ii) quadro de gênero do discurso; e (iii) quadro interpessoal
	Foco no produto	Foco no processo
	O significado social desse tipo de variação está em proporções quantitativas	O significado social desse tipo de variação está em proporções qualitativas
Orientação analítica	Prioritariamente quantitativa (embora análise qualitativa esteja implicada)	Prioritariamente qualitativa (embora análise quantitativa esteja implicada)
Foco da análise	Em usos linguísticos socialmente regulares	Em usos linguísticos em situações particulares
Enquadramento nos polos da Sociolinguística	Microssociolinguística	Macrossociolinguística

**Quadro 12:** Resumo de alguns contrastes entre a perspectiva estrutural e a discursiva da variação linguística, no âmbito dos estudos variacionistas (conclusão).

<b>SOCIOLINGUÍSTICA VARIACIONISTA</b>		
	<b>Perspectiva estrutural (primeira onda)</b>	<b>Perspectiva discursiva (terceira onda)</b>
Grau de afastamento da linguística formal	Mínimo	Máximo
Tipo de sociedade a que se aplicam as concepções	A da modernidade	A da modernidade tardia ou radicalizada

Fonte: Elaboração própria

É tanto desse contraste quanto do contexto de mudanças sociais, indicando que, no século XXI, “[é] crucial entender que resposta o linguista tem a dar para a nova era de exigências de cidadania e política que se refletem no clamor das ruas” (CAMACHO, 2015, p. 24), que derivo o que, no meu entendimento, é a **segunda implicação** das reformulações pelas quais o campo vem passando, conforme se torna cada vez mais indisciplinar: harmonização com o pensamento linguístico-filosófico dos escritos bakhtinianos.

Recuperando brevemente deste capítulo algumas menções explícitas que os pesquisadores variacionistas fazem a esses escritos, encontramos, por exemplo: (i) Bell (2001)<sup>537</sup>, Zhang (2005; 2008) e Coupland (2007), assumindo a concepção dialógica da linguagem; (ii) Coupland (2001; 2007), admitindo que o quadro bakhtiniano é sugestivo e emancipatório para as discussões sociolinguísticas atuais sobre estilo; (iii) Roberts e Street (1998), considerando que a relação entre fala e escrita é dialógica, em termos bakhtinianos. Para além das menções explícitas, verifica-se também inúmeras ressonâncias dos escritos bakhtinianos nos trabalhos de Irvine (2001) e de Bauman (2001), ao focalizarem, respectivamente, (i) análise da paisagem sociolinguística a

---

<sup>537</sup> Resgate-se que, embora esse autor seja visto como representante dos pressupostos típicos dos estudos de segunda onda, ele também prefigura os estudos de terceira onda, sendo, pois, uma importante via para a ascensão das questões dessa última fase variacionista.

partir de quadros socioculturais e ideológicos específicos e (ii) análise de gêneros do discurso.

O campo bakhtiniano, desse modo, parece ser bastante profícuo para as novas questões do campo variacionista porque ele, por um lado, é uma *filosofia da responsabilidade* (HOLQUIST, 1993); e também porque ele, por outro lado, fornece muitos elementos (de filosofia à metodologia) para a compreensão dos principais pontos de interesse da terceira fase variacionista, conforme se argumenta nesta tese.

Assim, se essa fase variacionista toma como prioridade a questão identitária, bem como a necessidade de se teorizar sobre a relação entre indivíduo e sociedade, os estudos bakhtinianos apresentam uma filosofia sobre sujeito, tomando-o como radicalmente individual e, ao mesmo tempo, radicalmente social; se o foco dessa fase variacionista são os movimentos estilísticos, ou seja, os usos performáticos da língua, o campo bakhtiniano reflete sobre a relação entre experiência e representação da experiência em contextos socioculturais específicos; se o *locus* de investigação da prática estilística é a prática discursiva ou, mais especificamente, os gêneros do discurso, os estudos bakhtinianos apresentam um amplo quadro filosófico e teórico-metodológico para o exame desses; se, por fim, dentre outros muitos aspectos, o exame da variação linguística demanda a consideração das relações entre significado social, formas e funções, principalmente no caso de variação que envolve formas multifuncionais em decorrência do processo de gramaticalização, os gêneros do discurso parecem ser a instância adequada de onde se pode depreender tal relação.

Por tudo isso é que, (i) frente às demandas do “limiar de uma nova era [...] que está nos levando para além da própria modernidade” (GIDDENS, 1991, p. 8), convocando, assim, dos linguistas novas respostas, e (ii) frente ao conjunto de interesses que ocupam a mais recente fase variacionista, *Bakhtin parece poder ser lido como umarauto da sociolinguística [pós] moderna* (BELL, 2001).

Com isso, depreende-se que, para além das demandas suscitadas pelo próprio fenômeno em variação/mudança tomado como objeto de reflexão nesta tese, conforme se argumentou no Capítulo 1, é o campo variacionista que entra em direto diálogo com o bakhtiniano. É nesse contexto que o próximo capítulo desta tese (Capítulo 4) recupera alguns dos principais pontos de discussão dos Escritos do Círculo de Bakhtin.





## CAPÍTULO 4

### OS ESCRITOS DO CÍRCULO DE BAKHTIN: O MATIZ DIALÓGICO PARA A ANÁLISE DA LÍNGUA(GEM)

“[V]iver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiológicamente”  
(BAKHTIN, 2011 [1979], p.174).

“Distinguimos as pessoas com base *na nossa percepção* de suas qualidades, crenças, atitudes e ações” (ECKERT, 2016, p. 6; grifos nossos).<sup>538</sup>

## INTRODUÇÃO

Considerando que há diferentes vertentes teórico-metodológicas no âmbito dos estudos linguísticos que se dedicam ao estudo do discurso, conforme já mencionado no Capítulo 1, indicou-se, no capítulo precedente, um possível alinhamento mais direto entre a terceira fase dos estudos variacionistas e os escritos bakhtinianos (BAKHTIN, 2015 [1929]; 2014 [1934-1935]; 2011 [1979]; 2011 [1974]; 2011 [1970-71]; 2011 [1952-53]; 1993 [1919-1921]; BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]; MEDVIÉDEV, 2012 [1928]; VOLOCHÍNOV, 2013 [1930]; 2013 [1928]; 2013 [1926], dentre outros), também do ponto de vista teórico. Por essa razão, este capítulo *objetiva* revisitar o campo dialógico dos estudos linguísticos.<sup>539</sup>

No Brasil, esses escritos russos dão origem a uma vertente de análise do discurso que tem sido identificada como *Análise Dialógica do Discurso* (ADD) e que se consolida especialmente pelos trabalhos de Brait (2005; 2006; 2010a; 2010b 2012a; 2012b; 2013), Grillo (2012); Faraco (2005; 2009; 2011; 2012), Rodrigues (2001; 2004; 2005),

<sup>538</sup> “We distinguish people based on our perception of their qualities, beliefs, attitudes, and actions”.

<sup>539</sup> Ressalve-se que a visita ao campo dialógico orienta-se pelo propósito mais amplo desta tese, que é refletir sobre o tópico variação/mudança linguística. Assim, com esse foco, adverte-se que muitos pontos desse campo são recuperados brevemente e outros nem são mencionados. Ao leitor especializado nesse campo, portanto, a sensação de incompletudes, durante a leitura, é inevitável.

Acosta-Pereira (2013), dentre diversos outros. A esses (russos e brasileiros), tomo como referência para as questões deste capítulo, que objetiva apresentar, panoramicamente, algumas das principais concepções da perspectiva dialógica da linguagem, desenvolvida no âmbito do que se conhece na literatura como *Círculo de Bakhtin*.

Contextualizando brevemente o *Círculo*, pode-se dizer que o conjunto de *escritos do Círculo* (doravante, EC) se refere a um arcabouço teórico-reflexivo sobre as relações existentes entre linguagem, sujeito, sociedade e cultura, postulado por um grupo multidisciplinar de intelectuais russos que se reuniram regularmente de 1919 até 1929, embora a produção intelectual, principalmente de Bakhtin, tenha se estendido até 1974 (RODRIGUES, 2005; FARACO, 2009; BRAIT, 2010a).

Desse grupo de literatos, filólogos, filósofos, artistas e músicos participaram Mikhail Bakhtin (1895-1975), Valentin N. Volóchinov (1895-1936), Pavel N. Medviédev (1891-1938), Matvei I. Kagan (1889-1937), Lev V. Pumpiánski (1891-1940), Ivan I. Sollertínski (1902-1944), Maria Iúdina (1899-1970), K. Váguinov (1899-1934) e B. Zubákin (1894-1938), embora os componentes do grupo nem sempre fossem os mesmos ao longo dos anos (FARACO, 2009; BRAIT, 2010a, 2012b; GRILLO, 2012).<sup>540</sup>

Reunindo-se informalmente, esse grupo, batizado apenas posteriormente de *Círculo de Bakhtin*, engendrou um “cadinho de ideias inovadoras, numa época de muita criatividade nos domínios da arte e das ciências humanas” (YAGUELLO, 2014, p. 11), a despeito de “todas as desgraças que resultaram das transformações da URSS – revolução bolchevique, guerra civil, guerras mundiais, stalinismo e guerra fria” (ARÁN, 2014, p. 4).

Fortemente dedicado à reflexão da atividade estética, o grupo promoveu “engenhosas, inovadoras e surpreendentes formulações teórico-filosóficas” (FARACO, 2011, p. 21) sobre o tópico, principalmente por tomar o social, o histórico e o cultural como inerentes ao objeto estético, numa época em que ele era visto do ponto de vista de seus elementos constitutivos internos (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]). De maneira geral,

---

<sup>540</sup> Uma detalhada cronologia da vida e das obras desse grupo pode ser conferida em Morson e Emerson (2008) e também em Ponzio (2011a).

Bakhtin e seus pares não podiam concordar, basicamente, com a ideia de que o estético-formal exclui necessariamente o social, o histórico, o cultural. Ou seja, com a ideia de que o social, o histórico, o cultural são estranhos ao específico da arte. (FARACO, 2011, p. 22).

É a partir desse ponto de vista (filosófico) que os autores promovem contribuições para o campo da linguagem, tomando-a também como uma atividade estética. Com isso, os russos afastaram dela formulações metafísicas, psicologizantes e empirizantes, e convocaram justamente uma base histórico-cultural a partir da qual ela é repensada - cf. Morson e Emerson (2008).

Nesse contexto, o que se caracteriza como *pensamento bakhtiniano* ou *Círculo de Bakhtin* “são os temas de interesse, as perguntas de pesquisa, o modo de se buscar as respostas em diálogo constante entre pesquisadores de diferentes áreas” (GERALDI, 2013, p. 11), o que significa que, de modo nenhum, se trata de uma *escola acadêmica* ou de um grupo do qual Bakhtin era o líder: “trata-se muito mais de um grupo, de uma intensa e afinada colaboração, em clima de amizade, em pesquisas comuns, a partir de interesses e competências diferentes” (PONZIO, 2011b, p. 46). Por isso, o termo *bakhtiniano* não deve ser correlacionado a um autor, a uma identidade específica, mas um pensamento filosófico e teórico-metodológico específico.

Dentre os integrantes do Círculo, Bakhtin, Volochínov e Medviédev são os mais conhecidos (GRILLO, 2012), não apenas pela representatividade que exercem do grupo<sup>541</sup>, mas também pela confusão que conseguiram produzir quanto à autoria de alguns de seus textos<sup>542</sup>. Por esse motivo, revisita-se nesta tese essa “nova maneira de enfrentar a

<sup>541</sup> Segundo Ponzio (2011b, p. 49), junto a Bakhtin, Volochínov e Medviédev são “as vozes” do Círculo e vozes igualitárias.

<sup>542</sup> Embora algumas obras sejam indiscutivelmente de Bakhtin, a autoria de algumas outras obras são verdadeiros enigmas (cf. BRAIT, 2012b). Como o trabalho entre os pesquisadores do grupo era coletivo e uma de suas principais teses é a de que tanto o *mundo* quanto o *estilo de escrita* são dialógicos (TODOROV, 2011), o enigma das assinaturas das obras acaba por colocar em prática a concepção de *caráter semi-alheio* da palavra (cf. discussão em 4.1.2). À vista disso, o que menos importa quanto ao pensamento bakhtiniano, segundo Ponzio (2011b), é a paternidade ou os autores empíricos das obras do Círculo. Associo-me, neste texto, a esse ponto de vista.

linguagem” (BRAIT, 2012b, p. 12), a partir dos *dois grandes projetos intelectuais*<sup>543</sup> que resultam das obras do Círculo, segundo Faraco (2009), principalmente pelo trabalho desses três russos, em duas diferentes frentes<sup>544</sup>:

- (i) da parte de Bakhtin, a tentativa de construção de uma filosofia pautada na crítica ao teoreticismo, ou seja, às “objetificações da historicidade vivida, obtidas pelos processos de abstração típicos da razão teórica” (FARACO, 2009, p. 16); e
- (ii) da parte de Volochínov e de Medviédev, contribuições para a construção de uma teoria marxista sobre o processo de criação dos fenômenos ideológicos ou, em outros termos, “uma teoria das manifestações da superestrutura” (FARACO, 2009, p. 17), ponto, até então, frágil na abordagem marxista.<sup>545</sup>

Desse contexto de produção, sem nos ater à historiografia das obras do Círculo, interessa-nos o conjunto de considerações que envolvem a concepção de *enunciado*, qualificado como a unidade

<sup>543</sup> Sabe-se que há outros modos de reunir o conjunto das obras bakhtinianas – cf., por exemplo, Brandist (2002) e Morson e Emerson (2008). E sabe-se também do risco que se corre ao se compactuar com a ideia de que (apenas) dois grandes projetos representam toda a abrangência das obras bakhtinianas. No entanto, seguimos na esteira de Faraco (2009), quanto ao modo de apresentação dos EC, porque, por meio da menção a esses dois grandes projetos, contempla-se o conjunto de conceitos (dos EC) relevantes para os fins desta tese.

<sup>544</sup> Destaque-se que a produção dos EC se opõe a dois tipos de pensamento filosófico-linguístico: o *subjetivismo individualista* e o *objetivismo abstrato*. (Para informações sobre isso, cf. Volochínov (2013a [1928]) e Bakhtin ([VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]).

<sup>545</sup> Faraco (2009) observa que Bakhtin não se filiou a uma abordagem marxista, o que ocorreu, explicitamente, com os escritos de Volochínov e de Medviédev. Nesse sentido, há estudos que discutem reverberações, das obras do Círculo, de cunho fenomenológico (Bakhtin) e de cunho marxista (Volochínov e Medviédev). Neste texto, contudo, a especificação do que considerou cada um dos autores do Círculo escapa aos nossos objetivos. Assim, apenas em pontos específicos, como no caso da apresentação dos dois grandes projetos intelectuais do Círculo, são apresentadas as contribuições típicas de cada autor. Ao longo do capítulo, a referência é, de modo geral, ao *pensamento do Círculo*.

concreta e real da comunicação discursiva, ou, mais especificamente, interessa-nos o conceito de *gêneros do discurso*, tendo em vista seus aspectos constitutivos, seu papel e lugar na vida social e no desenvolvimento da linguagem<sup>546</sup>, já que esses são formas típicas, relativamente estáveis e normativas de enunciados.

Adotando, desse modo, a visão de Faraco (2009) de que o conjunto dos EC se organiza em torno de dois grandes projetos intelectuais, tendo em mira a concepção de gêneros do discurso e, considerando que, nesse conjunto de questões, “nenhum conceito significa isoladamente” (BRAIT, 2012a, p. 11), mas todos são “tratados na sua inter-relação” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 178), este capítulo se organiza da seguinte forma: em 4.1, explanam-se os principais eixos da filosofia bakhtiniana, e como deles deriva a concepção dialógica de linguagem; em 4.2, revisita-se a teoria das manifestações da superestrutura, a partir da qual se apresentam, sempre retornando à perspectiva dialógica de linguagem: (i) a concepção sócio-histórico-cultural de linguagem, (ii) a constituição sócio-ideológica da consciência, (iii) a relação estabelecida entre *língua, pensamento, sujeito, sociedade*; em 4.3 especificam-se os aspectos constitutivos do enunciado; em 4.4, os aspectos que envolvem os gêneros do discurso; em 4.5 indicam-se algumas diretrizes metodológicas; e, por fim, em 4.6, sintetiza-se o capítulo.

#### 4.1 O PRIMEIRO PROJETO INTELECTUAL: A FILOSOFIA DE BAKHTIN

Nesta seção, apresenta-se o que Faraco (2009) considerou ser o *primeiro projeto intelectual* dos EC, a saber: a filosofia bakhtiniana. Assim, organiza-se a seção do seguinte modo: em 4.1.1 apresentam-se os eixos dessa filosofia; em 4.1.2, considera-se a concepção dialógica da

---

<sup>546</sup> Informa-se ao leitor que, no âmbito dos EC, não se faz distinção entre *língua* e *linguagem*, conforme se apresenta em 4.2.1. Neste capítulo, portanto, esses termos são acionados alternativamente. Além disso, adverte-se que, até a seção 4.3, em que se especifica a concepção de *enunciado*, tomam-se os termos *língua, linguagem, signo linguístico* e *palavra* também como termos alternativos a ele (enunciado), em referência à noção de *língua em seu uso efetivo*. Os aspectos implicados nesse uso e que particularizam a noção de enunciado são apresentados ao longo do capítulo.

linguagem constituída no âmbito dessa visão filosófica; e, por fim, em 4.1.3, especifica-se a concepção de discurso para os EC.

#### 4.1.1 A filosofia bakhtiniana

Segundo Faraco (2009), os primeiros textos de Bakhtin, *Para uma filosofia do ato* (1919-1921) e *O autor e o herói na vida estética* (1920-1923), apontam para o desejo de se construir uma reflexão filosófica ampla, cujos eixos nucleares se fazem presentes em todas as obras do autor e orientam, inclusive, a concepção de linguagem formulada pelo Círculo. Esses eixos são: (i) a unicidade e eventicidade do Ser; (ii) a contraposição eu/outro; e (iii) o componente axiológico<sup>547</sup> intrínseco ao existir humano.

Um importante aspecto a se considerar para a compreensão de cada um desses eixos é que a filosofia bakhtiniana parte da crítica ao dualismo existente entre *mundo da teoria* (ou seja, o “mundo da cultura”, o mundo em que os atos concretos de nossa atividade são objetificados na elaboração teórica de caráter filosófico, científico, ético e estético”) e *mundo da vida* (ou seja, “o mundo da historicidade viva, o todo real da existência de seres históricos que realizam atos únicos, irrepitíveis, o mundo da unicidade irrepitível da vida realmente vivida e experimentada”) (FARACO, 2009, p. 18). Conforme entende Bakhtin, esse dualismo faz com que esses dois mundos não se comuniquem, uma vez que o mundo da vida torna-se inapreensível pelo mundo da teoria, já que este, na tentativa de fazer abstrações, rejeita justamente a historicidade viva de eventos irrepitíveis.

Sendo assim, a única maneira de superar esse dualismo, para o filósofo russo, é vincular *razão teórica* e *razão prática* (LIAPUNOV, 1993; FARACO, 2009), recuperando, concomitantemente, a unicidade e a integridade do ser e do evento, como se lê no seguinte excerto: “[a] desunião perniciosa e a não interpenetração da cultura e da vida pode ser

---

<sup>547</sup> Segundo Faraco (2009), *axiologia*, nos EC, é adjetivo que equivale à *ideologia*. Para Acosta-Pereira e Rodrigues (2014), *axiologia* equivale a *valoração*, *avaliação*, sendo a ideologia mediada pela avaliação/valoração/axiologia. Como, dessas duas considerações, percebe-se imbricação entre axiologia, ideologia e avaliação (embora os termos não se reduzam a uma mesma coisa), neste capítulo, usam-se os termos axiologia e ideologia alternadamente, para fazer referência ao universo de valores sociais que constituem os sujeitos.

superada apenas recuperando-se *a integridade do ato de nossa atividade*” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 14; grifos nossos). É, pois, em busca da integridade dos atos humanos que está o pensamento bakhtiniano.

Como consequência disso, na base dessa filosofia está a crítica ao racionalismo, ao pensamento que só se interessa pelo que é universal, geral, sistêmico e objetivo, em desconsideração ao que é singular, evêntico, individual e subjetivo. Nos termos de Bakhtin (1993 [1919-1921], p. 65), “não existe o ‘homem-em-geral’; *eu* existo, e um *outro* particular concreto existe”. A partir dessa premissa, essa filosofia reconecta o que se separou em decorrência do *abismo que se criou entre mundo da vida e mundo da teoria*: o “conteúdo-sentido” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 14) ou “o motivo do ato realmente realizado ou ação e o seu produto” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 72), ambos correlacionados ao momento único e irrepitível em que se realizam.

Para Faraco (2009, p. 20), “a insistência de Bakhtin no trato do singular, do único, do irrepitível tem como base uma extensa reflexão sobre a existência do *ser humano concreto*” que, ao se perceber único em sua existência, ou seja, ao perceber que não tem alibi, é compelido a não ser indiferente, ou seja, a ter uma “consciência participativa” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 68) e, assim, *agir* ou *responder* (/ação-resposta) – termos que fazem referência, nos EC, ao próprio ato de pensar.

O importante a destacar até aqui é que toda realização, em forma de *ação-resposta* (/pensamento), da unicidade do ser – unicidade no sentido de “um todo que não se repete em lugar nenhum” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 55) – se dá *na ação*, no *ato individual*, de um *momento único, evêntico* (FARACO, 2009), sendo ele (o ato realizado), justamente por isso, o elemento que afasta da filosofia bakhtiniana qualquer aspecto abstrato, já que

[o] ato realizado concentra, correlaciona e resolve dentro de um contexto unitário e único, e, desta vez, contexto final, [...] o universal e o individual, o real e o ideal, porque tudo entra na composição de sua motivação responsável. O ato realizado constitui uma passagem, *de uma vez por todas*, do interior da possibilidade como tal, para o que

ocorre uma única vez. (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 46; grifos do autor).<sup>548</sup>

Tem-se, assim, o primeiro eixo da filosofia bakhtiniana: a reconsideração da unicidade e da eventicidade do *Ser que se realiza, agentivamente*, em “cada pensamento meu (cada experiência vivida, cada ato), [...] [e] constitui [...] minha ação ou realização individualmente responsável [...] composta como uma ação-realização ininterrupta” (p. 14). Postula-se, com isso, a concepção de *Ser-evento*, cuja condição é “obrigatoriamente” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 59), a de dar uma *ação-resposta*: “eu sou real e insubstituível, e, portanto, devo realizar minha unicidade [...] devo agir do meu próprio lugar único, mesmo que eu faça isso apenas interiormente” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 59).

Contudo, para que o *Ser-evento* e o ato ou ação se realize, “precisa entrar em uma interconexão essencial com uma avaliação real” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 51), porque a *ação-resposta* é sempre um efeito de *compreensão* e, essa por sua vez, é inseparável da *apreciação*: “[é] impossível uma compreensão sem avaliação [...]: elas são simultâneas e constituem um ato único integral”. (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 378).<sup>549</sup>

Disso decorre que toda ação-resposta do ser humano, resultante de compreensão/avaliação, deve ser feita com *responsabilidade*, “na qual e pela qual [...] realmente [se] viv[e]” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 30), isto é: por não contar com um alibi para sua existência, por não poder se esconder, o humano concreto é convocado, em todos os seus atos, a uma *ação responsável*, assumindo/assinando o que pensa (valorativamente), de forma que “responsabilidade e responsabilidade são duas faces de uma mesma moeda” (MIOTELLO, 2011, p. 28), nos EC.

Por essa condição, todo ato responsável precisa ser a “experimentação de uma experiência como minha” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 54), isto é, precisa ser a experimentação de uma

---

<sup>548</sup> Por essa explicação se compreende, por exemplo, porque os EC não fazem distinção entre *língua* e *linguagem*: ambas se explicam e se justificam apenas enquanto ato realizado, isto é, apenas no uso real e concreto.

<sup>549</sup> Cf. Acosta-Pereira e Rodrigues (2014) para informações sobre como a ideologia (e a linguagem) são mediadas pela valoração/avaliação/apreciação.



experiência a partir do meu ponto de vista, do meu universo de *valores*, porque nisso está a *integridade* ou o *conteúdo-sentido* de toda ação-resposta, dada a interconexão entre um conteúdo e o seu valor para aquele que o pensa.

E nisso está também a conexão entre *motivo do ato* (ação-resposta) e o *seu produto*, porque esse recebe o *tom* ou a *entonação* da apreciação a partir da qual o sujeito vive uma experiência. Sendo, pois, o *tom* a “expressão [...] da valoração social” (VOLOCHINOV, 2013[1930], p. 175) que um sujeito imprime aos seus atos, todo ato humano é fundamentalmente expressivo, de maneira que “[o] real pensamento [...] é [...] um pensar que entona, e essa entonação impregna de maneira essencial todos os momentos do conteúdo de um pensamento” (p. 51-52; grifos do autor).

Não sucede disso que a ação de valorar a experiência vivida e expressar essa valoração sejam atos da consciência (cf. 4.2.2) individual, uma vez que “toda consciência viva encontra valores culturais já prontos à mão, como dados a ela, e toda a sua autoatividade se resume em reconhecer a sua validade em si” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 53). Assim, a consciência viva é uma consciência cultural; por conseguinte, a experimentação de qualquer experiência e o tom valorativo conferido a ela só pode ganhar sua unidade dentro da unidade da cultura (sobre a concepção de cultura, nos EC, cf. 4.2.3).

Da visão de que a consciência humana se funda culturalmente, decorre a concepção de que toda ação é ininterrupta, porque é apenas um evento do “simpósio universal” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 348) da existência humana que impinge aos sujeitos sempre estar em relação ao outro. Isso aponta para o fato de que o sujeito, apesar de sua unicidade, não vive só para si, mas *radicalmente em relação à alteridade*, sendo ela, inclusive, a própria condição de sua realização, dado que “[o] próprio ser do homem [...] é *convívio mais profundo*. Ser significa *conviver*. [...] Ser significa ser para o outro e, através dele, para si” (BAKHTIN, 2011 [1979], p.341; grifos do autor). Tem-se, assim, na relação eu/outro, o segundo eixo da filosofia bakhtiniana, e o eixo a partir do qual ela constitui uma verdadeira *revolução* para os estudos

linguísticos, pois desloca a centralidade do *eu*, marcante na linguística geral<sup>550</sup>, em prol da centralidade da relação *eu-outro* (PONZIO, 2011a).

Por fim, cabe destacar que, dada a concepção de que a avaliação é indissociável da compreensão humana, estabelece-se que “[o] *eu* e o *outro* são, cada um, um universo de valores” (FARACO, 2009, p. 21), sendo, pois, o terceiro eixo da filosofia bakhtiniana a premissa de que o componente axiológico é intrínseco ao existir humano.

Por conseguinte, cada ato do Ser-evento, ao pressupor a relação *eu/outro*, pressupõe também *valores em contraposição* (os meus e os do outro). Como isso demanda tomada de posição social por parte dos sujeitos, emerge o seguinte axioma nos EC: “viver significa ocupar uma posição axiológica em cada momento da vida, significa firmar-se axiológicamente” (BAKHTIN, 2011[1979], p. 174).

É nesse contexto que se assume a premissa de que qualquer ato humano – por sempre pressupor a presença do outro e uma relação (de contraposição) entre universos de posições valorativas, entre diferentes “pontos de vista e juízos de valor” (BEZERRA, 2015, p. xviii) – só pode ocorrer sob a forma de “*diálogo*” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1930], 163), tomando esse termo não em sentido estrito, ou seja, como uma interação face a face ou como a troca de turno entre os falantes – embora essas sejam metáforas para o complexo das relações dialógicas (FARACO, 2009) –, mas enquanto *categoria constitutiva* da própria existência humana.

Segundo essa perspectiva, então, “*tudo na vida é dialógico, ou seja, contraposição dialógica*” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 49; grifos do autor), tratando-se, por isso, de uma filosofia que extrapola os limites propriamente linguísticos, já que se refere a uma visão de mundo, cuja grande metáfora é a do diálogo. É nesse contexto filosófico que se constitui, então, a concepção de linguagem dos EC, conforme se apresenta a seguir.

#### 4.1.2 A concepção dialógica de linguagem

Do quadro filosófico anteriormente apresentado emerge a *concepção dialógica de linguagem*, segundo a qual todo uso efetivo da

---

<sup>550</sup> Por *linguística geral*, nesse excerto, estamos compreendendo uma referência aos pensamentos filosófico-linguísticos *objetivista abstrato* e *subjetivista individualista*, contra os quais os EC se insurgem.

língua, enquanto ato humano<sup>551</sup>, é socialmente orientado, já que “serve de expressão a *um* em relação ao *outro*” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 117; grifos do autor); ou, em outros termos, segundo a qual a língua “nasce, vive e morre no processo de interação” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 86). O processo de interação, por sua vez, só pode ocorrer entre indivíduos que pertencem a uma sociedade organizada e que se encontram em uma situação social específica: “[é] apenas sobre este terreno preciso que a troca linguística se torna possível” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 72). (cf. 4.2.3).

Inserida, portanto, no quadro das relações sociais organizadas, a interação nunca ocorre entre sujeitos isolados ou autossuficientes (FARACO, 2005b; 2009), mas entre sujeitos que, constituídos sócio-historicamente, são, cada um, um universo *socioaxiológico*, isto é, um universo *de posições sociais valorativas*. A interação social, em vista disso, é sempre um processo de *contraposição* (de luta, de disputa) entre diferentes posições sociais.<sup>552</sup> Por esse motivo, toda interação refere-se à “dinâmica de múltiplas inter-relações responsivas entre posições socioavaliativas [dado que] pelo olhar bakhtiniano, não se trocam mensagens [nas interações] mas se dialogizam axiologias” (FARACO, 2005b, p. 219) (cf. 4.2.2 e 4.3.1).

Como é “através da palavra” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 117) que a interação se efetiva, dado que ela é a “ponte lançada entre mim e o outro [...] o território comum do locutor e do interlocutor” (p. 117), toda a estrutura dos usos efetivos da língua se constitui como “produto da interação” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 116). Daí a convicção dos EC de que “a verdadeira substância da língua [é] o fenômeno social da interação” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 127).

A concepção dialógica da linguagem postula, portanto, que, como

<sup>551</sup> *Ato*, no âmbito dos EC, também é referido por *atividade*, dada a acepção de ato como *ação-realização*.

<sup>552</sup> Note o leitor que, pelo fato de a interação social, para os Escritos do Círculo, pressupor contraposição entre *diferentes posições sociais*, e não entre diferentes *sujeitos empíricos*, pode-se admitir que até quando um sujeito fala, pensa consigo mesmo está em processo de interação social porque ele mesmo (o eu) sempre se constitui em relação ao outro (cf. mais informações sobre essa questão em 4.2.2).

a nossa própria ideia – seja filosófica, científica, artística – nasce e se forma no processo de interação e luta com o pensamento do outro, [...] *isso não pode deixar de encontrar o seu reflexo também nas formas de expressão verbalizada* do nosso pensamento (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 298; grifos nossos).

Por essa perspectiva, então, *todo falante*, em maior ou menor grau, é um *respondente*, “porque ele não é o primeiro a ter violado o eterno silêncio do universo” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 272); com isso, admite-se que, ao tomar a palavra, o falante pressupõe tanto a existência do *sistema da língua* quanto a existência *de outros usos efetivos* dela, ou seja, de outros enunciados<sup>553</sup> (seus e alheios). Como consequência, todo uso efetivo da língua é também “uma resposta a alguma coisa e [...] construída como tal” (BAKHTIN [VOLOCHINOV], 2014 [1929], p. 101), tendo, assim, duas faces: (a) procede de alguém e (b) destina-se a alguém, embora aqui a concepção não seja (apenas) de *sujeitos empíricos*, mas de *vozes sociais*, entendidas, conforme visto, como “‘convicções’ ou ‘pontos de vista acerca do mundo’” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 37) (cf. 4.3.1).

Sendo sempre *resposta*, ou seja, sendo sempre uma tomada de posição em relação ao ponto de vista alheio, todo uso da língua *vive em relação dialógica com outras palavras*. Entendidas como relações *extralinguísticas* (BAKHTIN, 2015a [1929], p. 9) que se estabelecem “no plano semântico-objetal” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 299), ou seja, que se estabelecem como *relações de sentido*, as relações dialógicas são um fenômeno que, para os EC, “penetra toda a linguagem humana e todas as relações e manifestações da vida humana, em suma, tudo que tem sentido e importância” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 47).

Como consequência, todo uso concreto da língua mantém “em menor ou maior grau os tons e ecos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 293) dos sentidos de outros enunciados, pois eles nunca são indiferentes entre si, mas se conhecem e se refletem (e ainda se refratam)

---

<sup>553</sup> Cf. as especificidades da concepção de *enunciado* em 4.3. Por ora, destaca-se que *enunciado* e *enunciação* são termos alternativos para designar a unidade concreta e real da comunicação, um todo de sentido e que se constitui de duas dimensões: uma verbal e outrasocial.

mutuamente, a partir de relações tanto de convergência (acordo, adesão, fusão etc.) quanto de divergência (desacordo, embate, questionamento, recusa etc.) (FARACO, 2009). A língua viva, por esse motivo, vive sempre na fronteira (entre um ponto de vista e outro, entre um contexto e outro), sendo, por isso, “semi-alheia”, só se tornando “própria” quando revestida de posições de autoria (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 100) (cf. 4.3.1 e 4.4.2).

Com isso, mesmo que haja um processo de *assimilação* da palavra do outro, isto é, de assimilação da posição valorativa do outro, não se trata de uma postura passiva, mas sempre *ativa e tensa*, uma vez que, até a

adesão incondicional ao dizer de outrem se faz no ponto de tensão deste dizer com outros dizeres (outras vozes sociais) [de modo que] aceitar incondicionalmente um enunciado (e sua respectiva voz social) é também implicitamente (ou mesmo explicitamente) recusar outros enunciados (outras vozes sociais) (FARACO, 2009, p. 69).

Da centralidade do aspecto valorativo que constitui a concepção dialógica da linguagem, postula-se que os elementos exclusivamente linguísticos da interação existem para os falantes em três diferentes dimensões: (i) como palavra do sistema da língua, portanto, neutra, ou seja, não engendrando vozes sociais, já que não pertence a ninguém; (ii) como palavra dos outros; e (iii) como palavra própria, pois quando usada em situações reais, ela se reveste de posição autoral, a partir de uma dada intenção e de um dado posicionamento axiológico (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 294). Apenas nos dois últimos aspectos, explica Bakhtin, os recursos linguísticos são expressivos, no sentido de materializarem a posição valorativa dos sujeitos – já que, como palavra do sistema linguístico, ela é neutra, isto é, privada de expressividade.

Frente a essa condição, Bakhtin considera que as relações dialógicas, além de estabelecidas entre enunciados (cf. 4.3), também podem ocorrer (i) entre “qualquer parte significativa do enunciado”; (ii) em “uma palavra isolada”, desde que ela seja um recurso expressivo, e não um recurso do sistema da língua; e (iii) entre “estilos de linguagem”, desde que eles sejam tomados como diferentes “*cosmovisões da linguagem*” (BAKHTIN 2015 [1929], p. 210-211) ou

diferentes “visões de mundo” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 190).

Ademais, pela relação de sentido que mantém com outros enunciados ou partes deles, cada enunciação é sempre “um elo na cadeia da comunicação discursiva” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 300), um momento de uma “ação-realização ininterrupta” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 14), não podendo, pois, ser separada nem dos enunciados que lhes são precedentes nem dos que lhes são subsequentes.

A relação com os enunciados precedentes se estabelece porque, como visto, todo enunciado é sempre resposta a enunciados outros, no sentido de que esses últimos são sempre levados em conta pelo locutor, já que não se pode “definir [uma] posição sem correlacioná-la com outras” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 297).

A relação com os enunciados subsequentes se estabelece, por sua vez, pelo fato de toda enunciação ser endereçada a alguém ou, mais precisamente, endereçada à representação (cf. 4.3.1) que o locutor faz de seu interlocutor. Essa representação é que vai antecipar possíveis respostas do destinatário à enunciação e, com base nisso, o locutor já constitui seu enunciado de uma dada maneira, tendo em vista que “[a]o falar, sempre levo em conta o fundo aperceptível da percepção do meu discurso pelo destinatário: até que ponto ele está a par da situação, dispõe de conhecimentos especiais de um dado campo cultural da comunicação [etc.]” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 302). Nos termos de Volochínov (2013b [1930], p. 168; grifos do autor),

todo discurso<sup>554</sup> é *dialógico*, dirigido a outra pessoa, à sua *compreensão* e à sua efetiva *resposta* potencial. Essa orientação a um outro, a um ouvinte, pressupõe inevitavelmente que se tenha em conta a correlação *sócio-hierárquica* entre ambos os interlocutores [...] [porque] a forma da enunciação muda segundo a posição social do falante e do ouvinte, e segundo toda a situação social em que tal enunciação se realiza (Grifos do autor).

---

<sup>554</sup> Especifica-se a noção de discurso, no âmbito dos Escritos do Círculo, logo a seguir (cf. 4.1.3).

Do excerto precedente, pode parecer que o emaranhado de vozes socioculturais que constituem os enunciados deriva da estratificação social dos sujeitos. Faraco (2009) observa que esse é um ponto de divergência entre Bakhtin e Volochínov: enquanto esse último autor, dada sua orientação marxista (cf. 4.2), de fato, estabelece um estreito vínculo entre classe social e posição valorativa, ou seja, entre estratificação social e estratificação socioaxiológica (tomando essa última como decorrente daquela), Bakhtin, em outra via, correlaciona posição socioaxiológica a *verdades sociais*.

Desse modo, se fica faltando em Volochínov uma teorização sobre como seria uma sociedade sem classes (sem dialogismo?), em Bakhtin está claro que *diálogo*, além de uma metáfora filosófica da existência humana, é também uma grande utopia, pois, tendo vivido grande parte de sua vida em um regime totalitário, é a maneira que o autor encontrou de preservar a liberdade, o inacabamento do ser humano (cf. 4.2.2), impedindo, assim, sua reificação (FARACO, 2009). A natureza dialógica da linguagem, por conseguinte, ao se referir tanto ao diálogo permanente entre diferentes pontos de vista ou verdades que constituem uma sociedade quanto às relações estabelecidas entre o *eu e o outro*, constitui o estado permanente da língua (e do sujeito).

*Por isso, o uso efetivo da língua é sempre bivocal* ou seja, pressupõe duas vozes (a minha e a do outro) com a qual se está em relação, pressupõe refração de outros vozes<sup>555</sup>. Como exemplo da questão, Bakhtin cita o caso do artigo científico: um tipo de uso efetivo da língua em que são citadas opiniões diversas sobre uma questão (para conformar algumas, refutar, ampliar etc. outras), ilustrando, assim, um conjunto de relações dialógicas não entre palavras, mas entre concepções, verdades, enfim, sentidos. Sob as condições reais da comunicação dialógica é que emerge, portanto, o discurso bivocal (BAKHTIN, 2015b [1929]).

Ser permanentemente dialógica traz a seguinte consequência, também permanente, para a língua: estratificação, plurilinguismo. Nas palavras de Bakhtin, “[a] dialogicidade interna do discurso é o acompanhamento indispensável da estratificação da língua, *a consequência de sua superpovoação de intenções*

---

<sup>555</sup> Reitere-se: o termo *bivocal* expressa a noção de que o uso efetivo da língua pressupõe, ecoa diferentes vozes sociais: a do locutor que fala e a de outros locutores com os quais se está em relação dialógica.

*plurilingues*” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 132; grifos nossos) (cf. 4.4.3).

Por esse motivo, para Bakhtin [Volochínov] (2014 [1929]), sempre há, em uma comunidade que utiliza um único e mesmo código linguístico de comunicação, ou seja, em uma *comunidade semiótica*, diferentes

dialetos sociais, maneirismos de grupos, jargões profissionais, linguagens de gêneros, fala das gerações, das idades, das tendências, das autoridades, dos Círculos e das modas passageiras, das linguagens de certos dias e mesmo de certas horas (cada dia tem sua palavra de ordem, seu vocabulários, seus acentos) (BAKHTIN, 2014 [1934-35], p. 74).

Ademais, mesmo admitindo que a “linguagem comum e única é um sistema de normas linguísticas” (BAKHTIN, 2014 [1934-35], p. 81), Bakhtin não parece ter em mente nenhum sistema abstrato, mas um sistema engendrado a partir de *forças criadoras da vida da linguagem*, forças essencialmente ideológicas, a saber: as forças centrípetas, ou *oficiais*, e as forças centrífugas, ou *não oficiais*.

As forças centrípetas são responsáveis por criar, no interior do plurilinguismo, um núcleo linguístico sólido, resistente e ideologicamente saturado, garantindo, assim, um *máximo de compreensão mútua* (ibid., p. 82). Com isso, cria-se o efeito de unificação e de centralização linguística e, de fato, enquanto força que supera o plurilinguismo, a língua única torna-se real: “Eis porque a língua única expressa as forças de união e de centralização concretas, ideológicas e verbais, que decorrem da relação indissolúvel com os processos de centralização sociopolítica e cultural” (ibid., p. 81).

Já as forças centrífugas são responsáveis pelos processos de descentralização e de desunificação de uma língua, ou seja, são responsáveis pelos processos de ampliação e verticalização da estratificação e do plurilinguismo, “na medida em que a língua está viva e desenvolvendo-se” (BAKHTIN, 2014 [1934-35], p. 82) num contexto socialmente marcado por diferentes pontos de vista. (cf. 4.4.3).

Morson e Emerson (2008) observam que enquanto as forças centrípetas buscam a ordem num mundo que é essencialmente heterogêneo, as forças centrífugas, constituídas dos mais variados elementos, sem haver neles unidade – a não ser pelo fato de serem todas



forças não oficiais – e, por isso, sem nenhuma razão particular, fazem exatamente o contrário: *transtornam* essa ordem, na medida em que “registram e respondem aos mais diversos acontecimentos da vida diária, aos fatos prosaicos que nunca se ajustam bem a qualquer definição oficial ou não-oficial” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 48).

Todorov (2011, p. xxxi) parece oferecer uma explicação para essa contradição quando destaca que “[a] especificidade do mundo humano, como já observara Montesquieu, é que os homens obedecem as leis e ao mesmo tempo agem livremente”. Por isso, todo enunciado é uma unidade contraditória, tendo em vista que comporta essas duas tendências: “[c]ada enunciação que participa de uma ‘língua única’ (das forças centrípetas e das tendências) pertence também, ao mesmo tempo, ao plurilinguismo social e histórico (às forças centrífugas e estratificadoras)” (BAKHTIN, 2014 [1934-35], p. 82).

São essas duas tendências opostas da vida verbal que, paradoxalmente, (por coexistirem e se atravessarem no interior das diferentes esferas de atividade humana) se constituem a *força criativa* e fundamental da língua enquanto fenômeno dialógico. Assim, o verdadeiro meio em que a enunciação vive e se forma é *onde há plurilinguismo, onde há diálogo de vozes, de concepção de mundo e onde há também um núcleo linguístico comum*, que se estratifica em decorrência dos diferentes pontos de vista inscritos nele. Variação não representa, portanto, a exceção, mas a regra da língua viva, na perspectiva dialógica da linguagem. Isso significa que uma língua nunca é única – reitera-se: ela pode apresentar-se como única apenas como efeito de processos históricos de unificação linguística, a reboque de processos econômicos e sociopolíticos (cf. 4.2).

*É do conjunto de aspectos implicados na concepção dialógica da linguagem que se pode identificar “o complexo de forças”* (FARACO, 2009, p.61) *que atuam no condicionamento da forma e das significações de todo uso efetivo da língua*. As questões tratadas aqui são retomadas e ampliadas, portanto, ao longo do capítulo.

A seguir apresentam-se algumas questões sobre a acepção do termo *discurso*, no âmbito dessa perspectiva (dialógica) da linguagem.

#### 4.1.3 A questão do discurso

Até aqui, utilizaram-se os termos *língua, linguagem, palavra, enunciado e enunciação* para fazer referência à *língua em seu uso real, à língua em sua integridade viva*. Nesta subseção, apresenta-se por que,

na visão dialógica da linguagem, esses termos também são alternativos ao termo *discurso*.

Como visto, “[a] língua em uso prático, é inseparável de seu conteúdo ideológico ou relativo à vida” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 99), ou seja, inseparável de determinados pontos de vistas, constituídos dialogicamente, em relação a outros pontos de vista. É nesse sentido que “o termo *discurso* é substituído por *relações dialógicas*” (BRAIT, 2012a, p. 22; grifos da autora), isto é, pode ser tomado como *posição ou ponto de vista que se assume em relação a outras posições*. Mas, como “o discurso só pode existir de fato na forma de enunciações concretas de determinados falantes [ele] sempre está fundido em forma de enunciado” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 274). Por isso a análise de enunciados, ou da língua em seu uso efetivo, pressupõe a análise de discursos (de posições valorativas).

Para Bakhtin (1993 [1919-1921], p. 49), o que confere a “inteira plenitude da palavra” é justamente, para além de seu aspecto físico-psico-fisiológico, a expressividade, gerada no âmbito do universo de valores socioaxiológicos constitutivo dos sujeitos, e a partir do qual qualquer conteúdo de que se fala é experimentado (cf. 4.3.1).

Em virtude disso, os EC não dissociam (i) o aspecto axiológico (ii) da estrutura da enunciação, além de reconhecerem também que, para gerar a “centelha da expressão”, (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 292), “[a] unidade do ambiente social e a unidade do acontecimento imediato da troca comunicativa são condições absolutamente necessárias” (VOLOCHÍNOV, 2013a [1928], p. 102), e “determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior a estrutura da enunciação” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 117). A língua em sua integridade viva, à vista disso, une “indissolúvelmente” *aspectos linguísticos e situação social* (cf. 4.3.1) da interação (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929] p. 63), sendo aqueles determinados por essa.

Por esse motivo, o conceito de língua dos EC não está centrado exclusivamente nos aspectos formais e, por conseguinte, sem dispensar esses, articula um novo ponto de vista sobre a totalidade da linguagem (BRAIT, 2012b, p. 15), segundo o qual *língua*, enquanto *totalidade enunciativa*, se equivale a *discurso*. Por isso, “há situações em que o Círculo emprega os termos *língua* e *discurso* como intercambiáveis”

(RODRIGUES, 2005, p. 155)<sup>556</sup>, como quando Bakhtin (2015 [1929] p. 207; grifo do autor), por exemplo, afirma: “Intitulamos este capítulo ‘O discurso em Dostoievski’ porque temos em vista o *discurso*, ou seja, a língua em sua integridade concreta e viva”.

Considerando o fenômeno *língua-discurso* (RODRIGUES, 2001) como objeto de seu estudo, Bakhtin afirma se reconhecer atuando não no campo da linguística, mas no campo da *metalinguística*<sup>557</sup>, “subtendendo-a como um estudo – *ainda não constituído em disciplinas particulares definidas* – daqueles aspectos da vida do discurso que *ultrapassam* – de modo absolutamente legítimo – os limites da linguística” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 207; grifos nossos)<sup>558</sup>. Embora o autor não indique, portanto, as disciplinas que constituem a *metalinguística*, deixa claro que o que diferencia essa última da *linguística*, é que, embora ambas estudem o mesmo fenômeno concreto, estudam-no sobre diferentes aspectos, pois enquanto essa última está centrada em critérios linguísticos, aquela se interessa particularmente pelas relações dialógicas, pelo discurso.

Mesmo assim, considerando que a totalidade da enunciação pressupõe tanto essa última dimensão, de natureza social, quanto a materialidade linguística, há momentos também em que, nos EC, o termo *língua* é empregado para fazer referência aos recursos do léxico e da gramática, ou seja, aos recursos potenciais “da língua (enquanto sistema) – as palavras e as orações” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 269). Nesse sentido, Bakhtin mesmo afirma que “[n]enhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o *sistema da língua* sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 268; grifos nossos) (cf. 4.4.1 e 4.4.2).

<sup>556</sup> Rodrigues (2005) destaca também que há situações em que os escritos do Círculo tratam esses termos como conceitos teóricos distintos. Para a autora, essa flutuação terminológica e teórica aponta para a complexidade de se definir o que é língua, mesmo em uma perspectiva filosófica.

<sup>557</sup> Faraco (2009, p. 65) observa que esse termo é também traduzido por *translinguística* para evitar confusões com o termo *metalinguística* já consagrado na literatura, com outra acepção.

<sup>558</sup> Resgate-se que Bakhtin está tomando como referência para contrapor *Linguística* e *Metalinguística* as abordagens linguísticas de sua época, considerando especialmente o *objetivismo abstrato* e *subjetivismo individualista*.

Por esses motivos, para Rodrigues (2001) há, nos EC, uma dupla orientação teórica para a língua, a saber, *língua-discurso* e *língua-sistema*, que *devem se complementar*, uma vez que os limites entre uma e outra são “violados com muita frequência” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 207), apesar das especificidades de cada uma, inclusive pelo fato de “[a]s relações dialógicas [serem] absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 210).

Frente a essas considerações, fica, então, a ressalva de que os termos *discurso* e *língua* (e linguagem e enunciado e enunciação e palavra e signo linguístico) são tomados como alternativos, nos EC, em referência à *língua em sua inteireza* – ou seja, para além da dimensão linguística, para além da concepção de *língua-sistema*. Neste capítulo, esses termos são assim também usados (alternadamente), sinalizando-se ao leitor quando a referência for apenas à língua-sistema.

#### 4.2 O SEGUNDO PROJETO INTELECTUAL: A TEORIA DAS MANIFESTAÇÕES DA SUPERESTRUTURA

Nesta seção, apresenta-se o que Faraco (2009) considera o *segundo projeto intelectual* que deriva dos EC: a teoria das manifestações da superestrutura, baseada na teoria marxista, cujas bases, para Volochínov e Medviédev, correlacionam-se diretamente com os problemas da filosofia da linguagem, já que um dos aspectos de maior relevância para o marxismo, o das relações entre infraestrutura (conjunto de leis econômicas e sociopolíticas) e superestrutura (fenômenos ideológicos) – ou, mais especificamente, como a infraestrutura determina<sup>559</sup> a superestrutura – pode ser enriquecido a partir do estudo da linguagem, pois ela “permite observar [...] a continuidade do processo dialético de evolução que vai da infraestrutura às superestruturas” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 48), por ser, pelos motivos que se apresentam a seguir, “o elemento mediador entre ambas” (PONZIO, 2011a, p. 116).

---

<sup>559</sup> Conforme observa Rodrigues (2001), o verbo *determinar*, no âmbito dos EC, é usado no sentido de “criar as condições”, “ser responsável por”, “influenciar”, “ser constitutivo de”, não estando, assim, vinculado às teorias deterministas ou mecanicistas. Todas as vezes que esse verbo for acionado, neste capítulo, deve ser lido, portanto, com essas acepções.

Como na base dessa discussão está também a hipótese de que há uma e mesma chave para a compreensão tanto dos fenômenos ideológicos quanto do psiquismo, a saber, a *filosofia do signo*, já que o signo é o território comum tanto do psiquismo quanto da ideologia (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 58), a apresentação desse segundo projeto intelectual, com foco na questão da relação entre infraestrutura e superestrutura, cumpre a função de ampliar a apresentação, nesta tese, da própria concepção de linguagem desenvolvida pelos EC: se, na seção precedente, verificou-se a concepção de língua como materialização da interação social, ou seja, como resultado ou "produto" da interação entre indivíduos socialmente organizados e valorativamente constituídos, aqui indica-se como, por outro lado, a língua exerce enorme papel na vida social, organizando (i) os sistemas ideológicos ou o mundo da cultura, (ii) as interações que neles (nesses sistemas) ocorrem e (iii) a própria consciência de cada homem.

A fim de explicitar esses aspectos, esta seção se organiza do seguinte modo: em 4.2.1, a partir da intrínseca correlação entre signo e ideologia, descrevem-se as propriedades dos signos em geral e algumas especificidades do signo linguístico, em particular, responsáveis por torná-lo *o signo ideológico por excelência*; em 4.2.2, indica-se mais uma especificidade do signo linguístico, a saber, a relação entre signo e consciência, derivando daí indicativos tanto da concepção de sujeito quanto da relação entre indivíduo e sociedade; em 4.2.3, recupera-se a discussão sobre o papel da língua na criação, organização e relação dos sistemas culturais, considerando também como mudanças sociais repercutem em mudanças linguísticas; por fim, em 4.2.4, explicita-se a relação entre infraestrutura e superestrutura.

#### **4.2.1 As diferentes realidades do signo linguístico**

Segundo os EC, o papel central que o signo linguístico exerce na vida social decorre, para além das próprias peculiaridades dos signos em geral – são (i) realidades ideológicas, (ii) materiais (natural ou social), (iii) histórico-culturais, (iv) valorativas/avaliativas –, do fato de ele ser: dotado de (v) *pureza semiótica* e de (vi) *neutralidade ideológica*, (vii) *material privilegiado da esfera cotidiana* e (viii) *material semiótico da vida interior, da consciência*. Nesta subseção, explicam-se, resumidamente, as propriedades de (i) a (vi), deixando (vii) e (viii) para subseções específicas, a seguir.

Começando pela natureza ideológica dos signos, há que se destacar que “tudo que é ideológico é um signo” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 31), admitindo-se, em consequência, que *sem signos não existe ideologia* (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929] p. 31; grifos do autor). Explicando-se, portanto, a realidade dos produtos ideológicos, conforme a seguir, explica-se também a realidade dos signos.

Como visto até aqui, a interação social, para os EC, não pressupõe troca de mensagens, mas dialogização de axiologias, dado que, na realidade, não são palavras o que pronunciamos e escutamos, mas *verdades, mentiras, coisas agradáveis ou desagradáveis* etc., de modo que toda palavra está sempre carregada “de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 99). Importa saber, portanto, o que os EC entendem por ideologia.

Para Volochínov (2013a [1930], p. 138; grifos nossos) ideologia é “todo o conjunto de reflexos e *interpretações* da realidade social e natural que *se sucedem no cérebro do homem*, fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas *sígnicas*”. Frente a essa definição, reflete-se sobre cada um de seus pontos, conectando-os ao conceito de esfera social.<sup>560</sup>

O primeiro ponto da definição de ideologia (*ideologia é todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural*), para além de um certo conceito marxista, remetendo à noção de mascaramento da realidade<sup>561</sup>, refere-se a uma *dimensão semiótico-*

<sup>560</sup> Retoma-se a questão das esferas sociais em 4.2.3. Aqui, esse conceito aparece para indicar como elas constituem o espaço de criação ideológica.

<sup>561</sup> Nos escritos marxistas, *ideologia* pode se identificar com “falsa consciência” ou “mascaramento do real”, mas também apenas quando se faz referência a *certa ideologia*, a saber, a ideologia burguesa, e em um período histórico também especial: quando a burguesia se converteu de classe revolucionária a classe dominante, beneficiando-se com a divisão de classes. Para os marxistas, a burguesia, a partir desse momento, passou a ocultar “as reais contradições que poderiam colocar em evidência a necessidade de transformações das estruturas e das relações capitalistas de produção” (PONZIO, 2011a, p. 114). Faraco (2012, p. 184) também observa que os termos *ideológico* e *ideologia* devem ser “entendidos [nos escritos bakhtinianos], em seu sentido amplo (e positivo), isto é, como fazendo referência, nos termos de Marx, aos ‘produtos do espírito humano’ (ou ao universo das superestruturas) e não no sentido estrito (e negativo) do falseamento da realidade”.

*interpretativa*, nos termos de Acosta-Pereira e Rodrigues (2014), ou, nas palavras de Ponzio (2011a, p, 116), retomando A. Schaff, a um

*sistema de concepções* que está determinado pelos interesses de um *determinado grupo social*, de uma classe, e que, baseado em um *sistema de valores, condiciona atitudes e comportamento* tanto dos sujeitos do grupo em questão como dos outros grupos sociais, quando se converte em ideologia dominante (Grifos nossos).

Para Faraco (2009, p. 46), esse sistema de concepções, determinado pelos interesses de grupos específicos, à luz de certos valores sociais, compreende o “universo que engloba a arte, a ciência, a filosofia, o direito, a religião, a ética, a política”, ou seja, todos os *domínios* ou *campos de atividade humana*, também denominados, pelos EC, de *esfera de atividade social*.<sup>562</sup>

Cada esfera social, sendo, portanto, espaço em que ocorrem as interações sociais<sup>563</sup>, pode desenvolver, criativamente, como produto de suas práticas e de seus interesses, seu próprio *sistema de concepções, com base em sistemas de valores específicos; a partir disso, então, orientam-se* todas as atitudes e comportamentos dos sujeitos membros e não membros da esfera – daí a visão de que cada esfera social é uma *esfera* (de criação *ideológica*).

Isso significa dizer que “[c]ada campo de criatividade ideológica tem seu próprio modo de orientação para a realidade e *refrata*<sup>564</sup> a realidade à sua própria maneira” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 33; grifos nossos) por meio de

<sup>562</sup> Uso, a partir deste ponto, *domínios culturais, campos de atividade humana e esfera de atividade social* como termos alternativos.

<sup>563</sup> Cada esfera social ou domínio de criação ideológica não deve ser compreendido, no âmbito dos EC, como um espaço isolado ou uma espécie de “todo espacial”, mas como um espaço “vivendo sempre na intersecção de múltiplas fronteiras” (FARACO, 2009, p.52). Retoma-se a discussão sobre esferas sociais de criação ideológica, como já indicado, em 4.2.3.

<sup>564</sup> Segundo Faraco (2009), *refratar* significa que, com signos, não apenas descrevemos o mundo, mas construímos interpretações sobre ele. Nesse sentido, *refratar é interpretar a partir de um determinado ponto de vista* (valorativo), *engendrado* por um domínio cultural – que vive em relação dialógica com muitos outros domínios.

signos específicos; em outras palavras, cada campo desenvolve sua própria forma de cultura.

O segundo ponto da definição de ideologia de Volochínov (2013a [1930]) (a de que ela, enquanto conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural *que se sucedem no cérebro do homem*), parece fazer referência à dimensão cognitiva, entendendo-a, porém, não do ponto de vista biológico, mas do ponto de vista *semiótico-interpretativo*, conforme Acosta-Pereira e Rodrigues (2014). Assim, como os sistemas de concepções de orientação para a realidade são constituídos a partir das atividades humanas, em diferentes domínios culturais, pode-se depreender, dessa definição de ideologia, uma *concepção social de consciência, de cognição*.<sup>565</sup>

Corroborando, talvez, essa leitura, está o terceiro ponto da definição de ideologia de Volochínov (2013a [1930]): ideologia é todo o conjunto de reflexos e interpretações da realidade social e natural que se sucedem no cérebro do homem, *fixados por meio de palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnicas*. Aqui, destaca-se que a ideologia, embora seja um sistema de concepções ou de interpretações da realidade, não se refere a um elemento abstrato, uma vez que “[t]odo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou outra coisa qualquer” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 33). Nesse sentido, a realidade da ideologia e dos signos (ideológicos) é *totalmente objetiva* (porque se materializa em *palavras, desenhos, esquemas ou outras formas sígnica*), ou seja, é um fenômeno do mundo exterior e, por isso, pode ser estudado também objetivamente.

Sendo assim, pode-se compreender que o signo tanto é produto das diferentes interações sociais, ocorrendo, então, sempre vinculado a uma esfera social de atividade, já que materializa seus sistemas de concepções, quanto participa da própria fixação desses sistemas, uma vez que, ao regularizar-se, pelo hábito e pelas circunstâncias recorrentes (VOLOCHÍNOV, 2013a[1930]), passa a *regular a* própria vida social, tendo influência inversa sobre as relações sociais que lhe deram origem. Nos termos de Ponzio (2011, p. 113, grifos do autor),

---

<sup>565</sup> Usam-se os termos *consciência* e *cognição* como alternativos, nesta tese.



[a] ideologia é a expressão das relações histórico-materiais dos homens, mas “expressão” não significa somente interpretação ou representação, mas também significa organização, regularização dessas relações.

Pelo exposto até aqui, pode-se dizer que todo signo tem, portanto:

- (i) *uma realidade ideológica*, porque sempre se dá em uma esfera de atividade social, constituída de sistemas próprios de concepções sobre a realidade;
- (ii) *uma realidade material*, porque todo fenômeno ideológico assim se apresenta (encarnado);
- (iii) *uma realidade histórico-cultural*, porque “[c]ada signo ideológico é [...] um fragmento material [da] realidade” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 33) de algum campo cultural.

Mas, além disso, o signo ainda dispõe de uma outra realidade: a valorativa/avaliativa, dado que, enquanto produto ideológico, sempre reflete e refrata outra realidade que lhe é exterior, a saber, posições valorativas, porque “[t]udo que é ideológico possui um *significado social* e remete a algo situado fora de si mesmo” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 31). Desse modo, todo signo está “sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é, se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.)” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 32). Por conseguinte, *signo*, *ideologia* e *expressão valorativa* são elementos indissociáveis, nos EC.

Isso significa que o signo “*representa (e organiza) a realidade [mas] a partir de um determinado ponto de vista valorativo, segundo uma determinada posição*” (PONZIO, 2011a, p. 109; grifos nossos). O signo linguístico<sup>566</sup>, especificamente, então – enquanto produto da interação social, que correlaciona situação social e aspectos linguísticos –, para “longe de refletir a situação extraverbal da mesma maneira como um espelho reflete um objeto” (VOLOCHÍNOV, [1926] 2013, p. 79),

---

<sup>566</sup> Reitere-se que o termo *signo* é acionado no sentido de *língua-discurso*. Cf. 4.1.3.

*resolve* uma situação do intercâmbio comunicativo, ao proporcionar um *resumo valorativo* dela.<sup>567</sup>

Para Rodrigues (2005), essa compreensão de que os coparticipantes de uma interação avaliam a situação na qual se inserem focaliza a “condição [da língua] de atividade e acontecimento social, portanto, estratificada pelos valores ideológicos” (RODRIGUES, 2005, p. 156), já que os sujeitos sempre acionam a língua *atrelados* à cadeia ideológica de que participam, por meio da inserção em diferentes *esferas sociais* nas quais se engajam.

Por essas últimas considerações, tem-se que todo signo é duplamente ideológico: (i) é ideológico porque sempre ocorre em uma esfera (ideológica), materializando e ao mesmo tempo fixando seu sistema de concepções/interpretações sobre a realidade; e (ii) é ideológico porque sempre expressa um posicionamento avaliativo do locutor (FARACO, 2009).

De todos os signos ideológicos, porém, o signo linguístico é lugar privilegiado para o estudo das ideologias pelos motivos descritos a seguir.

Em primeiro lugar, porque detém *pureza semiótica*, já que desde a sua origem, diferentemente de outros signos, não possui realidade *não sígnica* (como, por exemplo, cor, massa etc.) e, por isso, não se presta a outra coisa a não ser signo: “A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo. A palavra não comporta nada que não esteja ligado a essa função [...]”(BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014[1929], p. 36).

Em segundo lugar, porque é dotado de *neutralidade ideológica*<sup>568</sup>, já que o signo linguístico, por não ser específico de nenhum campo particular de criação ideológica, pode estar presente em toda parte, ao mesmo tempo e executando qualquer função ideológica

<sup>567</sup> Para mais explicações sobre a concepção de que o signo *resolve* a interação, cf. Volochínov (2013b [1930]).

<sup>568</sup> *Neutralidade ideológica* refere-se, nos Escritos do Círculo, à propriedade de o signo linguístico não ser produto de um campo de atividade humana específico, de ser neutra, portanto, em relação a funções ideológicas *específicas* – ao passo que os demais sistemas de signos, por serem específicos de campos particulares de criação ideológica, servem a funções ideológicas também específicas. Para mais informações sobre essa questão, cf. Bakhtin ([Volochínov] 2014 [1929], p. 37).

(estética, científica, moral, religiosa) em qualquer campo. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]).

Assim, se todo signo é criado para uma função ideológica precisa e permanece inseparável dela, o signo linguístico, “ao contrário, é neutro em relação a qualquer função ideológica específica” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 37), do que deriva a propriedade de *ubiquidade social da palavra*. Por essa propriedade se explica, por exemplo, por que classes sociais diferentes, ao se servirem de uma mesma língua – de um mesmo código ideológico – imprimem nela índices contraditórios de valor social, tornando-a, por isso, *plurivalente* ou *pluridiscursiva* e, desse modo, arena para a luta de classes<sup>569</sup>.

Por essas duas particularidades, o signo linguístico penetra todas as relações interindividuais, sendo, por isso, o “modo mais puro e sensível de relação social” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 36), o que o converte em “fenômeno ideológico *par excellence*” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1928], p. 252; BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 36).

Além disso, destaque-se que a palavra, por não estar vinculada a nenhuma esfera ideológica particular – já que todos os domínios ideológicos (ciência, literatura, religião etc.) alcançam sua realização concreta no material da palavra (VOLOCHÍNOV, 2013b [1928]) – é também o material privilegiado da comunicação social, em geral, ou seja, de todas as esferas, uma vez que pode “preencher qualquer espécie de função ideológica: estética, científica, moral, religiosa” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 37). Assim, a comunicação na vida cotidiana passa, ela mesma, a constituir, um domínio ideológico, o *domínio da ideologia cotidiana* (cf. 4.2.3).

Por fim, o signo linguístico se destaca dos demais signos pela seguinte propriedade: além de, como todo signo, resultar da interação entre dois indivíduos, a palavra “é, ao mesmo tempo, produzido pelos próprios meios do organismo individual” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 37), sem nenhum recurso extracorporal, já que *é o próprio material semiótico da vida interior, da consciência* (cf. 4.2.2).

---

<sup>569</sup> Retome-se que quem associa diferentes posicionamentos socioaxiológicos a diferentes classes sociais são Volochínov e Medviédev (e não Bakhtin), por se filiarem a uma visão marxista (cf. 4.1.1).

Desse modo, apesar de o signo linguístico se constituir de (i) uma realidade ideológica, (ii) uma realidade material, (iii) uma realidade histórica-cultural, (iv) uma realidade valorativa/avaliativa, são as propriedades de (v) *pureza semiótica*, (vi) *neutralidade ideológica*, (vii) *material privilegiado da esfera cotidiana* e (viii) *material semiótico da vida interior* que o tornam “o mais sutil, flexível e ao mesmo tempo o mais exato meio ideológico de refração” (VOLOCHÍNOV, 2013b [1928], p. 252), de registro das fases transitórias “mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014[1929], p. 42), sendo, por isso, o indicador mais sensível das transformações sociais ocorridas na infraestrutura.

A seguir, especifica-se a propriedade do signo linguístico de ser *material semiótico da vida interior*, abordando também a concepção de sujeito que deriva dessa compreensão, bem como a relação entre indivíduo e sociedade que se estabelece no âmbito dos EC.

#### **4.2.2 A relação entre signo e consciência e entre sujeito e sociedade**

Segundo os EC, o signo linguístico é que funda o próprio psiquismo ou a consciência: essa “só pode surgir e se afirmar como realidade mediante a encarnação material de signos” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 34). Esses são, portanto, o seu alimento; privada desse, não lhe resta absolutamente nada, afirma Bakhtin [Volochninov] (2014 [1929]), o que significa dizer que “[o]s sujeitos não ‘adquirem’ sua língua materna [mas]; é nela e por meio dela que ocorre o primeiro despertar da consciência” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 111).<sup>570</sup>

Por essa razão, conforme apresentado, o signo verbal é o lugar privilegiado para o estudo das ideologias, já que *acompanha todas as outras criações ideológicas da vida social*: “os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior” (ibid., p. 38), uma vez que “compreender um signo consiste em aproximar o signo apreendido de

---

<sup>570</sup> Destaque-se que, por essa explicação dos EC, a aquisição da linguagem é, antes, *intersubjetiva*, para depois se formar *intrasubjetiva*.

outros signos já conhecidos” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 34).

Com isso, até o discurso interior ou mesmo as próprias emoções nada mais são do que uma “refração ideológica [...] da mesma lógica objetiva das inter-relações sociais organizadas” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 220). Em outras palavras, a lógica da consciência ou do psiquismo é a lógica da comunicação ideológica, pois *é na relação com o outro que se funda a consciência, por meio da língua*. Em termos de psiquismo, portanto, “tudo é resultado da relação” (MIOTELLO, 2011, p. 36).

É nesse sentido que a abordagem bakhtiniana se trata de uma abordagem *dialógica* da linguagem, mas também da própria atividade mental, já que entende essa última como “*uma variedade do social*” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 74; grifos do autor), no sentido de ser fundada nas e pelas relações interindividuais.

Nesse ideário, a *vivência interior* ou *o discurso interior* dos sujeitos está diretamente integrada à vivência exterior objetiva (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 49), não havendo, pois, ruptura significativa entre elas, uma vez que

a estrutura da *atividade mental* é tão social como a da sua objetivação exterior. O grau de consciência, de clareza, de acabamento formal da *atividade mental* é diretamente proporcional ao seu grau de orientação social (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 118).

O psiquismo ou a consciência trata-se, portanto, de um fato puramente sociológico: “[a] consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico social” (ibid., p. 35). É, assim sendo, o método de estudo da consciência ou do pensamento também deve ser *objetivo*. Nas palavras de Medviédev (2012, p. 211; grifos nossos),

[a] consciência individual é um fator que deve ser calculado e estudado apenas *na medida em que ela se manifesta em determinados aspectos do trabalho, da ação, da palavra*, do gesto, e assim por diante, ou seja, conforme a *consciência individual aparece expressa materialmente de forma objetiva*.

Além disso, assim como a ideologia não é uma noção acrescida, mas constitutiva da língua, é também constitutiva do pensamento ou do psiquismo dos sujeitos. *É dessa maneira, ou seja, como signo ideológico, que a língua chega a nossa consciência*, justamente porque a assimilamos *dos outros* – e as palavras dos outros, como visto em 4.1.1, já trazem um *tom valorativo*, embora sempre se possa *reelaborar* ou *reacentuar* esse tom (BAKHTIN, 2011 [1952-53]) (cf. 4.3.2). Em decorrência disso, “[d]o ponto de vista do conteúdo ideológico propriamente dito, não seria possível estabelecer uma fronteira entre o psíquico e o ideológico” (ibid., p. 58). Por essa razão, então, em conformidade com a filosofia bakhtiniana (cf. 4.1.1), na interação com o outro

não ponho para fora apenas uma palavra; eu ponho para fora um signo carregado de ideologia, do meu jeito de ver o mundo, com as minhas ideias, com os meus pontos de vista, com as minhas assinaturas; isso é a minha ética aparecendo no meu discurso (MIOTELLO, 2011, p.42).

Desse entendimento de que o pensamento é constituído social e constantemente, via signo, decorre o fato de ele (o psiquismo) ser, para os EC, sempre provisório, nunca pronto e acabado: por isso “*ser é sempre um processo de ser [...] e nossos atos concretos realizam (não concretizam) o Ser único da humanidade de que participo e pelo qual sou responsável*” (GERALDI, 2010, p. 137; grifos nossos); “o Ser real em processo de devir” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 19), já que o outro, a “alteridade é que vai eticamente nos construir” (MIOTELLO, 2011, p. 45). É em consequência dessa contínua constituição da consciência que os sujeitos “serão sempre múltipl[o]s no tempo e no espaço, pois a relação nunca é com somente **um e mesmo outro** e a vida não se resume a um e sempre mesmo tempo” (GERALDI, 2010, p. 143, grifos do autor). Nos termos de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 342), “a consciência é essencialmente plural”,

Em virtude dessa constituição sociossemiótica heterogênea do pensamento, já encaminhando para a relação entre sujeito e sociedade no uso da língua, destaca-se que os signos não podem pertencer ao indivíduo, mas a um grupo social organizado: o indivíduo, quando toma consciência de sua individualidade ou de seus direitos, já se apresenta

como um fenômeno ideológico, sócio-histórico (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 59).

A essa compreensão impõe-se uma distinção entre os conceitos de *individualidade* e de *indivíduo natural*: enquanto o primeiro já se trata de uma realidade social, já se apresenta como um fenômeno ideológico, o segundo não está vinculado ao mundo social – é objeto da biologia. Esta é uma importante questão bakhtiniana: embora a abordagem defenda que o sujeito seconstitui socialmente, *não sugere uma relação direta ou uma réplica do social no individual, porque o autor opõe social a natural, e não a individual*. Com isso, admite-se que, embora o psiquismo seja socioideológico, as manifestações ideológicas são também individuais, afastando-se, assim, qualquer visão reducionista da abordagem, tendo em vista que o sistema do psiquismo de cada indivíduo possui leis próprias, determinadas por fatores orgânicos e biográficos. Nesse sentido, quanto

mais estreitamente ligado à unicidade do sistema psíquico o signo interior estiver e quanto mais fortemente determinado pelo componente biológico e biográfico, mais ele se distanciará de uma expressão ideológica (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 61).

Pode-se então concluir que o pensamento se subordina a dois tipos de leis que se entrecruzam, que coexistem: (i) às leis (sociais) dos sistemas ideológicos, culturais; e (ii) às leis do psiquismo do indivíduo, determinado pela totalidade (aspectos biológicos e sociais/biográficos) de suas condições – e quanto mais vinculado ao segundo tipo de leis, mas distante tende a estar de uma expressão ideológica bem definida. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]).

Frente a essa premissa, o sujeito, para o Círculo, *é social de ponta a ponta* e, ao mesmo tempo, *é singular de ponta a ponta*, já que “os modos como cada consciência responde às suas condições objetivas são sempre singulares” (FARACO, 2009, p. 87), tendo em vista a agentividade dos sujeitos, em virtude da *responsabilidade* que a presença do outro e a interação com ele exigem (cf. 4.1.1). A relação entre *indivíduo* e *sociedade*, *signo interior* e *exterior* é, assim, nos EC, semiótica, havendo entre essas instâncias uma relação dialógica constante.

Destaca-se que essa possibilidade agentiva e de constantes movimentos do pensamento dos sujeitos, dadas as contínuas interações,

não pressupõe uma relativização absoluta do sujeito (e dos usos da língua) ou uma caoticidade social; se, de um lado, a perspectiva bakhtiniana é *dialógica*, autorizando a possibilidade de *movências* nos sujeitos e na língua, por outro lado, é também *histórica*: há práxis concretas que, historicizadas, estabilizam *relativamente, provisoriamente* os modos de interação e, conseqüentemente, a constituição dos próprios sujeitos e dos usos linguísticos. Uma dessas balizas históricas quanto aos modos de interação e aos modos de dizer socialmente são os próprios domínios culturais, pelos motivos que se apresentam a seguir.

### 4.2.3 As esferas de atividade humana e a questão da mudança social

Até aqui, indicou-se como o signo linguístico, pelo conjunto de suas propriedades particulares, acompanha todas as criações ideológicas da vida social, sendo, inclusive, o próprio alimento do psiquismo humano. Considerando que a especificidade dos signos é se localizar em um terreno *interindividual* e socialmente organizado (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]), eles acabam funcionando como uma espécie de *elo* entre a estrutura sociopolítica e os sistemas ideológicos, pois, sendo produto da interação social são fortemente sensíveis às condições da situação social a que se vinculam, reagindo, portanto, a qualquer sinal de flutuação na atmosfera social (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 43). Nas palavras de Volochínov (2013b [1928], p. 253),

[a] *interação discursiva reflete de modo extremamente sensível todas as mudanças* que aí [nas condições criadas pelas relações de produção e na estrutura sócio-política que delas deriva] ocorrem, enquanto uma mudança na interação verbal, por sua vez, se reflete nas formas e temas dos desempenhos discursivos.

Como as esferas ou sistemas ideológicos são espaços em que ocorrem as interações sociais (cf. 4.2.1), são elas que organizam e regularizam as relações, as formas típicas de interação, delimitando e especificando os tipos de enunciados que podem ser produzidos, recebidos ou veiculados em seu âmbito; conseqüentemente, é no



contexto dos domínios culturais que a mudança linguística se justifica, pelos seguintes motivos.

Os participantes de uma dada esfera social tendem a *compartilhar* um conjunto de pressupostos (cf. 4.3.1) que, segundo a orientação marxista, deriva das próprias condições econômicas do grupo social (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 77). O compartilhamento desses aspectos representa, ao final, um compartilhamento semântico-axiológico<sup>571</sup> quanto aos modos sociais de compreender e conceituar o mundo, de maneira que “cada esfera apresenta uma orientação típica para o real, para os objetos próprios e para as funções ideológico-valorativas próprias” (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p. 498). Com isso, estabelece-se entre os membros de um domínio cultural uma certa unidade ideológica.

Uma observação a ser fazer nesse ponto é que, considerando que cada esfera corresponde a um campo de criação ideológico-cultural, *cultura* só pode ser *entendida como* uma categoria “*aberta, em formação, não resolvida nem previamente resolvida, capaz de morte e renovação, que transcende a si mesma*” (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 370; grifos nossos)<sup>572</sup>, dada a premissa de que *tudo na vida é contraposição dialógica*, de que “cada ponto de vista criativo torna-se necessário e indispensável somente em correlação com outros pontos de vista criativos” (FARACO, 2009, p. 52).<sup>573</sup>

<sup>571</sup> Faraco (2009) tece a seguinte observação acerca da forma hifenizada do termo “semântico-axiológico”: essa forma busca recuperar a perspectiva bakhtiniana segundo a qual *o aspecto semântico da língua sempre envolve e de modo implicado valor e significado*.

<sup>572</sup> Destaca-se que a perspectiva que permeia os escritos bakhtinianos é a da *inconclusibilidade* de quase todas as categorias. Como afirmam Morson e Emerson (2008, p. 55), “Bakhtin propõe o termo *não-finalizabilidade* (*nezavershennost’* [*inconclusibilidade*]) para expressar a sua convicção de que o mundo é não apenas um lugar confuso, mas também um lugar aberto. O termo [...] [d]esigna um complexo de valores centrais para o seu pensamento: inovação, “surpreendência”, o genuinamente novo, abertura, potencialidade, liberdade e criatividade [...] (Grifos dos autores)”.

<sup>573</sup> O conceito de cultura é discutido extensivamente por Bakhtin em “A cultura popular na Idade Média e no Renascimento”. Cf. BAKHTIN, M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec, 1987.

Assim, concebe-se que as diferentes esferas estão sempre em relação e se constituem mutuamente e que pertencer, culturalmente, a um campo cultural (ou grupo social) não significa a existência de *homogeneidade (ideológico-valorativa ou mesmo de atitudes e de comportamentos)* entre os sujeitos membros, porque, embora haja, entre eles, inevitavelmente, compartilhamentos, o que torna um grupo sociocultural uma realidade relativamente coesa, cada um dos membros do grupo pode se orientar por um regime de concepções específicas, ou seja, pode arquitetar uma realidade cultural heterogênea e singular (PONZIO, 2011). A relação de interação entre os membros de um grupo cultural, ao partilharem um conjunto de concepções e pressupostos, é, assim, integradora, mas não sintetizadora.

Feita a ressalva, considera-se que *o horizonte comum* entre os membros de uma esfera é que contorna o *sentido* (ou seja, o todo do enunciado, considerando tanto seu motivo quanto seu produto) (cf. 4.3.3) de suas enunciações, como se fosse uma espécie de *palavra-chave*, só conhecida pelos membros do grupo (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926]). Cada esfera ou campo de atividade humana, então, a depender de suas especificidades, como a própria função ideológica (científica, religiosa, jurídica, política etc.) que desempenha, seleciona determinados aspectos da realidade e os representa por meio de *tipos de enunciados que são relativamente estáveis* (cf. 4.4), justamente por refletirem suas condições específicas e suas finalidades. Conforme afirma Medviédev (2012 [1928], p. 53), uma “coletividade possuidora de percepção ideológica cria formas específicas de comunicação social”.

O conjunto da coletividade possuidora de percepção ideológica própria e, por isso, detentora de formas próprias de comunicação e de uso da linguagem se organiza em dois tipos de esferas: em primeiro lugar, o que se poderia denominar (*macro*)*esferas da criação ideológica* e, em segundo, as (*micro*)*esferas* que funcionam no interior dessas<sup>574</sup>. As primeiras (macroesferas) subdividem-se em dois tipos: (i) *esfera da ideologia do cotidiano* e (ii) *esfera dos sistemas ideológicos constituídos*.

---

<sup>574</sup> Ressalte-se que essa organização dos diferentes tipos de esferas de atividade humana não se trata, nos EC, de uma taxonomia, mas cumpre a função de indicar como diferentes domínios culturais são consubstanciados por projeções ideológico-valorativas específicas.

A esfera da *ideologia do cotidiano*, representada por esferas como as familiares, as íntimas, as comunitárias etc., é onde circula a *ideologia do cotidiano*, em referência a “todo o conjunto de sensações cotidianas – que refletem e refratam a realidade social objetiva – e as expressões exteriores imediatamente a elas ligadas” (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930], p 151). É nessa esfera que ocorre toda comunicação da vida cotidiana e, justamente por isso, ou seja, por ela ser muito ampla e diversificada – já que compreende desde um pedido de informação na rua até a leitura de uma obra literária –, não pode ser correlacionada a nenhum sistema ideológico (religioso, moral, científico etc.) particular. Já a *esfera dos sistemas ideológicos constituídos* concerne a práticas socioculturais mais elaboradas, portanto, especializadas e formalizadas em diferentes (micro) esferas, como a das artes, a das ciências, a da religião, a do direito etc. Essas são, portanto, (micro) esferas ideológicas no interior de um grande sistema ideológico formalizado.<sup>575</sup>

O importante a destacar, nesta tese, é a relação estabelecida entre mudanças sociais e mudanças nos sistemas ideológicos, considerando, nesse caso, especificamente, mudanças linguísticas.

*A fonte de toda mudança social, para os escritos do Círculo, é o cotidiano*, é a atividade social cotidiana ou a *ideologia cotidiana*. Especificando um pouco mais a ideologia do cotidiano, portanto, os EC subdividem-na em *inferior* e *superior*. *A ideologia do cotidiano inferior* refere-se à atividade mental que nasce de situações cotidianas fortuitas, privadas de regularidades sociais; esta não apresenta, portanto, força suficiente para promover mudanças no plano social e, conseqüentemente, no linguístico. Já os *níveis superiores da ideologia do cotidiano*, por apresentarem mais regularidades, por terem um auditório social (cf. 4.3.1) determinado e por estarem em contato com os sistemas ideológicos formalizados (da moral social, da arte, da religião, da ciência etc.), são suficientemente *criativos* e dotados de *responsabilidade para inovações*.

---

<sup>575</sup> Ressalve-se que, pela própria concepção de língua enquanto fenômeno ideológico, não se presume que a esfera dos sistemas ideológicos constituídos se diferencia da esfera da ideologia do cotidiano pelo critério de ser ou não orientado ideologicamente: ambas as esferas são ideológicas e a diferença entre elas é dada em termos de variação quanto ao tipo e à forma de ideologia (Cf. discussão sobre esse ponto em Rodrigues, 2001).

Colocada a questão desse modo, os EC postulam, então, que “[o] que se chama habitualmente ‘individualidade criadora’ constitui a expressão do núcleo central sólido e durável da orientação social do indivíduo” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 125). São, portanto, esses estratos superiores do discurso interior que podem ecoar, nas formas típicas de interação e na língua, as mudanças sociais. Nesse sentido, mudanças na língua nada têm a ver com a consciência individual do falante.

A questão é que, embora sejam incessantes, grande parte das mudanças sociais (e linguísticas)<sup>576</sup> que ocorre nesse nível da ideologia do cotidiano é tão lenta e minúscula que nossa “dificuldade para percebê-la e compreendê-la decorre da sua familiaridade” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 41) e do próprio fato de os usos da linguagem, nessa esfera, serem bastante variados. Assim, do ponto de vista formal, há diferenças tão ou mais profundas entre um enunciado e outro do cotidiano quanto entre um tratado científico e uma obra poética – captar mudanças nessas condições, portanto, é muito custoso e, para tal, seria necessário

uma análise minuciosa e complexa dos vários tipos de manifestações discursivas e das formas correspondentes de enunciado em todas as esferas da comunicação e da prática cotidiana para que seja possível falar sobre as funções da língua em um ou outro tipo de construção comunicativa (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 152).

Mesmo frente às dificuldades quanto à percepção da mudança (social e linguística), os EC concebem que ela ecoa primeiramente na ideologia cotidiana e, paulatinamente, nos próprios *sistemas ideológicos*, já que *esses se cristalizam a partir daquela* (cf. 4.4.3). Mas, a despeito disso, depois de constituídos, os sistemas ideológicos especializados também passam a orientar fortemente a ideologia cotidiana, uma vez que esses sistemas convivem em relação dialógica e se influenciam mutuamente. Observe-se como Bakhtin [Volochninov] (2014 [1929], p. 125) explica essa questão:

---

<sup>576</sup>*Mudança*, nesse excerto, pode ser lida como *variação*.

Logo que aparecem, as novas forças sociais encontram sua primeira expressão e sua elaboração ideológica nesses níveis superiores da ideologia do cotidiano, antes que consigam invadir a arena da ideologia oficial constituída. É claro, no decorrer da luta, no curso do processo de infiltração progressiva nas instituições ideológicas (a imprensa, a literatura, a ciência), essas novas correntes da ideologia do cotidiano, por mais revolucionárias que sejam, submetem-se à influência dos sistemas ideológicos estabelecidos, e assimilam parcialmente as formas, práticas e abordagens ideológicas neles acumulados.

Destaque-se ainda que a *avaliação social* é o que acompanha e orienta todo processo de mudança entre a infraestrutura e a superestrutura, pois, qualquer alteração de *acento avaliativo inscrito na palavra*<sup>577</sup>, em decorrência da apreciação de mudanças contextuais<sup>578</sup>, por exemplo, pode promover mudança de sentido das formas da língua, instaurando, assim, polissemias. Como atesta o excerto a seguir: “[..] é a pluralidade de acentos que dá vida à palavra. O problema da pluriacentuação deve ser estreitamente relacionado com o da polissemia” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 111). Por esse motivo, para Bakhtin, *mudanças semânticas* decorrem da mudanças de *avaliação social* e, por isso, o estudo da significação linguística não pode ser apartado dela. Nas palavras de Bakhtin [Voločínov] (2014),

mudança de significação é sempre, no final das contas, uma *reavaliação*: o deslocamento de uma palavra determinada de um contexto apreciativo para outro. A palavra ou é elevada a um nível

---

<sup>577</sup> Retomem-se as explicações das subseções 4.1.1 e 4.1.2 segundo as quais a forma da interação social, da interação discursiva enquanto processo de contraposição de pontos de vista, é conduzida pela compreensão – pois só é possível *dar uma resposta*, isto é, *pensar* mediante compreensão da palavra do outro; como a compreensão é inseparável da avaliação, é essa, pois, que conduz a própria forma da enunciação. Por isso essa última é tão sensível a qualquer variação quanto à apreciação que os interlocutores fazem da situação discursiva.

<sup>578</sup> Cf. em 4.3.2 o que os EC entendem por *contexto* ou *situação social* da interação.

superior, ou abaixada a um inferior. Isolar a significação da apreciação inevitavelmente destitui a primeira de seu lugar na evolução social viva (onde ela está sempre entrelaçada com a apreciação) e torna-a um objeto ontológico, transforma-a num ser ideal, divorciado da evolução histórica (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 140-141)

Frente a essa compreensão, tem-se que o efeito, na língua, de mudanças sociais e interacionais, conduzidas pela avaliação social, se propaga, nesse ideário, *da ideologia do cotidiano* (nível superior) *para os sistemas ideológicos*, e *destes, para aquela*, mediado pela avaliação social. Uma ilustração esquemática e elementar dos tipos de esferas sociais, bem como *da direção dos efeitos de mudanças sociais, na língua*, pode ser assim organizada, simplificadamente:

**Quadro 13:** Ilustração dos tipos de esferas ideológicas e da direção dos efeitos de mudanças sociais nas formas típicas de interação e de uso da língua



Fonte: Elaboração própria

Por todos esses aspectos, pode-se dizer que (i) as esferas, ao regularem sua práxis, em decorrência de suas funções ideológico-valorativas, regulam também os usos linguísticos, os modos sociais de dizer e que (ii) mudanças na atmosfera social e no processo interacional, conduzidas pela avaliação, é que ensejam mudanças linguísticas.

Para Faraco (2009, p. 64), considerar que há uma intrínseca relação entre a *ideologia do cotidiano* e os *sistemas ideológicos formalizados* é uma forma de lançar “bases para uma *teoria das práticas socioculturais* que não despreza o cotidiano, nem supervaloriza as esferas mais elaboradas”. Sob essas bases, portanto, deve estar também,

em nossa compreensão, uma *teoria da prática sociocultural de linguagem*.

#### 4.2.4 Da infraestrutura à superestrutura – e a questão da mudança linguística

Por todos os aspectos apresentados nesta seção, considerando tanto as diferentes realidades do signo linguístico (ideológica, material, histórico-cultural, valorativa/avaliativa) quanto suas peculiaridades (pureza semiótica, neutralidade ideológica, material privilegiado da esfera cotidiana e material semiótico da consciência), viu-se que ele é alçado a *signo ideológico por excelência*, a material privilegiado para o estudo das ideologias, já que, sendo produto das interações sociais, organizadas, por sua vez, pelos diferentes domínios culturais consubstanciados por projeções ideológico-valorativas específicas, “reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a sociopolítica da sociedade que a gerou” (VOLOCHÍNOV, 2013a [1930], p. 141). É, a partir disso, portanto, que os EC vinculam os fenômenos ideológicos, especialmente a linguagem, às condições e formas de comunicação social, tomando essas, por sua vez, como resultantes da infraestrutura.

Estando presente em todas as relações sociais e sendo *tecida a partir de uma multidão de fios ideológicos* – já que a palavra nunca pertence a uma só voz –, ela “é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014[1929], p. 42), sendo, por isso, o indicador mais sensível das transformações sociais ocorridas na infraestrutura, o elo entre a infra a superestrutura, as “correias de transmissão entre a história da sociedade e a história da língua” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 268).

Vale a pena destacar que, pela leitura que os autores do Círculo fizeram do marxismo, a relação entre infraestrutura e superestrutura nunca foi compreendida como uma relação direta ou mecânica – aliás, esta compreensão é duramente criticada por Volochínov e Medviédov, e considerada um *marxismo vulgar*.<sup>579</sup> Volochínov (2013 [1925], p. 64), por exemplo, afirma contundentemente:

---

<sup>579</sup> Por marxismo vulgar estamos compreendendo “aquele que tenta dar conta dos processos e produtos da criação ideológica por meio de uma lógica determinista e mecanicista, segundo a qual uma relação de causalidade simples, direta, unilinear e inidirecional entre a base econômica e as manifestações



Mas do fato de que todos os elementos de uma ideologia estejam rigorosamente determinados – e mais, por forças puramente materiais – deduz-se acaso que todos sejam integralmente redutíveis a uma base socioeconômica como a única apta para dar contas de sua necessidade? *Evidentemente não* [...]. As construções ideológicas implicarão sempre um fator [...] que será irredutível à sua base e cuja explicação corresponderá à biologia, à fisiologia e, finalmente, à psicologia objetiva (Grifos nossos).

Nessa mesma direção, Medviédév (2012 [1928], p. 58) também se pronuncia sobre a questão, assegurando que

[p]ensar que as obras particulares e separadas da união do mundo ideológico sejam determinadas, em seu isolamento, *de forma direta por fatores econômicos* é tão ingênuo quanto considerar que uma rima ajusta-se com outra rima e uma estrofe com outra dentro dos limites de um poema sob efeito da ação imediata da causalidade econômica.

Destaque-se ainda que a ideia de que a língua enquanto fenômeno ideológico é produto das interações sociais, mas também atua sobre elas, é condizente com as leituras mais atuais (em oposição às leituras clássicas) sobre o marxismo. Hall (2003), por exemplo, salienta que, do modo como compreende Marx, o conjunto das relações que compõem a sociedade constitui uma estrutura complexa, no seguinte sentido: (i) não há uma correspondência (simples, imediata e necessária) entre modo de produção e as diferentes práticas sociais, de maneira que a articulação entre um nível e outro (entre infraestrutura e superestrutura) é “em termos de efeitos que não correspondem necessariamente a suas origens” (p. 156); (ii) há uma “dupla articulação entre ‘estrutura’ e ‘prática’, em vez de causalidade estruturalista, [o que significa dizer] que a estrutura é o resultado *das práticas anteriormente estruturadas* [...] [e essas] o ponto de partida necessário para novas

---

superestruturais resolveria tudo, simplória e dogmaticamente” (FARACO, 2009, p. 17).

gerações de práticas” (p. 157-158). Por essa leitura, a abordagem marxista, segundo Hall, deve ser lida como um modelo que pressupõe a *indeterminação, a abertura, a contingência*. Pelo modo como estamos compreendendo, essa é a leitura do marxismo que se alinha à filosofia bakhtinana (cf. seção 4.1), fazendo emergir um estreito vínculo entre o *primeiro e segundo projeto intelectual* dos EC, apesar das especificidades entre as ideias de Bakhtin e as de Volochínov e Medviédev.

Uma das consequências da teoria das manifestações da superestrutura é a postulação de pressupostos que se vinculam diretamente ao estudo da mudança linguística. Volochínov (2013 [1930]), por exemplo, indaga: “[d]e que depende e em que ordem ocorre a mudança das formas da linguagem?” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1930], p. 158). E ele mesmo responde a questão, por meio de “um esquema do processo que provoca esta mudança” (p. 158) e que serve como *guia* investigativo para o mapeamento das relações entre infraestrutura e superestrutura, a saber:

1. Organização econômica da sociedade.<sup>580</sup>
2. Intercâmbio comunicativo social.<sup>581</sup>
3. Interação verbal.
4. Enunciações.
5. Formas gramaticais.

Com isso, tem-se a circunscrição das condições para a mudança das formas da língua ao âmbito da vida econômica e sociocultural, sendo essas não apenas a instância propulsora *de que depende* a mudança linguística, mas também o ponto de partida para investigá-la.

<sup>580</sup> Esse ponto investigativo, segundo Volochínov (2013 [1930]), por ser objeto de estudo de outras ciências, como as ciências sociais e a economia política, não precisa ser o centro da investigação do (meta)linguista.

<sup>581</sup> Volochínov (2013 [1930], p. 159) indica os seguintes tipos de intercâmbio comunicativo: (i) intercâmbio comunicativo ligado à produção: nas fábricas, nas indústrias, na agricultura etc.; (ii) intercâmbio comunicativo dos negócios: nos escritórios, nas organizações sociais etc.; (iii) intercâmbio comunicativo da vida cotidiana: encontros e conversas pela rua, a conversação permanente numa mesa social, na própria casa; (iv) intercâmbio comunicativo social no sentido próprio do termo, ou seja, o intercâmbio em esferas sociais formalizadas: propagandístico, escolar, científico, artístico, jornalístico, filosófico etc.

Logo, “[q]uanto à evolução da língua, é um elemento da evolução da comunicação social, inseparável dessa comunicação e suas bases materiais” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 196).

Destaque-se, porém, que os EC ressaltam que uma única e mesma tendência socioverbal, sob as mesmas condições socioeconômicas, “pode manifestar-se em diferentes línguas, *de acordo com sua estrutura gramatical, por índices de superfícies completamente diferentes*” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 187). Assim, justificam-se, ao mesmo tempo, semelhanças (fundadas pelas semelhanças nas condições socioeconômicas), e também diferenças interlinguísticas, uma vez que, em cada língua, os recursos linguísticos que melhor representam os aspectos constitutivos da interação social, além de serem específicos, podem evoluir numa determinada direção (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]).

Além dessa *ordem* metodológica, toda a relação entre signos ideológicos, interação social e ambiente sociocultural, conduz os EC às seguintes *premissas* ou “regras metodológicas”<sup>582</sup>:

1. *Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).
2. *Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).
3. *Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infraestrutura) (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 45; grifos do autor).

Talvez o principal ponto desse segundo projeto intelectual, para os fins desta tese, seja o de que o estudo da língua deve ser sociologicamente orientado, já que a “língua vive e evolui historicamente na *comunicação verbal concreta*”(BAKHTIN

---

<sup>582</sup> A seção 4.5 apresenta um conjunto de diretrizes metodológicas que emergem dos EC.

[VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 128; grifos do autor) e, por isso, seu “destino [...] é o da sociedade que fala” (ibid., p. 202). Relacionando a concepção dialógica da linguagem (cf. 4.1.1) com esse conjunto de considerações que englobam a relação entre signo, ideologia, cultura, psiquismo, indivíduo e sociedade, pode-se concluir que o Círculo desenvolve “um conceito de linguagem ligado ao esboço de uma teoria do conhecimento, incluindo as questões da relação dos sujeitos com o mundo e a dimensão assumida pela linguagem nessa relação” (BRAIT, 2005, p. 91).

#### 4.3 ENUNCIADO: A REAL E CONCRETA UNIDADE DA COMUNICAÇÃO DISCURSIVA

Conforme visto até aqui, a língua enquanto produto da interação se efetiva sob a forma de *enunciações ou enunciados* (orais e escritos), sendo essa unidade, portanto, a real e concreta unidade da comunicação discursiva, realizada entre sujeitos organizados socioculturalmente, localizados em diferentes campos culturais. Nesta seção, frente ao conjunto de concepções que caracterizam os dois projetos intelectuais depreendidos dos EC, especificam-se as *peculiaridades constitutivas do enunciado*.

Como unidade concreta e real da comunicação discursiva (cf. 4.1.2), o enunciado não pode ser considerado uma unidade do sistema linguístico – embora a língua-sistema (cf. 4.1.3) seja a via pela qual o enunciado se materializa e sem a qual ele sequer existiria. Por ser de natureza dialógica (cf. 4.1.2), ele se localiza no campo das relações de sentido (semântico-axiológico), passando a ser, ele próprio (o enunciado), o centro de referência para o *sentido* e a *significação* (cf. 4.3.3) dos elementos linguísticos. Como tal, ele é uma *unidade expressiva* que veicula emoção, juízo de valor, verdades etc., e pode ter diferentes extensões, na medida em que se constitui a partir de diferentes *unidades de discurso*: uma oração, uma palavra ou mesmo uma extensa obra, como um romance, uma tese etc (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

Além disso, ele reflete as condições específicas e as finalidades de cada campo de comunicação a que se vincula, já que “*nasce de uma situação pragmática e mantém conexão mais próxima possível com esta situação*” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 77; grifos nossos). Para

além do aspecto pragmático, contudo, o enunciado também reflete “todas as causas e condições gerais mais remotas daquele intercâmbio comunicativo<sup>583</sup> verbal específico” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925], p.171) (cf. 4.2.4) em que emergiu, o que sinaliza para a realidade, além de pragmática, também histórico-cultural do enunciado.

Por esses dois aspectos, o enunciado, por um lado, é único e irrepetível “(ainda que seja uma citação)” (BAKHTIN, 2011 [1959-1961], p. 313), porque sempre se constitui de acordo com a situação de interação, e, por outro lado, é histórico-cultural, já que, sendo elo da cadeia discursiva (cf. 4.1.2), está conectado a outros enunciados, constituindo-se como resposta a esses.

Por não poder, então, ser apartado da *situação social* que o engendrou (quer do ponto de vista pragmático quer do histórico-cultural), como se a situação fosse apenas um contorno a que se pode fazer referência, cada enunciação se *compõe*, na verdade, “*de duas partes: uma verbal e outra não verbal*” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925], p. 171).

Além da parte materializada, expressa, há, portanto, um conjunto de elementos extraverbais que participam da constituição da enunciação. A esses últimos aspectos denomina-se *dimensão social da enunciação*, uma parte que lhe é intrínseca e cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão do sentido total do enunciado. A seguir, em 4.3.1 explanam-se os aspectos constitutivos da dimensão social da enunciação; em 4.3.2, as peculiaridades do enunciado; e, por fim, em 4.3.3, especificam-se os conceitos de sentido e de significação.

#### **4.3.1 A dimensão social da enunciação**

A *parte extraverbal da enunciação*, embora não seja expressa linguisticamente, está, para os EC, *subentendida*<sup>584</sup> no enunciado, podendo, pois ser presumida, já que se refere a “vivências, valores, programas de comportamento, conhecimentos, estereótipos etc.” (PONZIO, 2011a, p. 93), constituídos no âmbito de domínios culturais específicos que engendram, assim, diferentes *comunidades de*

---

<sup>583</sup> Retomem-se de 4.2.4 os tipos de intercâmbio comunicativo considerados por Volochínov (2013[1930]).

<sup>584</sup> À parte subentendida da enunciação fizemos referência, em 4.2.3, como *pressupostos compartilhados*.

*valorações*. Existe, assim, “o ‘subentendido’ da família, da tribo, da nação, da classe social, dos dias, dos anos inteiros e inclusive de épocas totais” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 80).

Quanto mais amplo o horizonte do grupo social, *mais constantes se tornam os subentendidos*, porque, nesse caso “a enunciação pode somente apoiar-se nos aspectos permanentes e estáveis da vida, e nas valorações sociais essenciais e básicas” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 80-81); ao contrário, quanto mais estreito for o horizonte (como quando duas pessoas se encontram casualmente), mais efêmeros são os subentendidos a partir dos quais a enunciação se organiza.

De qualquer modo, essa parte da enunciação pode ser comparada a um *entimema*, ou seja, a um juízo a que se chega sem que se anunciem todas as premissas que o envolvem<sup>585</sup>: é, pois, da ordem do que é *conjuntamente sabido* (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014), “parte da carne e do sangue de todos os representantes de um grupo dado” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 81), sendo, por isso, a própria condição para a emergência da enunciação.

Todavia, para longe de ser um ato psíquico, a parte subentendida do enunciado trata-se de um elemento do mundo social, de um elemento objetivo que se integra ao enunciado, que é parte dele, e se reflete em todos os seus aspectos constitutivos (tema, estilo e composição) (cf. 4.4), tornando-se, por isso, indispensável para a própria compreensão do sentido do enunciado.

Especificando a questão, a parte extraverbal do enunciado, segundo Volochínov (2013 [1925]), é composta pelos seguintes elementos: *situação* e *auditório*. A *situação* corresponde às condições da efetiva realização, em um dos campos culturais, de uma de suas formas de interação. Como cada campo “organiza, constrói e completa, à sua maneira, a forma gramatical e estilística<sup>586</sup> da enunciação, [ou seja] sua *estrutura tipo*” (p. 159; grifos do autor), a situação (histórico-cultural e também pragmática) da interação integra o próprio interior

<sup>585</sup> A título de exemplificação, Volochínov cita o silogismo “Sócrates é um homem, portanto é mortal” cuja premissa “todos os homens são mortais” não está explicitada, mas apenas subentendida (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 79).

<sup>586</sup> *Estilo*, nos EC, refere-se à seleção de recursos gramaticais, lexicais e fraseológicos da enunciação. Cf. 4.4.2.

dos enunciados; com isso, diferenças nas situações determinam, por exemplo, diferenças de sentidos de uma mesma expressão verbal (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925]).

O *auditório*<sup>587</sup> corresponde aos falantes, aos participantes (próximos ou distantes) da situação. Como todo enunciado é dialógico (cf. 4.1.1), ou seja, é orientado para o outro, todo enunciado pressupõe inevitavelmente que se tenha em conta (cf. 4.1.2) a correlação *sócio-hierárquica* entre ambos os interlocutores. Com isso, pode-se dizer que todo enunciado tem *destinatário preciso*:

pode ser um participante-interlocutor direto do diálogo cotidiano, pode ser uma coletividade diferenciada de especialistas de algum campo especial da comunicação cultural, pode ser um público mais ou menos diferenciado, um povo, os contemporâneos, os correligionários, os adversários e inimigos, o subordinado, o chefe, um inferior, um superior, uma pessoa íntima, um estranho, etc. (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 301).

A estrutura da enunciação, por isso, também é diretamente dependente de seu auditório e, mais que isso, de como o falante o *percebe*, o representa para si e antecipa possíveis repostas. Assim, o *peso do destinatário* para o falante também é refletido no enunciado, de modo que a forma da enunciação pode mudar a depender da posição social do falante em relação ao ouvinte e segundo a situação em que ela se realiza.

É essa “dependência do peso sócio-hierárquico do auditório”<sup>588</sup> – isto é, do pertencimento de classe dos interlocutores, de sua condição

---

<sup>587</sup> Os termos *auditório* e *destinatário* são acionados, nos EC, para fazer referência ao outro a quem a enunciação se dirige, mesmo quando esse outro não existe enquanto pessoa empírica. Adverte-se que, tendo em vista que esses mesmos termos são utilizados, mas com outras acepções, em diferentes correntes linguísticas, a acepção que esses termos alternativos evocam, nos EC, deve ser depreendida do conjunto de concepções dos EC, afastando, assim, qualquer matiz estruturalista ou mecanicista.

<sup>588</sup> Destaque-se que o auditório da enunciação é concebido em termos de representação, de imagens e concepções que se estabelecem entre os interlocutores.

econômica, profissão, hierarquia nos serviço ou [...] pelo título, grau [...] etc.” (p. 169) que os EC denominam *orientação social da enunciação*, já que ela é inteiramente determinada pelas relações sociais contraídas entre os interlocutores da interação. Por esse motivo,

qualquer que seja a enunciação considerada [...] é certo que ela, na sua totalidade, é *socialmente dirigida*. Antes de mais nada ela é determinada de maneira mais imediata pelos participantes do ato de fala<sup>589</sup>, explícitos ou implícitos, em ligação com uma situação bem precisa; *a situação dá forma à enunciação*, impondo-lhe esta ressonância em vez daquela, por exemplo a exigência ou a solicitação, a afirmação de direitos ou a prece pedindo graça, um estilo rebuscado ou simples, a segurança ou a timidez, etc. *A situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação* (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 118; grifos nossos).

Mas há que se destacar que, embora esses dois aspectos (a situação e o auditório) sejam constitutivos do enunciado, a força de cada um deles depende da “valorização” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925], p. 169), da avaliação que recebem. A avaliação, por isso, é o que, de fato, torna concreta uma enunciação; nos termos de Volochínov, “[j]uízos e valorações se referem a uma certa totalidade [do enunciado], na qual a palavra [da *língua-sistema*] diretamente entra em contato com o acontecimento da vida e se funde com ele em uma unidade indissolúvel” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 77).

É por essa indissociabilidade entre avaliação e enunciação que o enunciado, como visto em 4.2.1, nunca reflete (como um espelho), mas *resolve a situação social*, tornando-se uma “conclusão valorativa” dela (VOLOCHÍNOV, 2013 [1925], p. 173) e, nisso, “[e]le sempre cria algo que não existia antes dele, absolutamente novo e singular [justamente porque] tem relação com o valor (com a verdade, com a bondade, com a beleza, etc.)” (BAKHTIN, 2011 [1959-61], p. 326). Por outro lado também “[a] mudança de situação e de auditório altera a orientação

---

<sup>589</sup> Por *ato de fala*, entenda-se *enunciação*.



social valorativa do enunciado e, conseqüentemente, o seu sentido” (RODRIGUES; 2001, p. 23).

Além disso, a parte extraverbal da enunciação pode ainda ser assim decomposta, de acordo com Rodrigues (2001):

- (i) *horizonte espacial e temporal*, que corresponde ao espaço (onde) e tempo (quando) em que ocorre a enunciação;
- (ii) *horizonte temático*, que corresponde ao objeto, ao conteúdo temático (cf. 4.4.2) de que se trata a enunciação (aquilo de que se fala);
- (iii) *horizonte axiológico*, que é a valoração dos participantes (próximos, distantes) frente ao que ocorre (em relação ao objeto do enunciado, em relação aos outros enunciados, em relação aos interlocutores).

A seguir, especifica-se esse desdobramento da parte extraverbal da enunciação.

Como dimensões extraverbais, as noções de *horizonte espaço-temporal* e *horizonte temático* estão diretamente correlacionadas com o conceito de *cronotopo*, “que significa espaço-tempo”, em referência à “interligação fundamental das relações temporais e espaciais” (BAKHTIN, 2014 [1936-1937], p. 211) . Inspirados pela Teoria da Relatividade de Einstein, segundo a qual as relações entre espaço e tempo são intrínsecas, os EC postulam que o *cronotopo*, uma categoria contedúfstico-formal, é o terreno sobre o qual ocorre a *representação* das diferentes atividades sociais; é onde se dá a fusão ou a assimilação dos indícios espaço-temporais “num todo compreensivo concreto” (p. 211), que é o enunciado.

Explicando essa categoria a partir do campo literário<sup>590</sup>, Bakhtin (2014 [1936-1937]) considera que ela tem um significado fundamental, porque determina não apenas (i) os gêneros e as variedades de gêneros literários<sup>591</sup> – fazendo com que cada um deles possua seu próprio

---

<sup>590</sup> Embora o conceito de cronotopo, no âmbito dos EC, tenha sido operacionalizado a partir do domínio literário, com o estudo do romance, pode ser aplicado a outros domínios, como ocorre com os diversos conceitos do campo.

<sup>591</sup> A concepção de gênero, (cf. 4.4) é a de tipos *relativamente estáveis, historicizados* de enunciados.

método de assimilação artística da relação espaço-temporal ou, em outros termos, que cada gênero possua seu próprio cronotopo (cf. 4.4) –, mas também (ii) a imagem de homem na literatura.<sup>592</sup>

Importa saber que, a partir do exame de obras literárias, Bakhtin postula que a “linguagem é essencialmente cronotópica, como tesouro de imagens” (p. 356) e, conseqüentemente, *todo enunciado, é também cronotópico*, ou seja, implica um modo de assimilação e representação da relação espaço-tempo; mais que isso, implica representabilidade dos *eventos* e dos *homens* a partir de determinadas imagens espaço-temporais.

Por esse motivo, no âmbito da explicação sobre o conceito de cronotopo está uma importante discussão sobre a questão da relação entre linguagem e realidade, por meio da distinção entre *mundo representante* (o mundo real, ou seja, o mundo do “tempo-espaço totalmente real onde ressoa a obra, onde se encontra o manuscrito ou o livro, [onde] encontra-se também o homem real que criou a língua

<sup>592</sup> A título de exemplificação, Bakhtin (2014 [1936-1937]) analisa o cronotopo do *romance de aventuras e provações* (romance grego), cuja essência do tempo são os acontecimentos compreendidos entre (i) o encontro do herói e da heroína e (ii) a repentina paixão que os envolve; esse último momento serve de ponto de partida para todo o enredo, ao passo que a união dos dois é o ponto de chegada, depois de uma série de perturbações; toda a ação se desenvolve em um fundo geográfico amplo e variado (em vários países), embora nenhum dos acontecimentos afete a vida dos heróis (já que biológica e biograficamente, eles não envelhecem, não crescem) ou o mundo social deles, constituindo, assim, um tempo de aventura indeterminado; por isso o cronotopo desse romance “caracteriza-se pela ligação técnica e abstrata do tempo e do espaço” (BAKHTIN, 2014 [1936-1937], p. 225); a imagem de homem nesse tipo de romance, por sua vez, é a do indivíduo “particular e privado” (p. 231) (e não público e político), ou seja, ele não é parte do todo social nem tem nenhuma missão no mundo, em consonância com o mundo abstrato e estrangeiro que é palco para as aventuras. Nesse sentido, o cronotopo exerce, por exemplo, dois papéis centrais no romance: (i) *temático*, porque eles são o lugar em que o enredo se constrói, e, por isso, eles são o centro dos principais acontecimentos (temáticos); e (ii) *figurativo*, porque é neles que os acontecimentos do enredo se concretizam, já que é o próprio cronotopo que fornece um “terreno substancial à imagem-demonstração dos acontecimentos”, servindo de ancoragem para o desenvolvimento das cenas (p. 355). Por conseguinte, os cronotopos são a porta de entrada para a compreensão de toda a obra, já que se referem à forma de assimilar e representar o tempo, o espaço e o homem histórico.

falada, que ouve e lê o texto”, o mundo, enfim, “criador do texto”<sup>593</sup> (p. 358)) e *mundo representado* (o mundo da linguagem, o mundo da construção de imagens), conforme a seguir (BAKHTIN, 2014 [1936-1937]).

Para Bakhtin, por um lado, o mundo real (representante) e o mundo da linguagem (representado) não se reduzem a uma e mesma coisa: há “uma fronteira rigorosa” entre um mundo e outro, dado que o que a enunciação faz é *pintar o mundo a partir de um ponto de vista*. Por conseguinte, até a referência a fatos pessoais já se torna uma representação dos fatos, ou seja, mesmo se “eu narrar (escrever) um fato que acaba de acontecer comigo, já me encontro, como *narrador* (ou escritor), *fora do tempo-espaço onde o evento se realizou*” (p. 360; grifos do autor) (BAKHTIN, 2014 [1936-1937]).

Mas, por outro lado, apesar da fronteira rigorosa que separa esses dois mundos, não sucede que ela seja intransponível – essa concepção seria uma “especificação dogmática e simplista” (p. 358): como o mundo real (do autor e do leitor) também é cronotópico, ou seja, implica uma relação espaço-temporal, é desses cronotopos reais que se originam os cronotopos (criados e refletidos) no mundo representado, no mundo da linguagem. Desta forma, esses dois mundos, embora não se confundam, estão indissolivelmente ligados, “semelhante ao metabolismo que ocorre entre um organismo vivo e o seu meio ambiente: enquanto o organismo é vivo, ele não se funde com esse meio, mas se for arrancado, morrerá” (p. 358). Por esse motivo, o enunciado e o mundo nele representado penetram o mundo real, enriquecendo-o; e, de igual modo, o mundo real penetra o enunciado e o mundo nele representado, num constante processo de renovação mútua (BAKHTIN, 2014 [1936-1937]).

Com isso, pode-se dizer que a enunciação, sendo praticada em um *mundo representante* específico, ou seja, em campos culturais específicos, é configurada pelo tipo de *percepção* e *representação* que esses, por meio de seus enunciados, desenvolvem da relação espaço-tempo. Desse modo, como o enunciado atua no plano da representação, o que significa incluir qualquer objeto de enunciação “não só na esfera da exigência espaço-temporal, mas também na esfera semântica” (p. 361), o exame das relações cronotópicas dos enunciados, por meio do modo como representam os eventos e o homem, constitui um meio,

---

<sup>593</sup> *Texto* aqui tem a mesma acepção de língua-discurso (cf. 4.1.3 e 4.3.2).

dentre outros, para a compreensão dos modos como cada domínio cultural significa e representa a própria experiência (histórico-cultural). Nesse sentido, “qualquer intervenção na esfera dos significados [dos enunciados] só se realiza através da porta dos cronotops” (p. 362).

Ampliando a discussão, destaque-se que o cronotopo está diretamente correlacionado com outro aspecto da dimensão social da enunciação, um aspecto, inclusive, considerado o princípio regente da enunciação, a saber, a *avaliação* dos locutores em relação (i) ao objeto da enunciação, (ii) a outros enunciados e (iii) aos interlocutores da interação, como se explica a seguir.

Considerando, em primeiro lugar, a avaliação frente ao objeto da enunciação, Medviédev (2012 [1928]) concebe que, como todo enunciado é um ato social (cf. 4.1.1), uma de suas peculiaridades é ser um fenômeno histórico não apenas porque seu sentido é histórico e social, mas também porque “o próprio fato de sua pronúncia e, em geral, de sua realização aqui e agora, em dadas circunstâncias, em dado momento histórico, nas condições de dada situação social” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 183) é histórica. Assim, em certo momento, foi um dado sentido<sup>594</sup>, e não outro, que se tornou objeto da comunicação discursiva, ou seja, que entrou no horizonte concreto dos interlocutores em decorrência tanto de um conjunto de condições histórico-sociais quanto de uma situação concreta de enunciação, já que cada época do desenvolvimento humano delimita objetos particulares que receberão a atenção de um corpo social. São esses objetos, então, que dão origem aos enunciados.

Mas o ponto da questão é que, para que recebam atenção de um corpo social, é imprescindível que os objetos estejam ligados às condições de existência de uma sociedade ou de um de seus grupos e, frente a essas, adquiram um *valor particular*, adquiram alguma relevância interindividual, já que “*não pode entrar no domínio da ideologia*<sup>595</sup>, tomar forma e aí deitar raízes senão aquilo que adquiriu um valor social” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2014 [1929], p. 46) grifos do autor). Por esse motivo, a *avaliação social* é o fator que *atua na própria organização da visão e compreensão dos acontecimentos do mundo*, dado que, nos termos de Medviédev, “*só vemos e*

<sup>594</sup> Retome-se que enunciação é, para os EC, uma unidade de sentido.

<sup>595</sup> Retome-se que ideologia, nos EC, refere-se a todo o conjunto de *interpretações (valoradas)* da realidade social (cf. 4.2.1).

*compreendemos aquilo que, de uma maneira ou outra, toca-nos, interessa-nos*” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 191; grifos nossos).

A avaliação social, nesse sentido, é “justamente essa atualidade histórica que reúne a presença singular de um enunciado com a abrangência e a plenitude do seu sentido, que individualiza e concretiza a presença [...] da palavra aqui e agora” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 184); ela é, portanto, a própria *condição para a enunciação*, pois, por ela, se constitui o *horizonte temático* da enunciação, a depender das condições sócio-históricas e em virtude das próprias necessidades, interesses, julgamentos de uma época e de um grupo social. Nesse sentido, tornar-se objeto de discurso significa entrar no *horizonte apreciativo* dos interlocutores, já que a “avaliação crítica [...] é a única razão de ser de toda produção ideológica” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 123).

Disso resulta a premissa de que *a forma de um enunciado é a forma de um conteúdo e da relação valorativa que o falante mantém com ele* – ou seja, “[e]u devo experimentar a forma como minha relação axiológica ativa com o conteúdo” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 58). Por esse motivo, acredita-se que a forma da enunciação realiza a posição ou a atividade de uma avaliação: a “unidade da forma é a unidade da posição axiológica ativa” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 67).

Mas, além disso, como toda enunciação, *enquanto forma de um conteúdo valorado*, só ocorre em resposta a outras enunciações, toda manifestação discursiva pressupõe apreciação de outros pontos de vista, já que qualquer ideia só nasce e se forma no processo de interação e luta com a ideia de outros (cf. 4.1.1). Por isso, a avaliação que se faz de enunciados já ditos (no passado) ou mesmo de enunciados que se antecipa, que se pré-figura como futuras respostas (no futuro), também determinam a estrutura da enunciação.

A título de especificação, as reações que se pode ter em relação a outras enunciações, isto é, as relações dialógicas que se pode manter com outros enunciados se manifestam, do ponto de vista estilístico-composicional (cf. 4.4.2), pelos seguintes recursos, todos eles indicativos do conceito de *bivocalidade* (cf. 4.1.2) da palavra:

- (i) *Discurso relatado direto*: é uma forma, por meio do uso de aspas, por exemplo, de recuperar o discurso de outro locutor, destacando-o da enunciação atual; com isso, faz ver tanto outro conteúdo semântico-axiológico (com o qual se pode, em seguida concordar, discordar, concordar parcialmente etc.) quanto a estrutura da enunciação alheia;

- (ii) *Discurso relatado indireto*: é definido como uma forma de *transmissão analítica* do discurso de outrem, cuja *análise* se dá em duas direções: (i) em direção ao conteúdo semântico de outros enunciados, ao que se denomina “discurso indireto analisador de conteúdo”; e (ii) em direção à expressão do enunciado, considerando seu objeto de discurso e também o próprio (dizer do) falante, ao que se denomina, “discurso indireto analisador de expressão” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 167). Assim, as palavras, os modos de dizer, os pontos de vista de outros enunciados integram a estrutura da enunciação;
- (iii) *Construção híbrida*: enquanto o discurso relatado direto e o indireto são formas de introdução e de transmissão do discurso alheio em que há a presença de certos traços linguísticos (sintáticos) marcando (mais ou menos) as fronteiras entre discurso citado e discurso citante, na construção híbrida, embora o enunciado também expresse dois pontos de vista, “não há nenhuma fronteira formal, composicional e sintática” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 110) entre eles; a divisão de vozes sociais está, sob o ponto de vista estilístico-composicional, fundida no discurso do enunciador, mas ressoando outras vozes sociais.<sup>596</sup>

Todas essas formas de introdução do discurso alheio na enunciação impactam diretamente a estrutura da enunciação. Mais que isso, elas já são estratégias de construção da enunciação, pois, até o uso do discurso direto, em que “a substância do discurso do outro permanece palpável, como um todo autossuficiente” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 151), não passa de um *efeito* de objetividade, de um efeito de enquadramento de discurso alheio, a partir

---

<sup>596</sup> A título de exemplificação, quando se diz, por exemplo, “pesquisas científicas revelam que [...]”, o enunciador está, ao mesmo tempo, (i) expressando um ponto de vista particular (porque vai concordar ou não com a ciência), sendo esse, portanto, o seu discurso, e (ii) ressoando o discurso da ciência. Assim, o discurso, do ponto de vista estilístico, é do enunciador, mas nele há duas perspectivas axiológicas (que podem coincidir ou não).

de uma perspectiva valorativa. Como visto, a retomada do discurso de outro (inclusive a dos nossos) é sempre um processo de *representação*.

Com isso, as palavras da enunciação pertencem simultaneamente a dois pontos de vista, a dois contextos, a dois discursos: ao do enunciado/locutor citante e ao do enunciado/locutor citado. Daí a concepção de que o discurso citado, seja qual for o modo de citação, “é o discurso no discurso, a enunciação na enunciação [:] um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV] (2014 [1929], p. 150) (cf. 4.4.4).

Por esses aspectos, “a expressão do nosso enunciado é determinada na só [...] pelo conteúdo semântico-objetal desse enunciado mas também pelos enunciados do outro sobre o mesmo tema, aos quais respondemos, com os quais polemizamos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 297). A avaliação que se faz da enunciação alheia, precedente e subsequente, também determina, portanto, a estrutura da enunciação.

Por fim, a avaliação que o falante constrói da relação sócio-hierárquica entre ele e seu auditório também determina a estrutura da enunciação: a alta posição social do ouvinte requer palavras “altas”, por exemplo (VOLOCHÍNOV, 2013b [1925]). Nessa relação, inclusive, também está implicada a representação do objeto de discurso, já que, segundo Volochínov, “toda palavra realmente pronunciada (ou escrita com sentido), [...] é expressão e produto da interação social de três: do falante (autor), do ouvinte (leitor), e daquele de quem ou de que se fala (protagonista)” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 85).

A avaliação frente a esses três aspectos (objeto de enunciação, outros enunciados e auditório) pode ser, de modo geral, de dois tipos: (i) há as avaliações mais efêmeras, porque se constituem nas interações de curta duração da vida social; e (ii) há as avaliações mais estáveis, determinadas pelas condições socioeconômicas de um grupo. Assim, na concepção bakhtiniana, “[a] valoração não apenas é compreendida e considerada sob a perspectiva da situação imediata das práticas discursivas, como pelas conjecturas sócio-histórico-culturais constitutivas desse contexto” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 192).

Em todo caso, os domínios culturais em que ocorre a enunciação constituem o próprio *horizonte social* (um horizonte literário, científico, moral, jurídico etc.) a partir do qual a avaliação se constrói. Nesse sentido, todo enunciado é “marcado pelo horizonte social de uma época e de um grupo social determinados” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 45). Quanto mais coeso socialmente for um grupo, mais as avaliações serão compartilhadas: nesse caso, “o

‘conjuntamente visto’ e o ‘conjuntamente sabido’ se integram ao ‘unanimemente avaliado’” (ACOSTA-PEREIRA; RODRIGUES, 2014, p. 186).

Além disso, “toda a estrutura formal do discurso, em uma considerável medida, depende da relação que reduz a enunciação às supostas valorações compartilhadas daquele meio social para o qual está orientada a palavra” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 82-83); em outros termos, pode-se dizer que “o julgamento da situação [...] interfere diretamente na organização do enunciado e [...], justamente por isso, deixa no produto enunciado as marcas do processo de enunciação” (BRAIT, 2005, p. 93). A avaliação social, portanto, determina todos os aspectos da enunciação: “a escolha do objeto, da forma e sua composição individual nos limites do enunciado. Ela determina, ainda, a escolha do conteúdo e da forma, bem como a ligação entre eles” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 184).

Do ponto de vista estilístico-composicional, por exemplo, como já indicado por meio das formas de enquadramento do discurso alheio, a avaliação social atua na própria *seleção* e *distribuição* das formas (cf. 4.4.2), respeitando-se *um horizonte linguístico*, uma vez que a própria expressão de um conteúdo, de um conjunto de intenções é limitada, além de pelas condições de comunicação de um grupo, pelas possibilidades gramaticais, ambas *dadas* aos falantes. Conforme compreende Bakhtin,

[n]ão importa quais sejam as intenções que o falante pretenda transmitir [...] ele nunca criará um esquema linguístico nem uma nova tendência na comunicação socioverbal. As suas intenções subjetivas terão um caráter criativo apenas quando houver nelas alguma coisa que coincida com tendências na comunicação socioverbal dos falantes em processo de formação, de evolução; e essas tendências dependam de fatores socioeconômicos (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 183).

Confirmando essa leitura, resgate-se que a *expressão da valoração social é feita pela entonação* (cf. 4.1.1), e essa, embora



independa do significado de palavras isoladas<sup>597</sup>, *acompanha o tom principal da valoração social, buscando sempre um coral de apoio* em uma comunidade ou em um domínio cultural com a qual compartilha uma série de subentendidos. Desse modo, é por meio da entonação que o falante marca suas emoções e juízos de valor (como alegria, sofrimento, empolgação etc.), acompanhando um corpo social e conferindo “dinamicidade histórica viva e unicidade irrepetível (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 86) aos recursos linguísticos.

Por todos esses aspectos, o cerne ou o *momento regente da enunciação*, por um lado, é o aspecto axiológico, porque falar sobre algo implica já ter assumido uma atitude avaliativa, uma atitude de *não indiferença* em relação ao objeto da enunciação (FARACO, 2009): é, pois, a avaliação que “organiza a comunicação” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 189) e seus significados. *Por conseguinte, não se pode compreender o sentido de um enunciado, constituído no contexto de uma contemporaneidade específica, sem conhecimento de sua atmosfera axiológica e de sua orientação avaliativa no meio ideológico* (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]).

Por outro lado também, “para entrar em nossa experiência (experiência social, inclusive), [os] significados, quaisquer que eles sejam, devem receber uma expressão espaço-temporal qualquer, ou seja, uma forma sîgnica audível e visível por nós [...]” (BAKHTIN, 2014 [1936-1937], p. 361-362), dado que “o *ponto de vista é cronotópico* e abrange tanto o elemento espacial quanto o temporal [e] a isso se vincula imediatamente o ponto de vista axiológico” (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 369).

De toda essa discussão, então, pode-se concluir que *cronotopo, horizonte temático, horizonte axiológico, relações dialógicas com enunciados precedentes e subseqüentes e concepções específicas de autor e destinatário* são “elementos extralinguísticos [...] [que] penetram o enunciado também por dentro” (BAKHTIN, 2011 [1959-61], p. 313).

---

<sup>597</sup> Exemplificando a questão, Bakhtin (2011 [1952-53], p. 292) assim se pronuncia: “por exemplo: ‘Neste momento, qualquer alegria é apenas amargura para mim’ – aqui a palavra ‘alegria’ recebe entonação expressiva, por assim dizer, a despeito do seu significado”.

### 4.3.2 Peculiaridades do enunciado

Frente às ilimitadas possibilidades de relações extraverbais que podem se estabelecer nas situações de interação, vinculadas a diferentes finalidades ideológico-discursivas dos diversos domínios culturais, a estruturação da enunciação pode ser multiforme, não apenas do ponto de vista de sua extensão, mas também de seu conteúdo e de sua forma (estilístico-composicional).

Mesmo assim, todos os enunciados possuem características constitutivas específicas, o que lhes conferem propriedades composicionais e limites precisos, além de os diferenciarem, inclusive, das unidades abstratas da *língua-sistema*, como a oração. Nesta seção, explicitam-se essas características, quais sejam: (i) alternância dos sujeitos; (ii) conclusibilidade e (iii) expressividade.

Sobre a *alternância dos sujeitos*, os EC destacam que, sendo a unidade real da comunicação discursiva, o enunciado apresenta início e fim absolutos: antes dele, os enunciados de outros e, depois dele, as respostas que suscitarão tendo como delimitação de fronteiras entre um enunciado e outro justamente a alternância ou a troca dos sujeitos do discurso, motivada pelo fato de o autor/falante já ter dito tudo o que queria ou poderia dizer sob determinadas condições. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

A alternância dos sujeitos pode se efetuar de diversas formas, a depender do tipo de situação social a que se vincula. Dentre elas, o diálogo é a forma mais básica da comunicação discursiva em que a alternância dos sujeitos é imediatamente reconhecida. Nesse tipo de situação, as fronteiras entre um sujeito e outro são conservadas externamente, com precisão; e essa mesma precisão se revela no interior do diálogo, dado que, quando toma a palavra, o falante revela sua individualidade em todos os aspectos do enunciado (conteúdo, estilo e composição): “essa marca da individualidade [...] é o que cria princípios interiores específicos” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 279) que separam um enunciado de outro; em outros termos, é por conta da existência de diferentes sujeitos de discurso, que “pressupõe *outros* (em relação ao falante)” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 276; grifos do autor), que cada réplica enunciativa ganha um acabamento específico, particularizando-se em relação aos enunciados precedentes e subsequentes, nos quais se baseia.

A despeito de essa peculiaridade constitutiva do enunciado ser mais diretamente ilustrada pelo diálogo, nos enunciados de todos os demais campos da comunicação cultural (como o científico, o político, o

religioso etc.) se verifica essa mesma particularidade, compreendida em termos de relações dialógicas, como se verifica no seguinte excerto: “O que determina as fronteiras inabaláveis do enunciado? As forças metalinguísticas” (BAKHTIN, 2011 [1959-1961], p. 320), ou seja, as relações dialógicas.

A segunda peculiaridade do enunciado é a *conclusibilidade*, “uma espécie de aspecto interno da alternância dos sujeitos do discurso” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 280). O critério de conclusibilidade do enunciado é a própria possibilidade de se responder a ele, de se ocupar uma posição responsiva frente a ele, uma vez que cada réplica (na cadeia da comunicação discursiva) pressupõe que o falante disse tudo o que queria ou podia dizer sob determinadas condições.

A inteireza do enunciado, ou seja, o que lhe assegura a possibilidade de resposta, está relacionada a três diferentes aspectos fortemente imbricados:

- (i) *exauribilidade* do objeto ou do sentido a que se dedica o enunciado: embora alguns objetos sejam inexauríveis, ganham, no enunciado, relativa conclusibilidade ou um acabamento<sup>598</sup> apenas em decorrência de causas externas;
- (ii) *projeto ou vontade/intenção de discurso*: é o que determina o todo do enunciado, pois, estando diretamente relacionado com uma situação concreta de interação, o sujeito, centrado no objeto a que se reporta ou no sentido que deseja construir, delimita o aspecto semântico do enunciado, bem como seu acabamento estilístico-composicional.
- (iii) *gêneros de discurso*: sendo “*formas* relativamente estáveis e típicas de *construção do todo* [do enunciado]”

---

<sup>598</sup> Medviédev chama atenção para o fato de que em muitos campos ideológicos somente é possível um acabamento composicional do enunciado, porém não um acabamento temático. Um exemplo citado pelo autor é o trabalho científico que nunca finaliza, porque a ciência é uma unidade que não pode ser finalizada. Assim, o autor distingue acabamento e finalização: “a finalização é possível apenas nas artes que têm duração no tempo” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 194).

(BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 282), são o “terceiro e mais importante” (p. 282) aspecto de conclusibilidade do enunciado, já que são formas típicas para a estruturação, para a modelagem do projeto de discurso. (cf. 4.4).

Esses três aspectos constituem a forma total do enunciado e, por isso, orientam a própria interação discursiva. Contudo precede a esse todo tanto o próprio *projeto de dizer* quanto a escolha da forma típica de enunciado, ou seja, de gênero de discurso, em que esse dizer se realizará, pois é nele que se aplica e se conforma a intenção discursiva. Desse modo, o todo do enunciado é, ele mesmo, *indício de uma totalidade de sentido*, passível de ser interpretada a partir, justamente, desses três aspectos (exauribilidade do sentido do objeto de discurso, vontade discursiva e gênero de discurso).

Por não se submeter, portanto, a uma definição gramatical, já que o enunciado insere-se no campo das relações de sentido, a terceira peculiaridade do enunciado é *expressividade*, a expressão da relação subjetivo-valorativa do falante em relação ao objeto da enunciação, aos outros enunciados e aos interlocutores (cf. 4.3.1). Esse é o aspecto, inclusive, que torna a palavra semialheia em palavra própria, pois se refere à impregnação, na língua, das intenções do falante, isto é, da sua orientação semântico-axiológica, embora nem todos os discursos se tornem próprios: muitos “permanecem alheios” (p. 100), pois submeter os enunciados à acentos próprios é “um processo difícil e complexo (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 100).

A expressividade, segundo os EC, não existe no sistema da língua, mas refere-se a uma peculiaridade dos enunciados justamente porque eles se formam do contato entre *significado linguístico* e *situação concreta* (essa última implicando todos os aspectos da *dimensão social da enunciação*, como visto na subseção precedente): ou seja, o colorido expressivo dos enunciados “nasce do ponto de contato da palavra com a realidade concreta e nas condições de uma situação real”.(BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 294).<sup>599</sup>

É por essas três peculiaridades constitutivas – (i) alternância dos sujeitos; (ii) conclusibilidade; e (iii) expressividade – que o enunciado pode ser compreendido mais diretamente em oposição à *oração*, embora

---

<sup>599</sup> Em 4.3.4, especifica-e o conceito de *significado linguístico* e retoma a questão da expressividade da enunciação.

o enunciado não exclua a presença dessa, já que se realiza por meio dela.

Ao contrário de todos os traços definidores do enunciado, a oração, apartada do todo da enunciação: (i) não tem seus limites determinados pela alternância dos sujeitos; (ii) não tem contato imediato com a situação extraverbal; (iii) não tem relação imediata com enunciados alheios; (iv) não dispõe de plenitude semântico-axiológica, sendo, portanto, neutra; (v) não tem capacidade de suscitar resposta; e (vi) não possui entonação expressiva.

Sem considerar, portanto, a inteireza da enunciação – ou seja, sem reconhecer que a forma do enunciado é a forma de um conteúdo, frente ao horizonte axiológico do falante – perde-se justamente a noção de que uma determinada oração pela qual se realiza o enunciado é constituída a partir da *projeção do enunciado inteiro*. Apenas esse, portanto, é “parte de uma relação social e histórica concreta, como *texto vivo*, e não como texto reificado [...] que se interpreta com base na pura relação entre suas unidades linguísticas” (PONZIO, 2011, p, 187; grifos nossos).

Nesse sentido, *enunciado* pode ter como termo alternativo também o termo *texto (texto-enunciado)*, em oposição a uma concepção de texto circunscrita em aspectos puramente linguísticos (*texto-língua*)<sup>600</sup>. Conforme Rodrigues (2005, p. 158),

[o] texto visto como enunciado tem uma função ideológica particular, autor e destinatário, mantém relações dialógicas com outros textos (textos-enunciados) etc., i. é, tem as mesmas características do enunciado, pois é concebido como tal” (RODRIGUES, 2005, p. 158).

Uma oração, por conseguinte, pode até figurar como enunciado, mas, nesse caso, ela já está preenchida por uma série de aspectos de natureza não gramatical, preenchida pela parte extraverbal ou contextual da enunciação, a ponto de sua natureza ser radicalmente diferente. Nessa

---

<sup>600</sup> Segundo Rodrigues (2001; 2005) *enunciado* e *texto*, nos escritos bakhtinianos, ora recobrem um só fenômeno, ora representam conceitos distintos, assim como língua e discurso (cf. 4.1.3). O que importa é a compreensão de que *texto*, no sentido de *enunciado*, é uma realidade que extrapola os aspectos linguísticos da comunicação verbal.

via, enquanto a palavra ou a oração, unidades da língua-sistema, são unidades *potencialmente, abstratamente significativas* – por isso unidades absolutamente compreensíveis do ponto de vista de seu significado linguístico – só ganham *sentido definitivo e real* na enunciação, pois apenas conectadas ao contexto que as gera podem ser (i) palavra de alguém, (ii) dirigida a alguém, (iii) suscitada por alguma coisa, (iv) expressão de uma posição (responsiva) em uma situação concreta de interação e (v) elo na cadeia de comunicação em uma determinada esfera social. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

Frente a essa distinção entre as unidades da língua-sistema (oração, por exemplo) e a unidade da língua-discurso (o enunciado, o texto-enunciado), os EC estabelecem uma distinção entre *sentido* e *significação*, como se apresenta a seguir.

### 4.3.3 Sentido e significação

Na discussão que faz sobre a concepção de *sentido* e de *significação*, Bakhtin ([VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 128) inicia o debate com a observação de que “o problema da significação é um dos mais difíceis da linguística” – uma referência à linguística do início do século XX.

Segundo Bakhtin, uma *significação unitária* é uma propriedade que pertence a cada enunciação como um todo. A essa significação definida e única o autor denomina *sentidoda enunciação completa* ou ainda *tema*<sup>601</sup>: um aspecto que *concerne ao todo do enunciado*; “aquilo que o texto (/enunciado) produz ao se manifestar em alguma instância discursiva” (ROJO, 2005, p. 188), o “único fim de um enunciado” (p. 195) e, por isso, o foco investigativo do analista do discurso, segundo esse ideário. O tema/sentido do enunciado, desse modo, transcende os limites dos recursos linguísticos, embora seja indiciado por eles, não devendo ser confundido com o assunto de que se fala.

Vinculando-se ao todo do enunciado, o tema/sentido não pode ser visto como resultante da combinação dos significados de palavras e orações pelas quais o enunciado se realiza, embora seja possível falar de *temas/sentidos de partes isoladas do enunciado*, tomando essas partes

---

<sup>601</sup> Por essa razão, usam-se, nesta tese, os termos *tema* e *sentido* alternativamente, adotando ainda a expressão tema/sentido.

como outros (pequenos) *enunciados* que se *intercalam* no todo da enunciação (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]) (cf. 4.4.3).<sup>602</sup>

Por esse motivo, o tema/sentido da enunciação é sempre único, individual, não reiterável e “concreto, tão concreto quanto o instante histórico ao qual ele pertence” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 134): o sentido/tema da enunciação é, portanto, um fato histórico, ainda que *numa escala microscópica*, embora nem sempre se encerre ou se explique pelo contexto contemporâneo, pois existem possibilidades de sentido que são ativadas justamente pela distância (temporal, espacial, cultural, axiológica), pela exterioridade que se mantém em relação ao enunciado (PONZIO, 2011).

Nesse ponto, seria possível indagar como o tema/sentido de um enunciado pode ser historicamente único e não reiterável e, ainda assim, não perder seu vínculo com os enunciados precedentes e subsequentes. A questão, explica Bakhtin, é que, no interior do tema/sentido do enunciado, há *significação*, cuja definição é assim apresentada: “Por significação, diferentemente do tema, entendemos os elementos da enunciação que são *reiteráveis* e *idênticos* cada vez que são repetidos” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 134; grifos do autor). A significação do enunciado, ao contrário do tema, trata-se, portanto, do conjunto de elementos abstratos e relativamente estáveis (reiteráveis e idênticas), sendo, pois, da ordem da língua-sistema.

A significação, então, pode ser decomposta a partir dos elementos linguísticos que compõem a enunciação e, por isso, se sujeita a um processo de *identificação*. Trata-se de um processo de *reconhecimento de um código linguístico*, cujos elementos são constantes e se repetem. Nesse sentido, a significação é o “*aparato técnico*” (p. 134) para a concretização do tema, de modo que não pode haver tema sem significação e vice-versa. Compreende-se, dessa maneira, que língua-sistema e língua-discurso<sup>603</sup> são inseparáveis, nos

---

<sup>602</sup> A título de exemplificação, “[a] enunciação: ‘Que horas são?’ tem um sentido [tema] diferente cada vez que é usada (BAKHTIN, [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 133), pois esse último se constitui a depender da situação histórica em que se arquitetou a enunciação; ao sentido/tema da enunciação se chega, dessa maneira, apenas por um processo de *compreensão do todo da enunciação*.”

<sup>603</sup> Estou compreendendo que, no âmbito dos EC, língua-sistema está para a significação tal como língua-discurso está para o tema/sentido.

escritos bakhtinianos, embora o sistema linguístico só ganhe sentido na enunciação.

Não se pode compreender disso, contudo, que o sentido de um enunciado seja “uma espécie de *plus* conotativo que se sobreporia a uma base denotativa” (FARACO, 2009, p. 54; grifos do autor): tanto porque (i) isso separaria o que não está separado no signo, ou seja, um possível centro denotativo de suas margens conotativas; quanto porque (ii) essa separação pressuporia uma centralidade semântica universal, o que também se faz impossível por conta do fato de o signo ser plurivocal (FARACO, 2009). Compreende-se, portanto, que as fronteiras entre um aspecto e outro (entre sentido/tema e significação) não são nítidas, especialmente porque as relações dialógicas, as relações de sentido, “são absolutamente impossíveis sem relações lógicas e concreto-semânticas” (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 210), embora não se reduzam a elas.

Mesmo sendo irrepetível e singular, o tema de um enunciado só se realiza, em vista disso, *com base numa certa estabilidade da significação*. No uso concreto da língua, por conseguinte, o tema absorve a significação e a dilacera; essa última, então, pode emergir “sob a forma de uma nova significação com uma estabilidade e uma identidade igualmente provisórias” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 141).

Nesse ponto, vale destacar a reflexão de Dias (2005), para quem um dos problemas mais fundamentais da semântica, cujo cerne está justamente na natureza da relação entre tema/sentido e significação, é a conciliação entre a polissemia da palavra e sua unicidade.

Para o autor, é possível avançar na consideração desse problema a partir da seguinte proposição dos EC:

o tema constitui o *estágio superior real da capacidade linguística de significar*. [...] A significação é o *estágio inferior da capacidade de significar*. A significação não quer dizer nada em si mesma, ela é apenas um *potencial*, uma possibilidade de significar no interior de um tema concreto (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 136; grifos do autor).

Frente a esse postulado, segundo Dias, emergem duas direções investigativas do elemento linguístico, nos próprios escritos bakhtinianos: uma, que é contextual, conforme as condições de uma enunciação concreta; e outra, que se efetiva no sistema da língua.



Acontece que toda discussão bakhtiniana em torno *da palavra* refere-se à sua condição *sígnica*, ou seja, *refere-se à sua condição de ser mais do que apenas forma*. Disso decorre que, embora a significação seja relativa aos elementos do sistema da língua, *esses elementos são também atualizáveis, porque não se trata apenas de formas, mas de signos, já que se uma palavra comportasse apenas uma única significação, seria um sinal e não um signo*.

Desse modo, Dias (2005, p. 102) realça a leitura de que, na própria definição bakhtiniana de significação – “é uma possibilidade de significar” – já está implícita a ideia de que *significar* não é algo da forma, mas da “*mobilidade específica da forma*”. Assim compreendida, *a significação das formas linguísticas também é sempre provisória, embora relativamente mais estabilizada que o sentido que elas podem adquirir na enunciação*. O seguinte excerto bakhtiniano também parece confirmar essa leitura: “Para ele [o locutor], o centro de gravidade da língua não reside na conformidade à norma da forma utilizada, mas na *nova significação que essa forma adquire no contexto*” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 96; grifos nossos)<sup>604</sup>. Assim, a identidade do signo linguístico decorreria, explicam os EC, da própria natureza da enunciação, pois ela coteja, concomitantemente, *estabilidade* da significação, o que permite seu reconhecimento em diferentes enunciações, e *mobilidade*, que adquire em situações enunciativas concretas (DIAS, 2005).<sup>605</sup>

Ponzio (2011) também parece ratificar essas últimas considerações. Segundo o autor, a distinção entre *tema* e *significação* é

<sup>604</sup> Note-se que Bakhtin fala em *nova significação*, em *significação contextual*, indicando a possibilidade de atualização também da parte reiterável e idêntica da língua. Mesmo assim, não sucede disso poder equivaler, nesse exceto, significação e sentido/tema, uma vez que a significação é da ordem da palavra, ao passo que o sentido é da ordem do enunciado.

<sup>605</sup> Retome-se, neste ponto, que a força criadora da vida da linguagem são justamente as *forças centrípetas*, que criam um núcleo linguístico sólido reiterável para preservação da compreensão mútua, e as *forças centrífugas*, que atuam justamente na mobilidade desse núcleo, ao se impregnar de diferentes vozes sociais que constituem o contexto (plurivocal) no qual a língua se realiza (cf. 4.1.2). Em 4.4.3, também se faz referência a essas duas forças da linguagem.

também análoga à distinção entre *sentido atual* e *significado neutro*<sup>606</sup>, respectivamente. Mas isso poderia induzir, observa o autor, à compreensão de que, em alguma medida, a significação, enquanto significado neutro, deriva de um fato isolado, sendo constituída fora de contextos comunicativos. Segundo Ponzio (2011, p. 92), essa compreensão não é válida no contexto bakhtiniano pela seguinte razão: “[n]a realidade [em relação à linguagem] existem somente ‘sentidos atuais’, signos empregados concretamente nas situações específicas”.

Com isso, tem-se que a *significação* (reiterável) nada mais é do que a *acumulação de sentidos anteriores*, constituídos também em situações específicas. Trata-se, portanto, de *sentidos* que, para usar uma expressão bakhtiniana, tornaram-se *relativamente mais estáveis*. Pode-se concluir, então, que a significação, que funciona como aparato técnico para a realização do tema/sentido de um enunciado, é tão social quanto o próprio tema. Nas palavras de Ponzio (2011, p. 92-93),

[...] no uso que fazemos dele [de um signo] em um determinado momento, a autoidentidade, a sinalidade, que tem de ser dialeticamente superada para que adquira a eficácia de um signo vivo, *não é nada mais que a acumulação de sentidos anteriores*. São estes últimos os que fazem com que tratemos com um material sígnico que, precisamente por sê-lo, possui uma resistência, uma objetividade, uma materialidade inerente (grifos nossos).

Encerrando esse ponto da discussão, pode-se afirmar, então, que a *distinção* entre (i) *significado neutro/significação* e (ii) *sentido atual/tema* só faz sentido de um ponto de vista abstrato ou analítico, já que, no enunciado, essas instâncias se fundem, *bombeando* “a energia de uma situação vital à palavra” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 86) e, assim, conferindo aos recursos linguísticos dinamicidade. Língua e contexto, eis a vitalidade da enunciação e dos recursos linguísticos.

---

<sup>606</sup> O termo *significado neutro* é uma referência à *palavra do sistema da língua*, implicando, portanto, *ausência* de vozes sociais, já que não pertence a ninguém. (Cf. 4.1.2).

#### 4.4 OS GÊNEROS DO DISCURSO: FORMAS TÍPICAS DE ENUNCIADO

Nesta seção apresentam-se as questões em torno do conceito de *gêneros de discurso*, tipos regularizados de enunciação, considerando: em 4.4.1, a constituição sócio-histórica dos gêneros do discurso; em 4.4.2, suas dimensões constitutivas (conteúdo temático, composição e estilo); e, por fim, em 4.4.3, especificações sobre gêneros primários, secundários e a questão do plurilinguismo.

##### 4.4.1 A constituição sócio-histórica dos gêneros do discurso

Como visto em 4.3, toda intenção discursiva se realiza por meio de enunciados e, mais que isso, é ela que determina *o todo* do enunciado. Por outro lado, um dos aspectos (e o mais importante) da inteireza do enunciado, indicando, inclusive, sua conclusibilidade, seu acabamento é a adaptação da intenção discursiva a uma forma de gênero (cf. 4.3.2). Isso significa dizer que a construção da enunciação, apesar de conduzida pela intenção discursiva, não se faz livremente, mas se orienta pelas *formas típicas de estruturação da totalidade discursiva*, a que se denominam *gêneros do discurso*.

Os gêneros discursivos, enquanto “*tipos relativamente estáveis de enunciados*” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 262; grifos do autor), são, então, uma totalidade discursiva “*acabada e resolvida*” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 193). Assim, cada gênero de discurso é um tipo especial de construção de um todo enunciativo.

Como tal, ou seja, como modelos típicos de enunciados constituídos sócio-historicamente, os gêneros do discurso compartilham das mesmas propriedades dos enunciados, correspondendo a *situações típicas de interação*, vinculadas a esferas sociais específicas, e que refletem, portanto, em sua constituição, a finalidade e as condições sócio-ideológicas da esfera a que se filiam. Em cada campo cultural, portanto, “*existem e são empregados gêneros que correspondem às condições específicas de dado campo*” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 266).

Frente a um projeto discursivo (um conteúdo), portanto, o falante aplica e adapta sua intenção – a depender (i) do horizonte temático, (ii) da especificidade de uma dada esfera social, (iii) da situação concreta de comunicação, (iv) da composição do auditório etc. – a uma forma de gênero (como o relato do dia a dia, o e-mail, o

relatório, o artigo científico, o romance, o provérbio, o artigo jornalístico etc.).

Isso significa que os gêneros do discurso não são criados pelos indivíduos, mas dados a eles (historicamente), quase que do mesmo modo que as formas da língua (os recursos gramaticais e lexicais), já que “falamos apenas através de determinados gêneros do discurso, isto é, *todos os nossos enunciados possuem formas relativamente estáveis e típicas de construção do todo*” (p. 282; grifos nossos).

Em vista disso, tanto as formas do sistema da língua quanto as formas típicas de enunciado (os gêneros do discurso) chegam à consciência dos indivíduos fortemente vinculadas (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 283), do que se pode concluir que toda a discussão precedente (cf. 4.2.2) sobre o fato de a consciência ser de natureza sógnica, pode agora ser reformulada da seguinte maneira: a *consciência é de natureza genérica*, ou seja, o pensamento se estrutura por meio de unidades de sentido típicas<sup>607</sup>, de modo que, se os gêneros do discurso não existissem e nós não os dominássemos, ou seja, se tivéssemos que criá-los a cada situação de interação, a comunicação discursiva seria quase impossível (BAKHTIN, 2011 [1952-53]). Confirmando essa compreensão, Medviédev, afirma:

Não é possível dar consciência e compreender a realidade com a ajuda da língua e de suas formas em um sentido estritamente linguístico. São as formas do enunciado, e não da língua, que desempenham o papel essencial na tomada de consciência e na compreensão da realidade. [...] *É possível dizer que a consciência humana possui uma série de gêneros interiores que servem para ver e compreender a realidade.* (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 198; grifos nossos).

Disso resulta que os gêneros do discurso são uma força normativa, de maneira que, do ponto de vista do falante, representam modos sociais de construção do discurso; e, do ponto de vista do ouvinte, representam um horizonte de expectativas em relação às

---

<sup>607</sup> Retome-se que o enunciado pode ter extensões diversas. Uma palavra, uma oração, uma obra, desde que tenham validade semântico-valorativa, podem figurar enunciados típicos.

regularidades que apresentam – quanto à extensão aproximada, quanto ao conteúdo temático, quanto ao estilo verbal, quanto à expressividade etc. (RODRIGUES, 2001; ACOSTA-PEREIRA, 2013). Nos termos de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 283),

[n]ós aprendemos a moldar o nosso discurso em forma de gênero e, quando ouvimos o discurso alheio, já adivinhamos o seu gênero pelas primeiras palavras, advínhamos um determinado volume (isto é, uma extensão aproximada do conjunto do discurso), uma determinada construção composicional, prevemos o fim, isto é, desde o início temos a sensação do conjunto do discurso [...].

Uma explicação para o fato de os gêneros moldarem os tipos de discurso é o fato de eles se definirem a partir de uma “dupla orientação na realidade” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 195).

A primeira orientação, por um lado, é considerada a partir da *exterioridade dos gêneros* e está relacionada à vida, no sentido cultural, no que tange ao modo como, quer sejam orais ou escritos, ocupam um certo lugar na existência de alguma esfera ideológica, em algum espaço e tempo reais (para serem lidos em voz alta ou em silêncio, filiarem-se à igreja, ao teatro, à escola), orientando-se, com isso, para certos ouvintes e receptores e para determinadas condições de percepção e de realização da enunciação típica, ou seja, orientando-se para um auditório típico e para as possíveis reações dele ou para as relações entre ele e o autor/locutor. Nessa orientação do gênero está implicada, por isso, a própria interação social.

A segunda orientação do gênero, por outro lado, embora também esteja voltada para a vida (seus acontecimentos, problemas, questões etc.), é considerada a partir de sua *interioridade*, tendo em vista suas dimensões constitutivas – quais sejam: (i) *tema*, (ii) *estilo verbal* e (iii) *composição* – uma vez que o conteúdo de uma enunciação sempre corresponde à uma *unidade temática*<sup>608</sup>, e a forma, à realização efetiva da enunciação (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]).

---

<sup>608</sup> Conforme mencionado, *unidade temática* e *tema* não se confundem, nos EC: enquanto tema/sentido se refere à inteireza da enunciação (cf. 4.3.3), conteúdo temático se refere a uma das dimensões constitutiva do gênero (ao lado do estilo

Como a realização da enunciação não pode ser desvinculada das esferas ideológicas a que se filiam, tem-se que entre a primeira orientação (a partir da exterioridade do gênero) e a segunda (a partir de dentro do gênero) há, conforme Medviédev, uma relação de interdependência indissolúvel e, por isso, pode-se dizer que “o gênero é um conjunto de meios de orientação coletiva na realidade, dirigido para seu acabamento” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p 200). Assim, “[o] gênero lança luz sobre a realidade, enquanto a realidade ilumina o gênero” (p. 201).

Mas, ainda segundo Medviédev, cada gênero é capaz de *lançar luz* ou dominar apenas aspectos específicos da realidade, porque ele mesmo possui formas próprias de visão e compreensão da realidade, uma vez que

[é] impossível separar o processo de visão e de compreensão da realidade do processo de sua encarnação artística<sup>609</sup> dentro das formas de determinado gênero. Seria ingênuo considerar que, nas artes plásticas, o homem primeiro vê e depois retrata o que viu, inserindo sua visão no plano do quadro com a ajuda de determinados meios técnicos (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 199).

Enquanto *modos historicizados*<sup>610</sup> *de ver o mundo*, modos típicos de conceptualização de aspectos específicos da realidade, os gêneros do discurso não são, portanto, nem forma nem ideologia, mas “ideologia modeladora da forma’ – um tipo específico de atividade [...] que incorpora uma percepção específica da experiência” (MORSON; EMERSON, 2008, p. 299; grifos do autor). Por esse motivo, inclusive, na relação entre *indivíduo e gênero*, o Círculo não está interessado na influência de autores individuais nos gêneros; o que de fato lhes

verbal e da composição) (cf. 4.4.2). Assim, unidade temática é *um dos* aspectos que participa da constituição do tema/sentido do enunciado.

<sup>609</sup> Retome-se que muitas das considerações dos EC, embora se orientem pelo exame do campo artístico e literário, projetam-se para a linguagem em geral.

<sup>610</sup> A visão bakhtiniana de *historicidade* é bastante densa e correlaciona-se, dentre outros pontos, à noção de não-finalizabilidade, de devir, de algo nem casual nem completamente ordenado. Para mais informações sobre esse aspecto, cf., por exemplo, Morson e Emerson (2008, p. 61-67).

interessa é a influência da própria tradição genérica transmitida através de autores particulares, confirmando, assim, seu caráter de *ideologia modeladora de forma*.

Em vista disso, é pelos “olhos do gênero” que os indivíduos se orientam para a realidade; são eles que ensinam a ver, já que “a compreensão da realidade desenvolve-se e origina-se no processo da comunicação social ideológica” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 200), mediada e efetivada pelos gêneros do discurso: “Tudo que vê, compreende e imagina o poeta, ele vê, compreende e imagina, com os olhos da sua linguagem” ((BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 94).

Mesmo assim, embora moldem o nosso discurso, os gêneros diferem consideravelmente das formas linguísticas, no que tange aos critérios de estabilidade e normatividade, pois são bem mais flexíveis, livres e plásticos (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

Mantendo estreito vínculo com as circunstâncias temporais, espaciais e ideológicas que orientam o discurso e o constituem, “a realidade do gênero é a realidade social de sua realização no processo de comunicação social” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 200) e, por isso, eles são sensíveis a quaisquer alterações sociais, registrando-as em todas as suas dimensões constitutivas. A próxima subseção especifica essas dimensões dos gêneros do discurso.

É, inclusive, por tal característica que a noção de *formas típicas e normativas* de enunciação não contraria a concepção de que todo enunciado é evêntico, único e singular. Como entende Bakhtin, esse último aspecto “evidentemente, não exclui a tipologia [...] das produções de discurso” (BAKHTIN, 2011 [1959-1961], p. 334), porque a regularidade é *conquistada* apenas do ponto de vista histórico, isto é, “a lógica do gênero não é uma lógica abstrata” (BAKHTIN, 2015[1929], p. 181), mas decorre da própria relativa estabilidade do intercâmbio comunicativo: como cada enunciado é elo na cadeia discursiva, mantém vínculo com os enunciados anteriores da mesma situação de interação, preservando, com isso, as mesmas características deles. A única possibilidade, conseqüentemente, de um gênero deixar de existir é em virtude do próprio desaparecimento do tipo de interação que lhe deu origem.

Assim, é pela via da reiteração de situações sociais que cada nova enunciação (evêntica), em diálogo com as enunciações precedentes, dessas mesmas situações, ratifica suas formas típicas. A vida do gênero consiste, portanto, nisto: “vive do presente”, mas sempre recordando o passado; com isso, é sempre “novo e velho ao mesmo tempo”, assegurando, por um lado, unidade e, por outro lado,

continuidade. (BAKHTIN, 2015[1929], p. 121). Nos termos de Rodrigues (2001, p. 51-52), isso significa que

[o] gênero, ao mesmo tempo que se constitui como força reguladora para a construção e acabamento do enunciado para o falante, como horizonte de expectativa para o interlocutor, também se renova a cada interação verbal, pois cada enunciado individual contribui para a sua existência e continuidade.

A seguir especificam-se as dimensões constitutivas dos gêneros.

#### **4.4.2 As dimensões constitutivas dos gêneros do discurso: conteúdo temático, estilo verbal e composição**

Como formas típicas de estruturação<sup>611</sup> da totalidade discursiva, os gêneros do discurso organizam-se em torno de três dimensões que se regularizam relativamente, quais sejam:

- (i) *conteúdo temático*, que são os objetos e sentidos da enunciação;
- (ii) *estilo verbal*, que concernem à seleção dos recursos léxicos, fraseológicos e gramaticais da língua;
- (iii) *composição*, que respeita à seleção dos procedimentos composicionais para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva, estando nisso implicados os elementos da interação (como a relação que se estabelece entre os interlocutores) e o próprio cronotopo típico do gênero. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]).

A seguir, apresentam-se alguns aspectos dessas dimensões indissolúvelmente correlacionadas, uma vez que não há conteúdo sem forma, nem forma sem conteúdo. (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]).

---

<sup>611</sup> Insiste-se na ressalva de que termos como *estruturação* e *enformação*, nos EC, não devem evocar uma visão estruturalista. Antes, a noção de não-finalizabilidade, de inacabamento, de indeterminação são centrais e sob esse escopo é que todos os conceitos e termos devem ser entendidos.



O conteúdo temático, como tem sido apresentado, “diz respeito à maneira como o gênero seleciona elementos da realidade e como os trata na constituição de seu domínio de sentido” (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p. 499). É justamente por se constituírem a partir de esferas sociais e auditórios específicos que cada gênero, ao voltar-se apenas para determinados aspectos da realidade, tendo em vista “certos princípios de seleção” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 196), tem “um conteúdo temático determinado: seu *objeto discursivo e finalidade discursiva*, sua *orientação de sentido* específica para com ele e os outros participantes da interação” (RODRIGUES, 2005, p. 167; grifos nossos). Assim, é por ter uma orientação ideológico-valorativa singular engendrada nas especificidades da esfera” (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p. 498), que cada gênero apresenta regularidade quanto a essa dimensão.

Os aspectos atinentes ao estilo e à composição dos gêneros são apresentados, a seguir, conjuntamente, porque ambos se referem aos “procedimentos de enformação e acabamento” dos objetos de discurso (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 186). Mesmo assim, notadamente a atenção, a partir deste ponto, recai sobre a questão do estilo, dados os interesses desta tese.<sup>612</sup>

Estilo, nos EC, embora definido como a seleção de recursos gramaticais e lexicais da enunciação, ultrapassa a consideração de aspectos exclusivamente linguísticos, dada a própria concepção dialógica de linguagem. Considerado sob o ângulo de uma *estilística discursiva*, *estilo* é visto como *índice de relações dialógicas* que se estabelecem e constituem a enunciação e suas formas típicas. Uma análise estilística, nesse cenário, objetiva compreender, *por meio dos recursos linguísticos, o ângulo dialógico* a partir do qual essas relações estão indiciadas. (BRAIT, 2010b).

Assim, Bakhtin afirma que “[a] análise estilística [...] só é possível como análise de um enunciado pleno” (BAKHTIN, 2011 [1952-53]. p. 306) e, como consequência disso,

[a] estilística deve basear-se não apenas e nem tanto na linguística quanto na *metalinguística*, que estuda a palavra não no sistema da língua e nem num “texto” tirado da comunicação dialógica, mas

---

<sup>612</sup> Boa parte das considerações aqui apresentadas sobre a questão do estilo retomam Brait (2010b).

precisamente no campo propriamente dito da comunicação dialógica, ou seja, no campo da vida autêntica da palavra (BAKHTIN, 2015 [1929], p. 231-232).

Inserida no campo da metalinguística, portanto, a primeira questão a se destacar é que, para os EC, estilo é em primeiro lugar “*visão de mundo* e só depois é o estilo da elaboração do material” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 187). Conforme explica Brait (2010b, p. 87), isso significa que estilo “*não trabalha com palavras, mas com os componentes do mundo, com os valores do mundo e da vida [...]*” (grifos da autora). Desse modo, é a visão de mundo que constrói e unifica as atitudes e a orientação frente aos fatos da vida, que *constrói e unifica*, na verdade, *o horizonte do homem*; o estilo, enquanto “unidade de procedimento de enformação e acabamento” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 186) do homem e de seu mundo, constrói a imagem referente a eles (o homem e seu mundo).

Por esse motivo, estilo implica, então, uma relação entre *homem* – que “não pode ser definido como pessoa” (BAKHTIN, 2011 [1979], p. 191), mas como *posição*, como *ponto de vista* (cf. 4.1.1) – e *linguagem*. Daí o estilo pressupor, por um lado, marcas de *individualidade*, *idiossincrasias*. Como afirma Bakhtin: “[t]odo enunciado – oral ou escrito [...] e também em qualquer campo da comunicação discursiva [...] – é individual e por isso pode refletir a individualidade do falante (ou de quem escreve), isto é, *pode ter estilo individual*” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 265).

Por outro lado, os EC afirmam também que, para além de uma questão exclusivamente individual, o estilo é constituído socialmente: “*o estilo são pelo menos dois homens*, ou mais exatamente, é o homem e seu grupo social na pessoa de seu representante ativo – o ouvinte, que é o participante permanente do discurso interno e externo do homem” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 97; grifos nossos). É por isso que o conceito bakhtiniano de estilo “não pode separar-se da ideia de que se olha um enunciado, um gênero, um texto, um discurso<sup>613</sup>, como participante, ao mesmo tempo, de uma história, de uma cultura e,

---

<sup>613</sup> Note-se, por esse excerto de Brait (2010), a visão de *língua-enunciado* (cf. 4.1.3), tornando alternativos, na literatura do campo, os termos *língua*, *discurso*, *texto*, *enunciado* e também *gênero*.

também, da autenticidade de um acontecimento, de um evento” (BRAIT, 2010b, p. 96).

Por essa razão, justifica-se então a concepção de que *a situação e os participantes mais imediatos determinam a forma e o estilo ocasionais da enunciação*. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929]) (cf. 4.3.1), ao mesmo tempo em que se reconhece que, sendo tanto as situações de interação quanto os tipos de relação entre os interlocutores relativamente estáveis, o estilo “*inscreve-se na língua e nos seus usos historicamente situados*” (BRAIT, 2010b, p. 83; grifos nossos).

Os usos historicamente situados da língua constituem justamente os gêneros do discurso e, por isso, *os estilos de linguagem são, na verdade, estilos de gêneros: é aos gêneros que correspondem determinados estilos*. Resultado de enunciações relativamente regularizadas para uma determinada função sociocultural (científica, religiosa, cotidiana) engendrada em esferas específicas e sob determinadas condições de comunicação, os gêneros historicizam, cada um deles, uma dimensão temática, uma composicional e uma estilística também relativamente estável, embora *inflexões* (BRAIT, 2010b, p. 89), contrariando as coerções dos gêneros, também sejam possíveis, dado justamente o aspecto idiossincrático e evêntico que constitui a enunciação.

A despeito disso, contudo, os EC observam que poucos são os gêneros que permitem a manifestação de estilos individuais: quando isso ocorre, é porque esse tipo de manifestação integra à própria finalidade do gênero (como é o caso dos gêneros da esfera literária); na “imensa maioria dos gêneros discursivos, [contudo] o estilo individual não faz parte do plano do enunciado” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 265-266). Gêneros oficiais implicam, por exemplo, alto grau de estabilidade, de normatividade e de coação.

Compreende-se, em vista disso, que “[o] estudo dos estilos só pode ser feito em relação direta com o estudo dos gêneros” (AMORIM, 2004, p. 111), porque, nos termos de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 291; grifos nossos), “[q]uando escolhemos as palavras, *partimos do conjunto projetado do enunciado*”. Por esse motivo, essa escolha é sempre, para os EC, uma escolha estilística, ou seja, uma escolha conduzida por uma visão de mundo sócio-historicamente constituída, quanto aos modos de (compreender e) dizer, em cada campo cultural; a seleção de recursos linguísticos, na enunciação, satisfaz aos gêneros do discurso: “onde há estilo, há gênero” (BAKHTIN, 2011 [1952-53]. p. 268).

Desse modo,

enquanto o objeto temático determina a seleção e a projeção ideológico-valorativa dos aspectos da realidade com os quais e a partir dos quais o gênero opera, o estilo determina os usos dos recursos linguísticos e enunciativos possíveis e autorizados pelo gênero para representar e refratar essas realidade (ACOSTA-PEREIRA, 2013, p. 499).

Como consequência dessa compreensão, os EC concebem também que é a partir da expressividade (histórica) do gênero que se pode compreender o “brilho estilístico” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 293) de cada recurso linguístico do gênero. Ou seja, os elementos da língua “adquirem o perfume específico dos gêneros dados: eles se adequam aos pontos de vista específicos, às atitudes, às formas de pensamento, às nuances e às entonações desses gêneros” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 96).

Da estreita correlação entre expressividade do gênero e dos recursos linguísticos ocorre que a mudança de esfera de produção, circulação e recepção de um gênero implica mudança de gênero e, conseqüentemente, mudança de estilo<sup>614</sup>; de igual modo, quando se muda o estilo de um gênero ou o estilo de um gênero migra para outro, por exemplo, “não somente se modifica a ressonância desse estilo como também se renova o [próprio] gênero em questão” (AMORIM, 2004, p. 111).

Com isso, as mudanças históricas dos estilos de linguagem (*o triste pode se transformar em jocoso*, por exemplo, e, assim, receber, nova expressão estilística) filiam-se às mudanças dos próprios gêneros do discurso. Daí, como já mencionado em 4.1.2, a concepção bakhtiniana de que *nenhum fenômeno novo (fonético, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um completo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos*.

Por ser uma das dimensões dos gêneros do discurso, os aspectos que determinam a configuração estilístico-composicional de uma enunciação são:

---

<sup>614</sup> Cf. Brait (2010b), por exemplo, sobre os efeitos estilísticos quando uma obra literária é adaptada para o cinema.

- i. Em primeiro lugar, *as esferas sociais e suas condições típicas de enunciação*, porque são elas que orientam, por meio de suas finalidades sócio-ideológicas, as condições do intercâmbio comunicativo e o modo de orientação para a realidade: as dimensões estilístico-composicional conferem, então, enformação e acabamento a esses aspectos. Além disso, a tradição sociocultural em que se insere um determinado gênero promove também uma convivência dialógica entre ele e os demais gêneros do mesmo campo; isso faz com os gêneros de uma dada esfera sejam, quanto à dimensão estilístico-composicional, plenos de ecos e ressonâncias uns dos outros. Caso ocorram mudanças estilísticas, por exemplo, em um determinado gênero de uma dada esfera, outros gêneros dessa mesma esfera também podem receber novas expressões. Nesse sentido, Bakhtin considera que “[a] análise estilística, que abrange todos os aspectos do estilo, só é possível como análise de um enunciado *pleno* e só naquela cadeia da comunicação discursiva da qual esse enunciado é um *elo* inseparável” ((BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 306);
- ii. Em segundo lugar, *o aspecto temático típico de cada gênero*, porque o “estilo é indissolúvel de determinadas unidades temáticas” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 266) – essas, portanto, implicam uma determinada estrutura composicional e a escolha de determinados recursos linguísticos;
- iii. Em terceiro lugar, *o auditório típico de cada gênero*, porque os diferentes tipos de relação entre os locutores implicados nos gêneros (falante/autor – ouvinte/leitor) também determinam a estrutura da enunciação. Assim, “sem levar em conta a relação do falante com o outro e seus enunciados (presentes e antecipáveis), é impossível compreender o gênero ou o estilo do discurso” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 304). Exemplificando a questão, os estilos neutros ou objetivos, aparentemente voltados apenas para o objeto de discurso, também se constituem a partir de uma determinada concepção de destinatário, embora, nesse caso, de modo muito indeterminado, a ponto de a expressividade do falante também ser mínima: “Os estilos neutro-objetivos pressupõem uma espécie de triunfo do destinatário sobre o falante, uma unidade dos seus pontos de vista” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 304).

Já os estilos íntimos se baseiam na sensação de proximidade máxima entre falante e destinatário, é impregnado de confiança, de simpatia, de boa vontade entre os participantes, e é isso que determina a expressividade dos gêneros e estilos íntimos e familiares. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]), embora esses estilos possam ocorrer em variados graus. Brait (2010b, p. 84), considerando que a relação entre autor, ouvinte e conteúdo temático *consiste na força viva para a constituição estilístico-composicional dos gêneros*, considera haver *estilo do jornal, estilo da revista etc.*, constituídos “a partir não apenas dos assuntos em pauta no dia, mas das escolhas verbo-visuais que são feitas para expor esses tópicos, e, também, da relação que o jornal mantém ou pretende manter com seus leitores”. Reitere-se que as relações que se estabelecem entre os participantes da enunciação podem ser contraídas tanto pragmática quanto historicamente<sup>615</sup>, e ambas orientam a configuração estilística dos enunciados. Nas próprias palavras de Bakhtin (2011 [1952-53], p. 302-303), “[n]as condições de um regime de classes e particularmente de castas, observa-se uma excepcional diferença dos gêneros do discurso e dos respectivos estilos em função do título, da categoria, da patente, do peso da fortuna e do peso social, da idade do destinatário e da respectiva posição do próprio falante (ou de quem escreve)”;

- iv. Em quarto lugar, *os enunciados (sobre o mesmo objeto de discurso ou não)* com quais se entra em relação dialógica, porque a consideração (analítica) de discursos alheios (já-ditos ou pré-figurados), por meio, por exemplo, do *discurso relatado direto*, do *discurso relatado indireto* e da *construção híbrida*, justamente indícios de relações dialógicas, impactam diretamente a estrutura estilístico-composicional da enunciação (cf. 4.3.1). Nos termos de Bakhtin: “o enunciado é pleno de tonalidades dialógicas, e sem levá-las em conta é impossível

---

<sup>615</sup> Retome-se da discussão em 4.3 que a parte subentendida da enunciação é constituída por um conjunto de valorações que podem ser mais efêmeras ou mais estabilizadas, historicamente. Por isso as relações entre o auditório da enunciação podem ser também assim constituídas.

entender até o fim o estilo de um enunciado” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 298);

- v. Em quinto lugar, *o aspecto expressivo de cada gênero, pressupondo uma* atitude valorativa do indivíduo quanto (a) ao objeto de discurso, (b) ao auditório, (c) aos enunciados precedentes sobre o mesmo objeto, (d) às respostas que projeta receber dos destinatários. Todos esses aspectos motivam diretamente a estrutura estilístico-composicional dos gêneros; a avaliação social (e sua expressão) é o princípio regente da enunciação (cf. 4.3.1). Desse modo, quanto mais padronizada e estereotipada for a estrutura estilístico-composicional do gênero, menor é o matiz expressivo permitido; em outros termos, menor é a possibilidade de manifestação da expressão individual no enformamento e acabamento do gênero.

Frente a todos esses aspectos, os gêneros podem ser bastante diversificados quanto à estrutura estilístico-composicional, embora possam ser organizados por campo de atividade ou por grupo de gêneros – nesse último caso, considerando os *gêneros primários* e os *secundários*, como se apresenta na subseção seguinte. Ademais, destaque-se que os EC consideram que separar o estudo do estilo do estudo dos gêneros, embora possível, não é a melhor opção, porque isso tende a mascarar uma série de questões socioculturais, dado que mudanças históricas de estilos linguísticos são indissociáveis de mudanças dos gêneros do discurso, como visto anteriormente. Desse modo,

[p]ara entender a complexa dinâmica histórica desses sistemas [estilísticos], para passar da descrição simples [...] dos estilos [...] para a explicação histórica dessas mudanças *faz-se necessária uma elaboração especial da história dos gêneros discursivos* [...], que refletem de modo mais imediato, preciso e flexível todas as mudanças que transcorrem na vida social. (BAKHTIN, 2011 [1952-53]. p. 267-268; grifos nossos).

Por fim, um último aspecto a se considerar é que, desse conjunto de concepções, emerge a premissa de que *estilística*, sob o ângulo discursivo, e *gramática* se fundem, pois, embora haja fenômenos

que podem ser estudados sob uma perspectiva ou outra, a depender se o exame é feito no sistema da língua, ensejando um fenômeno gramatical, ou no enunciado, ensejando um fenômeno estilístico, o melhor a se fazer, segundo Bakhtin (2011 [1952-53], p. 269), é “combinar organicamente” as duas opções, já que, nos termos de Bakhtin (2011 [1929], p. 86),

[é] metodologicamente improdutivo e, de fato, impossível traçar uma clara linha de demarcação entre gramática e estilística [...]. Esse limite é incerto e instável na própria vida da língua, em que algumas formas se encontram num processo de gramaticalização enquanto outras estão em curso de desgramaticalização<sup>616</sup>, e são justamente essas formas ambíguas, limítrofes, que constituem para o linguista o maior interesse: é justamente aqui, de fato, que podem ser apreendidas as tendências evolutivas da língua.

Como exemplo dessa estreita relação entre estilística e gramática, Volochínov (2013 [1926]) menciona que algumas línguas, como o japonês, apresentam formas gramaticais específicas de acordo com o valor social do interlocutor da enunciação. Esse tipo de variação, segundo o autor, “para um japonês é *questão gramatical*, para nós é *questão de estilo*” (VOLOCHÍNOV, 2013 [1926], p. 92; grifos do autor): uma questão conduzida por “considerações puramente estilísticas, isto é, *pela eficácia representacional e expressiva*” (BAKHTIN, 2013 [1940-1960] p. 25; grifos nossos) das formas linguísticas, embora “as variantes se [encontrem] na fronteira da gramática e da estilística” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 161).

Sintetizando as discussões sobre as dimensões constitutivas dos gêneros do discurso, pode-se concluir que “[o] falante com sua visão do mundo, os seus juízos de valor e emoções, por um lado, e o objeto de seu discurso e o sistema da língua (dos recursos linguísticos), por outro

---

<sup>616</sup> Pelo modo como compreendo, a referência a formas em processo de *gramaticalização* e de *desgramaticalização*, nesse excerto, tem o sentido de formas que estão se tornando típicas ou deixando de sê-las, nos gêneros do discurso.



– eis tudo que determina o enunciado, o seu estilo e sua composição” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 296).

#### 4.4.3 Gêneros primários, secundários e a questão do plurilinguismo

Até aqui, indicou-se a concepção de gêneros do discurso como formas sócio-historicamente mais estáveis de enunciação. Indicou-se, contudo, que, apesar de organizarem e orientarem normativamente o dizer social, os gêneros são bem mais plásticos e flexíveis que as formas da língua. Considerando esses dois aspectos, nesta subseção apresenta-se a distinção entre os dois grupos de gêneros do discurso especificados pelos EC, os gêneros primários e os secundários, e, em seguida, correlaciona-se essa classificação com o modo como a questão da estratificação linguística é abordada nesse ideário.

Os *gêneros primários* ou mais simples (diálogo cotidiano, carta, diário íntimo, bilhete etc.), segundo dos EC, se formam a partir de condições da comunicação discursiva mais imediata, apresentando, por isso, forte vínculo com a realidade concreta e conexão com a *ideologia cotidiana*(cf. 4.2.3).

Já os *gêneros secundários*, mais complexos que os primários, surgem, por um processo de formação histórica, nas condições de um convívio cultural mais complexo, mais desenvolvido e organizado, nas condições, em outras palavras, da *esfera dos sistemas ideológicos formalizados* (da ciência, da arte, da filosofia etc.) (cf. 4.2.3), vinculando-se, assim, às ideologias especializadas de uma época. Por esse motivo, os gêneros secundários, como por exemplo, o romance e a pesquisa científica (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 261-263), solicitam formas mais padronizadas, e costumam ser tão prestigiosos, em geral, que acabam por influenciar a própria ideologia do cotidiano, conferindo-lhe até o seu *tom* (cf. 4.2.3).

Além disso, determinados tipos de gêneros podem estabelecer (ou não) relações de textualidade com certas modalidades ou mídias (oral, escrita, digital etc.). Bakhtin, nesse sentido, aproxima os gêneros primários da modalidade oral e os secundários da modalidade escrita (ROJO, 2005), embora se saiba que a escrita não é um princípio de diferenciação entre um tipo e outro de gênero, já que há gêneros primários escritos e gêneros secundários orais. Assim, a escrita deve ser vista, antes de tudo, como uma das condições para o surgimento e desenvolvimento de *esferas sociais formalizadas*, pois é no interior dessas que emergem os gêneros secundários (RODRIGUES, 2005).

É justamente por conta do vínculo mais direto com a realidade concreta, inclusive, que os gêneros primários tendem a ser mais flexíveis, registrando qualquer sinal de alteração no intercâmbio comunicativo, ao passo que os gêneros secundários, mais padronizados, “particularmente os elevados, oficiais, possuem um alto grau de estabilidade e coação” (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 284) do dizer social.

Mesmo assim, a relação entre gêneros primários e secundários é de reciprocidade, uma reciprocidade correlata a que se estabelece entre os diferentes tipos de ideologia (do cotidiano e especializada) (cf. 4.2.3) e pode ser, resumidamente, assim explicada: os gêneros secundários se constituem a partir da *ideologia do cotidiano*<sup>617</sup>, por um processo de incorporação e reelaboração dos gêneros primários; isso faz com que esses últimos, no âmbito dos gêneros secundários, percam o vínculo imediato com a realidade concreta e passem a integrar a realidade do próprio gênero secundário.

Dos aspectos até aqui considerados, apresenta-se, a seguir, a esquematização da relação entre *ideologia cotidiana e especializada*, de um lado, e entre *gêneros primários e secundários*, de outro, conforme Rodrigues (2001):

**Quadro 14:** Relação entre gêneros e ideologia

<p>Ideologia cotidiana:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• comunicação ideológica que não pode ser vinculada a uma esfera particular.</li> </ul>	<p>Gêneros primários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• constituem-se na comunicação discursiva imediata.</li> </ul>
<p>Ideologia especializada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• produto do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade;</li> <li>• cristaliza-se a partir da ideologia do cotidiano.</li> </ul>	<p>Gêneros secundários:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• surgem nas condições da comunicação cultural mais complexa, relativamente mais desenvolvida e organizada;</li> <li>• no seu processo de formação absorvem e reelaboram diversos gêneros primários.</li> </ul>

Fonte: Rodrigues (2001, p. 59)

---

<sup>617</sup> Fora da ideologia do cotidiano, segundo os EC, os sistemas ideológicos formalizados morrem, porque é nela, por meio da avaliação social, que os sistemas ideológicos formalizados se tornam significativos para os indivíduos, num tempo e espaço específicos. Por isso a avaliação é que sanciona as próprias condições de existência dos sistemas ideológicos formalizados: a avaliação crítica, portanto, é “a única razão de ser de toda produção ideológica” (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 123).

Especificando a relação entre gêneros primários e secundários, retoma-se, a seguir, a análise de Bakhtin (2014 [1934-1935]) sobre o gênero *romance*<sup>618</sup>, pois além de ela repercutir na própria concepção de língua e de gêneros, em geral, encaminha as discussões para a questão da *estratificação linguística* e do *processo de estilização*.

O romance, como um gênero secundário, admite introduzir, em sua composição, diferentes gêneros, quer literários (como poemas) quer não literários (como os religiosos), sendo eles ainda primários ou secundários. Esses gêneros introduzidos no romance são denominados *gêneros intercalados* e caracterizam-se por conservar a sua autonomia e originalidade estilística, apesar de passarem a integrar a realidade da obra. Assim, a réplica do diálogo cotidiano (gênero primário), intercalada num romance (gênero secundário), apesar de ter sua elasticidade estrutural preservada, integra a realidade concreta do acontecimento artístico-literário, e não mais da vida cotidiana (BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 264).

Para Amorim (2004), este último aspecto é a principal diferença entre os gêneros primários, que também podem conter em si gêneros intercalados, e os secundários: nos gêneros secundários, a realidade a que se conectam os enunciados não pode mais ser a realidade cotidiana ou a realidades dos enunciados dos outros, mas apenas a realidade *da obra* (a artística, a científica etc.), de maneira que a obra, no seu todo, é que se constitui um enunciado, apesar de conter em si (pequenos) outros enunciados típicos.

Como cada gênero tem sua própria (dupla) orientação para a realidade (cf. 4.4.1), cada gênero intercalado no enunciado implica a presença de (i) vozes sociais, (ii) relações cronotópicas, (iii) objetos de sentido, (iv) formas de estruturação estilístico-composicional, (v) relação com o auditório etc. *típicas do gênero que se intercala* – cf. ao longo desta subseção explicações sobre gêneros intercalados. Daí a concepção, por exemplo, de que, nos limites de um enunciado, pode haver grandes cronotopos (cf. 4.3.1), que são aqueles que englobam ou dominam todo o enunciado, mas também pequenos cronotopos (se entrelaçando, se confrontando etc.) de diversas e complexas maneiras. Em vista disso, o efeito que os gêneros intercalados promovem é a pluralidades de vozes

---

<sup>618</sup> Bakhtin analisa, em “*Questões de literatura e de estética – A teoria do romance*”, sobretudo as obras de *Dostoiévski*. A partir disso discute a própria concepção de gênero.

sociais, de modos de ver e dizer o mundo, no âmbito do enunciado intercalante. Isso é o que torna o romance, por exemplo, “um fenômeno pluriestilístico, plurilíngue e plurivocal” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 73).

Dado que a análise de Bakhtin sobre o gênero *romance* orienta a concepção de gênero, em geral, todo gênero do discurso pode ser visto, tal como o romance, como um “microcosmo que reflete o macrocosmo” (p. 101) da realidade pluridiscursiva e plurilinguística: reflete no sentido de se constituir de diferentes vozes e estilos, por meio, por exemplo, (i) dos gêneros intercalados e (ii) e dos recursos de introdução (analítica) do discurso alheio com o qual se mantém relações dialógicas, como (a) o discurso relatado direto, (b) o indireto e (c) a construção híbrida – cf. 4.3.1, para retomar o aspecto (ii).

Em vista disso, é a partir da análise do gênero *romance* que se encontram, nos EC, importantes considerações sobre a questão da *estratificação linguística*, correlacionada aos conceitos de língua, gênero e estilo, do seguinte modo: tal como o romance, a língua, realizada efetivamente, nunca é única – é única apenas na forma de um sistema gramatical abstrato, abstraída, nesse caso, tanto de posições ideológicas que a constituem quanto de sua evolução histórica: mas, nos limites de uma “língua nacional abstratamente única” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 96), em termos de sistema, o que há, de fato, é *multiplicidade* – de vozes sociais e de línguas.

Essa multiplicidade é determinada, antes de mais nada, pelas diferentes verdades sociais que são sempre uma interpretação valorada da realidade (cf. 4.1.1). São os diferentes pontos de vista, então, que impregnam a *língua única* de diferentes conteúdos *semântico-axiológicos intencionais*, graças ao fenômeno da ubiquidade social da palavra (cf. 4.2.1), e por isso, a língua concreta e real, ou seja, toda forma típica de enunciação sempre “constitui o ponto de aplicação” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 82) desses dois aspectos contraditórios: unidade (da língua-sistema) e multiplicidade (da língua-discurso).<sup>619</sup> Conforme Bakhtin,

---

<sup>619</sup> Retomem-se as discussões sobre as *forças criadoras da vida da linguagem*, as forças centrípetas e as forças centrífugas (cf. 4.1.2 e 4.3.3), ao se discutir a relação entre sentido e significação.

[a]s correntes literárias [...], as revistas, certos jornais, e mesmo certas obras importantes e certos indivíduos, todos eles são capazes, *na medida de sua importância social*, de estratificar a linguagem<sup>620</sup>, sobrecarregando suas palavras e formas com suas próprias intenções e acentos típicos e, com isto, torná-las em certa medida alheias às outras correntes, partidos, obras e pessoas (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 97; grifos nossos).

Note-se que nesse excerto está explícita a menção a um importante aspecto para o trabalho de estratificação linguística: a relevância social (dos sujeitos, do jornal, da revista, etc.), fazendo ver, novamente, a centralidade da concepção de avaliação social também para a questão da estratificação linguística, uma vez que “todas as linguagens do plurilinguismo são pontos de vista específicos sobre o mundo, formas da sua interpretação verbal, perspectivas específicas objetais, semânticas e axiológicas” (ibid., p. 98).

É graças à atuação de todas essas forças estratificadoras que a língua se converte numa *opinião plurilíngue sobre o mundo* (ibid., p. 100), e a multiplicidade de vozes sociais inscritas numa língua única faz, portanto, com que, em cada momento histórico coexistam línguas, de diversas épocas, de diversos grupos etc. *todas se interceptando*. Quanto maior a força social que produz divergências, mais marcados e estáveis serão os traços linguísticos que distinguem um estrato de outro.<sup>621</sup>

Mas o principal ponto dessa discussão, para os fins desta tese, é que:

- (i) por um lado, todas as visões de mundo “têm a faculdade de espoliar as possibilidades intencionais da língua por intermédio

---

<sup>620</sup> Além dos aspectos mencionados, encontramos em Bakhtin a especificação dos seguintes fatores de estratificação da língua: (i) cada época histórica, (ii) diferentes gerações e suas respectivas (iii) camadas sociais, (iv) idade, (v) profissão, (vi) tendência, (vii) personalidade individual, (viii) estabelecimento de ensino, (ix) jargões familiares, (x) partido político etc., (BAKHTIN, 2014 [1934-1935]).

<sup>621</sup> Resgate-se, por exemplo, a indicação de como, num regime de castas, há uma excepcional diferença estilística entre os gêneros do discurso (cf. 4.4.2).

de sua realização concreta específica” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 97) que se dá pelos gêneros do discurso;

- (ii) por outro lado, estando os elementos da língua “estritamente unidos com a orientação intencional” [ou seja] com a significação objetual da estratificação e a expressividade da ‘língua comum’” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 96), para o falante, os recursos linguísticos não são um sistema abstrato; antes, eles evocam uma profissão, um partido político, uma idade, uma época, uma pessoa, enfim, cada palavra evoca um contexto em que ela viveu;
- (iii) como a expressividade dos recursos linguísticos não pertence à palavra em si, mas ao gênero (cf. 4.4.1), *esses*, enquanto uma totalidade intencional, acabada, enformada e normativa são, eles mesmos, ao lado de fatores diversos, *uma força de estratificação linguística*. Na própria voz de Bakhtin:

[a] estratificação é determinada, antes de tudo, pelos organismos específicos dos *gêneros*. Estes ou aqueles elementos da língua (lexicológicos, semânticos, sintáticos, etc.) estão estritamente unidos com a orientação intencional e com o sistema geral de acentuação destes ou daqueles gêneros: oratórios, publicitários, gêneros de imprensa, gêneros jornalísticos [...]. (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 96).

Assim, estratificação linguística resulta do trabalho vivo da intenção discursiva; os recursos linguísticos, desse modo, “não podem ser estudados sem que se compreenda a sua interpretação intencional” (p. 99).

Acrescente-se que a estratificação linguística promovida pelos gêneros do discurso pode ou não coincidir com a estratificação promovida pela profissão ou grupo social, por exemplo. O importante é a concepção de que toda estratificação implica “determinadas formas de orientação intencional, formas estas de interpretação e de apreciação concretas” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 97, grifos do autor) dos diferentes aspectos da vida.

Por isso, por mais diversas que sejam as forças sociais que promovem a estratificação (dentre elas: gênero, grupos social profissão,

idade, personalidade individual) todas elas têm um denominador comum: a *saturação sócio-axiológica da língua*, ou seja, a inscrição de diferentes intenções, pontos de vistas, visão de mundo na base do processo de estratificação. Como consequência, (i) a estratificação linguística manifesta-se “por diferenças padronizadas de acentuação e de atribuição de sentido aos elementos da língua” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 97) no âmbito da atmosfera dos gêneros do discurso, e (ii) as mesmas forças que criam o processo de estratificação linguística, atuam no processo de manutenção da diferenciação instaurada, mantendo “do lado de fora [...] os não participantes desta perspectiva intencional” (p. 97).

Retomando a discussão até aqui, indicou-se que os estudos bakhtinianos atribuem justamente aos *gêneros intercalados* (no romance – como a carta, o diário, o relato de viagem, a confissão etc.), além dos recursos de introdução do discurso alheio, a função de introduzir e organizar em sua atmosfera o plurilinguismo, porque cada um desses gêneros ou procedimentos introduz um modo de ver o mundo e, conseqüentemente, uma linguagem típica dessa visão. O plurilinguismo, assim, se manifesta no romance, por exemplo, por meio das diferentes pessoas (personagens) que falam, em diferentes gêneros, e, assim, expressam seu ponto de vista particular sobre o mundo.

O que ainda falta mencionar é que a linguagem social das personagens, no romance, segundo Bakhtin, não é coincidente com a linguagem do mundo real<sup>622</sup>, mas está *representada* artisticamente na obra pelo autor. Conforme analisa Bakhtin (2011 [1952-53], p. 305; grifos do autor), “a imensa maioria dos gêneros literários é constituída de gêneros secundários [e esses] em regra, *representam* formas diversas da comunicação discursiva primária”. Assim, trata-se de um discurso que representa outro discurso, de modo que o “plurilinguismo introduzido no romance [...] é o *discurso de outrem na linguagem de outrem*, que serve para refratar a expressão das intenções do autor” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 127; grifos do autor) – isso é o que significa dizer que os gêneros secundários ou os primários neles intercalados perdem o vínculo com a realidade concreta e passam a manter vínculo com a realidade da obra, (constituída segundo *as intenções do autor*).

---

<sup>622</sup> Retomem-se, neste ponto, as discussões sobre *mundo representante* e *mundo representado* (cf. 4.3.1).

Como, para representar diferentes mundos ideológicos, o autor precisa descobrir suas próprias palavras em relação a esses mundos (ou seja, precisa encontrar em si ressonâncias desses diferentes mundos), o plurilinguismo (do mundo real), no romance, não apenas representa, mas também é representado (pelo autor). Por esse motivo, o efeito da presença de diversos gêneros intercalados no romance é a relativização da consciência linguística não só das personagens que integram o romance, mas também de seu autor, que *representa* todas as essas linguagens.

Em consequência disso, segundo Bakhtin, o problema da estilística do romance pode ser compreendido como o *problema da imagem, da representação* da linguagem: a linguagem social dos gêneros e dos personagens que falam se torna objeto de representação no romance; como tal, trata-se de um *enquadramento interpretativo* (valorativo), feito pelo autor, da linguagem de outrem e, por isso, trata-se de uma realidade distante da realidade empírica do uso da língua: “*trata-se precisamente da imagem e não do empirismo positivo desta linguagem*” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 154; grifos nossos). Nos termos de Volochínov, por isso, a “palavra não é, de fato, a fotografia daquilo que denota” (VOLOCHÍNOV, 2013c [1930], p. 195).

Sendo assim, o discurso representado pode decorrer, inclusive, de um processo de *criação livre* do autor, licenciado para agir no sentido de (i) selecionar parte dessa realidade, (ii) promover um exagero dela, (iii) incluir elementos estranhos a ela etc.; gerando, segundo suas intenções, novas estratificações, novas variações. Aplicando esse raciocínio a todos os tipos de enunciados, o *problema da transmissão da fala do outro* filia-se, portanto, ao *problema da constituição da imagem da linguagem do outro*.

Frente à questão, Bakhtin considera ser preciso reconhecer que “o discurso como objeto de discurso é um objeto *sui generis* que coloca questões especiais à nossa linguagem” (BAKHTIN, 2014 [1934-1935], p. 139), pois ainda que haja precisão na transmissão do discurso de outrem, a mudança de situação, na reenunciação, pode mudar seu significado, já que ele (o contexto, a situação) constitui o fundo dialógico do enunciado. Nesse sentido, a representação da fala de outrem constitui uma *estilização dessa fala*, pois diferentemente do



estilo, no processo de estilização a língua do outro é (criativamente) recriada, podendo, inclusive, adquirir novos significados.<sup>623</sup>

Para além do gênero *romance*, o discurso prosaico ou cotidiano, materializado em diversos gêneros<sup>624</sup>, segundo Bakhtin, é igualmente marcado pelo plurilinguismo, é internamente dialógico e plurivocal. Assim, até mesmo nos discursos cotidianos e orais sempre há *representação*: porque “[t]oda forma gramatical é, [...], um meio de representação” (BAKHTIN, 2013 [1940-1960], p. 24) orientada pela avaliação da situação. Por isso,

para a apreciação cotidiana e para adivinhar o significado verdadeiro das palavras de outrem pode ser decisivo saber-se quem fala e em que precisas circunstâncias. A compreensão e o julgamento cotidiano não separam a palavra da pessoa concreta do falante. (BAKHTIN, 2014[1934-1935], p. 141).

De maneira geral, pode-se concluir que a estratificação linguística, na concepção dos EC, decorre da *doutrina da refração*, ou seja, decorre do fato de os grupos humanos, por serem heterogêneos em suas práticas, atribuírem diferentes sentidos ao mundo; são esses sentidos que vão se acumulando sobre o mesmo material semiótico e promovendo diferenciações quanto à seleção e combinação dos recursos linguísticos. Por isso, a estratificação de que trata os EC não é exatamente das formas da língua, mas de axiologias que saturam a língua com diferentes índices sociais de valor: aquela estratificação, portanto, é efeito dessa.

Nos gêneros do discurso, quer primários quer secundários ou intercalados, os recursos linguísticos são, então, um meio para se manifestar (/introduzir e organizar), com base no processo de representação/avaliação, o plurilinguismo.

---

<sup>623</sup> A título de exemplificação, pode-se dizer que relatar, com nossas palavras, o conteúdo de um texto, significa promover, nessa perspectiva, um discurso bivocal.

<sup>624</sup> Em nota de rodapé, Volochínov (2013 [1930], p. 161) afirma que é possível falar em gêneros do cotidiano somente onde existem formas de intercâmbio comunicativo cotidiano que sejam de algum modo estáveis e fixadas pelo hábito e pelas circunstâncias.

#### 4.5 DIRETRIZES METODOLÓGICAS

Para encerrar as discussões deste capítulo, nesta seção apontam-se algumas orientações metodológicas que ora explícita ora implicitamente emergem dos EC. Brait (2006; 2013), Rojo (2005) e, especialmente, Acosta-Pereira e Rodrigues (2015) já refletiram sobre essa temática e, por isso, nos valem das sistematizações já promovidas por esses estudiosos quanto ao ponto de discussão. Com isso, recuperam-se algumas das principais questões desenvolvidas ao longo do capítulo.

De modo geral, não há nos EC a sistematização de um método propriamente dito, mas apenas indicativos quanto a *diretrizes metodológicas, de cunho sociológico*, que podem auxiliar na construção de um caminho teórico-analítico, quando o objeto de estudo é a *língua-discurso* (ou apenas *o discurso*). Nesse sentido, as primeiras observações metodológicas a serem feitas derivam da própria concepção do objeto de estudo constituído pelos EC: a língua em seu uso efetivo, constituída em práticas sociais específicas, por sujeitos que sempre tomam a palavra a partir de um dado ponto de vista (em contraposição a outros pontos de vista), tornando-a, pois, plena de relações semântico-axiológicas, manifestas sob a forma de enunciados.<sup>625</sup>

Como tal, o *cerne da análise são (i) as relações dialógicas* indiciadas pela estrutura do enunciado e, por meio delas, (ii) *o sentido que o todo da enunciação* produz em alguma esfera cultural. Considerando que as relações dialógicas não são relações *lógicas* (embora não ocorram sem elas), mas relações de sentido, relações ancoradas extralinguisticamente que determinam a própria enunciação, o objeto de estudo dos EC (o discurso) extrapola os limites da linguística (do início do século XX), devendo, pois, ser estudado no *campo da metalinguística*, um campo constituído por um conjunto de disciplinas que, embora não especificadas pelos EC, dão conta de uma

---

<sup>625</sup> Retome-se das discussões do capítulo que enunciado, enquanto meio de materialização de discursos, constitui-se de uma dimensão verbal e de uma dimensão social e que, com essa acepção, *enunciado típico, texto e gênero* são termos alternativos.

série de questões que ultrapassam os limites da linguística<sup>626</sup> – mesmo não a excluindo (cf. 4.1.2 e 4.1.3).

As relações dialógicas (cf. 4.1.2) podem ser examinadas entre enunciados ou mesmo no interior de um mesmo enunciado, uma vez que esse é sempre prenhe de múltiplas vozes sociais, já que a própria consciência do homem, constituída por signos-ideológicos, é pluridiscursiva (cf. 4.4.3). Com isso, os enunciados e suas formas típicas, os gêneros do discurso (e todos os aspectos que o constituem), podem ser vistos como uma importante instância de análise do discurso.

Uma questão a se enfrentar a partir dessa decisão é que não há categorias de análise dadas *a priori* para o estudo das relações dialógicas que se materializam nos gêneros do discurso – embora, em razão do estreito vínculo que a enunciação mantém com a situação de interação e com a esfera que a abriga, essas (esfera e situação interativa) possam ser o próprio ponto de partida para a compreensão da atmosfera social a partir da qual se constitui a enunciação. Assim, um importante passo metodológico para a análise de gêneros do discurso e dos discursos<sup>627</sup> que eles materializam é a investigação do *meio ideológico que envolve o homem por todos os lados* e que constitui sua própria consciência (MEDVIÉDEV, 2012 [1928]); sem isso, “perde-se de vista o fato de que o fenômeno [linguístico-discursivo] isolado é somente parte dependente do meio ideológico concreto e é determinado de forma direta por ele de modo mais imediato” (MEDVIÉDEV, 2012 [1928], p. 58; grifos nossos).

<sup>626</sup> Retome-se: Bakhtin (2015 [1929]) refere-se à linguística de sua época, constituída por duas grandes tendências, quais sejam (i) o *subjetivismo individualista* e (ii) o *objetivismo abstrato*.

<sup>627</sup> Destaque-se que *gêneros do discurso* e *discurso* não se reduzem a uma mesma coisa, nos EC, embora essas concepções estejam imbricadas: *discursos* são pontos de vista que os gêneros evocam; mas não há discurso fora da linguagem, fora das formas (típicas) de enunciação, fora, portanto, dos gêneros do discurso. Com isso, embora análise de discurso e de gêneros do discurso possam se ancorar em diferentes diretrizes metodológicas, para os fins desta tese, por termos como alvo compreender os elementos que envolvem análise de gêneros do discurso, estando nisso implicado o reconhecimento dos discursos ou pontos de vista que a enunciação indicia, não estamos estabelecendo fronteiras entre análise de discurso e de gêneros do discurso. Em nossa compreensão, ao se fazer análise de gêneros do discurso, também se faz, de um certo modo, análise de discurso.

Mesmo assim, considerando que um campo cultural vive em relação a outros campos, reconhecer que os enunciados e suas formas típicas precisam ser compreendidos à luz da esfera em que se realizam não significa que eles tenham de ser estudados num corte da sua especificidade e nas distinções que mantém de outros gêneros da mesma esfera, uma vez que há uma natureza verbal comum presente em todos os enunciados.

Tendo em vista, então, que as enunciações são orientadas tanto pela organização social dos indivíduos quanto pelas condições em que a interação acontece, apresentou-se em 4.2.4 a indicação explícita dos EC das seguintes *regras metodológicas* para **o exame do discurso**:

*Não separar a ideologia da realidade material do signo* (colocando-a no campo da “consciência” ou em qualquer outra esfera fugidia e indefinível).

*Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social* (entendendo-se que o signo faz parte de um sistema de comunicação social organizada e que não tem existência fora deste sistema, a não ser como objeto físico).

*Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material* (infraestrutura) (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 45; grifos do autor).

Um estudo assim orientado deve, então, iniciar pelo exame de um conjunto de fatores que caracterizam a situação do intercâmbio comunicativo e passar a especificidades constitutivas dos gêneros do discurso: só então as formas linguísticas da enunciação (determinadas por esses aspectos), são passíveis de análise. Essa é, portanto, a ordem metodológica proposta pelos EC para o estudo da língua:

1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.
2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados [ou seja, os gêneros do discurso], em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos, isto é, as categorias de atos de fala na vida e na criação ideológica que se

prestam a uma determinação pela interação verbal.

3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual. (BAKHTIN [VOLOCHÍNOV], 2014 [1929], p. 129)

É nessa mesma ordem, segundo Rojo (2005), que ocorre a evolução real da língua. Assim, o estudo da mudança linguística precisaria ter em vista que: (i) as relações sociais evoluem; (ii) a interação verbal evolui no quadro das relações sociais; (iii) as formas dos atos de fala, ou seja, os gêneros do discurso evoluem como consequência das mudanças na interação verbal; (iv) e todo esse processo evolutivo se reflete na mudança das *formas linguísticas*, para cujo exame *vale a interpretação linguística habitual*, ou seja, as teorias e análise linguísticas disponíveis, já que a metalinguística não exclui a linguística. (ROJO, 2005)

Essa ordem metodológica faz ver, portanto, *a constituição de níveis superiores e inferiores* de uma análise de cunho sociológico, tendo em mira “um estilo de trabalho mais ‘*top-down*’ e de idas e vindas da situação ao texto e nunca um estilo ‘*bottom-up*’ de descrição exaustiva e paralela de textos, para depois, colocá-los em relação com aspectos da situação social ou de enunciação” (ROJO, 2005, p. 199).

Observe-se que essas regras e ordem metodológicas, embora vinculem (i) língua, (ii) ideologia, (iii) consciência, (iv) esfera social, (v) situação de interação e (vi) relações de produção e estrutura sociopolítica que deriva dessas relações, para o estudo do discurso, *não fundam categorias de análise*, como observado, o que se deve, talvez, à própria compreensão dos EC de que fazer ciência, em Ciências Humanas<sup>628</sup>, é fundamentalmente um *gesto interpretativo*, já que o objeto de estudo dessas ciências, o ser expressivo e falante, *nunca coincide consigo mesmo*, é sempre inesgotável em seu sentido, é sempre “máscara”, “ribalta”, “formas reais da expressão da representatividade do ser”. (BAKHTIN, 2011 [1974], p. 395). Desse modo, reconhecendo que a “interpretação do símbolo permanece, ela mesma, símbolo” (BAKHTIN, 2011 [1974], p.398), o próprio fazer científico acaba sendo visto, nessa abordagem, como um ato de *criação ideológica*.

---

<sup>628</sup> Observe-se que Bakhtin localiza a metalinguística ou o estudo do discurso no âmbito das Ciências Humanas.

Como consequência de se assumir essa concepção, além da não instituição de um método e de categorias (fixas) de análise, os EC também se afastam dos métodos típicos das ciências exatas, pois essas, praticantes de um “processo de coisificação” (p. 407), tornando sempre idênticos a si mesmo o sujeito e os recursos da língua, trabalham na contramão do posicionamento filosófico e conceitual dos EC.

Isso não significa, certamente, abster-se de uma sólida *orientação* metodológica, já que o que os EC buscam é justamente a máxima aproximação de uma ciência: mas uma que leve em consideração que *a especificidade do mundo humano é obedecer e, ao mesmo tempo, transgredir as leis, sejam elas de qualquer natureza*<sup>629</sup>. Frente a essas considerações, verifica-se, portanto, no âmbito dos EC uma oposição entre *Ciências Humanas* e *Ciências Naturais*. (BAKHTIN, 2011 [1974]).

Conectando (i) o fato de não haver, nos EC, categorias analíticas previstas *a priori* para o estudo do discurso (pois elas devem ser apreendidas de cada situação de interação) e (ii) a compreensão de que o fazer científico em ciências humanas é uma prática interpretativa que se afasta de métodos objetivo-matemáticos, Brait (2006) considera que a “pertinência de uma perspectiva dialógica se dá pela análise das *especificidades discursivas constitutivas de situações em que a linguagem e determinadas atividades se interpenetram e se interdefinem [...]*” (BRAIT, 2006, p. 29; grifos nossos), ponderação que realça não só a concepção de *sujeito em movimento (histórico-cultural)*, mas também a de *linguagem como uma prática* que os constitui situacionalmente.

Em visto disso, o próprio exame das particularidades discursivas e estilístico-composicionais da enunciação funciona como *meio* de recuperar (no sentido de compreender) “*contextos mais amplos, quer porque eles estão indiciados, em alguma medida, na estrutura da enunciação, quer porque o reconhecimento desses contextos permite melhor compreender a discursividade desses textos*” (BRAIT, 2010b, p. 96).

Como boa parte da interpretação de uma enunciação depende da compreensão do próprio elemento regente da enunciação, a saber, o conteúdo valorado dela, constituído à luz de um sistema de concepções que nascem pragmática e/ou socioculturalmente e orienta, assim,

---

<sup>629</sup> Retome-se, quanto a essa contradição humana, a ponderação de Todorov (2011) (cf. 4.1.2).

compreensão e representação da realidade – reitere-se: até mesmo a própria contemplação diante do espelho já se faz mediada por esse aspecto social, porque “eu não estou só quando me contemplo no espelho” (BAKHTIN, 2011, p. 31) –, o estudo da parte formal da enunciação não pode ser desvinculado do estudo de sua dimensão social: relações cronotópicas, horizonte temático, relações dialógicas entre enunciados (já-ditos e pré-figurados), relação com o auditório, ponto de vista do locutor, são todos pontos a serem investigados numa análise de cunho sociológico, de orientação bakhtiniana, com foco nas diferentes práticas de linguagem.

Além disso, considerando (i) as concepções teóricas, (ii) as regras e a (iii) ordem metodológicas dos EC, Brait (2013, p. 85) sugere o seguinte princípio e aspectos que dele derivam e que singularizam uma análise bakhtiniana:

*Princípio:* Assumir a concepção de que o sujeito é histórico, social e múltiplo e de que a linguagem o constitui.

*Aspectos que particularizam a análise bakhtiniana:*

- a. o reconhecimento da multiplicidade de *discursos* que constituem um *texto* ou um *conjunto de textos* e que se modificam, alteram ou subvertem suas relações por força da mudança da esfera de circulação;
- b. as *relações dialógicas* como objeto de uma disciplina interdisciplinar, denominada por Bakhtin de *metalinguística* ou *translinguística*, e que hoje pode ser tomada como embrião da análise/teoria dialógica de discurso;
- c. o pressuposto teórico-metodológico de que as *relações dialógicas* se estabelecem a partir de um ponto de vista assumido por um sujeito;
- d. as consequências teórico-metodológicas de que as relações dialógicas não são dadas, não estando, portanto, jamais prontas a partir de um ponto de vista [...] (BRAIT, 2013, p. 85; grifos da autora).

Registre-se ainda que Rodrigues (2004) também especifica o que *não* deve ser feito metodologicamente, quando o enunciado é objeto de investigação, a fim de não reduzir a enunciação à sua parte verbal: (i) não estabelecer previamente as categorias de análise, como já mencionado; (ii) não tomar os enunciados apenas como critério de delimitação dos dados da pesquisa; (iii) não focalizar prioritariamente a organização textual do enunciado.

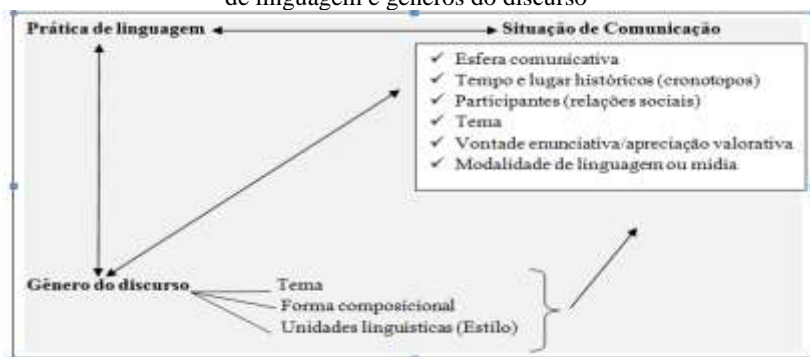
Em conformidade com o conjunto de questões teóricas apresentadas ao longo deste capítulo, bem como considerando as diretrizes metodológicas nesta seção apresentadas, no exame da enunciação o analista, segundo Acosta-Pereira e Rodrigues (2015, p. 80-81), precisa, então, ter em vista, dentre outras questões:

- (i) a concepção de discurso como língua viva, a língua em uso em contextos de interação específicos;
- (ii) o estudo do enunciado como a forma material do discurso;
- (iii) o estudo do discurso a partir das relações dialógicas com outros discursos;
- (iv) o estudo das relações dialógicas enquanto relações semântico-axiológicas, isto é, relações de sentido que se engendram na constituição e no funcionamento do discurso, saturadas de projeções valorativas e ideológicas;
- (v) o estudo das projeções valorativas e ideológicas como índices sociais plurivalentes que consubstanciam o discurso e o situam em determinados horizontes sócio-histórico-culturais;
- (vi) o estudo das formas da língua (uso de recursos lexicais, gramaticais, textuais) como resultado da relação expressiva do sujeito com o seu discurso em situações singulares e concretas de interação verbal.

Se essas considerações de Acosta-Pereira e Rodrigues (2015) se dirigem mais especificamente à *análise de discurso*, a figura a seguir, proposta por Rojo (2005), sintetiza aspectos envolvidos na análise de *gêneros do discurso*, resumizando, com isso, algumas das principais discussões deste capítulo.



**Figura 14:** Relações entre os elementos da situação de comunicação, as práticas de linguagem e gêneros do discurso



Fonte: Rojo (2005, p. 198)

O exame analítico-interpretativo da enunciação se efetiva, portanto, esmiuçando esses aspectos.

#### 4.6 RETOMANDO E AVANÇANDO

Neste capítulo, examinaram-se alguns pontos filosóficos e teórico-metodológicos da perspectiva dialógica da linguagem, considerando os escritos do Círculo de Bakhtin, bem como as *respostas* de interlocutores brasileiros a esses escritos, no âmbito da vertente que se intitula *Análise Dialógica da Linguagem (ADD)*.

Motivada pelo próprio diálogo, ora mais explícito ora mais implícito, que o campo variacionista passou a manter, nos últimos anos, com o campo bakhtiniano – além do fato de o fenômeno em variação/mudança em perspectiva nesta tese ter evocado análise de gênero (cf. Capítulo 1) – a visita aos EC foi orientada pelo modo como Faraco (2009) reúne o conjunto das obras russas, a saber, em torno de *dois grandes projetos intelectuais*: (i) da parte de Bakhtin, um projeto filosófico; (ii) da parte de Volochínov e Medviédev, um projeto de orientação marxista sobre o processo de criação (circulação e recepção) de fenômenos ideológicos. Correlacionados, esses dois projetos fazem ver o *esboço* de uma teoria sobre a relação entre os sujeitos e o mundo, e o papel da linguagem nessa relação. A fim, então, de explicitar algumas ideias dos EC, abordou-se, inicialmente, cada um desses projetos e, na sequência, tendo em vista que derivam deles todos os dispositivos teórico-analíticos do campo, especificou-se: (i) a concepção de

enunciado, (ii) a de gêneros do discurso e (iii) as diretrizes metodológicas do campo.

Em vista disso, em primeiro lugar, na seção 4.1 apresentaram-se os três eixos sob os quais se alicerça a filosofia bakhtiniana – (i) a unicidade e a eventicidade do Ser, (ii) a contraposição eu/outro; (iii) o componente axiológico inerente ao existir humano – cujo centro é a *crítica ao pensamento racionalista*, frente a reflexões sobre o ser humano concreto e sobre sua constituição histórico-cultural, a partir da radical (no sentido de fundamental e obrigatória) relação com a alteridade. Disso, viu-se nascer a concepção de que tudo na vida, inclusive a linguagem, é dialógico(a), ou seja, vive em relação de contraposição com o outro. Com isso, especificaram-se as seguintes premissas do campo: (i) a língua deve ser examinada no quadro das relações sociais, porque ela é produto da interação social; (ii) a interação social é um processo de contraposição de pontos de vistas (nela, não se trocam mensagens, mas verdades sociais); (iii) o uso efetivo da língua se estrutura como *resposta* (procede de alguém, destina-se a algum); (iv) o que está em questão, na interação, não é o sujeito empírico, mas os pontos de vista, as vozes sociais por eles assumidas a partir da interação com o outro (i.é, com outras vozes sociais), próximas, distantes ou projetadas; (v) a relação de contraposição que se mantém com pontos de vistas alheios é o que se denomina *relações dialógicas: relações de sentido, extralinguísticas* e que determinam a estrutura formal dos usos efetivos da língua; (vi) por força da dialogicidade, todo uso efetivo da língua: (a) mantém vínculos com usos precedentes e subsequentes, sendo, assim, sempre *elo* na cadeia comunicativa; (b) pressupõe diferentes vozes sociais, sendo, por isso, *bivocal*; (vii) a dialogicidade inerente à linguagem também promove estratificação linguística, tendo em vista a seguinte realidade: o código linguístico é único, mas as vozes sociais são múltiplas; cada voz social agencia sua palavra, seu vocabulário, seus acentos; (viii) as forças criadoras da vida da linguagem são duas: (a) as forças oficiais ou centrípetas, que atuam na manutenção de um núcleo linguístico comum; e (b) as forças não oficiais ou centrífugas, que atuam no sentido de descentralização desse núcleo linguístico, estratificando, com isso, a língua em contextos de múltiplas vozes sociais; (ix) como a concepção de língua dos EC pressupõe que seu uso é inseparável de um ponto de vista, o termo *língua* é usado, na abordagem, alternativamente ao termo *discurso (língua-discurso)*; (x) a concepção de língua, então, não se centra em aspectos exclusivamente linguísticos, devendo, pois, ser estudada no campo da *metalinguística* (ou translinguística), constituída por um

conjunto de disciplinas (não delimitadas pelos EC) no âmbito das ciências humanas, extrapolando-se, com isso, os limites da linguística.

Na sequência, na seção 4.2, examinou-se o segundo projeto intelectual, a teoria das manifestações dos fenômenos ideológicos, a partir do que se indicou o papel da língua na vida social. Assim, apresentou-se que: (i) dentre as peculiaridades dos signos (são realidades ideológicas, materiais, histórico-culturais, e valorativas) o signo linguístico se destaca por ser/ter: (a) pureza semiótica, (b) neutralidade ideológica, (c) material privilegiado da esfera cotidiana e (d) material semiótico da consciência; por esses motivos é signo ideológico por excelência e penetra todas as relações interindividuais; (ii) *ideologia* se define como um conjunto de concepções, baseadas em um sistema de valores, a partir do qual se interpreta a realidade, e organizam-se e regularizam-se todas as práticas sociais; (iii) cada campo de atividade humana, tendo seu próprio modo de orientação para a realidade, constitui signos específicos, desenvolvendo, com isso, sua própria forma de cultura; assim, cada campo cultural é um campo de criação ideológica; (iv) os signos linguísticos, produto das interações sociais localizadas nos diferentes campos culturais, refletem (no sentido de *indiciar*) as condições pragmáticas e histórico-culturais em que foram engendrados; assim, eles materializam, as concepções dos campos culturais e, ao mesmo tempo, regularizam as próprias relações sociais que ocorrem neles; por esse motivo e por penetrarem todas as relações interindividuais, os signos são (a) duplamente ideológicos (ocorrem vinculados a uma esfera ideológica e veiculam significado social), (b) sensíveis a qualquer sinal de flutuação da atmosfera social e, como consequência, (c) *elo* entre a infraestrutura e a superestrutura; (v) os signos ideológicos, responsáveis por fundarem a consciência humana, chegam a ela por meio da interação social; como essa é incessante, a consciência é (a) social, (b) ideológica e (c) provisória, características que também orientam a concepção de sujeito que emana dos EC: ele nunca é pronto e acabado, mas sempre múltiplo, em processo (em virtude do movimento histórico de sua constituição) e agentivo, frente à responsabilidade para com sua existência; tem-se, com isso, uma concepção social de sujeito e de cognição; (vi) sendo a consciência tão social quanto os signos ideológicos, os EC não opõem indivíduo e sociedade, mas concebem essas duas instâncias como estando em diálogo; assim, os sujeitos são vistos como estando submetidos aos aspectos histórico-culturais e, ao mesmo tempo, fazendo a história e a cultura; (vii) toda interação social e produção linguística se organiza sob o escopo de dois tipos de esferas de produção ideológica: (a) a *esfera da*

*ideologia do cotidiano*, ligada à atividade mental centrada na vida cotidiana, fonte de toda mudança social e instância onde nascem as mudanças linguísticas; e (b) a *esfera dos sistemas ideológicos especializados*, produto do desenvolvimento técnico-econômico de uma sociedade; (viii) todas as condições e formas de comunicação social são determinadas pela organização econômica e sociopolítica de uma sociedade, e, por isso, são premissas dos EC: (a) não separar ideologia da realidade material do signo; (b) não dissociar o signo das formas concretas de comunicação; (c) não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material.

A partir da apresentação desses dois projetos, especificou-se, em terceiro lugar, a concepção de *enunciado*, na seção 4.3. Considerado a real e concreta unidade da comunicação discursiva, indicou-se que: (i) o enunciado não é uma unidade do sistema da língua, mas uma unidade de discurso, que expressa juízos e verdades sociais; pode ter extensões diversas; reflete as condições (pragmáticas e histórico-culturais) e as finalidades do campo cultural a que se vincula; constitui-se de uma dimensão social e de uma dimensão verbal; (ii) a dimensão social da enunciação, parte subentendida, constitui-se de dois elementos: (a) *situação*, que corresponde às condições efetivas da enunciação; e (b) *auditório*, que corresponde aos participantes da interação e a relação que se estabelece entre eles; além desses dois aspectos, a *avaliação* que o locutor faz da situação e do auditório também constitui a dimensão social da enunciação; (iii) pelos motivos anteriores, a parte extraverbal da enunciação pode ser decomposta em: (a) *horizonte espacial e temporal* (onde e quando da enunciação); (b) *horizonte temático* (aquilo de que se fala); e (c) *horizonte axiológico* (a avaliação que o locutor faz do objeto do enunciado, dos interlocutores e de outros enunciados sobre o mesmo objeto), sendo esse último o aspecto regente da própria visão e compreensão dos eventos no mundo; destacou-se que (a) e (b) estão relacionados ao conceito de cronotopo, no âmbito do qual se discute a relação entre língua e realidade (uma relação de *representação apreciativa*, e não de espelhamento); (iv) os aspectos que constituem a dimensão extraverbal da enunciação determinam sua estrutura estilístico-composicional; dentre os recursos pelos quais a parte extraverbal da enunciação é indiciada linguisticamente, estão (a) o *discurso relatado direto*, (b) o *discurso relatado indireto* e (c) a *construção híbrida*; (v) as peculiaridades constitutivas do enunciado são: (a) a alternância dos sujeitos; (b) a conclusibilidade, correlacionada com os aspectos *exauribilidade*, *projeto de discurso* e *gêneros do discurso*; e (c) a expressividade; frente a todos esses aspectos,

contrastou-se *enunciado e oração*, e aproximou-se a noção de *texto*, em sua inteireza, isto é, para além de sua dimensão linguística, da de *enunciado*; (vi) na discussão sobre sentido e significação, indicou-se que, embora a significação seja relativamente mais estável que o sentido da enunciação e meio pelo qual esse último se realiza, há nela mobilidade, já que a significação nada mais é que sentidos que se regularizam (relativamente), mas que podem, historicamente, ser modificados; com isso, verifica-se no campo a visão de que os recursos linguísticos são dinâmicos ou, dito de outro modo, que eles resultam da tensão entre dinamicidade e estabilidade.

Em 4.4 abordaram-se os aspectos que constituem os *gêneros do discurso*, os tipos relativamente estáveis de enunciados. Nessa seção, considerou-se que: (i) sendo responsáveis por conferir conclusibilidade ao enunciado, os gêneros do discurso partilham das mesmas propriedades dos enunciados, embora, por serem estruturas historicamente regularizadas, funcionem como baliza (coercitiva, normativa) para o dizer social; assim, os gêneros não são criados pelos indivíduos, mas dados a eles, quase que da mesma maneira que as formas da língua – embora, em relação a essas, sejam mais flexíveis e plásticos; (ii) sendo a via pela qual todo uso efetivo da língua se realiza, os gêneros então são: (a) para o locutor, um modo social de construção do discurso; (b) para o ouvinte, um horizonte de expectativas quanto ao dizer social; (iii) a consideração da seção 4.2 de que o pensamento é sígnico, foi aqui reformulada da seguinte forma: o pensamento é de natureza genérica, ou seja, estrutura-se (nasce e se desenvolve) por meio de formas típicas de enunciação; (iv) os gêneros têm uma dupla orientação para a realidade: (a) a primeira, considerada a partir de sua exterioridade, refere-se a sua relação com o mundo da vida cultural (ocupam um lugar material em domínios culturais específicos e orientam-se para um auditório também específico); (b) a segunda, embora também voltada para os acontecimentos da vida, é considerada a partir de sua interioridade, de suas dimensões internas constitutivas, quais sejam: conteúdo temático (objeto da enunciação), estilo verbal (seleção de recursos linguísticos) e composição (seleção de procedimentos para a organização, disposição e acabamento da totalidade discursiva); dada a intrínseca relação entre (a) e (b) os gêneros constituem-se como modos específicos de conceptualizar e representar os próprios eventos da realidade (são pelos olhos do gênero que se vê e se diz); (v) *conferindo atenção especial à dimensão estilístico-composicional*, indicou-se que: (a) estilo não se refere exclusivamente à dimensão verbal dos gêneros, já que, sendo visto sob o

ângulo de uma *estilística discursiva*, o mais fundamental é que ele indicia as relações dialógicas constitutivas da enunciação; (b) sob essa ótica, etilo representa, em primeiro lugar, uma visão de mundo – só depois é meio de elaboração do material verbal; (c) a questão do estilo pressupõe uma relação entre *homem e linguagem* – daí a perspectiva de que estilo pode ser uma questão individual, i.é, a seleção e disposição dos recursos linguísticos em uma enunciação pode indiciar idiossincrasias; por outro lado, a dimensão verbal dos enunciados é determinada, dentre outros aspectos, pela relação que se estabelece entre os interlocutores da interação – logo, estilo é também uma construção socialmente orientada e, como os tipos de relações sociais são relativamente regularizadas (pelas condições da infraestrutura de uma sociedade), o estilo inscreve-se historicamente nos usos situados da língua, sendo, por isso, também uma questão social; (d) sendo esses usos (sociais) justamente os gêneros do discurso, os *estilos de linguagem são, na verdade, estilos de gêneros*; assim, mesmo concebendo que a individualidade se inscreve na enunciação, os gêneros são uma força coercitiva quanto à organização verbal de uma enunciação (*escolhemos as palavras a partir do projeto inteiro da enunciação*), com a seguinte ressalva: há gêneros que, por suas próprias finalidades discursivas, convocam a manifestação da individualidade (como os gêneros da esfera literária), e há gêneros (a maioria deles) que, também devido a suas finalidades, *abafam* (mas não impedem) esse tipo de manifestação; (e) a expressividade das palavras são também, na verdade, devido à expressividade do gênero – é no conjunto *da obra* que elas significam; (f) mudança de esfera de circulação do gênero ou mudança de expressividade do gênero são aspectos que também podem alterar a dimensão estilística da enunciação; de igual modo, mudança no estilo do gênero, altera o próprio gênero; (g) como consequência: *mudança estilística decorre de mudanças nos/dos gêneros* – daí a concepção de que *nenhum fenômeno (fonéticos, lexical, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um caminho de experimentação de gêneros e de estilos*; os aspectos implicados na configuração estilístico-composicional da enunciação são: as esferas sociais e suas condições de enunciação, o tema, o auditório e a expressividade típicos de cada gênero e as relações dialógicas que se estabelecem com outros enunciados sobre o mesmo tema; (vi) por todos os aspectos anteriores, *o estudo do estilo verbal é mais produtivo quando vinculado ao estudo dos gêneros do discurso*; com isso tem-se que gramática e estilística combinam-se organicamente; (vii) os gêneros podem ser de dois tipos: (a) *primários*, constituídos a partir de

condições mais imediatas de comunicação, mais vinculadas à realidade concreta e à esfera da ideologia cotidiana; e (b) *secundários*, constituídos a partir de condições mais complexas do convívio cultural, estando, pois vinculados à esfera da ideologia especializada; os primeiros são mais flexíveis e sensíveis quanto ao registro de mudanças na atmosfera social, e costumam ser associados aos gêneros orais; os segundos, são mais padronizados, associados à escrita – são mais estáveis o coercitivos; mesmo assim, a relação entre esses dois tipos de gêneros é de reciprocidade; (viii) os gêneros podem se intercalar no interior de outros gêneros, promovendo, assim, os seguintes efeitos: (a) perda de vínculo (do gênero intercalado) com a realidade a partir da qual se constitui e orientação para realidade do próprio gênero *intercalante*; (b) presença de outros modos de orientação para a realidade (i.é, de outras vozes sociais, de relações cronotrópicas, de objeto de sentido, de dimensões estilístico-composicionais, de auditório etc.); (c) constituição de um enunciado (o intercalante) pluridiscursivo e, por isso, plurilinguístico, i.é, estratificado linguisticamente; (ix) a *estratificação linguística, em vista disso*: (a) se justifica pela pluridiscursividade, ou seja, pela pluralidade de vozes sociais; desse modo, ela indicia o seguinte paradoxo: a língua é única (um mesmo código), mas há nela multiplicidade de vozes sociais (logo, ela não é única); (b) como, no uso efetivo da língua, o movimento é de representação (valorativa) da *realidade*, a representação do plurilinguismo (por meio dos gêneros intercalados ou dos recursos de introdução do discurso alheio) é *um discurso sobre* o plurilinguismo do mundo real, ou seja, um enquadramento interpretativo do real – e não um retrato dele; (c) pelo motivo anterior, o processo de representação do discurso de outro (e do nosso próprio), seja em que esfera for (cotidiana ou especializada) é *um processo de estilização dele*.

Por último, na seção 4.5, indicaram-se *diretrizes metodológicas* que procedem dos EC, derivadas, em boa medida, da própria concepção acerca do que é fazer ciência em Ciências Humanas, âmbito no qual os EC localizam a metalinguística: para longe de caminhos objetivo-matemáticos, típicos das ciências naturais, o campo metalinguístico se insere numa *tradição interpretativista*. Assim, considerando o princípio de que o sujeito é histórico, social e múltiplo e de que a linguagem o constitui, bem como (i) reconhecendo-se que um texto-enunciado se constitui de muitos discursos que se conhecem entre si, ou seja, que estão em relação dialógica; e (ii) admitindo-se que as categorias de análise, nesse ideário, não são dadas *a priori*, uma esquematização das diretrizes metodológicas dos EC pode ser assim apresentada:

**Quadro 15:** Diretrizes metodológicas, segundo os Escritos do Círculo de Bakhtin

<b>Diretrizes metodológicas dos EC</b>	
Foco da análise	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. O discurso na sua materialidade enunciativa.</li> <li>2. As relações dialógicas indiciadas pelo enunciado.</li> <li>3. O sentido do enunciado.</li> </ol>
Amplitudes da análise	<p>As <i>atividades</i> ou práticas socio-históricas de linguagem, ou seja, <i>os gêneros do discurso</i>, constituídos por:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>a) <u>uma dimensão social</u>: esfera comunicativa, tempo e lugar históricos, relação entre os participantes da interação, tema/valoração, projeto discursivo, modalidade de linguagem etc.;</li> <li>b) <u>uma dimensão material/verbal</u>: conteúdo temático, composição, estilo.</li> </ol>
“Regras” metodológicas	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. <i>Não separar a ideologia da realidade material do signo.</i></li> <li>2. <i>Não dissociar o signo das formas concretas da comunicação social.</i></li> <li>3. <i>Não dissociar a comunicação e suas formas de sua base material.</i></li> </ol>
<p>“Ordem metodológica (para exame da enunciação e da mudança linguística)</p> <p><u>Do tipo top-down</u></p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. As formas e os tipos de interação verbal em ligação com as condições concretas em que se realiza.</li> <li>2. As formas das distintas enunciações, dos atos de fala isolados em ligação estreita com a interação de que constituem os elementos.</li> <li>3. A partir daí, exame das formas da língua na sua interpretação linguística habitual.</li> </ol>
O que não fazer	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Não estabelecer, <i>a priori</i>, categorias de análise.</li> <li>2. Não tomar os enunciados apenas como critério de delimitação dos dados.</li> <li>3. Não focalizar prioritariamente a organização textual do enunciado.</li> </ol>

Fonte: elaboração própria

\*\*\*

Frente a todas essas considerações, resta saber até ponto esse campo, de cunho histórico-cultural, entra em diálogo com os campos anteriormente revisitados; até que ponto, mais especificamente, o estudo da expressão variável do futuro do presente (e de fenômenos variáveis,



em geral, por ocasião do processo de gramaticalização) pode ser enriquecido ou visto a partir de outro ângulo (o ângulo discursivo), com o agenciamento de pressupostos filosóficos, teóricos e metodológicos também da perspectiva dialógica da linguagem, ao lado da perspectiva funcionalista e variacionista. Com vistas à investigação desses aspectos, encerra-se este capítulo – e também a Parte II desta tese –, partindo-se imediatamente para a Parte III.



**PARTE III**  
**TECENDO DIÁLOGOS**



Após exame dos pressupostos filosóficos e teórico-metodológicos dos três campos em tela, esta parte da tese contempla os seguintes *objetivos gerais de pesquisa*: (i) explicitar pontos de convergência (direta ou indireta) entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico; (ii) propor uma abordagem transdisciplinar para tratamento da variação/mudança, tendo em vista reflexões sobre a expressão do futuro do presente e indicando ainda como esse fenômeno pode receber novo tratamento, à luz da articulação proposta; e (iii) contribuir com as discussões epistemológicas atuais (sobre variação/mudança).

As questões que conduzem as discussões aqui são:

- (1) Quais são as vias pelas quais os campos acionados podem ser aproximados e, a partir disso, quais (novas) concepções emergem da articulação proposta?
- (2) Frente às questões anteriores, qual a relação teórica que se estabelece entre *gêneros do discurso, estilo, formas e funções* (de fenômenos em variação/mudança)?
- (3) Até que ponto discussões atuais de pesquisadores brasileiros sobre variação estilística evocam a perspectiva dialógica da linguagem?
- (4) Qual *design* metodológico para tratamento de fenômenos em variação/mudança resulta do diálogo proposto entre os campos?
- (5) No âmbito da abordagem proposta, como o fenômeno em tela pode ser (re)lido?

Frente a essas questões, são *objetivos específicos* desta parte da tese, composta de apenas um capítulo (Capítulo 5):

- (i) Indicar pontos de diálogo entre os campos, para promoção de uma nova *chave de leitura* para exame de fenômenos em variação/mudança, especificando, em especial, a relação que se estabelece entre gêneros do discurso, estilo, formas e funções – a partir do que se procura responder as questões (1) e (2), acima formuladas;
- (ii) Retomar algumas das principais preocupações atuais de pesquisadores brasileiros que se dedicam ao exame da variação estilística, com vistas à identificação dos

rumos teóricos do campo, averiguando se esses rumos se alinham, em alguma medida, à perspectiva dialógica da linguagem– a partir do que se procura responder a questão (3);

- (iii) Acomodar os principais aspectos metodológicos dos três campos para promoção de um novo *design* metodológico, para estudo de fenômenos em variação/mudança, especialmente a expressão do futuro do presente – a partir do que se procura responder a questão (4) e (5).

Ao final, todas essas questões produzem elementos que conduzem a respostas para as perguntas de pesquisa desta tese (cf. Introdução).

## CAPÍTULO 5

### O CAMPO VARIACIONISTA, O CAMPO FUNCIONALISTA E O CAMPO BAKHTINIANO: TECENDO DIÁLOGOS

“A variação não é apenas uma manifestação da mudança linguística, mas um componente importante da mudança social”  
(ECKERT, 2016, p. 10).

“[Há] uma estreita ligação entre práticas culturais específicas e mudanças linguísticas”  
(HOPPER, 1998, p. 151).

“Nenhum fenômeno novo (fonético, léxico, gramatical) pode integrar o sistema da língua sem ter percorrido um complexo e longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos”  
(BAKHTIN, 2011 [1952-53], p. 268).

## INTRODUÇÃO

Neste capítulo, *objetiva-se* tecer, *em primeiro lugar*, alguns diálogos entre os campos (i) funcionalista, (ii) variacionista, em sua terceira fase, e (iii) dialógico, considerando, dos dois primeiros, as *tendências atuais*. Embora, nesta tese, tenha-se em mira pontos de convergência (direta ou indireta) entre os campos, *acomodação* de pressupostos é a concepção que melhor traduz a empreitada.

Nesse contexto, uma observação inicial a se fazer quanto a esse objetivo é que, no âmbito do campo funcionalista, acionam-se aqui preceitos gerais do funcionalismo norte-americano, bem como da abordagem da gramaticalização (cf. Cap. 2), já que essa, por ser desenvolvida no âmbito daquele, reverbera seus preceitos epistemológicos e teóricos, embora também evoque preceitos específicos. Assim, neste capítulo, para fazer referência *concomitantemente* a aspectos do funcionalismo em geral e da abordagem da gramaticalização, especificamente, usa-se apenas o termo *Funcionalismo/Gramaticalização* (doravante, FUNC/GRA), especificando-se, quando for o caso, a referência mais direta a uma abordagem ou outra. Ademais, como já se convencionou no Capítulo 4, segue-se, neste, fazendo referência aos escritos do Círculo como EC. À

terceira onda variacionista, faz-se referência, então, do seguinte modo: TOV.<sup>630</sup>

Acreditando na possibilidade de desdobramentos frutíferos quanto à proposta desta tese, informa-se que à conversa que se estabelece aqui entre TOV, FUNC/GRA e EC designa-se *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo, uma referência ao conjunto de pressupostos teórico-metodológicos que se estabelece como resultado da articulação empreendida – não se identificando, portanto, integralmente, com exclusivamente nenhum dos campos acionados e nem exatamente com o sociofuncionalismo já praticado no âmbito dos estudos linguísticos (TAVARES, 2003; GÖRSKI et al., 2003; POPLACK, 2011; TAVARES; GÖRSKI, 2012; TAVARES, 2013; VALLE, 2014; TAVARES; GÖRSKI, 2015; GÖRSKI; TAVARES, 2017, dentre outros), uma vez que esse último resulta de uma interface por outras vias (a sociolinguística laboviana e o funcionalismo norte-americano, considerando também a abordagem da gramaticalização).*

A fim de dar visibilidade ao *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo* (proposto), são também objetivos deste capítulo, *em segundo lugar*, especificar as implicações teórico-metodológicas que emergem da interface e, *em terceiro lugar*, indicar como a expressão variável do futuro do presente pode ser compreendida à luz da ótica nascida desse diálogo. A partir desses três objetivos, pretende-se, portanto, articular os capítulos precedentes (Cap. 1, 2, 3 e 4), em busca de um novo *design* de pesquisapara o tratamento da variação/mudança.

Destaque-se que, se, conforme Faraco (2009), as implicações heurísticas dos escritos bakhtinianos ainda não foram de todo exploradas nos estudos linguísticos em geral, no âmbito do tema *variação/mudança*, especificamente, elas apenas começam a ser contempladas, havendo, pois, um campo de trabalho a ser desenvolvido *quando esse tema é examinado no âmbito das relações sociais, i.é, das dinâmicas e das práticas socioculturais*, em conformidade com as tendências atuais dos estudos funcionalistas e variacionistas.

Ressalte-se ainda que, para o *diálogo proposto*, considera-se o tratamento da variação/ mudança linguística *a partir* do campo bakhtiniano, pelo seguinte motivo: os EC constituem uma *filosofia da*

---

<sup>630</sup> Doravante, os campos em pauta são assim referidos (FUNC/GRA, EC e TOV).



*linguagem*, e não uma teoria (embora também seja um campo teórico-metodológico), com objeto de estudo formalmente recortado e método delimitado para abordá-lo, já que, quando os EC defendem “a necessidade de uma segunda ciência para estudar a linguagem [a metalinguística] não a está propriamente criando” (FARACO, 2009, p. 105). Nesse sentido, ao partir de questões filosóficas, e não teórico-metodológicas, é possível um diálogo mais produtivo quanto à tentativa de acomodar diferentes questões relacionadas ao estudo de variação/mudança linguística.

Considerando que *diálogo* entre diferentes campos científicos é sempre um *processo de negociação* – com concessões de todos os lados – ou uma *conversa na diferença*, de modo que, nessa conversa, conforme mencionado, não se “incorporam os conceitos de cada teoria ‘mãe’ exatamente como foram propostos originalmente, mas sim *se fundamenta na interpretação dada a eles pelos pesquisadores casamenteiros*” (TAVARES, 2003, p. 94; grifos nossos), a proposta deste capítulo, *longe de uma postura eclética*, que tende a apagar justamente fundamentos epistemológicos, é lançar luz sobre alguns pontos de discussão. A expectativa é de que isso possa “criar condições para uma crítica mais abrangente (por reunir o que aparentemente era diferente) ou para saídas teóricas mais interessantes (por conjugar linhas teóricas aparentemente dissociadas)” (FARACO, 2005a, p. 110-111) – e possa também “iluminar os vários lados da natureza humana” (LABOV, 2010, p. 375)<sup>631</sup> no uso da linguagem, tendo em mira a *totalidade do ser humano* e da vida prática em que ele se encontra.

Tendo, então, bem presente que não se cogita em  *fusão* de correntes teóricas que constituem *paradigmas exemplares distintos*, nos termos de Khun (1998 [1962]) (cf. Cap. 3), postura que seria “mortal para a ciência (se a ciência fosse mortal) [pois] quanto mais demarcações melhor” (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 372), o que se tem em vista é o fato de que *nenhuma corrente científica é total* e se mantém imutável. Assim, a proposta de diálogo deste capítulo deve ser lida como um trabalho de *fronteira*, cujas “demarcações [são] benevolentes. Sem brigas na linha de demarcação. *Cooperação*” (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 372) nascida do próprio desenvolvimento histórico dos estudos sobre variação/mudança.

---

<sup>631</sup> “[...] illuminate the many sides of human nature”.

O capítulo, para tal, se organiza em torno dos tópicos de discussão descritos a seguir. Em 5.1, indicam-se pontos de diálogos entre os campos em tela<sup>632</sup>, considerando as concepções sobre: (i) a prática científica, no estudo da linguagem; (ii) o sujeito e a cognição; (iii) a língua(gem); (iv) a relação entre indivíduo, sociedade e língua(gem); e (v) a explicação da mudança linguística. Em 5.2, explicitam-se convergências no que tange à visão de *língua como objeto estético*, estando nela implicada a relação entre gêneros do discurso e estilo e, no âmbito disso, a relação entre formas e funções; nessa mesma seção, indica-se ainda como o tratamento mais atual da variação estilística, entre pesquisadores brasileiros, bem como a reflexão sobre os (novos) caminhos da Linguística indiciam a interface proposta – ou, pelo menos, a interface entre a TOV e os EC. Em 5.3, apresenta-se uma síntese dos principais aspectos que constituem a abordagem que deriva da interface proposta, nesta tese, e que denominamos *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*, partindo-se, antes, da apresentação do próprio sociofuncionalismo já praticado na literatura. Por fim, em 5.4, sistematizam-se as respostas produzidas para as perguntas que conduziram esta tese.

## 5.1 O FAZER CIENTÍFICO, O SUJEITO, A COGNIÇÃO, A LINGUAGEM E A SOCIEDADE: FAZENDO CONCESSÕES

Nesta seção, articulam-se os campos TOV, EC e FUNC/GRA, elegendo-se como pontos de análise os seguintes aspectos, cada um deles tratado em subseção específica: (i) o modo como os campos compreendem o fazer científico; (ii) a concepção sobre sujeito<sup>633</sup> e sobre cognição; (iii) a concepção sobre língua(gem); (iv) a relação entre indivíduo e sociedade, língua e cognição; (v) a explicação da mudança linguística. Do termo FUNC/GRA, as concepções da vertente funcionalista norte-americana (FUNC) orientam mais contundentemente

---

<sup>632</sup> Adverte-se o leitor de que, a depender do tópico de discussão de cada (sub)seção, o diálogo que se tece com os EC pode acionar com mais proeminência uma abordagem (TOV) ou outra (FUNC/GRA), como se especifica em cada caso.

<sup>633</sup> Reitere-se que não se faz, nesta tese, distinção entre sujeito e indivíduo.

as discussões em (ii) e (iii), ao passo que as concepções da perspectiva da gramaticalização (GRA), as discussões em (v).

Destaque-se que são das acomodações epistemológicas e teóricas promovidas entre os campos, nesta seção, que emergem os principais aspectos constitutivos da abordagem transdisciplinar proposta, o *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*.

### 5.1.1 Sobre o fazer científico

Nesta subseção, o ponto de reflexão é de natureza mais geral: buscou-se depreender, dos campos em perspectiva, pontos de aproximação quanto a concepções sobre a própria prática científica, ancoradas, por exemplo, na visão sobre a ciência, sobre o mundo e sobre a relação entre língua e realidade. Nesse sentido, as discussões aqui empreendidas têm um caráter prospectivo, uma vez que já apontam para outras vias de diálogo entre os campos, como as concepções sobre cognição (cf. 5.1.2) e sobre língua (5.1.3).

O primeiro ponto de contato entre os três campos que se gostaria de destacar é que eles, em nossa leitura, afastam-se de uma *concepção realista* de ciência e se aproximam de (ou mesmo se inscrevem em) uma *concepção relativista*<sup>634</sup>, segundo a qual a existência das coisas e dos eventos no mundo não é independente da cognição sobre eles. Mesmo admitindo ser

possível imaginar os objetos do mundo num universo sem linguagem, [o ponto é que] não se pode sequer supô-los como pertencentes à categoria de objetos ou à qualquer [*sic*] outra categoria [porque] *aquilo de que não se pode falar*

---

<sup>634</sup> Talvez uma ressalva a se fazer, nesse ponto, seja em relação à abordagem funcionalista. Ela é vista como estando inscrita em um paradigma *realista-experencialista*: *realista*, por admitir a existência de universais conceptuais; e *experencialista*, por admitir que a linguagem e a cognição são constituídas sócio-historicamente (MARTELOTTA; ALONSO, 2012). Apesar do termo (realista-experencialista), estamos compreendendo que o modo como esse campo concebe a cognição (cf. 5.1.2) permite, fazendo-se concessões, aproximá-lo mais de uma concepção relativista do que de uma realista.

*também não se pode conceber* (ARAUJO, 2004, p. 155; grifos nossos).

Assim, os três campos, evocando o pressuposto de que a cognição é constituída pela e na linguagem (cf. 5.1.2), entendem que o único meio de se acessar a realidade e produzir conhecimento sobre ela é justamente via linguagem – tudo que for constitutivo dela é, pois, constitutivo da cognição e impacta o próprio modo de se conceber (cientificamente) a realidade.

Considerando que os três campos concebem que a língua é (também) de natureza sociocultural (cf. 5.1.3), todos eles entendem, então, que o conhecimento é contingente, embora não neguem a existência de tendências (regulares) entre pessoas, eventos e grupos. Não por acaso, então, como se apresenta ao longo deste capítulo, se a noção de contingência é marca do pensamento filosófico dos EC, é também marca das preocupações teórico-metodológicas atuais do FUNC/GRA (cf. 2.3) e da TOV (cf. 3.3.3.2).

A fim de se explicitar como a diferença quanto à concepção de mundo reverbera na própria constituição de programas de pesquisa, ilustrando-se, com isso, como *o próprio fazer científico é um ato de criação ideológica*, recobre-se que, enquanto para Labov (2008 [1972]) o mundo cotidiano é rebelde, mas *consistentemente rebelde* (cf. 3.1), para Bakhtin o mundo é um lugar confuso, aberto e não passível de conclusibilidade (cf. 4.2.3).

Mesmo havendo pontos de contato entre essas duas compreensões (o mundo é rebelde e passível de *regularidades relativas* para ambos), certamente a inversão de prioridades (em Labov, *foco na consistência*; em Bakhtin, *foco na abertura*) coloca esses dois autores em diferentes tradições de pesquisa, em diferentes paradigmas científicos. Já do lado funcionalista, a julgar pela filosofia taoísta que o orienta (GIVÓN, 2005) (cf. 5.1.3), a visão quanto a essa questão fica em um *entrelugar*, em relação às visões laboviana e bakhtiniana, porque *o foco* está no equilíbrio disso: o mundo cotidiano é *consistente e aberto*, concomitantemente – note-se como, embora o foco do dialogismo esteja na abertura, também evoca essa noção de equilíbrio.

Em vista do exposto no parágrafo precedente, os três campos postos em diálogo nesta tese convocam, quanto a esse ponto da discussão, a visão de que o mundo é um *processo contínuo de construção* que correlaciona, por um lado, *estrutura* (da ordem do que é regular) e, por outro, *o poder construtivo da prática* (da ordem do que é

emergente). E porque *estrutura e prática se retroalimentam*, a visão de mundo deve pressupor tanto regularidades quanto indeterminação, abertura, contingência (cf. 3.3.3.2.2; 4.2.4; e 4.5).

A fim de ilustrar como a concepção que se tem do mundo e do fazer científico reverbera teoricamente, retome-se que, para Eckert (2016, p. 13), “[a] terceira onda [variacionista] baseia-se no entendimento de que a língua não é apenas estrutura, mas [também] prática”<sup>635</sup> e, por isso mesmo, ela deve ser vista como dinâmica: “língua é mudança”<sup>636</sup> (ibidem, p. 13; grifos da autora), e não apenas nela acontece a mudança – mesma compreensão da abordagem da gramaticalização e também dos EC.

Pelo exposto até aqui, depreende-se ainda que os campos em perspectiva se inscrevem em (ou, em suas tendências atuais, se voltar para) uma tradição *científica interpretativista*, e não descritivista, assumindo que o mundo não está *dado*, mas precisa ser perscrutado, a fim de se explorar os regimes de concepções, de significados que o constituem – daí esses campos focalizarem *princípios e processos* subjacentes às práticas socioculturais, em busca de explicações sobre a configuração da paisagem social. Sintomático disso é os três campos priorizarem, conforme literatura revisada, abordagens holísticas e qualitativas no exame dos usos linguísticos efetivos (cf. 2.3; 3.4 e 4.5).<sup>637</sup>

<sup>635</sup> “The Third Wave is based on the understanding that language is not just structure but Practice”.

<sup>636</sup> “[...] language *is* change.”

<sup>637</sup> Por *tradição científica interpretativista*, leia-se: uma tradição de pesquisa prioritariamente de orientação qualitativa e cujo interesse central é a busca por “pressupostos que servem de fundamento à vida das pessoas” (TRIVINÓS, 1987, p. 130). Certamente que uma pesquisa dessa natureza é também descritivista – porque pesquisas qualitativas baseiam “suas conclusões nas descrições [...]” (ibid., 121). O ponto, contudo, é que a isso recorrem para depreender delas (das descrições) os significados que constituem os fenômenos sociais. Além disso, nessa tradição, admite-se que a descrição está impregnada da visão subjetiva do pesquisador – daí a necessidade, por exemplo, de triangulação de instrumentos de geração de dados, em pesquisas desta natureza (cf. 3.4.2.2). Além disso, o foco das pesquisas que assim se orientam é explicar a origem de um fenômeno, suas relações e mudanças, bem como *intuir* as consequências dele para a vida humana. (TRIVINÓS, 1987). Todos esses aspectos parecem constituir, em nossa leitura, além dos EC, os objetivos de

Focalizandoas diferentes práticas sociais, tendo em vista que é nelas que toda produção ideológico-cultural se realiza, os campos, conforme vistos nesta tese, defendem que é pela via da imersão numa determinada prática cultural que se chega às suas *condições de produção* para, na sequência, se chegar à interpretação dos aspectos que a suscitam e a sustentam.

Nessa direção, é possível dizer que os campos estão interessados na *arquitetônica real*<sup>638</sup>, concreta, da experimentação do mundo, regido por valores (FARACO, 2009), e nisso têm em comum a tentativa de superar o dualismo entre *mundo da vida* e *mundo da teoria*, ao se colocarem em busca do *motivo do ato ou da ação realizada*, reconectando-o, assim, ao seu *produto*.

Frente a essas considerações quanto à concepção sobre o fazer científico, entende-se que, do diálogo entre o FUNC/GRA, a TOV e os EC, resulta:

- (1) uma concepção relativista de ciência;
- (2) a crença de que o conhecimento é contingente;
- (3) a visão de que o mundo é um processo contínuo de construção que correlaciona estrutura e prática, o regular e o emergente;
- (4) a inscrição em uma tradição científica interpretativista;
- (5) o foco em princípios e processos que expliquem a paisagem social;
- (6) o interesse pela integridade da atividade humana, conectando, assim, *a motivação* da atividade e *o produto* que dela deriva;
- (7) a tentativa de reconectar o mundo da atividade científica com o mundo do todo real da existência do ser humano concreto.

### 5.1.2 Concepção sobre sujeito e sobre cognição

Nesta subseção, recorre-se ao seguinte movimento para encaminhamento das discussões: inicialmente, articulam-se a TOV e os

pesquisa do campo variacionista e do FUNC/GRA, considerando suas tendências atuais.

<sup>638</sup> Cf. em “O problema do conteúdo, do Material e da Forma na Criação Literária” (BAKHTIN, 2014 [1924]) discussão sobre a concepção de *arquitetônica* – a individualização estética de um objeto, considerando sua singularidade e estrutura (estética).

EC, por esses campos estarem mais próximos quanto à concepção de sujeito e de cognição<sup>639</sup>; na sequência, aciona-se o FUNC/GRA.

Antes desse movimento, contudo, destaque-se que, nos três campos, a concepção de sujeito é a de *ser humano concreto, corpóreo* e, por isso, constituído (em termos cognitivos) social, histórico, cultural e ideologicamente. Sendo ainda visto como constituído à luz das interações sociais, ele é compreendido como um *contínuo devir*, dadas as incessantes trocas com o outro. A diferença entre os campos, contudo, está no *foco* que cada um confere a esses diferentes aspectos constitutivos da cognição dos sujeitos e também no *fato* de o FUNC/GRA ainda se voltar para a constituição biológica do ser humano concreto. Como consequência dessa primeira aproximação quanto à concepção de sujeito, os três campos se inscrevem no âmbito de uma *filosofia da existência*, em oposição a uma filosofia da essência, afastando, assim, qualquer vestígio de concepções que operem com a ideia de *sujeito universal* (exclusivamente) ou de *tipo social*.

Considerando mais especificamente as aproximações entre a TOV e os EC, de maior destaque quanto à concepção de sujeito para esses campos é o fato de ele viver *em relação ao outro*, nunca podendo, portanto, ser sempre o mesmo: ele é sempre *persona*, nos termos de Eckert (2005; 2008), ou, dentre outros aspectos, *ponto de vista, convicção*, nos termos de Bakhtin (2015 [1929]), assumindo, assim, em cada situação de interação uma *máscara*, uma *voz social*. Esse parece ser, quanto a esse tópico de discussão, o ponto de contato mais direto entre a TOV e os EC – e o motivo de ruptura da TOV com o pensamento laboviano.

Nesse sentido, o que conta, *em termos de estudo da linguagem*, nesses dois campos, não é exatamente a *empíria* dos sujeitos, mas a *posição de sujeito assumida* na e pela linguagem, uma vez que, sendo constituídos sociocultural e ideologicamente, eles podem assumir diferentes *posições*, a depender de seu *senso de lugar no mundo* (e não exatamente do lugar físico em que estão no mundo) – e isso é o que está envolvido no uso da língua. Recupere-se, como indícios dessa compreensão, que Le Page (1998) e Eckert (2000) (cf. 3.3.3), por exemplo, argumentam que tanto o uso quanto a avaliação de fenômenos

---

<sup>639</sup> Estamos tomando os termos *cognição, psiquismo* e *consciência* como alternativos.

variáveis não se vinculam necessariamente a grupos sociais, mas *a posturas* (de sujeito) que são mobilizadas no interior de práticas específicas, para a construção e projeção de *personas*, ou seja, de *identidades*, a fim de se obter legitimidade nessas práticas.

Nesse contexto, *identidade* é um conceito que pressupõe, nos dois campos, *movimento, processo, performance*, sendo, pois, sempre múltipla. Nesse ponto, recupere-se, o estudo de Podesva (2007) sobre o tipo de *persona* assumido por um jovem *gay*: não se tratava simplesmente de uma *identidade gay, de um tipo social* projetado pelos usos linguísticos, mas *da faceta assumida pelo sujeito investigado em uma situação interacional específica* (cf. 3.3.3.2.2). Antecipa-se ao leitor que, em virtude dessa compreensão sobresujeito e sobre identidade, os usos linguísticos, nesses dois campos, são concebidos como evênticos (para os EC) ou performáticos (para a TOV).

Além disso, a TOV e os EC compartilham a seguinte visão acerca da concepção de sujeito: (i) ele é *responsável/respondente*, uma vez que, estando inserido na cultura e na sociedade, é necessariamente corpóreo e, por isso, sempre único, singular, insubstituível, o que lhe exige responsabilidade/respondibilidade; nesse sentido, o sujeito é visto como *agetivo e criativo* (e não passivo), tendo em vista a *responsabilidade* que a presença do outro lhe exige na interação; (ii) ele é *consciente*, no sentido de agir intencionalmente<sup>640</sup>, de agir a partir de um ponto de vista constituído – *mas não instituído* – socioculturalmente; (iii) ele é *incompleto, inconcluso*, mais movimento que ponto fixo, já que, sendo as relações sociais constantes, a consciência, nascida das interações sociais, se torna uma instância sempre momentânea, provisória, nunca pronta e acabada; (iv) ele é *datado e situado*, o que confere *âncoras temporárias* aos sujeitos, tendo em vista o fato de cada tempo ser constituído por certas possibilidades de interação com o outro,

---

<sup>640</sup> Ressalve-se que, em nossa compreensão, os usos linguísticos tanto podem ser conscientes, no sentido de intencionais, de estarem a serviço de uma finalidade discursiva, quanto podem ser inconscientes, no sentido de que escapam, em alguma medida, às nossas intenções, podendo estar, nesse último caso, inclusive, na contramão delas. Índícios disso são os próprios resultados de pesquisas labovianas com testes de atitude, que encontram *disjunção entre produção e percepção* (cf. 3.2.3.2) ou mesmo casos cotidianos em que somos surpreendidos também com disjunções entre nosso projeto de dizer e nossas palavras.



embora essas também sejam governadas por *horizontes de possibilidade* que se estendem para aquém e para além *do momento da interação*.<sup>641</sup>

Quanto à concepção de cognição, tanto a TOV quanto os EC assumem uma visão comum, a saber: a de que ela se refere a uma dimensão ou instância semiótico-interpretativa (e não biológica – embora não se negue essa última, obviamente, já que a concepção de sujeito de ambas é a do *humano concreto*), que se constitui pela participação nas diversas práticas sociais. Depreende-se, portanto, dos dois campos, uma perspectiva *sócio-ideológica de cognição e de identidade*.

*Como conjugar esses aspectos compartilhados entre a TOV e os EC* – (i) visão de que, por viver em relação ao outro, o sujeito não é sempre o mesmo – é movimento, performance; (ii) foco na *persona*, e não no sujeito empírico; (iii) compreensão de que o sujeito é responsável, consciente/intencional, incompleto, datado e situado; (iv) visão de que a cognição é uma instância semiótica; (v) perspectiva socioideológica de cognição e de identidade – *com os preceitos do FUNC/GRA, uma abordagem de base também biológica?*

Inicialmente, destaque-se que, ainda que o sujeito considerado nos três campos em tela seja o ser *humano concreto* (e não abstrato), sendo, por isso, um sujeito corpóreo e histórico-cultural, notadamente, tanto para a TOV quanto para os EC *a corporeidade só interessa em virtude da historicidade* dos sujeitos e dos usos linguísticos, ao passo que, em outra direção, no FUNC/GRA o foco (um dos) é a corporeidade do sujeito, tendo em vista o interesse em explicações de natureza biológico-cognitiva, em decorrência da visão adaptativa da linguagem – e do sujeito (cf. 2.1). Recorrentemente em textos funcionalistas, por exemplo, faz-se referência a aspectos filogenéticos e ontogenéticos dos sujeitos (cf. TOMASELLO<sup>642</sup>, 2000; 2005; GIVÓN, 2002).

---

<sup>641</sup> Essa sistematização quanto à concepção de sujeito se baseou em Geraldini (2010), embora o autor se refira exclusivamente à concepção bakhtiniana de sujeito.

<sup>642</sup> Tomasello é um dos representantes da linguística cognitiva, campo que apresenta pontos de convergência com o funcionalismo de vertente norte-americana (cf. Capítulo 2) e, por isso, o autor é aqui considerado.

Admitindo-se que é por meio de *processos cognitivos de domínio geral*<sup>643</sup> que os padrões de linguagem são constituídos, o campo funcionalista concebe que, para entender as forças que geram esses padrões é preciso entender os *princípios cognitivos* que os regem (BYBEE, 2016 [2010]). Por essa ótica, um dos principais focos de atenção do FUNC/GRA é o *processamento da cognição* na constituição de padrões observáveis, inclusive os padrões de linguagem. Já o foco dos EC e da TOV notadamente se distancia disso, uma vez que se volta para a constituição semiótica da cognição e para os efeitos disso no uso (ideológico) da linguagem.

Feita essa ressalva, o que mais detidamente interessa, a despeito dessa diferença de foco entre os campos, é o modo como o funcionalismo norte-americano – por um lado, denominado abordagem funcional-cognitiva e, por outro, *abordagem baseada no uso – concebe a constituição das representações cognitivas*, conforme se especifica a seguir, principalmente a partir das considerações de Tomasello<sup>644</sup> (2000; 2005). Ao longo da discussão, note-se que dois aspectos cognitivos estão em pauta no FUNC/GRA: (i) os *princípios cognitivos da natureza humana* que regem padrões de comportamento e (ii) as *representações simbólicas que constituem a cognição*.

Refletindo sobre o processo de aprendizagem de qualquer prática social, inclusive considerando a aquisição da linguagem, e estendendo as conclusões disso para alçar hipóteses filogenéticas e ontogenéticas, Tomasello *et al.* (2005) compreendem que a principal diferença entre a *natureza da cognição humana* e a de outras espécies é a “capacidade de participar com outras pessoas em atividades colaborativas com objetivos e intenções partilhadas”, ou seja, é a “*intencionalidade compartilhada*”<sup>645</sup> (p. 675) entre os indivíduos, ao

<sup>643</sup> Esses processos atuam sobre o comportamento humano de modo geral e não exclusivamente sobre a linguagem.

<sup>644</sup> Para Bybee (2010) – uma autora representativa da vertente norte-americana do FUNC/GRA –, a teoria baseada no uso é uma extensão das abordagens desenvolvidas na Linguística Cognitiva e Funcional. Por esse motivo, elegeram-se, mais diretamente, nesta subseção, as considerações de Tomasello, já que, nele, as questões teóricas que interessam a este ponto de discussão estão mais explícitas.

<sup>645</sup> “[...] ability to participate with others in collaborative activities with shared goals and intentions: shared intentionality”.

que se chega por meio de *inferências* – note-se como essa explicação, mesmo sendo constituída a partir de outras bases, evoca a concepção partilhada entre a TOV e os EC de que os sujeitos agem intencionalmente.

Funcionando como um eixo orientador para a interpretação das ações realizadas socialmente, a intencionalidade compartilhada é considerada por Tomasello *et al.* (2005) *a motivação única para compartilhamento de representações cognitivas, ao que o autor denomina “representações cognitivas dialógicas”*<sup>646</sup>,

necessárias não apenas para apoiar certas formas de interações *online*, mas também para a criação e uso de certos tipos de artefatos culturais, principalmente linguísticos, que *são socialmente constituídos e bidirecionais*. (TOMASELLO *et al.*, 2005, p. 684).<sup>647</sup>

Pelo próprio uso do termo *dialógico*, a explicação da constituição de representações cognitivas compartilhadas, no âmbito de uma *abordagem funcional-cognitiva*, também evoca, tal como nos EC e na TOV, a imprescindibilidade da interação social em práticas específicas, porque é aí que as representações são constituídas. Nessa direção, tal como nos EC e na TOV, também “[c]entral à posição baseada no uso é [portanto] a hipótese de que as circunstâncias de uso impactam a representação cognitiva” (BYBEE, 2016 [2010], p. 35).

Disso se depreende que o sujeito do FUNC/GRA também *vive em relação ao outro*, uma vez que as interações impactam suas representações: se a alteridade é, filosoficamente, condição para a constituição da cognição dos sujeitos nos EC, a mesma compreensão é

<sup>646</sup> “[...] dialogic cognitive representations”. Em nossa compreensão o termo *dialógico* aqui é usado para assegurar a noção de relação com o outro, de interação social, não se equiparando, portanto, à acepção com que esse termo é usado nos EC. Mesmo assim, tanto o termo quanto a concepção que ele evoca, no FUNC/GRA, já indicia *compartilhamentos* entre os campos.

<sup>647</sup> “[...] necessary not only for supporting certain forms of collaborative interactions on-line, but they are also necessary for the creation and use of certain kinds of cultural artifacts, most importantly linguistic and other kinds of symbols, which are socially constituted and bidirectional”.

válida para o FUNC/GRA, embora a ótica aqui seja de natureza biológico-cultural.

Sob esse escopo, o FUNC/GRA concebe que

*a cognição humana é altamente variável entre as populações, já que algumas culturas possuem técnicas complexas [...] enquanto outras têm muito poucas, e algumas fazem álgebra e cálculo, enquanto outras têm pouca necessidade de matemática complexa. E assim, a adaptação biológica que estamos procurando é aquela que [...] ao criar a possibilidade de cultura e evolução cultural, fez uma grande diferença na cognição humana.*<sup>648</sup>(TOMASELLO *et al*, 2005, p. 689; grifos nossos).

Por esse excerto se nota que, nas discussões funcionalistas, quer em relação às representações cognitivas quer em relação aos princípios cognitivos, aspectos culturais são preponderantes. Sobre a questão de princípios cognitivos, Martelotta (2011), por exemplo, retomando Tomasello (2003)<sup>649</sup>, destaca a *habilidade de busca de padrões*, descrita como um meio de categorizar o mundo. Na explicação sobre essa habilidade, o pesquisador brasileiro ressalva que, como essa busca (de padrões) é feita por meio da linguagem e essa é produto da atividade cultural dos sujeitos, esse princípio cognitivo *já está sob o escopo de aspectos socioculturais*.

Com isso, embora a noção de cognição da abordagem baseada no uso esteja ancorada em aspectos filogenéticos e ontogenéticos, *também indicia aspectos socioculturais*, ao assumir que “o desenvolvimento [evolutivo humano] não é nada além da acumulação prolongada do comportamento *online* do indivíduo” (GIVÓN. 2002, p.

---

<sup>648</sup> “[...] human cognition is highly variable across populations, as some cultures have complex foraging and navigational techniques whereas others have very few of these, and some do algebra and calculus whereas others have very little need for complex mathematics. And so the biological adaptation we are looking for is one that [...] by creating the possibility of culture and cultural evolution, made a big difference in human cognition”.

<sup>649</sup> TOMASELLO, Michael. *Constructing a language: a usage-based theory of language acquisition*. Cambridge/London: Harvard University Press, 2003.

XVII)<sup>650</sup>. Embora o FUNC/GRA tenha foco também em aspectos de ordem cognitiva, não perde de vista, portanto, que esses “não refletem apenas o funcionamento de nossa mente como indivíduos, mas como seres inseridos em um ambiente cultural” (MARTELOTTA, 2011, p. XX).

Pode-se dizer, então, que há a seguinte tensão no âmbito do FUNC/GRA: (i) por um lado, *opera-se com determinismos filogenéticos e ontogenéticos* quanto à constituição cognitiva<sup>651</sup> – nesse sentido, admite-se que é preciso uma região cortical que nos permita fazer o que fazemos culturalmente; (ii) por outro lado, assume-se que é por meio da cultura que se pode fazer coisas para *além de certos determinismos biológicos*, impactando, com isso, paradoxalmente, o próprio aspecto biológico da cognição humana e, principalmente, o campo das representações cognitivas (simbólicas).

É principalmente por esse segundo aspecto que se depreende a possibilidade de aproximação entre TOV, EC e FUNC/GRA, considerando o seguinte raciocínio: caso as discussões do FUNC/GRA ficassem apenas nos aspectos filogenéticos e ontogenéticos, o diálogo com a TOV e com os EC, pelo que estamos compreendendo, seria inviável, porque implicaria, para a concepção de sujeito, determinismos biológicos – aspecto inconciliável com perspectivas de base histórico-cultural (como são a TOV e os EC). Além disso, se a visão funcionalista recorresse a explicações baseadas em grandes categorias sociais (em parte, como faz Labov), indicando como elas afetam a cognição, embora já estivesse fazendo referência a um aspecto da cultura, também acionaria certo determinismo, ao pressupor homogeneidade quanto à cultura e, conseqüentemente, quanto à cognição.

Mas, é por recorrer à relevância de cada situação de *interação, localizada* em práticas sociais específicas, que a abordagem baseada no uso escapa desses determinismos (biológicos e sociais) e, com isso, poder entrar em diálogo com perspectivas que focalizam a singularidade histórica dos sujeitos. Em outros termos, estamos considerando que o

---

<sup>650</sup> “[...] development is nothing but the protracted accretion of on-line behaviors of the communicating individual”.

<sup>651</sup> Bybee (2016 [2010]), por exemplo, analisa os seguintes processos cognitivos da *natureza humana*: categorização, *chunking* (/agrupamento), memória enriquecida, analogia e associação transmodal.

afastamento do determinismo, no âmbito de uma abordagem baseada no uso, se instaura pela admissão de que as interações sociais podem impactar incessantemente a cognição, principalmente (ou mais rapidamente) *em termos de representação*. Como as interações de que participam os sujeitos não são todas coincidentes, a cognição dos indivíduos, então, também no âmbito do FUNC/GRA, só pode ser vista como dependente da própria historicidade dos sujeitos (em virtude das interações de que participam). Sendo a experiência histórica constante, podendo recorrentemente impactar a cognição, os sujeitos, também no FUNC/GRA, podem ser vistos como inconclusos, inacabados, não sendo, portanto, sempre os mesmos (pelo menos em termos potenciais), do ponto de vista cognitivo.

Levando-se em conta o fato de o FUNC/GRA se voltar para as práticas de uso concreto da língua em situações específicas de interação, pode-se inferir que, para esse campo, também é produtivo investigar o modo como os sujeitos se apresentam *em cada situação*. Mesmo não sendo o foco de sua investigação, acredita-se, então, que o agenciamento da noção de *persona*, evocada pelos EC e pela TOV, não gera, no âmbito das discussões que emergem do FUNC/GRA, incompatibilidades metateóricas. Se assim for, a noção de *identidade* enquanto ponto de vista que se assume interacionalmente também pode ser acionada, produtivamente, nesse último campo.

Por todos esses aspectos, depreende-se que, fazendo concessões, embora a cognição de que falem os EC, a TOV e o FUNC/GRA não seja coincidente, no *FUNC/GRA também está indiciada a concepção de que a cognição é social; também está indiciada uma perspectiva sociocognitiva*, embora o FUNC/GRA também coloque foco em processos cognitivos de domínio geral.

Um último aspecto a se mencionar é que, tomando o humano concreto como objeto de estudo, tal como fazem os três campos, há que se considerar: (i) a história da espécie humana (filogenia); (ii) a história do exemplar da espécie (ontogenia); (iii) a história dos grupos socioculturais a que se vincula cada indivíduo, impondo-lhes, assim, certas práticas culturais; (iv) e, por fim, a história de cada sujeito em particular que, a depender de seus valores, participa de diferentes práticas, a ponto de se constituir historicamente singular. Os campos sob exame assim se distribuem quanto ao estudo dessas diferentes histórias constitutivas de todo ser humano concreto: a TOV e os EC focalizam (iii) e (iv); o FUNC/GRA recobre, por meio de diferentes autores, os aspectos de (i) a (iv), a depender do foco de cada um deles.

A representação a seguir esquematiza a relação entre as diferentes histórias do ser humano concreto e os objetivos de pesquisa dos três campos em tela, de acordo com nosso entendimento – dando a ver que, enquanto os interesses do FUNC/GRA recobrem os diferentes tipos de história do ser humano, tanto a TOV quanto os EC se encontram com o FUNC/GRA no ponto em que esse se volta para a historicidade cultural e mais particular de cada indivíduo.

**Quadro 16:** Representação dos diferentes tipos de história que constituem o ser humano concreto e identificação do tipo de história que interessa a cada um dos campos em tela

<b>O ser humano concreto</b>	
<b>História da espécie &gt; do exemplar da espécie &gt; dos grupos culturais &gt;&gt;de cada sujeito</b>	
(Filogenia)	(Ontogenia)
-----	
Funcionalismo/Gramaticalização	Funcionalismo/Gramaticalização
Terceira Onda Variacionista	
Escritos do Círculo de Bakhtin	

Fonte: Elaboração própria

Pelas discussões desta seção, admite-se que uma abordagem linguística que elege o *humano concreto* como objeto de estudo e que busca o *todo real da existência dos seres históricos*, tal como é o caso dos três campos em perspectiva, embora possa alternar quanto à relevância que confere a cada uma dessas histórias ou possa ainda recortar apenas uma ou outra para investigar, não pode considerar que elas sejam irreconciliáveis: antes, são *os vários lados da natureza humana* e, como tais, devem (por hipótese) conjuntamente impactar os fenômenos linguísticos.

Se essa compreensão estiver na direção correta, então se pode dizer que a diferença de foco entre os campos mencionados, quanto à concepção de sujeito e de cognição, não é impedimento para a promoção de diálogos entre eles. Uma abordagem que resulte da cooperação entre o FUNC/GRA, os EC e a TOV deve, pois, acomodar, articuladamente:

- (1) a consideração do ser humano concreto – por isso: corpóreo e constituído biológica, histórica, cultural e dialogicamente; sendo ainda responsável/respondente, agentivo e criativo, consciente, incompleto/inconcluso, datado e situado;
- (2) a consideração de que os eventos interacionais são de suma importância para a estruturação (manutenção e modificação) da cognição;
- (3) a visão de que o *locus* da interação (e de constituição das representações cognitivas) são as atividades/práticas sociais; como essas se estruturam por meio de recursos simbólicos, como os recursos linguísticos, esses são também os recursos que constituem as representações cognitivas;
- (4) a visão de que a cognição humana é constituída socioculturalmente, sendo, pois, variável, dependente da historicidade dos sujeitos, das interações de que participa;
- (5) a visão de que, por ser constituído socioculturalmente, vivendo, assim, em relação ao outro, o sujeito não é sempre o mesmo;
- (6) devido ao tópico anterior, para efeitos de estudo da linguagem, a concepção de sujeito enquanto *persona* ou *ponto de vista* que se assume em práticas sociais específicas;
- (7) a concepção de identidade enquanto categoria *em movimento*, em construção constante, embora passível de relativa estabilidade;
- (8) o reconhecimento de que a categorização do mundo, por ser feita por meio da linguagem, um produto cultural, é um gesto sociocultural, sendo, pois, um ato de *criação* (e não de descrição);
- (9) a inscrição em uma filosofia da existência, em oposição a uma filosofia da essência.

### 5.1.3 Conceção sobre língua(gem)

Nesta subseção apresentam-se aproximações entre os campos em perspectiva nesta tese quanto à concepção de língua(gem). De modo geral, pode-se inferir que, nos três campos em tela, por se orientarem por uma filosofia da existência, não há indiciamento de aspecto abstrato que lhe seja constitutivo: língua só se justifica, para os três campos, no uso, no *ato* realizado, em um contexto específico. Nesse sentido, não havendo nas concepções dos EC, da TOV e do FUNC/GRA distinção



significativa entre *língua* e *linguagem*, deste ponto em diante, faz-se referência a esses dois termos alternadamente.

Além disso, os três campos em tela também circunscrevem a língua no campo das relações sócio-históricas e culturais, ou seja, no quadro da vida prática, sendo vista, portanto, como *uma prática* ou *atividade*, que *resulta da interação* entre sujeitos socialmente organizados. Nesse sentido, concebem que os usos linguísticos estão diretamente relacionados com a situação sociocultural dos sujeitos.

Destacados esses primeiros aspectos compartilhados entre os três campos, esta subseção segue, de agora em diante, a seguinte direção: inicialmente, aproxima-se a TOV e os EC (5.1.3.1); na sequência, apresenta-se como o FUNC/GRA – considerando, inclusive, alguns pontos de seu quadro filosófico, o taoísmo – pode dialogar com alguns pontos de vista partilhados entre a TOV e os EC (5.1.3.2).

#### 5.1.3.1 Os EC e a TOV

Considerando que o agenciamento dos recursos linguísticos, na/para a interação verbal, é o que tanto a TOV quanto os EC denominam *estilo*, pode-se dizer que *os dois campos têm em comum uma visão estética de linguagem*, segundo a qual os usos linguísticos só ganham especificidades a depender do *quadro de referência (cultural)*, a partir do qual são constituídos. Alguns indícios dessa nossa compreensão sobre a visão estética de linguagem que permeia tanto a TOV quanto os EC podem ser depreendidos, por exemplo, das considerações de Irvine (2001) (cf. 3.3.3.2.1) e do próprio título da obra bakhtiniana “Estética da criação verbal” (cf. 5.2).

É principalmente a reboque dessa visão estética de linguagem compartilhada que se depreendem (outros) pontos mais específicos de diálogo entre os campos em tela, considerando-se os que se anotam a seguir.

##### 1.º) *Visão acerca das diferentes realidades da língua*

Pelo que se compreendeu da literatura revisada, pode-se inferir que os dois campos compartilham a mesma visão acerca desse tópico, conforme a seguir, embora a explicitação disso só esteja presente nos EC:

- (1) *a língua é uma realidade material*, ou seja, objetiva e, por isso, pode ser examinada objetivamente, sem se recorrer a uma dimensão abstrata – daí, por exemplo, a TOV não acionar exatamente (ou para os mesmos fins) a concepção laboviana de *variável linguística*, mas trabalhar com a noção de *estilo* (cf. 3.2.4 e 3.3.3.2);
- (2) *a língua é uma realidade histórico-cultural*, porque é produto de quadros culturais específicos – ou, dito de outro modo, tendo em vista suas peculiaridades (como pureza semiótica e neutralidade ideológica)<sup>652</sup>, a língua é produto de todos os campos culturais, indiciando, por isso, tanto os sistemas de concepções desses campos, quanto os aspectos constitutivos dos tipos de interação que neles ocorrem. O estudo de Bauman (2001), especificamente em mercados públicos, ou o estudo de Eckert (2000), especificamente em contexto escolar (cf. 3.3.3.2.1 e 3.3.3.2.2, respectivamente), são indicativos de como, no campo variacionista, a correlação entre campo histórico-cultural e uso da linguagem está posta, embora sem uma concepção teórica de cultura explícita e articulada aos demais conceitos do campo;
- (3) *a língua é uma realidade valorativa* (axiológica, nos termos dos EC), porque sempre refrata (cf. 4.2.1) concepções, pontos de vista constituídos à luz de quadros socioculturais específicos, em conformidade com o ponto de discussão anterior. Quanto a esse aspecto, retome-se, por exemplo, como o estudo de Labov (1963) em Martha's Vineyard já apontava para essa realidade do signo linguístico (cf. 3.1); ou ainda o estudo de Irvine (2001) sobre os falantes de Wolof que, organizados por um sistema de castas, diferenciavam-se, em termos de usos linguísticos, sob a mesma lógica do regime de concepções das castas (cf. 3.3.3.2.1);
- (4) *a língua é uma realidade ideológica*, em dois sentidos: porque sempre está vinculada a um determinado campo cultural (cf. item (2)) e porque sempre refrata axiologias (cf. item (3)).

---

<sup>652</sup> Note-se que, para a articulação proposta nesta seção, já estamos assumindo pressupostos típicos de um campo ou outro, para tecer a conversa.

Dentre essas diferentes realidades constitutivas da língua, reflete-se, a seguir, especialmente sobre a realidade valorativa (item 3), imbricada à realidade ideológica.<sup>653</sup>

Pelo que se compreendeu da literatura, como *incorporada à concepção de língua está, tanto para a TOV quanto para os EC, a dimensão valorativa*, avaliação não pode ser vista como um aspecto que se acrescenta, em alguns casos, em alguns fenômenos, ao uso da língua: ela sempre está presente. Sendo a língua, então, constitutiva da própria cognição humana (em termos semióticos), conforme discussão da subseção precedente, tem-se que a avaliação integra, na ótica dos EC e da TOV, a própria visão e compreensão da realidade.

Com efeito, a relação que a língua mantém com a realidade não é uma relação de espelhamento ou de fotografia, mas de *representação*, como já mencionado na subseção anterior, feita a partir de um ponto de vista. Sintomático, nesse sentido, é recuperar o título da pesquisa de Bragança (2008), uma pesquisa de orientação laboviana e ancorada, por exemplo, na concepção de que a língua *reflete* a realidade (empírica): “A gramaticalização do verbo *ir* e a variação de formas para expressar o futuro do presente: uma *fotografia* capixaba” (cf. 1.2.2).

Nesse sentido, é a *compreensão valorada* que se tem da dimensão social e de si, em relação a essa dimensão, que organiza o próprio cenário social e linguístico, conforme destaca, por exemplo, Ervin-Tripp (2001) (cf. 3.3.3.2.1). Esse é um importante aspecto (da língua e da cognição) que conduz, portanto, a orientação social dos indivíduos.

Como indícios da atuação da avaliação na organização social das práticas linguísticas, resgatam-se, por exemplo, (i) o caso da paisagem linguística na Ilha de Martha’s Vineyard, dadas as diferentes concepções dos moradores quanto à presença de turistas na ilha (LABOV, 1963) e (ii) o caso dos vendedores das lojas de Nova Iorque (LABOV, 1966) (cf. 3.1); (iii) o caso dos *burnouts* e dos *jocks* (ECKERT, 2000) (cf. 3.3.3.2.2); (iv) o caso dos funcionários de empresas estatais e estrangeiras em Pequim (ZHANG, 2005) (cf.

---

<sup>653</sup> Toma-se valoração e ideologia como realidades imbricadas porque, conforme a explicação dos EC, todo uso efetivo da língua é sempre marcado pela valoração de uma ideologia, i.é, pelo regime de concepções de uma esfera social, no âmbito da qual os usos ocorrem.

3.3.3.2.3) – a diferenciação linguística entre todos os pares/grupos considerados envolvia diferentes orientações para a realidade, ou seja, diferentes concepções de mundo, diferentes avaliações sociais sobre o mundo e sobre si, a despeito de nem sempre haver, por exemplo, diferença de classe social entre eles.

O conceito de avaliação está, portanto, mais diretamente correlacionado com a noção de *verdades sociais*, de *persona* que se assume, segundo a visão de Bakhtin (especificamente) e da TOV, respectivamente, do que com a noção de *diferença de classe* – em alguma medida, a diferença, em termos de avaliação, no âmbito dessa última noção talvez já seja efeito de diferenças quanto a verdades sociais que assume.<sup>654</sup>

Tanto a TOV quanto os EC, portanto, *reconhecem a avaliação como um componente constitutivo de todo uso linguístico*, estando indiciada pela própria seleção e organização dos recursos linguísticos, no uso, e podendo ser apreendida (interpretativamente) do quadro de referência (sociocultural) em que ocorrem os usos. Nesse sentido, essa realidade da língua – ou *essas realidades*, já que estamos considerando as realidades valorativa e ideológica como imbricadas – são de tanto destaque na TOV e nos EC que estão implicadas em todos os demais pontos de diálogo constituídos entre os campos, conforme a seguir.

2.º) *Concepção de que as funções representacional e expressiva são duas faces de uma mesma moeda*

Encadeada à questão da relevância da avaliação para a concepção de linguagem presente tanto na TOV quanto nos EC está a premissa desses dois campos de que, como visão, avaliação e compreensão estão integradas (cf. 3.3.3.2.1 e 4.4.2), as funções

---

<sup>654</sup> Considerando apenas o campo variacionista, em relação à questão da avaliação, destaque-se que há uma importante diferença de perspectiva entre a abordagem laboviana e a TOV: a avaliação, de *correlacionada*, passa a ser vista como *fundante* dos usos linguísticos. Isso pode justificar o fato de não haver mais, nos textos revisitados que julgamos ilustrar as concepções da TOV, considerações sobre *teste de atitude*, mesmo o foco dessa fase sendo justamente o significado social da variação.

*representacional e social (/expressiva)*<sup>655</sup> da linguagem são indissociáveis, como faces de uma mesma moeda. Assim, embora Labov (2010) mesmo, por exemplo, tenha admitido que essas funções estão *combinadas* no sinal linguístico, o fato de ter discriminado a função representacional para a própria definição de variável linguística e de considerar que essa função *não se confunde* com a função social (cf. 3.2.2) afastam-no, em mais esse ponto, da concepção de língua que se desprende da TOV (e dos EC).

3.º) *Assunção de que a estratificação linguística é efeito da estratificação ideológica*

Sendo a avaliação, para os dois campos em tela, condutora da orientação para a realidade, admite-se que ela é também condutora da emergência de múltiplas vozes/posturas sociais e essas, por sua vez, são condutoras da estratificação linguística – por isso estratificação é a condição natural das línguas. Se estamos na direção correta quanto ao entendimento desse ponto, também nesse ponto de discussão se vê que *variação linguística se correlaciona mais diretamente e em primeiro plano com as realidades valorativa e ideológica da língua*. A questão da avaliação, então, de *uma* das cinco a serem enfrentadas em uma teoria de variação e mudança linguística (cf. 3.2.3), passa a ser a mais central das questões.

4.º) *Concepção de que a língua é sinal e é signo e se estratifica nessas duas faces*

Tanto para a TOV quanto para os EC a estratificação linguística se dá em dois sentidos: (i) *em termos formais* e (ii) *em termos funcionais* (nos termos da TOV) ou *semântico-axiológicos* (nos termos dos EC), estando esses aspectos associados à visão de *língua enquanto sinal e língua enquanto signo*, respectivamente, conforme a descrição a seguir.

---

<sup>655</sup> Na literatura variacionista, encontramos o termo *função social da linguagem*; na bakhtiniana, *função expressiva*; usamos alternadamente esses dois termos, desse ponto em diante, por entendermos que eles podem ser aproximados, embora não sejam equivalentes.

- (1) por um lado, *a língua é sinal*, sendo recorrente, reiterável e sempre igual a si mesma – retome-se, por exemplo, as considerações de Irvine (2001) e de Zhang (2005) sobre o fato de que as formas linguísticas só podem indiciar significados sociais se forem reconhecíveis socialmente. Um núcleo linguístico comum, reiterável e integrado à própria cognição dos falantes é fundamental para a interação social (cf. 3.3.3.2.1 e 3.3.3.2.3). Tanto para os EC quanto para a TOV, mesmo esta não sendo a face da língua que mais interessa, os dois campos admitem que a sinalidade é um aspecto inalienável dos usos linguísticos;
- (2) por outro lado, *a língua é signo*, ou seja, sempre mutável, adaptável, o que explica, por exemplo, por que uma mesma palavra pode estar em diferentes campos culturais, servindo a diferentes funções (representacional e social/expressiva) – embora, na verdade, nessas circunstâncias, a palavra não seja exatamente a mesma, mas sempre outra: do ponto de vista da TOV, por conta da *multifuncionalidade* das formas (TRAUGOTT, 2001) (cf. 3.3.3.2.1); do ponto de vista dos EC, por conta da estratificação *semântico-axiológica*.

Disso se depreende que *a língua enquanto sinal* pode ser estratificada em termos formais, a fim de que diferentes sinais sirvam a diferentes concepções de mundo. Contra essa tendência de multiplicação dos recursos linguísticos (uma forma para um ponto de vista), contudo, atuam as *forças centrípetas*, garantindo, assim, a manutenção de um núcleo linguístico limitado e, conseqüentemente, a compreensão mútua (cf. 4.1.2). Já no caso de se tomar a *língua enquanto signo*, uma mesma forma também pode se estratificar *semântico-axiológicamente*, em termos bakhtinianos, ou *sócio-semanticamente*, nos termos de Coupland (2007) (cf. 3.3.3.2.2) – note-se que esses termos (semântico-axiológico e sócio-semântico) fazem ver a concepção, tanto dos EC quanto da TOV, de que o aspecto semântico e o valorativo da língua são inseparáveis, deixando, assim, *fosca* a própria possibilidade de separação entre sinal e signo.

A estratificação semântico-axiológica da língua, por sua vez, também precisa lidar com duas faces articuladas, como indica o próprio termo: (i) a significação reiterável (semântica) e (ii) a significação dada pelos usos efetivos da língua (sentido), podendo ir sempre além dos usos anteriores, com a seguinte ressalva: a própria historicidade dos recursos

linguísticos, ao regularizar uma significação (semântica), serve de *baliza* para a produção de *sentido* dos usos evênticos da língua.

5.º) *Premissa de que, nos usos efetivos da língua, passado, presente e futuro (dos usos) se interconectam*

Se, para os EC, a *corrente ininterrupta de comunicação conecta presente, passado e futuro* (pelas relações de sentido que se estabelecem entre os usos linguísticos), para a TOV, o significado social dos recursos linguísticos (no presente) decorre de sua própria história social – e ambos (usos do passado e do presente) restringem as possibilidades futuras.

6.º) *Concepção dinâmica de língua, dada a relação entre língua e contexto*

Por todos os lados, tanto a TOV quanto os EC filiam-se a uma *concepção dinâmica de língua: ela é em parte emergente e em parte regular*. A explicação sobre isso evoca, nos dois campos em tela, o mesmo ponto: a relação entre língua e contexto. Se, em Labov, os aspectos contextuais (/sociais) são distintos dos linguísticos, cabendo ao pesquisador estabelecer relações entre essas instâncias *independentes*, tanto na TOV quanto nos EC esses aspectos são *interdependentes*, estão vinculados inexoravelmente<sup>656</sup>. Compreende-se assim que os aspectos da dimensão contextual estão indiciados nos usos linguísticos.

Considerando que para os dois campos o contexto é tanto histórico-cultural quanto pragmático, o que implica dizer que ele é *em parte estruturado*, tendo em vista as relativas regularidades histórico-culturais dos aspectos que o constituem, e *em parte emergente*, produto das constantes atividades sociais evênticas – estando esses dois aspectos articulados na prática do uso da língua –, a língua é, pois, de mesma natureza.

---

<sup>656</sup> Eckert (2016, p. 13) afirma explicitamente: “não vemos a língua e a sociedade como algo separado [...] o social é aprendido junto com a língua [e ambos estão] embutidos no inconsciente”. (“we not view language and society as separate [...] the social is learned along with language and is embedded in the unconscious”).

Dentre os fatores da dimensão contextual (/social) que podem impactar os usos linguísticos, tanto a TOV quanto os EC destacam:

- (1) *Conjuntura socioeconômica*: se os EC vinculam toda produção ideológica a esse aspecto (cf. 4.2), em Zhang (2005), por exemplo, estudo considerado representativo da TOV, tem-se a explicação de um aspecto do cenário sociolinguístico da China circunscrita ao processo de mudança socioeconômica do país, sendo justamente esse processo a base da explicação linguística da autora (cf. 3.3.3.2.3); Tagliamonte (2012) também, ao listar um conjunto de aspectos explicativos da variação e da mudança linguística, menciona a relevância de se examinar o sistema econômico sob escopo do qual os usos linguísticos se encontram (cf. 3.4.3.1);
- (2) *Sistemas ideológico-culturais*: embora tratados sob diferentes termos no campo variacionista – Labov (2008 [1972]) fala em *domínio social* (cf. Introdução do Cap. 3); Mello (2001), em *domínio linguístico* (cf. 3.2.4); Leitner (1998), apenas em *domínio* (cf. 3.4.2.2) – e, por vezes, nem receba especificação, a noção de que *esferas de atividade humana*, em termos bakhtinianos, são um importante aspecto na determinação dos usos linguísticos, está tanto na literatura variacionista, de modo geral, quanto na dos EC;
- (3) *Perspectiva pessoal*: note-se que, para a TOV, o principal fator que determina os usos linguísticos é a questão identitária; como identidade é definida em termos de *perspectiva pessoal sobre o mundo* (e sobre si, em relação a ele), de *persona* que se assume, estamos considerando que esse fator é análogo à própria concepção de sujeito dos EC, uma vez que *sujeito*, nesse último campo, é um universo de *posições sociais valorativas*. *A persona* ou a *posição de sujeito* é assim um importante fator da dimensão social que impacta os usos linguísticos; mais que isso, é o momento regente dos usos efetivos da língua. Se essa visão é mais explícita nos EC, resgate-se que Eckert (2008), nessa direção, observa que a seleção de determinados aspectos da realidade ou da prática de que se participa, a fim de representá-los, pela linguagem, é conduzida pelas percepções e avaliações dos indivíduos (cf. 3.3.3.2.2);
- (4) *Tipo de interação social*: a análise de Bauman (2001) ou a de Podesva (2007) é indicativa de como diferentes situações interacionais, ainda que sob o escopo de uma mesma esfera,



produzem diferenças linguísticas (cf. 3.3.3.2.1 e 3.3.3.2.2, respectivamente)<sup>657</sup>;

- (5) *Audiência*: esse é o fator da dimensão social que mais recebeu atenção nos trabalhos de Bell (1984; 2001), um dos representantes da segunda fase variacionista; e, embora o foco nesse aspecto seja justamente um dos motivos para as críticas, nem sempre justas<sup>658</sup>, conferidas ao trabalho do autor (cf. 3.3.3.1), cabe lembrar que elas (essas críticas) são (uma das) pontes para o desenvolvimento da TOV, que passa a considerar um amplo conjunto de fatores motivadores da variação linguística – dentre eles, os elementos da audiência;
- (6) *Tipo de relação entre os interlocutores*: além da audiência, tanto a TOV quanto os EC destacam a relevância da relação social constituída entre os interlocutores da interação; assim, se esse ponto é explicitado teoricamente nos EC (cf. 4.3.1), no campo variacionista está implicado, por exemplo, no próprio trabalho de Bell (1984) ou no de Bell e Johnson (1997), citado por Schilling (2013) (cf. 3.3.3.1), na segunda fase variacionista, e no princípio teórico central da TOV de que o significado das formas linguísticas é constituído interacionalmente, pressupondo, assim, relações contraídas pragmaticamente, e não apenas relações historicizadas culturalmente, embora (reitere-se) essas duas instâncias se articulem e se influenciem mutuamente na interação social;

---

<sup>657</sup> Nesse ponto, resgate-se que, na base da pesquisa de orientação laboviana, por exemplo, já está implicado esse fator (*tipo de interação social*), uma vez que o que o modelo de entrevista constituída pelo autor busca fazer é justamente recuperar tipos específicos de *interação social*.

<sup>658</sup> Pelo que estamos compreendendo, quando Bell, ao adotar a concepção dialógica da linguagem, lança luz sobre a audiência da interação, não está especificando exatamente *um* fator motivador da variação, mas sinalizando para *um princípio constitutivo* e central da língua, que *pressupõe um conjunto amplo de aspectos* motivadores dos usos linguísticos (para além da audiência). Nesse sentido, compreendemos que a visão multidimensional da variação, atribuída à TOV, já está presente nos trabalhos de Bell, embora, talvez, não tenha sido operacionalizada, principalmente por esse autor ainda preservar interesses típicos da primeira fase variacionista, focalizando, por exemplo, a análise quantitativa e a generalização de resultados. (Cf. 3.3.3.1).

- (7) *Tema/conteúdo temático*: se aquilo de que se fala e a orientação ideológica conferida a isso é um aspecto que recebe uma explicação teórica nos EC, considerando a determinação que produz sobre os usos linguísticos, na TOV, por exemplo, é um aspecto considerado analiticamente e que indica resultados significativos na distribuição dos usos linguísticos. Assim, Zhang, (2005), por exemplo, ao constituir o grupo de fatores *tópico*<sup>659</sup>, encontrou correlação entre projeção de identidade (cosmopolita) e recursos linguísticos variáveis (cf. 3.3.3.2.3);
- (8) *Grupo social*: esse é um aspecto da dimensão social cujo impacto para os usos linguísticos é reconhecido de forma mais evidente, tanto nos estudos variacionistas, da primeira à terceira fase, embora esse fator seja considerado sob diferentes óticas entre uma fase e outra, quanto nos EC; assim, no campo variacionista, a primeira onda, e, no campo bakhtiniano, Volochínov e Medviédev, de orientação marxista, compartilham a concepção de que os usos linguísticos são motivados por diferenças que giram em torno do conceito de classe social; já a TOV e Bakhtin, estando menos focados na concepção de classe social, pressupõem distribuição dos usos linguísticos a partir de diferenças entre grupos sociais de diversas naturezas;
- (9) *Gêneros discursivos*: se esse conceito é central nos EC, na TOV, Coupland (2007), por exemplo, considera os gêneros do discurso um dos tipos de enquadramento que confere relevância e saliência aos recursos linguísticos<sup>660</sup> (cf. 3.3.3.2.2); Bauman

---

<sup>659</sup> Reitere-se que *conteúdo temático*, nos EC, não é exatamente *assunto* ou *tópico* sobre o qual se fala, mas objeto de discurso e sentido conferido a ele em usos específicos. Estamos considerando que o grupo de fatores constituído por Zhang (2005), *tópico*, a despeito da terminologia, pode ser lido como sendo análogo ao conceito de conteúdo temático, já que a autora, na explicação dos usos linguísticos analisados, comparou (i) o tipo de recurso linguístico usado com (ii) o tópico sobre o qual se falava e com (iii) o conteúdo do tópico, ou seja, com o sentido conferido ao objeto de discurso, em termos bakhtinianos.

<sup>660</sup> Aqui está um ponto de discrepância que se pode apontar entre os EC e a TOV: enquanto os EC concebem como implicados na noção de gênero do discurso *todos* os aspectos da dimensão contextual que impactam os usos linguísticos, Coupland (2007) especifica três tipos de enquadramentos

(2001) faz análise linguística, subordinando-a à análise de gêneros (cf. 3.3.3.2.1); Eckert (2001) reconhece a entrevista sociolinguística como sendo constituída por um conjunto de gêneros e, quanto à técnica da árvore de decisão, destaca que *kids* e *language*, a que Labov considera *tópicos* (sobre os quais se fala), podem ser lidos como *uma questão de gêneros*, uma vez que a *linguagem que acompanha jogos de infância está fixada no gênero* (cf. 3.3.3.2.2).

Especificamente, os EC ainda consideram constitutivos da dimensão social a que se vincula à dimensão verbal da língua: (i) relações cronotópicas (cf. 4.3.1) e (ii) enunciações alheias (precedentes e subsequentes) (cf. 4.4.2).

Ressalve-se que, nas duas perspectivas em comparação, não há a assunção de uma relação de causa e efeito entre língua e contexto, já que toda construção ideológica implica um fator irreduzível à sua base constitutiva<sup>661</sup>, conforme compreendem os EC.

#### 7.º) *Visão de que a língua é um fenômeno distintivo*

O último ponto de compartilhamento entre a TOV e os EC é que, da visão de que a língua é um sistema sócio-simbólico, resulta a

---

contextuais que fazem isso (o sociocultural, de gênero e o interpessoal), sendo o enquadramento de gênero um deles. Tal como os EC, estamos compreendendo que a concepção de gênero do discurso evoca os outros tipos de enquadramento, sendo, pois, desnecessário especificar outros tipos de enquadramento nos quais os usos linguísticos se circunscrevem.

<sup>661</sup> Quanto a esse aspecto, Labov, por um lado, também considera que não há uma relação de determinação direta dos fatos sociais sobre os linguísticos, já que a estrutura linguística e a social não são, para ele, de modo algum coextensivas (cf. 3.2.3.1). Contudo, por outro lado, o autor, em muitos momentos de sua produção, parece justamente buscar esse tipo de correlação, assumindo, talvez, uma postura análoga a do *marxismovulgar* (cf. 4.2.4); e, mais importante que isso, Labov toma a não localização desse tipo de correlação como justificativa para se voltar prioritariamente para os aspectos internos da língua, imprimindo em suas obras, assim, a concepção de que o *valor dos fatores internos da língua é sempre explanatoriamente superior aos externos* (cf. 3.2.3.1).

compreensão de que ela é também, tanto para a TOV quanto para os EC, *um fenômeno distintivo*, cujas características só podem ser apreendidas no quadro das relações sociais. Veja-se, por exemplo, que, em conformidade com essa concepção, os trabalhos variacionistas mais condizentes com a TOV sempre promovem *análises contrastivas*: (i) os *jocks* e os *burnouts* (ECKERT, 2000); (ii) os profissionais de empresas estrangeiras e os profissionais de empresas estatais (ZHANG, 2005); (iii) as diferentes castas entre os falantes de Wolof (IRVINE, 2001); (iv) os gêneros do discurso “call” e “spiel” (BAUMAN, 2001). É nesse sentido que, tomando a língua como prática de diferenciação ideológica, ela passa a ser vista como uma *prática estilística*, uma prática que evoca uma perspectiva sobre o mundo e sobre um modo de ser.

Por todos esses aspectos, tanto a TOV quanto os EC localizam o estudo da linguagem para além dos limites da Linguística, i.é, num quadro *interdisciplinar*: os EC, reconhecendo-se no campo da *metalinguística*, no âmbito das *Ciências Humanas* (BAKHTIN, 2011 [1974], p.398); a TOV, no âmbito das *Ciências Sociais* (RICKFORD, 2001; ZHANG, 2005), tal como requeria o contexto de surgimento da própria Sociolinguística, na década de 1960.

Considerando que as fronteiras entre um tipo e outro de ciência não são nítidas, pode-se dizer que as mais importantes implicações de tanto a TOV quanto os EC se perceberem como uma abordagem interdisciplinar é que ambas: (i) afastam-se das Ciências Naturais; (ii) analisam a língua para além dos recursos linguísticos; e (iii) mantêm foco na teorização da organização social das práticas linguísticas, convocando, para o estudo da linguagem, os conceitos de *identidade*, *cultura*, *ideologia* e *história*, ao admitir *língua como processo – contínuo, aberto, inacabado*.

Pondo em diálogo a TOV e os EC, esses campos compartilham quanto à concepção de língua:

- (1) a visão estética de linguagem;
- (2) a compreensão de que a língua é uma realidade: (i) material; (ii) histórico-cultural; (iii) valorativa; e (iv) ideológica;
- (3) o reconhecimento de que a avaliação é um componente constitutivo de todo uso linguístico, sendo, inclusive, o aspecto regente dele;
- (4) a assunção de que *função representacional* e *social* são faces de uma mesma moeda;

- (5) a consideração de que a avaliação produz diferentes pontos de vista na sociedade e esses é que estratificam a língua – a variação linguística está diretamente correlacionada com a avaliação;
- (6) a admissão de duas faces da língua:
  - (i) ela é *sinál*, aspecto reiterável, sempre idêntico a si mesmo e que se estratifica formalmente (caso em que diferentes visões de mundo são representadas por diferentes formas linguísticas e que a significação é dada pela estrutura);
  - (ii) ela é *signo*, aspecto mutável, adaptável e que se estratifica semântico-axiologicamente/*sócio-semanticamente* (caso em que as formas, sendo multifuncionais – do ponto de vista representacional e expressivo – não são sempre as mesmas e que a significação, também mutável, é dada nos usos efetivos, uma vez que, neles, consubstanciam-se elementos verbais e contextuais);
  - (iii) devido a (i) e (ii), reconhecimento de que a língua é código sócio-semiótico e também um código estrutural, embora o foco de ambos os campos esteja na primeira dimensão;
- (7) como consequência do aspecto anterior, a visão de que significação (semântica), sentido (evêntico) e valoração (ideológica) são aspectos inseparáveis;
- (8) assunção de que a língua é em parte emergente e em parte estruturada – concepção dinâmica de estrutura linguística;
- (9) a premissa de que língua e contexto vivem em relação de mútua constituição, não havendo entre esses elementos uma relação de causa e efeito;
- (10) o reconhecimento de que contexto pragmático e histórico-cultural estão articulados no uso da língua – por isso contexto é em parte emergente e em parte estruturado;
- (11) a premissa de que na corrente ininterrupta de comunicação presente, passado e futuro dos usos linguísticos estão conectados;
- (12) a reconhecimento dos seguintes aspectos constitutivos do contexto e que participam da determinação dos usos linguísticos: (i) conjuntura socioeconômica; (ii) sistemas ideológico-culturais; (iii) perspectiva pessoal/ avaliação; (iv) tipo de interação social; (v) audiência; (vi) tipo de relação entre os interlocutores; (vii) tema/conteúdo temático; (viii) grupo social; especificamente, os EC ainda consideram os

- seguintes aspectos contextuais: (i) relações cronotópicas; (ii) enunciações alheias (precedentes e subsequentes) – considerando que os gêneros do discurso indiciam todos esses aspectos;
- (13) a compreensão de que os recursos linguísticos indiciam aspectos contextuais, de modo que, assim como esses se regularizam historicamente, aqueles também;
  - (14) a admissão de que a língua, por viver em relação dialógica com o contexto e por essa relação ser mediada pela avaliação, é uma representação (valorada) da realidade – não um espelho/fotografia dela;
  - (15) a indicação de que o estudo da língua, (i) por considerar aspectos que estão além da dimensão verbal e (ii) por manter o foco na teorização da organização social das práticas linguísticas, deve ser realizado *transdisciplinarmente*, no quadro das Ciências Humanas/Sociais – afastando-se, com isso, das Ciências Naturais.

### 5.1.3.2 Os EC e o FUNC/GRA

Como o FUNC/GRA se alinha aos aspectos compartilhados entre a TOV e os EC é o que se apresenta, daqui em diante. De um ponto de vista mais específico, a concepção de língua do FUNC/GRA se aproxima da dos EC e da TOV pelas vias a seguir descritas.

Em primeiro lugar, pela *admissão de duas faces da língua*. Se para a TOV e os EC a língua é sinal e signo, para o FUNC/GRA, de igual modo, a língua é (i) *estrutura* (reiterável) e (ii) *função adaptativa* (emergente), o que significa assumir que a língua, embora estruturada, é dinâmica, constituindo-se *incessantemente*. Tal como nos EC e na TOV, o FUNC/GRA opera, portanto, com uma concepção dinâmica de estrutura linguística e focaliza, justamente, a possibilidade de constante atualização dos recursos estruturais: a face (potencialmente) emergente da língua.

Em segundo lugar, pela circunscrição da língua ao âmbito das práticas (evênticas). Tal como os EC e a TOV, o FUNC/GRA confere grande destaque aos eventos de uso da língua porque neles, ao mesmo tempo em que se aciona o sistema linguístico como meio de estruturação das práticas sociais, incide-se sobre ele, moldando-o, adaptando-o às condições da situação interacional; os eventos, assim, ao mesmo tempo

em que criam as condições para emergência e mudança do sistema linguístico, dão continuidade a ele.

No âmbito desse mesmo aspecto, também como nos EC e na TOV, no FUNC/GRA admite-se que, embora os sujeitos se ancorem no uso efetivo da língua em estruturas e significados (semânticos) já dados, já historicizados, *podem ir sempre além do que já existe*, a fim de produzir novos sentidos<sup>662</sup> – daí o campo funcionalista admitir que a gramática codifica de modo articulado semântica e pragmática, acionando, então, o termo *semântico-pragmático*. Essa mesma noção de que sentidos historicizados (semânticos) e sentidos evênticos<sup>663</sup> se articulam no uso efetivo da língua é assegurada, na TOV, pelo termo *sócio-semântico* e, nos EC, pelo termo *semântico-axiológico*, embora, inegavelmente, nesses dois últimos campos, os termos indiquem ainda o aspecto valorativo implicado nos usos linguísticos.

Em terceiro lugar, a premissa de que na corrente ininterrupta de comunicação presente, passado e futuro dos usos linguísticos estão conectados ou, nos termos do FUNC/GRA, a *visão de que diacronia e sincronia se confluem*, levando o campo, inclusive, a usar o termo *pancronia* (cf. 2.3) para assegurar a integração entre essas duas realidades que, conjuntamente, permitem fazer projeções quanto ao rumo (futuro) de fenômenos em variação/mudança. De um ponto de vista mais específico, retome-se de 1.1.3 a concepção de que o inventário de variantes que codificam as funções de um domínio funcional, numa dada sincronia é, na verdade, o inventário das vias evolutivas que lhes deram origem, de modo que compreender a variação sincrônica de um domínio funcional demanda olhar para o passado, ao mesmo tempo em que permite prognosticar, em termos de *identificar as tendências* de mudança.

---

<sup>662</sup> A fim de aproximar as abordagens em tela, mantivemos aqui a distinção entre sentido e significado promovida pelos EC. Com isso, estamos lendo: o primeiro termo (sentido) como uma referência à significação evêntica ou pragmática dos usos linguísticos; e o segundo (significado), como o aspecto semântica da língua (cf. 4.3.3).

<sup>663</sup> Estamos, neste ponto, operando com a visão de que o aspecto semântico da língua consiste em sentidos evênticos que se regularizaram, em conformidade com as concepções dos EC e do FUNC/GRA – daí falarmos em sentidos historicizados e sentidos evênticos.

Em quarto lugar, também se depreende da literatura funcionalista, ampliando a visão quanto a algumas questões, *o reconhecimento de que os gêneros do discurso são um recurso de enquadramento dos recursos linguísticos*. Conduzindo a essa compreensão, resgatam-se, por exemplo, as concepções funcionalistas quanto ao processamento da informação e o modo como, até nesse ponto, é possível aproximações com as ideias dos EC, particularmente. O sistema de representação cognitiva da informação, segundo o campo funcionalista, se organiza em três diferentes níveis correlacionados: (i) o *léxico conceitual*; (ii) o *semântico proposicional*; e (iii) o *discurso multiproposicional* – sendo esse último o nível de armazenamento e processamento dos usos reais da língua que transcende os limites dos recursos linguísticos (cf. 2.1).

Se considerarmos que o nível multiproposicional (em referência a um conjunto de proposições) evoca a noção de texto, já que quando nos comunicamos com nossos semelhantes não produzimos frases, mas textos (MARTELOTTA, 2011), e que, para Givón, esse é o nível *cognitivo predominante*, temos uma aproximação com a visão dos EC de que *a consciência é de natureza genérica, em referência à noção de texto-gênero*. A reboque disso pode-se depreender que a concepção, também no campo funcionalista, é a de que o pensamento se estrutura por meio de unidades de sentido típicas, ocorrendo, pois, sob o escopo delas a regularização cognitiva dos recursos linguísticos.

De um ponto de vista mais amplo, além desses pontos de contato identificados mais facilmente, recorreu-se também ao campo filosófico que orienta o FUNC/GRA, em busca de uma base mais consistente para aproximações, quanto à concepção de língua, entre os EC e o FUNC/GRA – campos aparentemente mais díspares do diálogo aqui empreendido. Revisitou-se, assim, *a visão taoista*, uma doutrina filosófica e religiosa chinesa, segundo a qual *a dinâmica é a força motriz de tudo na vida*.

Fugindo da *aversão ocidental aos paradoxos*, Givón (2005) vai buscar nessa filosofia um meio de desenvolver o seguinte pensamento no âmbito dos estudos funcionalistas de vertente norte-americana: quando, num sistema complexo, tal como é o linguístico, dois aspectos explicativos entram em contradição, resistir à tentação de escolher entre um e outro é a melhor saída para se evitar explicações em termos de causalidade linear; *a concepção dialética* é, então, a melhor maneira de se explicar fatos complexos, já que eles tendem a ser estruturados por demandas conflitantes.



Dessa compreensão, Givón (2005) considera, então, sete paradoxos que caracterizam o taoísmo<sup>664</sup>, dos quais derivam, dentre outros, os seguintes princípios gerais, todos eles reverberando na visão de língua desenvolvida no FUNC/GRA e, pelo modo como temos compreendido, aproximando-se da filosofia dos EC:

1. Princípio dos “contrários reconciliáveis ou unidade na diversidade” (GIVÓN, 2005, p. 249), segundo o qual um fenômeno, por exemplo, pode ser, ao mesmo tempo, profundamente enraizado e também movente.

Sendo regida por esse princípio filosófico, a concepção de língua do FUNC/GRA (ela é ao mesmo tempo um fenômeno estruturado e coercitivo e um fenômeno emergente, à mercê da criatividade dos falantes em cada uso evêntico), pode ser aproximada da concepção de língua dos EC, já que, para esses, *a linguagem comum e única é um sistema de normas linguísticas engendradas também a partir de forças contraditórias – forças centrípetas e centrífugas* (cf. 4.1.2).

Nesse sentido, as duas filosofias em tela não apenas compartilham o preceito de forças paradoxais atuando para a constituição do sistema linguístico, como também recorrem ao mesmo princípio de *unidade na diversidade*, com a seguinte diferença: enquanto essa noção, no FUNC/GRA, realça a dinamicidade da língua provocada pelo constante processo de deslocamento funcional das formas linguísticas, os EC realçam a dinamicidade da língua provocada pelas múltiplas vozes sociais.

Assim, pode-se inferir que na base da concepção de língua, tanto dos EC quanto do FUNC/GRA, atua um princípio filosófico comum que permite acomodar aspectos paradoxais na explicação dos fenômenos linguísticos. Essa é a via (filosófica) para discorrer, por exemplo, sobre os seguintes pontos conceituais acionados nesta tese: os

---

<sup>664</sup> Os sete paradoxos que caracterizam o taoísmo, segundo Givón (2005), são: (i) o paradoxo de Yin e Yang (ou da unidade na diversidade); (ii) o paradoxo da singularidade e continuidade; (iii) o paradoxo do enraizamento e leveza; (iv); o paradoxo de velocidade e consciência; (v) o paradoxo de atenção e automatismo; (vi) o paradoxo da atenção difusa; (vii) e o paradoxo da prática fora do contexto. Cf. cada um deles em Givón (2005, p. 249-253). Cf. também uma discussão sobre eles em Casseb-Galvão e Lima-Hernandes (2012).

sujeitos são constituídos biológica e também socioculturalmente; a língua é estruturada e emergente; os usos linguísticos indiciam aspectos locais e sociais mais amplos; identidades não são nem totalmente fluidas nem permanentes etc.

2. *Princípio de que tudo na vida está em relação*, de modo que, quando uma parte se move, todas as outras se movem também. Dinamicidade e dialeticidade caracterizam, portanto, as práticas sociais<sup>665</sup>, de modo que posturas fixas são apenas pontos de referência ao longo de um *continuum* em movimento.

Desse ponto filosófico, nasce tanto a visão de imprescindibilidade da alteridade e da interação social que se estabelece com ela para constituição da língua, quanto o reconhecimento de encaixamento, em termos labovianos, entre todos os aspectos constitutivos de um sistema (linguístico).

Em virtude da imprescindibilidade da interação social, em primeiro lugar, a língua no FUNC/GRA é vista como produto da interação, já que “o que falamos tem uma organização básica que reflete maneiras de *construir a significação juntamente com o interlocutor*” (MARTELOTTA, 2011, p. 65; grifos nossos). Nesse sentido, ela é *um fenômeno sociocultural*, fortemente dependente (reitera-se) do contexto. Nessa mesma direção, Bybee (2016 [2010], p. 187) destaca, por exemplo, que “assim que duas palavras são coladas juntas e *usadas em contexto* existe o potencial para a convencionalização da organização vocabular e a automatização, habituação e categorização, que entram na criação de morfemas gramaticais e construções”. (BYBEE, 2016 [2010], p. 178; grifos nossos). Sendo um *sistema adaptativo e produto da interação*, a abordagem baseada no uso concebe a língua como um *epifenômeno*.

Quanto a isso, pode-se pensar na seguinte aproximação com os EC: tanto na abordagem baseado no uso quanto nos EC, tudo na vida, inclusive a língua, é *resultado* de relação dialógica (cf. 4.1.1), embora

---

<sup>665</sup> Givón (2005) não usa o termo *prática social*, ao descrever os paradoxos da filofia taoista, mas se refere à luta chinesa Tai Chi Chuan para explicar esses paradoxos, e a toma como uma prática. Nesse sentido, estamos estendendo as noções filosóficas descritas pelo autor a todas as práticas sociais.

aqui caiba a seguinte ressalva: Givón fala em *relação dialética* e os EC, mais contundentemente, em relação dialógica; considerando que *dialética* pressupõe uma síntese, e dialogicidade não tem essa conotação, acredita-se que a noção assegurada pela filosofia a que Givón faz referência é, então, a de dialogicidade, e não a de dialeticidade (já que os contraditórios não se mimetizam), embora esses termos (dialética e dialógico), às vezes, sejam tomados como sinônimos. Em vista disso, como tanto o FUNC/GRA quanto os EC (e a TOV) concebem que tudo é resultado de relação, pode-se dizer que todos esses campos (i) concebem a língua como um *epifenômeno*, já que ela é produto da interação, e (ii) indiciam análises contrastivas, com a premissa de que o produto de uma interação deve estar em relação ao produto de outra interação.

Essa última consideração já evoca o princípio de que, em um sistema dinâmico, todas as peças se movem conjuntamente, o que pode ser aproximado agora da visão da TOV de que *os recursos linguísticos ocorrem de forma associada*, ou seja, como uma *constelação de características e estruturas coocorrentes* que contrasta com outras constelações (cf. 3.3.3.2 e 3.3.3.2.2). Pelo princípio da filosofia taoísta, então, corrobora-se, mais uma vez, a visão de que o uso efetivo da língua é de base distintiva, e indicia relações de consonâncias e de dissonâncias com outros usos.

Se considerarmos a visão funcionalista de que os textos que produzimos refletem intenções comunicativas (MARTELOTTA, 2011) e que essas se constituem em relação a outras intenções comunicativas (aproximando-se ou distanciando-se delas, baseando-se nelas etc.), tem-se, então, no FUNC/GRA, o indiciamento do princípio do dialogismo dos EC, segundo o qual o que está em relação, na verdade, na interação, são *pontos de vista* (cf. 4.1.2).

3. Princípio de que é apenas *no contexto* das práticas (dinâmicas) que se pode decidir sobre o que é correto ou não, pois é contextualmente que se promovem ajustes –em virtude do outro da interação; assim, uma pergunta como “Esta forma é correta?” (GIVÓN, 2005, p.

250)<sup>666</sup> só faz sentido à luz da dinamicidade contextualizada das práticas.<sup>667</sup>

Esse princípio filosófico realça, no âmbito dos estudos funcionalistas, em primeiro lugar e mais uma vez, a correlação entre língua e contexto, de modo a compreender-se que “formar uma frase ou uma sequência de frases não implica apenas juntar palavras de maneira lógica, mas estabelecer uma relação de *adaptação* entre essas estruturas e *o contexto* em que são usadas” (MARTELOTTA, 2011, p. 61), de maneira que, tal como nos EC e na TOV, entende-se aqui que o contexto de uso é o fator motivador da escolha linguística.

De modo geral, a relevância conferida ao contexto, nesse último princípio taoísta, está, portanto, também na mesma direção da TOV e dos EC, ao assumirem, principalmente esse último campo, a dimensão social (/contextual) dos usos da língua como uma dimensão constitutiva (e determinante) deles.

Pode-se concluir disso que o FUNC/GRA, ao considerar a relação entre uso e contexto e associar a origem da gramática aos usos evênticos da língua, indicia alguns dos principais tópicos de abordagens histórico-culturais como a TOV e os EC, embora notadamente esteja interessado em explicar como as formas linguísticas se gramaticalizam. Assim, há que se considerar que *se língua, para o FUNC/GRA, não é o mesmo que língua-discurso*, no âmbito dos EC, *também não se reduz aos aspectos formais*, já que, dentre outras coisas, o FUNC/GRA concebe uma intrínseca relação entre língua e contexto, admite que a perspectiva do falante se inscreve nos usos linguísticos (cf. 5.1.5) e busca compreender princípios que expliquem a constituição da língua e da paisagem sociolinguística.

\*\*\*

---

<sup>666</sup> “[...]‘Is this form correct?’”.

<sup>667</sup> Na forma de luta chinesa Tai Chi Chuna, esse paradoxo filosófico faz ver, por exemplo, que a distribuição espacial dos oponentes muda ao longo do tempo, pelo ajuste que se faz às ações ou intenções presumidas do adversário, de modo que é apenas no contexto da luta que um movimento pode ser tomado como correto ou não, explica Givón (2005).

Pelas discussões nesta seção empreendidas, de uma conversa (na diferença) entre o FUNC/GRA, os EC e a TOV, quanto à concepção de língua, depreende-se:

- (1) a relevância atribuída aos usos evênticos da língua, já que são eles que criam as condições para emergência e mudança dos recursos linguísticos – daí a prioridade atribuída à língua em uso;
- (2) a visão de que a língua é *resultante* da interação social e, por isso, um fenômeno (um epifenômeno) sociocultural;
- (3) a concepção de que a eventicidade dos usos linguísticos decorre da criatividade e da agentividade dos sujeitos nas situações de interação;
- (4) em virtude dos aspectos anteriores, a visão de que o sistema linguístico é dinâmico e, por isso, em parte estruturado e em parte emergente;
- (5) a compreensão de que língua e contexto vivem numa relação de mútua constitutividade, e de que o contexto é, tal como a língua, em parte estruturado e em parte emergente;
- (6) a premissa de que a forma linguística só pode ser compreendida em relação a sua função e/ou em relação a aspectos culturais particulares;
- (7) a visão de que presente, passado e futuro da língua se interceptam;
- (8) a aceitação de que atuam sobre a língua forças contraditórias (de unificação e de dispersão);
- (9) a assunção de que os usos linguísticos são funcionalmente motivados;
- (10) a consideração de que a perspectiva dos falantes se inscreve na língua e de que suas intenções motivam os usos linguísticos;
- (11) a visão de que a interação social, em práticas específicas, se efetiva por meio de textos (/gêneros) e de que esses são em parte estruturados e em parte emergentes, pois em parte respondem e em parte criam contextos;
- (12) a aceitação de que os textos são o próprio *locus* da interação social;
- (13) a visão de que a organização textual é regida pela relação que o locutor mantém com o interlocutor;
- (14) a premissa de que tudo está em relação (de distintividade), iniciando, assim, (i) a concepção de que os recursos

- linguísticos ocorrem de forma correlacionada e (ii) a produtividade de análises contrastivas;
- (15) o interesse em *princípios* que regem a língua.

Sucintamente considerando as discussões desta seção, pode-se dizer que todos os pontos de diálogo entre a TOV, os EC e o FUNC/GRA, quanto à concepção de língua, decorrem de esses campos: (i) admitirem, de modo geral, que língua só se justifica no uso, não havendo, em sua concepção, uma parte abstrata; (ii) localizarem a língua (e seu estudo) no âmbito da vida prática; e (iii) reconhecerem que língua é produto da interação e, por isso, o aspecto da expressão está diretamente relacionado com a situação de uso.

#### 5.1.4 A relação entre indivíduo e sociedade, língua e cognição

Considerando que a relação entre indivíduo, sociedade e linguagem é uma ideia importante e intrigante, mas que continua em aberto *nos estudos variacionistas* (SCHILLING, 2013) (cf. 3.3.3.2.2), esta subseção a recupera, sob a ótica de que a discussão bakhtiniana sobre o processo de constituição do psiquismo pode contribuir, dados os próprios compartilhamentos entre a TOV e os EC quanto à concepção de língua, de sujeito e de cognição (cf. 5.1.2 e 5.1.3.1). Nesse tópico de discussão, portanto, estão em questão principalmente os EC e o campo variacionista.

Contextualizando o tópico, destaque-se que um importante ponto de discussão do Capítulo 3 foi a questão da relação entre indivíduo e sociedade, ou melhor, da relação entre usos individuais e sociais da língua. Das discussões precedentes, indicou-se que:

- (i) na abordagem laboviana essa relação não foi explicitada, embora esteja indiciada em diversos pontos conceituais<sup>668</sup> (cf. 3.2.4). Orientado pela sociologia durkheimiana (cf. 3.1), o pensamento laboviano, ao conceber a língua como fato social, ou seja, como pertencente a uma comunidade, assumiu uma posição relativamente determinista (do social

---

<sup>668</sup> Cf. as discussões sobre líderes de mudança (LABOV, 2001a; 2010) e sobre os tipos de padrões de mudança no indivíduo e na comunidade (LABOV, 1994).

atuando sobre o individual) e estabeleceu, com isso, uma certa oposição entre indivíduo e sociedade<sup>669</sup>. Com isso, para o estudo da língua, Labov estabeleceu uma prioridade que vai da comunidade ao indivíduo, estando esse submetido àquela, conforme a seguinte representação: comunidade → indivíduo.

- (ii) Ao contrário disso, indicou-se a concepção de dupla orientação, quanto à relação entre usos individuais e sociais da língua, tanto na segunda fase variacionista, representada também pela abordagem *Audience Design*, quanto na terceira, representada pelas abordagens *Speaker Design*, embora com a seguinte diferença: enquanto a primeira mantém o ponto de partida da explicação linguística no aspecto social, na comunidade (comunidade ↔ indivíduo), as abordagens *Speaker Design* ou a TOV, ao focalizarem a agentividade dos indivíduos nos processos interacionais e o contínuo processo de construção identitária, passou a defender a primazia do indivíduo (indivíduo ↔ comunidade).

Nesta subseção, importa destacar que os EC, ao conceberem que o material fundante do psiquismo (semiótico) humano (a saber, os signos, em especial o signo verbal) é social, fazem ver, de certo modo, a mesma concepção de Labov e de Bell<sup>670</sup> de que a comunidade, *a sociedade, é a matriz para o desempenho linguístico do indivíduo*. Com esse mesmo entendimento, Eckert (2016, p.11) também observou, por exemplo, que até a emoção, embora comumente considerada não social,

---

<sup>669</sup> Resgate-se as seguintes afirmações labovianas: (i) os idioletos não oferecem a base para as gramáticas [...] internamente consistentes (WLH, 2006 [1968]; (ii) a comunidade de fala é conceptualmente e analiticamente anterior ao indivíduo (LABOV, 2010); a comunidade é a base em relação à qual cada idioleto é delimitado (GUY, 2000); (iii) regras ou restrições individuais não têm interpretação e não contribuem em nada para atos de comunicação, por isso o indivíduo não existe como objeto da linguística (LABOV, 2001a).

<sup>670</sup> Destaque-se que apenas de um ponto de vista amplo estamos aproximando os EC e Labov quanto a essa questão, dadas as diferenças epistemológicas em que se assentam as concepções de sociedade em cada uma dessas abordagens.

mas individual (e psicológica), é “fundamentalmente social”<sup>671</sup>, a ponto de se poder prever que sua expressão, em diferentes grupos culturais, é variável. Identifica-se, portanto, nesses dois campos (o variacionista e o dialógico), a premissa de que a atividade interna dos sujeitos, ou seja, a consciência sîgnica, tem origem externa – dito de outro modo, a premissa de que o *intraindividual* decorre do que é *interindividual*. Mas a contribuição dos EC, para o campo variacionista, está na explicação dessa relação (entre o que é intra e o que é interindividual, entre usos individuais e sociais da língua), conforme a seguir.

Nos EC, admitindo-se que é um fenômeno ideológico por excelência que funda e alimenta o psiquismo humano, *o indivíduo é puramente social, puramente sócio-ideológico*, muito embora isso não sugira uma relação direta ou uma réplica do social sobre individual, nem exclua a atuação de componentes biológicos e biográficos próprios de cada indivíduo – haja vista, dentre outros pontos, a concepção de agentividade do indivíduo. Para além dessa concepção de indivíduo, o detalhe da explicação dos EC sobre a constituição da cognição é que ela (a explicação) põe em evidência o seguinte aspecto: o social da cognição não se opõe ao individual, *mas ao natural, ao aspecto biológico*. Por isso pode-se dizer que o indivíduo, com toda a sua individualidade, está radicalmente conectado com o mundo social, sendo, pois, ao mesmo tempo, todo social e todo individual – e essa mesma caracterização do indivíduo (ele é todo social e todo individual) se estende aos usos linguísticos: eles sempre comportam essas duas faces.

Se a TOV está, em alguma medida, na mesma direção dos EC, fica mais clara, então, a diferença entre essa fase variacionista e a abordagem laboviana, quanto à questão da relação entre indivíduo e sociedade: enquanto o pensamento laboviano está conectado, ainda que não exclusivamente, ao aspecto biológico da cognição humana<sup>672</sup>, a TOV (e até a segunda fase) opera(m) com a dimensão semiótico-

<sup>671</sup> “But emotion is eminently social.”

<sup>672</sup> Retome-se, por exemplo, que Labov (1978), na resposta que deu à Lavandera, explicitou que seu trabalho estava interessado nas restrições internas do comportamento governado por regras e na luz que essas restrições poderiam lançar sobre *operações cognitivas* e conhecimento da gramática, ou seja, sobre *o sistema linguístico, que é parte da faculdade da linguagem*, sendo essa construída *sobre uma herança biológica comum* (LABOV, 1978) (cf. 3.2.2).



interpretativa da cognição ou com o imaginário social (ECKERT, 2008), cuja constituição é marcadamente de orientação sociocultural.

Afastando-se da primeira fase do campo, a TOV tem em comum, então, com os EC a mesma prioridade, qual seja: a busca, em primeiro plano, pelo aspecto singular dos usos linguísticos, embora não deixe de reconhecer (tal como os EC) que esse aspecto se configura apenas à luz do que é de ordem social – inclusive porque todo uso precisa ser aceito pelo outro, precisa de um *coral de apoio* para que se efetive. Note-se que essa compreensão está tão presente na TOV, embora não esteja assim explicitada, que, quer em termos conceituais quer em termos taxionômicos, a distinção entre variação social e estilística, dialeto e registro<sup>673</sup> perde força (cf. 3.3.3.2) e, por essa razão, o estudo da *variação estilística*, na TOV, é o estudo da própria *variação linguística*.

Além disso, também indiciando a visão de que a cognição e os usos linguísticos são sociais, mas também individuais, tanto a TOV quanto os EC destacam que entre os grupos humanos sempre há compartilhamentos, ao mesmo tempo em que sempre há singularidades. Desse modo, não se opera, na TOV, por exemplo, com a vinculação entre avaliação e grupo social ou entre formas linguísticas e significado social, dada a assunção de que essas correlações podem ser feitas de modo diferente pelos membros de um determinado grupo social, uma vez que “a construção de identidade não se encerra com a plena afiliação a uma dada comunidade, já que o desenvolvimento das práticas sociais significativas é um processo contínuo, presente em várias práticas sociais” (CAMACHO, SALOMÃO-CONCHALO, 2016, p. 57).

Dada a não relação de *determinação*, de *instituição* do social sobre o individual, os membros de grupos sociais podem ser vistos como *mais ou menos prototípicos do grupo*, a depender, por um lado, da postura assumida em cada prática e, por outro lado, das diferentes práticas sociais nas quais os sujeitos se engajam e do modo como valoram cada uma delas – neste ponto, note-se como a noção funcionalista de que a gramática, uma organização cognitiva da

---

<sup>673</sup> Retome-se que Labov (2008 [1972]) mesmo admite uma conexão íntima entre variação social e estilística, embora veja a questão como uma sobreposição do aspecto social sobre o individual.

experiência, moldada e (re)modelada constantemente, entra, pois, em direito diálogo com essa perspectiva.

Essa leitura pode ajudar a compreender, no campo variacionista, a não possibilidade, por exemplo, de generalizações quanto ao comportamento linguístico dos indivíduos nas redes sociais, já que faz ver que padrões culturais são específicos (e não universais) de práticas sociais particulares e do modo como, dentro delas, cada indivíduo pode assumir uma determinada *postura* a depender de como se posiciona (para além de uma rede social ou comunidade de prática específica) no âmbito de todo o domínio cultural que o cerca. Assim, se em Labov (2010) os *membros centrais* de uma rede examinada tinham maior proporção de contato dentro e fora dela e, por isso, eram líderes de mudança, no estudo de Camacho e Salomão-Conchalo (2016)<sup>674</sup> eram justamente os *membros periféricos* da rede que tinham mais contato com outros grupos, externos à rede, e que apresentavam, por isso, padrão linguístico inovador em relação aos padrões do grupo.

Saliente-se, inclusive, que práticas sociais particulares adquirem fundamental relevância tanto para a TOV (e também para o FUNC/GRA), porque se compreende que é por meio da participação nelas que os usos linguísticos podem ser continuamente redefinidos, a depender das *alianças contextuais* contraídas pelos interlocutores na interação. Nessa direção, é na conexão entre *prática, contexto e discurso/postura* que se assenta a relação entre indivíduo e sociedade, entre o singular e o social da língua: o contexto é (nos três campos em tela) *o centro estruturante da prática linguística*, porque *a língua vive em relação dialógica com ele*; com isso, a conexão entre indivíduo e sociedade ocorre *via linguagem contextualizada*; é nela que ocorre a concatenação entre aspectos pragmáticos e socioculturais, entre o que é da ordem de posturas individuais, assumidas em decorrência da interação pragmática, e o que é da ordem da estrutura (histórica) social da própria prática, pressupondo, assim, tanto acomodação a aspectos socioculturais relativamente estabilizados quanto inovação frente às demandas contextuais.

---

<sup>674</sup> Camacho e Salomão-Conchalo (2016) contrastam a variação de plural no SN entre duas comunidades de prática, ideologicamente opostas, em contexto escolar: *funkeiros* e ecléticos. Cf. discussão no texto original.

Coupland (2007), nesse sentido, é a voz da TOV que mais se aproxima dos EC, ao focalizar, no estudo da linguagem, o contexto da *prática discursiva*, abrindo mão de aspectos físicos<sup>675</sup>, quanto ao *locus* das práticas linguísticas, e de contatos face a face, ainda pressuposto, de certo modo, nos trabalhos de Eckert (2000, 2001), por exemplo. (cf. 3.3.3.2.2) – também nesse ponto o funcionalismo caminha na mesma direção, de se focalizar a prática discursiva, *ao eleger o texto e suas condições de produção como lugar ideal para se deprender o funcionamento da língua* (cf. 2.3).

A partir da mesma perspectiva quanto à relação entre indivíduo e sociedade, pode-se assimilar a relação entre usos locais e globais da língua, e a crítica de Zhang (2005) (cf. 3.3.3.2.3), por exemplo, às visões unidimensionais de enquadramento das formas linguísticas em contínuos do tipo *vernáculo – padrão; oral – escrito*: porque os sujeitos são múltiplos (já que a postura que assumem depende do modo como se engajam em cada uma delas) e sociais e individuais, ao mesmo tempo, as formas da língua podem ser constantemente (re)contextualizadas e, assim, servir como índices de significados diversos (formalidade, proximidade, localismo, norma padrão etc.) e até contraditórios, afastando-se a prática de se pressupor *a priori* a relação entre forma, contexto e significado – ainda que, de fato, algumas formas possam estabelecer relações mais estáveis com certas modalidades e normas (cf. 4.4.3). Nisso está implicada a compreensão de que todo trabalho do indivíduo frente aos recursos linguísticos não o desconecta de uma base social comum; e, de igual modo, toda orientação para usos linguísticos mais socialmente padronizados não desvincula o indivíduo de usos locais ou não padronizados.

Considerando que, para os três campos em articulação nesta tese (agora também considerando o FUNC/GRA), a consciência é de

---

<sup>675</sup> Pelo que estamos compreendendo, a visão construcionista de Coupland é de natureza histórico-cultural, assim como a dos EC. Como tal, a especificação dos usos linguísticos no tempo e no espaço é relevante, porque essa relação (espaço-temporal) produz *efeitos* sobre os processos de produção, de recepção e de circulação dos usos linguísticos - e não porque tempo e espaço físicos em si sejam relevantes: eles permanecem implicados, no estudo da língua, mas sob a ótica dos *efeitos* que produzem sobre os usos. É nesse sentido que se compreende que Coupland abre mão de aspectos físicos implicados no uso da língua.

natureza s gnica e o sujeito   agentivo, a explica o dos EC sobre a dupla face da cogni o e da língua (  social e   individual, concomitantemente)   produtiva também para os três campos – ou para uma abordagem que derive de uma articula o entre eles.

Nesta se o, então, admitindo-se que a explica o dos EC quanto   constitui o da cogni o humana   produtiva para um importante ponto de discussão do campo variacionista (a rela o entre individuo, língua e sociedade), e admitindo-se compartilhamentos entre a TOV e os EC quanto às concep es de sujeito e de linguagem, pode-se inferir que, quanto   questão da rela o em foco, esses dois campos, em diálogo, acionam:

- (1) concep o comum de *psiquismo*, de *consciência*:   uma dimensão ou instância semiótico-interpretativa, de natureza sócio-ideológica;
- (2) em decorrência da concep o anterior, visão de que a sociedade   a matriz para o desempenho dos usos linguísticos individuais; em outros termos, visão de que o aspecto intraindividual do uso da língua decorre do *interindividual*, embora não haja uma rela o de determina o desse sobre aquele, mas de mútua constitutividade;
- (3) pelo motivo anterior, assun o de que o indivíduo   puramente social (em oposi o   *natural*) e puramente individual, tal como a linguagem – daí a não oposi o, na TOV, entre *varia o social e estilística*, *registro* e *dialeto*;
- (4) compreensão de que no estudo da linguagem   possível lançar luz tanto sobre o aspecto individual quanto sobre o aspecto social do uso da língua;
- (5) entendimento de que no interior de um grupo social sempre há compartilhamentos e singularidades;
- (6) recusa   vincula o prévia entre avalia o e grupo social; entre formas linguísticas e significado social, bem como a visões unidimensionais de enquadramento das formas linguísticas em contínuos do tipo *vernáculo – padrão*; *oral – escrito*: essas correla es devem ser buscadas no interior de práticas específicas;
- (7) pelo motivo anterior, relevância conferida ao estudo da *prática social* (discursiva) e do *contexto* em que ela se efetiva:   no interior dela que os usos linguísticos são (re)definidos,

uma vez que a linguagem vive em relação dialógica com o contexto;

- (8) visão de que é em práticas específicas, por meio da *linguagem contextualizada*, que aspecto pragmático e sociocultural, aspecto individual e social da língua se conectam;
- (9) recusa à prática de se pressupor *a priori* a relação entre forma, contexto e significado.
- (10) visão, enfim, de que indivíduo e sociedade, vivem em relação dialógica, por meio da linguagem; e de que essa, sendo constitutiva da cognição humana, torna os sujeitos, concomitantemente, sociais e individuais.

### 5.1.5 Explicação da mudança linguística

Focalizam-se, nesta seção, possíveis pontos de diálogo entre os EC e o FUNC/GRA, em primeiro plano, no que concerne à explicação da mudança linguística, tomando-se agora como centro do termo FUNC/GRA, a perspectiva da gramaticalização. Para a condução das discussões, retomam-se aqui mais diretamente as questões relacionadas ao fenômeno da expressão do futuro do presente, na expectativa de se obter diretrizes para a abordagem proposta nesta tese, já que não se pode perder de vista *a contribuição da mudança linguística para a compreensão da estrutura da língua* (BYBEE, 2016 [2010]).

A discussão aqui empreendida, conforme a seguir, se organiza em torno (i) de duas possíveis vias de diálogo entre os campos – quais sejam: (a) explicações sobre o que desencadeia a mudança linguística e (b) a relação entre multifuncionalidade e variação estilística – e (ii) de uma questão a se enfrentar no âmbito de uma abordagem histórico-cultural de língua: como explicar semelhanças tipológicas entre línguas não correlacionadas – especificamente considerando as semelhanças quanto à expressão do futuro do presente?

#### **Primeira via de diálogo: explicações quanto ao que desencadeia mudança linguística**

A primeira via de diálogo que se estabelece entre os campos FUNC/GRA e EC respeita à explicação sobre o que desencadeia a mudança linguística. Tal como para os EC, para o FUNC/GRA *é a inscrição da perspectiva do falante na língua* que desencadeia, por

conta de motivações contextuais (interacionais), a emergência de novos sentidos, nos termos dos EC, ou de *significados pragmático-discursivos*, nos termos do FUNC/GRA, para os recursos linguísticos. Esses novos sentidos, então, geram polissemia, responsável por possível produção de ambiguidades, que podem ser solucionadas no âmbito contextual até se desfazerem: a reiteração do sentido novo constituirá, posteriormente, o aspecto semântico da língua (explicam os dois campos em tela).

Em outros termos, tanto os EC quanto o FUNC/GRA concebem que é a partir da atitude agentiva dos falantes, na interação com o outro, que se *desencadeia mudança na significação*, o ponto de partida, segundo o FUNC/GRA, para a gramaticalização – retome-se, por exemplo, a ordem dos parâmetros de gramaticalização proposta por Heine e Kuteva (2007), que reflete a sequência diacrônica desse processo: *extensão, uma reinterpretação semântica induzida pragmaticamente pelo contexto, é o primeiro parâmetro a ser analisado* (cf. 2.2.3). Por essa razão, *a gramaticalização, por definição, envolve o recrutamento de itens que marcam a perspectiva do falante* (TRAUGOTT, 2010a) (cf. 2.2.2).

Se se considerar que a perspectiva do falante é sempre conduzida pelo aspecto avaliativo, aspecto inerente à própria possibilidade de compreensão da realidade, pode-se inferir que *mudança de significado é sempre uma questão de reavaliação, para os dois campos*. No caso específico da gramaticalização de formas de futuro, fortemente correlacionadas com o registro da intenção dos falantes, a questão da *avaliação* pode ser verificada de modo mais preciso (em nossa perspectiva) – já que a referência a situações futuras depende do modo como os falantes as avaliam em relação ao estado de coisas que conhecem no presente.

Se essa leitura puder ser realizada, então, pode-se dizer que a mudança semântico-pragmática, *ponto de partida mais específico das mudanças linguísticas por gramaticalização*, está correlacionada a mudanças no horizonte apreciativo dos falantes. Com isso, a noção de Fleischman (1982) de que o *futuro*, especificamente, *é uma projeção que depende de estados emocionais e mentais* pode ser assim reformulada: *o futuro é uma projeção que depende do ponto de vista do falante, estando nisso implicada a dimensão valorativa que o constitui*.

Ainda com foco nessa primeira via de diálogo, as considerações precedentes podem fazer parecer que, para a mudança linguística, no FUNC/GRA, em primeiro plano está o indivíduo, e não as relações sociais (já que se destacou a relevância da intenção e da avaliação *do*

*falante*). Essa compreensão, contudo, deve ser afastada pelo seguinte motivo: se, para os EC, tudo na língua é resultado da interação social, para o FUNC/GRA, *a semantização de implicaturas destaca, na verdade, relações intersubjetivas, porque o locutor evoca implicaturas, mas convida o interlocutor a inferi-las* (TRAUGOTT, 2010) (cf. 2.2.2).

Desse modo, o sucesso da comunicação depende, nas explicações do FUNC/GRA, não apenas da atuação agentiva do locutor em imprimir sua perspectiva nos recursos linguísticos e, assim, produzir novos sentidos, mas também da atuação agentiva do interlocutor em compreender essas inferências – daí a perspectiva, tanto dos EC quanto do FUNC/GRA, pelo que se depreende, de que os sentidos são coconstruídos interacionalmente e de que *a mudança ocorre no uso da língua* (ao longo da vida, e não no processo de aquisição) (TRAUGOTT, 2014).

*De um ponto de vista mais amplo*, ainda considerando o que esses dois campos compartilham quanto à explicação do que desencadeia a mudança linguística, tanto os EC quanto o FUNC/GRA circunscrevem a explicação da mudança linguística a mudanças em aspectos culturais. Hopper (1998), por exemplo, concebe que a gramaticalização começa por conta *de mudanças em hábitos culturais* (cf. 2.2.2), isto é, nas relações sociais. Disso se pode depreender que, como a produção e circulação de textos (/gêneros) pode ser vista como uma prática cultural situada em esferas (socioculturais) específicas, tanto o FUNC/GRA quanto os EC vinculam *modos de interação social*, sob o escopo de domínios culturais específicos, e *práticas sociais*, como a prática de uso da linguagem.

Nessa direção, tal como nos EC, também no FUNC/GRA, principalmente a partir das considerações de Hopper (1998) (cf. 2.2.2), está indiciada a noção de que *mudanças nas relações sociais geram mudanças nas interações verbais, que geram mudanças nas formas de comunicação verbal, realizadas por meio de textos (/gêneros) e, por fim, essas mudanças motivam mudanças linguísticas* (cf. 4.2.4) – pelo que estamos compreendendo, essas últimas referindo-se, tanto nos EC quanto no FUNC/GRA, a mudanças no plano da significação e/ou a mudanças no plano da forma.

A diferença entre um campo e outro, nesse ponto, é que, enquanto os EC se referem a *mudanças nas formas gramaticais, de um modo geral*, com foco, na explicação, em mudanças semântico-axiológicas, o FUNC/GRA fornece discussões mais específicas sobre mudanças tanto nas formas quanto nas funções (semântico-pragmáticas)

de uma mesma forma, explicando ainda *como*, a partir da expansão polissêmica, pode ocorrer *mudança categorial dos itens* linguísticos. Nesse sentido, apenas o *FUNC/GRA* explica por que uma unidade linguística em processo de mudança, por exemplo: (i) perde propriedades morfosintáticas características de formas menos gramaticalizadas ou lexicais e (ii) perde substância fonética (HEINE; KUTEVA, 2007) (cf. 2.2.3).

Mesmo não sendo esse o foco de interesse dos EC (e também da TOV), acredita-se que, numa proposta de interface entre os três campos, a explicação sobre o processo de gramaticalização de formas/funções da língua, além de não instaurar incompatibilidades metateóricas, amplia o quadro explicativo a partir do qual se pode examinar a paisagem sociolinguística.

Ademais, note-se que, a despeito da relevância da mudança semântico-pragmática para o *FUNC/GRA*, o próprio campo admite que *não existe, nele, nenhuma heurística real quanto à maneira como tal mudança pode ser detectada e como ela se desenvolve, em casos em que a intenção do falante e a inferência do ouvinte não são mais recuperáveis* (POPLACK, 2011). Se, tanto o *FUNC/GRA* quanto os EC subordinam a mudança linguística (e, portanto, a mudança semântico-pragmática) a mudanças culturais, e sendo os gêneros do discurso um artefato cultural, acredita-se que os EC podem contribuir diretamente com essa questão do *FUNC/GRA*, tendo em vista suas diretrizes metodológicas para análise de gêneros – recupere-se, para compreender essa linha de argumentação, que Hopper (1998) mesmo admite que a *gramaticalização tem início em tipos específicos de textos, de modo que um dos princípios do campo funcionalista deve ser a investigação das fontes de um item gramatical, tendo em vista os discursos (/textos) específicos de que derivam* (cf. 2.2.2). Estamos compreendendo, portanto, que Hopper mesmo está recomendando, na investigação de processos de gramaticalização, *o exame de textos (/gêneros)*.

Nessa direção, se a mudança começa com a inscrição da perspectiva subjetiva dos falantes, já como efeito de mudanças em aspectos culturais, os EC fazem ver que há gêneros mais, ou menos, propensos para a manifestação da expressividade, estando nesse ponto implicadas discussões sobre: (i) a relação entre infraestrutura e superestrutura; (ii) a especificação dos diferentes tipos de domínios ou esferas culturais; (iii) ) os diferentes tipos de gêneros do discurso (gêneros primários e secundários). Os EC ainda podem fornecer especial contribuição para o *FUNC/GRA*, se se considerar que eles apresentam



*explicações sobre a relação entre as esferas da ideologia do cotidiano – a fonte de toda mudança social e linguística tanto para os EC quanto para o FUNC/GRA –, e as esferas da ideologia especializada, mais resistentes à mudança (cf. 4.2.3).*

Compreender os diferentes fatores que operam em cada ambiente de origem dos dados, tal como objetivoFUNC/GRA(BYBEE, 2016 [2010]), mas também admitir que a relação entre esses dois tipos de esferas (do cotidiano e especializadas), por exemplo, é de mútua constitutividade, permite saber por que, por meio de processos lentos e graduais, mudanças iniciadas nas esferas da ideologia do cotidiano se espriam para as esferas da ideologia especializada, reverberando, em seguida, sobre o primeiro tipo de esferas. Nesse ponto, acrescenta-se ao estudo da gramaticalização a visão dos EC de que fenômenos linguísticos novos, para integrarem o sistema da língua, ou seja, sua face regular, percorrem um caminho de experimentação de gêneros e de seus estilos.

Além disso, considerando a expressão o futuro do presente, note-se, a título de exemplificação, como diretrizes de análise de gêneros do discurso, tendo em vista o conceito de cronotopo (cf. 4.31), especificamente, podem ser produtivas para rastreamento do percurso de gramaticalização de determinados itens e, implicado, nisso, para compreensão da variação que se instaura por ocasião do processo de gramaticalização:

- (i) se as relações espaço-temporais são interligadas e são o terreno sobre o qual a representação social ocorre, então, a própria representação dos eventos futuros depende do espaço-tempo (histórico-cultural) específico em que ela ocorre; a expressão do futuro do presente, então, um aspecto do *mundo representado*, é dependente do tipo de percepção, do tipo de orientação para a realidade que *mundos representantes* (campos culturais) específicos cultivam – com esse tipo de informação já se pode prever que determinadas funções (em termos funcionalistas) serão menos produtivas em determinados campos culturais, por exemplo, do que outras: o

- type futuro remoto*, por exemplo, não é produtivo na esfera jornalística<sup>676</sup>;
- (ii) além disso, se no interior dos campos culturais cada gênero possui sua própria forma de assimilação da relação espaço-tempo (cada gênero possui seu próprio cronotopo), presume-se que cada gênero pode assimilar, historicamente, um modo de representação dos eventos futuros – embora não se perca de vista que, sendo os gêneros plásticos e híbridos, modos de representação também são fluidos;
  - (iii) Como implicada na noção de representação dos eventos no mundo está a visão de que os objetos de discurso, nesse processo, são inseridos não apenas numa esfera espaço-temporal, mas também numa esfera de significação, pode-se inferir que a representação do futuro está correlacionada também com a orientação semântico-axiológica do discurso.

Todos esses aspectos relevantes para o agenciamento de uma forma/função são, então, relevantes para o próprio processo de gramaticalização – já que podem promover ou inibir determinados usos.

Articulando a explicação dos EC e a do FUNC/GRA quanto ao que desencadeia (e também acompanha) o processo de mudança linguística, pode-se depreender a seguinte ordem de mudanças correlacionadas:

*mudanças nas relações sociais* → *mudanças nas interações verbais* →  
*mudanças nas formas de comunicação verbal (/gêneros)* → *mudanças linguísticas (forma/função)*

No âmbito da metateoria dos dois campos em tela, a circunscrição das mudanças linguísticas ao escopo de mudanças culturais mais amplas não deve ser vista, contudo, como uma relação de determinação direta (de causa e efeito), mas como um indicativo de mudanças correlacionadas – as *setas* acima devem ser lidas, portanto, como indicativas de uma ordenação de eventos que podem desencadear processos de mudança linguística.

---

<sup>676</sup> Note-se que estamos falando em termos de mais e menos recorrência de uma função em um campo cultural.

## Segunda via: a relação entre multifuncionalidade e variação estilística

Do ponto de discussão anterior (considerando a produtividade dos gêneros do discurso para a investigação do processo gramaticalização), depreende-se ainda a segunda via de diálogo entre os EC e o FUNC/GRA, *considerando agora também a TOV*: a relevância da multifuncionalidade dos itens em processo de gramaticalização para a variação estilística – sintomático, nesse sentido, é retomar que Eckert e Rickford (2001), organizadores da obra *Style and Sociolinguistic Variation*, convocam justamente Traugott para o debate (cf. 3.3.3.2.1) – e a relação da variação estilística com esse processo (de mudança).

Esse ponto de discussão é retomado em 5.2. Por ora, destaque-se que, articulando as considerações dos três campos em tela quanto a esse tópico, é possível dizer que o agenciamento de uma forma/função no uso efetivo da língua depende da eficácia representacional e expressiva do par (forma/função), num contexto específico de interação. Mas o ponto é que *ao discernimento disso só se chega pela participação em práticas culturais específicas, dado que é no âmbito dessas que se adquire conhecimento dos princípios que localmente motivam consistências sociais e linguísticas* (cf. 3.3.3.2.1). Assim, é levando em consideração não apenas forma e função em si, *mas o todo da enunciação (o que indicia, portanto, exame de um conjunto de formas/funções em correlação) que a escolha dos recurso linguísticos pode ser realizada*.

E, como a frequência de uso dos itens em processo de gramaticalização está diretamente correlacionada com o próprio desenvolvimento do processo (cf. 2.2.4), identificar como o agenciamento de formas/funções pode ser favorecido por determinados contextos estilísticos auxilia na compreensão da frequência de uso de formas/funções e, por conseguinte, do processo de gramaticalização. Ainda que de modo indireto, todas as discussões sobre variação estilística se conectam, portanto, à explicação da mudança linguística.

Note-se, por exemplo, como, mesmo falando a partir de uma outra perspectiva, Bybee (2016 [2010], p. 35-36), por exemplo, evoca a visão estilística de uso da língua, ao conceber que a experiência linguística é armazenada na memória, considerando

*toda a informação que o usuário da língua pode perceber* [:] essa informação consiste de detalhe fonético [...] de itens lexicais e construções, de significado, de inferências feitas a partir desse significado e do contexto e de propriedades do contexto social, físico e linguístico (Grifos nossos).

Retome-se ainda que Hopper (1991) também assinalou, por exemplo, que a diversidade formal de um domínio funcional tende a se especializar em *construções* e em *alternativas estilísticas* (cf. 1.1.1). *Considerado que o estilo é uma dimensão constitutiva dos gêneros*, i.é, *que o estilo é do gênero*, no âmbito da abordagem em constituição nesta tese, o pensamento de Hopper pode ser assim reformulado: *a diversidade formal de um domínio funcional tende a se especializar em termos estilísticos, em termos de práticas de uso da língua, em termos, então, de gêneros do discurso; nesse âmbito, determinadas construções, considerando a relação entre forma e função, podem se regularizar, a depender da força coercitiva (pode ser mais, ou menos) do próprio gênero* (cf. 4.4.2). A análise de formas/funções, nesse sentido, se faz a partir da análise do estilo dos gêneros.

Nesse contexto, se, para Fleischman (1982), uma mesma forma verbal de futuro pode oscilar quanto às funções do domínio funcional que exerce mais proeminentemente (ora mais tempo, ora mais modalidade, ora mais aspecto) e isso é determinado em relação às outras formas do *sistema* que codificam essas mesmas ou similares funções, *aventa-se aqui a hipótese de o valor funcional das formas ser determinado não exatamente em relação a outras formas do sistema linguístico (da estrutura), mas em relação às outras formas (de futuro, mas não só) do contexto específico, em termos de gêneros do discurso, em que ocorre*. Dada a visão dos EC de que as fronteiras entre um gênero e outro podem ser fluidas e de que um gênero pode ser híbrido, fica posto o grau de dificuldade em se praticar análises de formas e funções envolvidas no processo de gramaticalização *a partir desta ótica*.<sup>677</sup>

---

<sup>677</sup> Não se cogita tentativa de superação, no sentido de se contornar essa dificuldade, uma vez que fluidez, hibridismo são propriedades inalienáveis dos gêneros do discurso.

A título de especificação quanto ao que muda, em termos teórico-metodológicos, quando se analisa formas/funções como uma questão de estilo de gênero, considere-se que, como uma das dimensões constitutivas dos gêneros é o conteúdo temático e esse é de natureza ideológica (porque ocorre sob o escopo de uma esfera ideológica e porque veicula um determinado ponto de vista) (cf. 4.4.1), pode-se dizer que o estilo, enquanto conjunto de recursos lexicais e gramaticais que constituem um (texto de) gênero, é afetado pelo conteúdo ideológico do gênero, ao mesmo tempo em que o afeta também. Há que se pensar, portanto, (também por essa via de discussão) em uma relação indissociável entre uso linguístico e ideologia. Sobre como o aspecto ideológico pode influenciar o processo de gramaticalização, recupere-se a afirmação de Traugott e Dasher (2005) de que as *tendências de mudança podem ser violadas justamente a depender de circunstâncias sociais, consideradas em termos de valores ideológicos* (embora não expliquem o que entendem por ideologia) (cf. 2.2.2).

Com efeito, há que se ter em mira que se os recursos linguísticos passam por um enquadramento de gênero, subordinado-se ao todo estilístico que o constitui, então mudanças estilísticas, como *mudanças quanto à reorganização das fronteiras entre os recursos linguísticos* (como no caso de reanálise – cf. 2.2.2), *podem* decorrer de mudanças nos próprios gêneros. Se for assim, no âmbito de uma abordagem sobre o processo de gramaticalização também se faz produtiva *uma abordagem sobre o funcionamento dos gêneros do discurso* – talvez, por isso, Hopper e Traugott (2003) recomendem olhar, na investigação do percurso da mudança, não apenas para sentenças, mas também para contextos mais amplos: preferências textuais, contextos sociolinguísticos, gêneros do discurso (cf. 2.3).

### **Um ponto de discussão a se enfrentar – similaridades tipológicas**

Encerradas as apresentações quanto aos pontos de diálogo que se pode constituir entre os campos, um ponto de discussão a se enfrentar em uma abordagem que conjugue os três campos em tela é: *como explicar o fato de em muitas línguas diferentes a expressão do futuro do presente – dentre outros diversos fenômenos – se comportar da mesma maneira* (futuros são universalmente aspectuais e modais; os mesmos tipos de fonte se gramaticalizam, diferentes recursos gramaticais codificam as mesmas funções etc.)? Em outros termos, *como explicar as*

*tendências gerais de uso da língua à luz de uma articulação entre os EC e o FUNC/GRA?*

Inferese dos EC que o que explica compartilhamentos tipológicos *são condições para a mudança compartilhadas*, considerando as condições socioeconômicas (a infraestrutura) e, derivando disso, os tipos de interação. Assim, os EC antevem que uma mesma tendência socioverbal<sup>678</sup> (como a expressão do futuro) pode se manifestar em muitas línguas, *mas por meio de diferentes estruturas gramaticais*.

O problema é que, no caso do fenômeno em tela, há regularidades tipológicas também quanto à estrutura gramatical por meio da qual a tendência socioverbal se manifesta, mesmo em línguas não relacionadas – retome-se que Heine e Kuteva (2002) identificaram em mais de 500 línguas os mesmos tipos de fontes para gerar formas de futuro (cf. 1.1.3) e que Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) também investigam 70 línguas diferentes e concluíram que verbos de movimento (análogos ao verbo *ir*) são uma das principais fontes para a codificação gramatical de futuro (cf. 1.1.3). *Como explicar essa questão, se não a partir da concepção de um aparato cognitivo (em termos biológicos) compartilhado?*

Se se considerar que, para o FUNC/GRA, são (i) motivações discursivo-pragmáticas ou (ii) significados inerentes às formas-fontes que justificam o agenciamento de certos itens para a gramaticalização; e se se retomar que, ainda para o FUNC/GRA, significados (semânticos) nascem do discurso, ou seja, de sentidos evênticos, pode-se dizer que *também no FUNC/GRA, tal como nos EC, são coordenadas socioculturais e interacionais que, em primeiro plano, justificam as semelhanças tipológicas*.

Assim, do FUNC/GRA também se pode depreender o princípio de que *por que os tipos de interação são semelhantes, os processos constitutivos das línguas também são*. Conjuntamente os EC e o

---

<sup>678</sup> *Tendência socioverbal* é um termo dos EC para fazer referência a aspectos verbais que se manifestam em diferentes línguas, de acordo com sua estrutura gramatical, por índices de superfícies completamente diferentes (cf. 4.2.4), ao que estamos lendo como um termo correlato ao que o funcionalismo denomina *subsistemas gramaticais orientados para o discurso*, tal como *foco e contraste, junção oracional e subordinação* e mesmo a *expressão de tempo, aspecto e modalidade*.

FUNC/GRA fazem ver, tal como a compreensão de Hall (2003), a tensão entre estrutura (o aspecto regular e reiterável do uso da língua) e prática (o aspecto evêntico), uma vez que a estrutura (como no caso dos sentidos inerentes à formas-fontes para a gramaticalização é resultado de práticas anteriores, ao mesmo tempo em que é ponto de partida para as (novas) práticas – cf. 4.2.4).

Certamente a literatura do FUNC/GRA ainda concebe que regularidades em termos de processamento cognitivo também são responsáveis por similaridades tipológicas. Mas se se considerar que os princípios cognitivos que atuam durante o desenvolvimento da mudança têm origem (evolutiva) também em aspectos culturais, tem-se, então, em ambas as perspectivas, uma base explicativa para a questão *associada à experiência social* – retome-se, por exemplo, a visão de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994) de que *é de noções básicas da experiência humana, como movimento no espaço, que advém a base para os significados gramaticais da língua*.

Assim, há, quanto a essa questão, por um lado, a necessidade de se conciliar, cultura e biologia, seguindo, então o princípio filosófico de *contrários reconciliáveis* (GIVÓN, 2005) também indiciado pela filosofia bakhtiniana, com a noção de forças (contraditórias) criadoras da linguagem; mas, por outro lado, como na base da explicação biologizante do FUNC/GRA estão princípios existenciais/socioculturais, pode-se dizer esse campo e os EC *não apenas não são incompatíveis, como têm, ambos, em sua base, uma mesma orientação (a histórico-cultural)*.

Caso, então, fosse feita a seguinte indagação: *a expressão do tempo é um conceito mais básico e que, por isso, independe de questões culturais ou refere-se a um conceito menos básico, sendo, por isso, dependente de questões culturais?*

Em nossa compreensão, a resposta estaria nos dois aspectos (contraditórios) articulados: (i) *é um conceito, como todos os demais, que depende das condições de existência das sociedades e, por isso, (presume-se) está fortemente correlacionado a aspectos socioculturais compartilhados entre todas as culturas humanas, tendo em vista as regularidades tipológicas verificadas*, e (ii) *é uma expressão conduzida por processos cognitivos que são de natureza biológico-cultural, embora as regularidades nesses processos também indiciem regularidades socioculturais, dada a possibilidade de ancoragem do FUNC/GRA em uma filosofia da existência*.

\*\*\*

Por todos esses aspectos, pode-se considerar que o FUNC/GRA e os EC, articulados, evocam, em termos de compreensão sobre mudança linguística:

- (1) a visão de que é a inscrição da perspectiva do falante (em interação com o interlocutor) na língua que desencadeia mudança semântico-pragmática;
- (2) a premissa de que mudança linguística começa com a mudança semântico-pragmática, mediante a instauração de polissemias, ao se conectar informação linguística e informação contextual na produção de sentido evêntico: *a mudança de significado semântico-pragmático (/sentido) é então sempre uma questão de reavaliação*; nessa explicação está também pressuposta a visão de que os sujeitos assumem a responsabilidade para a efetivação da comunicação, indo além dos recursos e dos usos linguísticos já dados;
- (3) (especificamente considerando os processos de gramaticalização das formas de futuro do presente), o entendimento de que a mudança semântico-pragmática está atrelada à questão da avaliação, do que se infere que, para os dois campos em tela, o futuro *é uma projeção que depende do ponto de vista do falante, estando nisso implicada a questão da avaliação*;
- (4) a hipótese de que os modos de representação dos eventos (e dos eventos futuros) se regularizam, segundo os modos de assimilação das relações cronotópicas dos domínios culturais e, dentre deles, dos gêneros do discurso;
- (5) a visão de que a mudança linguística *tem início em tipos específicos de textos*, já que há textos mais e menos produtivos quanto à manifestação da perspectiva, da expressividade do falante; assim, é preciso investigar os textos-fonte dos itens em processos de gramaticalização;
- (6) o entendimento de que, como os sentidos ou os significados pragmático-discursivos que se semantizam são coconstruídos *interacionalmente*, a mudança linguística ocorre no uso da língua (e não na aquisição);
- (7) a percepção de que a mudança linguística está subordinada aos seguintes tipos de mudança e nessa ordem: *mudanças nas*



*relações sociais geram mudanças nas interações verbais, que geram mudanças nas formas de comunicação verbal, realizadas por meio de textos/gêneros e, por fim, essas mudanças motivam mudanças linguísticas (forma/função);*

- (8) a compreensão de que mudanças categoriais podem ser vistas como uma questão de mudança de estilo;
- (9) como *estilo é uma questão de gêneros*, a visão, no âmbito do FUNC/GRA, de que a *diversidade formal de um domínio funcional tende a se especializar em termos de estilo de gênero*; nessa direção, a compreensão de que o estilo é afetado pelo conteúdo ideológico do gênero, ao mesmo tempo em que o afeta também;
- (10) em decorrência da questão anterior, como a relação entre forma e função é vista como sendo estabelecida no discurso e, por isso, no âmbito de textos (/gêneros), regidos por aspectos interacionais, *a admissão de que mudanças estilísticas são motivadas por mudanças nos próprios gêneros/textos*, já que o estilo é funcionalmente motivado pelas intenções comunicativas de todo o texto;
- (11) a premissa de que o processo de mudança é lento e gradual e de que a integração de um fenômeno novo *ao sistema da língua percorre um caminho de experimentação de gêneros e de estilos*;
- (12) o entendimento de que o que justifica semelhanças tipológicas são *condições para a mudança compartilhadas*, considerando princípios interacionais e socioculturais – que ativam processos cognitivos, embora esses, depois, também atuem sobre aqueles.

## 5.2 A RELAÇÃO ENTRE ESTILO E GÊNEROS DO DISCURSO

Nesta seção, objetiva-se ressaltar algumas implicações para o estudo da variação e da mudança linguística que derivam da concepção de *língua enquanto fenômeno ou objeto estético*, perspectiva que consideramos estar presente nos três campos em tela, embora em diferentes graus. Ampliam-se, portanto, as reflexões já realizadas até aqui, destacando-se agora as implicações de se tomar os recursos linguísticos em variação/mudança como componentes do estilo de

gêneros. Disso importa, particularmente, a *relação que se estabelece entre gêneros do discurso, formas e funções*.

Assim, (i) destacam-se inicialmente as considerações dos EC sobre como devem ser compreendidos e analisados os objetos estéticos<sup>679</sup> (5.2.1); (ii) comparam-se esses axiomas bakhtinianos com as concepções da TOV (5.2.2); e, por fim, (iii) retomam-se algumas concepções da recente coletânea brasileira de textos sociolinguísticos intitulada *Variação Estilística* e organizada por Görski, Coelho e Nunes de Souza (2014), bem como as considerações de Mendes (2017), em publicação intitulada “A terceira onda da Sociolinguística”, na obra *Novos Caminhos da Linguística*, organizada por Fiorin (2017), a fim de explicitar como o diálogo entre o campo variacionista, mais diretamente, e os EC tem sido evocado, ora implícita ora explicitamente, pelo Grupo de Trabalho de Sociolinguística da *Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística* (ANPOLL), ao se considerar a relação entre variação estilística e gêneros (referidos alternadamente como textuais e discursivos) (5.2.3).

### **5.2.1 Conceção e tratamento de objetos estéticos no campo bakhtiniano**

Das discussões anteriores já se apresentou que a língua é vista, nos três campos, como um fenômeno cultural e que “todo ato cultural vive por essência sobre fronteiras” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 29), precisando, assim, ser compreendido na unidade sistemática da cultura, ou seja, em correlação com o mundo onde se realiza, e não isoladamente, uma vez que apenas assim objetos culturais podem adquirir sentido. Subjacente a essa compreensão, então, está a premissa de que nenhum ato cultural é indiferente a valores. (BAKHTIN, 2014 [1924]).

O que mais de perto interessa a este texto é a visão dos EC de que o *objeto estético*, produto da atividade cultural, *se refere a algo que está orientado para um valoralém da forma material, mesmo estando indissolivelmente ligado a essa última*. Em virtude disso, os EC

---

<sup>679</sup> As discussões desta subseção recuperam especialmente as considerações do texto “O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária” (BAKHTIN, 2014 [1924]).

também compreendem que a *análise estética deve ser orientada para a significação, para o conteúdo da atividade estética*<sup>680</sup>, ao que se denomina propriamente, nesse campo, *objeto estético*. (BAKHTIN, 2014 [1924]).

Um objeto estético tomado na sua singularidade e estrutura, ou seja, tomado em sua inteireza é, para os EC, um *objeto estético arquitetônico*, i.é, um objeto que, sendo regido por um conteúdo, submete-se a uma concretização, a uma formalização por meio de um material determinado – como o signo verbal, no caso da enunciação –, muito embora não se possa supor que a forma arquitetônica exista em algum lugar abstrato, independentemente de sua formalização material.

Como o elemento regente do objeto estético, para os EC, é o conteúdo, embora esse só se realize por meio de uma estrutura composicional, essa é vista como a *realização teleológica do objeto estético*; em outros termos, pode-se dizer que sob uma ótica estética, a forma é sempre *a forma de um conteúdo*, a encarnação material desse, a ponto de, fora dessa relação (conteúdo/forma), o objeto não poder ser esteticamente significativo (BAKHTIN, 2014 [1924]).

Além disso, sendo o centro de gravidade do objeto estético uma atividade significativa (culturalmente) e sentida como uma atividade única, *a unidade da forma estética é vista pelos EC como a unidade da posição de um espírito*; em outros termos, a unidade do objeto estético é a unidade de uma visão de mundo, *constituída não pelo pensamento lógico, mas pelo sentimento de uma atividade valorizante*. Por essa razão, *a forma esteticamente significativa é a expressão de uma relação com o mundo da vida*, i.é, é a expressão da relação axiológica ativa do indivíduo com o conteúdo, sendo essa relação o aspecto determinante da forma composicional assumida pelo objeto estético.

Considerando todo uso efetivo da língua, sob a forma de enunciação, um *objeto estético*, tem-se que a forma arquitetônica da enunciação não pode ser reduzida (ou confundida) à formalização da enunciação: *antes, é a própria forma arquitetônica que determina a escolha da forma composicional* de um enunciado; ou, em outras

---

<sup>680</sup> Retome-se que o que os EC denominam *conteúdo* ou *conteúdo-sentido* refere-se ao motivo do ato realizado (cf. 4.1.1), aspecto que, no campo da enunciação, concerne ao *tema*, ao *sentido* da enunciação, àquilo que é produzido quando ela se manifesta em alguma instância (cf. 4.3.3).

palavras, pode-se dizer, retomando a discussão do Capítulo 4 (cf. 4.3 e 4.4.2), que o enunciado e suas formas típicas, os gêneros do discurso, é que determinam a escolha dos aspectos constitutivos de suas dimensões formalizadas – o *conteúdo temático*, o *estilo verbal* e a *composição*.<sup>681</sup>

Com efeito, os EC consideram que os usos da língua não visam às palavras, fonemas, períodos e ritmos, *mas, com palavras, fonemas, períodos e ritmos, visa-se ao conteúdo* (considerando a relação axiológica que o locutor mantém com ele). Daí o significado reiterável da palavra<sup>682</sup> não ser o centro da enunciação, embora essa não prescindia dele: o que mais importa é que, na prática estética do uso da linguagem, esse significado (reiterável) “é envolto pelo sentimento de uma *atividade de seleção do significado, pelo sentimento singular da iniciativa do sujeito-criador*” (BAKHTIN, 2014 [1924], p. 65; grifos do autor).

Por esse motivo, a análise de um objeto estético, de um enunciado, deve se orientar, defendem os EC, por uma *perspectiva teleológica* e pelas seguintes etapas: (i) primeiro, o exame do próprio objeto estético em sua estrutura e singularidade; (ii) *depois, o exame do material do objeto – aqui o esteta se transforma em linguista, por exemplo*; (iii) por fim, exame da organização composicional ou dos fatores de impressão (artística) para a realização estética.

Nesse contexto, os EC admitem que a análise linguística do enunciado, embora seja uma *análise em segundo grau*, não é menos importante, pois os recursos verbais, sendo o aparato técnico dos enunciados (cf. 4.3.3), são a via pela qual esses se concretizam – aliás, destaque-se que, para os EC “a técnica é tudo na arte”. O que essa ordem, quanto às etapas analíticas do objeto estético, faz ver, então, já que não desconsidera a análise linguística, *é a imprescindibilidade do exame do conteúdo, uma vez que esse é o que justifica a forma material dos enunciados*.

<sup>681</sup> O leitor deve notar que, ao elegermos para a discussão *o estilo*, não estamos desconsiderando as duas outras dimensões formais dos gêneros (conteúdo temático e composição). Estamos apenas recortando o aspecto que, *para o estudo da variação e da mudança linguística*, é mais saliente, embora, como se apresenta nesta tese, seja impossível pensar no estilo verbal como uma dimensão desconectada das outras duas dimensões, de um ponto de vista enunciativo-discursivo.

<sup>682</sup> *Palavra* aqui tem a acepção de signo verbal.

Até que ponto essa concepção estética de linguagem se aproxima da TOV (e também do FUNC/GRA, indiretamente) é o que se apresenta a seguir.

## 5.2.2 A visão estética de linguagem para tratamento da variação/mudança

Em primeiro lugar, tal como os EC, a TOV também considera que o estilo linguístico tem origem no conteúdo e, justamente por isso, o foco de análise dessa fase variacionista está centrado no *significado social* da prática linguística, ou seja, está centrado no que Eckert (2008) considera ser *algo a mais, além da forma verbal*, e que se correlaciona com todas as categorias que se apresentam estratificadoras da língua: *posicionamentos identitários*. Com isso, os dois campos em perspectiva têm o mesmo foco de análise, ao conferirem centralidade ao exame do conteúdo da enunciação – e pela mesma razão: se, nos EC, o momento regente da organização estilística da enunciação ou a unidade da forma estética é a *relação axiológica que o locutor mantém com o conteúdo*, na TOV, *a unidade dos usos linguísticos é a ideologia*, considerada o centro da *prática estilística* (cf. 3.3.3.2.2).

Dessa maneira, cada movimento estilístico é compreendido, na TOV, tal como nos EC, como o resultado de uma interpretação valorada do mundo social e, justamente, por isso, a variação estilística é vista como um recurso para a construção de identidades, de posicionamentos – *daí a visão de que estilos evocam modos de ser* (ECKERT, 2008) (cf. 3.3.3.2). Nesse sentido, apresentou-se que Eckert (2000) considera que a melhor maneira de investigar o significado da variação é por meio da *personaestilística* – ou da posição de sujeito, nos termos dos EC – assumida nas práticas linguísticas, já que *o estudo do significado da variação é o estudo da relação entre variação e identidade* (cf. 3.3.3.2). A questão da avaliação, então, mais uma vez, apresenta-se como o *problema* central para o estudo de fenômenos variáveis, dado que a forma linguística, tanto nos EC quanto na TOV, é tomada como *a expressão de uma relação significativa com o mundo da vida*.

Em segundo lugar, como consequência da compreensão anterior, a TOV, assim como os EC, *não faz oposição entre forma e conteúdo* (ECKERT, 2008), mas os compreende numa relação de mútua constitutividade, embora o conteúdo seja o ponto de partida para a escolha da forma. Assim, *sendo os recursos linguísticos variáveis um meio para expressar toda gama de preocupações e posições sociais*

*estando essas em constante mutação*, os recursos linguísticos, na TOV (tal como nos EC), não podem ter significados fixos: a propriedade central deles é justamente a mutabilidade, por conta da própria prática estilística.

Se, para os EC, a mutabilidades dos signos, por conta da relação que eles mantêm com o conteúdo, se justifica *pele sentimento singular da iniciativa do sujeito-criador que especifica os significados linguísticos na enunciação*, para a TOV, de igual modo, o estudo do estilo linguístico *não pode desconsiderar a multifuncionalidade dos recursos linguísticos*, uma vez que *eles são orientados pelas funções que desempenham* e, nessa via, *a atitude subjetiva do falante é também considerada o primeiro ponto a se investigar em uma teoria mais elaborada de estilo* (TRAUGOTT, 2001) (cf. 3.3.3.2.1). Nesse sentido, tanto os EC quanto a TOV concebem que os recursos linguísticos são indissociáveis de seu *significado intencional* ou, em outros termos, que o estilo linguístico é, na verdade, uma ampla gama de ações estratégicas nas quais *o falante subjetivamente se envolve* (cf. 3.3.3.2.2).

Como decorrentes desses pontos partilhados entre os EC e a TOV, dois outros aspectos são comuns a esses campos:

- (i) *concepção teleológica dos estilos linguísticos*, nos termos dos EC, ou *concepção de que os usos linguísticos devem ser estudados no âmbito de uma abordagem funcionalmente orientada* (COUPLAND, 2001), nos termos da TOV (cf. 3.3.3.2.2), considerando que contrastes linguísticos são motivados (e não arbitrários), já que atuam como representações icônicas dos aspectos sociais que indexam; nesse sentido, ambos os campos concebem que a forma é selecionada a depender da finalidade, da função, que lhe é conferida no âmbito de finalidades e intenções comunicativas, de modo que diferentes funções podem e devem ser vistas como uma questão estilística (TRAUGOTT, 2001); por outro lado, quanto a esse aspecto, considerando a concepção de Irvine (2001), por exemplo, de que o estilo, sendo um fenômeno distintivo, só pode ser caracterizado dentro um quadro cultural específico, não devendo pois ser estudado apenas a partir da correlação entre forma e função (já que isso pressuporia que a função basta para explicar a forma – cf. 3.3.3.2.1), tem-se, em ambos os campos, uma ampliação do escopo de análise a partir do qual a relação entre forma e

função deve ser compreendida: *no interior de sistemas culturais*, pois neles há princípios localmente relevantes, responsáveis por conferir uma certa consistência aos pontos de vistas dos indivíduos e, em decorrência disso, uma certa consistência quanto aos usos linguísticos; desse modo, os falantes podem atuar performaticamente e os ouvintes interpretar essas performances (cf. 3.3.3.2, 3.3.3.2.1 e 4.4.2);

- (ii) *premissa de que as formas linguísticas podem ter, em cada uso efetivo da língua, diferentes significados expressivos*, não havendo, pois, do ponto de vista dos fenômenos variáveis, *equivalência entre as variantes*, já que elas estariam, na verdade, distribuídas pelos diferentes tipos de discursos; desse modo, é apenas olhando para a variação estilística no seu ecossistema de significados discursivos que se poderia falar em análise sociolinguística, defende, por exemplo, Coupland (2001), do que decorre a necessidade, na TOV, de *engajamento em um quadro teórico discursivo para explicação da qualidade da interação* (cf. 3.3.3.2.2, 4.3.1 e 4.4.1).

Por essas compreensões partilhadas a investigação da prática linguística (estilística) deve priorizar, por um lado, a expressão da individualidade, embora, por outro lado, deva também convocar discussões sobre *aspectos socioculturais* e sobre *discursos* (cf. 3.3.3.2).

Podem ser que a falta de consideração desse *todo* da prática linguística tenha dado origem, no campo variacionista, ao *nó conceitual* travado entre as suas diferentes fases, conforme fica explicitado com a indagação de Bell (2001) (cf. 3.3.3.1): *como conciliar a concepção de estilo como uma iniciativa dinâmica dos falantes para expressão de aspectos identitários e ainda assim manter um certo nível de generalização quanto aos resultados de pesquisa sobre fenômenos variáveis?* Considerando que a TOV abre mão do objetivo de obter generalizações (cf. 3.2.4 e 3.4), essa pergunta pode ser reformulada do seguinte modo, em consonância com as concepções dessa fase do campo variacionista:

- ✓ Como conciliar a concepção de estilo enquanto uma iniciativa dinâmica dos falantes para expressão de aspectos identitários e

ainda assim admitir que, dos usos linguísticos se pode apreender regularidades sociais (em termos de tendências de uso da língua)?

Se entendemos corretamente as proposições da literatura revisada, considerando o eixo epistemológico compartilhado entre a TOV e os EC no que tange à concepção (estética) de língua, uma possível chave para essa questão é *tomar a enunciação e suas formas típicas como locus de estudo da variação estilística*, pelos seguintes motivos:

- (i) *todo discurso, enquanto ponto de vista ou ato identitário, é assimilado em um gênero do discurso* (BAUMAN, 2001), sendo esse, portanto, enquanto forma arquitetônica da enunciação, a própria unidade de sentido que rege a seleção e organização dos recursos linguísticos; assim, o enquadramento de um discurso em um gênero é orientado por um conjunto de expectativas (de produção e de recepção) quanto ao próprio discurso – por isso *o gênero é o ordenador da prática estilística* (cf. 3.3.3.2.1, 4.4.1 e 4.4.2);
- (ii) mas os gêneros do discurso, por se regularizarem sócio-historicamente, em decorrência da própria regularidade dos tipos de interação social, congregam, ao mesmo tempo, o aspecto individual (identitário e evêntico) e o social (regular) do uso da língua, dada a *lacuna*, nos termos de Bauman (2001), entre discurso e gênero; com isso, por um lado, os próprios recursos linguísticos marcadores de identidade se regularizam nos gêneros, de maneira que, por essa razão, tanto os EC quanto a TOV, concebem o *gênero como um estilo de discurso*, estando, pois, a *variação estilística*, na verdade, enraizada na estrutura social; assim, o locutor, ao tomar a palavra, ao mesmo tempo em que segue regularidades sociais quanto ao uso da língua, atua criativamente frente às circunstâncias (pragmáticas e histórico-culturais) contextuais da interação, não estando, portanto, determinado por estruturas pré-definidas, embora se oriente por elas; com isso, o locutor pode imprimir na enunciação traços de individualidade, a despeito de os gêneros e seus estilos serem uma questão social; em outros termos, mesmo sendo formas relativamente estáveis e sociais de enunciação, os gêneros do discurso lançam luz sobre a liberdade estilística dos falantes,



porque essas duas ideias (restrição e liberdade), nos gêneros do discurso, não são incompatíveis (cf. 3.3.3.2.1 e 4.4.2);

- ✓ Por esses motivos, os gêneros são uma instância que permite a observação concomitante do aspecto singular e regular dos usos linguísticos, acomodando também questões teóricas concernentes a aspectos identitários, socioculturais e discursivos.

Admitindo-se, portanto, que a língua é uma prática discursiva e que a instância de análise estilística deve ser os gêneros do discurso, articulam-se as seguintes questões teóricas: (i) se, para a TOV o significado social da variação é constituído em práticas culturais específicas, para os EC os gêneros do discurso são uma questão de prática cultural; (ii) se, para a TOV importa o estudo do significado social que deriva da relação entre variação linguística e identidade, para os EC os gêneros do discurso, enquanto modos historicizados de ver o mundo a partir de um dado ponto de vista, contêm em si posições identitárias específicas relativamente estáveis, estando o estilo verbal que os caracteriza também relativamente regularizado e a serviço da expressão dessas posições – daí Coupland (2007) considerar, por exemplo, que a análise de gênero é fundamental para a análise do significado social da variação, já que ele facilita justamente a leitura de posições identitárias (cf. 3.3.3.2.2)

Outro aspecto a se considerar é que se os gêneros são uma constelação de características estruturais, estilísticas, coocorrentes, em contraste com outras constelações, então a proposta de campo indexical – de Silverstein (2003), adotada por Eckert (2008) –, segundo a qual os significados linguísticos consistem em uma constelação de significados ideologicamente correlacionados que só ganham especificidades no interior das práticas sociais, está em direto diálogo com as premissas dos EC, segundo as quais é no âmbito dos gêneros do discurso (e seu estilo) que ocorre a conexão entre forma e os significados que ela assume, para a produção de sentido. É no interior dos gêneros do discurso, considerando uma de suas dimensões constitutivas, a estilística, que ocorre, portanto, a correlação entre forma e função/significação.

Se é assim para os EC, Eckert (2016, p. 6-7) faz, explicitamente, por exemplo, a seguinte correlação:

- a. “As variáveis sociolinguísticas funcionam como componentes de estilos”; com isso, “[o]s significados

das variáveis [...] só se tornam especificados em seu contexto estilístico”;

- b. “A prática estilística, como prática linguística em geral, envolve a comparação de estilos com base em suas diferenças sociais”;
- c. [Portanto] “é ao nível do estilo que a variação se conecta de maneira significativa ao social, tornando-se verdadeiramente indexical”.<sup>683</sup>

Nessa direção, Traugott (2001) reconhece que a relação forma-função pode estar associada com as modalidades oral e escrita da língua, exemplificando a questão justamente com os gêneros do discurso (editoriais, ensaios, conversas telefônicas) (cf. 3.3.3.2.1), em consonância com a concepção dos EC de que determinados tipos de gênero (e seus estilos) podem estabelecer relações de textualidade com certas modalidades (ou mídias), a depender (i) do campo cultural e do tipo de ideologia (cotidiana ou especializada) em que se engendram e (ii) do grupo de gênero (primários e secundários) em que se subdividem – cf. 4.4.3 e 4.5.

Com isso, caso a investigação da variação estilística queira focalizar a expressão da individualidade (e não aspectos socialmente mais regulares de uso da língua), por exemplo, há que considerar as próprias finalidades ideológico-discursivas dos gêneros, já que, a depender dessas, há gêneros mais e menos voltados para a manifestação da individualidade, havendo, por isso, o que a TOV observa: estilos (ou relações entre formas e funções) mais estáveis, típicos de situações institucionalizadas, e estilos mais fluidos, em que os falantes navegam entre um e outro (cf. 3.3.3.2.1).

Se, como afirma Coupland (2001), as formas de um fenômeno variável têm diferentes significados expressivos, estando, pois, distribuídas por diferentes discursos, essa diferença e distribuição talvez se deva, na verdade, à própria expressividade dos gêneros do discurso,

---

<sup>683</sup> [a] “Sociolinguistic variables function as components of styles”; “The meanings of variables, are specified in their stylistic context”; [b]. “Stylistic practice, like linguistic practice more generally, involves comparing styles on the basis of their social differences”; [c]. “it is at the level of style that variation connects meaningfully to the social”.

tal como concebem os EC: os gêneros é que irradiam sua expressividade para os recursos linguísticos (cf. 4.4.2). Se considerarmos que a atitude subjetiva do falante, nos termos da TOV, ou o *sentimento singular da iniciativa do sujeito-criador* que rege os usos da língua, nos termos dos EC, se dirige ao sentido da enunciação, e não aos recursos linguísticos, então essa compreensão dos EC pode integrar a TOV, conforme já argumenta Coupland (2007). Como indício dessa questão, retome-se que os gêneros intercalados, tendo diferentes orientações, em relação ao gênero intercalante, quanto à expressividade, são justamente um recurso para a manifestação do fenômeno da variação (estilística).

Com isso, admitindo-se que a expressividade dos recursos linguísticos variáveis decorre da expressividade dos gêneros do discurso, *pode-se depreender que um mesmo recurso linguístico, associado a uma mesma função, pode, em gêneros distintos, ser expressivamente diferente, contribuindo, assim, para a produção de significados sociais específicos em um caso e outro* – recupere-se que, para Irvine (2001), por exemplo, a produção de significado social não se vincula exclusivamente a uma forma, mas a um conjunto delas que coocorrem, a menos que uma forma seja marcadora prototípica de um estilo, conforme observa Traugott (2001).

Note-se que vinculando o estudo da variação estilística aos gêneros do discurso<sup>684</sup>, atende-se aos seguintes axiomas da TOV (e também das *tendências atuais* do FUNC/GRA, embora, nesse último campo não se fale, em termos taxionômicos, de estilo):

- (i) *estilo é recurso que responde a contexto e que cria contexto* (cf. 3.3.3.2), em conformidade com a concepção dos EC de que os gêneros, ao mesmo tempo em que servem de baliza para o dizer social permitem a manifestação de individualidade, não havendo, portanto, uma relação fixa

---

<sup>684</sup> O leitor deve notar que princípios e concepções sobre estilo, segundo a TOV e o FUNC/GRA, neste ponto de discussão, são por nós aproximados das concepções dos EC *sobre gêneros*. Isso ocorre porque estamos considerando o estilo (enquanto materialidade linguística dos gêneros) como um elemento que, por fazer parte de uma unidade orgânica, constitui-se segundo todos os aspectos que caracterizam os gêneros do discurso – e, justamente por isso, não se trata apenas da materialidade linguística (em si e por si).

entre gênero, estilo linguístico e contexto, embora algumas associações se regularizem (cf. 4.4.3);

- (ii) *estilo deve ser examinado à luz de princípios culturais localmente relevantes* (cf. 3.3.3.2.1, 3.3.3.2.2 e 3.3.3.2.3), ideia que se pode aproximar da concepção dos EC de que os gêneros do discurso, a que se subordinam os estilos, organizam-se sob o escopo de esferas culturais, correlacionadas, por sua vez, tanto à ideologia do cotidiano quanto a ideologias formalizadas, engendrando gêneros e estilos mais ou menos regularizados (cf. 4.2.3 e 4.4.3); assim, localizando o estudo da variação estilística no âmbito dos gêneros do discurso, preserva-se a premissa da TOV de que esse tipo de variação conecta-se a diversos sistemas ideológico-culturais da paisagem social;
- (iii) *o estudo do estilo tende a ser mais produtivo quando diferentes estilos são posto em relação* (cf. 3.3.3.2.1 e 3.3.3.2.3), já que o estilo é, por definição, um recurso distintivo, em conformidade com a concepção dos EC de que os gêneros do discurso (de um mesmo campo cultural ou de diferente campos) vivem em relação dialógica, uma relação de confronto, de diferenciação, com outros, configurando-se, assim, em relação a eles.

Por fim, recupere-se que, do ponto de vista metodológico, Bell (2001), representante da segunda fase variacionista, já indicava que o estudo do estilo (i) exige metodologias próprias, (ii) convoca uma análise qualitativa, mais propensa à explicação do posicionamento do falante e (iii) deve se desenvolver no âmbito de finalidades interacionais. Coupland (2007), de igual modo, já como uma voz da TOV, propõe que a *estilística sociolinguística* deve ser praticada num quadro teórico discursivo, focalizando a interpretação da prática social, uma prática confusa, complexa e contingente que instaura uma complexidade analítica a que toda abordagem científica que se dedica à interação social deve buscar, a fim de compreender as condições sociais em que as formas de falar se regularizam (cf. 3.3.3.1 e 3.3.3.2.2). Todas essas concepções quanto ao tratamento metodológico da variação estilística estão, em nossa leitura, em direto diálogo com as concepções

(e etapas) metodológicas teleologicamente orientadas para tratamento do objeto estético, conforme se apresentou na subseção precedente.<sup>685</sup>

De toda essa discussão, argumenta-se que, em conformidade com as premissas compartilhadas entre a TOV e os EC, *as implicações para o estudo da variação<sup>686</sup> estilística*, enquanto prática de diferenciação social segundo uma perspectiva estética de língua, são:

- (1) a *subordinação do estudo da relação entre forma e função aos gêneros do discurso*, uma vez que nesses estão indiciados: (i) a relação entre signo verbal e contexto da situação de interação; (ii) aspectos (contextuais e linguísticos) pragmáticos e socioculturais; (iii) usos individuais e sociais da língua e, conseqüentemente, singularidades e regularidades linguísticas; e (iv) a relação entre contexto e discurso em práticas linguísticas específicas;
- (2) *exame dos gêneros do discurso à luz das esferas sociais a que se filiam*;
- (3) *análises contrastivas* – (i) entre diferentes gêneros (de uma mesma esfera ou não); (ii) entre diferentes aspectos da dimensão social que constituem um mesmo gênero em situações diversas; (iii) com um mesmo indivíduo ou grupo social em diferentes enunciações; (iv) entre diferentes indivíduos ou grupos usando um mesmo gênero etc. – para compreensão dos aspectos ideológicos subjacentes à paisagem sociolinguística, no que respeita à diferenciação estilística da linguagem.

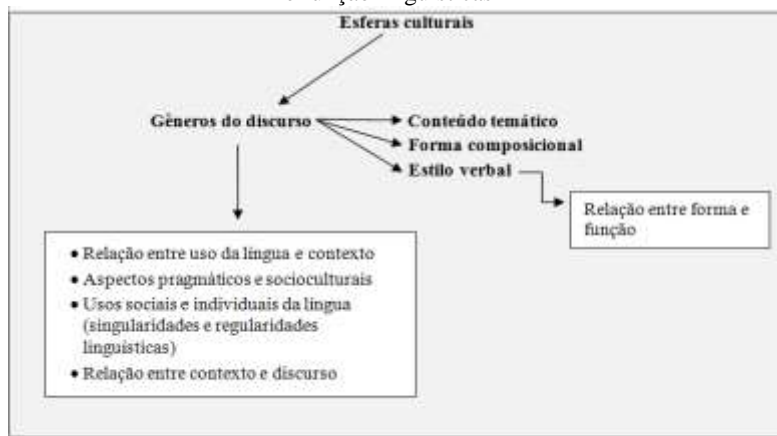
Uma ilustração esquemática da relação entre esferas, gêneros do discurso, estilo, forma e função está representada a seguir:

---

<sup>685</sup> Discussões sobre diretrizes metodológicas que derivam do diálogo entre os campos em foco nesta tese são apresentadas em 5.3.2.2.

<sup>686</sup> Note-se que o foco das observações desta seção é a *variação*, e não mudança, daí da articulação ser entre os EC e a TOV, ficando em segundo plano o FUNC/GRA.

**Figura 15:** Relação entre esferas culturais, gêneros do discurso, forma e função linguísticas<sup>687</sup>



Fonte: Elaboração própria

A fim de diagnosticar em que medida essas considerações estão indiciadas nas reflexões do Grupo de Trabalho de Sociolinguística da ANPOLL e nos apontamentos do campo quanto aos *novos caminhos da Linguística* é o que se apresenta a seguir.

### 5.2.3 Tendências atuais de estudo da Variação Estilística no Brasil

Nesta subseção revisitam-se duas obras a partir das quais se depreende como as concepções teóricas compartilhadas entre a TOV e os EC já estão, de certo modo, indiciadas nos recentes trabalhos de sociolinguistas brasileiros: (i) uma obra sociolinguística dedicada ao tema da variação estilística – e assim intitulada (*Variação Estilística*) – (cf. 5.2.3.1); e (ii) uma obra dedicada à apresentação de *novas*

<sup>687</sup> Observe-se que, embora a relação forma/função, na ilustração esquemática, esteja vinculada à dimensão estilística dos gêneros (porque estilo respeita à seleção e organização de recursos lexicais e gramaticais), deve ser vista também como resposta às outras instâncias constitutivas dos gêneros (conteúdo temático e forma composicional), uma vez que essas dimensões se articulam organicamente, como se argumenta ao longo desta tese.

*tendências na pesquisa linguística*, intitulada *Novos caminhos da Linguística* (cf. 5.2.3.2), da qual interessa a esta tese a publicação de Mendes (2017), sobre a *Terceira onda da Sociolinguística*.

Conjuntamente, essas obras permitem observar que, quer no que tange a aspectos metodológicos quer no que tange a aspectos teóricos, o próprio campo variacionista tem demandado *um novo modelo de trabalho*, para o qual os EC são produtivos.

### 5.2.3.1 *Varição Estilística entre pesquisadores brasileiros*

A recente coletânea brasileira de textos sociolinguísticos intitulada *Varição Estilística*, de organização de Görski, Coelho e Nunes de Souza (2014), está estruturada em torno de três *objetivos gerais*, quais sejam: (i) colocar em perspectiva diferentes concepções teóricas sobre variação estilística<sup>688</sup>; (ii) problematizar métodos de pesquisa para esse tipo de variação; e (iii) apresentar resultados de investigações empíricas.

Destacam-se aqui excertos, proposições e resultados de pesquisas de diferentes autores da obra<sup>689</sup> que, em alguma medida, alinham-se às premissas que emergem do diálogo entre os campos em tela, em especial, entre os EC e a TOV, embora os autores referidos se orientem por diferentes quadros teórico-metodológicos e mantenham a concepção laboviana de variação estilística, tomando-a, portanto, em termos de condicionadores estilísticos, com base no grau de atenção à fala, além de não a equipararem à variação linguística, conforme se tem compreendido ser a visão da TOV.

**Em primeiro lugar**, da *Seção I: Diferentes abordagens teóricas*, consideram-se os textos de Da Hora (2014) e de Severo (2014). Da Hora (2014), no texto intitulado “Estilo: uma perspectiva variacionista”, procura responder à seguinte questão: “*Até que ponto o estilo determina a escolha de uma variante?*” (p. 19; grifos nossos). Note-se que essa pergunta já pressupõe que estilo é algo para além das

---

<sup>688</sup> Os autores revisitam, por exemplo, os estudos de Labov, de Bell e de Eckert, em referência às três fases do campo variacionista (DA HORA, 2014), mas também os escritos bakhtinianos (SEVERO, 2014), entre outros.

<sup>689</sup> Não é nosso objetivo retomar toda a obra *Varição Estilística*, mas alguns pontos que entram em diálogo com as questões desta subseção.

formas da dimensão verbal – caso contrário, como poderia o estilo determinar a escolha linguística? –, concepção que o autor, após revisitar as abordagens teóricas de Labov, de Bell e de Eckert, reitera explicitamente, com foco justamente nos aspectos ideológicos que motivam a paisagem sociolinguística, tendo em vista a atitude valorativa dos falantes:

O que determina o estilo pode estar, muitas vezes, no *comportamento que extrapola o linguístico*. Avaliar a *atitude do falante/ouvinte* e buscar *entender sua percepção em relação ao que é dito e ouvido podem elucidar análises* que extrapolem os resultados meramente quantitativos. (DA HORA, 2014, p. 30; grifos nossos).

Se as considerações de Da Hora (2014) evocam concepções partilhadas entre a TOV e os EC quanto à definição de estilo, as de Severo (2014), no texto “Estilo, variação linguística e discurso”, estão em direto diálogo com esse último campo, uma vez que a autora propõe justamente articular a perspectiva laboviana e a bakhtiniana para o estudo da variação estilística, tendo em vista a dimensão semântica da língua.

Conforme compreende a autora, se, para Bakhtin, há dois níveis semânticos a serem considerados na língua, quais sejam, o dos significados reiteráveis (da estrutura da língua) e o dos sentidos (da enunciação evêntica), sendo esse último o foco do campo dialógico e estando a questão da avaliação diretamente correlacionada a ele, uma vez que por ele se indiciam os sentidos ideológicos das formas linguísticas; para Labov, de igual modo, em decorrência das funções *representacional* e *expressiva* da língua, a variação estilística recai não sobre o significado referencial dos recursos linguísticos, mas sobre o *significado expressivo* das variantes (correlacionado às funções sociais de acomodação e de identificação – cf. 3.2.2), responsável justamente por indiciar o significado social das formas linguísticas em práticas locais de negociação de sentido e de constituição identitária.

Com isso, Severo argumenta que a “porta de entrada” para a articulação entre essas perspectivas “está na relação valorativa que os sujeitos estabelecem com a língua” em ambas as abordagens “e na implicação disso para a variabilidade linguística” (p. 37). Dado o estabelecimento desse ponto de contato entre o pensamento laboviano e



o bakhtiniano, Severo defende ainda que “a variação linguística motivada pela avaliação das variantes está associada à noção de variação estilística” (p. 45), além de argumentar pela “consideração do gênero como *locus* de análise” (p. 49) do funcionamento da variação estilística.

Mesmo supondo que a via mais produtiva para o diálogo entre o campo variacionista e o bakhtiniano é a TOV, e não o pensamento laboviano – dada a visão estruturalista desse e a discursiva daquela (TOV) –, a articulação de Severo também sinaliza para a produtividade de se considerar, no estudo da variação e da mudança linguística, os EC. Por essa via, a autora, então, confere visibilidade ao debate sobre a questão da relação entre significados linguísticos reiteráveis, previsíveis e significados evênticos da língua, entre forma e sentido, entre sistema linguístico e discurso, aspectos também postos no diálogo entre a TOV e os EC, além de a autora igualmente defender os gêneros do discurso como *locus* de estudo da variação estilística.

Por outro lado, Severo argumenta que a variação estilística é (apenas) aquele tipo de variação que está associado com a avaliação. Se considerarmos que a avaliação integra o próprio processo de visão e de compreensão e que as funções representacional e social da língua não podem ser apartadas, há que se considerar que toda variação linguística, também para Severo, é uma questão estilística. Mesmo que por outra via de diálogo com os EC – e pela via mais árdua –, Severo explicita, portanto, a produtividade dos EC para o estudo da variação, pondo em tela a importância de se examinar a dimensão discursiva como motivadora da variação e, inversamente, os efeitos da forma linguística sobre as possibilidades discursivas, dadas as peculiaridades dos gêneros do discurso, podendo ser, por exemplo, mais, ou menos, coercitivos quanto ao dizer social.

**Em segundo lugar**, da *Seção II: Propostas teórico-metodológicas*, consideram-se os trabalhos de Görski e Valle (2014), Valle e Görski (2014), Coelho e Nunes de Souza (2014) e Freitag (2014).

Görski e Valle (2014), em texto intitulado “A variação estilística em entrevistas sociolinguísticas: uma (re)leitura do modelo laboviano”, após apresentarem discussões sobre as concepções labovianas acerca da dimensão estilística da variação especificamente em entrevistas sociolinguísticas, propõem uma visão mais ampla sobre a questão, segundo a qual:

- i. os indivíduos envolvidos na entrevista sociolinguística (entrevistador e entrevistado), embora permaneçam (empiricamente) os mesmos, podem assumir papéis sociais distintos nos eventos de fala e isso motivaria a variação estilística – em nossa compreensão, essa consideração pode ser lida como uma alusão ao conceito de *persona* da TOV (termo posteriormente explicitado pelas autoras) ou ao de posição de sujeito, dos EC;
- ii. no âmbito da entrevista, é possível controlar o audiomonиторamento da fala e a interação entre os participantes<sup>690</sup>, uma vez que não há como separar a questão da atenção à fala de questões como “tópico, gênero, audiência, interlocutores etc.” (p. 84); com isso, as autoras conferem “*destaque aos estilos conscientes* na entrevista sociolinguística” (p. 85; grifo nossos), dado “o desejo de projetar um tipo particular de *persona*, de manter um certo tipo de relação com o interlocutor, de posicionar-se a respeito de valores ou normas sociais” (p. 85); com essas considerações, além de assumirem a concepção de usos intencionais da língua, as autoras focalizam a relevância de se considerar *a qualidade da interação social* para o estudo da variação estilística, além de assumirem a mesma concepção de sujeito partilhada entre a TOV e os EC, quando afirmam, por exemplo, que as narrativas típicas das entrevistas em questão, “podem ser altamente performáticas e conscientes” (p. 85); em nossa compreensão, todos os aspectos destacados pelas autoras como foco de análise das entrevistas quando se assume uma perspectiva mais ampla estão indiciados, como visto na subseção anterior, na concepção de gêneros do discurso;

---

<sup>690</sup> Segundo as autoras, ao evocar a variação intrafalante (individual), Labov não faz referência à situação interacional de entrevista, já que esse tópico é tratado no âmbito da variação interfalante (social), considerada em termos de comunidade de fala ou grupo social. O que as autoras fazem, então, é argumentar que, por meio da entrevista sociolinguística, é possível captar os dois tipos de variação, considerando a relação de interação entre entrevistado e entrevistador.

- iii. em contextos de “*soapbox*” e de “*tangente*”<sup>691</sup> “*o estilo usado depende em grande parte do tópico [...] e da relação do falante com a situação reportada*” (p. 85; grifos nossos), aspecto que pode ser lido como a relação axiológica que o falante mantém com os aspectos constitutivos da interação, dentre eles o tema sobre o qual se fala;
- iv. os contextos não podem ser “*identificados a priori como formais ou informais*” (p. 85), o que redefina a própria concepção sobre contexto ou sobre a relação entre formas e contexto, da abordagem laboviana (cf. 3.3.1), tal como previsto tanto pelos EC quanto pela TOV;
- v. a situação interacional passa a ser central, convocando a consideração dos seguintes fatores: “*o ato conversacional [...], modos de dialogismo*<sup>692</sup>, envolvendo diferentes instâncias de discurso relatado; tipos de relações interpessoais [...] intenções comunicativas [...]” (p. 86; grifos nossos); todos esses aspectos, a começar pela relevância conferida às enunciações evênticas (o ato), nos termos dos EC, também estão sob o escopo do diálogo entre a TOV e os EC, embora as autoras tenham foco no aparato metodológico laboviano.

Além de esses aspectos já entrarem em diálogo com a concepção e com os procedimentos atinentes à tratativa de objetos estéticos, as autoras ainda advogam ser “*necessário lançar um olhar para além dos domínios da Sociolinguística Variacionista*” (p. 86; grifos nossos) com a justificativa de que “*interfaces são necessárias para que se possa situar a entrevista em relação aos gêneros do*

---

<sup>691</sup> Retome-se a descrição desses estilos no procedimento da árvore de decisão, proposto por Labov (2001), (cf. 3.3.1).

<sup>692</sup> As autoras usam o termo *dialogismo* para fazer referência à situação de diálogo entre os interlocutores, à situação de troca de turno. Embora não seja essa a acepção do termo *dialogismo* nos EC, o diálogo face a face é, ao mesmo tempo, a forma mais estrita de dialogismo, considerando a acepção dos EC, e, portanto, metáfora das próprias relações dialógicas, conforme indicado em 4.1.1. Nesse sentido, as considerações das autoras quanto a esse aspecto também podem ser postas em diálogo com as concepções dos EC.

*discurso*” (p. 86; grifos nossos). Com isso, convocam os trabalhos de Bakhtin<sup>693</sup>, fazendo referência aos conceitos, por exemplo, (i) de *discurso reportado* (/relatado) (cf. 4.3.1), pondo em perspectiva a questão da representação do discurso do outro, uma possível motivação para a variação linguística; e (ii) de *alteridade*, segundo o qual “falamos e construímos nosso discurso para um outro” (p. 89).

Frente a todas essas considerações, as autoras concluem

que é só na situação comunicativa, diante do outro (conforme Bell e Bakhtin) e dependendo dos papéis sociais assumidos pelos interlocutores e do tipo de significado social que deseja expressar (conforme Eckert e Schilling-Estes), que o falante organiza o seu dizer, monitorando mais, ou menos, a sua fala (p. 92).

Tomando como referência justamente (i) críticos do pensamento laboviano (como Schilling-Estes), (ii) autores da segunda onda variacionista (Bell) e (iii) da TOV (Eckert) as autoras, portanto, entram em direto diálogo com os EC, a fim de conferirem *tratamento mais amplo* à entrevista sociolinguística, tomada pelas autoras justamente como um *gênero do discurso*.

Frente a essas considerações, Valle e Görski (2014), em texto intitulado “Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística”, a fim de saber como “papéis sociais assumidos pelos interlocutores e as relações estabelecidas no jogo comunicativo [da entrevista sociolinguística] são refletidos nas escolhas estilísticas do falante” (p. 112), levantam um conjunto de procedimentos e de grupos de fatores a partir dos quais se poderia compreender a motivação da variação estilística. Dentre eles, as autoras elencam: (i) em termos de procedimento, (a) *exame da totalidade da entrevista*, considerando seu funcionamento em cada evento comunicativo, para só depois promover eventuais recortes de análise – note-se a indicação de que as entrevistas sociolinguísticas, enquanto gêneros do discurso, devem ser consideradas inicialmente *em sua totalidade* e só depois analisado o conjunto de eventos comunicativos que a constitui remete à

---

<sup>693</sup> As autoras também entram em diálogo com os trabalhos de Adam, ao que não faremos referência por extrapolar os limites deste texto.

mesma ordem de análise dos objetos estéticos, conforme propõem os EC (cf. 5.2.1); e (b) *exame do grau de relevância dos tópicos discursivos da entrevista* por meio de dois critérios: recorrência do tópico ao longo da entrevista e as próprias avaliações dos informantes a respeito do tópico – em nossa compreensão, esses são aspectos que se referem à relação axiológica que o locutor mantém com o conteúdo da enunciação, nos termos dos EC, ou à própria ideologia, nos termos da TOV, enquanto centro da prática linguística; (ii) em termos de levantamento de variáveis, (a) *variáveis que se referem aos interlocutores* (sexo/gênero, idade, escolaridade, profissão, pertencimento à comunidade, mobilidade, proximidade entre os participantes e tipo de entrevista); (b) *variáveis que envolvem o tópico discursivo* (considerando supertópicos e tópicos) e *a relevância do tópico* (mais, ou menos, relevantes); (iii) *variáveis que recobrem tipos de sequência textual e relação entre tipo de sequência e mundo narrado e mundo comentado*<sup>694</sup>, considerando Weinrich (1968)<sup>695</sup> e Koch (1984)<sup>696</sup>.

Por essas últimas considerações, verifica-se que, a despeito das concepções discursivas das autoras, a operacionalização da análise flutua entre uma abordagem mais típica da TOV (com exame, por meio de análises qualitativas, da totalidade da entrevista, das relações contraídas entre os participantes, da avaliação ou da relação axiológica que os falantes mantêm com os objetos de discurso) e uma abordagem mais típica da segunda onda variacionista, considerando o interesse (em termos focais) na análise quantitativa; além disso, as autoras também se voltam para o exame de sequências textuais<sup>697</sup>, esse último aspecto não previsto na literatura dos EC a que as autoras recorrem. Mesmo assim, fica a observação de que as autoras, a fim de conferirem tratamento analítico multidimensional à variação estilística, *alinham-se* com os interesses da TOV (com foco na *persona* e não no sujeito empírico, por exemplo) e também com os interesses dos EC, quer fazendo referência

---

<sup>694</sup> Para informações quanto a isso, cf. o texto das autoras.

<sup>695</sup> WEINRICH, H. *Estructura y función de los tiempos en el lenguaje*. Madrid:Gredos, 1968.

<sup>696</sup> KOCH, I. G. *Argumentação e linguagem*. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1984.

<sup>697</sup> Retome-se que as autoras, por um lado, recorrem a Bakhtin e, por outro, recorrem também a Adam, diferentes tradições quanto ao tratamento dos gêneros (do discurso e do texto, respectivamente).

direta a eles quer elegendo categorias de análise que estão indiciadas na concepção de gêneros do discurso.

Tal como o texto de Valle e Görski (2014), o texto de Coelho e Nunes de Souza (2014) – oferecendo “Uma proposta metodológica para o tratamento da variação estilística em textos escritos” e orientando-se a partir das premissas labovianas de que a variação estilística é motivada (i) pelas relações do falante com o interlocutor e com a audiência (relações de poder e de solidariedade, especialmente), (ii) pelo amplo contexto social (escola, casa, igreja etc.) e (iii) pelo tópico – também evoca as noções bakhtinianas de que *tipo de situação interacional*, *esferas sociais* e *conteúdo temático* (embora esse não se reduza ao tópico sobre o qual se fala) são aspectos que determinam os usos estilísticos da língua e estão todos indiciados no conceito de gêneros do discurso.<sup>698</sup>

Além disso, mesmo com foco em análises quantitativas, as autoras apresentam uma proposta de exame da variação estilística na escrita<sup>699</sup> que focaliza *a qualidade das relações contraídas* entre os interlocutores, não pressupondo tipos de relações *a priori*, mas tomando a “categorização de uma relação como simétrica ou assimétrica [como] *resultado* da análise, e não [como] um pressuposto anterior ao processo” (p. 176).

Com isso, as autoras narram a metodologia desenvolvida por Nunes de Souza (2011), para exame das formas de tratamento utilizadas entre locutor e interlocutor (*tu, você, senhor*) com foco, não em aspectos estratificadores dos indivíduos, mas nas interações sociais analisadas, levando em conta, além de diferentes pistas contextuais, os seguintes aspectos transformados em variáveis independentes na análise quantitativa: (i) o grau de intimidade das relações (íntimas ou não íntimas); (ii) a familiaridade entre os participantes (considerando vários tipos de relações simétricas e assimétricas); (iii) o tipo de relação profissional (tendo em vista tipos hierárquicos e não hierárquicos); (iv)

---

<sup>698</sup> Note-se que Coelho e Nunes de Souza (2014) se orientam por premissas labovianas – mais uma vez, fica a indicação de haver uma tensão entre o que Labov admite, em termos conceituais, e o que operacionaliza, em termos metodológicos (cf. discussões do Cap. 3).

<sup>699</sup> As autoras analisam peças de teatro florianopolitanas dos séculos XIX e XX.

o sexo/gênero<sup>700</sup> dos participantes (em busca dos papéis sociais contraídos na interação entre pessoas do mesmo sexo/gênero e entre pessoas de sexos/gêneros diferentes); (v) a faixa etária (a fim de considerar as relações de poder e de solidariedade, ao se falar com pessoas mais jovens, mais velhas ou de mesma faixa etária); (vi) a classe social (em busca dos efeitos de relações simétricas e assimétricas quanto a esse aspecto); (vii) o ambiente da interação (privado e público) e o grau de formalidade (formal ou informal) a ele associado; e (viii) a audiência, considerando a presença ou não de outros participantes na cena interacional, além dos interlocutores. Com a análise, Nunes de Souza (2011) pôde identificar correlações entre papel social dos indivíduos/personagens na interação e distribuição dos usos variáveis das formas de tratamento, chegando, assim, a regularidades quanto à variação estilística desse fenômeno.

À luz das premissas partilhadas entre os EC e a TOV, pode-se considerar que essa proposta metodológica fornece um meio de, pela análise quantitativa, examinar a distribuição dos usos linguísticos, já indiciada em uma análise qualitativa condizente com os campos em perspectiva nesta tese, dada a similaridade de orientação entre esses e os grupos de fatores constituídos por Nunes de Souza: de um lado e de outro, tem-se o axioma de que as formas linguísticas, ou melhor, de que a distribuição estilística é produto dos tipos de interação social e das relações nela contraídas, devendo, pois, o estudo do estilo se efetuar à luz dessas questões.

Freitag (2014), por sua vez, igualmente interessada em propostas metodológicas para captar a variação estilística em entrevistas sociolinguísticas, é autora do texto “Dissecando a entrevista sociolinguística: estilo, sequência discursiva e tópico”. Também tomando esse tipo de entrevista como um *gênero do discurso acadêmico*<sup>701</sup>, a autora retoma autores que se orientam pela proposta de

<sup>700</sup> As autoras não fazem distinção entre sexo e gênero. Mantivemos a decisão delas, na exposição do trabalho.

<sup>701</sup> Ressalve-se que o enquadramento de gêneros como sendo desse ou daquele tipo de esfera nem sempre é tarefa simples, dada a constituição híbrida de muitos gêneros, como parece ser o caso da entrevista sociolinguística. Nesse sentido, seria necessário problematizar, por exemplo, até que ponto a entrevista sociolinguística, tal como praticada na maioria dos bancos de dados brasileiros, é um gênero do discurso acadêmico (exclusivamente).

Adam (1992)<sup>702</sup> quanto à segmentação do gênero em *sequências discursivas ou textuais*, discutindo, assim, por um lado, a produtividade para os estudos variacionistas de se subordinar o exame das formas linguísticas às sequências textuais – já que as formas de fenômenos variáveis têm se mostrado sensíveis quanto a esse aspecto (cf., por exemplo, os resultados dos trabalhos de Guy *et al.* (1986)<sup>703</sup> e de Oliveira e Silva e Macedo (1996)<sup>704</sup>) e, por outro lado, a dificuldade para se *dissecar* a entrevista a partir desse critério, já que não há entre os autores homogeneidade quanto aos tipos de sequência textual, além do fato de haver também propostas que tomam outros critérios de segmentação da entrevista, como é o caso da própria proposta de Labov (2001) com a técnica da árvore de decisão (cf. 3.3.1), cujo critério é o de *tipos de contexto*. Com a heterogeneidade quanto à questão, dificulta-se a comparação do comportamento de fenômenos variáveis, observa Freitag, e, por isso, esse é um importante ponto de discussão no âmbito dos estudos labovianos.

Dessa discussão, interessa mostrar como os critérios de “dissecação” da entrevista sociolinguística *oscila entre a identificação de tópicos, de sequências textuais e de gêneros*<sup>705</sup> (referidos ora como *textuais* ora como *discursivos*), por exemplo, tal como Eckert (2001) já observou sobre a proposta de Labov (2001), quanto à técnica da “árvore de decisão” (cf. 3.3.1). Assim, observando o mesmo quanto aos trabalhos revisados, Freitag argumenta que

<sup>702</sup> ADAM, J-M. *Les textes: types e prototypes*. Paris: Nathan, 1992.

<sup>703</sup> GUY, G.; HORVATH, B.; VONWILLER, J.; DAISLEY, E.; ROGERS, I. Na intonational change in progress in Australian English. *Language in Society*, n. 15, v. 1, p. 23-51, 1986.

<sup>704</sup> OLIVEIRA E SILVA, G.; MACEDO, G. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A.; RONCARATI, C.; MOLLICA, M. (Orgs.). *Variacão e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996, p. 11-49.

<sup>705</sup> Segundo Freitag (2014), Oliveira e Silva e Macedo (1996)<sup>705</sup> segmentam a entrevista em sete “sequências discursivas”, quais sejam: *narrativa, descrição de vida, argumentação, diálogo, citação, descrição e receita*. E Labov (2001) segmenta em oito tipos contextuais: *resposta, narrativa, língua(gem), grupo, soapbox, infância, tangente e residual* (cf. 3.3.1).



o fato de nenhuma proposta se pautar em critérios homogêneos sugere que o modo mais produtivo para implementar uma segmentação de entrevista sociolinguística seja a *combinação de critérios*, com uma matriz de traços gradientes, da fala mais a menos cuidada, *controlando aspectos relacionados à audiência, à sequência discursiva, ao gatilho, ao conteúdo e formalidade do tópico discursivo e do seu escopo* (p. 135; grifos nossos).

Mais à frente, Freitag também observa que é preciso ter em mente que a mudança de estilo se deve tanto a fatores externos ao falante, considerando a formalidade da situação, a audiência e o tópico, quanto a fatores internos, como “a relação entre os interlocutores [...] e a própria posição do entrevistado dentro do grupo social ou valores sociais/normas” (p. 139).

Frente a esse debate quanto ao tratamento da entrevista sociolinguística, sinalizando para o fato de que “investimentos no aprimoramento da segmentação da entrevista não são em vão” (FREITAG, 2014, p. 139), é possível dizer, à luz dos EC, que a heterogeneidade de critérios acionados para segmentação da entrevista sociolinguística se deve à inclinação dos pesquisadores a diferentes aspectos implicados e correlacionados nos usos efetivos da língua – daí a necessidade de combinação de critérios, como argumenta Freitag. *Mas o que falta ao campo variacionista é um aparato teórico que explicita a correlação entre todos esses critérios e, assim, ordene-os qualitativamente quanto à atuação na determinação dos usos estilísticos da língua.*

Assim, enquanto o texto de Coelho e Nunes de Souza (2014) focaliza o que, nos termos dos EC, é a *arquitetônica da enunciação* (cf. 5.2.1) – encontrando, assim, regularidades quanto à *formalização linguística* –, Oliveira e Silva e Macedo (1996), ao considerarem *tópico discurso*, a que se poderia aproximar, ampliando a questão, de *conteúdo temático*, e as “seqüências textuais” *citação*<sup>706</sup> e *diálogo*<sup>707</sup>, já estariam

---

<sup>706</sup> Essa sequência, segundo Freitag (2014, p. 129) está assim descrita em Oliveira e Silva e Macedo (1996): “relato em que o narrador encena um fato tal como este teria acontecido. Frequentemente a citação ou discurso direto é precedida pelos verbos *dicendi* [...]. *As citações (ou discursos diretos) foram*

focalizando recursos formais, estilístico-composicionais. Nesse sentido, *citação* ou *discurso reportado* seria justamente um meio formal de introdução da variação estilística, em termos variacionistas, a serviço da instauração de relações dialógicas, nos termos dos EC, ou seja, esses recursos formais já seriam o resultado da atuação de algo além dos recursos linguísticos.

Em síntese, o que se argumenta é que é importante, no âmbito dos estudos variacionistas, especificar, por exemplo, o lugar teórico-metodológico de uma variável como *tipo de relação contraída entre os interlocutores* em relação à variável *gatilho*; ou o lugar de *valores sociais do entrevistado* em relação à *sequência textual*. A base filosófica e teórico-metodológica dos EC, nesse sentido, é bastante produtiva porque discrimina aspectos constitutivos das formas relativamente regularizadas de enunciação, considerando seus *aspectos verbais* e *extraverbais*, sua *dimensão social* (as esferas sociais, as condições típicas da enunciação, o auditório típico etc.) e *formal* (/material) (o conteúdo temático, a composição e o estilo).

Além disso, se os critérios de segmentação de Labov (2001) e de Oliveira e Silva e Macedo (1996) evocam *gêneros* é porque a entrevista sociolinguística é um *gênero do discurso constituído de diferentes gêneros intercalados*, recurso produtivo justamente para a manifestação da heterogeneidade linguística, i. é, da variação estilística, dado o aspecto expressivo de cada gênero; nesse sentido cabem estudos específicos sobre o modos sociais de dizer na entrevista em geral e em cada gênero intercalado nela, em particular, a fim de se compreender a distribuição da variação verificada nela.

Com isso, argumenta-se que: *tomando as relações dialógicas como o movimento discursivo que organiza a materialidade da enunciação*, conectando-a a outras enunciações (já ditas e pré-figuradas), *todas as mudanças* (de tópico, de sequência textual, de *persona*, de formalidade etc.) *em seu fluxo estão subordinadas a elas*, devendo, pois, as estratégias formais serem examinadas em função desse

---

*classificadas como um gênero à parte por apresentarem características sintáticas especiais”.*

<sup>707</sup> Essa sequência, segundo Freitag (2014, p. 129) está assim descrita em Oliveira e Silva e Macedo (1996): “o trecho de pelo menos duas perguntas e duas respostas curtas sobre um determinado assunto”.

tipo de relação. *Nessa via, o critério de segmentação das entrevistas sociolinguísticas, já reconhecidas no campo variacionista* (GÖRSKI; VALLE, 2014; FREITAG, 2014; TAVARES, 2014) *como um gênero do discurso, pode ser as relações dialógicas a partir das quais a entrevista se estrutura*<sup>708</sup>.

Com isso, pode-se dizer que, embora Freitag (2014) se oriente por uma concepção laboviana de variação, estando preocupada com o estabelecimento de métodos de segmentação da entrevista sociolinguística com vistas à confiabilidade e validade dos dados, a fim de obter, ao final, generalização de resultados, a autora também faz ver pontos em que um possível diálogo com os objetivos da TOV e, especialmente nesse caso, com os EC poderia ser produtivo quanto ao tratamento da entrevista sociolinguística, no que tange aos modos de “dissecá-la”

**Em terceiro lugar**, encerrando a visita à obra *Variação Estilística*, consideram-se da *Seção III: Fenômenos de variação estilística em foco* os trabalhos de Tavares (2014) e de Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014). Se até aqui as aproximações entre as preocupações dos autores da referida coletânea e os EC são latentes (ora mais ora menos), com exceção do estudo de Severo (2014), nesses dois trabalhos, o diálogo está mais transparente, como se apresenta a seguir.

Tavares (2014) põe em evidência justamente a importância de se considerar a entrevista sociolinguística um gênero composto de diferentes gêneros, a partir dos quais se distribuem as formas de fenômenos variáveis. Ilustrando essa perspectiva a partir do exame da variação envolvendo conectores sequenciadores (*aí, e, então*), a autora então:

- (i) adota a visão, por exemplo, de Martin (1994<sup>709</sup>, 2002<sup>710</sup>) quanto à concepção de *gênero – gênero textual*, embora Tavares

---

<sup>708</sup> Uma breve análise acerca dos procedimentos para exame da relação entre *gêneros do discurso* (e suas relações dialógicas constitutivas) e *variação estilística*, considerando a expressão do futuro do presente, é apresentada em 5.4.4.

<sup>709</sup> MARTIN, J. R. Macro-genres: the ecology of the Page. *Network*, v. 21, p. 29-52, 1994

alterne essa nomenclatura com a de *gênero discursivo* – definindo-o como

padrões de textos globais caracterizados por configurações de significado recorrentes que organizam as práticas sociais de uma cultura, sendo orientados para um objetivo específico, de natureza social, visto que falantes e ouvintes moldam seus textos para ouvintes e leitores de diferentes tipos;

- (ii) toma a entrevista sociolinguística como um macrogênero textual, composta de diferentes gêneros;
- (iii) analisa contrastivamente o que considera serem dois gêneros constitutivos da entrevista sociolinguística: *narrativa de experiência pessoal*, um gênero mais marcado pela informalidade, e *relato de opinião*, gênero que costuma ser o mais formal da entrevista sociolinguística.<sup>711</sup>

A análise da autora confirma a relação entre distribuição das formas do fenômeno em questão e gêneros textuais, tendo em vista a seguinte associação: formas que, por *testes de atitude*, foram avaliadas como inadequadas para situações mais formais (caso do *at*), foram mais frequentes no gênero mais informal (narrativa de experiência pessoal), ao passo que as formas avaliadas como típicas de contextos formais (*e* e *então*) foram mais frequentes justamente no gênero mais formal (relato

<sup>710</sup> MARTIN, J. R. A universe of meaning – how many practices? In: JOHN, A. M. (Ed.) *Genre in the classroom: multiple perspectives*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 2002, p. 269-279.

<sup>711</sup> Em nota de rodapé, Freitag (2014) aponta que Tavares (2014) analisa *dois tipos de sequência* (textual ou discursiva) que foram nomeados como gêneros, embora Tavares faça discussões sobre gêneros e não sobre sequências textuais, conforme se verifica pela própria definição de gênero apresentada por essa última autora. Com isso, parece ficar evidente as divergências, no campo, quanto à especificação de gêneros e de sequências, dois termos tratados alternadamente como textuais e discursivos – note-se que a própria coincidência terminológica (*narrativa de experiência pessoal* pode ser vista como sequência textual ou como gênero) pode gerar essas imprecisões.

de opinião), independentemente da influência de fatores como sexo ou idade.<sup>712</sup> Tavares (2014) então considera que o gênero deva ser tomado como um possível índice de variação estilística. Nos termos da autora:

[...] acredito que as pesquisas feitas sob a égide da Sociolinguística Variacionista devem: (i) controlar o gênero textual como um possível fator condicionador do fenômeno variável quando os dados são recolhidos de textos de diferentes gêneros; (ii) esclarecer que certos padrões de distribuição das variantes podem se dever a características do gênero textual do qual foram extraídos os dados.

Embora a perspectiva de gênero da autora, por se vincular à dimensão textual, focalize aspectos formais e regularidades, sendo, pois, em parte, destoante da concepção de gênero dos EC, as considerações de Tavares corrobora a ideia apresentada nesta seção, que é *vincular o estudo da variação linguística aos gêneros do discurso*, captando com isso, ao mesmo tempo, regularidades linguísticas que independem de aspectos identitários, tal como salientam os resultados da pesquisa de Tavares, mas também as singularidades dos usos linguísticos.

Além disso, note-se que Tavares: (i) considera a entrevista um macrogênero textual composto de outros gêneros, a que poderíamos correlacionar com a noção dos EC de que há gêneros constituídos por outros gêneros intercalados (cf. 4.4.3); e (ii) realiza, tal como a visão partilhada entre a TOV e os EC, uma análise contrastiva de gêneros. Além disso, pode-se inferir que se a preocupação de Freitag (2014) se volta para os critérios de segmentação da entrevista sociolinguística, Tavares indiretamente apresenta uma sugestão para a questão: segmentação em termos de gêneros constitutivos. Considerando que a intercalação de gêneros em um macrogênero, como concebe Tavares, consiste em um movimento de instauração de relações dialógicas, pode-se reiterar as considerações que realizamos anteriormente, defendendo a

---

<sup>712</sup> Tavares considerou dois sexos (masculino e feminino) e duas faixas etárias (de 25 a 50 anos e mais de 50 anos).

segmentação das entrevistas sociolinguísticas pelo critério de movimentos dialógicos.<sup>713</sup>

Com isso, julgamos que as concepções de Tavares (2014) quanto à análise da variação estilística, bem como os resultados de sua pesquisa, mesmo que ancorados em outra perspectiva de gênero e em uma visão quantitativa de análise, apontam para a perspectiva de análise de objetos estéticos, partilhada entre a TOV e os EC.

Por fim, tal como Tavares (2014), Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014), em texto intitulado “Gêneros do jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística”, também correlacionam a padronização da variação estilística aos gêneros. As autoras então: (i) usam o termo *gênero textual*, mas acionam as concepções bakhtinianas, via Fiorin (2006)<sup>714</sup>, indicando estarem interessadas tanto nos aspectos da significação quanto na descrição textual; (ii) apresentam a proposta de construção de *continua* estilísticos de gêneros, para exame de fenômenos variáveis diversos<sup>715</sup>, constituindo aqueles independentes desses; com isso, as autoras sugerem que, para pesquisas de longo prazo, é produtivo “observar vários tipos de fontes [de dados] e comparar o comportamento do fenômeno em cada uma delas, considerando as especificidades de cada gênero” (p. 264); (iii) para análise das especificidades do gêneros, as autoras sugerem observar (a) objetivos comunicativos (a fim de se verificar a intenção do enunciador do gênero), (b) temática abordada, (c) presença ou ausência do interlocutor, (d) grau de subjetividade.<sup>716</sup>

A análise das autoras, então, contrasta diferentes gêneros, quais sejam, *notas*, *editoriais* e *colunas de mexericos*, organizados nessa respectiva ordem quanto à formalidade, em diferentes jornais, tratados

<sup>713</sup> Não é objeto de análise desta tese *entrevistas sociolinguísticas*; contudo, considerando que elas são tratadas pelos estudos variacionistas como um *gênero do discurso acadêmico*, estamos estendendo a elas a mesma concepção de análise que se aplica aos demais gêneros, segundo os EC.

<sup>714</sup> FIORIN, L. J. Os gêneros do discurso. In: *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2006, p. 60-76.

<sup>715</sup> As autoras apresentam resultados de análises dos seguintes fenômenos: (i) a variação da posição dos clíticos pronominais (proclítica ou enclítica ao verbo); e (ii) alternância entre as preposições *a* e *para* em complementos verbais.

<sup>716</sup> Sobre os aspectos (c) e (d), tecemos comentários logo a seguir.

como *suporte* de gênero ou *hipergênero*<sup>717</sup>. A escolha de gêneros jornalísticos se deve ao fato, explicam as autoras, de que, nos jornais, os gêneros estão organizados de modo não aleatório, formando assim uma unidade que mantém vínculo com a realidade social e, por isso, ao mesmo tempo em que se submentem a norma padrão, orientam-se pela dinamicidade da língua no contexto social; já a decisão de comparar esses mesmos gêneros em diferentes jornais se deve ao fato de as próprias identidades dos jornais, tendo em vista seus objetivos e valores poderem influenciar a constituição dos gêneros e, conseqüentemente, do estilo verbal de cada um deles, impactando, então, a distribuição dos usos de fenômenos variáveis, consideram as autoras.

Tal como no estudo de Tavares, Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014) encontraram padrões de variação entre os fenômenos e os gêneros, embora no fenômeno *alternância entre as preposições a e para em complementos verbais* os gêneros não tenham sido decisivos para a explicação dos padrões de variação, levando as autoras a concluir que “[o] grau de atuação do gênero na explicação da variação vai depender muito da natureza do fenômeno analisado” (p. 278).

Frente às considerações das autoras, depreende-se que mesmo com a última ressalva, é possível verificar, entre as preocupações de sociolinguistas brasileiros, *inclinação para correlação entre gênero e variação estilística*, o principal ponto de argumentação desta subseção, ficando ainda indiciado, com esse último trabalho, a relevância da esfera de produção dos gêneros e da diferença ideológica no interior de uma mesma esfera, para a distribuição dos recursos de fenômenos variáveis, ao que se pode remeter a concepções tanto da TOV quanto dos EC de que é no interior de sistemas culturais específicos, responsáveis por conferir certas consistências, que se pode compreender, por exemplo, a relação entre forma e função/significação e o valor social dos recursos linguísticos.

Assim como nos demais trabalhos referenciados, Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014) se aproximam dos EC, citando

---

<sup>717</sup> As autoras não especificam se os jornais são uma coisa ou outra. Pode-se considerar que a concepção de hipergêneros assemelha-se à concepção de Tavares, em termos gerais, de macrogêneros. Nesse sentido, pode-se aproximar a questão da noção de gêneros intercalados dos EC, embora, pela terminologia, estejamos diante de diferentes tradições de pesquisa, quanto ao tratamento dos gêneros.

explicitamente concepções bakhtinianas, embora, por uma questão de espaço e por não terem recorrido diretamente aos EC, encaminhem a análise de um modo, que, em alguma medida, destoa de uma perspectiva discursiva.

Nesse sentido, as autoras consideram, por exemplo, que as notas, “tendo como objetivo comunicativo reportar os fatos relacionados à sociedade” (p. 271) apresentam “ausência de traços que remetam explicitamente ao interlocutor e [...] baixo grau de subjetividade [...] uma vez que *não há posicionamento do escritor, apenas a descrição de um evento*” (p. 271; grifos nossos). Analisando as considerações das autoras à luz do que compreendemos dos EC<sup>718</sup>, embora um gênero possa ser marcado por ausência de traços explícitos que remetam ao interlocutor, esse sempre está pressuposto, estando assim, o locutor/autor em direto diálogo com ele, aspecto de que depende a própria configuração da enunciação.

A subjetividade dos textos, então, embora possa ser materializada, de fato, em termos de grau (mais, ou mesmo), tal como entendem as autoras, *sempre está presente* nos gêneros, é aspecto constitutivo deles e, exatamente por isso, não há textos *sem posicionamento*, já que até em gêneros mais padronizados há uma posição de autoria neles inscrita historicamente. O ponto de discussão quanto à constituição do gênero analisado pelas autoras poderia ser, então, justamente *para que*, em termos comunicativos, *criar o efeito de baixa subjetividade, de ausência de posicionamento* – criação de um *ethos* que garanta autoridade? Imposição de uma verdade? Essa seria, por exemplo, a busca pelo conteúdo que determina a forma do gênero (cf. 4.2.2).

Sob essa ótica, acredita-se que as formas de fenômenos variáveis, agenciadas para a realização de movimentos dialógicos específicos, possam ser examinadas à luz de uma perspectiva discursiva que, embora evocada por Berlinck, Biazolli e Balsalobre (2014), ainda não foi operacionalizada, *nos termos que estamos considerando*.

Todas as pesquisas aqui mencionadas representam um avanço quanto ao tratamento da variação estilística, no cenário brasileiro, quer os autores se filiem a uma perspectiva laboviana, ampliando-a, quer os

---

<sup>718</sup> Ressalte-se que nossas observações devem ser vistas com cautela, já que estamos considerando o texto das autoras a partir de outra perspectiva teórica.



autores estejam mais inclinados aos preceitos da TOV. O fato é que, conjuntamente, sinalizam para as inquietações de parte do Grupo de Trabalho de Sociolinguística da ANPOLL, bem como para futuros rumos do campo quanto a essa temática. Com isso, em nossa perspectiva, desembocam, ora implícita ora explicitamente, em concepções que são partilhadas entre a TOV e os EC, tal como se vê na relação estabelecida entre variação e gênero, embora acionem diferentes quadros teóricos e metodológicos para tratar desse último aspecto<sup>719</sup>.

Em todo caso, o que se sente é a pertinência de uma concepção discursiva e estética de língua e a de se tomar os gêneros do discurso como *locus* de análise de fenômenos variáveis.

A despeito das especificidades teórico-metodológicas dos trabalhos que constituem o recente livro sociolinguístico sobre *Variação Estilística*, elencam-se a seguir, na ordem em que foram apresentadas, concepções indiciadas pelos trabalhos revisados que assinalam tanto para pontos de contato entre esses e o diálogo entre a TOV e os EC quanto para a produtividade desse diálogo frente às questões que atualmente ocupam o Grupo de Trabalho de Sociolinguística da ANPOLL:

- (1) O que determina o estilo pode estar no comportamento que extrapola o aspecto linguístico (DA HORA, 2014; SEVERO, 2014; GÖRSKI; VALLE, 2014; COELHO; NUNES DE SOUZA, 2014);
- (2) A relação valorativa que os sujeitos estabelecem com os aspectos constitutivos da interação (como o interlocutor e o tópico) pode ser a chave para a compreensão do que determina os usos de fenômenos variáveis (DA HORA, 2014; SEVERO, 2014; GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014);
- (3) Os gêneros (do discurso) são o *locus* de análise da variação estilística (SEVERO, 2014; GÖRSKI; VALLE, 2014; FREITAG, 2014; TAVARES, 2014; BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);

---

<sup>719</sup> Por esse lado, pode-se argumentar que as fronteiras entre as diferentes fases do campo variacionista estão se tornando cada vez mais foscas, de modo que os interesses típicos de uma fase e de outra, na prática, se articulam.

- (4) Os gêneros do discurso devem ser analisados em sua totalidade, considerando também as especificidades dos gêneros que lhes são constitutivos (VALLE; GÖRSKI, 2014; TAVARES, 2014; BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (5) O estilo linguístico é do gênero (TAVARES, 2014; BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (6) Por meio dos gêneros do discurso, é possível olhar para a face regular (TAVARES, 2014; BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014) ou evêntica da configuração estilística (BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (7) A análise da variação estilística extrapola resultados meramente quantitativos, porque deve observar a *qualidade da interação* (DA HORA, 2014; GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014; COELHO; NUNES DE SOUZA, 2014; BERLINCK; TAVARES, 2014; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (8) O que conta na análise da variação estilística é a *persona* estilística – e não o sujeito empírico (GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014; COELHO; NUNES DE SOUZA, 2014);
- (9) A relação entre forma e contexto é de mútua constitutividade (GÖRSKI; VALLE, 2014);
- (10) O exame da situação interacional é central para o exame da variação estilística (GÖRSKI; VALLE, 2014; VALLE; GÖRSKI, 2014; COELHO; NUNES DE SOUZA, 2014; BERLINCK; TAVARES, 2014; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (11) A análise contrastiva é profícua para o exame da variação estilística (TAVARES, 2014; BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014);
- (12) A esfera de produção dos gêneros é relevante para a distribuição dos recursos variáveis (BERLINCK; BIAZOLLI; BALSALOBRE; 2014).

#### 5.2.3.2 *Novos caminhos da Linguística – A terceira onda de estudos variacionistas*

Conforme indicado, da obra *Novos caminhos da Linguística*, organizada por Fiorin (2017), interessa revisitar o texto de Mendes

(2017), intitulado *A terceira onda da sociolinguística*, no qual o autor analisa como o campo variacionista chegou aos interesses dessa fase, além de destacar também quais são os seus futuros encaminhamentos, frente aos desafios que se lhe impõem.

Toda a discussão do autor põe, então, em evidência duas das principais noções da TOV: a (i) de *agentividade dos falantes* e a (ii) de *prática estilística, definida em termos de diferenciação social, com base em objetivos sociais que se atualizam a cada enunciação* – que, levadas às últimas consequências, fizeram o campo assumir que os significados sociais das variantes são, eles próprios, variáveis e mutáveis, daí a produtividade do conceito de campo indexical (SILVERSTEIN, 2003) (cf. 3.3.3.2.2) nessa fase variacionista (MENDES, 2017).

Somadas a essas questões, Mendes também destaca os seguintes aspectos da proposta de campo indexal, que, conjuntamente, entram em diálogo com a discussão teórica desta seção: (i) qualquer forma linguística pode apontar para um significado social, já que a indexicalidade é criativa, no sentido de que, performaticamente, se pode correlacionar um elemento linguístico qualquer a uma característica social; (ii) certos significados sociais não são diretamente ligados a certas formas ou palavras, dado que um *elemento linguístico pode apontar indiretamente para um significado social*; e (iii) a relação indexical se efetiva em virtude de formas em coocorrência, de modo que estilos, enquanto recursos de diferenciação social, podem ser lidos como “*conjuntos de diferentes recursos semióticos interligados*” (p. 120; grifos nossos), para veiculação de determinados significados sociais que correspondem a tipos sociais, a *personas*.

Frente a essas questões, *o desafio que se impõe à TOV*, segundo Mendes, é:

- (i) por um lado, *propor um novo modo de trabalho*, já que precisa lidar justamente com a agentividade do sujeito e com a possibilidade de exame de múltiplos significados dos recursos linguísticos; destaque-se que, segundo o autor, uma das críticas, inclusive, aos trabalhos da TOV, por parte de sociolinguistas que se interessam por padrões de variação, é justamente a (contundente) relevância conferida à noção de agentividade dos falantes na projeção de *persona*;
- (ii) por outro lado, equacionar o fato de que, a despeito da agentividade dos falantes, *elas não são livres para agir de*

*modo desordenadamente criativo*, já que o interlocutor precisa compreender os significados sociais veiculados; segundo Mendes, embora se saiba que há limites que se impõem à performance estilística de um falante, não há no campo trabalhos que explicitem como tais limites se operacionalizam (p. 121).

No âmbito desse paradoxo observado por Mendes (2017), está justamente, conforme se observou em 3.2.4, *o nó conceitual* entre as três ondas variacionistas, ao terem que lidar, como destaca Bell (2001), com a concepção de estilo enquanto iniciativa dinâmica dos falantes e ainda assim ter de captar regularidades.

Para a tratativa de questões dessa natureza é que a saída da TOV, segundo aponta Mendes, tem sido o estudo do estilo, porque estilos “*representam construtos que acabam funcionando como providenciais redutores da dimensionalidade da relação entre múltiplos elementos linguísticos e múltiplos significados sociais*” (p. 117; grifos nossos). Resta ao campo saber, então:

- (i) “como diferentes elementos linguísticos coocorrem na composição *de um todo* socialmente coerente” (MENDES, 2017, p. 118; grifos nossos), em contraste com outros estilos?
- (ii) como os falantes têm acesso aos estilos e aos recursos linguísticos que dele fazem parte?
- (iii) como fica a questão da aceitação, por parte do interlocutor, da *performance* estilística do locutor, já que essa pode ser rejeitada, se não for condizente com seus elementos?

Além de todas essas considerações rememorarem a visão estética de linguagem apreendida do diálogo entre a TOV e os EC – no que tange às concepções de que (i) os falantes são agentivos e criativos; (ii) a prática estilística é uma prática de diferenciação social, de modo que os fenômenos variáveis se distribuem como um efeito disso; (iii) os significados sociais são atualizáveis performaticamente; (iv) o significado social de uma prática pode não estar diretamente correlacionado a um tipo de recurso linguístico, mas ao conjunto de formas que coocorrem para veiculação de um significado associado a projeção de um tipo de *persona* –, *também se pode ver a produtividade dos EC para os rumos futuros da TOV*, no que tange ao desafio dessa

última em ter de produzir respostas a essas questões e harmonizar, como aponta Mendes, a noção de *agentividade e criatividade com a de coercitividade* dos usos linguísticos, nos diferentes estilos. Toda a discussão teórico-epistemológica sobre os gêneros do discurso é proveitosa para isso, tendo em vista os diferentes tipos de gêneros do discurso e os seus modos de produção e recepção na paisagem social.

Assim, se a questão de sociolinguistas variacionistas mais voltados para a apreensão de regularidades é saber, por exemplo, se, na TOV, o falante lida o tempo todo com perguntas do tipo “quem eu sou?” e que “imagem quero projetar”? (MENDES, 2017, p. 120), em diálogo com os EC, a resposta a essa questão, embora seja positiva, *é posta em termos de graus*, dado que *personas* ou posições de sujeito, a despeito de sempre estarem implicadas no uso da língua, também se historicizam e se regularizam, a ponto de o falante *ter de lidar* com isso de diferentes maneiras, a depender do tipo de enunciação em que se engaja.

Considerando, então, que a visão estética de linguagem está na TOV e que disso se pode inferir uma relação entre estilo e gêneros do discurso, tem-se a seguinte aproximação entre a TOV e os EC, para a produção de respostas às questões formuladas por Mendes:

- (1) Se cabe à TOV saber:
  - a. *como diferentes elementos linguísticos coocorrem na composição de um todo socialmente coerente* – os EC fornecem uma teoria sobre a constituição histórico-cultural dos diferentes modos sociais de dizer, *modos que pressupõem justamente uma constituição estilística típica*;
  - b. *como os falantes têm acesso aos estilos* – os EC contemplam a questão a partir da discussão sobre as práticas sociais; é por meio delas, e na participação nelas, que se apreendem os modos sociais de se estar no mundo e, com isso, os estilos – sendo a questão tomada em termos de tendências, já que não se perde de vista o caráter evêntico de todo uso efetivo da língua, tanto para a TOV quanto para os EC. Ademais, essa mesma perspectiva dos EC quanto aos modos de apreensão estilística também está presente na literatura da TOV, pois Roberts e Street (1998) também consideram que os diferentes modos de falar e de

escrever se constituem a partir da experiência em diferentes práticas socioculturais (cf. 3.4.2.2);

- c. *como fica a questão da aceitação, por parte do interlocutor, quanto à performance estilística do locutor* – os EC explicam que os estilos já pressupõem um tipo de interlocutor; a alteridade, aliás, é a medida para a constituição estilística.

O estudo dos gêneros do discurso, portanto, para diversos aspectos apontados por Mendes (2017) *como questões para a futura agenda de trabalho no campo da TOV*, é profícuo e evoca a produtividade de se correlacionar, no âmbito de uma visão estética de linguagem, gêneros do discurso, estilo e fenômenos variáveis.

O último ponto que se gostaria de destacar das considerações de Mendes é a compreensão de que, dado que a TOV não tem foco na mudança linguística, mas na variação, um dos *encaminhamentos futuros* do campo, já como um avanço nos estudos da TOV, *é produzir conhecimento, no âmbito de suas premissas, sobre o processo de mudança linguística*. Note-se que, nesta tese, discutiu-se justamente, em 5.1.5, a possibilidade de articulação entre a TOV, os EC e a abordagem da gramaticalização, mais especificamente, como uma forma de contribuir para essa questão.

\*\*\*

Por todos os aspectos considerados nesta seção, é possível dizer que, condizente com a TOV, quer se considere seus aspectos teórico-epistemológicos quer se considere a recente prática de pesquisa de membros do Grupo de Trabalho de Sociolinguística da ANPOLL, ancorados geralmente numa perspectiva laboviana, embora expandindo-a, está a visão, dos EC, de língua como objeto estético, de língua a serviço da diferenciação social. Assim, por todos os lados do trabalho variacionista que toma como objeto de reflexão a variação estilística, encontram-se vantagens em se considerar a análise de gêneros, passível de ser praticada em duas vias: (i) pela via do estudo da materialidade textual – a via dos gêneros textuais; e (ii) pela via do estudo das situações de produção dos enunciados, considerando seus aspectos sócio-históricos e culturais – a via dos gêneros do discurso (ROJO, 2005).

São essas duas vias que estão indiciadas oscilantemente no campo variacionista, instaurando, então, a seguinte tensão: quando se vai pela primeira via (a dos gêneros textuais), perde-se de vista a motivação da organização estilística, os princípios localmente relevantes para as consistências linguísticas, derivadas de consistências quanto ao modo de compreender o mundo e de ser no mundo; nesse caso, geram-se incompatibilidades com as próprias premissas da TOV. Por outro lado, a própria inclinação, no campo variacionista, para a análise de gêneros textuais já indica expansão em direção, em alguma medida, das questões da TOV.

De todo modo, é a própria necessidade de se compreender a prática estilística – uma prática em que todos os estilos e, no âmbito de um estilo, todos os recursos estão inter-relacionados – que agencia um quadro teórico discursivo, tal como o dos EC. Acionando-se esse quadro, inclusive, uma das grandes contradições entre as diferentes fases variacionistas (conciliar o fato de estilo resultar de uma iniciativa dinâmica dos sujeitos em sua singularidade e ainda assim ter de captar regularidades sociais de uso da língua), tal como aponta Bell (2001) (cf. 3.3.3.1) e Mendes (2017), *encontra solução*, já que a enunciação, ao mesmo tempo evêntica e regular, passa a ser o *locus* de estudo da variação estilística.

É nela que diferentes recursos semióticos se interligam, coocorrendo para a produção de sentido – daí a visão de que a expressividade dos recursos linguísticos decorre da (totalidade) da enunciação, podendo *cada recurso contribuir apenas indiretamente para a produção de significado social* do todo da prática estilística, da prática de uso da língua enquanto objeto estético.

Assim compreendida, a análise estilística exige metodologia própria e se orienta por duas diferentes frentes: por um lado, exame da dimensão discursiva, considerando as relações de sentido que orientam a materialidade da enunciação; e, por outro lado, exame dos efeitos que a forma linguística produz sobre as próprias possibilidades discursivas. Sobre como, em termos de *design* metodológico, praticar análise estilística de fenômenos em variação/mudança à luz de preceitos que resultam do diálogo entre os EC, a TOV e o FUNC/GRA é o que se apresenta a seguir.

### 5.3 POR UM SOCIOFUNCIONALISMO ENUNCIATIVO-DISCURSIVO

Dadas as possibilidades de aproximação entre os três campos em foco nesta tese, esta seção *objetiva* sistematizar os aspectos epistemológicos e teóricos, bem como especificar o *design* metodológico que deriva da interface proposta, para, assim, se ter uma dimensão do quadro mais geral que orientaria o tratamento da variação/mudança, em geral, e /ou o estudo da expressão do futuro do presente, em particular, no âmbito de uma abordagem transdisciplinar, que aqui se denominou *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*.

*Fazendo concessões ou assumindo o princípio filosófico de que o equilíbrio* (de tudo na vida) *advém da reconciliação de aspectos contraditórios*, o diálogo empreendido entre os campos instaura uma *nova prática científica*: uma que não se identifica mais com nenhum dos três campos, exclusivamente, além de também não se tratar da (simples) soma ou combinação de pressupostos teórico-metodológicos, conforme se advertiu na *Introdução* deste capítulo. Nos termos de Tavares (2003) (reitera-se), trata-se de uma *conversa na diferença*, em que os conceitos ora pendem mais para um lado, ora para outro, podendo ainda ser constantemente (re)configurados, conforme o olhar do pesquisador – e os próprios resultados de pesquisas produzidas sob o escopo dessa proposta de interface, posteriormente.

Antes da execução dos objetivos mencionados, considera-se a articulação teórico-metodológica já em desenvolvimento entre a sociolinguística laboviana e o funcionalismo de vertente norte-americana, denominada *sociofuncionalismo* (TAVARES, 2003; GÖRSKI *et al.*, 2003; POPLACK, 2011; TAVARES; GÖRSKI, 2012; TAVARES, 2013; VALLE, 2014; TAVARES; GÖRSKI, 2015; GÖRSKI; TAVARES, 2017), uma vez que ela tem sido produtiva para *o estudo de fenômenos em processo de variação e de mudança que envolvem gramaticalização*. Parte-se, portanto, dessa interface, a fim de se identificar aspectos teóricos e categorias de análise a partir dos quais uma abordagem mais focada na variação pode interagir (sem se reduzir) com uma abordagem mais focada na mudança. A revisão dessa orientação de pesquisa será conduzida especialmente pelos trabalhos de Tavares (2003), Görski *et. al* (2003), Poplack (2011), Tavares e Görski (2012), Tavares (2013), Valle (2014), Tavares e Görski (2015), Görski e Tavares (2017), dentre outros. À luz dos pontos de discussão dessa



interface, apresentam-se os aspectos constitutivos do *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*.

Esta seção se organiza, então, do seguinte modo: em 5.3.1, apresenta-se o sociofuncionalismo; em 5.3.2, o *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*. Nessa segunda seção, sistematizam-se: (i) as concepções mais gerais da abordagem proposta (sobre o fazer científico, o sujeito, a cognição, a língua e a relação entre indivíduo, sociedade e linguagem); (ii) a concepção sobre mudança linguística; (iii) o objeto de estudo; e (iv) os aspectos metodológicos – no âmbito desse último havendo ainda reflexões sobre a expressão do futuro do presente, considerando as funções TAM nela envolvidas. Com isso, registram-se alguns indicativos sobre como se pode olhar para esse fenômeno a partir da ótica proposta.

### 5.3.1 Uma interface já praticada: o sociofuncionalismo

O “termo ‘sociofuncionalismo’ surgiu no Peul/RJ (Programa de Estudos sobre o Uso da Língua)” (TAVARES; GÓRSKI, 2015, p. 250) por conta da prática dos pesquisadores em abordar “a variação linguística sob o prisma da função discursiva das variantes” (NEVES, 1999, p. 75), admitindo-se, então que, além de motivações estruturais, motivações funcionais também estariam atuando sobre fenômenos variáveis, de modo que “as formas variantes estariam a serviço da maneira como o falante passa a informação para seu ouvinte” (TAVARES, 2003, p. 86). Além disso, destaque-se que uma *interface sociofuncionalistase* tornou possível, dentre outros motivos, depois que a análise variacionista expandiu o critério de identificação de variantes, abandonando o axioma de “mesmo valor de verdade” para considerar *mesma ou similar função discursiva*, quando da expansão de análise a níveis mais altos que a fonologia (cf. 3.2.2).

Embora a prática de conjugação entre as abordagens (Variacionista laboviana<sup>720</sup> e Funcionalista norte-americana) não seja recente – resgate-se da seção 1.2 as diversas pesquisas (OLIVEIRA, 2006; SILVA, 2010; STROGENSKI, 2010; BRAGANÇA, 2008;

---

<sup>720</sup> Nesta subseção, ao se fazer referência à *sociolinguística* ou à *sociolinguística variacionista*, entenda-se que a referência é à *sociolinguística variacionista de orientação laboviana*.

TESCH, 2011) que conciliam pressupostos da sociolinguística laboviana e do funcionalismo norte-americano sem, contudo, reconhecerem-se explicitamente praticantes do sociofuncionalismo, com exceção de Vieira (2014) – encontra-se, mais explicitamente, em Tavares (2003) a primeira articulação teórico-metodológica entre elas. Nessa proposta, destacam-se pontos mais convergentes e pontos mais divergentes da interface<sup>721</sup> e defende-se a possibilidade de haver muitos *sociofuncionalismos*, a depender dos pontos que o analista seleciona de uma e outra perspectiva para pôr em diálogo.

Dentre os pontos de aproximação entre funcionalismo norte-americano e sociolinguística variacionista, para o sociofuncionalismo de que falam os autores eleitos para essa revisão, pode-se mencionar, *quanto às concepções mais gerais*:

- a) Prioridade atribuída à *língua em uso*.
- b) *Reconhecimento da onipresença da variabilidade*
- c) Análise de fenômenos linguísticos presentes em *situações reais de comunicação* que falantes reais interagem.
- d) Assunção de que a *língua não é estática*.
- e) Reconhecimento de que a *mudança é gradual e contínua* e se distribui ao longo do *âmbito linguístico* e do *âmbito social*.
- f) Compreensão de que *dados sincrônicos e diacrônicos são complementares*.
- g) Análise de *fenômenos fonológicos, morfológicos, sintáticos, semânticos e discursivos*.
- h) Relevância atribuída à *frequência de uso* dos itens linguísticos.
- i) Concepção de que *fenômenos linguísticos estão relacionados à organização social*.
- j) Premissa de que fatores de natureza interacional têm papel importante na variação e na mudança.

---

<sup>721</sup> Nesta subseção, apresentam-se apenas os aspectos convergentes e passíveis de diálogo entre as abordagens funcionalista e variacionista. Para informações quanto aos aspectos divergentes, conferir Tavares (2003). Indicações de outras divergências, para além das indicadas por essa última pesquisadora, não constituem foco de interesse desta pesquisa.

- k) Reconhecimento de que *fatores interacionais* exercem um importante papel na variação e na mudança linguística.
- l) A visão de que o presente pode ser usado para explicar o passado, dado que as forças (linguísticas e sociais) que agem sobre a variação e a mudança são em princípio as mesmas em diferentes períodos históricos – *princípio do uniformitarismo*.
- m) A ideia de que forças em competição atuam sobre a constituição da gramática.

Considerando que alguns aspectos dessa interface têm exigido algumas decisões teórico-metodológicas, por conta de pontos mais ou menos conflitantes entre as abordagens, destacam-se, de um ponto de vista mais específico, os seguintes aspectos, conforme a seguir.

### Concepção de mudança linguística

Enquanto na sociolinguística laboviana *mudança é propagação* de uma inovação, e não o ato inovador individual ou suas causas (cf. 3.2.1 e 3.4.3.1)<sup>722</sup>, decorrendo de um período de variação, *na visão funcionalista mudança se refere tanto à (i) emergência quanto à (ii) difusão de uma inovação*; e a variação é consequência de uma mudança em andamento; é, em outros termos, o resultado sincrônico da gramaticalização (HOPEER; TRAUOGOTT, 2003) em andamento e, por isso, uma das etapas desse processo. Assim, enquanto a perspectiva da sociolinguística pode ser representada pelo movimento *variação > mudança*, a perspectiva da gramaticalização pode ser representada pelo movimento *mudança > variação > mudança*.

Embora aparentemente divergentes, o sociofuncionalismo em questão considera que o que diferencia uma perspectiva e outra é apenas o ponto focal:

os estudos de gramaticalização têm por objetivo o percurso da mudança de uma forma (a variação

---

<sup>722</sup> Cf. também em Milroy e Gordon (1998, p. 36) a representação do modelo de transição da inovação à mudança linguística, também retomando o padrão de mudança representado na literatura pela *curva em S*, segundo a abordagem laboviana.

aparece como pano de fundo), ao passo que os estudos variacionistas têm por objeto a coexistência de formas com um mesmo significado (cuja variação pode ser resolvida pela mudança) (GÖRSKI et. al, 2003, p. 108).

Desse modo, no âmbito do sociofuncionalismo, concebe-se que a diferença quanto aos interesses centrais de cada abordagem não impede o estabelecimento de articulação, sugerindo-se, então, que para cada item gramaticalizado, tem-se o seguinte percurso de mudança, podendo o pesquisador se voltar tanto para a variação quanto para a mudança:

**‘...gramaticalização > variação > gramaticalização > variação...’**

Para o sociofuncionalismo em questão, portanto, *mudança se refere tanto à emergência quanto à propagação ou regularização de usos inovadores*, facultando-se a cada pesquisador eleger seu ponto de observação do percurso. Como a gramaticalização é cíclica, variação e mudança podem ser vistas tanto como ponto de chegada quanto como ponto de partida de uma mudança, uma vez que uma decorre da outra.

### **Especificação do objeto de estudo**

Quanto ao objeto de estudo, enquanto grande parte dos estudos sobre gramaticalização focaliza estágios de mudança funcional pelos quais uma forma passa, os estudos variacionistas focalizam a variação entre formas, observando ao menos duas em competição.

A saída do sociofuncionalismo para esse impasse de se observar formas ou funções tem sido recorrer ao *princípio de estratificação* formulado por Hopper (1991) (cf. 2.2.3), a partir do qual se estabelece a seguinte convergência teórica: por conta do percurso do processo de gramaticalização, percurso em que um item passa a desempenhar múltiplas funções, o uso desse item tende a se expandir para um domínio funcional já codificado por outras formas; assim, dentro de um domínio funcional (cf. 1.1.1) novas camadas estão sempre emergindo para marcar funções já exercidas por outras formas, de maneira que, se o processo de gramaticalização conduz um item a exercer determinada função num domínio em que outros itens já exercem tal função, a análise do processo de mudança só se faz completa se levar em conta a

relação entre todas as camadas do domínio, “pois são as inter-relações entre todas as camadas que definem os rumos do domínio como um todo e de cada elemento em particular” (TAVARES, 2003, p. 100; TAVARES; GÖRSKI, 2015, p. 259).

Com isso, estabelece-se uma correspondência entre formas que representam ‘camadas’ de um mesmo domínio funcional e formas que representam ‘variantes’ de uma mesma variável linguística; ou, dito de outro modo, “camadas” funcionais correspondem a “variantes” sociolinguísticas (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 259), sendo, por isso, *a gramaticalização umas das principais fontes de variação. O objeto de estudo do sociofuncionalismo são as diferentes camadas/formas/variantes de um domínio funcional, em situação de estratificação/variação, por ocasião do processo de gramaticalização.*

Em relação à decisão sobre o que camadas (/formas variantes) têm em comum – o mesmo significado (conforme a perspectiva variacionista) ou funções similares (conforme a perspectiva funcionalista) –, a saída sociofuncionalista é

o afrouxamento do critério pelo qual as variantes costumam ser agrupadas, permitindo o tratamento variável de formas que *compartilhem funções discursivas. Destarte, itens em relação de estratificação/variação podem manifestar ou não o mesmo significado, conquanto exibam a mesma função.* (TAVARES, 2003, p. 101; grifos nossos).

*Sob essa ótica (sociofuncionalista), se se considera que todas as formas variantes (/camadas) do domínio funcional de futuro têm a propriedade de expressar situações que se projetam para além do momento de fala e cujo ponto de referência é esse momento (cf. 1.1.2), pode-se assumir que elas têm a mesma função, tomando como critério a temporalidade. Essa decisão é o que permite tratar as formas de futuro, mesmo elas tendo matizes semântico-pragmáticos diferentes, como variantes ou camadas de um mesmo domínio funcional.*

### Aspectos metodológicos

Tendo em vista a delimitação anterior, o sociofuncionalismo também enfrenta o seguinte impasse metodológico: enquanto as pesquisas labovianas procuram delimitar as amostras investigadas,

descartando as ocorrências ambíguas ou de interpretação duvidosa, a fim de se identificar os contextos condicionadores de uso de uma dada forma, por meio de grupos de fatores que minimizem o número de princípios explanatórios, os estudos funcionalistas se voltam para o processo de transição das formas, entre uma categoria e outra, enquanto mudam, tendo em mira, assim, ocorrências ambíguas. (TAVARES; GÖRSKI, 2015). Nesse caso, para recorte de uma variável sob o escopo de estudos de interface variação-gramaticalização, Görski e Tavares (2017) sugerem duas estratégias, tendo em vista ou uma (i) *perspectiva da variação estrita* ou uma (ii) *perspectiva do percurso de gramaticalização*.

De acordo com a primeira perspectiva, assegura-se que camadas/variantes de um determinado domínio funcional desempenhem uma *mesma função*, assumindo-se que formas variantes ou camadas são formas de “dizer a mesma coisa”. A variável assim constituída é denominada pelas autoras *variável linguística estrita*.

Para o caso de se assumir a segunda perspectiva (perspectiva do percurso de gramaticalização<sup>723</sup>), como a gramaticalização pressupõe estágios funcionalmente confluentes (A/B), gerando categorias ambíguas (cf. 2.2.3), é preciso lidar com formas codificando mais de uma função e com formas codificando funções ambíguas (ou duas funções simultaneamente). Por isso, essa segunda estratégia de recorte de variável linguística demanda considerar: (i) as diversas funções adquiridas por uma forma ou, no mínimo, (ii) duas funções limítrofes ao longo do processo de gramaticalização – resgate-se, neste ponto, as considerações de 1.1.1 sobre a complexidade de um domínio funcional e sobre como as formas de futuro podem servir a mais de um domínio ou ainda apresentar função ambígua, no âmbito de um mesmo domínio. A perspectiva do percurso de gramaticalização é, portanto, uma estratégia metodológica sociofuncionalista para não se eliminar dados ambíguos da análise, como faria a perspectiva variacionista.

Com isso, recuperam-se etapas intermediárias de gramaticalização, entre um domínio e outro, ao mesmo tempo em que se reconstrói a trajetória de mudança entre domínios, por meio do controle

---

<sup>723</sup> Resgatam-se de 2.3 explicações quanto aos diferentes procedimentos assumidos no estudo da gramaticalização, se se assume uma perspectiva histórica, sincrônica ou panocrônica.

de grupos de fatores que captam os contextos preferenciais de uso de cada variante ao longo dos estágios do percurso da mudança.

Observar a distribuição de tarefas, entre as camadas/variantes, em um domínio funcional, por meio do controle de *grupo de fatores*, pode contribuir para indicar que “as diferentes especializações das formas que convivem como camadas em um domínio são manifestadas através de preferências mais ou menos distintas de uso, condicionadas por *contextos sociolinguísticos*” (TAVARES, 2003, p. 103; grifos da autora), captando-se, assim, tendências de uso de cada camada/variante.

Formas que, aparentemente desempenham uma mesma função, podem, portanto, com esse controle quantitativo mais refinado, revelar-se distintas. Esse segundo procedimento de recorte da variável cumpre, pois, a tarefa de investigar até que ponto diferentes camadas/variantes de um mesmo domínio funcional exercem, de fato, a mesma função.

Como tanto o funcionalismo quanto a sociolinguística trabalham com *dados empíricos e análise estatística* (a frequência de uso é relevante para os dois campos), tem-se dois pontos convergentes. A diferença é que o funcionalismo, com foco em estágios de mudança de uma forma, não trabalha com *pesos relativos* nem conta com um *programa estatístico* próprio para suas análises: o sociofuncionalismo recorre a essas estratégias analíticas sociolinguísticas quando diferentes forças em competição atuam sobre um fenômeno.

Quanto à fonte para a coleta de dados, se a sociolinguística prioriza o vernáculo, o funcionalismo privilegia *corpora* diversos. A saída sociofuncionalista é a análise de dados provindos de diversas fontes.

Em síntese, o procedimento metodológico do sociofuncionalismo se organiza em torno das seguintes etapas, conforme Görski e Tavares (2017):

- 1) identificação de situações de uso linguístico variável dentre de um domínio funcional (a partir de um recorte sincrônico ou de *um continuum* multifuncional de itens em processo de mudança);
- 2) isolamento de formas variantes que cumpram a mesma função dentre de um domínio funcional;
- 3) testagem de grupos de fatores diversos para identificar os contextos de uso das formas;

- 4) detalhamento dos grupos de fatores, a fim de se captar variações e mudanças em curso ainda sutis e, posteriormente, amalgamento de fatores em busca de generalizações;
- 5) interpretação da frequência das formas<sup>724</sup>;
- 6) averiguação da possibilidade de motivações em competição para os resultados obtidos.

### Possíveis rumos da variação/estratificação

Como os dois campos preveem que situações de estratificação/variação tendem a ser eliminadas – para a sociolinguística, regras variáveis tenderiam a se tornar categóricas; para o funcionalismo, uma função tenderia a ser expressa por uma única forma, embora reconhecendo também, conforme Givón (2001; 2002), que *a iconicidade é uma questão de grau*, de modo a poder haver uma forma com várias funções e uma função sendo exercida por várias formas (cf. 2.2.1) – tem-se as seguintes possibilidades de solução para a variação e, conseqüentemente, os seguintes rumos para um item em processo de mudança, com base na interpretação da frequência de uso das formas:

- (i) uma ou mais formas/camadas de um domínio podem perder espaço para as demais e assim desaparecer, devido ao desuso;
- (ii) as formas podem adquirir significados específicos ou serem selecionadas para contextos distintos (especialização por especificação);
- (iii) uma forma pode adquirir um significado mais geral, recobrando as demais funções exercidas pelas concorrentes, fazendo com que essas tenham sua frequência de uso reduzida (especialização por generalização).

\*\*\*

Mesmo reconhecendo que, no âmbito de uma interface sociofuncionalista, há muito ainda a se desenvolver, os praticantes dessa

---

<sup>724</sup> Retoma-se esse ponto a seguir.



abordagem têm admitido que os estudos já realizados sob essa ótica oferecem “ganhos ao pesquisador, trazendo avanços de considerável profundidade no que se refere a métodos/estratégias para circunscrever o contexto variável” (GÖRSKI; TAVARES, 2017, p. 63).

### **5.3.2 Em busca de uma nova interface: o sociofuncionalismo enunciativo-discursivo**

Partindo-se dos mesmos pontos de discussão da interface sociofuncionalista, sistematizam-se aqui os aspectos que constituem a prática científica que estamos denominando de *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*, em conformidade com as discussões deste capítulo, sintetizadas conforme a seguir: inicialmente, destacam-se concepções gerais que emergem da articulação entre os três campos em perspectiva neste capítulo (5.3.2.1); na sequência, de um ponto de vista mais específico, consideram-se concepções sobre a explicação da mudança linguística (5.3.2.2); especificam-se o objeto de estudo (5.3.2.3) e os aspectos metodológicos da abordagem (5.3.2.4); registram-se ainda algumas reflexões sobre o fenômeno da expressão do futuro do presente, considerando as funções TAM à luz dos aspectos anteriores (5.3.2.5); e, por fim, apresenta-se uma síntese do *design* metodológico do que se designa *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo* (5.3.2.6).

#### *5.3.2.1 Concepções gerais*

Considerando, em primeiro lugar, os pontos de diálogo entre o FUNC/GRA, a TOV e os EC quanto às concepções mais gerais sobre *o fazer científico, o sujeito, a cognição e a relação entre linguagem, indivíduo e sociedade*, podem-se mencionar os seguintes aspectos:

- (1) a inscrição em uma filosofia da existência, em oposição a uma filosofia da essência;
- (2) uma concepção relativista de ciência e, por isso, crença de que o conhecimento é contingente (histórico, valorativo e culturalmente situado);
- (3) a inscrição em uma tradição científica interpretativista;
- (4) a tentativa de reconectar o mundo da atividade científica com o mundo do *todo real da existência dos seres históricos*; logo, a consideração do ser humano concreto – por isso: corpóreo,

- histórico, biológico-cultural e dialogicamente constituído; responsável/respondente, agentivo e criativo, incompleto/inconcluso, datado e situado;
- (5) o reconhecimento de que forças contraditórias atuam sobre tudo na vida e, assim, contribuem para seu equilíbrio (contribuem para o equilíbrio também do sistema linguístico e das práticas de uso da língua) – logo, reconhecimento de explicações, no estudo da língua, que evocam aspectos contraditórios;
  - (6) a premissa de que, por ser constituído socioculturalmente, vivendo, assim, em relação ao outro, o sujeito é um universo de valores, além de não ser sempre o mesmo; daí também a concepção de identidade enquanto categoria *em movimento*, em construção constante, embora passível de relativa estabilidade;
  - (7) devido ao tópico anterior, para efeitos de estudo da linguagem, a concepção de sujeito enquanto *persona* ou *ponto de vista* que se assume em práticas sociais específicas;
  - (8) a não separação entre língua e linguagem (ambas se justificam nos usos linguísticos efetivos);
  - (9) a localização da língua no âmbito da vida prática, com reconhecimento de que o aspecto da expressão está diretamente relacionado com a situação sociocultural; com isso, a prática linguística é vista sob a premissa (i) de que sua origem é o significado social (da prática) e (ii) de que língua e contexto, estrutura linguística e prática social vivem em mútua constitutividade, embora não haja entre esses elementos uma relação de causa e efeito;
  - (10) a concepção estética e distintiva de linguagem;
  - (11) a compreensão de que a língua é uma realidade: (i) material; (ii) histórico-cultural; (iii) valorativa; e (iv) ideológica;
  - (12) o reconhecimento de que a avaliação é um componente constitutivo de todo uso linguístico, sendo, inclusive, o aspecto regente dele, porque visão, compreensão e avaliação são indissociáveis; sendo assim, também a consideração de que a avaliação produz diferentes pontos de vista na sociedade e esses é que estratificam a língua;
  - (13) a admissão de duas faces da língua, tornando-a dinâmica:
    - a. ela é *sinál*, aspecto reiterável;

- b. ela é *signo*, aspecto mutável, adaptável, emergente;
  - c. devido a (a) e (b), reconhecimento (i) de que a língua é código sócio-semiótico (o que estamos aproximando da noção de língua como função adaptativa) e também um código estrutural (reiterável); e (ii) de que *significado* (valor semântico), *sentido* (valor evêntico ou discursivo-pragmático) e *valorização* (valor ideológico) são aspectos que, no uso efetivo da língua, são indissociáveis;
- (14) a assunção de que *função representacional* e *social* são intrínsecas;
  - (15) o reconhecimento de que contexto pragmático e histórico-cultural se articulam nos usos efetivos da língua e, por isso, ele é em parte estruturado e em parte emergente;
  - (16) a indicação dos seguintes aspectos constitutivos do contexto e que participam da determinação dos usos linguísticos: (i) conjuntura socioeconômica; (ii) sistemas ideológico-culturais; (iii) perspectiva pessoal/ avaliação; (iv) tipo de interação social; (v) audiência; (vi) tipo de relação entre os interlocutores; (vii) tema/conteúdo temático; (viii) grupo social; (ix) relações cronotópicas; e (x) enunciações alheias (precedentes e subsequentes) – todos indicados na concepção de *gêneros do discurso*;
  - (17) a admissão de que a língua é uma representação (valorada) da realidade – não um espelho/fotografia dela; como tal, o reconhecimento de que ela evoca posição ideológica, constituída em contraste com outras posições;
  - (18) o reconhecimento de que o *psiquismo* é (i) uma dimensão ou instância semiótico-interpretativa, de natureza sócio-ideológica e (ii) é também uma instância biológico-cultural, regida por um conjunto de mecanismos que se constituíram evolutivamente (evolução adaptativa), em virtude de vida em sociedade e que, por isso, esses se atualizam historicamente;
  - (19) a visão de que indivíduo e sociedade vivem em relação dialógica, por meio da linguagem; e de que essa, sendo constitutiva da cognição humana, torna os sujeitos, concomitantemente, sociais e individuais, com a seguinte

ressalva: o aspecto intraindividual do uso da língua decorre do *interindividual*, embora não haja uma relação de determinação desse sobre aquele, mas de mútua constitutividade; no interior de um grupo social, então, sempre há compartilhamentos entre os membros, mas também singularidades;

- (20) a compreensão de que no estudo da linguagem é possível lançar luz sobre o aspecto individual e sobre o aspecto social do uso da língua, além de também ser possível compreender o aspecto cognitivo, no que tange aos mecanismos que o regem, durante seu processamento;
- (21) a compreensão de que dados sincrônicos e diacrônicos são complementares;
- (22) o foco em princípios e processos que expliquem a paisagem sociolinguística – conectando, assim, *a motivação* da atividade (linguística) e *o produto* que dela deriva;
- (23) a recusa à vinculação (estável e homogênea) entre avaliação e grupo social; entre formas linguísticas e significado social; entre forma e contexto; entre forma e função etc., bem como a recusa a visões unidimensionais de enquadramento das formas linguísticas – todas essas correlações devem ser buscadas no interior de práticas específicas;
- (24) a consideração de que a unidade real e concreta do uso da língua, tendo em vista suas formas típicas, são os gêneros do discurso e, por isso, esses (situados em suas esferas de produção) devem ser o *locus* de análise da variação linguística/estilística, reconhecendo-se que o estilo é uma propriedade dos gêneros e que, por isso, ele se regulariza nesse âmbito; nesse contexto, admissão de que a análise da variação estilística extrapola a observação linguística propriamente dita – uma vez que convoca compreensão das dimensões constitutivas dos gêneros, todas implicadas em sua dimensão estilística;
- (25) a premissa de que o que conta na análise da variação estilística é a *persona* projetada discursivamente;
- (26) a visão de que análises contrastivas são profícuas para o exame da variação estilística;
- (27) a prioridade atribuída a análises de natureza qualitativa, no estudo dos usos linguísticos, embora a análise quantitativa também esteja prevista;

- (28) a indicação de que o estudo da língua, (i) por considerar aspectos que estão além da dimensão verbal e (ii) por manter o foco na teorização da organização social das práticas (linguísticas), deve ser realizado *transdisciplinarmente*, no quadro das Ciências Humanas/Sociais.

### 5.3.2.2 *Concepção de mudança linguística*

Quanto à concepção sobre o que é mudança, na revisão do sociofuncionalismo (cf. 5.3.1) indicou-se que, frente ao impasse quanto a essa definição (enquanto na *sociolinguística variacionista mudança é propagação* de uma inovação, *no funcionalismo mudança é emergência e propagação* de uma inovação), os autores do campo elegeram a visão funcionalista. Tendo essa decisão em mira e também considerando a visão dos EC de que as mudanças têm origem na *atividade social cotidiana superior, instância em que a atividade cognitiva (i) já apresenta mais regularidades sociais, (ii) tem um auditório social determinado e (iii) está em contato com os sistemas ideológicos formalizados*, podendo, por isso, ecoar as mudanças sociais (cf. 4.2.3), considera-se aqui, tal como no sociofuncionalismo, *que emergência e difusão de inovações, desde que correlacionadas à atividade social cotidiana superior, já são mudanças – porque gozam de regularidades sociais*.

Além disso, se no sociofuncionalismo é preciso lidar com a diferença de foco quanto aos processos de variação e de mudança (nos estudos variacionistas labovianos, o foco está variação; nos estudos funcionalistas, o foco está no percurso de mudança), o que levou os autores a proporem um percurso (*'...gramaticalização > variação > gramaticalização > variação...'*) de mudança que permite ao pesquisador concentrar-se em um ou outro foco, *aqui propõe-se o mesmo percurso*, segundo o qual *a variação decorre do processo de mudança*, sendo, inclusive, uma das etapas dela. Assim, no âmbito de um *sociofuncionalismo dialógico*, o foco em questões relacionadas à variação tenderia a conduzir os pesquisadores para as discussões empreendidas no âmbito da TOV – retome-se do Capítulo 3, por exemplo, que a literatura revisada da TOV não se dedica a questões sobre mudança –, ao passo que o foco em questões relacionadas à mudança tenderia a conduzir os pesquisadores para as discussões do FUNC/GRA, estando os EC, num caso e outro, implicados nas discussões teóricas e nas decisões metodológicas.

*Remodelando a questão sociofuncionalista*, contudo, vincula-se aqui o percurso *de mudança linguística* (e conseqüentemente, a variação) *a um percurso de gêneros do discurso (e seus estilos)*, com a hipótese de que fenômenos inovadores se regularizam pela via dos gêneros, uma vez que, a depender de suas finalidades sócio-ideológicas, a inovação pode ser favorecida ou retida. Com isso, análises contrastivas (entre gêneros), segundo uma perspectiva estética de linguagem, permitiriam, por exemplo, a observação da infiltração da forma nova no sistema linguístico *pela via das práticas sociais*.

Especificamente quanto à mudança (por gramaticalização)<sup>725</sup>, à vista disso, concebe-se, num sociofuncionalismo *enunciativo-discursivo*: (i) que ela nasce com a emergência de uma inovação (evêntica), já caracterizada como um ato social, e percorre um lento e gradual caminho de gramaticalização; esse processo instaura variação, que se reflete num *longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos* – a trajetória (social) das mudanças linguísticas, assim, pode ser inferida a partir da observação dos gêneros do discurso; e que (ii) ela têm origem nos gêneros das esferas da ideologia do cotidiano (porque, nesse âmbito, os gêneros são mais sensíveis a qualquer sinal de flutuação na atmosfera social), e migra paulatinamente para aos gêneros das esferas dos sistemas ideológicos especializados.

Admitindo as mesmas possibilidades *de solução* da variação indicadas pelos sociofuncionalismo – (i) uma ou mais formas/camadas de um domínio funcional podem perder espaço para as demais e, assim, entrar em desuso; (ii) as formas podem adquirir significados específicos ou serem selecionadas para contextos distintos; (iii) uma forma pode adquirir um significado mais geral, recobrando as demais funções exercidas por formas concorrentes, fazendo com que essas tenham seus usos reduzidos – adverte-se apenas que, como o âmbito de um sociofuncionalismo *enunciativo-discursivo* se volta para *princípios explicativos*, há que se considerar, quanto a essas possibilidades de solução, a influência dos seguintes aspectos, dentre outros: (i) tipo de modalidade (oral ou escrita) da língua; (ii) tipo de esfera social; (iii) tipo de gênero – e, para casos de gêneros da escrita, tipo de mídia (impressa ou digital), por exemplo.

---

<sup>725</sup> Reitere-se que estamos nos referindo a apenas um tipo de mudança, nesta tese – a mudança por gramaticalização.

Além das observações precedentes, há que se destacar que essas *possibilidades de solução* da variação só podem ser consideradas se se toma a questão de um ponto de vista mais específico, tendo em mira a concorrência entre (determinadas) formas para a expressão de funções similares. De um ponto de vista mais geral (teórico), contudo, conforme mencionado anteriormente, há que se destacar que a *variação não tem solução*, no sentido de que a estratificação linguística (em decorrência da estratificação de pontos de vista sociais) é insuperável. Assim, o ciclo de variação, quanto à expressão de funções similares, nunca se encerra.

Recuperando as discussões deste capítulo quanto à mudança linguística (cf. 5.1.5), bem como considerando os pontos de reflexão desta subseção, pode-se dizer que, da articulação entre o FUNC/GRA, a TOV e os EC resultam as seguintes concepções:

- (1) a premissa de que o processo de mudança é lento, gradual, ininterrupto e de que a integração de um fenômeno novo *ao sistema da língua percorre um caminho de experimentação de gêneros e de estilos*, tendo início em tipos específicos de textos, no âmbito dos quais ocorre a correlação entre formas e funções;
- (2) a premissa de que é a inscrição da perspectiva (avaliativa) do falante na língua que desencadeia mudança semântico-pragmática, a primeira etapa da gramaticalização, mediante a instauração de polissemias, de modo que *mudança de significado é sempre uma questão de reavaliação*;
- (3) a percepção de que a mudança linguística está subordinada aos seguintes tipos de mudança e nessa ordem: *mudanças nas relações sociais geram mudanças nas interações verbais, que geram mudanças nas formas de comunicação verbal, realizadas por meio de gêneros e, por fim, essas mudanças motivam mudanças nas formas linguísticas*;
- (4) o entendimento de que o que justifica semelhanças tipológicas são *condições compartilhadas para a mudança*, considerando princípios interacionais e socioculturais, além de mecanismos cognitivos que conduzem, na mente dos falantes, esse tipo de processo.

### 5.3.2.3 Especificação do objeto de estudo

No que tange à especificação do objeto de estudo, (i) enquanto no sociofuncionalismo estabelece-se como objeto de investigação o

percurso de mudança/gramaticalização de um item (foco na mudança), e o modo como disso decorre o compartilhamento de funções entre diferentes formas (foco na variação) – prioritariamente em uma perspectiva pancrônica –; (ii) *na abordagem aqui empreendida, o objeto de estudo é o estilo, i.é, os recursos que coocorrem no âmbito dos gêneros do discurso, dentre eles os fenômenos em variação/mudança – prioritariamente em uma perspectiva sincrônica*<sup>726</sup>. Esses, então, são vistos como constitutivos do estilo dos gêneros, estando a serviço, ainda que indiretamente, da produção de sentido. Com esse recorte, o raciocínio é: *compreender a parte* (o fenômeno em variação/ mudança) *no âmbito do todo* (o estilo do gênero).

As formas de expressão de um fenômeno em variação/mudança, nesse enquadre estilístico, podem ter a mesma ou similares funções (expressão do futuro do presente, por exemplo), mas podem diferir em termos de matizes semântico-pragmáticos e também em termos expressivos (porque a expressividade é do gênero). Sob essa ótica, *o que mais interessa a um sociofuncionalismo enunciativo-discursivo é particularmente as diferentes nuances semântico-pragmáticas e expressivas que as formas podem adquirir em cada contexto de uso e, assim, participar da produção de sentido da enunciação*.

Outro aspecto a se considerar quanto ao recorte do objeto de estudo é que, no âmbito dos estudos sociofuncionalistas, considerando-se o foco na variação, parte-se, geralmente, do exame de todas as diferentes camadas de um domínio funcional em situação de estratificação, para averiguar a frequência de uso das formas, identificar suas eventuais (sub)funções e, então, selecionar aquelas que receberão uma análise mais aprofundada por meio de instrumental estatístico. Na abordagem aqui proposta, como garantir o exame de tantas formas/camadas e (sub)funções, como no caso do domínio funcional de futuro, quando essas são vistas sob o escopo dos gêneros do discurso?

A depender do objetivo do pesquisador, vislumbramos pelo menos duas possibilidades: (i) *se o interesse recai sobre um domínio funcional* e os itens que compartilham (sub)funções sob o escopo desse domínio, é importante eleger para a análise uma quantidade de gêneros e estilos que propicie a ocorrência do maior número possível de formas e

---

<sup>726</sup> Ressalte-se, além disso, que em uma e outra abordagem também é possível um olhar sincrônico ou um olhar diacrônico, respectivamente.



examiná-las comparativamente à luz de cada gênero/estilo; (ii) *se o interesse recai sobre a configuração estilística de um gênero*, é importante fazer um levantamento dos recursos que coocorrem no âmbito do gênero e, então, selecionar o(s) fenômeno(s) variável(is) a serem tomado(s) como objeto de análise, em sentido estrito, investigando as formas que concorrem para a expressão do(s) domínio(s) funcional(is) em pauta. Em ambos os casos, a variação/mudança é tomada como um fenômeno estilístico e a serviço da produção de significado social, ainda que as formas variáveis participem disso apenas indiretamente.

#### 5.3.2.4 Aspectos metodológicos

Nesta subseção explicitam-se premissas metodológicas que derivam das aproximações feitas entre os campos em foco e, na sequência, sugere-se uma *ordem metodológica* para investigação do estilo dos gêneros, âmbito no qual se propôs que sejam examinados fenômenos em variação/mudança.

Das discussões sobre a TOV (cf. Cap. 3), indicou-se que o estudo do estilo, o objeto de estudo da interface aqui proposta, demanda metodologia própria e convoca análises qualitativas que devem se desenvolver no âmbito de práticas sociais – porque o significado social da variação se localiza no padrão qualitativo da variação. Desse modo, a análise tenciona produzir conhecimento sobre a prática social (e não exatamente sobre o sistema linguístico) – e o discurso é uma prática – desde que a variabilidade linguística passou a ser considerada não apenas meio para a mudança, mas principalmente meio para projeção/construção de identidade, para o que a ideologia é fulcral. Nesse caso, o aspecto central desse tipo de análise são contextos socioculturaisparticulares de práticas sociais, de modo que a identificação/compreensão de crenças socioculturais e de normas sociais são aspectos centrais para o conhecimento da dinâmica social que circunscreve a prática sob exame.

Com efeito, assume-se que as categorias de análise desse tipo de investigação não podem ser definidas *a priori*, mas dependem do próprio exame das práticas, observadas por meio de procedimentos etnográficos, que focalizam diversos tipos e fontes de dados. Como a análise de contexto e a de discurso se misturam (cf. 3.4.3.3), admite-se que a análise de discursos também se caracteriza como pesquisa (de orientação) etnográfica – daí a análise de gêneros do discurso ser

condizente com o tipo de análise que se convoca na TOV. A despeito dessas considerações, recupere-se que Mendes (2017) (cf. 5.2.3.2) destacou justamente a empreitada metodológica como a questão a se enfrentar na TOV.

Já das discussões sobre o FUNC/GRA, destacou-se também uma inclinação do campo, em suas *tendências atuais*, para a *análise de contextos e de textos*, embora a própria abordagem admita falta de uniformidade, entre seus pesquisadores, quanto à compreensão acerca dos elementos do contexto que podem impactar os usos linguísticos, no âmbito dos textos. Mesmo assim, o interesse pelas condições de produção dos textos encaminhou o campo para análises *prioritariamente qualitativas*, embora isso não atenuie, nessa abordagem, o interesse pelas análises quantitativas, uma vez que a frequência de ocorrência de formas/funções aponta para o grau de gramaticalização de um item sob exame.

Considerando, então, que do diálogo (apenas) entre essas abordagens nasce um duplo enfoque de pesquisa, quais sejam, foco na língua enquanto prática social – foco qualitativo – e foco na língua enquanto sistema – foco quantitativo –, *compreende-se que a saída para acomodar os diferentes interesses que emergem da interface proposta é a adoção de uma análise multidimensional ou multiplex*, nos termos de Tagliamonte (2012), passível de considerar um amplo espectro de condições humanas (cf. 3.4.3.1). Em outros termos, tendo em mira que um *design* de pesquisa é um modo de teorizar o próprio objeto de estudo (cf. 3.4), o desafio aqui é conjugar um modelo de trabalho que tome os usos linguísticos como uma prática estilística, com um modelo de trabalho que investiga a mudança linguística associada ao processo de gramaticalização. Mas tudo isso ainda deve estar sob o escopo de uma visão dialógica da linguagem.

Nesse ponto, os EC são bastante produtivos para a interface compreendida, uma vez que eles indicam *uma ordem de análise* da língua, considerando diferentes etapas, que refletem tanto os aspectos que motivam a variação quanto a ordem em que ocorre a mudança linguística. A ordem de análise da língua (língua-discurso) proposta pelos EC é, então, condizente tanto com as expectativas da TOV (com

foco na variação)<sup>727</sup> quanto com as do FUNC/GRA (com foco na mudança).

Frentes a essas considerações, destacam-se, a seguir, *em primeiro lugar*, os seguintes axiomas metodológicos que derivam da aproximação empreendida entre o FUNC/GRA, a TOV e os EC:

- (1) identificação de situações de uso linguístico variável dentro de um domínio funcional e isolamento (prognóstico) das formas variantes ou camadas que assumem as mesmas ou similares funções;
- (2) interesse na compreensão da prática social na qual a variação é acionada, pois é nela que a variação adquire significado social, o foco do exame da variação;
- (3) análise do contexto (sociocultural, comunicativo) de ocorrência de práticas sociais específicas em que se verifica o uso de fenômenos variáveis, com a premissa de que o aspecto da expressão está diretamente correlacionado com o contexto de uso;
- (4) análise dos seguintes aspectos constitutivos do contexto, que participam da determinação dos usos linguísticos: (i) conjuntura socioeconômica; (ii) sistemas ideológico-culturais; (iii) perspectiva pessoal/ avaliação; (iv) tipo de interação social; (v) audiência; (vi) tipo de relação entre os interlocutores; (vii) conteúdo temático; (viii) organização estilístico-composicional; (ix) grupo social; (x) relações cronotópicas; (xi) enunciações alheias (precedentes e subsequentes);
- (5) por conjugar todos os aspectos analíticos anteriores: (i) exame de gêneros do discurso, a unidade real e concreta do uso da língua e o próprio *locus* da interação; e (ii) exame das relações dialógicas que os constituem – por esse último aspecto, inclusive, é que se denominou a interface aqui empreendida de *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*;
- (6) análise da relação valorativa que os sujeitos estabelecem com os aspectos constitutivos da interação (como o interlocutor e o

---

<sup>727</sup> Com isso, acredita-se que o *design* metodológico aqui proposto, embora recubra interesses mais amplos, pode iluminar também as questões a serem enfrentadas na TOV, especificamente.

- tópico), pois isso pode ser a chave para a compreensão do que motiva os usos de fenômenos variáveis;
- (7) visão de que não há categorias de análise dadas *a priori* para o estudo das práticas sociais – há diretrizes e aspectos constitutivos, tais como os indicados em (3) e em (4) –, mas deve-se depreender de cada prática sob exame os fatores de análise;
  - (8) exame dos gêneros do discurso à luz das esferas sociais a que se filiam; nesse âmbito, análise do contexto estilístico (linguístico) do(s) gênero(s) – em que se examina(m) fenômeno(s) em variação/mudança – *por meio do levantamento de recursos linguísticos coocorrentes*;
  - (9) na explicação da mudança, consideração de que as relações sociais evoluem; (ii) a comunicação e a interação verbais evoluem no quadro das relações sociais; (iii) as formas dos atos de fala, ou seja, os gêneros do discurso evoluem como consequência das mudanças na interação verbal; (iv) e todo esse processo evolutivo se reflete na mudança das funções e das *formas linguísticas*;
  - (10) interesse na compreensão do percurso de mudança dos itens em processo de gramaticalização, tendo em vista um percurso de gêneros e de estilos;
  - (11) análise de diferentes tipos de dados (escritos, públicos, de internet etc.);
  - (12) exame da *persona* ou ponto de vista (o que evoca uma posição ideológica) que se assume em práticas sociais específicas;
  - (13) análises contrastivas;
  - (14) quantificação das frequências *type* e *token* e interpretação delas;
  - (15) testagem de grupos de fatores diversos para identificação de contextos de uso de formas e de funções;
  - (16) detalhamento dos grupos de fatores, a fim de se captar variações e mudanças em curso ainda incipientes e, posteriormente, amalgamento de fatores em busca de possíveis generalizações;
  - (17) conjugação de análises qualitativas de orientação etnográfica e quantitativas;

- (18) conjugação de análises interpretativistas e descritivistas<sup>728</sup>;
- (19) foco em princípios e processos que expliquem a paisagem sociolinguística;
- (20) análise linguística a partir de um quadro *transdisciplinar*.

Acomodando esses axiomas, em segundo lugar, à *ordem de análise* proposta pelos EC (cf. 4.2.4), pode-se conceber a análise de fenômenos em variação/mudança, no âmbito de *um sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*, em *cinco etapas* que se interdefinem, a partir de um estilo de trabalho *top down* (cf. 4.5), e que podem ser realizadas quer do ponto de vista sincrônico, quer do diacrônico ou mesmo do pancrônico, quais sejam: (i) Etapa 1: Exame da organização socioeconômica da sociedade em que se localiza a prática de uso da língua em foco; (ii) Etapa 2: Exame do intercâmbio comunicativo social; (iii) Etapa 3: Exame da interação verbal; (iv) Etapa 4: Exame das enunciações; (v) Etapa 5: Exame das formas gramaticais.

Ressalve-se que a proposição dessas cinco etapas analíticas, nessa ordem, embora evoque diretamente o *esquema* do processo que provoca mudança na língua, segundo os EC, articula princípios metodológicos dos três campos em tela. Assim, esse *layout* metodológico não se reduz ao dos EC, nem ocorre de os princípios metodológicos de um campo específico estarem contemplados exclusivamente em uma etapa ou outra: do início ao fim, cada etapa de análise se constitui, na abordagem aqui proposta, *a partir de* indicativos compartilhados entre os campos.

A seguir, ao tratar-se de cada uma dessas etapas, respectivamente, explicita-se como os diferentes axiomas metodológicos acima referidos, resultantes da articulação entre os campos, distribuem-se pelas etapas de análise.

---

<sup>728</sup> Se se considera que toda descrição é um gesto de interpretação e que essa se orienta por pressupostos teóricos, tem-se que as fronteiras entre uma prática metodológica e outra (interpretação e descrição) não são tão nítidas assim – daí não haver, em nossa compreensão, incompatibilidades na articulação desses aspectos.

### 5.3.2.4.1 Etapa 1: Exame da organização socioeconômica da sociedade em que se localiza a prática de uso da língua em foco

Em conformidade com a premissa dos EC de que a língua em uso reflete em todos os seus elementos tanto a organização econômica como a organização sociopolítica da sociedade que a gerou (cf. 4.2.4), apresentou-se que o campo variacionista, representado por Tagliamonte (2012), por exemplo, também concebe que o desenvolvimento de um recurso linguístico reflete mudanças sociais e econômicas (cf. 3.4.3.1), de modo que esse tipo de análise pode orientar, em primeiro plano (um plano mais alto), pesquisas com foco tanto na variação quanto na mudança linguística.

Como evidência da produtividade dessa etapa de análise, Eckert (2016, p. 10), por exemplo, afirma que “[o]s ditongos centralizados dos pescadores vineyardenses não surgiram do nada, *mas foram uma resposta à mudança econômica uma estratégia para afetar essa mudança*” (grifos nossos)<sup>729</sup>. De igual modo, o estudo de Zhang (2005) (cf. 3.3.3.2.3) ilustra como o contexto socioeconômico e cultural de uma sociedade pode se converter em uma fonte para novos arranjos sociais, discursos culturais, práticas sociais, subjetividades, variedades linguísticas etc., viabilizando, portanto, a construção de novas identidades por meio também de novos usos linguísticos.

Essa etapa de análise produz conhecimento, portanto, para explicar o porquê da emergência de certas mudanças e, em decorrência disso, de certos tipos de variação estilística. Nesse contexto, a busca seria *pelo valor simbólico (no mercado linguístico)*<sup>730</sup> a que cada uma das formas variantes ou camadas funcionais poderia estar atrelada, *no âmbito de práticas específicas (locais)*, sem se desconsiderar o conjunto das demais práticas sociais (globais), já que todas as práticas de uma sociedade estão em correlação e, de maneira mais, ou menos, direta, se interdefinem.

---

<sup>729</sup> “The Vineyard fishermen’s centralized diphthongs did not emerge out of nowhere but were a response to economic change and a strategy for affecting that change”.

<sup>730</sup> Escapa aos interesses deste texto aprofundar a noção de *mercado linguístico* desenvolvida por Bourdieu (1977; 1991). Toma-se a questão apenas em remissão ao estudo de Zhang (2005) (cf. 3.3.3.2.3).

*Embora, essa etapa analítica seja mais relevante para alguns fenômenos linguísticos do que para outros e, conforme os EC, seja uma questão de investigação mais típica de outras ciências sociais (cf. 4.2.4), para o fenômeno em tela, nesta tese, ela está indiciada, de certo modo, já que Oliveira (2006), encontrando discrepâncias quanto à frequência de ocorrência de futuro sintético (FS) entre os dados de Salvador e do Rio de Janeiro, na década de 1970, atribui esse resultado às diferenças socioculturais entre uma localidade e outra (cf. 1.2.3). Considerando que aspectos socioculturais e socioeconômicos se interligam, estamos compreendendo que as considerações da autora sinalizam para relação entre infraestrutura e superestrutura que essa etapa analítica, de natureza qualitativa, pressupõe.*

O alerta que deve ficar quanto a essa etapa de análise é a imprescindibilidade de não se cair num marxismo vulgar (cf. 4.2.4), em busca de relações diretas entre a estrutura socioeconômica e sociocultural de uma sociedade e as práticas de uso da língua: nos termos de Hall (2003), a articulação entre um nível e outro deve ser vista em termos de *efeitos que não correspondem necessariamente a suas origens*. Lidar com esse tipo de questão pode conduzir os linguistas a uma *formação transdisciplinar*, já que, para esse tipo de análise, *fundamentada na teorização da organização social*, deve-se *incorporar os recentes desenvolvimentos de outras disciplinas das ciências sociais*, conforme alerta Zhang (2005) (cf. 3.3.3.2.3). Com isso, talvez se pratique uma análise condizente com o *campo metalinguístico*, não definido, mas requerido pelos EC (cf. 4.1.3).

Dentre as premissas metodológicas mencionadas, fazem parte dessa etapa analítica: (3) e (4) – item (i).

#### **5.3.2.4.2 Etapa 2: Exame do intercâmbio comunicativo social**

Pelo que se depreendeu da literatura dos EC, essa etapa analítica pressupõe *exame da esfera de produção da prática* que se observa, com o pressuposto de que ela mesma – sendo o espaço em que ocorrem as interações sociais e, por isso, o espaço de criação ideológica – orienta a visão/compreensão que se tem da realidade, já que engendra seus próprios sistemas de concepções, com base em sistemas de valores específicos, orientando também, ao final, a organização estilístico-composicional das enunciações. Resgate-se de 1.3.1 que o que Silva (2010) examina como grupo de fatores denominado *ambiente de ocorrência de tempo futuro* (doméstico ou profissional) – sendo esse

grupo, inclusive, selecionado na análise quantitativa como um fator motivador dos usos de FP – pode ser considerado *exame da esfera* de produção dos usos linguísticos. A diferença é que, enquanto a análise quantitativa apenas indica a relevância desse fator, a análise qualitativa da esfera explica o motivo disso.

As condições sociais *de produção* (como as especificidades da esfera, do tipo de autoria, de horizonte apreciativo-ideológico), *de circulação* (como o tipo de interlocutor, de horizonte ideológico-apreciativo do outro, os meios de circulação, os espaços e o tempo de circulação) e *de recepção* (como os modos de publicação, a situação imediata de interação) dos gêneros do discurso são, então, aqui investigadas. A título de exemplificação, considere-se que o exame de práticas sociais no âmbito da esfera jornalística exige compreensão de uma série de questões, tais como: o tipo de ideologia que ela cultiva, a modalidade de língua (oral ou escrita) a partir da qual predominam suas práticas (e, no âmbito disso, a incorporação de questões teóricas sobre a relação entre fala e escrita) etc. Além disso, tal como indicado por Leitner (1998) (cf. 3.4.2.2), a análise desse tipo de esfera exigiria:

- (i) a consideração de que a relação entre o discurso jornalístico e a realidade não é direta, mas passa por um processo de interpretação, segundo o qual na seleção, na categorização e na transformação da informação já atua a postura ideológica do tipo de jornal que se observa;
- (ii) a premissa de que a prática de linguagem dessa esfera é controlada por fatores – tecnológicos, filosóficos, legais etc. – que são específicos, de modo que certas características da linguagem dessa esfera emanam dos próprios limites e interesses dela;
- (iii) o reconhecimento de que a linguagem, nessa esfera, passa por um processo de controle estilístico que expressa seus valores, de um modo geral, e os valores de um jornal, de um modo mais específico;
- (iv) a visão de que os jornais criam e/ou incorporam em sua prática *uma imagem de destinatário*, de modo que o emprego da língua, nessa esfera (e em todas elas), já é uma *versão sobre a língua do público a que se destina*.

Com esse tipo de análise, também de natureza qualitativa, tem-se o exame da atmosfera social, do contexto cultural e ideológico que



envolve a prática e a partir do qual se constituem os diferentes modos de se estar, historicamente, no mundo – e, portanto, os diferentes modos de dizer.

Com esse tipo de informação pode-se compreender, por exemplo, por que, embora as pesquisas indiquem que na expressão do FP há uma competição mais acirrada entre FS e IR/PRE, sendo, então, as formas P e PH consideradas menos frequentes, os resultados parciais de Tesch (2011) (considerando o ano de 2008), e de Vieira (2014), na análise de jornais, apontam para concorrência entre FS e P, havendo, nessa última pesquisa, inclusive, uma frequência de uso de P que supera o uso de FS, no jornal *Aqui CE* (cf. 1.2.2).

Ficam contempladas nessa etapa de análise, então, as seguintes premissas metodológicas anteriormente mencionadas: (4) – item (ii) – e (8).

### **5.3.2.4.3            Etapa 3: Exame da interação verbal**

Nessa etapa também se investigam, do ponto de vista qualitativo, *as formas e os tipos de interação verbal, com foco na relação entre locutor e interlocutor, em ligação com as condições concretas em que se realizam, uma vez que a enunciação é produto do tipo de interação.*

Nessa etapa de análise também cabem investigações quanto às modalidades ou mídias (oral, escrita, digital etc.) por meio das quais a interação se realiza. Nesse âmbito, torna-se necessário, por exemplo, assumir uma concepção de mídia, dado sua imbricação com questões ideológicas – a internet, nesse contexto, é um ponto de ruptura com outras mídias, uma vez que, em alguma medida, dá voz a certos grupos silenciados por outras mídias, e isso produz efeitos de sentido. O uso de determinados fenômenos variáveis deve, supostamente, em alguma medida, também ser afetado por questões dessa natureza.

Além disso, o exame dessas questões em situações específicas de interação poderia rever certos pressupostos assumidos nas pesquisas revisadas, como por exemplo, o de que a escrita é mais formal e mais elaborada do que a fala (STRONGENSKI, 2010) ou mesmo o de que fala e escrita organizam-se por um *continuum* de formalidade (BRAGANÇA, 2008) – retome-se que Zhang (2005) chama atenção para a complexidade da prática linguística e, com isso, para a inadequação de classificações unidimensionais dos recursos linguísticos (cf. 3.3.3.2.3).

Assumindo a premissa de que quanto mais se conhecem as peculiaridades da interação verbal/discursiva, mais se chega às motivações dos usos (variáveis) e das mudanças linguísticas, ficam contempladas nessa etapa de análise as seguintes premissas metodológicas já mencionadas: (2), (4) – item (iv) – e (12).

#### 5.3.2.4.4 Etapa 4: Exame das enunciações

Aqui se realiza *o exame dos gêneros do discurso propriamente ditos*, levando-se em conta sua dimensão social (em parte já analisada nas etapas precedentes) e sua dimensão verbal, considerando as feições do gênero, no que tange ao *conteúdo temático* e à *organização estilístico-composicional*. É nessa fase analítica, portanto, que se analisam os recursos linguísticos agenciados sob a baliza dos gêneros.

Com esse tipo de análise também se compreendem os contextos e os discursos mais amplos da interação – quer porque eles estão indiciados na estruturação dos gêneros do discurso, quer porque a compreensão desses contextos auxilia no entendimento da discursividade dos textos (cf. 4.5) –, de modo que, com essa etapa de análise, se realiza *o exame do objeto estético em sua estrutura e singularidade* e se depreendem os aspectos que motivam os usos linguísticos. Análises contrastivas, nesta etapa, são bastante produtivas, já que geram informações sobre como diferentes finalidades discursivas motivam diferentes estilos verbais – no âmbito dos quais os fenômenos variáveis se realizam.

Considerando a visão dos EC de que as relações dialógicas são constitutivas dos gêneros do discurso – sendo elas, portanto, um importante ponto a ser considerado nessa etapa analítica – e tendo em vista que essas relações se manifestam, do ponto de vista estilístico-composicional, por meio, por exemplo, do *discurso relatado direto* e *indireto*<sup>731</sup> (cf. 4.3.1), vale mencionar o trabalho de Zilles e Faraco (2002) que, orientando-se pelas concepções de Bakhtin/Volochínov (2014 [1929]), argumentam *que estudos sobre fenômenos variáveis não podem tomar os enunciados como homogêneos, mas devem estar atentos ao fato de que, na composição dos enunciados, diversas vozes*

---

<sup>731</sup> Os EC ainda falam da *construção híbrida* a que não se faz referência neste ponto do texto.

*sociais estão presentes.* Nesse caso, sendo o discurso citado ou reportado *uma enunciação sobre a enunciação*, de modo a não coincidir com a enunciação de origem, mas ser uma representação dela, *a não observação dessa questão pode, por exemplo, comprometer até as análises quantitativas de fenômenos variáveis.*

A título de exemplificação, Zilles e Faraco (2002), observando algumas amostras do Projeto Varsul (Variação Linguística na Região Sul do Brasil), identificam variação na expressão do futuro do presente, quando estão em contraste, na fala de um locutor, discurso reportado (fazendo-se citações bíblicas) e discurso reportante, conforme o excerto seguinte (grifos acrescidos nas formas verbais):

Ele inclusive disse também que: “**Passará-**” Não me lembro direito né? **Vou tentar** reproduzir aqui: “**Passará** o céu e a terra, mas minhas palavras não **passarão.**” Né? (ZILLES; FARACO, 2002, p. 31).

Para os autores, esse contraste entre discurso reportado, que seleciona formas sintéticas de futuro do presente (FS) ao recuperar excerto de texto bíblico, e discurso reportante, que seleciona forma perifrástica (IR/PRE) na entrevista sociolinguística, “só pode ser adequadamente avaliado se relacionado não só com a mudança em curso na língua portuguesa, mas também com a sua configuração nos diversos tipos de discursos” (p. 31).

Além disso, observem-se, a seguir, os usos de futuro em uma notícia jornalística (grifos acrescidos nas formas verbais):

### **Setor de Educação tem nova estrutura**

Atribuições dadas ao diretor geral da secretaria **dará** [sic] liberdade ao secretário para articulação política, maior proximidade das escolas e busca de recursos

A secretaria de Educação de Laranjeiras do Sul inicia 2009 com reestruturação. A partir de agora, o secretário Nelson Gomes **contará** com Vicente Dalmolin como braço-direito na direção geral da secretaria. A novidade foi anunciada durante a capacitação dos professores, ontem (terça-feira, 03) no Iguazu Tênis Clube.

De acordo com o secretário, a medida lhe dá mais liberdade para estar junto às escolas. “Há muita burocracia e com esta ajuda posso contribuir com o trabalho que já fazia anteriormente, de articulação política. O secretário

também precisa estar mais próximo para atender os problemas das escolas, diferente da situação anterior, quando ficava o dia todo atendendo a demanda dentro da secretaria de Educação”, disse Nelson Gomes.

Entre as funções que **deverão ser** atribuídas ao diretor geral da secretaria, está a questão de veículos, transporte escolar e distribuição de cargos. “**Vamos melhorar** o trabalho que já fazíamos, em função da nova estrutura”, defende Nelson Gomes. “**Vamos implantaremos** [sic] uma nova realidade na educação de Laranjeiras. Antes, devido as funções, o secretário virava um técnico dentro da secretaria e não via a realidade das escolas. Agora ele **estará mais presente**”, completa Vicente Dalmolin.

Fonte: Jornal Correio do Povo do Paraná, fevereiro de 2009<sup>732</sup>

Note-se, na notícia acima, a prevalência do FS, acionando-se, porém, IR/PRE no *discurso reportado direto*, ou seja, quando se reproduz a voz do secretário de Educação, o que demanda investigação, portanto, sobre os motivos para essa diferenciação. Além disso, na segunda citação da voz do secretário é possível perceber uma aparente hesitação do jornalista em relação à expressão de futuro: na dúvida entre “*vamos implantar*” ou “*implantaremos*”, o jornal deixou escapar “*vamos implantaremos*”.

Esse dado explicita o *enquadramento* que o jornalista faz do que é dito pelo entrevistado, não se tratando, portanto, apenas de uma *reprodução do dizer do outro, mas de uma apreensão de seu discurso, a partir de uma determinada ótica avaliativa* – sobre as formas e/ou sobre quem as enuncia. Retome-se, neste ponto, que a pesquisa de Tesch (2011) (cf. 1.2.2) encontrou (embora não em discurso reportado) o mesmo tipo de “erro” jornalístico (“Mais sete ônibus articulados **vão serão** incorporados ao Sistema Transcol na próxima segunda-feira”), indicativo da consciência e da atitude avaliativa do jornalista em relação às formas de expressão do futuro do presente, em relação, portanto, ao trabalho de representação dos eventos no mundo. A análise da heterogeneidade discursiva constitutiva dos gêneros pode, assim, contribuir para a explicação da variação no âmbito dos gêneros do

---

<sup>732</sup> O jornal anunciado é o de maior circulação na cidade de Laranjeiras do Sul, município do estado do Paraná. A notícia acima é da versão on-line do jornal e está disponível em: <https://www.jcorreiodopovo.com.br/noticia/setor-de-educacao-tem-nova-estrutura>. Neste ponto de discussão, não está em questão o tipo de mídia do texto que se apresenta.

discurso – fornecendo evidências, ao mesmo tempo, sobre a avaliação que se faz das variantes, ao se distribuí-las por diferentes grupos e vozes sociais.

Considerado ainda que os resultados da pesquisa de Silva (1997) indicaram associação entre tipologia textual e atitude do locutor em relação ao que diz, estando, a partir dessa relação, distribuídos os usos de FP (cf. 1.2.4), pode-se depreender, tal como se argumentou em 5.2.3.1, a possibilidade de segmentação dos gêneros do discurso, nessa etapa de análise, *em termos de relações dialógicas*.

A fim de ilustrar o modo como se pratica análise de gênero, pondo em destaque (i) exame de relações dialógicas e (ii) levantamento de recursos linguísticos coocorrentes no âmbito do estilo do gênero – conferindo-se ainda destaque para a concepção de que a melhor maneira de se investigar o significado da variação é por meio do conceito de *persona* –, apresentam-se alguns resultados sobre análise do gênero *artigo da esfera jornalística*, empreendida por Rodrigues (2001)<sup>733</sup>. Com isso, indica-se também como a análise dessa etapa (Etapa 4) se conecta (e depende) (d)às análises empreendidas nas etapas anteriores.

Segundo Rodrigues, de modo geral, no exame do gênero *artigo jornalístico*:

- (1) Do ponto de vista da dimensão social, dentre outros aspectos:
  - a. identifica-se que entre o processo de produção e o de interpretação (dos gêneros jornalísticos em geral e do gênero *artigo* especificamente), há o trabalho de mediação da própria esfera jornalística, que regulamenta, filtra, interpreta (no sentido de impor um certo valor) e põe em evidência os fatos, os saberes etc. que farão parte do universo temático (do jornal e do gênero). Desse modo, o trabalho de seleção e divisão desse universo em cadernos, seções e suplementos já é um ato temático, estilístico e composicional, sendo, portanto, índice de produção e de interpretação dos enunciados – note-se que Vieira (2014), com o grupo de fatores *editoria* (cf. 1.2.2), que controlava justamente as seções dos jornais examinados, encontrou regularidades, quanto aos usos variáveis de FP, associadas a esse aspecto;

---

<sup>733</sup> Para mais informações, cf. Rodrigues (2001).

- b. verifica-se sistematicidade quanto à “topografia” do gênero *artigo* nos jornais: ele se situa na seção “Opinião”, entre, portanto, gêneros que são *orientados para a manifestação da expressão valorativa* a respeito de acontecimentos sociais que são notícia;
- c. *identifica-se que o interlocutor* é o leitor de classes sociais A e B, ou C, estando ainda interposto entre o articulista e os leitores a empresa jornalística, pois a publicação passa por leitura e aprovação prévia;
- d. conclui-se que o artigo é um dos gêneros em que se reconhece e se assume o trabalho avaliativo do autor (porque o artigo é assinado);
- e. *detecta-se que a autorianão* se refere à pessoa física (empírica), mas a uma *posição de autoria inscrita no próprio gênero*, que, nesse caso, *é um colaborador do jornal convidado a expor seu ponto de vista* sobre determinado assunto que seja da atualidade e de sua competência; assim, quanto ao lugar social a partir do qual tece seu ponto de vista, *o articulista é a figura do homem público, falando da sua esfera de atuação (esfera política, esfera da indústria, do comércio, da ciência etc.) sobre os acontecimentos*. Além disso, a concepção de autoria está ligada à noção de notoriedade social e profissional, e essa imagem é construída ou a partir da posição social privilegiada que o autor ocupa no cenário sociopolítico ou a partir de sua posição profissional de destaque. Com isso, tem-se que a abertura concedida pelo jornal para a opinião pública externa é restritiva – já que os “sem destaque”, os “sem nome”, os “sem prestígio” não são convidados pelo jornal a escreverem artigos – embora o jornal crie o efeito de pluralidade ideológica e abertura para a manifestação da opinião pública externa;
- f. como *efeito desse tipo de posição de autoria inscrita no artigo* (uma *persona* de reconhecimento social e profissional), *outorga-se credibilidade ao ponto de vista do articulista*, já que ele fala a partir de um lugar autorizado socialmente; com isso, estabelece-se uma *relação assimétrica com o leitor nesse gênero*, pois o articulista incorpora o *ethos* de um sujeito competente para aquilo que fala; assim, o articulista pode ancorar seu ponto de vista a partir de sua própria autoridade, legitimada por sua competência, por seu saber enciclopédico, por sua circulação social, embora esse *ethos* de autoridade não seja citado (explicitamente), mas

mostrado pela situação de interação do artigo e pelo próprio discurso nele veiculado. Com isso, a autoria desse gênero funciona como meio para estabelecimento e ancoragem da entonação do gênero: *um tom autorizado*. Mesmo assim, identifica-se que a orientação apreciativa do articulista não se constrói sozinha, mas se encontra entrelaçada com outras vozes sociais com quais se pode ter um movimento diálogo de assimilação, de apagamento e de distanciamento, por exemplo.

(2) Do ponto de vista da dimensão verbal, dentre outros aspectos:

- a) *verifica-se que o horizonte temático do artigo são os acontecimentos sociais próprios do universo da comunicação jornalística e que estão vinculados ou dizem respeito à esfera de atuação profissional do autor*. Como a emergência do artigo é motivada pelos acontecimentos da atualidade – porque “[o] artigo é um gênero que se caracteriza discursivamente como uma réplica [...] a esses acontecimentos sociais, diante dos quais o autor se posiciona” (RODRIGUES, 2001, p. 163) –, a que o articulista tem “acesso” por meio de outros discursos (já ditos), esses (os acontecimentos ou os discursos sobre eles) podem ser objeto de crítica (de concordância, de apoio etc.) do articulista ou podem ser tomados por ele como ponto de partida para o seu discurso. Assim o gênero artigo tem dupla orientação: é uma reação-resposta a esses enunciados da atualidade e busca reação-resposta ativa do interlocutor previsto;
- b) *como tal, do ponto de vista da configuração estilístico-composicional*, reconhece-se que alguns aspectos estão ligados (i) ao objeto de discurso; (ii) outros dizem respeito ao processo de produção da comunicação jornalística (como extensão do texto e normas editoriais); (iii) e outros à orientação para os enunciados já-ditos e também para os enunciados pré-figurados;
  - (i) *Em relação à orientação para os enunciados já-ditos*, verifica-se, no artigo, a manifestação de dois conjuntos de movimentos dialógicos: *movimentos dialógicos de assimilação* e de *distanciamento*, a partir dos quais o articulista vai tecendo a sua orientação apreciativa em relação aos acontecimentos sociais frente aos quais se posiciona. Do ponto de vista estilístico-composicional, esses movimentos se manifestam a partir de estratégias de *enquadramento* (de assimilação e de distanciamento, por

exemplo) e de *citação* (discurso relatado direto, indireto e bivocal) do discurso do outro, criando a perspectiva para o discurso do articulista. Do ponto de vista do enquadramento de discursos já-ditos, Rodrigues identificou que tanto o movimento dialógico de assimilação quanto o movimento dialógico de distanciamento são feitos, respectivamente, pelas seguintes *estratégias estilístico-composicionais inter-relacionadas*<sup>734</sup>: no primeiro caso (movimento dialógico de assimilação), escolha de determinados verbos ou grupos proposicionais introdutórios do discurso citado<sup>735</sup> e uso de determinadas palavras e expressões avaliativas<sup>736</sup>, essas podendo incidir sobre o enunciado ou sobre seu autor; no segundo caso (movimento dialógico de distanciamento), uso de palavras e expressões avaliativas, negação, aspas, operadores argumentativos, o chamamento do discurso do outro para desqualificar uma voz social<sup>737</sup> (o outro é que desqualifica e não o articulista), a ironia, os pronomes demonstrativos; já do ponto de vista da citação de discursos já-ditos, observam-se no artigo “desde a citação de um

---

<sup>734</sup> Exemplificam-se algumas estratégias estilístico-composicionais mencionadas por Rodrigues (2001), embora não seja objetivo desta tese exemplificar todas elas – para isso, cf. Rodrigues (2001). A questão a se destacar, neste ponto da tese, é que a análise de gêneros promovida por pesquisadores inscritos historicamente no paradigma científico dialógico já destaca elementos linguísticos que coocorrem no âmbito do estilo de um determinado gênero – informação de que se pode valer tanto os praticantes da TOV, especificamente, quanto os (futuros) praticantes de um *sociofuncionalismo dialógico*.

<sup>735</sup> Como em: “Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente” (RODRIGUES, 2001, p. 174).

<sup>736</sup> Como em: “Acaba de ser anunciada a vibrante mensagem do papa João Paulo 2º, por ocasião do 22º Dia Mundial da Paz” (RODRIGUES, 2001, p. 175).

<sup>737</sup> Como em: “Com certeza, muito da descrença popular numa saída para a eterna crise brasileira – sentimento que contribui para a vitória do FHC, com o voto na “mediocridade estável”, como diz Tarso Genro – tem a ver com a impotência da sociedade para controlar a corrupção e os desmandos, que aparentam ser inerentes à atividade política”. ([...]).(RODRIGUES, 2001, p. 182).



enunciado completo [...], até uma palavra, uma expressão que funciona como representante do todo de um enunciado com o qual o articulista mantém relação dialógica” (RODRIGUES, 2001, p. 188); assim, a autora verifica casos de discurso relatado direto (por vezes localizado dentro de gêneros intercalados<sup>738</sup> ao artigo), de discurso relatado indireto<sup>739</sup> e dediscurso bivocal, onde junto à voz do articulista está também a voz da instituição que ele representa, por exemplo;

- (ii) *Em relação à orientação para os enunciados pré-figurados*, tendo em vista a reação-resposta do interlocutor, Rodrigues identifica três tipos de movimentos dialógicos básicos: (i) *movimento de engajamento do leitor ao discurso do articulista*, quando esse eleva o leitor à posição de aliado, de um coautor, o que faz com que o discurso seja construído como se o articulista e o leitor tivessem uma mesma posição valorativa; do ponto de vista estilístico-composicional, esse

---

<sup>738</sup> Rodrigues ainda chama atenção para o fato de que o autor do artigo, sendo uma máscara (*/persona*) que se assume, pode enunciar a partir de diferentes lugares e posições sociais, assumindo, com isso, diversas máscaras em cada enunciação. Um modo de assim se apresentar no artigo é justamente por meio de gêneros intercalados (como o relato de fatos, provérbios e resumo) que, nesse contexto, funcionam em termos de desdobramentos da voz do articulista (num tipo de mosaico enunciativo). Com isso, enunciando-se a partir de outras situações de interação e assumindo outras posições discursivas – embora todas confluindo para a construção do ponto de vista do articulista –, pode-se supor que os usos de fenômenos variáveis (a depender de sua natureza) também se distribuem pelos diferentes movimentos dialógicos que constituem cada texto desse gênero – um aspecto a ser investigado em trabalhos futuros.

<sup>739</sup> Como em: “Estariamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea – a tentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a “índole latino-americana”, como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários?” (RODRIGUES, 2001, p. 194) ou “No mundo, o cigarro mata 3 milhões de pessoas por ano. Se esse hábito não for reduzido, os epidemiologistas estimam que, por volta de 2020, o fumo matará 10 milhões de pessoas anualmente (“Mortality in the Developed Countries”, Oxford University Press, 1999) (RODRIGUES, 2001, p. 195).

- movimento se manifesta por meio de traços como verbo e pronome na primeira pessoa do plural, o pronome *todos* e perguntas retóricas com questionamentos possíveis do leitor<sup>740</sup>; (ii) *movimento de refutação da possível contrapalavra do leitor*, quando o autor antecipa as possíveis reações-respostas de objeção do leitor e as abafa, silenciando-as, na medida que as incorpora no seu discurso, ou as leva em conta na construção do seu enunciado<sup>741</sup>; e
- (iii) *movimento de interpelação do leitor*, quando determinado ponto de vista do articulista é apresentado como “O” ponto de vista, “A” verdade à qual o leitor deve se sentir compelido, persuadido a aderir. *Do ponto de vista estilístico-composicional*, a presença ativa do leitor se manifesta no artigo por meio de diversos recursos (pronomes e verbos na primeira pessoa do plural, negação e operador *mas*, perguntas retóricas), dentre os quais confere-se aqui destaque aos *indicadores modais, sinalizadores, no âmbito do artigo jornalístico, da inter-relação do articulista com a reação-resposta do leitor*. Nesse contexto, a modalização não incide sobre o dito do autor, mas sobre uma possível reação-resposta do interlocutor (tentando persuadi-lo ou orientá-lo a algo) e, por isso, esse recurso tenha sido mais frequente, no âmbito do gênero sob análise, no movimento dialógico de refutação e de interpelação, funcionando como

---

<sup>740</sup> Como em: Estaríamos condenados ao populismo e a sua irmã gêmea – atentação autoritária? Deveríamos reconhecer que as instituições forjadas ao longo de séculos, na Europa ocidental e nos Estados Unidos, são incompatíveis com a “índole latino-americana”, como sempre pensaram nossos intelectuais autoritários?” (RODRIGUES, 2001, p. 210).

<sup>741</sup> Como em: “A Justiça americana acaba de conceder uma megaindenização de US\$ 51,5 milhões a uma senhora que tem um câncer de pulmão causado pelo fumo. Pagará a empresa produtora dos cigarros que ela fumou durante 35 anos. As indenizações judiciais nos campos do consumo, do meio ambiente, da saúde ocupacional, do assédio sexual e outros estão se transformando numa verdadeira indústria advocatícia em todo o mundo. Isso é preocupante. Mas, no caso do tabagismo, as pesquisas são inequívocas ao apontar o fumo como um dos principais responsáveis por várias doenças graves” (RODRIGUES, 2001, p. 211-212).

*estratégia para impor um determinado ponto de vista (o do articulista) como verdade; com isso, fortifica-se a relação assimétrica entre locutor e interlocutor.* Essa é, segundo Rodrigues, *a função discursiva central dos indicadores modais, especialmente da modalização deôntica* (subespecificada como *orientada para o falante*, nos termos de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), pelo que estamos compreendendo – cf. 1.1.1) – de modo que, por esse ponto de vista, o artigo jornalístico se localiza “no âmbito do discurso de autoridade” (RODRIGUES, 2001, p. 223). Observe-se como, em um dos exemplos citados por Rodrigues desse tipo de movimentodialógico ocorre justamente uma forma sintética de futuro do presente, conforme o excerto a seguir, do que se pode concluir que a expressividade dessa forma, nesse contexto, não se refere (exclusiva e em primeiro plano) a *índice de formalidade*, tal como os estudos sobre esse fenômeno tendem a indicar, *mas às finalidades discursivas do gênero* em tela e, dentro dele, ao tipo de relação dialógica que a posição de sujeito estabelece com seu público, ao antever sua reação-resposta:

Creio que pela matéria aqui exposta o leitor *chegará* à conclusão de que o problema não é só do Brasil, mas principalmente de todos os países onde a saúde e a educação venham a permitir uma maior expectativa de vida. (RODRIGUES, 2001, p. 220).

Dessas considerações, pode-se concluir que: (i) tal como no exame estilístico-composicional dos gêneros do discurso, *tomar o estilo como objeto de estudo (quer na TOV quer no que temos designado de sociofuncionalismo enunciativo-discursivo) demanda examinar o conjunto de recursos linguísticos que, articuladamente, desempenham uma finalidade discursiva*; a realização de fenômenos variáveis deve ser, então, compreendida à luz desse escopo, pois aí está (por hipótese), nesse nível de análise, a motivação para a distribuição das formas; o significado social da variação, então, no âmbito de práticas (discursivas) específicas pode ser apreendido do *estilo do gênero*, organizado em torno de diversos movimentos dialógicos que projetam uma *persona*; e, além disso, (ii) com essa exemplificação, compreende-se que, na prática

de um *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*, o pesquisador tanto pode desenvolver análise de gêneros quanto pode se valer de análises já desenvolvidas por pesquisadores específicos do campo bakhtiniano – o que importa é considerar a especificidade discursiva do contexto em que ocorre o fenômeno variável e em processo de mudança, para, assim, compreender, qualitativamente, os motivos do agenciamento das formas e das funções que elas exercem.

Do ponto de vista da mudança linguística, a incorporação da análise de gêneros no estudo de fenômenos variáveis que decorrem do processo de gramaticalização também auxilia na identificação do percurso de gramaticalização dos itens, dada a premissa de que os fenômenos novos entram no sistema da língua a partir de um caminho de experimentação de gêneros e de estilos (cf. 4.1.3). Nessa direção, se Malvar e Poplack (2008) concluem que a forma IR/PRE entrou no sistema da língua via contextos que expressam futuro próximo, em referência a contextos linguísticos e semântico-pragmáticos (cf. 1.2.1), no âmbito da abordagem que se está propondo aqui caberia ainda investigar a *história social* dessa forma, tendo em vista os contextos discursivos (i.é, de gêneros e de estilos) pelos quais essa forma entra no sistema da língua.

Nesses termos, ficam contempladas nessa etapa de análise as seguintes premissas metodológicas precedentemente mencionadas: (4) – itens (ii), (iii), (v), (vi), (vii), (viii), (ix), (x) – (5), (6), (9), (13), (14).

Uma observação a se fazer é que as etapas de análise de 1 a 4 aqui propostas estão todas imbricadas e pressupostas, por exemplo, na própria etapa 4<sup>742</sup>, embora tenham sido arroladas (por nós) separadamente, por estarmos seguindo a orientação de Volochínov (2013 [1930]) quanto aos aspectos de que depende e a *ordem em que*

---

<sup>742</sup> Conforme Rodrigues (2001): (i) as esferas sociais (foco da análise na Etapa 2) funcionam como um princípio de organização/agrupamento dos gêneros do discurso, de maneira que esses refletem em sua estrutura as condições e as finalidades da esfera a que pertencem; (ii) a unidade de fundamento de diferenciação das esferas (e dos gêneros, consequentemente), por outro lado, está, dentre outros aspectos, no princípio de organização do desenvolvimento técnico-econômico da sociedade (foco de análise da Etapa 1); (iii) o princípio de formação e de diferenciação dos gêneros de uma esfera é a finalidade da interação social e a relação que nela se estabelece entre os interlocutores e o objeto da interação (foco de análise da Etapa 3).

*ocorre a mudança das formas linguísticas* (cf. 4.2.4). Com isso, ficam pressupostas, na Etapa 4 de análise, todas as Etapas precedentes.

### **5.3.2.4.5 Etapa 5: Exame das formas gramaticais**

É nessa etapa que, conforme os EC, *o esteta se transforma em linguista propriamente dito* (cf. 5.2.1) e procede ao exame das formas e das funções da língua na sua interpretação linguística habitual (cf. 4.5), do que se depreende que é aqui que se pode enquadrar os mesmos procedimentos metodológicos do sociofuncionalismo (cf. 5.3.1), conforme a seguir, recorrendo-se, inclusive, à análise quantitativa típica dessa abordagem:

- (1) identificação de situações de uso linguístico variável dentro de um domínio funcional – *procedimento que, no estudo de fenômenos variáveis sob o escopo da articulação aqui proposta (tal como no sociofuncionalismo), tende a ser o primeiro passo a partir do qual o design de pesquisa se constitui* – e isolamento de formas variantes que cumpram a mesma função dentro de um domínio funcional – *ao que se chega por meio da análise estilística de gêneros do discurso, já que se admite a hipótese de formas não convencionais assumirem, na situação evêntica de interação, as funções típicas do domínio funcional sob exame* – conforme premissa (1), anteriormente mencionada;
- (2) testagem de grupos de fatores diversos para identificar os contextos de uso das formas – *procedimento em que a influência de aspectos não contemplados nas etapas qualitativas anteriores (etapa de 1 a 4) ou mesmo em que aspectos indiciados qualitativamente podem ser averiguados quantitativamente* – conforme premissas (15) e (16) anteriormente mencionadas;
- (3) detalhamento dos grupos de fatores, a fim de se captar variações e mudanças ainda incipientes e, posteriormente, amalgamento de fatores em busca de possíveis generalizações – *procedimento que pode ser realizado mediante os resultados das análises qualitativas empreendidas nas etapas anteriores* – conforme premissa (17) mencionada;
- (4) interpretação da frequência das formas, *tendo em vista, mais precisamente os axiomas da abordagem da gramaticalização* – conforme premissa (17) já mencionada;

- (5) averiguação da possibilidade de motivações em competição para os resultados obtidos – tendo em vista um amplo quadro de condições (socioeconômicas, históricas, sociocomunicativas, discursivas, linguísticas etc.) das práticas sociais – acionando, então, o conjunto de resultados oriundo das análises qualitativas e quantitativas.

Nessa etapa, o pesquisador pode constituir grupos de fatores, para a análise quantitativa, que se afinem com cada uma das etapas precedentes de análise, hierarquizando, assim, as próprias variáveis independentes. Nesse sentido, um grupo de fatores frequentemente considerado na investigação da expressão do futuro do presente como “número de sílabas do verbo principal” (SANTOS, 1997; MALVAR; POPLACK, 2008; BRAGANÇA, 2008; STROGENSKI 2010; TESCH, 2011; VIEIRA, 2014) estaria para a *etapa 5 da análise*, assim como um grupo de fatores como “gênero textual” (TESCH, 2011) estaria *para a etapa 4*. Isso não significa, contudo, prescindir das etapas qualitativas da análise (de 1 a 4) (substituindo-as por grupos de fatores), mas fomentar (mais) evidências acerca da influência dos aspectos considerados qualitativamente, com vistas à averiguação das próprias premissas teóricas e metateóricas aqui delineadas.

A título de exemplificação, resgate-se que Vieira (2014) (cf. 1.2.2) constituiu os grupos de fatores *editoria*, *veículo* e *origem* para investigar, em jornais, a influência, sobre os usos do FP, de, respectivamente, *eixos temáticos*, *perfil (ideológico)*<sup>743</sup> *do jornal* e *gêneros*; todos esses grupos foram selecionados, pelo programa estatístico utilizado na análise quantitativa, como condicionadores de uso do fenômeno. Vê-se, assim, que a análise estatística da autora confirmou a relevância de aspectos previstos aqui para serem analisados qualitativamente. Ademais, seguindo os passos de Zilles e Faraco (2002), conforme mencionado na *Etapa 4*, um grupo de fatores que poderia integrar a análise quantitativa de fenômenos variáveis poderia ser *tipo de discurso*, considerando os seguintes fatores: (i) *discurso*

---

<sup>743</sup> A autora não se refere ao *perfil ideológico* do jornal, embora se possa depreender esse tipo de leitura da descrição feita pela autora dos jornais examinados. Para mais detalhes, cf. Vieira (2014, p. 63-74).

*reportado direto; (ii) discurso reportado indireto; (iii) discurso bivocal; e (iv) discurso não reportado* (cf. 4.3.1).

Assim, compreende-se que, embora a análise se efetive por diferentes etapas, todas elas confluem para a produção de conhecimento sobre o uso estilístico de fenômenos variáveis, de maneira que os dois tipos de análise implicados no *design* multidimensional que estamos propondo nesta tese (o qualitativo e o quantitativo), podem se reforçar mutuamente.

Para além de se especificar um conjunto de grupos de fatores que podem ser controlados quantitativamente, argumenta-se, neste ponto, sobre a necessidade de se alinhar as variáveis já praticadas aos pressupostos delineados nesta tese – ou constituir novas variáveis à luz desses –, a fim de se levar a cabo uma análise de natureza discursiva, nos termos aqui indicados.

Nesse contexto, do conjunto de variáveis frequentemente observadas no estudo da expressão do futuro do presente (cf. 1.2), reflete-se brevemente sobre variáveis relacionadas às funções TAM (*temporal, aspectual e modal*), na próxima subseção, após uma reflexão, a seguir, sobre a própria *unidade de análise sob o escopo da qual devem ser observados os usos variáveis, no âmbito dos gêneros do discurso*. A fim de explicitar o que está em questão, nessa discussão, considere-se, por exemplo, a variável independente *paralelismo linguístico*.

O *paralelismo linguístico* é visto como uma “tendência à ocorrência em cadeia de marcas gramaticais que desempenham papel similar” (AMARAL, 2003, p. 96), o que dá ensejo ao pressuposto de que “marcas levam a marcas e zeros levam a zeros” (POPLACK, 1979, p. 80). Dentre os fatores dessa variável independente, discrimina-se, geralmente, *ocorrência isolada* e *ocorrências em série* de variantes, especificando-se, nesse último caso, a ordem (primeira, segunda, terceira, etc.) de cada forma, a fim de se investigar até que ponto se verifica a “tendência à repetição de uma forma anteriormente utilizada” (OMENA, 2003, p. 65).

Essa variável independente (ou grupo de fatores) tem se mostrado tão produtiva para o exame de fenômenos variáveis que tem sido, inclusive, considerada um princípio linguístico (SCHERRE; NARO, 1991) e, no caso da expressão do futuro do presente, diversas pesquisas (SANTOS, 1997; SANTOS, 2000; GIBBON, 2000; OLIVEIRA, 2006; TESCH, 2007; 2011; BRAGANÇA, 2008, dentre outras) também atestam a influência dela na escolha das formas variantes.

O problema que envolve essa variável, contudo, é que sua interpretação tem sido bastante diversificada, o que se reflete em diferentes modos de operacionalizá-la, bem como em diferentes modos de compreender seus efeitos<sup>744</sup>. Para os objetivos desta tese, reflete-se brevemente sobre como a codificação de dados, no que tange a essa variável, pode demandar a especificação de outras variáveis independentes, estando na base dessa discussão a seguinte mudança de perspectiva, considerando o modo como ela tem sido operacionalizada nos trabalhos que estudam o FP: *de variável de base sintática, com foco no paralelismo formal, a variável de base estilístico-discursiva, com foco no paralelismo semântico-discursivo*. A título de exemplificação, reflete-se sobre o seguinte excerto de artigo jornalístico mencionado por Rodrigues (2001), (grifos acrescentados às formas verbais):

- (8) Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público **será** controlado/. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só **terá** uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que **pagaremos** a conta. (RODRIGUES, 2001, p. 210).

A primeira questão a se considerar quando se toma o gênero do discurso (/o texto-discurso) como *locus* de análise é *a extensão da distância, no texto, entre uma ocorrência e outra, para que se considere caso de ocorrências em série*, no âmbito da variável *paralelismo*. Subjacente a isso, está a necessidade de se especificar, nos gêneros do discurso, a própria *unidade de análise* das ocorrências de fenômenos variáveis, conforme se observou anteriormente. Bragança (2008) e Tesch (2011), por exemplo, especificaram, para o exame da expressão do FP em gêneros jornalísticos<sup>745</sup>, *o parágrafo*, ao que tudo indica, visando a contiguidade sintática das ocorrências. Nesse cenário, as três formas de FP no excerto precedente (*será, terá, pagaremos*) seriam vistas como *ocorrências em série*.

---

<sup>744</sup> Cf. discussão em Scherre (1998).

<sup>745</sup> Retome-se que em Bragança (2008) e em Tesch (2011) não estão em questão concepções epistemológicas sobre gêneros do discurso – eles são apenas o local de onde se extraem os dados.



Numa perspectiva discursiva, contudo, mais fundamental que o aspecto sintático é a questão semântico-discursiva, nos termos do FUNC/GRA, ou apenas discursiva, nos termos dos EC, não cabendo, justamente por isso, especificar *a priori* a extensão da unidade de análise. *Justamente por esse motivo*, definiu-se, nesta tese, o futurodopresente como situações que se projetam para além do momento de fala e que tomam esse momento como ponto de referência, contemplando os seguintes casos: (i) uma (única) situação; (ii) duas ou mais situações em que uma é posterior a outra; (iii) duas ou mais situações em que uma é cotemporal a outra; (iv) duas ou mais situações em que uma é anterior a outra, *considerando que as situações em (ii), (iii) e (iv) podem ser ou não sintaticamente contíguas* (cf. 1.1.2).

Encaminhando, então, a questão para a especificação da *natureza da unidade de análise* (e não para a extensão dela), adota-se aqui como critério de delimitação das ocorrências de fenômenos variáveis, no âmbito dos gêneros do discurso, a unidade *tópico discursivo*: uma categoria de natureza discursiva, que tem relação com o assunto de que se fala, manifestando-se em dois níveis imbricados: (i) nível *semântico-discursivo* – precisando ser depreendido (pelo analista) do texto, já que não aparece rotulado explicitamente nele; e (ii) nível *sintático-discursivo* – sendo explicitamente mencionado na frase. Nesse sentido, os tópicos sintático-discursivos funcionam, entre outros recursos, como pistas linguísticas que indiciam tópicos semântico-discursivos. (GÖRSKI, 1994).

Essa visão funcionalista interessa a esta tese principalmente porque se alinha às concepções dos EC, quando esses, por exemplo, admitem que as fronteiras entre gramática e estilística são fluidas (cf. 4.4.2). Com isso, reconhece-se, na unidade *tópico discursivo*, uma instância que é, ao mesmo tempo, da gramática e do discurso; da sintaxe, da semântica e da pragmática; da frase e do texto-discurso, ficando, pois, implícito, em nossa compreensão, que tópicos discursivos, em torno dos quais se organizam os textos (/discursos), são também índices de relações dialógicas, como se exemplifica logo a seguir.

Do ponto de vista da extensão de uma unidade tópica, um tópico discursivo pode apresentar uma estrutura hierarquizada em diferentes graus de abrangência, i. é, pode haver tópicos gerais que recobrem tópicos específicos (subtópicos) no âmbito dos gêneros do discurso (KOCH, 1992; GÖRSKI, 1994; VALLE; GÖRSKI, 2014). Nessa direção, aproximando-se o conceito de *conteúdo temático* do gênero (aquilo de que se fala) da noção de *tópico discursivo*,

especialmente no nível semântico-discursivo, pode-se dizer que os gêneros têm tópicos gerais (/macro) relativamente regularizados historicamente. A título de exemplificação, o *conteúdo temático* ou o (*super*) *tópico discursivo* do artigo jornalístico “se encontra na articulação entre *a apreciação dos acontecimentos sociais e a questão do angulamento da autoria (um posicionamento externo ao do jornal (empresa))*” (RODRIGUES, 2001, p. 159; grifos nossos); em outros termos, o (*super*) *tópico discursivo* do artigo jornalístico é “réplica [...] a [...] acontecimentos sociais, diante dos quais o autor se posiciona” (RODRIGUES, 2001, p. 163).

Quanto a esse aspecto, o excerto de artigo jornalístico precedente (“Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público **será** controlado/. Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só **terá** uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que **pagaremos** a conta”) poderia, então, ser assim examinado:

- (1) Tópico regularizado historicamente (típico do gênero): *apreciação de acontecimentos sociais* (já que o gênero é artigo jornalístico);
- (2) (Macro)tópico (típico do texto ou de porções do texto de gênero): *déficit público* – considerando todo o excerto precedente;
- (3) (Sub)tópico 1 (especificação do (macro)tópico): *o que todos precisam fazer para controlar o déficit público* – considerando a frase “Se todos fizerem a lição de casa, o déficit público **será** controlado”;
- (4) (Sub)tópico 2 (especificação do (macro)tópico): *a consequência, para o cidadão, de os Estados não pagarem suas dívidas, não fazendo o que precisam fazer para controlar o déficit público* – considerando as frases “Mas, se os Estados não quiserem pagar suas dívidas, o governo federal só **terá** uma saída: aumentar impostos” e “E nós, cidadãos, é que **pagaremos** a conta”.

Em nossa compreensão, essa organização tópica e subtópica do excerto, por conta do direcionamento argumentativo do locutor (acionando, inclusive, o operador *mas*), faz ver *dois cenários futuros*: (i) um, em que o déficit público é controlado (“Se todos fizerem a lição de casa”) e (ii) outro, em que o déficit público não é controlado, gerando, assim, consequências para a população (“se os Estados não quiserem

pagar suas dívidas, o governo federal só *terá* uma saída: aumentar impostos. E nós, cidadãos, é que *pagaremos* a conta).

Por conta disso, das três ocorrências de FP, todas na forma sintética (FS), a primeira ocorrência (*será*), no âmbito do subtópico 1, é, em nossa leitura, *uma ocorrência isolada de FP*, porque se refere a um cenário de futuro, ao passo que as duas ocorrências seguintes (*terá; pagaremos*), no âmbito do subtópico 2, *são ocorrências em cadeia*, porque se referem a outro cenário de futuro, no qual situações subsequentes estão interconectadas e assim distribuídas na linha do tempo: primeiro, *o governo federal só terá uma saída: aumentar impostos*, e, como consequência disso, numa situação posterior, *nós, cidadãos, é que pagaremos a conta*. Note-se que casos como esse poderiam, eventualmente, ser interpretados como *futuro do futuro* (cf. MATEUS *et al.* 1989), mesmo que ocorram em períodos sintáticos distintos. Nossa opção metodológica, porém, é de considerá-los como *futuro do presente* com duas situações em que uma é posterior a outra, ou seja, são situações sequenciais no futuro.

A representação desses dois cenários projetados no excerto que dão origem a duas “linhas” temporais distintas nas quais estão acomodadas as situações referidas pode ser assim exposta:

- a) Situação 1: o déficit público **será** controlado:

-----R, F -----S-----  
**será**

- b) Situação 2: o déficit público não será controlado:

-----R, F-----S-----S-----  
**terá            pagaremos**

Há que se destacar ainda que a referência a essas situações, se considerada apenas do ponto de vista do eixo da temporalidade, poderia suscitar uma leitura de que elas são *cotemporais*, como se os dois cenários de futuro fossem paralelos, de modo que *será* seria cotemporal a *terá* e *pagaremos*. É apenas observando a direção argumentativa do excerto que se compreende que as situações não podem ser cotemporais, porque são mutuamente excludentes – o governo só terá que recorrer ao

aumento de impostos (com os cidadãos pagando a conta) se o déficit público não for controlado.

Com isso, no âmbito do tópico discursivo, as ocorrências de FP se organizam no interior de diferentes subtópicos, havendo, conseqüentemente, do ponto de vista da variável independente *paralelismo*, ocorrência isolada de FP no subtópico 1, e ocorrência em cadeia, no subtópico 2. Diferentemente do tipo de análise que se faz quando se tem em mira o *paralelismo formal*, o foco no *paralelismo semântico-discursivo* faz ver outro tipo de codificação das variantes, uma vez que elas, apesar de contíguas sintaticamente (estão num mesmo parágrafo) e de estarem todas sob o escopo da unidade de análise delimitada (estão num mesmo tópico discursivo) não são (todas elas), a nosso ver, ocorrências em cadeia, conforme se depreende do direcionamento argumentativo do excerto. De acordo com essa interpretação, pode-se dizer que a variável *paralelismo* se correlaciona a (e depende de), pelo menos, duas outras variáveis, observáveis do ponto de vista qualitativo: (i) tópico discursivo, e (ii) orientação de sentido/argumentação (do tópico ou do texto).

Disso decorre que uma questão a se investigar, nesse tipo de reflexão, é se a *mudança de tópico ou de subtópico, dentro de um tópico discursivo, pode motivar variação*; nesse caso, seria necessário constituir mais um tipo de grupo de fatores ou promover um meio de, no âmbito da variável *tópico discursivo*, controlar as formas em relação aos subtópicos.

Apesar de, nesse excerto, a mudança de subtópico não ter motivado variação, uma vez que todas as ocorrências estão no FS, há que se considerar que todo o excerto citado, além de constituir um tópico discursivo, *constitui também, dentro do gênero, um mesmo tipo de movimento dialógico – o de engajamento*, segundo o qual o articulista eleva o leitor à posição de aliado e, por isso, constrói o discurso como se ambos tivessem um mesmo ponto de vista (RODRIGUES, 2001).

Uma possível investigação a ser feita em relação a isso seria, então, se o fato de as formas de FP, nesse tópico, por exemplo, estarem todas no FS (independentemente do subtópico) não se justifica exatamente por elas estarem a serviço de um mesmo movimento dialógico. Uma questão geral de pesquisa, no âmbito da perspectiva aqui apresentada, poderia, portanto, ser assim formulada: *até que ponto diferentes movimentos dialógicos no âmbito dos gêneros do discurso motivam a variação linguística?* Acredita-se que apenas o exame de um conjunto de variáveis independentes, conforme proposta desta Etapa de

análise, contrastado com as análises qualitativas empreendidas nas Etapas anteriores, poderia responder a uma questão dessa natureza.

Por fim, destaque-se que, num excerto como o anteriormente considerado, o reconhecimento de que as situações de futuro estão ordenadas em cadeia (no segundo tipo de situação projetada) não oferece grande dificuldade, justamente porque elas estão, também, num mesmo parágrafo. Imagine-se agora que o gênero sob exame seja *tese* em que, na introdução, o autor, *ao longo de muitas páginas* (e não em apenas um parágrafo), descreve, por exemplo, o que será tratado em cada capítulo, usando, para isso, estruturas em que ocorre a expressão de futuro, como em: “no primeiro capítulo, tratarei/trato de x; [...] no segundo...”.

Em casos desse tipo, considerando que, a despeito da distância entre uma ocorrência de futuro e outra, todas estão sob o mesmo tópico discursivo (*indicação da organização da tese*), há que se considerar, no caso de uma sequência de formas variantes, que se trata de *ocorrência em cadeia*, por exemplo. Fica, contudo, o alerta de que, sendo o tópico discursivo uma categoria *depreendida do texto pelo analista*, diferentes analistas podem promover diferentes recortes do texto, no que tange aos seus tópicos discursivos constitutivos, a depender do *ajuste da lentes* com que examina o texto. Desde que justificadas, diferentes decisões analíticas não representam problemas para a perspectiva teórico-metodológica aqui defendida, porque não se tem em mira *a replicação metodológica detalhada* – mas, principalmente, *a replicação epistemológica*.

A partir dessas considerações, especifica-se que, no âmbito de um sociofuncionalismo *enunciativo-discursivo*, cujo *locus* de investigação dos dados são os gêneros do discurso, e a unidade de análise, no âmbito desses, é o tópico discursivo, a operacionalização de uma variável independente (como paralelismo) precisa ser orientada por um olhar textual-discursivo, reconhecendo-se, com isso, que, para cada tipo de gênero sob exame, variáveis independentes clássicas podem receber novo tratamento e ainda tratamento específico a depender (i) do fenômeno variável em questão, (ii) do gênero do discurso eleito para a análise e (iii) dos objetivos do pesquisador. O conjunto de variáveis independentes, bem como o modo de operacionalizá-las, dessa maneira, relativiza-se grandemente, sob essa ótica.

### 5.3.2.5 Reflexões sobre TAM

A fim de refletir sobre as três funções implicadas na expressão do FP – a saber: tempo, aspecto e modalidade (TAM) – focalizam-se, a seguir, alguns pontos de discussão e de tipos de variáveis que poderiam ser constituídas para o exame de cada uma das funções, respectivamente, sem perder de vista, contudo, aspectos analíticos qualitativos.

Com isso, as reflexões a seguir apontam, conjuntamente, dentre outros aspectos, para a seguinte premissa teórica: estudar o processo de gramaticalização implica ver como sentidos evênticos (pragmáticos) se convertem em significado (semânticos), ao mesmo tempo em que faz ver também como o significado pode ser *movente*, atualizável; esses aspectos, ao final, são relevantes para a própria compreensão da enunciação, já que ela se ancora, concomitantemente, na estabilidade e na mobilidade da língua.

#### A função temporal

Até aqui, pode-se dizer que, ao menos indiretamente, considerou-se a relevância do *type* Tempopara as situações projetadas no discurso, especialmente no que tange a situações em cadeia – embora, para a especificação temporal dessas, no âmbito dos gêneros do discurso, tenha-se indicado a imprescindibilidade de se observar questões de natureza semântico-discursiva. À luz disso e tendo em vista a definição de futuro do presente adotada nesta tese, um grupo de fatores a se constituir na análise quantitativa da expressão do FP, com vistas ao controle do *type* Tempo, *seriatipo de situaçãofuturaprojetada*, constituído dos seguintes fatores: (i) situação única, (ii) situação de posterioridade, (iii) situação de cotemporalidade e (iv) situação de anterioridade (cf. exemplificação de cada uma dessas situações em 1.1.2). Com o controle de *como* as variantes se comportam em cada um desses tipos de situação, criam-se as condições para cotejar, em seguida, por exemplo, se tópico e subtópico discursivo atuam sobre o condicionamento das formas de FP.

Além disso, considere-se que um importante fator de condicionamento de uso das formas de FP é a *relevância do presente*, segundo a qual, por uma noção de prospecção (*type* Aspectual), a partir da relação que se estabelece entre presente e futuro, independentemente

da distância temporal em que se encontra a situação no futuro, essa é referida como fortemente assertiva (*type* Modalidade), favorecendo, com isso, segundo a literatura, o uso de referência temporal por meio de formas verbais no presente e perifrásticas (cf. 1.1.3).

Nesse contexto, se retomarmos que, para Bakhtin, “[o] jornalista é acima de tudo um contemporâneo. É obrigado a sê-lo [porque] [v]ive na esfera de questões que podem ser resolvidas em sua atualidade (ou ao menos *num tempo próximo*)” (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 388; grifos nossos), pode-se compreender por que em contexto jornalístico a expressão de FP é tão significativamente codificada pela forma *presente do indicativo* (P) – retomem-se os resultados, dentre as pesquisas revisadas, especialmente de Tesch (2011) e de Vieira (2014 (cf. 1.2.2)). A relevância que tem o presente nessa esfera é, portanto, um fator preponderante a ser considerado no exame da expressão do FP ou, dito de outro modo, uma base explicativa para os resultados de análises quantitativas.

Uma (aparente) incoerência a se investigar, contudo, seria o fato de a forma de FP mais frequente no contexto jornalístico ser a sintética, uma forma que, segundo Silva (1997), é desencadeada justamente pela ruptura com o presente, sendo, por isso, uma forma psicologicamente *neutra, distante e imparcial* (cf. 1.1.3). Conforme se argumenta nesta tese, *esse tipo de leitura, que associa uma forma a um tipo de significado social, é que deve ser revisto, porque essa associação precisa ser (re)formulada no âmbito de cada contexto de uso*: no caso da esfera jornalística, por exemplo, acredita-se que é justamente a atuação da relevância do presente que confere (também) a possibilidade de se fazer referência a situações futuras com a forma sintética, já que ela (a relevância do presente), ao impregnar o contexto discursivo de assertividade, garante a (ou o efeito de) infalibilidade das projeções futuras; com isso, as informações são projetadas para informar (ao leitor) a localização temporal das situações reportadas, o que atualiza o *type* Temporal, que favorece, por sua vez, a forma sintética, segundo FLEISCHMAN (1982) (cf. 1.1.3).

Nesse caso, então, a forma sintética é agenciada *não* porque é *neutra, distante e imparcial*, mas justamente pelo contrário: ela se inscreve num contexto (estilístico) de *parcialidade* (tendo em vista o comprometimento do locutor com a veracidade/possibilidade de ocorrência daquilo que enuncia) e de *proximidade* (porque o jornalismo costuma fazer referência a situações do futuro próximo), de modo que, pode-se inferir, a atualização de um contexto discursivo aspectual e

modal, nessa esfera, *cria* as condições para a atualização do *type* temporal. Ilustrando a questão, um excerto de notícia jornalística como

- (9) Sob protesto dos servidores, a Assembleia Legislativa do Ceará aprovou nesta quinta-feira (22) o aumento da contribuição à Previdência Estadual por parte dos servidores. Atualmente, 1% do salário dos servidores é destinado ao fundo, com a aprovação na Assembleia, o índice **subirá** para 14%.<sup>746</sup>

atualiza proeminentemente a função temporal, por meio de formas sintéticas, uma vez que o locutor, tendo em vista a aprovação do aumento do índice de contribuição, toma a medida como certa e para o futuro próximo, mesmo não havendo no texto uma data explícita para sua implantação. Assim, é o horizonte de expectativas do locutor da notícia (que sabe, pragmaticamente, que, após a aprovação em Assembleia, as medidas são aplicadas) que torna a situação futura factível – e a se realizar logo após o momento da enunciação. Um indício de essa nossa leitura poder ser assim realizada é o fato de Fonseca e Gonçalves (2009) e Fonseca (2010b), por exemplo, indicarem que, no uso da construção *ir* + infinitivo, a função temporal também é predominante em ocorrências que *contenham o traço semântico-pragmático [+ asseverativo], nas quais o falante se compromete com a realização de um estado-de-coisas*.

Com isso, pode-se prever que outra variável independente a se controlar, no estudo desse fenômeno, é *determinação temporal*, constituindo fatores como *tempo determinado/delimitado* e *tempo não determinado/delimitado*, tal como faz Gibbon (2014), (com esse tipo de variável, evita-se a problemática de operacionalização da variável *projeção de futuridade*, cujos fatores são *futuro próximo* e *distante* – cf. 1.2.1). Além de essa variável permitir investigar até que ponto determinação/delimitação temporal favorece, em diferentes contextos discursivos, o uso de formas específicas, permite também examinar quais tipos de contextos (discursivos e linguísticos) atualizam mais proeminentemente a função temporal (independentemente da forma).

---

<sup>746</sup> Disponível em: <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2016/12/assembleia-aprova-aumento-da-contribuicao-previdenciaria-no-ce.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.



Discussões sobre o modo como, além de esferas sociais, diferentes gêneros lidam com a expressão temporal (ou com a relação espaço-tempo), conforme as discussões sobre cronotopo, no âmbito dos EC, podem ser conjugadas com esse tipo de variável independente.

Nesse contexto, outra variável produtiva para o exame da função temporal na expressão do FP é *presença especificação temporal* da situação projetada pelo dado, cujos fatores podem ser: (i) presença de especificação temporal sintática explícita; (ii) presença de especificação temporal contextual, isto é, fora do escopo sintático do dado, podendo, assim, ser inferida textual ou pragmaticamente; e (iii) ausência de especificação temporal. Com isso examina-se a relação entre expressão de futuro e perspectiva (temporal) de acontecimento das situações.

Ressalte-se, mais uma vez, que, orientando a leitura dos resultados de análises quantitativas devem estar os resultados das análises qualitativas. A título de exemplificação, há que se considerar que determinadas esferas e/ou gêneros podem *conduzir* os falantes a um forte *comprometimento com a realização de um estado-de-coisas*, mesmo que esse não possa ser determinado temporalmente, por não haver, inclusive, nenhum indício pragmático quanto a sua efetivação. Nesse sentido, é a *avaliação* que o locutor faz do cenário futuro, e não a especificação temporal dele, que fica em primeiro plano<sup>747</sup>. A esfera religiosa, nesse sentido, promove usos linguísticos dessa natureza, tal como indica o texto bíblico abaixo, recorrente em cânticos religiosos e, por conseguinte, recorrente também na fala de pessoas religiosas, respectivamente:

- (10) E disse Abraão: Deus **proverá** para si o cordeiro para o holocausto, meu filho. Assim caminharam ambos juntos. (Gên. 22-8).
- (11) Deus **Proverá**  
Minha vida, minha casa

---

<sup>747</sup> Retome-se que a própria explicação sobre a relevância do presente, em Fleischman (1982), ao considerar que a natureza da relação que se estabelece entre presente e futuro é psicológica, e não cronológica (cf. 1.1.3), parece pôr em perspectiva a noção de que *visão e avaliação estão imbricadas na expressão do FP*.

Meus problemas já estão no altar  
Deus provera  
 Ele sempre tem uma resposta  
 Pra quem clamar  
 Jesus não foi sacrificado em vão  
 O meu Deus tem solução pra tudo  
 Em suas mãos (Letra de música gospel intitulada “Deus Provera”  
 (Cantora Eyshila).<sup>748</sup>

- (12) “Filha, Deus provera muitas alegrias em sua vida” (mãe religiosa conversando com a filha ao telefone, em 29 de mar. de 2017).

Todos esses excertos, mesmo sem estarem acompanhados de especificadores temporais no plano sintático e no pragmático, estão fortemente comprometidos com a veracidade da situação projetada, de modo que, para além de uma perspectiva modal, inegavelmente implicada, há também *otype temporal*, porque os enunciadores acreditam que a situação projetada para o futuro (efetivada por meio de providência divina) *é certa e próxima* na linha do tempo – embora a noção de proximidade, nessa esfera, tenha que ser lida à luz das crenças nela cultivadas – na esfera religiosa a que se faz referência (judaico-cristã), o tempo da humanidade, como um todo, é compreendido como breve, conforme se depreende de excertos do livro de referência da esfera<sup>749</sup>.

Com isso, embora não haja recursos linguísticos nem informações pragmáticas indicando a *determinação e a especificação*, quanto à realização das situações projetadas nesses excertos, o que conduziria a análise para um lado (o de que as projeções futuras referidas são mais modais), o exame da esfera religiosa, considerando o

---

<sup>748</sup> Disponível em: <<https://www.vagalume.com.br/eyshila/deus-provera.html>>. Acesso em: 31 mar. 2017.

<sup>749</sup> A título de exemplificação, leia-se: (i) Porque a vida é um conto ligeiro. (Salmos 90: 09); (ii) Porquanto esta visão se cumpriránum tempo determinado no futuro; é uma visão que fala do fim, e não **falhará!** [...] ela certamente **virá** e não se **retardará**. (Habacuque 2:3); (iii) Eu vos asseguro: Ele vos **fará** sua justiça, e depressa. (Lucas 18:8).

tipo de crença/ponto de vista partilhada(o) em relação às situações futuras, conduz a análise para outro lado (o de que as projeções futuras referidas são mais temporais).

Tendo as ressalvas qualitativas em vista, indica-se, de modo geral, a constituição dos seguintes grupos de fatores que podem ser investigados na análise quantitativa desse fenômeno variável, tendo em mira o *type* Tempo:

- 1) Tipo de situação futura projetada:
  - a. uma situação;
  - b. duas ou mais situações em que uma é posterior a outra;
  - c. duas ou mais situações em que uma é cotemporal a outra;
  - d. duas ou mais situações em que uma é anterior a outra.
  
- 2) Determinação temporal:
  - a. tempo determinado/delimitado;
  - b. tempo não determinado/delimitado.
  
- 3) Presença de especificação temporal:
  - a. com especificação temporal (sintática) explícita;
  - b. com especificação temporal contextual (textual ou pragmaticamente);
  - c. ausência de especificação temporal.

### **A função aspectual**

O aspecto é uma categoria não-dêitica (FLEISHMAN, 1982, p.11) e que apresenta uma situação ou em termos de fases (início, meio e fim) ou em termos de sua duração (em desenvolvimento ou acabada, com duração contínua e ilimitada ou com duração limitada, habitual ou pontual etc.). Por isso, a função da categoria é especificar o tempo (*time*) interno de uma situação (COMRIE, 1990).

Não é consensual, na literatura da área, a ideia de que a forma verbal de futuro do presente atualize aspecto. Para Travaglia (1994, p. 157), por exemplo, as formas da categoria gramatical do futuro do presente *em si*, ou seja, considerando sua flexão temporal, não marcam aspecto, por duas razões principais: (i) em primeiro lugar, porque o FP atribui à situação uma realização virtual, até certo ponto abstrata,

enfraquecendo ou anulando, portanto, percepções quanto a noções aspectuais; (ii) em segundo lugar, porque o FP tem um valor modal que restringe a expressão do aspecto. Assim, para o autor, há razões pragmáticas para a restrição do valor aspectual na morfologia canônica do futuro do presente, já que não é relevante destacar a fase (início, meio ou fim) em que as situações desse contexto se encontram nem seu modo de ser (concluso ou inconcluso), já que são virtuais e abstratas.

A despeito disso, lembre-se que aspecto não é uma categoria marcada apenas pela *morfologia verbal*, mas fortemente atualizável nos enunciados e no conjunto de itens linguísticos que os compõem, de forma que há muitos recursos para conferir aos contextos de futuro valor aspectual, dentre eles: perífrases, semantema do verbo, adjuntos adverbiais e a repetição do verbo (TRAVAGLIA, 1994, p. 294). Por isso, mesmo pressupondo que a função aspectual seja menos frequente que as de tempo e de modalidade na expressão de futuro, caberia investigar os contextos (linguísticos e discursivos) em que essa função se atualiza, bem como as formas que a codificam.

Considerando os diferentes tipos de valores aspectuais, Castilho (2002) considera que o aspecto se subdivide em duas faces: (i) face qualitativa e (ii) face quantitativa. A *face qualitativa* compreende o (i) *aspecto perfectivo*, cujas fases de desenvolvimento de uma situação são irrelevantes, já que se olha para a situação como um todo (começo, meio e fim incorporados), compreendendo-a como acabada – o autor ainda subdivide esse aspecto em pontual e resultativo; e o (ii) *aspecto imperfectivo*, cujas situações são descritas a partir de diferentes fases de processamento: uma fase inicial (aspecto imperfectivo inceptivo), uma fase medial (aspecto imperfectivo cursivo) e uma fase final (aspecto imperfectivo terminativo). Do ponto de vista da *face quantitativa*, ou seja, tendo em vista a quantidade de vezes que uma situação ocorre, Castilho (2002) distingue dois tipos de aspectos: *aspecto semelfactivo*, para ocorrências singulares, e *aspecto iterativo*, para situações reiteradas e habituais. A proposta do autor, quanto à tipologia do aspecto, está abaixo representada:

**Quadro 17:** Tipologia de aspecto proposta por Castilho (2002)

<b>Face qualitativa</b>	Imperfectivo	Perfectivo
	Inceptivo, cursivo, terminativo	Pontual, resultativo

Face quantitativa	Semelfactivo, iterativo
-------------------	-------------------------

Fonte: Castilho (2002, p. 87)

Considerando, por exemplo, apenas as diferentes funções TAMda construção *ir + infinitivo*, em decorrência da manifestação de diferentes graus de sua gramaticalidade, Fonseca e Gonçalves (2009) identificam as seguintes funções aspectuais sendo exercidas por essa construção<sup>750</sup>, conforme exemplificamos nos excertos seguintes *com dados da esfera jornalística*, acrescentando grifos nas formas verbais e considerando outras variantes, além da examinada pelos autores:

- (1) Aspecto Imperfectivo Iterativo (situação não acabada com foco em sua habitualidade/iteratividade):
  
- (13) Aplicativo de voz **atenderá** alunos com deficiência - Tecnologia será disponibilizada nas escolas públicas de todo o país. O aplicativo para tablet Livox (Liberdade em Voz Alta) poderá ser usado como equipamento de apoio à comunicação de pessoas com deficiências físicas, motoras ou cognitivas nas escolas públicas do país. A reivindicação foi encaminhada ao ministro da Educação, Aloizio Mercadante, pelo vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), senador João Capiberibe (PSB-AP), nesta quinta-feira (31), ao final de audiência pública sobre políticas de inclusão e combate ao preconceito no ambiente escolar.<sup>751</sup>
  
- (2) Aspecto Imperfectivo Inceptivo Semelfactivo (situação não acabada com foco em seu início):

---

<sup>750</sup> Os autores examinaram 38 amostras de fala do banco de dados IBORUNA (cf. 1.2.3).

<sup>751</sup> Disponível em: < <http://jlmmais.com/detalhes/9347/aplicativo-de-voz-atendera-alunos-com-deficiencia>>. Acesso em: 28 out. 2015.

- (14) Dilma: reforma administrativa **começa** na semana que vem.<sup>752</sup>
- (3) Aspecto Imperfectivo Semelfactivo Cursivo (evento não acabado com foco em seu curso):
- (15) Nessa perspectiva de recolocar a Reforma Agrária na pauta, quais as principais reivindicações da Jornada de Abril? R.: Primeiro é decidir qual o órgão que **vai cuidar** da Reforma Agrária.<sup>753</sup>
- (4) Aspecto Perfectivo Semelfactivo (situação acabada):
- (16) Na noite de ontem (24), a GM mostrou em Detroit, onde fica sua sede mundial, a linha 2016 do Cruze. O Chevrolet, oferecido aos norte-americanos apenas com carroceria sedã, chega à segunda geração com atualizações mecânicas, na carroceria e interior. As vendas começam em abril de 2016 - no Brasil, embora a marca não confirme, o carro deve estreiar entre o fim do ano que vem e o início de 2017 com motor 1.4 turbo flexível de mais de 155 cv de potência. [...] Além do novo quatro-cilindros, o próximo Cruze *estreará*, na América Latina, a próxima geração de câmbios manual e automático da GM. Antes disso, porém, o atual Cruze brasileiro já **terá** o novo 1.4 e **será** o primeiro Chevrolet do País a oferecer o OneStar, uma espécie de serviço de concierge.<sup>754</sup>

Note-se que geralmente a literatura indica, para o futuro com valor aspectual perfectivo (caso em que há *duas ou mais situações em que uma é anterior a outra*) a ocorrência da forma composta do futuro do presente (*terá tido*), ao passo que, no dado anterior, ocorre a forma simples, evidenciando que as possibilidades de uso da língua, na vida

<sup>752</sup> Disponível em: < <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2015/09/15/dilma-reforma-administrativa-comeca-na-semana-que-vem/>>. Acesso em: 18 out. 2015.

<sup>753</sup> Disponível em: < <http://antigo.mst.org.br/jornal/311/entrevista>>. Acesso em: 18 out. 2015.

<sup>754</sup> Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/jornal-do-carro/noticias/carros,novo-cruze-so-chega-no-fim-de-2016,24928,0.htm>>. Acesso em: 18 out. 2015.

real, são amplas. Nesse sentido, embora o PB tenha gramaticalizado formas de futuro do presente (*cantarei*) e *passado do futuro* (nos termos de Mateus *et al.* (1989)) (*terei cantado*) – que aqui designamos como uma relação de anterioridade entre duas situações –, a expressão desses *types* pode se dar também por outras formas. E mais complexa ainda é a expressão (i) desituações em que uma é posterior a outra (o futuro do futuro, nos termos de Mateus *et al.* (1989)) e (ii) de situações que estão em relação de cotemporalidade, dado que, nesses casos, o PB não gramaticalizou formas para indicar esses *types*.

De modo geral, Fonseca e Gonçalves (2009) verificam que o traço semântico essencial para que a perífrase *ir* + infinitivo seja classificada como predominantemente aspectual é o de [+/- duração], além de indicarem que, dentre as características prototípicas dessa construção com essa função, expressando futuro do presente, está a flexão do verbo principal no presente do indicativo (*vou fazer*), em contextos (discursivos) de habitualidade, favorecidos pelo *tipo de texto*<sup>755</sup> *relato de procedimento*.

A título de exemplificação, confira, a seguir, um dos excertos fornecidos pelos autores em que se verifica, na forma perifrástica, a prevalência da função aspectual, bem como a explicação dos autores sobre a ocorrência:

[01a] *já penduro no varal quando chega à tarde quando minha mãe vai **chegá(r)** do serviço... já tá tudo prontinho a ro(u)pa lava::da*

[01b] *já penduro no varal quando chega à tarde quando minha mãe **chega** do serviço... já tá tudo prontinho a ro(u)pa lava::da*

Em (01a), temos uma ocorrência em que a construção *ir+infinitivo* assume um valor *Aspectual Imperfectivo Iterativo*, identificado pela recorrência dos seguintes fatores linguísticos: V1 flexionado no *Presente do Indicativo*, tempo mais recorrente para essa função; a construção *ir+infinitivo* é a forma escolhida pelo falante, porque o que ele busca é marcar a habitualidade

---

<sup>755</sup> A variável independente tipo de texto é composta, no trabalho dos autores, pelos seguintes fatores: narrativa, relato de opinião, relato de procedimento e descrição.

de um estado-de-coisas, fato comprovado pela *atemporalidade* do grupo verbal, que pode ser substituído pelo Presente do Indicativo (tempo zero), como mostra (01b). Ainda que não haja a presença de outro circunstante aspecto-temporal, é perceptível que o falante descreve a rotina de outrem, constatação favorecida pelo tipo de texto *relato de procedimento* [...] (FONSECA; GONÇALVES, 2009, p. 3).

Note-se que essa variável independente (*tipo de texto*) constituída pelos autores, faz ver, na verdade, a correlação entre *gênero do discurso, forma e função*, embora, os fatores do grupo evoquem também a noção de sequência textual (cf. Fonseca e Gonçalves (2009)). Com isso, pode-se depreender que a especificação funcional de formas multifuncionais (pelo menos para o caso dessa variante de FP) depende, dentre outros elementos, do contexto (discursivo) de ocorrência: tal como temos compreendido, isso significa que é um conjunto de recursos em coocorrência, ou seja, um estilo (de gênero) que atualiza a função das formas.

Tendo em vista que a leitura aspectual também depende da natureza semântica do verbo principal, um tipo de investigação a ser feita no âmbito da perspectiva aqui apresentada é quanto aos tipos (semânticos) de verbos que mais são agenciados em diferentes gêneros do discurso. Com isso, pode-se examinar a relação entre *finalidade discursiva dos gêneros, tipos de verbos mais agenciados para cumprir tal finalidade e características funcionais (TAM) das formas (de FP) que neles ocorrem*.

A tipologia proposta por Vendler (1967), que classifica os verbos em quatro categorias – quais sejam: (i) atividades, (ii) *accomplishments*, (iii) *achievements* e (iv) estados<sup>756</sup> – é produtiva, ao

---

<sup>756</sup> Os verbos de atividade são dinâmicos e não precisam de um término (atélicos); são vistos como durativos e homogêneos, no sentido de que as fases inicial, medial e final são iguais (como *correr, andar, ler, escrever*). Os verbos *accomplishments* indicam ações controladas em que algo acontece (dinamicidade), há um término previsto, embora seja durativo e as fases da situação não sejam vistas como homogêneas (como *construir, destruir, derrubar*). Os *achievements* indicam ações não controladas, mais dinâmicas, com fim previsto (télicos); são também pontuais e não-homogêneos (como



conjugar, na especificação da natureza semântica dos verbos, um conjunto de traços – tal como o de duração, essencial para a leitura da função aspectual. Vieira (2014, p. 97), por exemplo, adotando essa tipologia, atestou que “verbos de *estado* condicionam fortemente o futuro sintético e os verbos do tipo *accomplishment*, *atividade* e *achievement* o desfavorecem”. Restaria investigar até que ponto o uso de verbos de estado é motivado por finalidades discursivas, para, assim, obter elementos para uma análise multidimensional.

Além de o *type* Aspecto poder ser depreendido (qualitativamente) do contexto discursivo em que ocorre, indica-se, de modo geral, a constituição dos seguintes grupos de fatores para a análise quantitativa desse fenômeno variável:

- 1) Tipo de função aspectual: cujos fatores do grupo podem variar a depender do pesquisador. Gibbon (2014), por exemplo, com foco na habitualidade da situação, controlou apenas os fatores (a) mais habitual (quando a situação se repete) e (b) menos habitual (quando a situação é única); já Fonseca e Gonçalves (2009), por outro lado tendo em vista a proposta de Castilho (2002), constituíram os seguintes fatores:
  - a. aspecto imperfeito iterativo;
  - b. aspecto imperfeito inceptivo semelfactivo;
  - c. aspecto imperfeito cursivo semelfactivo;

*florescer, cair*). Em geral, a diferença entre *accomplishments* e *achievements* está no tempo envolvido: o primeiro tipo de verbo pode durar uma extensão de tempo (uma hora, por exemplo), ao passo que o segundo deve ocorrer em um determinado instante do tempo. Já os verbos de estado, não são dinâmicos, não apresentam um fim previsto nem divisão de fases, e tendem a ser durativos (como *ser, saber, conhecer*). Essas características podem ser assim resumidas:

<b>1) Atividade:</b> a) dinamicidade b) atelicidade c) duratividade d)homogeneidade	<b>2) Accomplishments:</b> a) dinamicidade b) telicidade c) duratividade d)não-homogeneidade	<b>3) Achievements:</b> a) dinamicidade b) telicidade c) pontualidade d)não-homogeneidade	<b>4) Estados:</b> a)não-dinamicidade b) atelicidade c) duratividade d) homogeneidade
---	--	---	---

Síntese da proposta de Vendler (1967)

Fonte: Baseado em Fossile (2012)

- d. aspecto perfectivo semelfactivo.
- 2) Tipo semântico do verbo principal que, segundo a tipologia de Vendler (1967), classifica os verbos em quatro categorias:
- a. (i) atividades;
  - b. (ii) *accomplishments*;
  - c. (iii) *achievements*;
  - d. (iv) estados.

### A função modal

Do ponto de vista da modalidade, ampla categoria funcional que codifica a subjetividade dos falantes, ou seja, a avaliação, o julgamento, a predição etc. sobre o que se enuncia, tem-se um ponto sobremaneira relevante na expressão do futuro, uma vez que situações futuras só existem em termos de possibilidade, de desejo, de obrigação etc.

Para Palmer (1986), a modalidade não se vincula apenas a um item linguístico, mas se estende a todo contexto em que recursos modais são acionados. Givón (2005) sugere que as atitudes dos falantes na comunicação não se dirigem apenas ao que enunciam, mas também se mostram sensíveis à realidade informacional e social de seu entorno e, por isso, essas atitudes podem mudar constantemente, tendo em vista que se trata de uma habilidade pertencente ao modo como os falantes vivem, comportam-se, interagem e se comunicam.

Quanto aos *tipos de modalidades*, adota-se, para algumas reflexões, a classificação desenvolvida por Bybee, Perkins e Paglica (1994, p. 177-180), qual seja:

(i) *Modalidade orientada para o agente*: esse tipo de modalidade integra o conteúdo proposicional da oração, por meio de itens lexicais ou gramaticais, e relata a existência de condições internas e externas para a conclusão da ação expressa pela oração principal. São noções específicas desse grupo:

- a. *Obrigação*: expressando condições morais ou sociais externas que compelem um agente a completar a ação do predicado, como em: Todos os alunos **deverão obter** o consentimento do Reitor da faculdade antes de entrar para exame.

b. *Necessidade*: evocando condições físicas que compelem agente, como em: Eu **vou precisar** de um despertador que toque bem alto no período da manhã para acordar.

c. *Habilidade*: em referência a condições internas do agente, como em: Só **poderei escrever** muito lentamente, por ser novato.

d. *Desejo*: em referência a existência de condições volitivas internas no agente em relação à ação de predicado, como em: PT se vê cada vez mais distante da sociedade e políticos não **quererão** como aliada uma presidente que aparece como fraca.<sup>757</sup>

(BYBEE; PERKINS; PAGLICA, 1994, p. 177-179).<sup>758</sup>

(ii) *Modalidade orientada para o falante*: esse tipo de modalidade está diretamente relacionado com a interação entre interlocutores, tendo em vista que concerne a diretivas de comando, solicitações, recomendações, exortações etc., que fazem com que o locutor imponha tais condições ao interlocutor, esperando dele uma ação frente ao que foi enunciado; essa modalidade, assim, caracteriza-se por fatores pragmáticos, cujo foco está na interação (cf. excerto a seguir):<sup>759</sup>

(17) Zagallo lembra do —você**s vão ter** que me engolir 15 anos depois: —Foi espontâneo.<sup>760</sup>

<sup>757</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/crise-institucional-15660298>>. Acesso em: 28 out. 2015.

<sup>758</sup> Os dados citados foram adaptados do texto de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), com exceção de (d), que foi reformulado. Esses autores, por sua vez, acionaram-nos de Coates (1983): (a) All students **must** obtain the consent of the Dean of the faculty concerned before entering for examination; (b) I **need** to hear a good loud alarm in the mornings to wake up; (c) I can only type very slowly as I am a beginner; (d) uan Ortiz called to them loudly in the Indian tongue, bidding them come forth if they would (= wanted to) save their lives (BYBEE; PERKINS; PAGLICA, 1994, p. 177-178).

<sup>759</sup> A modalidade orientada para o agente e a modalidade orientada para o falante, nos termos de Bybee, Perkins e Paglica (1994), referem-se à modalidade deôntica, nos termos de Givón (2001; 2002).

<sup>760</sup> Disponível em:

<<http://uolesportevetv.blogosfera.uol.com.br/2012/01/23/zagallo-relembra-do-voces-vaio-ter-que-me-engolir-15-anos-depois-foi-espontaneo>>. Acesso em: 30 mar. 2017.

(iii) *Modalidade epistêmica*: a modalidade epistêmica, por sua vez, indica o grau de comprometimento do locutor com a veracidade da situação a que se refere. Essa modalidade ocorre em afirmações que, comumente, avaliam as situações futuras como certas e, por isso, epistemicamente necessárias, como em (18), ou ainda, diante de um julgamento de certeza, deixa implícito seu desejo ou intenção/determinação, como em (19).

(18) A confirmação da presença do vírus causador da dengue tipo 4, nos municípios de João Pessoa e Cajazeiras (no Sertão), feita na tarde de ontem pela Secretaria de Estado da Saúde (SES), deixou profissionais da Saúde em estado de alerta. O motivo é que a doença possui maior risco de causar sangramentos e pode deixar o paciente ainda mais debilitado, em relação às outras formas já conhecidas da dengue. Se a pessoa já tiver adquirido, no passado, outros tipos da doença, a situação **exigirá** ainda mais cuidados.<sup>761</sup>

(19) Tarso Genro: '**vou me dedicar** à reforma política'.<sup>762</sup>

Ainda em relação à modalidade epistêmica, os sujeitos podem acreditar na factualidade das situações a que se reportam, expressando-as como altamente prováveis ou certas, como em (20), ou podem também apresentar alguma dúvida sobre elas e enunciá-las como prováveis, como em (21):<sup>763</sup>

(20) Apresentado como tábua de salvação para a economia (e para o governo), o Ajuste Fiscal do governo Dilma, sob a batuta do ex-funcionário do FMI e Bradesco, ministro Joaquim Levy, **trará**

<sup>761</sup> Disponível em: <<http://jeftenews.blogspot.com.br/2013/05/dengue-tipo-4-na-paraiba.html>>. Acesso em: 06 maio. 2015.

<sup>762</sup> Disponível em: <<https://www.brasil247.com/pt/247/rs247/160565/Tarso-Genro-%27vou-me-dedicar-%C3%A0-reforma-pol%C3%ADtica%27.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

<sup>763</sup> Observe-se que o contexto de ocorrência das formas de futuro do presente (FP), em (21), é todo de baixa certeza (veja-se, por exemplo, as expressões “nada confirmado”, “muito provavelmente”, “parece que”), matiz que também incide sobre as formas de FP, especialmente sobre a segunda ocorrência de FP (*terão*).

resultado oposto do prometido e **agravará** os problemas econômicos e sociais do Brasil. Ao combinar elevação de juros públicos (via SELIC) com cortes em direitos sociais, políticas públicas e investimentos, a atual política econômica **jogará** o país em um negativo círculo vicioso, que **irá reduzir** ainda mais o dinamismo da economia e os direitos dos cidadãos.<sup>764</sup>

- (21) Embora ainda não tenha nada confirmado a respeito de alguma apresentação de novo aparelho, é provável que a Microsoft também apresente um novo dispositivo durante o evento. Se sim, o aparelho **virá** com o Windows 8.1 ainda e muito provavelmente sendo apenas mais um de custo acessível da família Lumia. Para os que esperam um smartphome de gama alta da gigante de Redmond, parece que **terão** que esperar um pouco mais para isso [...].<sup>765</sup>

A fim de refletir sobre a relação entre gênero, expressão de futuro e modalidade, observe-se o artigo jornalístico a seguir<sup>766</sup> (com acréscimo de destaques nas formas de FP).

### **Dia Internacional da Mulher: novos desafios, a mesma luta**

Hilário Floriano

Não é de hoje que as mulheres lutam por igualdade de condições, nas diversas esferas da sociedade. Os episódios ocorridos no século retrasado e início do século passado, quando o dia 8 de março foi adotado como Dia

<sup>764</sup> Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/elementos-para-uma-nova-politica-economica-4216.html>>. Acesso em: 06 maio 2015.

<sup>765</sup> Disponível em: <<http://mobilexpert.com.br/mercado-telecom/materias/11173/microsoft-envia-convites-para-seu-evento-na-mwc-2015>>. Acesso em: 06 maio. 2015.

<sup>766</sup> Artigo do Jornal *O Povo Online*, um jornal cearense. Disponível em: <<http://www20.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2017/03/06/noticiajornaldoleitorartigos,3680385/dia-internacional-da-mulher-novos-desafios-a-mesma-luta.shtml>> e <<http://www20.opovo.com.br/app/jornaldoleitor/noticiassecundarias/artigos/2017/03/06/noticiajornaldoleitorartigos,3680385/dia-internacional-da-mulher-novos-desafios-a-mesma-luta.shtml>>. Acesso em: 27 mar. 2017.

Internacional da Mulher, parecem tão atuais que nem de longe nos damos conta que mais de cem anos se passaram. A busca por igualdade, respeito e tratamento digno, assim como o combate à violência e à desvantagem na carreira profissional, são apenas pequenos exemplos de uma velha e, ao mesmo tempo, tão atual luta.

Acontece que agora a luta ganhou outros contornos. Atualmente luta-se contra o assédio sexual no metrô, contra agressões, contra o estupro coletivo e, sobretudo, luta-se pela vida. Os recentes episódios de agressões, violência sexual e assassinato de mulheres nos dão conta do quanto às lutas do passado são atuais e essenciais.

Alguns otimistas poderiam afirmar que evoluímos nas questões dos direitos da mulher, haja vista a constituição de 1988 que afirma que homens e mulheres são iguais perante a lei, a Lei Maria da Penha e as delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Porém, basta observar o número de delegacias especializadas para se constatar o quão precárias são as tentativas de proteger as mulheres. Dados de 2016 da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM), do governo federal, mostram que o Brasil possui 499 delegacias especializadas no atendimento às mulheres. Só para lembrar nosso país possui 5.570 municípios. O estado de São Paulo, também mais populoso com cerca de 45 milhões de habitantes, está na liderança com 112 delegacias para os seus 645 municípios e a capital do estado, que se orgulha de ser a locomotiva do país, possui nove delegacias e comemora o fato de em 2016 ter instalado a primeira delegacia aberta 24 horas. Até então a mulher que sofria uma violência qualquer durante a noite tinha que esperar até o amanhecer do dia seguinte. Caso fosse final de semana, ainda teria que esperar até a segunda-feira.

Se a estrutura de atendimento já deixa muito a desejar o que se vê na prática é uma burocratização excessiva que nem de longe protege a mulher que, quando consegue ser atendida, sai do local com um papel sem qualquer efetividade e a promessa de que um dia seu agressor **será** afastado da sua convivência, já que a competência para definir ou não uma medida protetiva é do juiz. Ou seja, com um pouco de sorte, após algumas semanas, ou meses nos locais onde a estrutura judicial é mais precária, ela **terá** deferido seu pedido de proteção. Ainda assim, sem a tranquilidade de que a ordem judicial **será** cumprida já que a estrutura policial, que deveria lhe prover a segurança, também não é capaz de lhe assegurar essa paz. E nesse ínterim, a ofendida **continuará** com o justo temor de que **voltará** a ser vitimada e o agressor com o caminho livre para se aproximar e voltar a delinquir.

Neste contexto de muitas lutas por parte das mulheres e pouca efetividade do Estado, **continuarão** a proliferar assassinatos como o triste episódio ocorrido em Campinas no final de 2016, estupros coletivos como o da menor em comunidade carioca, cárcere e assassinato como o caso Eloá, ocorrido em Santo André e outras tantas Marias da Penha que colocam o Brasil como o 5º colocado no ranking oficial de violência contra a mulher no

mundo.

\*Hilário Floriano é advogado e professor de Direito Civil da Faculdade Anhanguera de Campinas – Taquaral

Considerando a análise de Rodrigues (2001) sobre o gênero *artigo jornalístico*, pode-se depreender, desse texto, dentre outros aspectos, que, ao se posicionar sobre a condição social da mulher (tópico discursivo mais amplo do texto), o articulista orienta a construção de seu ponto de vista a partir de um *movimento dialógico de refutação* de possíveis reações-respostas do destinatário (os leitores do jornal), no que tange ao seu ponto de vista.

Assim, após se posicionar, no primeiro e no segundo parágrafo, em relação à condição atual da mulher (uma condição ruim e sem muitos avanços, em sua perspectiva), o articulista, antecipando e refutando qualquer “visão otimista” quanto a isso (como se lê no excerto “Alguns otimistas poderiam afirmar que evoluímos nas questões dos direitos da mulher [...]. Porém [...]”), passa a indicar, no terceiro parágrafo, por que o cenário para a mulher ainda é ruim, concentrando sua argumentação na precariedade (i) da estrutura e (ii) dos serviços dos órgãos de defesa/proteção das mulheres, no terceiro e no quarto parágrafos, respectivamente.

É no contexto de argumentação sobre a precariedade dos serviços prestados às mulheres em situação de violência que se encontram cinco das seis ocorrências de FP, todas na forma sintética. Se considerarmos que no horizonte do articulista está especialmente um interlocutor que pode ter alguma visão otimista em relação ao tema (“haja vista a constituição de 1988 que afirma que homens e mulheres são iguais perante a lei, a Lei Maria da Penha e as delegacias especializadas no atendimento às mulheres”) e se considerarmos ainda que a

refutação da possível contra-palavra do leitor constrói-se de modo discreto, "ameno", pois, pela situação de interação, o artigo tende a buscar a adesão do leitor à perspectiva do articulista, que só vai produzir seu efeito se o movimento discursivo conduzir favoravelmente o leitor à perspectiva do autor [,] (RODRIGUES, 2001, p. 213)

pode-se inferir que os usos de futuro, nesse contexto de *refutação discreta* da perspectiva do leitor, cumpre a função de reforçar o posicionamento do articulista, um advogado e professor de Direito Civil, que sabe como funcionam os órgãos e serviços (jurídicos) de proteção à mulher, frente a “alguns otimistas”, “alguns desautorizados” a opinar (em outra direção) sobre a questão – note-se o uso do pronome indefinido, pelo articulista, para fazer referência a esse perfil de leitores (otimistas), sinalizando, assim, para uma postura que desqualifica a figura do interlocutor de posição contrária a sua.

Constituindo, então, uma relação assimétrica entre si e os leitores do jornal, as formas de futuro agenciadas pelo articulista assumem a função de *modalidade epistêmica (de verdade, de asserção realis – leia-se, mais certeza)*, criando o efeito de uma “verdade enunciada” – embora, para isso, o articulista crie um contexto (quanto às condições da prestação de serviço às mulheres), cuja modalidade evoca asserções *irrealis* (leia-se, menos certeza)(GIVÓN, 2001). Assim, o articulista organiza sua argumentação do seguinte modo, tendo em vista essa tensão entre *realis* e *irrealis*:

- 1) Por conta da burocratização (aspecto que o autor realça para sustentar seu ponto de vista), a mulher, *quando consegue ser atendida* (ao que também podemos ler “*se consegue ser atendida*”), sai do local com um papel sem qualquer efetividade (*sem a promessa de*) – nessa argumentação, o autor reforça a fragilidade dos serviços prestados à mulher, por meio do uso de uma oração subordinada adverbial temporal/condicional que evoca, nesse contexto, uma situação fracamente admitida como possível: é pouco provável que as mulheres sejam atendidas; quando são, é pouco provável que o papel obtido seja efetivo quanto à demanda apresentada; na sequência, ocorre a primeira forma de futuro, no seguinte contexto argumentativo: a mulher, quando atendida, sai sem a promessa de que seu agressor **será** (de fato) afastado, ou seja, ela sai sem “certezas” – a forma de futuro, nessa via, em referência a uma situação que deveria ser certa (afastar o agressor), ancora a perspectiva do autor sobre a ineficiência dos serviços prestados às mulheres.
- 2) Ao explicar ainda mais esse ponto de vista, o autor continua, usando a conjunção *ou seja*, nessa mesma direção argumentativa, contrastando a fragilidade do sistema de defesa



das mulheres, com as situações que precisam ser efetivas, certas: (i) *com um pouco de sorte, após algumas semanas, ou meses nos locais onde a estrutura judicial é mais precária (foco na baixa certeza, baixa possibilidade/ irrealis)/ **ela** terá deferido seu pedido de proteção (realis)*; (ii) sem a tranquilidade de que a ordem judicial/ **será** cumprida (i. é, sem certezas);

- 3) Por fim, o autor apresenta as consequências (certas e seguras, criando um efeito de contexto *realis*) da ineficiência dos órgãos a que se refere, reforçando o ponto de vista apresentado: *a ofendida **continuará** com o justo temor de que **voltará** a ser vitimada* / Neste contexto de muitas lutas por parte das mulheres e pouca efetividade do Estado, **continuarão** a proliferar assassinatos.

Em nossa perspectiva, no texto examinado, mais do que localizar as situações à direita do momento de fala, agenciando a função temporal das formas de FP, ou mesmo indicar a habitualidade, por exemplo, das situações projetadas, as formas de FP fazem ver predominantemente a modalidade, estando essa a serviço da construção do ponto de vista do articulista em contraste com o ponto de vista (pré-figurado) dos leitores. Nesse âmbito, o “jogo” discursivo está em contrastar diferentes nuances de modalidade epistêmica (mais e menos certeza), para mostrar como a “incerta” eficiência dos serviços prestados às mulheres em situação de violência ratifica a “certeza” do articulista de que ainda não evoluímos nas questões dos direitos da mulher. Caso esse jogo discursivo funcione, o efeito é conduzir o leitor à perspectiva do autor, é convencer o leitor de que, a despeito de algumas conquistas em relação aos direitos da mulher, a situação é precária.

Até que ponto esse tipo de leitura das formas de FP – se nossa interpretação for plausível – pode ser confirmada pela análise quantitativa é algo a ser investigado em trabalhos específicos. Fica a observação de que, pelo modo como estamos compreendendo, após aferir a função predominante de cada forma variante examinada, o pesquisador precisaria identificar se e como a função das variantes contribui para a orientação discursiva do texto – é nesse sentido que se afirma que os significados (aqui tratados em termos de funções TAM) das variáveis se especifica em contexto estilístico, para produção de

sentido, para projeção de um ponto de vista que se assume discursivamente.

Há que se considerar ainda que, a despeito da descrição de cada tipo de modalidade, emerge a necessidade de se tomar uma série de decisões metodológicas, para lidar, por exemplo, com as seguintes questões:

- (i) como diferenciar a *modalidade epistêmica* (é uma possibilidade, segundo o conhecimento do locutor?) da *modalidade orientada para o agente* (é uma obrigação, devido a condições sociais externas que compelem o agente a completar a ação do predicado), em casos como o do excerto seguinte:

- (22) A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho acaba de decidir que a greve dos empregados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) não é abusiva. Com o julgamento, a categoria **deve retornar** ao trabalho a partir da 0h de quinta-feira, 13 de outubro.<sup>767</sup>

- (ii) como diferenciar *modalidade orientada para o agente* (condição externa, com valor de obrigação, para a realização da ação), da *modalidade orientada para o falante* (diretiva de comando), em casos como o do excerto seguinte – quando a prefeitura convoca e impõe condições ao interlocutor:

- (23) A Prefeitura de Sorocaba, por intermédio da Secretaria da Administração (Sead), convoca por meio de edital, na edição de hoje do jornal Município de Sorocaba, os candidatos aprovados em processo seletivo para a função de Agente de Combate a Endemias. [...] Os candidatos **deverão comparecer** com

---

<sup>767</sup> Disponível em: <<http://www.france.adv.br/noticias/trabalho/funcionarios-dos-correios-deverao-retornar-ao-trabalho>>. Acesso em: 03 jul. 2017.

documento oficial de identificação, com foto e em perfeitas condições.<sup>768</sup>

Casos assim podem ser lidos como *ambíguos*, e são representativos justamente de uma das noções mais fundamentais da abordagem da gramaticalização, que é a de que a mudança se processa lenta e gradualmente, de modo que as categorias não são discretas. Considerando, então, que “[u]ma boa parte do comportamento linguístico acontece *entre* categorias linguísticas e não *dentro* delas” (HEINE; CLAUDI; HÜNNEMEYER, 1991b, p. 179; grifos nossos)<sup>769</sup>, o controle de ocorrências ambíguas, quanto à função que exercem, contribui para o exame do próprio percurso de gramaticalização das formas.

Agora retome-se de 4.4.2 que Bakhtin, ao considerar que não há uma clara linha de demarcação entre gramática e estilística, concebe essa imprecisão justamente como decorrente do fato de algumas formas estarem *em processo de gramaticalização*, sendo, por isso, *formas ambíguas*; ademais, tal como se compreende no FUNC/GRA, também para Bakhtin essas formas (ambíguas) são de grande interesse para o linguista, uma vez que nelas estão *as tendências evolutivas da língua*. Embora não se tenha em conta que o autor esteja fazendo referência ao processo de gramaticalização *tal como nesta tese se descreve*, há de se reconhecer, pelo menos, que, por essas considerações, pode-se promover aproximações entre os campos.

A título de exemplificação dos tipos de modalidades que podem se tornar ambíguas, por serem limítrofes (modalidade orientada para o agente > modalidade epistêmica; modalidade orientada para o agente > modalidade orientada para o falante), considere-se a seguinte rota de gramaticalização, proposta por Bybee, Perkins e Pagliuca (1994, p. 241):

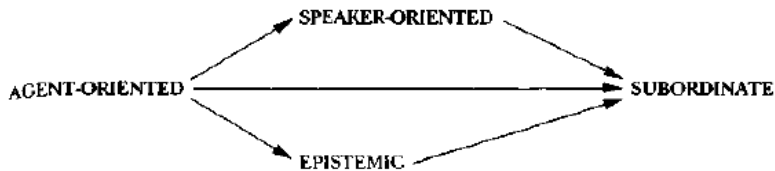
---

<sup>768</sup> Disponível em:

<<http://www.jornalcruzeiro.com.br/materia/679176/concurso-convoca-hoje-os-aprovados>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

<sup>769</sup> “A good part of language behavior takes place between, rather than within, linguistic categories”.

**Figura 16:** Rota de gramaticalização da modalidade, nos termos de Bybee, Perkins e Pagliuca (1994)



Fonte: Bybee, Perkins, Pagliuca (1994, p. 241)

Além do controle do tipo de modalidade assumido pelas formas em contextos específicos, um grupo de fatores que poderia ser controlado em correlação com o *type Modalidade é pessoa do discurso*. Esse grupo de fatores comumente é operacionalizado pelas pesquisas que investigam a variação na expressão do futuro (SANTOS, 1997; MALVAR; POPLACK, 2008; SILVA, 2010; GIBBON, 2014; VIEIRA, 2014, dentre outros), embora o foco de interesse dos pesquisadores nem sempre seja o mesmo, conforme indica a própria terminologia adotada (ora pessoa do verbo, ora pessoa gramatical e ora pessoa do discurso; cf. 1.2).

Essa variável tem se mostrado relevante porque, como visto, a expressão do futuro é, em estágios menos avançados de gramaticalização, mais modal que temporal, e o comportamento dos itens modais da língua são afetados pela pessoa do discurso (HEINE, 1995). Desse modo, a primeira pessoa (singular ou plural), como em (24), tende a indicar maior comprometimento e intencionalidade em relação ao que se reporta do que as construções em terceira pessoa, como em (25):

- (24) RIO- Estou passada no ferro de Iansã, senhores! se o leitor já ouviu esta expressão por aí, certamente foi porque esbarrou com a Bethânia Verde. Desde maio, faz sucesso no Facebook a página de humor —Bethânia Verde, um personagem inspirado na cantora Maria Bethânia que deixa no chinelo suas caricaturas humorísticas do passado, como as clássicas imitações de Didi ou Tom Cavalcante. —Bethânia Verde vai além da mimese de seus trejeitos, sotaque e manias. Com vasto conhecimento sobre a carreira da intérprete, além de muita intimidade com a história da música popular brasileira, o autor da página usa as ferramentas da rede para garimpar fotos antigas, postar vídeos esquecidos, contar

bastidores de gravações e composições para seus milhares de seguidores.

Jornal: Qual será o grito de alerta do seu show dos 50 anos?

Entrevistado: “Certamente, **vou estar** toda trabalhada no conjuntinho de saia e calça no intuito de resistir também ao modismo atual.<sup>770</sup>

- (25) Comissão vai analisar todas as questões que envolvem o setor para verificar se, de fato, há o déficit de R\$ 140 bilhões que o governo Temer insiste em apresentar.

Correlacionando *pessoa do discurso* e *tipo de modalidade*, para o caso da expressão do futuro do presente, acredita-se que a primeira pessoa – eu, nós/a gente – favorece a *modalidade orientada para o agente*, tendo em vista o comprometimento com aquilo que se diz<sup>771</sup>; e que as segunda e terceira pessoas – você(s), ele(s) – favoreçam as modalidades (i) orientada para o falante e (ii) a epistêmica, relacionadas à força ilocucionária diretiva (i e ii) e avaliativa (iii).

Mais uma vez reiterando a relevância de se examinar a esfera social de produção dos dados analisados, destaca-se que Vieira (2014, p. 117) chama atenção para o seguinte ponto, do que se depreende que os diferentes tipos de modalidade podem se distribuir mais frequentemente por diferentes tipos de esferas e de gêneros:

Dados do tipo *De quem ou sobre o que fala* [terceira pessoa] *compõem a base do texto jornalístico* e, por isso, são imensamente mais frequentes. Desse modo, qualquer outra discussão ficaria atenuada em virtude dos pouquíssimos dados para os fatores: *Quem fala – singular [eu]*;

---

<sup>770</sup> Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/cultura/musica/alo-a-bethania-verde-1-14960809>>. Acesso em: 03 nov. 2015.

<sup>771</sup> Recupere-se de 1.1.3, por exemplo, que na trajetória de gramaticalização de formas que indicam *movimento para* e passam a codificar *futuro*, após elas serem associadas a inferências de intenção, associam-se também a inferência de obrigação, em primeiro lugar por parte do falante, ou seja, na primeira pessoa, e só depois essa inferência se correlaciona com as outras pessoas do discurso.

*Quem fala – plural [nós; a gente].* (Grifos nossos).

Para o exame do *type* Modalidade, os seguintes grupos de fatores poderiam ser constituídos:

- 1) Tipo de modalidade, que, seguindo Bybee, Perkins e Paglica (1994), compor-se-ia dos seguintes fatores:
  - a. Modalidade orientada para o agente;
  - b. Modalidade orientada para o falante;
  - c. Modalidade epistêmica;
  - d. Casos ambíguos.
  
- 2) Pessoa do discurso:
  - a. P1 – Eu;
  - b. P2 – Você(s);
  - c. P3 – Ele(s);
  - d. P4 – Nós/a gente.

\*\*\*

A partir dessas observações, considera-se que a etapa de análise quantitativa *ilumina* o conjunto de variáveis que, articuladamente, motivam os usos linguísticos, cabendo ao analista, então, associar esse tipo de informação com os aspectos apreendidos da análise qualitativa. No caso específico da expressão do futuro do presente, identificar a função (TAM) predominante de cada uma das variantes contribui não apenas para a compreensão da finalidade discursiva dos excertos e/ou textos em que elas ocorrem e para a qual cooperam, como também contribui para o estudo do percurso de gramaticalização das construções mais recentes, como é o caso da construção *ir* + infinitivo, visto que as funções assumidas por elas dependem do grau de sua gramaticalidade, estimada a partir de rotas de gramaticalização previstas (ou constituídas) no âmbito dos estudos funcionalistas.

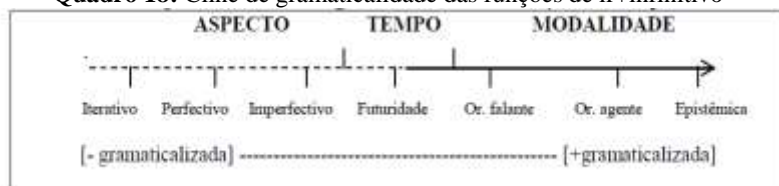
Considerando que as formas assumem determinadas funções a depender do grau de sua gramaticalidade que, por sua vez, depende (por hipótese nossa) de se ter percorrido um longo caminho de experimentação e elaboração de gêneros e estilos, o estudo do percurso de gramaticalização, conforme a proposta de análise apresentada nesta tese, *deve vir acompanhado do estudo de um caminho de gêneros pelos*

*quais as formas percorrem, assumindo funções mais e mais gramaticais* – com a ressalva de que essa não é uma tarefa austera, visto que os próprios gêneros são unidades plásticas.

Subjacente a esse tipo de empreendimento, acredita-se que questões relacionadas à interação entre esfera *da ideologia do cotidiano* e *esfera dos sistemas ideológicos constituídos*, bem como aos aspectos distintivos dos gêneros primários e secundários devam ser desenvolvidas pelo analista, a fim de correlacionar a rota de gramaticalização dos recursos linguísticos, com uma rota de usos reais da língua.

A título de exemplificação, considere, a seguir, a rota de gramaticalização das funções da construção *ir* + infinitivo, proposta por Fonseca e Gonçalves (2009):<sup>772</sup>

**Quadro 18:** Cline de gramaticalidade das funções de *ir*+infinitivo



Fonte: Fonseca e Gonçalves (2009, p. 9)

Por essa representação, os autores indicam o percurso de gramaticalização da perífrase, tendo em vista as funções TAM. *Nossa proposta é a de que, em paralelo a esse tipo de rota, projete-se também uma rota de gêneros que favoreçam a ocorrência dessa forma associada a cada um desses (sub)types* (aspecto iterativo, perfectivo; futuridade; modalidade orientada para o falante, para o agente, epistêmica), com vistas a se correlacionar, então, gênero/estilo, forma e função no processo de gramaticalização. Com isso, acredita-se ser possível identificar, por exemplo, o percurso pelo qual formas/funções novas, que nascem nos gêneros da esfera do cotidiano, migram para os

<sup>772</sup> Os autores se baseiam em Bybee (1985), cujo foco de análise são morfemas flexionais, e advertem serem necessários outros estudos a fim de examinar se a rota de gramaticalização da construção *ir* + infinitivo por eles proposta se instancia diacronicamente e se ela se conforma também aos diferentes graus de gramaticalidade de cada *type* da construção.

gêneros das esferas dos sistemas ideológicos constituídos, e como esses atuam, na sequência, sobre aqueles.

Além disso, com essa proposta, é possível ver que, a despeito de Bakhtin considerar que os gêneros diferem das formas da língua por serem mais flexíveis e plásticos, no que tange aos critérios de estabilidade e normatividade (cf. 4.4.1), *as formas também são flexíveis e plásticas, ponto que, inclusive, contribui para a própria plasticidade dos gêneros e da produção de sentido que eles podem promover*. Entender a dinâmica dos estilos dos gêneros demanda, então, concomitantemente, a compreensão da dinâmica não só dos gêneros do discurso, mas também das formas e funções da língua. Ademais, o processo de gramaticalização – uma força centrípeta (?) – pode ser um ponto de análise dos estudos bakhtinianos que objetivem compreender a historicidade de *componentes estilísticos* (específicos).

#### 5.3.2.6 Sintetizando o design metodológico

Esse é, em nossa compreensão, um *design* de pesquisa que conjuga, para o exame de fenômenos variáveis e em processo de mudança, interesses dos EC, da TOV e do FUNC/GRA, embora ele não se identifique mais com nenhum desses campos especificamente. A depender do fenômeno, dos objetivos e/ou do próprio tempo de pesquisa, compreende-se que *o analista pode lançar luz mais sobre uma etapa analítica ou outra, embora deva preservar as premissas que constituem a totalidade da abordagem proposta*.

A seguir apresenta-se um resumo esquemático dos aspectos metodológicos constitutivos da interface proposta.



**Quadro 19:** Síntese dos aspectos metodológicos que caracterizam o sociofuncionalismo *enunciativo-discursivo* (continua)

<b>Sociofuncionalismo <i>enunciativo-discursivo</i> – aspectos metodológicos</b>	
Objeto de estudo	O estilo – no âmbito dele é que se examinam os fenômenos variáveis e em processo de mudança
Foco da análise	Exame do contexto sociocultural da prática estilística – compreensão da dinâmica social que a circunscreve
	Exame do significado social da prática estilística – é no âmbito dela que se depreende o significado social da variação
	Exame de usos linguísticos variáveis de um domínio funcional – isolamento das variantes ou camadas funcionais que assumem funções similares
	Percurso de mudança dos itens linguísticos, tendo em vista um percurso de gêneros e de estilos
	Identificação de princípios e processos subjacentes à paisagem sociolinguística
Tipos e fontes de dados	Diversos
<i>Locus</i> de análise	Os gêneros do discurso
Tipo de análise	Multidimensional
	Qualitativa e quantitativa
	Análises contrastivas
	Interpretativista e descritivista
Quadro teórico que orienta a análise	<p><i>Transdisciplinar</i></p> <p>Em um primeiro momento: a TOV, os EC e o FUNC/GRA</p> <p>Em um segundo momento, conforme preveem os campos acima: a Sociologia, a Antropologia, a Comunicação Social etc., a depender das demandas do objeto de estudo.</p>

**Quadro 19:** Síntese dos aspectos metodológicos) que caracterizam o sociofuncionalismo *enunciativo-discursivo* (conclusão).

<b>Sociofuncionalismo <i>enunciativo-discursivo</i> – aspectos metodológicos</b>	
Ordem de análise (refletindo a ordem da mudança linguística) e macrocategorias analíticas	<b>Etapa 1:</b> <u>Exame da organização econômica da sociedade</u> em que se localiza a prática social observada, implicando análise do seguinte aspecto: a) conjuntura socioeconômica
	<b>Etapa 2:</b> <u>Exame do intercâmbio comunicativo social</u> , implicando análise do seguinte aspecto: a) esfera de produção ideológico-cultural da prática
	<b>Etapa 3:</b> <u>Exame da interação verbal</u> , implicando análise do seguinte aspecto: a) análise do tipo de interação verbal, considerando a relação entre locutor e interlocutor – e das modalidades e mídias por meio das quais ele se realiza
	<b>Etapa 4:</b> <u>Exame das enunciações</u> , com análise dos seguintes aspectos, dentre outros: a) perspectiva pessoal/ avaliação ( <i>persona</i> ); b) concepção de audiência; c) conteúdo temático; d) organização estilístico-composicional; e) relações cronotópicas; f) enunciações alheias (precedentes e subsequentes);
	<b>Etapa 5:</b> <u>Exame das formas gramaticais</u> , implicando consideração dos seguintes aspectos: a) testagem de grupos de fatores diversos; b) interpretação de frequências <i>type</i> e <i>token</i> ; c) consideração de ocorrências funcionais ambíguas.

#### 5.4 RETOMANDO E AVANÇANDO

Neste capítulo, busquei tecer pontos de diálogo entre a TOV, o FUNC/GRA e os EC para proposição de uma abordagem integrada para o tratamento de fenômenos em variação/mudança, tomando como ponto de partida a expressão do futuro do presente. O foco de interesse foi a constituição de uma abordagem ampla o suficiente para acomodar tendências teórico-metodológicas atuais dos dois primeiros campos a

uma perspectiva dialógica da linguagem, compondo-se uma *chave de leitura* que tome os fenômenos linguísticos no âmbito do funcionamento das práticas sociais, das práticas discursivas. O empreendimento consistiu, então, em correlacionar, teórico-metodologicamente, sob o escopo das práticas, *finalidades ideológico-discursivas, formas e funções*, ressaltando-se, dentre outros aspectos, a própria relação entre língua e ideologia.

Considerando que em 5.3.2 já se promoveu uma síntese das discussões deste capítulo, a partir da apresentação compilada dos principais aspectos que emergiram da proposta de diálogo e que constituíram o que se denominou *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*, nesta seção *sistemizam-se as respostas* que, ao longo da tese, foram sendo delineadas tanto para as *questões gerais* desta pesquisa, apresentadas na *Introdução*, quanto para as *questões mais específicas*, nascidas das discussões do Cap. 1 e apresentadas na *Introdução da Parte II*, quais sejam:

**Quadro 20:** Especificação das questões gerais e específicas da tese

<b>QUESTÕES GERAIS DA PESQUISA</b>
<p>(1) Por quais vias se pode tecer articulação entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico, para constituição de uma abordagem transdisciplinar?</p> <p>(2) Quais os efeitos teórico-metodológicos de se pôr os três campos em diálogo e, sob o escopo desses efeitos, como o fenômeno em variação/mudança da expressão do futuro do presente (e fenômenos de similar natureza) pode(m) ser analisado(s)?</p>
<b>QUESTÕES ESPECÍFICAS</b>
<p>e) Em que medida gêneros do discurso, formas e funções se articulam?</p> <p>f) Como estudar o significado social da variação, <i>à luz de uma articulação entre os três campos agenciados?</i></p> <p>g) De que modo aspectos socioculturais (e quais aspectos) estão (podem estar) implicados na expressão de fenômenos variáveis?</p> <p>h) Qual a relação entre estilo (e o que é estilo?) e expressão variável?</p>

Como, conjuntamente, essas questões é que orientaram a pesquisa aqui apresentada e, mais diretamente, o trabalho realizado neste capítulo, a exposição das respostas a que se chegou para cada uma delas, conforme a seguir, consiste de modo geral, além de uma retomada do capítulo, *a própria apresentação dos principais resultados desta pesquisa.*

Admitindo-se o pressuposto de haver possibilidade de os campos linguísticos em perspectiva entrarem em diálogo, *a primeira questão de pesquisa* que se enfrentou neste capítulo – “*por quais vias se pode tecer articulação entre os campos variacionista, funcionalista e dialógico, para constituição de uma abordagem transdisciplinar?*” – foi, tendo em vista a revisão da literatura de cada um dos campos (Parte II), *definir pontos a partir dos quais a conversa pudesse se estabelecer*. Dentre os diversos caminhos que propiciariam uma aproximação entre os campos, optou-se por partir de aspectos mais gerais, ligados a elementos filosóficos, epistemológicos, pela seguinte razão: constatando-se, em alguma medida, convergência entre os campos quanto a esses aspectos, especificidades teórico-metodológicas restritas a cada um deles não seriam empecilho para a constituição de uma abordagem transdisciplinar.

Com esse tipo de raciocínio, elegeram-se como vias de aproximação entre os campos as concepções sobre (i) o fazer científico, (ii) o sujeito e a cognição, (iii) a concepção de linguagem, (iv) a relação entre indivíduo, língua e sociedade e (v) a própria explicação da mudança linguística. Como identificamos, por essas vias, pontos de convergência entre os campos, inferimos que especificidades de cada um deles – embora apontem para diferenças de foco, de perspectiva, de tradição de pesquisa, de objetos de estudo etc. – não se impõem como um *muro* entre um campo e outro.

Assumindo, então, que pelas vias acima apontadas os campos se encontram, em diferentes medidas, a *segunda questão de pesquisa* com a qual se lidou neste capítulo (considerando a primeira parte dela)<sup>773</sup> – “*quais os efeitos teórico-metodológicos de se pôr os três campos em diálogo?*” – fez ver que uma abordagem integrada que resulte do trabalho de pesquisadores “casamenteiros”, nos termos de Tavares (2003), precisa ampliar justamente o escopo teórico-metodológico dos campos de origem para acomodar, na nova abordagem, diferentes focos de interesse. Ressalte-se que, resguardadas as diferenças, tais focos passam a ser iluminados por uma epistemologia compartilhada, em

---

<sup>773</sup> A segunda parte da pergunta de pesquisa (2) – *como o fenômeno em variação/mudança da expressão do futuro do presente (e fenômenos de similar natureza) pode(m) ser analisado(s)?* – é respondida ao final desta seção.

alguma medida. Esse, em nossa leitura, é o principal *efeito* de se promover a interface teórica sugerida.

Assim, se a TOV e os EC, por exemplo, têm foco no aspecto histórico-cultural do ser humano concreto, na abordagem aqui proposta, por conta de questões postas pelo FUNC/GRA, há que se considerar também o aspecto biológico-cultural do sujeito. Em nossa compreensão, a integração entre esses aspectos, antes de consistir em uma incompatibilidade teórica, representa um resgate da integridade do ser humano concreto – *com vistas ao resgate da integridade de fatores que podem impactar os usos linguísticos*. Nesse ponto, tal como Givón (2005), assumimos que se, para a explicação de um sistema complexo (como é o homem e a língua), há fatores contraditórios em competição, *resistir à tentação de escolher entre um e outro é a melhor saída*. Foi a partir desse tipo de raciocínio que se ampliaram as concepções teórico-metodológicas agenciadas de cada um dos campos, para, desse modo, se chegar a um novo *design* de pesquisa – não mais condizente apenas com um campo ou outro – à luz do qual fenômenos em variação/mudança podem ser examinados de forma mais abrangente.

Além disso, o trabalho de promoção dessa interface produziu ainda o seguinte efeito: embora a abordagem proposta tenha sido pensada e articulada, em princípio, para uma finalidade específica – *composição de uma nova chave de leitura para tratamento da variação/mudança, tomando como ponto de partida a expressão do futuro do presente* – também “iluminou” (em alguma medida) cada um dos campos considerados. A título de exemplificação:

- ✓ se a TOV precisa lidar com a questão da relação entre usos sociais (mais regulares) e individuais (mais performáticos) da língua, acionar os gêneros do discurso como *locus* de análise é produtivo, já que eles têm inscritos em sua historicidade as possibilidade de manifestação da expressividade do locutor. O pesquisador variacionista, então, cômico desse aspecto, pode eleger para sua pesquisa, a depender de seus objetivos, gêneros a partir dos quais se pode depreender, mais proeminentemente, um aspecto ou outro do uso da língua. Nesse sentido, destaque-se que a TOV pode se beneficiar, ao incorporar em sua prática a análise de gêneros do discurso – o que já está previsto na literatura do campo, embora a prática disso ainda seja incipiente – *não em um ponto isolado*, mas em relação àquilo que é justamente o “calcanhar de Aquiles” dessa fase variacionista: o

aspecto metodológico (em geral). Assim, por estar em diálogo mais direto com os EC, a TOV pode recorrer à operacionalização da análise de gêneros para investigação de seus principais pontos de interesse, sem, contudo, praticar o que denominamos *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*;

- ✓ se o FUNC/GRA precisa (i) desenvolver (mais homogeneamente) uma concepção quanto ao que seja o fenômeno da comunicação para, assim, (ii) identificar os fatores a ela correlacionados e que exercem pressão sobre as estruturas gramaticais, acionar a explicação dos EC quanto à arquitetura da enunciação contribui tanto para um aspecto quanto para outro. Além disso, os EC, quanto ao segundo ponto, consideram um quadro de fatores que impactam os usos linguísticos amplo o suficiente para acomodar, além dos fatores de análise já reconhecidos e operacionalizados no FUNC/GRA, os fatores que, na literatura funcionalista, são tomados como centrais nas *tendências atuais* do campo: o texto e suas condições de produção, por meio de análises prioritariamente qualitativas e holísticas;
- ✓ de igual modo, se os EC se voltam para os aspectos flexíveis e plásticos dos gêneros do discurso, a visão de que as próprias formas da língua assim também se caracterizam permite investigar como um aspecto e outro (gêneros e formas linguísticas) se articulam em relação ao que é emergente e ao que é regular da prática discursiva. Nesse contexto, caberia investigar até que ponto a produção de sentido evêntico dos gêneros do discurso é realizada *mediante a própria mobilidade funcional das formas* que lhe são constitutivas; as considerações da abordagem da gramaticalização, nesse sentido, podem iluminar também a prática de pesquisa dos EC.

Como nosso interesse, contudo, está na articulação entre os três campos, e não exatamente em buscar saídas para demandas de cada campo individualmente, cabe indicar como o alargamento teórico-metodológico das concepções com as quais se lidou produz, no âmbito da abordagem proposta, repostas para as *perguntas específicas que emergiram das discussões do Cap. 1*, ao se revisitar o fenômeno da

expressão do futuro do presente e o modo como ele vem sendo examinado na literatura brasileira.

Assim, considerando a questão específica “*em que medida gêneros do discurso, formas e funções se articulam?*”, pode-se dizer que, do diálogo entre os campos, emerge a compreensão de que o agenciamento de formas e, correlacionadas a elas, de funções, se constitui numa prática estilística, cujo centro é a ideologia, o que significa dizer que a correlação (forma/função) é vista como tendo origem no conteúdo do que se diz e na relação (valorativa) que o falante mantém com ele e com os demais fatores envolvidos em uma situação de interação. O estilo, então, é a manifestação linguística de uma *persona*, de um ponto de vista, constituído em relação a outros pontos de vista. Envolvendo tudo isso está a concepção de gênero do discurso – porque o estilo é do gênero, ou seja, o estilo é dos modos sociais de dizer, em cada contexto de interação. É, pois, sob o escopo dos modos historicamente constituídos de dizer que formas/funções se correlacionam, associadas ainda com outras formas/funções coocorrentes.

Como a concepção de linguagem na abordagem proposta é a de que língua é prática social e, como tal, é em parte estruturada e em parte emergente, porque responde a contexto e cria contexto, dizer que o estilo é do gênero, dos tipos relativamente estáveis de enunciado, não significa dizer que o estilo (e, conseqüentemente, a relação entre forma e função) seja um aspecto do discurso definido *a priori* – o estilo do gênero (tal como o próprio gênero) em parte orienta (e até determina, em alguns casos) o dizer social, mas também é uma conquista de cada ato linguístico. Com isso, a própria associação entre formas e funções deve ser buscada no âmbito de práticas sociais específicas – embora algumas práticas sejam mais estáveis que outras, podendo, assim, também haver associações mais estabilizadas (relativamente) entre formas e funções. Note-se que, com essa resposta, já se produziu conhecimento também sobre outra pergunta mais específica – “*qual a relação entre estilo (e o que é estilo?) e expressão variável?*”: formas de fenômenos variáveis integram a constituição estilística dos gêneros do discurso; são, portanto, um dos recursos técnicos para materialização de discursos.

Quanto à questão “*como estudar o significado social da variação* (ou o da expressão do futuro do presente, em particular), *à luz de uma articulação entre esses três campos?*”, pode-se dizer que, em primeiro lugar, não é pertinente, no âmbito da abordagem proposta,

pergunta do tipo “qual é o significado social da variação no fenômeno x?”. A pergunta adequada seria “qual é o significado social da variação no fenômeno x, *no âmbito da prática (discursiva) y?*”, já que se admite que as associações entre (i) formas e funções e também entre (ii) formas/funções e significado social são tecidas no âmbito de contextos discursivos (/gêneros do discurso) específicos – muito embora seja possível historicamente algumas associações em muitos contextos concomitantemente.

Ademais, há que se considerar ainda a premissa de que o significado social das práticas de uso da língua é produzido/conquistado por um conjunto de recursos coocorrentes, de maneira que *fenômenos variáveis podem contribuir para a produção de significado social direta, mas também indiretamente*. Assim, não é possível, por exemplo, no âmbito da tese desenvolvida, especificar o significado social da variação nem identificar se dadas formas variantes contribuem direta ou indiretamente para o significado social de uma dada prática, uma vez que não se fez estudo de gênero.

O que se pode indicar, pelas reflexões aqui levadas a cabo, é que, a depender da esfera social e dos gêneros que nelas se instanciam, a expressão do futuro é, sim, um importante recurso linguístico para a produção de significado social. Veja-se, por exemplo, o valor dessa expressão no âmbito da esfera jornalística, orientada pela *relevância (dos fatos) do presente* – formas de P, na expressão do futuro do presente, são, então, um importante recurso para a constituição estilística dessa esfera e de seus gêneros, muito embora há que se ter em conta que não é a forma de P, por exemplo, que esteja conduzindo a produção de significado, mas o uso da forma já resulta da perspectiva a partir da qual a esfera ou o gênero vê/compreende/avalia e representa os eventos e o homem. Dito de outro modo, na abordagem aqui proposta, admite-se que é da compreensão da atmosfera social (nos termos EC) dos usos linguísticos que se depreende o significado social da variação. Como cada esfera social constitui um campo ideológico, pode-se dizer que o significado social da variação é também orientado ideologicamente, em dois sentidos: porque ocorre no âmbito de uma esfera social e porque está a serviço de um ponto de vista.

Das questões até aqui consideradas, pode-se pensar ainda que, porque o estilo e a expressividade são do gênero, uma mesma associação forma/função, em diferentes gêneros, pode ser, do ponto de vista expressivo, também diferente. De igual modo, embora as formas de fenômenos variáveis possam exercer as mesmas ou similares



funções, elas podem se especializar ideologicamente e, assim, se distribuírem por diferentes discursos – embora esse não seja o cenário mais produtivo (uma forma/função para um discurso), devido, inclusive, à propriedade de ubiquidade social da palavra.

Já em relação à pergunta “*de que modo aspectos socioculturais (e quais aspectos) estão (podem estar) implicados na expressão de fenômenos variáveis?*”, a abordagem aqui proposta, ao reivindicar uma perspectiva notadamente de natureza histórico-cultural, confere grande destaque a esses aspectos, quanto à motivação para variação/mudança na língua. Assim, admite-se que, *não apenas a mudança linguística é desencadeada por motivações socioculturais, estando nisso implicada a própria imprescindibilidade de interação social com o outro (ainda que com o outro de si) –, mas também a variação e sua distribuição social.*

Quanto aos aspectos socioculturais que podem estar implicados na distribuição dos usos variáveis, concluiu-se que todos eles (cf. 5.1.3) são indiciados pelos gêneros do discurso, de maneira que, ao se fazer análise desses, conforme a orientação dos EC, também se faz análise acerca da influência que esses tipos de fatores exercem sobre os usos linguísticos. A própria distribuição das formas de FP por *esferas e gêneros*, conforme a literatura revisada no Cap. 1, já aponta para a relevância desses tipos de fatores.

Se o campo variacionista ainda oscila entre uma *abordagem de gênero textual* e uma *abordagem de gênero do discurso*, a explicação dos EC sobre como a dimensão social (/sociocultural) da enunciação impacta a formalização do discurso – impactando, portanto, o que mais diretamente interessa no debate, *o estilo* – faz ver que a abordagem discursiva é mais produtiva (que uma abordagem de gênero textual), especialmente por ser mais holística e voltada para a descoberta de princípios que expliquem a paisagem sociolinguística, em conformidade com os interesses da TOV.

Por fim, resta refletir sobre a segunda parte da questão (2) de pesquisa – “*como o fenômeno em variação/mudança em tela (ou fenômenos de natureza similar) pode(m) ser analisado(s), sob o escopo das concepções que emergem da articulação entre os campos?*”. Respondendo a questão apenas em termos indicativos, uma vez que não se realizou, nesta tese, análise da expressão do futuro, considera-se que caberia investigar esse fenômeno (e fenômenos de natureza similar): (i) no âmbito dos gêneros do discurso, tomando-os (a) como um recurso

constitutivo de seu estilo, (b) a serviço da produção de sentido do gênero e (c) evocando um significado social (específico).

Nesse enquadre, as funções que as formas atualizam condizem com os movimentos dialógicos dos locutores, frente às finalidades ideológico-discursivas dos gêneros (e, de modo mais particular, de cada texto de gênero) e frente à *persona* que neles se assume. Para investigar as formas/funções nesse enquadre, quer o pesquisador acione as mesmas variáveis de análise presentes na literatura sociofuncionalista (ou variacionista ou funcionalista), quer formule novas variáveis, o que se destaca aqui é a relevância de se operacionalizá-las a partir das premissas sociofuncionalistas dialógicas.

Mesmo as perguntas centrais desta tese se referindo à variação, e não à mudança propriamente dita, destaque-se ainda que a abordagem proposta indica também um meio de investigar, além da rota funcional e categorial do item em processo de mudança, sua rota social, ao se propor a construção de percursos, via gêneros, pelos quais o item em gramaticalização migra *dos gêneros da esfera da ideologia cotidiana*, lugar em que as mudanças tendem a se iniciar, *para os gêneros da esfera dos sistemas ideológicos formalizados*.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa – motivada por demandas que emergiram, notadamente, de inquietações provocadas por trabalhos acadêmicos (também meus) prévios sobre a expressão do futuro do presente e pelo próprio exercício da docência no ensino superior – orienta-se tanto pelo interesse em questões relacionadas à expressão do futuro do presente no PB, um fenômeno em variação/mudança fartamente visitado por pesquisadores brasileiros, quanto pela convicção de que o estudo da língua não pode estar apartado de questões ideológicas.

Frete a essas demandas, revisei (i) um conjunto de aspectos que envolvem e complexificam a expressão do futuro do presente, bem como (ii) um conjunto de estudos brasileiros sobre esse fenômeno em variação/mudança no PB. Perscrutando os trabalhos à luz da complexidade do objeto em pauta, detectei neles algumas inconsistências metodológicas (como considerar gêneros da amostra de pesquisa como representantes de modalidade – oral ou escrita; polarizar as modalidades; e correlacionar modalidades e formas variantes; entre outras). Também localizei aspectos ainda não investigados concernentes ao fenômeno, embora evocados pelos próprios resultados das pesquisas consideradas, e indícios de que a *análise de gêneros* (do texto e do discurso, alternativamente), de estilo e do significado social da variação poderia ser produtiva para ampliação do conhecimento sobre esse fenômeno. Todas essas constatações fortaleceram a crença de que uma abordagem sobre análise de gênero poderia integrar os campos variacionista e funcionalista que, historicamente, ancoram os estudos sobre a expressão do futuro do presente, e assim contribuir para o tratamento de aspectos ainda não contemplados nas pesquisas.

Assumindo a tarefa de *refletir sobre como uma abordagem de gênero poderia integrar esses campos* para exame dos aspectos indicados – extensível também a outros fenômenos em variação/mudança –, bem como considerando a premissa de que os usos linguísticos devem ser examinados à luz de questões ideológicas, elegeu-se a perspectiva bakhtiniana para se examinar: (i) as vias pelas quais os três campos (variacionista, funcionalista e dialógico) poderiam entrar em diálogo, avançando, assim, na produção e renovação de conhecimento interdisciplinar; (ii) a possibilidade de se depreender, do diálogo entre esses campos, uma nova prática para o tratamento de fenômenos em variação/mudança.

Tendo essa tarefa em mira, revisitaram-se, na sequência, os três campos mencionados, com vistas à especificação de aspectos epistemológicos e teórico-metodológicos constitutivos de cada um deles para identificação de possíveis compartilhamentos. A realização dessa tarefa permitiu identificar: (i) *no âmbito do campo funcionalista* – o registro de que *suas tendências atuais* se voltam (a) para uma melhor compreensão do fenômeno da comunicação, para disso se depreender os fatos a ela concernentes e que impactam os usos linguísticos; e, conseqüentemente, (b) para análises holísticas e qualitativas, com foco no *contexto*, nas condições de produção dos usos linguísticos, tomados a partir do texto – o lugar ideal para se depreender o funcionamento da língua; (ii) *no âmbito do campo variacionista* – três fases de pesquisa e uma ruptura epistemológica entre a primeira e a terceira, com essa última evocando uma perspectiva discursiva (um novo paradigma científico) para o tratamento de fenômenos em variação/mudança (com foco na variação) e indiciando, ora implícita ora explicitamente, o campo bakhtiniano; (iii) *no âmbito do campo dialógico*, além do quadro filosófico da campo, concepções que dele derivam sobre o fenômeno social da interação e diretrizes metodológica para a análise de gêneros do discurso.

Desses aspectos, concluí que, além da literatura sobre o objeto de estudo, também esses campos teórico-metodológicos, em suas preocupações mais recentes, indiciam, em diferentes medidas, concepções bakhtinianas ou fazem ver que algumas de suas preocupações poderiam encontrar respostas nesse campo discursivo, o que reforçou a crença inicialmente assumida, nesta pesquisa: a de possibilidade de articulação entre os três campos para proposição de uma abordagem transdisciplinar quanto ao tratamento de fenômenos em variação/mudança, em especial a expressão de futuro do presente.

Identificados alguns pontos de contato e tecida uma conversa (na diferença) entre eles, *propôs-se uma abordagem transdisciplinar teórico-metodológica para tratamento de fenômenos em variação/mudança, tomando-se ainda como base para tal proposição reflexões sobre a expressão do futuro do presente*. A essa abordagem, (i) cujo pressuposto central é o de que os gêneros do discurso são a instância mais profícua para o estudo da língua em uso, (ii) cujo objeto de estudo é o estilo – para o qual fenômenos variáveis contribuem – e (iii) cujo *design* de pesquisa é multidimensional e multinível (do tipo *top down*), denominamos *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*.

Acredita-se que esta pesquisa, embora tenha foco na abordagem transdisciplinar proposta – a fim de contribuir, em primeiro lugar, para o estudo da variação e da mudança linguística (tema de trabalho que se constitui como o principal beneficiário desta tese) –, possa contribuir também, em alguma medida, para os três campos isoladamente, já que: (i) lança luz sobre algumas das preocupações atuais dos campos (especialmente considerando as do campo funcionalista e do variacionista), apontando caminhos para enfrentamento delas; (ii) amplia as possibilidades de pesquisa em cada um dos campos, sugerindo como eles podem se valer de alguns temas e tópicos típicos alheios para produção de conhecimento em relação a seus objetos de interesse; (iii) promove um meio de congregar, articuladamente, interesses típicos dos três campos, fazendo emergir, assim, uma nova chave de leitura para tratamento de fenômenos em variação/mudança.

Destaque-se, aliás, a possibilidade de emergência, devido a articulação entre os campos, não apenas de *umanova* chave de leitura, mas de *múltiplas*, a depender do trabalho dos pesquisadores, frente aos seus interesses, na prática do *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo*. Assim, respeitando-se as premissas epistemológicas dessa abordagem e observando-se o fato de que não se está fundando (com esta tese) um *modelo* teórico-metodológico com fronteiras rígidas, os pesquisadores podem mobilizar mais proeminente um campo ou outro (ora mais o funcionalista, ora mais o variacionista e ora mais o dialógico); diferentes vertentes de cada campo – como outras vertentes funcionalistas, por exemplo –; e diferentes conceitos no âmbito de cada campo, em busca de outras chaves de leitura para investigação de fenômenos específicos.

Com isso, embora toda a articulação teórico-metodológica em tela tenha sido constituída a partir de reflexões sobre a expressão do futuro do presente, admite-se, ao final, a hipótese de que a abordagem proposta é aplicável a fenômenos variáveis de diferentes níveis – desde que questões funcionais estejam envolvidas. Assume-se, portanto, que o *sociofuncionalismo enunciativo-discursivo* é uma orientação/abordagem geral de pesquisa e, por isso, pode orientar diferentes práticas de pesquisa, diferentes conversas teórico-metodológicas entre os campos.

Ponderando sobre *quem pode se valer da abordagem* proposta, uma abordagem que não mais se identifica com os interesses típicos de nenhum dos campos de que deriva, chegou-se ao seguinte entendimento: mais importante do que especificar o campo de atuação do pesquisador a que possa interessar essa abordagem é identificar seu perfil – *aquela que*

*se compromete com a Linguística, e não necessariamente com um campo dela.* Pesquisadores desse tipo podem se valer da abordagem aqui proposta para – revisando-a, ampliando-a, contestando-a etc. – fazer avançar o conhecimento sobre fenômenos em variação/mudança, a partir de uma ótica em que se assume que os usos linguísticos se inscrevem no contexto das práticas e das realizações discursivo-ideológicas da sociedade. *Estar aberto ao diálogo, ao outro, é, pois, a concepção de ordem dessa abordagem e também do pesquisador/leitor a que ela se destina.*

Essa concepção, inclusive, é a que parece marcar nosso tempo, o da modernidade tardia, caracterizado pela emergência de uma nova organização social, de novos modos de vida, de ascensão de novos movimentos sociais, de criação de novas agendas políticas etc. No âmbito disso tudo, está a “pluralidade de reivindicações” (GIDDENS, 1991, p. 9), sendo uma delas justamente a do *direito de dizer*, do direito, ao final, *de ser*, num contexto afirmado de valores em que, frente à totalidade deles, cada um de nós “deve assumir uma atitude [...] particular com relação à toda humanidade histórica” (BAKHTIN, 1993 [1919-1921], p. 65).

É nesse contexto (sócio-histórico) que a própria *Linguística, em alguns de seus novos caminhos*, e, no âmbito dela, o campo variacionista, mais explicitamente, mas também o funcionalista, vão na direção da *reinvenção na forma de se produzir conhecimento*, estando nisso implicada a *reivindicação de uma ética transdisciplinar para compreensão da vida social*. Parece que Bakhtin, *por isso*, encontrou sua época. A abordagem de pesquisa proposta nesta tese tem, portanto, esse horizonte.

Mesmo assim, há que se destacar que a abordagem aqui apresentada trata-se apenas de uma *proposta de trabalho que precisa ser avaliada pelos pares e operacionalizada metodologicamente*. Esses dois aspectos remetem, inclusive, às principais dificuldades encontradas na realização desta pesquisa, pelos motivos descritos a seguir.

Em primeiro lugar, retomar a literatura, concomitantemente, dos três campos agenciados pode ter prejudicado (por limitações minhas) a compreensão mais profunda de um aspecto ou outro de cada campo, comprometendo, com isso, em alguma medida, a própria proposta da tese – apenas a avaliação da proposta (que ora se apresenta) por especialistas de cada campo pode reordenar eventuais deslizes teórico-conceituais e, assim, avalizar o alçamento dessa proposta a uma prática de pesquisa.

Em segundo lugar, por conta da limitação quanto ao tempo da pesquisa, não foi possível realizar uma análise condizente com a abordagem proposta, a fim de se testar, especialmente, o *design* metodológico sugerido – o que poderia conduzir a revisões também quanto às concepções assumidas na proposta. Em vista disso, do conjunto de questões que se poderia indicar como *desdobramentos futuros desta tese*, a operacionalização da abordagem proposta é o primeiro ponto a se considerar, tomando-se ainda o próprio fenômeno da expressão do futuro do presente como objeto de investigação. Além disso, fica também para desdobramentos futuros a *especificação de dissensos* entre os campos, uma vez que aqui só nos dedicamos a tecer pontos de encontro entre eles.

Além dessas duas limitações, há que se indicar ainda a de que a ideia apresentada nesta tese é

a unidade de uma ideia em formação (em desenvolvimento). Daí certo inacabamento *interior* de muitos dos meus pensamentos. Todavia, eu não pretendo transformar defeito em virtude: [nesta tese] há [também] muito inacabamento externo, inacabamento não do próprio pensamento, mas de sua expressão e exposição. Às vezes é difícil separar um inacabamento do outro (BAKHTIN, 2011 [1970-71], p. 392; grifos do autor).

Por todas as questões aqui apresentadas, acredita-se ter dado apenas o primeiro passo rumo à construção de diálogos teóricos entre esses campos com vistas ao estudo de fenômenos em variação/mudança. Sigamos com as pesquisas, em busca do *fim posterior* desse assunto.





## REFERÊNCIAS

ABREU, Ricardo Nascimento. Aspectos legais envolvidos na coleta de dados linguísticos. p.7-18. In: FREITAG, Raquel Meister Ko. (Organizadora). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014, p. 7-18. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5151/BlucherOA-MCMLS-1cap>>. Acesso em: fev. 2015.

ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo. A prática de análise linguística mediada pelos gêneros do discurso: matizes sócio-históricos. *Letrônica*, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 494-520, jul./dez., 2013.

ACOSTA-PEREIRA, Rodrigo; RODRIGUES, Rosângela Hammes. Por uma análise dialógica de discurso: reflexões. In: CASADO ALVES, Maria da Penha; VIAN JR., Orlando. *Práticas discursivas – Olhares da Linguística Aplicada*. Natal: EDUFRN, 2015, p. 61-84.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. O conceito de valoração nos estudos do Círculo de Bakhtin: a inter-relação entre ideologia e linguagem. *Linguagem em (Dis)curso – LemD*, Tubarão, SC, v. 14, n. 1, p. 177-194, jan./abr. 2014.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Perspectivas atuais sobre gêneros do discurso no campo da Linguística. *Letra Magna*, Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura, ano 05, n.11, p. 1-18, 2º semestre de 2009.

AITCHISON, Jean. Diachrony vs. Synchrony: the complementary evolution of two (ir)reconcilable dimensions. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (Orgs.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 2012, p. 11-21. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/2152765/f196fb>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

ALKMIM, Tânia Maria. Sociolinguística. Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 21-47.

AMARAL, Luís Isaías. Centeno. *A concordância verbal de segunda pessoa do singular em Pelotas e suas implicações linguísticas e sociais*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

AMORIM, Marília. *O pesquisador e seu outro: Bakhtin nas ciências humanas*. São Paulo: Musa Editora, 2004.

ARÁN, Pampa Olga. A questão do autor em Bakhtin. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 9, Número Especial, p. 4-25, Jan./Jul. 2014.

ARAÚJO, Inês Lacerda. *Do Signo ao Discurso*. São Paulo: Parábola, 2004.

BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. O romance polifônico de Dostoiévski e seu enfoque na crítica literária. In: \_\_\_\_\_. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015a [1929], p. 3-51.

\_\_\_\_\_. O discurso em Dostoiévski. In: \_\_\_\_\_. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015b [1929], p. 207-310.

\_\_\_\_\_. Formas de tempo e de cronotopo no romance: ensaios de poética histórica. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1936-1937], p. 211-362.

\_\_\_\_\_. O discurso no romance. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1934-1935], p. 71-211.

\_\_\_\_\_. [Volochninov]. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F.Vieira. 16ª ed. São Paulo: Hucitec, 2014 [1929].

\_\_\_\_\_. O problema do conteúdo, do material e da forma na criação literária. In: \_\_\_\_\_. *Questões de Literatura e de Estética: a teoria do romance*. Tradução do russo por Aurora Fornoni Bernardini *et al.* 7ª ed. São Paulo: UNESP; Hucitec, 2014 [1924], p. 13-70.

\_\_\_\_\_. *Questões de estilística no ensino da língua*. Trad. do russo, notas e posfácio de Sheila Grillo e Ekaterina V. Américo. São Paulo: Editora 34, 2013 [1940-1960].

\_\_\_\_\_. O problema do autor. In: \_\_\_\_\_. *Estética da Criação Verbal*. Tradução do russo por Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1979], p. 173-192. \_\_\_\_\_. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação: a palavra na vida e na poesia – introdução ao problema da poética sociológica*. Trad. de Valdemir Miotello *et al.* São Carlos: Pedro & João, 2011 [1929].

\_\_\_\_\_. Arte e responsabilidade. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1919], p. xxxiii-xxxiv.

\_\_\_\_\_. O problema do autor. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 173-192.

\_\_\_\_\_. Os gêneros do discurso. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. 6ª ed. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1952-53], p. 261-306.

\_\_\_\_\_. O problema do texto na linguística, na filologia e em outras ciências humanas. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1959-1961], p. 307-335.

\_\_\_\_\_. Apontamentos de 1970-1971. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. 367-392.

\_\_\_\_\_. Metodologia das Ciências Humanas. In: \_\_\_\_\_. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011 [1974], p. 393-410.

\_\_\_\_\_. *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 1993 [1919-1921].

BALEIRO, Maria Isaura de Andrade. *O futuro do presente do português culto falado em São Paulo*. 1988. 196f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1988.

BARBOSA, Juliana Bertucci. A expressão do futuro no português brasileiro contemporâneo. *Revista Eletrônica do Instituto de Humanidades*, Rio de Janeiro. v. VI, p. 42-50, 2007.

BARTON, David. *Literacy: an introduction to the ecology of written language*. Oxford: Blackweell, 1994.

BARTON, David; HAMILTON, Mary. *Local Literacies: reading and writing in one community*. Londres: Routledge, 1998.

BAUMAN, Richard. The ethnography of genre in a Mexican market: form, function, variation. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 57-77.

BAYLEY, Robert. The Quantitative Paradigm. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2 ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 85-107.

BELL, Allan. Back in style: reworking audience design. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 139-169.

BERLINCK, Rosane de Andrade; BIAZOLLI, Caroline Carnielli; BALSALOBRE, Sabrina Rodrigues Garcia. Gêneros dos jornal e estilo: (re)visitando a variação linguística. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; SOUZA, C. M. N.. (Org.). *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2014, v. 1, p. 261-279.

BEZERRA, Paulo. Prefácio: Uma obra à prova do tempo. In: BAKHTIN, M. M. *Problemas da Poética de Dostoiévski*. Trad. do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015, p. v-xxii.

BRAGA, Maria Luiza; PAIVA, Maria da Conceição. Perspectivas sincrônica e diacrônica na abordagem teórico-metodológico. In: OLIVEIRA, Mariângela Rios de; ROSÁRIO, Ivo da Costa (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 142-153.

BRAGANÇA, Marcela Langa Lacerda. *A gramaticalização do verbo IR e a variação de formas para expressar o futuro do presente: uma fotografia capixaba*. 2008, 146f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, UFES, Vitória, 2008.

BRAIT, Beth. Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. In: FIGARO, R. (Org.). *Comunicação e análise do discurso*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 79-98.

\_\_\_\_\_. Perspectiva dialógica. In: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. *Texto ou discurso?* São Paulo, Contexto, 2012a, p. 9-29.

\_\_\_\_\_. Apresentação – Importância e necessidade da obra *O método formal nos estudos literários: introdução a uma poética sociológica*. In: MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012b, p. 11-18.

\_\_\_\_\_. Alguns pilares da arquitetura bakhtiniana. In: \_\_\_\_ (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010a, p. 7-10.

\_\_\_\_\_. Estilo. In: \_\_\_\_ (Org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 4ª ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2010b, p. 79-102.

\_\_\_\_\_. Análise e teoria do discurso. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: outros conceitos-chave*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 9-32.

\_\_\_\_\_. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: \_\_\_\_ (Org.). *Bakhtin: Dialogismo e Construção de Sentido*. 2ª ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005, p. 87-98.

BRANDIST, Craig. Mikhail Bakhtin e os primórdios da sociolinguística soviética. In: FARACO, C.A.; TEZZA, C.; CASTRO, G. de (Orgs.). *Vinte ensaios sobre Mikhail Bakhtin*. Petrópolis: Vozes, 2006. p. 67-88.

BYBEE, Joan L. *Língua, uso e cognição*. Tradução de Maria Angélica Furtado da Cunha; revisão técnica de Sebastião Carlos Leite Gonçalves. São Paulo: Cortez, 2016 [2010].

\_\_\_\_\_. *Language, usage, and cognition*. Cambridge, UK: CUP, 2010.

\_\_\_\_\_. Mechanisms of change in grammaticization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. and JANDA, R.D. (eds.) *The Handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell Publishing Ltd., 2003.

BYBEE, Joan; PAGLIUCA, Willian. The evolution of future meaning. In: RAMAT, A. G.; CARRUBA, O.; BERNINI, G. (eds.). *Papers from the Seventy International Conference on Historical Linguistics*. Amsterdam: Benjamins, 1987, p. 109-122.

BYBEE, Joan; PERKINS, Revere.; PAGLIUCA, William. *The evolution of grammar: tense, aspect and modality in the languages of the world*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.

CAMACHO, Roberto Gomes. Um breve retrospectiva da pesquisa sociolinguística. In: PARREIRA, M. C.; CAVALARI, S. M.; ABREU-TARDELLI, L.; NADIN, O. L.; COSTA, D. S. da. (Org.). *Pesquisas em linguística no século XXI: perspectivas e desafios teórico-metodológicos* (Série Trilhas Linguísticas 27). 1[ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, v. , p. 13-27.

\_\_\_\_\_. *Da linguística formal à linguística social*. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

CAMACHO, Roberto Gomes; SALOMÃO-CONCHALO, Mircia Hermenildo. A variação de plural no SN como um indexador de identidade. *Todas as Letras*, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 46-63, maio/ago.

2016. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.15529/1980-6914/letras.v18n2p46-63>>.

CAMPBELL, Lyle; JANDA, Richard. Introduction: conceptions of grammaticalization and their problems. *Language Sciences*, v. 23, p. 93-112, 2001. Disponível em: <<http://www.workshopgramaticalizacao.uff.br/images/Campbell%202001%20intro.pdf>>. Acesso em: set. 2015.

CASSEB-GALVÃO, Vania; LIMA-HERNANDES, Maria Cecília. O equilíbrio na mudança linguística: a gradualidade em processo. SOUZA, Edson Rosa (Org.). *Funcionalismo Linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 153-169.

CASTILHO, Ataliba Teixeira. Funcionalismo e gramáticas do português brasileiro. In: SOUZA, E. R. (Org.). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 17-42.

CAVALIERE, Ricardo. Vertentes da sociolinguística no Brasil. *Web-Revista SOCIODIALETO*, v. 4, n. 12. p. 612-624, 2014.

CELANI, Maria Antonieta Alba. Questões de ética na pesquisa em Linguística Aplicada. *Linguagem & Ensino*, v. 8, n. 1, p. 101-122, 2005.

CEZÁRIO, Maria Maura. Efeitos da Criatividade e da Frequência de uso no Discurso e na Gramática. In: SOUZA, Edson Rosa de (Org.). *Funcionalismo Linguístico: Análise e Descrição*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-32.

COELHO, Izete Lehmkuhl; GÖRSKI, Eda Maria; NUNES de SOUZA, Christiane Maria; MAY, Guilherme Henrique. *Para conhecer sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2015.

COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes . Uma proposta metodológica para o tratamento da variação estilística em textos escritos. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. NUNES DE SOUZA, C. M.. (Org.). *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2014, v. 1, p. 163-199.

CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo; HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel. Introduction. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (Orgs.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 2012, p. 01-08. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/2152765/f196fb>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

COMRIE, Bernard. *Aspect*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *Tense*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

CORÔA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do português: uma introdução à sua interpretação semântica*. São Paulo: Parábola, 2005.

COSTA, Leonard Christy Souza. *Saussure: entre o poder acadêmico e a saber científico*. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Linguística, Florianópolis, 2015. 272 p.

COULMAS, Florian. Introduction. In:\_\_\_\_\_ (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>>. Acesso em: ago.2016.

COUPLAND, Nikolas. *Style: language variation and identity*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. Language, situation, and the relational self: theorizing dialect-style in sociolinguistics. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 185-210.

DAMÁZIO, Paula Regina Scoz Domingo.; PIRES DE OLIVEIRA, Roberta . Ciência da linguagem: uma reflexão sobre o conceito de paradigmas. *Revista de Letras*, v. 18, p. 01-19, 2016.

DIAS, Luiz Francisco. Significação e forma linguística na visão de Bakhtin. In: BRAIT, B. (Org.). *Bakhtin: Dialogismo e Construção de*



*Sentido*. 2ª ed. rev. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2005, p. 99-107.

DURKHEIM, Émile. As regras do método sociológico. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. 9. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1978. Disponível em: <[http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao\\_leitura/sociologia/regras\\_metodo\\_sociologico.pdf](http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/regras_metodo_sociologico.pdf)>. Acesso em: 30nov. 2016.

ECKERT, Penelope. *Third Wave Variationism*. Oxford Handbooks Online, 2016. Disponível em: <<http://www.oxfordhandbooks.com/view/10.1093/oxfordhb/9780199935345.001.0001/oxfordhb-9780199935345-e-27>>. Acesso em: 12 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Three waves of variation study: The emergence of meaning in the study of variation. *Annual Review of Anthropology*, n. 41, p. 87-100, jun 2012.

\_\_\_\_\_. Variation and the indexical field. *Journal of Sociolinguistics*, 12/4, p. 454-476, Oxford: Blackwell, 2008.

\_\_\_\_\_. Variation, convention and social meaning , *Paper Presented at the Annual Meeting of the Linguistic Society of America*. Oakland CA, Jan. 7, 2005.

\_\_\_\_\_. Style and social meaning. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 119-126.

\_\_\_\_\_. *Linguistic Variation as Social Practice*. Blackwell: Oxford, 2000.

\_\_\_\_\_. Age as a Sociolinguistic Variable. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>. Acesso em ago de 2016.

ECKERT, Penelope; WENGER, Étienne. What is the role of power in sociolinguistic variation? *Journal of Sociolinguistics*. Reino Unido, 9, 4, p. 582- 589, 2005.

ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

EDWARDS, John. *Language and Identity: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ERVIN-TRIPP, Susan. Variety, style-shifting, and ideology. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 44-56.

FARACO, Carlos Alberto. Resenha da obra O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica. *Bakhtiniana*, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 181-187, jul./dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Aspectos do pensamento estético de Bakhtin e seus pares. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 46, n. 1, p. 21-26, jan./mar. 2011.

\_\_\_\_\_. *Linguagem & Diálogo: as ideias linguísticas do Círculo de Bakhtin*. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

\_\_\_\_\_. Apresentação de um clássico. In: WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006, p. 9-29.

\_\_\_\_\_. *Linguística histórica: uma introdução ao estudo da história das línguas*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005a.

\_\_\_\_\_. Interação e linguagem: balanço e perspectivas. *Calidoscópio*, v. 3, n. 3, p. 214-221, set./dez. 2005b. Disponível em: <[http://www.unisinos.br/publicacoes\\_cientificas/images/stories/pdfs\\_calidoscopio/vol3n3/art08\\_faraco.pdf](http://www.unisinos.br/publicacoes_cientificas/images/stories/pdfs_calidoscopio/vol3n3/art08_faraco.pdf)>. Acesso em: dez. 2016.

FEAGIN, Crawford. Entering the Community: Fieldwork. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2 ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 19-37.

FIGUEROA, Ester. *Sociolinguistic metatheory*. Pergamon, 1994.

FLEISCHMAN, Suzanne. *Tense and narrativity*. Austin: University of Texas Press, 1990.

\_\_\_\_\_. *The future in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.

FLICK, Uwe. *Introdução à pesquisa qualitativa*. Tradução Joice Elias Costa. – 3. ed. – Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREITAG, Raquel Meister Ko. Dissecando a entrevista sociolinguística: estilo, sequência discursiva e tópico. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L. NUNES DE SOUZA, C. M.. (Org.). *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2014, v. 1, p. 125-141.

\_\_\_\_\_. Problemas teórico-metodológicos para o estudo da variação linguística nos níveis gramaticais mais altos. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 115-132, 2009.

FREITAG, Raquel Meister Ko; MARTINS, Marco. Antônio; TAVARES, Maria. Alice. Bancos de dados sociolinguísticos do português brasileiro e os estudos de terceira onda: potencialidades e limitações. *Alfa: Revista de Linguística*, UNESP, v. 56, p. 917-944, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/alfa/v56n3/a09v56n3>>. Acesso em: 15 set. 2015.

FREITAG, Raquel Meister Ko; SEVERO, Cristine Gorski; GÖRSKI, Edair Maria (Orgs.). *Sociolinguística e Política linguística: olhares contemporâneos*. São Paulo: Blucher, 2016.

FONSECA, Ana Maria Hernandes. *A perífrase verbal IR + infinitivo e o futuro do dialeto riopretano: um estudo na interface sociolinguística/gramaticalização*. 2010. 176f. Dissertação (Mestrado

em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2010a.

\_\_\_\_\_. Tempo, Aspecto, Modo / Modalidade (TAM) na expressão de futuridade. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 39 (1): p. 45-58, mai.-ago. 2010b.

FONSECA, Ana Maria Hernandes; GONÇALVES, Sebastião. Carlos Leite. Um estudo sociofuncionalista da perífrase verbal *ir + infinitivo*. *Anais do SILEL*, vol. 1, Uberlândia: EDUFE, 2009, p.1-10.

FURTADO DA CUNHA, Maria Angelica; BISPO, Edvaldo Balduino; SILVA, José Romerito. Linguística funcional centrada no uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. *Linguística centrada no uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro/ Cataguases - MG: FAPERJ/Mauad, 2013, p. 13-39.

GERALDI, João. Wanderley. Introdução – O mundo não nos é dado, mas construído. In: VOLOCHÍNOV, V. N. (do Círculo). *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013, p. 7-27.

\_\_\_\_\_. *Ancoragens – estudos bakhtinianos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

GIBBON, Adriana. *Trajatória de gramaticalização da perífrase IR (presente) + infinitivo no domínio funcional do futuro: análise sincrônica e diacrônica em amostras de fala e escrita gaúchas*. Tese. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis 2014.

\_\_\_\_\_. *A expressão do tempo futuro na língua falada de Florianópolis: gramaticalização e variação*. 2000, 126f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2000.

GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da modernidade* (trad. Raul Fiker). São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIROUX, Henry. Introdução. In: FREIRE, P.; MACEDO, D. *Alfabetização: leitura do mundo, leitura da palavra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GIVÓN, Talmy. *Compreendendo a gramática*. São Paulo: Cortez; Natal: EDUFRRN, 2012 [1979].

\_\_\_\_\_. *Context as other minds: the pragmatics of sociality cognition and communication*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2005.

\_\_\_\_\_. *Bio-linguistics: the Santa Barbara lectures*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2002.

\_\_\_\_\_. *Syntax: An Introduction*. v.I, Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 2001.

\_\_\_\_\_. *Functionalism and grammar*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

GORSKI, Edair Maria. *O tópico semântico-discursivo na narrativa oral e escrita*. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Letras/ Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1994.

GÖRSKI, Edair Maria; TAVARES, Maria. Alice. O objeto de estudo na interface variação-gramaticalização. In: BAGNO, M.; CASSEB-GALVÃO, V.; REZENDE, T. F (Orgs.). *Dinâmicas funcionais da mudança linguística*. São Paulo: Parábola Editorial, 2017, p. 35-63.

GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes. *Variação estilística – reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014.

GORSKI, Edair Maria; VALLE, Carla Regina Martins. Variação estilística em entrevistas sociolinguísticas: uma (re)leitura do modelo laboviano. In: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes. *Variação estilística – reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 67-92.

GORSKI, Edair Maria; GIBBON, Adriana; VALLE, Carla Regina Martins; MAGO, Diane. Dal; TAVARES, Maria Alice. Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização. In: RONCARATI, C.; ABRAÇADO, J. (Orgs.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2003. p.106-122.

GRILLO, Sheila. Camargo. Prefácio – A obra em contexto: tradução, história e autoria. In: MEDVIÉDEV, P. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-38.

GUIMARÃES, E.; ORLANDI, E. P. O conhecimento sobre a linguagem. In: PFEIFFER, C.; NUNES, J. H. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem: linguagem, história, conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, p. 141-157.

GUY, Gregory R. As comunidades de fala: fronteiras internas e externas. In: *Abralin*, 2001. Disponível em: <[http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais\\_con2int\\_conf02.pdf](http://sw.npd.ufc.br/abralin/anais_con2int_conf02.pdf)>. Acesso em: set. 2014.

\_\_\_\_\_. A identidade linguística da comunidade de fala: paralelismo interdialetoal nos padrões da variação linguística. *Organon*, v.14, n. 28 e 29, p. 17-32. Porto Alegre: Instituto de Letras da UFRGS, 2000.

GUY, Gregory R; ZILLES, Ana Maria. *Sociolinguística quantitativa: instrumental de análise*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALL, Stuart. *Da diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Tradução de Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil, 2003.

HEINE, Bernd. *On the role of context in grammaticalization*. In: Wischer and Diewald, eds., 2002, p. 83-101.

\_\_\_\_\_. Grammaticalization as an explanatory parameter. In: PAGLIUCA, William (Ed.). *Perspectives on Grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1994, p. 255-287.

HEINE, Bernd; REH, Mechthild. *Grammaticalization and reanalysis in African languages*. Hamburg: Helmut Buske, 1984.

HEINE, Bernd; KUTEVA, Tania. *The Genesis of Grammar: a reconstruction*. New York: Oxford University Press, 2007.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *World lexicon of grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HEINE, Bernd; CLAUDI, Ulrike & HÜNNEMEYER, Friederike. *Grammaticalization: a conception framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991a.

HOLQUIST, Michael. Prefácio. In: BAKHTIN, Mikhail. *Para uma filosofia do ato*. Tradução de Carlos Alberto Faraco e Cristovão Tezza da edição americana *Toward a philosophy of the act*. Austin: University of Texas Press, 1993. (tradução destinada exclusivamente para uso didático e acadêmico).

HOPPER, Paul. The paradigm at the End of the Universe. In: GIACALONE-RAMAT, A.; HOPPER, P. (Orgs). *The limits of grammaticalization*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1998. p. 147-158.

\_\_\_\_\_. On some principles in the grammaticalization. In: TRAUGOTT, E. C.; HEINE, B. (Eds.) *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam /Philadelphia: J. Benjamins, 1991. v. 1 e 2, p.07-35.

HOPPER, Paul; TRAUGOTT, Elisabeth. *Grammaticalization*. 2. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2003. E-BOOK.

HORA, Dermeval da. Estilo: uma perspectiva variacionista. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. (Orgs.). *Variação estilística: Reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Coleção Linguística. V.3. Florianópolis: Insular, 2014, p. 19-30.

HUDSON, Richard A. *Sociolinguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1980.

HUMBOLDT, Wilhem von. Sobre a natureza da língua em geral (Trad. Paulo Oliveira). In: HEIDERMANN, Werner; WEININGER, Markus J. (orgs.), 2006. p. 2-19.

ILARI, Rodolfo. O Estruturalismo Linguístico: alguns caminhos. In: MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, 2004.

IRVINE, Judith. “Style” as distinctiveness: the culture and ideology of linguistic differentiation. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 21-43.

KENDALL, Tyler. Data in the Study of Variation and Change. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2 ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 38-56.

KLEIMAN, Angela B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita*. Campinas: Mercado de Letras, 1995. p. 15-59.

KOCH, I. A inter-ação pela linguagem. São Paulo: Contexto, 1992.

KOERNER, Konrad. William Labov e as origens da sociolinguística na América. In: \_\_\_\_\_. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Seleção de Textos de Rolf Kemmler e Cristina Altman. Organização de Carlos Assunção. Vila Real: Universidade de Trás-Os-Montes e Alto Douro, 2014, p. 117-138.

KUHN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 8 ed. São Paulo: Perspectiva, 1998 [1962].

LABOV, William. *Principles of linguistic change: cognitive and cultural factors*. Oxford: Wiley Blackwell, 2010.

\_\_\_\_\_. *Padrões sociolinguísticos*. Tradução de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola Editorial, 2008 [1972].



\_\_\_\_\_. *The social stratification of English in New York City*. 2. ed. New York: Cambridge University Press, 2006 [1966].

\_\_\_\_\_. Some sociolinguistic principles. In: PAULSTON, C. B.; TUCKER, G. R. (Org.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Oxford: Blackwell, 2003. p. 235-250.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: social factors*. Cambridge: B. Blackwell, 2001a.

\_\_\_\_\_. The anatomy of style-shifting. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001b, p. 85-108.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: internal factors*. Cambridge: B. Blackwell, 1994.

\_\_\_\_\_. Building on Empirical Foundations. In: LEHMANN, W.; MALKIEL, Y. (Eds.). *Perspectives on Historical Linguistics*. Amsterdam/Philadelphia: J. Benjamins, 1982. p.81-84.

\_\_\_\_\_. Where does the linguistic variable stop? A response to Beatriz Lavandera. *Working Papers in Sociolinguistics*, v. 44, abr. 1978.

\_\_\_\_\_. *The social stratification of English in New York city*. Cambridge: University Press, 2006[1966], 2ª edição ampliada.

LAVANDERA, Beatriz. Where does the sociolinguistic variable stop? *Language in Society*, Great Britain, 1978, p. 171-182.

LE PAGE, Robert Brock. The Evolution of a Sociolinguistic Theory of Language. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>>. Acesso em: ago. 2016.

LEHMANN, Christian. Gramática funcional. In: PERES DE OLIVEIRA, T.; SOUZA, E. R. F. (Eds.). *Funcionalismo: princípios, metas e métodos*. Atas do I Simpósio Internacional de Linguística Funcional. Três Lagoas: *Guavira Letras*: Revista Eletrônica do Programa

de Pós-Graduação em Letras, v. 13, n. 1, ago./dez. 2011, p. 7-22.  
Disponível em:<[https://degnatal.files.wordpress.com/2015/04/guavira\\_v\\_13\\_2011.pdf](https://degnatal.files.wordpress.com/2015/04/guavira_v_13_2011.pdf)>. Acesso em: jul. 2015.

LEITNER, Gerhard. The Sociolinguistics of Communication Media. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>>. Acesso em: ago. 2016.

LIAPUNOV, Vadim. Prefácio do tradutor da edição americana. In: *Para uma filosofia do ato responsável*. Tradução aos cuidados de Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro & João, 1993 [1919-1921].

LIMA-HERNANDES, Maria Célia. Nova mente, outro contexto. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I. C. *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015, p. 13-21.

LOBATO, L. C. R. *Gênero textual na metodologia de pesquisa em gramaticalização*. 2009. 131f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos). – Faculdade de Letras, UFMG, Belo Horizonte, 2009.

LUCCHESI, Dante. A Teoria da Variação Linguística: um balanço crítico. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 41(2): p. 793-805, maio-ago 2012.

LYONS, John. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Trad. Marilda W. Averbug e Clarisse S. de Souza. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos Editora S.A, 1987.

\_\_\_\_\_. *Introdução à linguística teórica*. Trad. de Rosa Virgínia Mattos e Silva e Hélio Pimentel. V. 13. São Paulo: Companhia Editora Nacional da Universidade de São Paulo, 1979.

MACEDO, Alzira Tavares de; RONCARATI, Cláudia; MOLLICA, Maria Cecília. (Org.). *Variação e Discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MALVAR, Eisabete; POPLACK, Shana. O presente e o passado do futuro no português do Brasil. In: VOTRE, S.; RONCARATI, C. *Anthony Julius Naro e a linguística no Brasil: uma homenagem acadêmica*. Rio de Janeiro: 7 Letras / FAPERJ, 2008.

MARRA, Daniel; MILANI, Sebastião Elias. O *locus* da língua: reflexões metateóricas acerca da noção de língua como um fato social em William Labov. *Estudos da Língua(gem)*, Vitória da Conquista, v. 12, n. 2, 2014, p. 51-71.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Uma teoria social da língua(gem) anunciada no limiar do século XX por Antoine Meillet. *Linha d'Água*, São Paulo, v. 25, n. 2, 2012, p. 67-90.

MARTELOTTA, Mário Eduardo; ALONSO, Karen Sampaio. Funcionalismo, cognitivismo e dinamicidade da língua. In: SOUZA, Edson Rosa de. (Org). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

MARTINS, Marco Antonio; COELHO, Izete Lehmkuhl; CAVALCANTE, Silvia Regina de Oliveira. Variação sintática e gerativismo. In: MARTINS, M.A; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015, p. 305-339.

MATEUS, Maria Helena Mira; BRITO, Ana Maria; DUARTE, Inês.; FARIA, Isabel Hub. *Gramática da língua portuguesa*. 2. ed. Lisboa: Caminho, 1989.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães. Estudos etnográficos da educação: uma revisão de tendências no Brasil. In: MATTOS, C.L.G.; CASTRO, P. A. (Orgs.). *Etnografia e educação: conceitos e usos*. Campina Grande: EDUEPB, 2011, p. 25-48. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/8fcfr/pdf/mattos-9788578791902-02.pdf>>. Acesso em: 12 set. 2016.

MATTOSO CÂMARA, Joaquim Mattoso. *História da linguística*. Tradução de Maria do Amparo Barbosa de AZEVEDO. 7 ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Estrutura da Língua Portuguesa*. 12<sup>a</sup> ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

\_\_\_\_\_. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1979.

\_\_\_\_\_. *A forma verbal portuguesa em -ria*, Washington D. C., 1956.  
MAY, Guilherme Henrique. *Labov e o fato social*. 2011. Dissertação (de mestrado). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/94780/294411.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 30 nov. 2016.

MEDVIÉDEV, Pavel. N. *O método formal nos estudos literários: introdução crítica a uma poética sociológica*. São Paulo: Contexto, 2012 [1928].

MELLO, Heloísa Augusta Brito de. Perfil sociolinguístico de uma comunidade bilíngue da zona rural de Goiás. *Linguagem e Ensino*, v. 4, n. 2, p. 61-92, 2001.

MENDES, Ronald Beline.. A terceira onda da sociolinguística. In: José Luiz Fiorin. (Org.). *Novos caminhos da Linguística*. 1ed.São Paulo: Contexto, 2017, v. , p. 103-123.

MILANI, Sebastião Elias. Historiografia do estudos de Willian D. Whitney: a lei do menor esforço. *Linha d'Água*, v. 20, p. 37-47, 2007.

\_\_\_\_\_. *Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Symbolismo na história da Lingüística*. 2000, 168 f. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MILROY, James; MILROY, Lesley. Varieties and Variation. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>>. Acesso em: ago. 2016.

MILROY, Lesley. *Observing and Analyzing Natural Language*. A critical account of sociolinguistic method. Oxford: Basil Blackwel,

1987. Disponível em: <[https://www.amazon.com/Observing-Analysing-Natural-Language-Sociolinguistic/dp/0631136231#reader\\_0631136231](https://www.amazon.com/Observing-Analysing-Natural-Language-Sociolinguistic/dp/0631136231#reader_0631136231)>. Acesso em: 20 out. 2016.

MILROY, Lesley; GORDON, Matthew. *Sociolinguistics: method and interpretation*. Oxford: Blackwell, 2003.

MIOTELLO, Valdemir. *Discurso da ética e a ética do discurso*. São Carlos/SP: Pedro & João Editores, 2011.

MORSON, Gary. Saul; EMERSON, Caryl. *Mikhail Bakhtin: criação de uma prosaística*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Edusp, 2008.

NARO, Anthony. O dinamismo das línguas. In.: MOLLICA, Cecília; BRAGA, Maria Luiza (orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003, p. 43-51.

NARROG, H.; HEINE, B. (Eds.). *The Oxford handbook of grammaticalization*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 118-129.

NEVALAINEN, Terttu; RAUMOLIN-BRUNBERG, Helena. Historical Sociolinguistics: Origins, Motivations and Paradigms. In: Hernández-Campoy, Juan Manuel; Conde-Silvestre, Juan Camilo (Orgs.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 2012, p. 22-40. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/2152765/f196fb>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

NEVALAINEN, Terttu; PALANDER-COLLIN, Minna. Historical Sociolinguistics: Origins, Motivations, and Paradigms. In: HERNÁNDEZ-CAMPOY, Juan Manuel; CONDE-SILVESTRE, Juan Camilo (Orgs.). *The Handbook of Historical Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 2012, p. 22-40. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/2152765/f196fb>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

NEVES, Maria Helena Moura. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

\_\_\_\_\_. *A gramática: História, Teoria e análise, ensino*. São Paulo: Editora UNESP, 2002b.

\_\_\_\_\_. A modalidade. In: KOCH, I. G. (Org.). *Gramática do português falado*, v. VI: Novos. 2. ed. rev. Campinas: Editora da Unicamp, 2002a, p. 171-208.

\_\_\_\_\_. Estudos funcionalistas no Brasil. *D.E.L.T.A.* v. 15, Edição Especial, p. 71-104, 1999.

NICHOLS, Joanna. Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*. v. 13, p. 97-117, 1984.

NUNES, Rosane. *Evolução cíclica do Futuro do Presente do latim ao português*. 2003. 101f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Católica de Pelotas, Pelotas, 2003.

OLIVEIRA, Josane Moreira. *O futuro na língua portuguesa ontem e hoje: variação e mudança*. 2006. 254f. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

OLIVEIRA Jr., Miguel. Aspectos técnicos na coleta de dados linguísticos orais. In: FREITAG, Raquel Meister Ko. (Organizadora). *Metodologia de Coleta e Manipulação de Dados em Sociolinguística*. São Paulo: Editora Edgard Blücher, 2014, p. 19-26.

OLIVEIRA, Mariangela Rios. Contexto: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R; ROSÁRIO, I. da C. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 22-35.

\_\_\_\_\_. Tendências atuais da pesquisa funcionalista. In: SOUZA, Edson Rosa de. (Org). *Funcionalismo linguístico: novas tendências teóricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

OLIVEIRA, Mariangela Rios; ROSÁRIO, Ivo da Costa. *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina/FAPERJ, 2015.

OMENA, Nelize Pires de. A referência à primeira pessoa do plural: variação ou mudança. In: PAIVA, Maria da Conceição de; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. *Mudança linguística em tempo real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003.

PAGOTTO, Emilio Gozze. Sociolinguística. In: NUNES, José Horta e PFEIFFER, Cláudia Castellanos (Orgs.). *Introdução às Ciências da Linguagem – Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006, p.49-72.

\_\_\_\_\_. *Variação e(é) Identidade*. UNICAMP/IEL. Tese de Doutorado, 2001.

PAIVA, Maria da Conceição A.; DUARTE, Maria Eugênia Lamoglia. Quarenta anos depois: a herança de um programa na Sociolinguística brasileira. In: WEINREICH, U.; LABOV, W.; HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. São Paulo: Parábola, 2006.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. Introdução: A mudança linguística em curso. In: \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_ (orgs). *Mudança Linguística em Tempo Real*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2003, p. 13-29.

PAIVA, Maria da Conceição; SCHERRE, Maria Marta Pereira. Retrospectiva sociolinguística: contribuições do PEUL. *Revista DELTA*, São Paulo, v. 15, n. especial, p. 201-232, 1999.

PAIVA, Vera Lúcia Menezes de Oliveira. Reflexões sobre ética e pesquisa. *Revista Brasileira de Linguística Aplicada*, v. 5, n. 1, p. 45-61, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1984-63982005000100003>>. Acesso em: fev. 2015.

PALMER, Frank Robert. *Mood and modality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PAREDES SILVA, Vera Lúcia. Relevância das variáveis linguísticas. In: MOLLICA, Maria Cecília; BRAGA, Maria Luiza (Orgs.). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 67-71.

PATRICK, P. L. The speech community. In: CHAMBERS, J. K.; TRUDGILL, P.; SCHILLING-ESTES, N. (Ed.). *Handbook of variation and change*. Oxford: Blackwell, 2004. p. 573-597.

PAULSTON, Christina B.; TUCKER, G. Richard. History of sociolinguistics: introduction. In: \_\_\_\_\_. (Orgs.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden: Blackwell Publishing, 2003.

PIMPÃO, Tatiana Schwochow; GÖRSKI, Edair Maria. Interpretação qualitativa de resultados quantitativos: uma análise do processo metodológico na comparação de diferentes pesquisas, *Working Papers em Linguística*, Florianópolis, n. 1, p. 71-81. 2010.

PIRES DE OLIVEIRA, Roberta. Formalismos na linguística: uma reflexão crítica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina. (Org.). *Introdução a linguística - volume 3. Fundamentos Epistemológicos*. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2004, p. 219-250.

PONZIO, Augusto. *A revolução bakhtiniana*. São Paulo: Contexto, 2011a.

\_\_\_\_\_. Introdução: Problemas de sintaxe para uma linguística da escuta. In: BAKHTIN, M. M. *Palavra própria e palavra outra na sintaxe da enunciação: a palavra na vida e na poesia – introdução ao problema da poética sociológica*. Trad. de Valdemir Miotello *et al.* São Carlos: Pedro & João, 2011b, p. 7-57.

POPLACK, Shana. Grammaticalization and Linguistic Variation. In: NARROG, Heiko; HEINE, Bernd (Eds.). *The Oxford Handbook of Grammaticalization*. Oxford: OUP, 2011. p. 209-224.

\_\_\_\_\_. The notion of the plural in Puerto Rican Spanish: competing constraints on /s/ deletion. In: LABOV, William (ed.). *Locating language in time and space*. Philadelphia, University of Pennsylvania, 1979.

REICHENBACH, Hans. *Elements of symbolic logic*. New York: The MacMillan Company, 1947.



RICKFORD, John R. Style and stylizing from the perspective of a non-autonomous sociolinguistics. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 220-231.

RICKFORD, John R.; ECKERT, Penelope. Introduction. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. 2001, p. 01-18.

ROBERTS, Celia; STREET, Brian. Spoken and Written Language. In: COULMAS, Florian (Ed.). *The Handbook of Sociolinguistics*. Blackwell Publishing, 1998. Disponível em: <<http://pt.bookzz.org/book/963370/1ef2e1>>. Acesso em: ago. 2016.

ROBINS, Robert. H. *Pequena História da Linguística*. Tradução de Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1983.

RODRIGUES, Rosângela. Hammes. Os Gêneros do Discurso na Perspectiva Dialógica da Linguagem: A Abordagem de Bakhtin. In: MEURER, J. L; BONINI, A. & MOTTA-ROTH, D. *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola, 2005. p. 152-183.

\_\_\_\_\_. Análise de gêneros do discurso na teoria bakhtiniana: algumas questões teóricas e metodológicas. *Linguagem em (Dis)curso*, Tubarão, v.4, n. 2, p. 415-440, jan./jun. 2004.

\_\_\_\_\_. *A constituição e o funcionamento do gênero jornalístico artigo: cronotopo e dialogismo*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – PUCSP, São Paulo, 2001.

ROMAINE, Suzanne. *Socio-historical linguistics: its status and methodology*. Cambridge: University Press Cambridge, 2009.

\_\_\_\_\_. *Language in society: an introduction to sociolinguistics*. London: Blackwell, 1994.

ROJO, Roxane. Gêneros do discurso e gêneros textuais: questões teóricas e aplicadas. In: MEURER, J. L; BONINI, A; MOTTA-ROTH,

D. (Org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. São Paulo: Parábola Editorial. 2005. p. 184-207.

ROMAINE, Suzanne. What is a speech community? In: *Sociolinguistic Variation in Speech Communities*. London: Edward Arnold, 1982, p. 13-24.

ROST SNICHELOTTO, Cláudia Andrea. 411f. *Olha e vê: caminhos que se entrecruzam*. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SANTOS, Adriana Morcelles dos. *O futuro verbal no português do Brasil em variação*. 1997. Dissertação 128f. (Mestrado em Linguística) – Departamento de Linguística, Línguas Clássicas e Vernáculas, UnB, Brasília, 1997.

SANTOS, Josete Rocha dos. *A variação entre as formas de futuro do presente no português formal e informal falado no Rio de Janeiro*. 2000. Dissertação. (Mestrado em Linguística), UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

SCHERRE, Maria Marta Pereira. *Restrições sintáticas e semânticas no controle da concordância verbal em português*. Fórum linguístico, 1. Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Pós-graduação em Linguística. Florianópolis: Imprensa Universitária: p. 45-71, 1998.

SCHERRE, Maria Marta Pereira; NARO, Anthony Julius. *Marking in Discourse: Birds of a Feather*. Language Variation and Change, 3. Cambridge University Press: p. 23-32, 1991.

SCHILLING, Nathalie. Investigating stylistic variation. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 327 – 349.

SCHILLING-ESTES, Natalie. Stylistic variation and the sociolinguistic interview: a reconsideration: In: *25 Años de Linguística Aplicada em España: Hitos y Retos: Actas Del XXV Congreso Internacional de La Asociación Española de Linguística Aplicada (AESLA)*, Murcia, 2007,

p. 971-986. Disponível em:  
 <HTTP://http://www.um.es/lacell/aesla/contenido/pdf/9/schilling.pdf>.  
 Acesso em: 2 ago. 2016.

SEVERO, Cristine Gorski. Estilo, variação linguística e discurso. In: Edair Görski; Izete Lehmkuhl Coelho; Christiane M. N. de Souza. (Org.). *Varição estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. 1. ed. Florianópolis: Insular, 2014, v. 1, p. 33-52.

\_\_\_\_\_. A comunidade de fala na sociolinguística laboviana: algumas reflexões. *Revista Voz das Letras*. Santa Catarina, n. 9, p. 01-17, 2008a.

\_\_\_\_\_. Humboldt e a relação entre linguagem, ser humano e mundo: uma visão holística. *Linguagem* (São Paulo), v. 2, p. 01-08, 2008b.

\_\_\_\_\_. *Por uma Perspectiva Social Dialógica da Linguagem: repensando a noção do indivíduo*. 2007. Tese. 255f. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão. UFSC, Florianópolis, 2007.

SHUY, Roger W. A brief history of American Sociolinguistics 1949-1989. In: PAULSTON, C.B.; TUCKER, G.R. (Eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Malden: Blackwell Publishing, 2003. p. 4-16.

SILVA, Ademar. *A expressão da futuridade na língua falada*. 1997. Tese. 275f. (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1997.

SILVA, Rita do Carmo Polli da. *A representação do tempo futuro em textos escritos: análise em tempo real e em tempo real de curta duração*. 2010. Tese. 262f. (Doutorado em Letras) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2010.

SOUSA, Gisele Cássia. Motivações pragmático-discursivas: definição e fatores de análise. In: OLIVEIRA, M. R.; ROSÁRIO, I da C. (Orgs.). *Linguística centrada no uso: teoria e método*. Rio de Janeiro: Lamparina, FAPERJ, 2015, p. 86-98.

STREET, Brian. Literacy events and literacy practices: theory and practice in the New Literacy Studies. In: MARTIN-JONES, Marilyn;

JONES, Kathryn. *Multilingual literacies: reading and writing different worlds*. John Benjamins B.V., 2000, p. 17-29.

STROGENSKI, Maria José Ferreira. *O uso da expressão do futuro em textos literários: uma análise em tempo real de curta duração*. 2010. 143f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, UFPR, Curitiba, 2010.

TAGLIAMONTE, Sali. A. *Variationist sociolinguistics: change, observation, interpretation*. Cambridge: Wiley – Blackwell, 2012.

\_\_\_\_\_. *Analysing sociolinguistic variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

TARALLO, Fernando.; KATO, Mary. A. Harmonia trans-sistêmica: variação inter e intralingüística. *Diadorim – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas, UFRJ*, vol. 2, p. 13-42, 2007 [1989]. (Reedição do original publicado em *Preedição*, 5. Campinas, UNICAMP, 1989).

TAVARES, Maria Alice. Variação estilística e gênero textual: o caso dos gêneros textuais produzidos no macrogênero *entrevista sociolinguística*. In: GÖRSKI, E. M.; COELHO, I. L.; NUNES DE SOUZA, C. M. *Variação estilística: reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 203-223.

\_\_\_\_\_. Sociofuncionalismo: um duplo olhar sobre a variação e a mudança linguística. Interdisciplinar: *Revista de Estudos em Língua e Literatura*. Itabaiana/SE, v. 17, p. 27- 47, 2013.

\_\_\_\_\_. *A gramaticalização de E, AÍ, DAÍ, e ENTÃO: estratificação/variação e mudança no domínio funcional da sequenciação retroativo-propulsora de informações – um estudo sociofuncionalista*. 2003. Tese. 302f. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2003.

\_\_\_\_\_. *Um estudo variacionista de AÍ, DAÍ, ENTÃO e E como conectores sequenciadores retroativo-propulsores na fala de Florianópolis*. 1999. Dissertação. 175f. (Mestrado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 1999.

TAVARES, Maria Alice; GÖRSKI, Eda Maria. Variação e Sociofuncionalismo. In: MARTINS, M. A.; ABRAÇADO, J. *Mapeamento sociolinguístico do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2015. p. 249-270.

\_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_. *Bases teórico-metodológicas para uma interface sociofuncionalista*. In: XXVII Encontro Nacional da Anpoll – ENANPOLL, Rio de Janeiro, 2012. (Texto apresentado em comunicação).

TESCH, Leila Maria. *A expressão do tempo futuro no uso capixaba: variação e gramaticalização*. 2011. Tese. 190f. (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, UFRJ, Rio de Janeiro, 2011.

TODOROV, Tzvetan. Prefácio à Edição Francesa. In: BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011, p. xiii-xxxii.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs. Gramaticalização: uma entrevista com Elizabeth Closs Traugott. *ReVEL*, vol. 12, n. 22, 2014. Traduzido por Gabriel de Ávila Otheroe Ana Carolina Spinelli. Disponível em: <<http://www.revel.inf.br/files/9c040d169d41fdcd4d0d0c12f4fdbd02.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

\_\_\_\_\_. Intersubjectification and clause periphery. In: BREMS, Lieselotte; GHESQUIÈRE, Lobke; VELDE, Freek Van de (Eds.). *Intersections of intersubjectivity, special issue of English Text Construction*. n. 5:1, p 7-28, 2012.

\_\_\_\_\_. Revisiting subjectification and intersubjectification. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYCKENS, H. (Eds.). *Subjectification, Intersubjectification and Grammaticalization*, Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2010a, p. 29 - 70. Disponível em: <<http://web.stanford.edu/~traugott/resources/TraugottDavidseIntersbfn.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

\_\_\_\_\_. Zeroing in on multifunctionality and style. In: ECKERT, Penelope; RICKFORD, John R. (Eds.). *Style and Sociolinguistic Variation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, p. 127-136.

TRAUGOTT, Elizabeth Closs; DASHER, Richard B. *Regularity in semantic change*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *O aspecto verbal no português*. 3. ed. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 1994.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.

VALLE, Carla Regina Martins. *Multifuncionalidade, mudança e variação de marcadores discursivos derivados de verbos cognitivos: forças semântico-pragmáticas, estilísticas e identitárias em competição*. 2014. Tese. 415f. (Doutorado em Linguística) – Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Florianópolis, 2014.

VALLE, Carla Regina Martins; GÖRSKI, Edair Maria. *A construção de uma variável estilística complexa para medir a configuração da entrevista sociolinguística*. Revista Todas as Letras (MACKENZIE. Online), v. 18, p. 30-45, 2016.

\_\_\_\_\_. Por um tratamento multidimensional da variação estilística na entrevista sociolinguística. In: GÖRSKI, Edair Maria; COELHO, Izete Lehmkuhl; SOUZA, Christiane Maria Nunes. *Variação estilística – reflexões teórico-metodológicas e propostas de análise*. Florianópolis: Insular, 2014, p. 93- 121.

VARGAS, M. V. *Verbo e práticas discursivas*. São Paulo: Contexto, 2011.

VIEIRA, Maria Hermínia Cordeiro. *Variação entre futuro do presente, futuro perifrástico e presente com valor de futuro na mídia cearense impressa*. 2014. 170f. Dissertação. (Mestrado em Linguística) – Departamento de Letras Vernáculas,, UFCE, Ceará, 2014.

VITRAL, Lorenzo.; RAMOS, Jânia. *Gramaticalização: uma abordagem formal*. Belo Horizonte: Faculdade de Letras FALE/UFMG, 2006.

VOLOCHÍNOV, Valentin. N. (do Círculo). Para além do social. Um ensaio sobre a teoria freudiana. In: \_\_\_\_\_. *A Construção da*

*enunciação e outros ensaios*. Org., Trad. e Notas João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1925], p. 29-69.

\_\_\_\_\_. Palavra na vida e a palavra na poesia: Introdução ao problema da poética sociológica. In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013 [1926], p. 71-100.

\_\_\_\_\_. As mais recentes tendências do pensamento linguístico ocidental. In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013a [1928], p. 101-130.

\_\_\_\_\_. Algumas ideias-guia para a obra *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. . In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b [1928], p. 251-267.

\_\_\_\_\_. O que é linguagem? In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Org., Trad. e Notas João Wanderley Geraldi. São Carlos: Pedro & João Editores, 2013a [1930], p. 131-156.

\_\_\_\_\_. A construção da enunciação. In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013b [1930], p. 157-188.

\_\_\_\_\_. A palavra e sua função social. In: \_\_\_\_\_. *A Construção da enunciação e outros ensaios*. Tradução e Notas de João Wanderley Geraldi (Org.). São Carlos: Pedro & João Editores, 2013c [1930], p. 189-212.

WEINER, E. Judith; LABOV, William. Constraints on the agentless passive. In: *Journal of Linguistics* 19, 1983 [1977].

WEINREICH, Uriel; LABOV, William; HERZOG, Marvin. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística*. Tradução de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2006 [1968].

WHITNEY, William D. *A vida da linguagem*. Tradução de Marcio Alexandre Cruz. Petrópolis: Vozes, 2010. [p. 17-21 e 280-287].

WOLFRAM, Walt. Community Commitment and Responsibility. In: CHAMBERS, Jack K.; TRUDGILL, Peter; SCHILLING, N. (Eds.). *The handbook of language variation and change*. 2. ed. Cambridge: Blackwell, 2013. p. 557-576.

YAGUELLO, Marina. Introdução. In: BAKHTIN, M. M. (VOLOCHÍNOV). *Marxismo e Filosofia da Linguagem: Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem*. Tradução do francês por Michel Lahud e Yara F.Vieira. 16. ed. São Paulo: Hucitec, 2014, p. 11-19.

ZHANG, Qing. Rhotacization and the “Beijing Smooth Operator”: the social meaning of a linguistic variable. *J. Socioling*, Hoboken, v.12, p.201–222, 2008.

\_\_\_\_\_. A Chinese yuppie in Beijing: phonological variation and the construction of a new Professional identity. *Language in Society*, Cambridge University Press, v.34, p. 431–466, 2005.